

Érika Simone de Almeida Carlos Dias

***«As pessoas mais distintas em qualidade e negócio»:* a
Companhia de Comércio e as relações políticas entre
Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos**

**Tese de doutoramento em História, especialidade em
História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa**

Março de 2014

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ângela M. V. Domingues e do Professor Doutor Pedro A. A. Cardim

Apoio financeiro da FCT no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta tese/ Dissertação /Relatório /Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Luís S. de Almeida e Dias

Lisboa, 06 de Março de 2014.

Declaro que esta tese/Dissertação / Relatório / Trabalho de Projecto se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Luís António Almeida Costa
D. Maria Vieira Domingos

Lisboa, 06 de Março de 2014.

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à professora doutora Ângela M. Vieira Domingues e ao professor doutor Pedro Cardim, pela orientação e pelo apoio. À professora doutora da UFF – Universidade Federal Fluminense –, Maria Fernanda B. Bicalho, por ter sido leitora crítica do estudo aqui apresentado e que muito auxiliou na etapa final de revisão, agradeço a amizade e o apoio. Agradeço também à professora da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco –, Virgínia Maria Almoêdo de Assis, por ter-me inculcido o gosto pela pesquisa, por paleografia e por ter estado sempre ao meu lado, presente e disponível, desde a época da licenciatura. Ao professor Marcus J. M. de Carvalho que sempre me incentivou a ser uma aluna melhor. À professora da UFPE, Maria do Socorro Ferraz Barbosa, que me escolheu, junto com a professora Virgínia, e me enviou para Lisboa no âmbito do Projecto Resgate/capitania de Pernambuco em setembro de 1998.

Às coordenadoras do Projecto Resgate, Esther C. Bertolotti, Kátia J. Machado e à coordenadora académica, Heloísa Liberalli Bellotto, pela amizade, pelo apoio e pelo carinho, fundamentais nestes quinze anos de trabalhos em conjunto. Aos professores e amigos, Tiago C. P. dos Reis Miranda, George Félix de S. Cabral, Suely Cordeiro e Roberta G. Stumpf, por terem sido importantes interlocutores ao longo do projeto de pesquisa e da escrita da tese.

À Direcção e aos funcionários - actuais e antigos -, do Arquivo Histórico Ultramarino, minha segunda casa desde 1998. Pela amizade, formação profissional e apoio. Principalmente, Mário Pires Miguel, Jorge Nascimento, Isabel Lacerda, Ana, Ana Canas e José Sintra Martinheira. Aos amigos portugueses e brasileiros que encontrei ao longo da minha permanência em Portugal e que foram fundamentais para que este trabalho chegasse a termo. Especialmente, Marília Nogueira e família, Maria das Graças Souza Aires de Araújo e família e Mário Pires Miguel. À Karina Fabiana Silva, à Teresa do C. Cação da Silva e família, à Maria Dulce de Figueiredo e à Ângela Domingues um agradecimento especial pelo apoio e amizade, ainda mais fortes nestes últimos anos.

Às professoras Maria de Fátima Silva Gouvêa (*in memoriam*), Heloísa L. Bellotto, Maria da Conceição Pires, Vera Lúcia Acioli e aos professores Nuno Gonçalo Monteiro, Roberto Guedes, João José Reis e Marcelo Almeida, pelas conversas enriquecedoras que auxiliaram na realização da pesquisa, por me receberem sempre carinhosamente e pelos

textos, informações e livros facultados. À Marília, Ceça e à Heloísa agradeço a amizade e a hospitalidade ao me receberem no Rio, que continua lindo, e em São Paulo aquando das minhas pesquisas. À Clara Araújo pelo envio de sua tese recém-defendida e pelos artigos referentes à companhia pombalina. À Teresa Marques - professora da Universidade de Brasília -, pelo envio de artigos, alguns inéditos, cuja temática era a capitania Duartina no século XVIII. A Raphael Lisboa por compartilhar dados de sua pesquisa sobre D. Tomás José de Mello que me foi muito útil.

Às minhas amigas mais chegadas - dos dois lados do Atlântico -, que estavam na torcida para que mais esta etapa fosse concluída. Agradeço principalmente à Tatiane de L. Trigueiro Houly, Graça Aires, Marília Nogueira, Suely Cordeiro, Whedna Fernanda Arruda de Melo, Helena Arruda de Melo, Lídia Cruz, Inocência Galvão, Jeannie Menezes, Flávia Menezes, Malke Maurício, Luciana Alves, Teresa Silva, Arminda Fortes, Maria Dulce Figueiredo, Maria Zulmira, Karina Silva, Berthilde Moura Filha, Josemary Ferrari, Regiane Cunha, Janaize e Gisele Saraiva. Também agradeço à Margarida Bica Ferreira e à nossa turma do Shotokai, pelos momentos de descontração tão necessários a todos os que intentam doutorar-se. E aos amigos, Kleber Araújo, Swamy Ramos, Luiz Gustavo Lima Freire e Jainiton Costa.

Um agradecimento especial à família alargada que ao longo destes anos fui conquistando: à de Niterói, de Marília; à da Paraíba, de Berthilde; e às do Recife, de Virgínia e de Graça. À minha família, a primeira, que, mesmo distante, incentivou minha trajetória e compreendeu, sempre com enorme carinho, minha ausência. À família Fernandes Dias que me acolheu e me aceitou de forma tão profunda. À família que formei com José e Heloísa que são as razões fundamentais para que eu continue superando os obstáculos e seguindo em frente. Também não posso deixar de agradecer a Deus, pois neste percurso, a fé foi elemento valioso para a conclusão de mais uma fase.

À FCT - pela bolsa de estudo e mais apoios financeiros -, que viabilizou este trabalho. Ao Ministério da Cultura do Brasil, na pessoa da doutora Esther Caldas Bertoletti. Ao CHAM pelo acolhimento e pelo apoio concedido às minhas pesquisas no Brasil.

RESUMO

«As pessoas mais distintas em qualidade e negócio»: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos

O presente estudo analisa as reformas implementadas pela Coroa portuguesa no Brasil, na segunda metade do século XVIII, com ênfase para o que ocorreu na capitania de Pernambuco durante a chamada «época pombalina» e no reinado de D. Maria I. De entre elas, realçamos a criação e a actividade da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba - por considerarmos que foi a principal medida pombalina para aquela parte do império -, e o seu significado político e económico nas relações entre governadores e elites, bem como, com os dois principais órgãos da administração central para o «governo das conquistas»: o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. As principais preocupações dos vassallos na época da instituição pombalina também foram analisadas e percebeu-se que, na comunicação directa com a Coroa, os vassallos recuperavam discursos antigos que evocavam a relação pactuada que os unia ao rei. Para além da negociação de conflitos, da preocupação com o comércio colonial e da expansão da agricultura - temáticas frequentes na correspondência entre o governo regional e as instituições do poder central -, demos destaque à comunicação política entre Pernambuco e Lisboa, com a finalidade de perceber os circuitos da informação entre os dois lados do Atlântico, os discursos e as medidas - políticas, económicas e de defesa do império -, que emanavam das entidades do poder central para o governo da capitania. Também para compreender se as ordens procedidas do centro político foram ou não cumpridas no último quartel de Setecentos e início do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: governação, reformas pombalinas, pacto, Companhia de Comércio, comunicação política, negociação, conflitos.

[ABSTRACT]

«As pessoas mais distintas em qualidade e negócio»: political relations and Commerce

Company in Pernambuco in the last quarter of the eighteenth century

This study analyzes the reforms implemented by the Portuguese crown in Brazil in the second half of the eighteenth century, with emphasis on what occurred in the captaincy of Pernambuco during the call «time pombalina» and under King Maria I. Among them, we emphasize the creation and performance of the Company General of Pernambuco and Paraíba - because we believe that Pombal was the main measure for that part of the empire - and its political significance and economic relations between rulers, elites and the two main organs of central government for the "achievements of the government": the Overseas Council and the State Department of Navy and Overseas. The main concerns of vassals at the time of the institution pombalina were also analyzed and found to be in direct communication with the Crown, the vassals recovered speeches that evoked the ancient covenant relationship that bound them to the king. In addition to negotiating conflict, the concern with the colonial trade and the expansion of agriculture - frequent themes in the correspondence between the regional government and the institutions of central power - gave prominence to political communication between Pernambuco and Lisbon, in order to realize circuits of information between the two sides of the Atlantic, the speeches and actions - political, economic and defense of the empire - which emanated from the central government for the captaincy. Also to understand if the orders proceeded from the political center have been fulfilled in the last quarter of the eighteenth century and early nineteenth century.

KEYWORDS: governance, reforms of Pombal, pact, Commerce Company, political communication, negotiation, conflicts.

ÍNDICE

À guisa de introdução	P. 1
PARTE I: A capitania de Pernambuco, as instituições do poder central e o reformismo Setecentista	P. 15
Capítulo 1 - Relações políticas entre a Coroa e a capitania de Pernambuco no último quartel do século XVIII	P. 16
1.1 Os limites cronológicos do estudo: de José César de Meneses às juntas interinas do século XIX	P. 25
1.2 A monarquia pluricontinental portuguesa e a capitania de Pernambuco	P. 33
Capítulo 2 - As instituições do poder central e as reformas pombalinas	P. 44
2. 1. O Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar	P. 45
2. 2. Governo e reforma política na segunda metade de Setecentos	P. 54
2.3 O fomento industrial em Portugal e a criação de companhias de monopólio	P. 56
2.4 O Brasil pombalino: os jesuítas, a primeira companhia de comércio, reformas políticas e económicas	P. 62
2.5 A consolidação das reformas pombalinas no final de Setecentos	P. 74
Capítulo 3 - A capitania de Pernambuco séculos XVII e XVIII: aspetos políticos e económicos	P. 79
3. 1. Da expulsão dos holandeses a D. João V	P. 81
3. 2. A economia da capitania na segunda metade do séc. XVIII	P. 88

**Parte II – As Companhias de monopólio nos séculos XVII e XVIII. O caso
da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.**

P. 93

Capítulo 4 - Instituições de comércio - Brasil, Índia e Venezuela - e a
instalação da Mesa da Inspeção

P. 99

4.1 Companhias anteriores às pombalinas P. 102

4.2 Comparações entre a Companhia Real da Venezuela e a
Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba P. 105

4.3 A instalação das companhias pombalinas na América
portuguesa e a oposição britânica P. 112

4.4 As companhias pombalinas e a historiografia P. 125

4.5 Uma outra instituição pombalina: a Mesa da Inspeção
do Açúcar e do Tabaco P. 133

Capítulo 5 - As redes mercantis, os homens de negócio e a Coroa:
propostas de empresas comerciais P. 137

5.1 Propostas de companhias para o trato negreiro: as
estratégias dos homens de negócio das praças do Recife
e de Salvador e as alianças com os representantes da
Coroa em meados do século XVIII P. 138

5.2 O contrato da carne e os circuitos comerciais dos
caminhos do gado nas capitanias do Norte P. 159

5.3 Nova proposta de companhia comercial: os homens de
negócio da praça do Recife e o comércio da carne do
«sertão» P. 166

Capítulo 6 -A instalação da companhia pombalina em Pernambuco P. 176

6.1 Os primeiros anos de funcionamento e o início dos
conflitos P. 195

6.2 A questão do contrabando no comércio colonial P. 200

6.3 O contrabando em Pernambuco e a companhia pombalina	P. 205
6.4 Governo, elites e Coroa: negociação política e adaptabilidade de ordens régias	P. 212
Capítulo 7 – O intensificar dos conflitos: o papel da Câmara do Recife, da Mesa da Inspeção e a formação de «partidos»	P. 229
7.1 A Câmara do Recife e o conceito de relação pactuada na segunda metade do século XVIII	P. 231
7.2 A negociação da Mesa da Inspeção em nome dos senhores de engenho	P. 237
7.3 As mudanças no comércio colonial implementadas pela Companhia e a formação dos «partidos»	P. 243
Capítulo 8 - O «Modus operandi» da Direcção em Pernambuco, as recomendações da Junta em Lisboa e o processo de encerramento da Companhia Geral de Comércio	P. 284
8.1 A tentativa da Junta em dirimir os conflitos de 1770	P. 286
8.2 O complexo processo de extinção da Companhia, as cartas das câmaras e a opinião do Conselho Ultramarino	P. 294
8.3 Dinâmicas comerciais em descompasso: a argumentação política da Junta em Lisboa e as acções da Direcção em Pernambuco	P. 313
8.4 A opinião do governador de Pernambuco sobre a companhia pombalina	P. 319
Capítulo 9 - Comércio livre versus comércio monopolizado: o fim da companhia pombalina e a tensão social na capitania de Pernambuco	P. 345
9.1 Perdas e lucratividade: comparações entre o comércio livre e o de monopólio	P. 332
9.2 O fim dos monopólios das Companhias de Comércio	P. 362

9.3 Os despojos da empresa comercial e a cobrança das dívidas em Pernambuco	P. 369
PARTE III - Comunicação política entre a Coroa e a capitania de Pernambuco: o cumprimento das ordens e a correspondência dos governadores com as instituições do poder central (1774-1807)	P. 396
Capítulo 10 - Comunicação e governo: a administração de José César de Meneses em Pernambuco e as preocupações da monarquia portuguesa no final de Setecentos	P. 402
10.1 As ordens das autoridades régias para Pernambuco no último quartel de Setecentos: o âmbito de acção da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar	P. 420
10.2 A intervenção do Conselho Ultramarino na mediação das tensões em Pernambuco do último quartel do século XVIII até à partida da Corte para o Rio de Janeiro	P. 436
Capítulo 11 - A governação da capitania de Pernambuco e as actividades da Coroa: ordens e inquirições ao último governador setecentista (1787-1798)	P. 445
11.1 As instruções de governo da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, o «modo de governar» de D. Tomás José de Mello e o conceito de <i>polícia</i> no final do século XVIII	P. 451
11.2 O campo de acção do representante da Coroa: denúncia, devassa e práticas administrativas em julgamento no Conselho Ultramarino	P. 469
Capítulo 12 - A Coroa portuguesa e a capitania de Pernambuco: economia e política no final do século XVIII e início do XIX	P. 489
12.1 O movimento iluminista, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a sua <i>Memória «sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América»</i>	P. 496

12.2 O governo de Pernambuco e os assuntos em discussão no Conselho Ultramarino no início do século XIX	P. 510
12.3 A comunicação política entre a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar e o governo de Pernambuco	p. 515
12.4 O desenvolvimento económico da capitania de Pernambuco na viragem do século	P. 526
À guisa de conclusão	P. 532
Bibliografia consultada	P. 539
Fontes manuscritas e impressas	P. 568
Lista de Figuras	P. 580
Lista de Tabelas	P. 581
Anexos	P. 582

Siglas e Acrónimos

ACL	Academia das Ciências de Lisboa
AHM	Arquivo Histórico Militar
AHMF	Arquivo Histórico do Ministério das Finanças
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANRJ	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
APHES	Associação Portuguesa de História Económica e Social
APJE	Arquivo Público Jordão Emerenciano
BA	Biblioteca da Ajuda
BNP	Biblioteca Nacional Portuguesa
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
CHAM	Centro de História de Além-Mar
CNCDP	Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses
Cod.	Códices
CU	Conselho Ultramarino
IAHGP	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IDD	Índice de Descrição Documental
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RGM	Registo Geral de Mercês
SEMU	Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar
SERM	Secretaria de Estado do Reino e Mercês

À guisa de introdução

O estudo que aqui apresentamos versa sobre a governação da capitania de Pernambuco no último quartel de Setecentos. É seu propósito caracterizar a administração da capitania Duartina¹ no período compreendido entre 1774 e 1804². Para a época escolhida constatamos que a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, uma das principais medidas pombalinas para o Brasil, foi a mudança mais relevante ocorrida na capitania por conta das repercussões na economia, política e governo desta parte do império português. Assim, tornou-se imprescindível e indissociável do objectivo deste trabalho analisar a institucionalização da companhia pombalina, seu funcionamento na capitania, os momentos de conflito que ocorreram na segunda metade de Setecentos, em virtude do monopólio de comércio, do complexo processo de extinção da instituição e da cobrança das dívidas dos grupos dominantes locais. Para se entender a governação de Pernambuco no último quartel do século XVIII foi necessário perceber a influência que a Companhia teve na dinâmica governativa dos representantes da Coroa à sua época e após o seu encerramento.

No âmbito do objectivo principal desta tese de doutoramento - a governação da capitania de Pernambuco - e paralelamente ao estudo da Companhia de Comércio, tornou-se fundamental compreender também como as câmaras e as elites da terra, por meio de uma comunicação política, procuraram demonstrar que a relação política que unia vassalos e Coroa continuava em vigor no final do período de Antigo Regime. As entidades na capitania - agentes da governação, grupos sociais em disputa, câmaras -, através da correspondência directa com Lisboa, procuraram negociar melhores acordos e respostas favoráveis às suas demandas, uma vez que, no âmbito da monarquia pluricontinental portuguesa era permitido a todos apelar aos tribunais régios. Para se

¹ O termo «Duartina» é uma referência a Duarte Coelho o primeiro donatário da capitania de Pernambuco no século XVI. Apesar de Pernambuco deixar de ser capitania donatária em 1716, e não possuir capitão-donatário residente desde as invasões holandeses, não é incomum usar o termo para designar a capitania de Pernambuco num período posterior a 1716.

² Para tal discutiremos nos primeiros capítulos as reformas pombalinas, as mudanças que ocorreram no século XVIII no Brasil e no Reino e as instituições do poder central responsáveis pelo ultramar português. Com base nos documentos relacionados com a actividade político-administrativa destas instituições e a comunicação destas com as entidades de poder localizadas em Pernambuco e vice-versa.

compreender a interacção entre as periferias e o centro³ tornou-se necessário entender a comunicação política entre as partes, isto é, quem produzia e quem recebia a correspondência, os canais de circulação da informação político-administrativa, a tipologia dos assuntos, as directrizes que emanavam da Coroa para a capitania, se eram ou não cumpridas, e quando não o eram, como eram encetadas as negociações por parte dos agentes da governação, das elites e das câmaras para com os poderes centrais. No âmbito deste estudo demonstraremos que negociação e comunicação política foram ferramentas necessárias para a integração dos vassallos dentro do império português⁴.

Para além dos objectivos acima enunciados, também é do interesse deste estudo analisar as administrações dos agentes da Coroa que passaram por Pernambuco entre 1774 - início da governação de José César de Meneses -, e 1804, quando a capitania foi governada por Juntas interinas. Por meio da comunicação política dos agentes da governação com as instituições do poder central. Uma vez que estes representantes da Coroa foram obrigados a lidar com um problema adicional durante suas administrações, o do rescaldo da companhia pombalina⁵. Paralelamente às preocupações com as dívidas dos moradores procurou-se analisar como estes governadores responderam às ordens do centro político no final do século XVIII tendo em vista as mudanças pelas quais passava a monarquia portuguesa com o início das guerras na Europa⁶.

³ Periferias entendidas como as demais partes do império português, cujo centro era Lisboa até 1808. Centro «para as instituições políticas, administrativas e militares centrais da monarquia, quase todas localizadas geograficamente em Lisboa... e de periferia quando aludimos às instituições e poderes exteriores a esse centro». Cf. Nuno Gonçalo MONTEIRO, «O Antigo Regime: século XVIII», em *História de Portugal*, coord. N. G. MONTEIRO, Bernardo V. e SOUSA e Rui RAMOS (Lisboa: Esfera dos Livros, 2009), p. 393.

⁴ Comunicação política entendida como meio de circulação da informação predominantemente política, que usava canais específicos, neste caso a correspondência com as instituições centrais, e que por vezes tinha objectivos particulares, como o de receber mercês, respostas positivas às suas petições, negociar um acordo mais vantajoso para o vassallo, para a rede ou mesmo instituição da qual fazia parte ou para o grupo social ao qual pertencia. Comunicação que era uma ferramenta de integração, pois qualquer um poderia escrever ao rei através dos Conselhos e Secretarias.

⁵ Destacaremos as ordens do poder central para os governadores, o cumprimento destas ordens e das directrizes políticas da Secretaria de Estado, as negociações políticas ocorridas visando acalmar situações de tensão entre grupos dominantes locais, e as principais mudanças políticas e económicas do último quartel de Setecentos até o início do século XIX na capitania de Pernambuco. Na parte dedicada à Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, analisaremos a comunicação política e as estratégias de negociação por parte dos grupos sociais em conflito, das instituições e do poder local, buscando respostas favoráveis aos seus pedidos. Na última parte do estudo examinaremos as tipologias dos assuntos que eram relevantes para serem levados ao poder central, quais os que recebiam respostas e resoluções e de que forma isso influía na dinâmica administrativa da capitania no final do século XVIII.

⁶ Estamos nos referindo à incapacidade da rainha para governar, confirmada em 1792, a regência de D. João e o 'perigo francês'. Factos que praticamente coincidiram cronologicamente. Perigo francês

Os governantes de Pernambuco, José César de Meneses e D. Tomás José de Mello, respetivamente das décadas de 1770 e 1780, e as Juntas interinas do início do século XIX, para além de tratarem de todas as matérias convencionais do governo de uma capitania açucareira fundada no século XVI - com raízes políticas e económicas antigas já bem alicerçadas com o centro do império e com grupos dominantes estabelecidos e ciosos de seus privilégios -, precisaram tomar medidas governativas que acalmassem as tensões relacionadas com a cobrança dos débitos à Companhia. Sabendo os governadores que não poderiam descuidar de um pressuposto que a tudo precedia: o cumprimento das ordens emanadas da Coroa.

Ao mesmo tempo que precisavam responder satisfatoriamente às obrigações usuais dos governantes coloniais. Obrigações expressas em seus relatórios aos secretários de Estado, relacionadas com a defesa, a organização dos terços, com as safras, o ir e vir das frotas, o aumento do comércio colonial, a manutenção da ordem, das leis e do vínculo entre os habitantes e a monarquia portuguesa. Conjunto de questões, presentes no primeiro regimento dos governadores de Pernambuco de 1670, e que, se bem tratadas, caracterizariam uma boa governação dos povos⁷.

A escolha deste tema - o governo da capitania de Pernambuco no último quartel de Setecentos - vem no seguimento dos trabalhos de investigação iniciados no mestrado, quando estudámos as queixas dos grupos dominantes locais e a extinção da companhia pombalina⁸, criada com o intuito de reforçar o comércio entre o Reino e as capitanias do Norte⁹.

iniciado com a Revolução Francesa em 1789, com a subida de Napoleão ao poder em 1799 e as consequências do seu governo, seguido da ida da Corte para o Brasil e das invasões napoleónicas no Reino, a primeira em finais de 1807.

⁷ F. A. Pereira da COSTA, «Governadores e capitães gerais de Pernambuco» em *Revista do IAHGP*, Vol. XII, Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1907, pp. 514-524. Todas estas questões serão tratadas na terceira parte da tese. Em virtude do papel relevante que a Companhia pombalina teve em Pernambuco na segunda metade de Setecentos dedicamos a segunda parte da tese às companhias de comércio com ênfase para a que foi criada em Pernambuco em 1760.

⁸ Érika S. de Almeida C. DIAS, «O fim do monopólio: a extinção da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1770-1780)» (dissertação de mestrado, Recife, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2001).

⁹ Capitanias do Norte aqui entendidas na aceção feita por S. da Rocha Pitta ainda no século XVIII, quando descreveu as terras que iam do Ceará até Alagoas. Ver Sebastião da Rocha PITTA, *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o de 1724*, Lisboa: Academia Real de História, oficina de José António da Silva, 1730, p. 42. [Consultado em outubro de 2012]. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01495300#page/31/mode/1up>. A Baía, por ser capital do Estado do Brasil, findou por não entrar na designação de «Norte» de Rocha Pitta. Contudo no atual

Analisámos na tese de mestrado, de forma sistemática, as cartas, os processos, os ofícios, os avisos e as consultas referentes aos pedidos formulados por segmentos do grupo social dominante na capitania, pertencentes às elites da terra - senhores de engenho, lavradores de açúcar e de tabaco, mercadores, militares -, grupo esse que conseguiu da Coroa o fim do monopólio comercial¹⁰. Para esse fim, aqueles segmentos das elites alegavam que a empresa comercial tolhia os privilégios e os lucros dos vassallos «pernambucanos» com o tráfico de escravos e com o comércio de açúcar e tabaco, e principalmente, reduzia as rendas da Fazenda Real¹¹.

A presente dissertação de doutoramento inscreve-se nesta mesma linha de investigação, mas agora pretende-se ampliar o escopo da análise e aferir se no final do governo de D. José I (1750-1777) e durante o reinado de D. Maria I (1777-1816), em que medida a criação de uma companhia comercial, influenciou na dinâmica administrativa e económica da capitania.

O tema desta tese foi escolhido em virtude do vazio da historiografia luso-brasileira no que respeita à capitania de Pernambuco no final do século XVIII. São poucos os estudos sobre Pernambuco no reinado de D. Maria I e no início da regência joanina, sendo especialmente negligenciada a administração colonial de Setecentos. É precisamente este vazio historiográfico que torna pertinente um estudo sobre esta temática e este período¹².

conceito de região Nordeste, a Baía faz parte deste conjunto de «capitanias de cima». Mas o conceito de região «Nordeste» é recente, é do início do século XX, e foi construído a partir de um conjunto de ideias do que é ser nordestino e diz respeito a um recorte espacial, de um lugar imaginário -, porque não se pode pensar num espaço coeso -, porém bastante real no mapa do Brasil. A ideia de «Nordeste» é antiga, desde o século XVI já existia uma espécie de consciência regional. A visão histórica e cultural foi fundamental na construção da identidade deste novo recorte espacial do país. Sobre esta conceitualização ver Durval Muniz de ALBUQUERQUE JÚNIOR, *A invenção do Nordeste e outras artes* (São Paulo: Cortez Editora, 2009), capítulo 2: Espaços de Saudade.

¹⁰ Apesar dos estatutos da companhia preverem que o monopólio seria de vinte anos havia a possibilidade de renovar o mesmo monopólio por mais vinte anos. A fim de que tal não ocorresse, grupos pertencentes às elites da terra demonstraram à Coroa os motivos pelos quais a empresa comercial deveria ser encerrada.

¹¹ Colonos portugueses da América eram ‘pernambucanos’, ‘baianos’, ‘paulistas’, dependia de qual fosse a base territorial - e não política - de sua existência dentro do império. Se o português da Baía era identificado como ‘baiano’ frente ao de Pernambuco, ambos quando confrontados com espanhóis e holandeses eram simplesmente portugueses. João Paulo Garrido PIMENTA, «Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano» em *Almanack Braziliense*, nº 3, 2006, p. 71. [Consultado em 25/05/2012], Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/alb/n3/a06n3.pdf>

¹² É de referir que este vazio foi iniciado a partir do clássico escrito por Oliveira Lima. Desde o século XIX que o seu modelo de escrita se tornou num exemplo a ser seguido. Na obra do final do século XIX (1894), *Pernambuco seu desenvolvimento histórico*, o autor descreve detalhadamente o conflito entre

A rainha D. Maria I, que afastou o marquês de Pombal do poder e implementou algumas ruturas radicais em relação ao ímpeto reformista pombalino, é muitas vezes recordada apenas por este feito, ou pela sua loucura. No entanto, durante o seu reinado, e principalmente entre os anos de 1777 a 1792 - período no qual governou de forma efectiva¹³ -, acabou por dar seguimento a muitas das reformas pombalinas, principalmente no que respeita à cobrança rigorosa dos impostos, ao combate ao contrabando, à remodelação de leis antigas e ao centralismo na administração, medidas que contribuíram para as mudanças ocorridas no império português do final do século XVIII¹⁴.

Partindo do princípio de que D. Maria I manteve alguns ministros que fizeram parte do gabinete pombalino e que conheceram com detalhe as reformas promovidas pelo marquês, no tocante ao Brasil torna-se relevante analisar como o seu gabinete administrou, durante o período em apreço, a antiga capitania «Duartina»¹⁵. Capitania esta

Olinda e Recife ocorrido em 1710, logo a seguir, o conjunto de reformas pombalinas - enfatizando a extinção da Companhia de Jesus -, e em duas páginas resume os governos de Luís Diogo Lobo da Silva, Manuel da Cunha Meneses, José César de Meneses e D. Tomás José de Mello, ao mencionar a criação, actuação e encerramento da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. E, como o prestigiado historiador, muitos seguiram o mesmo modelo. Realçamos que apesar do pouco enfoque dado ao século XVIII no seu livro, a sua obra continua a ser de grande relevância para aqueles que se dedicam ao estudo das capitanias do Norte do Brasil no período colonial (XVI-XIX). Manuel de Oliveira LIMA, *Pernambuco seu desenvolvimento histórico*, 2ª ed., (Recife: governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1975), p. 211-222.

¹³ Apesar de algumas ruturas radicais com a administração pombalina como o encerramento das companhias comerciais criadas pelo marquês de Pombal e o afastamento do marquês da governação do Reino, alguns historiadores rejeitam o termo «viradeira» para caracterizar o início do seu reinado. José Manuel Subtil refere que a rainha não iniciou um movimento de Contra-Reforma, apesar de suspender alguns programas em execução, reformar as leis e afastar o marquês de Pombal. José Manuel SUBTIL, «O processo político (1621-1807)», em *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*, vol. III, dir. José Mattoso, (Lisboa: editora Estampa, 1997), p. 419. Oliveira Marques afirma que os governos de D. Maria I e de D. João VI se limitaram a dar continuidade à nova ordem estabelecida no consulado pombalino, e em alguns pontos, ajudaram a fortalecê-la. Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, vol. II Do Renascimento às Revoluções Liberais, 13ª ed. (Lisboa: editorial Presença, 1998), p. 373.

¹⁴ Ver Luís de Oliveira RAMOS, *D. Maria I*, (Lisboa: Círculo de Leitores, 2007), pp. 82-101. Segundo Patrícia Almeida Alves, D. Maria I disponibilizou recursos financeiros para a realização de obras nas barras dos principais portos de Portugal e do Brasil, procurou reforçar o exército em Portugal, criou a Academia Real do Comércio e Marinha, reconheceu a todos os portugueses a liberdade de comerciar com regiões até então exclusivas das companhias pombalinas - do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba - promulgou a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, bem como numerosas escolas primárias e hospitais em Portugal e no Brasil. Patrícia Alexandra Ramalho de Almeida ALVES, «Manuel António Leitão Bandeira e a Justiça no Maranhão ao tempo de D. Maria I: as relações de autoridade entre o Bispado e a Ouvidoria Geral maranhense (1785-1790)» (*dissertação de mestrado* em História Moderna, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006), pp. 44-45.

¹⁵ Dos ministros que D. Maria I escolheu para compor o seu gabinete destacámos que muitos vinham da governação de Pombal, podemos citar Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar de 1770 a 1795; Luís Pinto de Sousa Coutinho, seu sucessor e secretário interino até ao início de 1796; D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário da mesma pasta (1796-1801) no período da regência de D. João. Todos herdaram parte das ideias do marquês para o Brasil, criando as condições para a

que, no último quartel de Setecentos, constituía, ainda, uma importante fração do império português¹⁶.

D. Maria I morreu em 1816, contudo, desde 1786 estava afastada do poder e a partir de 1792 deixara de o exercer de forma oficial, delegando o governo do império ao seu filho. D. João passou desde essa data a assinar os diplomas, tornando-se regente, de facto, em 1799, o que significa que este estudo abrangerá, também, o período em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi secretário da pasta da Marinha e Ultramar¹⁷. Ministro que teve consciência do papel da economia brasileira e do comércio colonial na manutenção do equilíbrio comercial do império no seu todo e uma forte atenção em relação à administração política e económica da América portuguesa. Seu pensamento político será alvo de análise na parte final deste estudo¹⁸.

Na segunda metade de Setecentos, na época do funcionamento da companhia pombalina no Recife, dois grupos sociais dominantes vão liderar facções das elites com interesses antagónicos e em disputa, requerendo da Coroa uma resolução para àquela situação de conflito. Para compreendermos quais eram as facções que procuraram negociar com a Coroa uma resposta favorável às suas demandas, cabe neste ponto, tecermos algumas considerações sobre as elites pernambucanas na segunda metade de

renovação da agricultura e a melhoria da economia colonial no final do século XVIII. José Manuel SUBTIL, «O processo político...», em *História...* vol. III, p. 420.

¹⁶ Império entendido como um espaço em que a relação entre o Reino e as colónias constituía-se num lugar único de circulação e negociação, circunscrito por instituições e representações políticas que o estabeleciam. Sobre o termo império ver Ronaldo VAINFAS e Rodrigo Bentes MONTEIRO, *Império de Várias Faces. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*, (São Paulo: Alameda, 2009), pp. 9-11. Andréa DORÉ, Luís Filipe Silvério LIMA e Luiz Geraldo SILVA, orgs., *Facetas do Império na História. Conceitos e Métodos*, (São Paulo: Editora Hucitec, 2008), p. 228 e ss. Como o termo não é consensual ver também Anthony PADGEN «The empire's new clothes. From empire to federation, yesterday and today», *Common Knowledge* 2006, p. 36-46. [Consultado em março de 2011]. Disponível em: http://commonknowledge.dukejournals.org/cgi/pdf_extract/12/1/36?ssource=mfr&rss=1.

¹⁷ Foi no período de D. Rodrigo de Sousa Coutinho que o conceito de monarquia como um espaço pluricontinental teve aplicabilidade. José Damião RODRIGUES, *O Atlântico revolucionário, circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*, (Ponta Delgada, CHAM, 2012), p. 26. Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*, (Porto: Edições Afrontamento, 1993), pp. 44-89; e Jorge M. PEDREIRA, *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*, (Lisboa: Difel, 1994), p. 132.

¹⁸ Sobre D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ver Andrée Mansuy-Diniz SILVA, *Portrait d'un homme d'État : D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares 1796-1812*, vol. II, (Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006), pp.63-73. Sousa Coutinho foi também presidente do Real Erário, entre os anos de 1801 a 1803, e foi autor de um conjunto de ambiciosos projectos de reforma e de modernização da economia e da sociedade portuguesa.

Setecentos.

No que concerne à capitania de Pernambuco, as elites no fim do período colonial eram compostas, fundamentalmente, pelos mais opulentos proprietários rurais, pelos «homens de negócio», por aqueles que ocupavam os mais altos postos do oficialato fiscal e administrativo e, ainda, pelos que possuíam as patentes mais elevadas das forças militares regulares e locais. O que os unia era o facto de usarem as estruturas burocráticas e económicas da colónia no sentido de fortalecer e de aumentar as suas fortunas e importância social. Uma das estratégias de enriquecimento e de aumento de prestígio dos grupos sociais que formavam as elites coloniais consistia no exercício do poder formal e informal no serviço régio. Ou seja, os membros dessas elites faziam parte das estruturas governativas da sociedade colonial, fossem elas as câmaras, as forças militares ou a alta administração.

Esta maneira de entender as elites foi disseminada por J. N. Kennedy quando estudou os grupos sociais dominantes na Baía Setecentista, um espaço em tudo similar a Pernambuco, dado o carácter escravista e açucareiro das duas capitanias, e adequa-se perfeitamente ao caso de Pernambuco do último quartel do século XVIII¹⁹. Com efeito, as elites pernambucanas também estavam presentes nas instituições de governo e de administração e, para além disso, parte delas, que se relacionavam com as elites mercantis, aproveitaram para fortalecer os seus privilégios e aumentar o património através de uma das instituições criadas pelo poder régio na época pombalina. Estamos nos referindo à Direcção, um órgão da companhia pombalina, com poderes normativos e de controlo do comércio, e que começou a funcionar na vila do Recife no ano de 1760. Direcção que foi o «braço local» da entidade comercial e que foi controlada por homens de negócio radicados na praça do Recife.

A formação das elites no quadro ultramarino passava pelo serviço do rei, semelhantemente ao que sucedia em Portugal. A conquista e a defesa da terra, a ocupação de cargos na administração, as mercês recebidas em retribuição pelos serviços prestados foram elementos fundamentais na definição das elites coloniais. Contudo, dentre uma série de factores que singularizaram a situação e a experiência coloniais,

¹⁹ Esta caracterização foi feita por John Kennedy, a partir dos seus estudos sobre a Baía na segunda metade do século XVIII, e ilustra de forma precisa o significado que o termo terá ao longo deste estudo. John Norman KENNEDY, «Bahian elites, 1750-1822», *The Hispanic American Historical Review*, vol. 53, nº 3, Durham: Duke University, (1973): p. 415-423.

destacamos a escravidão, pois foi em virtude da aceitação e da disseminação da escravidão no Novo Mundo que, *grosso modo*, as elites americanas eram escravistas²⁰.

Senhores e lavradores de engenho e os homens de negócio tornaram-se numa aristocracia de riqueza e poder, mas não se transformaram numa nobreza hereditária, numa época em que os ideais de fidalguia permeavam a sociedade colonial e eram amplamente aceites. Ser titular de um morgado ou ser membro da Ordem de Cristo era um reconhecimento oficial de um estatuto nobiliárquico. Contudo, a nobreza também era expressa pelo estilo de vida: o domínio patriarcal sobre a família e os dependentes, a propriedade de terras e escravos, a religiosidade, uma instrução básica, a bravura em combates - em guerras justas com os indígenas e contra os invasores -, constituíam-se em predicados da nobreza colonial. Nas capitanias do Norte, o dono de engenho insistia no título 'senhor de engenho' numa alusão à sua autoridade²¹.

Já na segunda metade de Seiscentos, os moradores abastados da capitania de Pernambuco passaram a designar-se pela mesma expressão consagrada no Reino, por integrantes das oligarquias municipais que se nomeavam a si próprios como «homens principais», «moradores de distinção ou de mais qualidades», por pertencerem à governança da terra. Porém, após a Restauração pernambucana em 1654, os «principais de Pernambuco» passaram a autodenominar-se «nobreza da terra», como foi observado pelo historiador Evaldo Cabral de Mello em *Rubro Veio*. Cabral de Mello defende que terá sido na segunda metade do século XVII que os descendentes dos restauradores passaram a exigir o estatuto de nobreza local. Esta transformação é notória a três níveis: o uso generalizado da palavra «nobreza» por parte desta açúcarocracia, o surgimento de um discurso e de uma prática genealógicos e o aparecimento da ideia do carácter aristocrático da colonização, «um dos mais caros *topoi* do imaginário nativista»²².

²⁰ Maria Fernanda BICALHO, «Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas», em *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*, orgs., Nuno MONTEIRO, Mafalda Soares da CUNHA e Pedro CARDIM, (Lisboa: ICS, 2005), p. 74.

²¹ Stuart SCHWARTZ, «O Brasil no sistema colonial» em *História da Expansão Portuguesa*, vol. III, orgs. Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), p. 146-147. Ver André João ANTONIL, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentário crítico de Andrée Mansuy Diniz Silva (Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 2001), cap. 1. Rodrigo RÍCUPERO, *A formação da elite colonial: Brasil c. 1530-1630*, (São Paulo: Alameda, 2009), p. 57.

²² A «açucarocracia» é a nobreza «da terra» vinculada ao açúcar, nascida da riqueza, poder e autoridade e não de uma linhagem de famílias ilustres do Reino. Composta por senhores de engenho, lavradores de cana, burocratas e militares com pretensões de nobreza. Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana* (São Paulo: Alameda, 2008), p. 132 e p. 156.

Pretensões de nobreza oficialmente reconhecidas por D. João V em 1730, quando, no regimento concedido à Câmara de Olinda, definiu a «nobreza da terra». Nobreza esta que se compunha de duas categorias: colonos de ascendência nobre no Reino - que eram bem raros - e os moradores descendentes das famílias que haviam colonizado a capitania, desde que refinados pelo exercício dos «cargos da república»²³. Não é de surpreender que os oficiais das Câmaras de Recife e de Olinda, na década de 70 de Setecentos, ao requererem o fim do monopólio comercial da Companhia Geral, invocassem a qualidade de descendentes dos primeiros colonizadores e restauradores da capitania de Pernambuco.

Esta «nobreza gerada em Pernambuco» era basicamente composta pelas famílias oriundas da açúcarocracia. Coube aos filhos e aos netos daqueles que protagonizaram as lutas contra os flamengos, ou que haviam exercido funções de gestão municipal, reivindicar essa nobreza, muito embora fossem destituídos da condição de «nobres do Reino». Os descendentes dos antigos «principais» adoptaram a expressão «nobreza da terra» e apostaram na promoção do seu segmento social²⁴ como forma de legitimar a sua dominação política, social e económica da capitania. Assim, estes «homens principais» e as suas famílias possuíam riqueza, influência, grandes cabedais e exerciam cargos públicos no poder local²⁵.

Na segunda metade de Setecentos não é apenas a açúcarocracia que pode ser considerada como um dos principais ramos da «nobreza da terra», um outro grupo social emergiu com vigor em Setecentos: os «homens de grosso trato» ou de «grossa ventura». Grupo social que desempenhou um importante papel na formação histórica das diversas praças da América portuguesa.

Em Pernambuco, em 1703, a Coroa permitiu aos «homens de negócio» serem nomeados para postos de Ordenanças e oficialmente recuou na interdição do ingresso destes grandes negociantes na Câmara²⁶. Na tentativa de dirimir conflitos, a Coroa definiu que mercador era aquele que negociava em «loja aberta» - vendendo, medindo e pesando ao povo qualquer género de mercancia -, actividade que diferia daquela praticada pelo

²³ Evaldo Cabral de MELLO, *A ferida de Narciso. Ensaio de história regional*. (São Paulo: SENAC, 2001), p. 53.

²⁴ O da açúcarocracia. Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro Veio...*, p. 155-162.

²⁵ Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro Veio...*, p. 162.

²⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Consulta do Conselho sobre a pretensão dos homens do negócio do Recife. AHU_ACL_CU_015, Cx. 21, D. 1995.

«mercador de sobrado». Aos homens de «grosso trato» - ou «mercadores de sobrado» -, não se poderia imputar o defeito do trabalho manual, pois embora estes possuíssem lojas nos andares térreos das suas casas operavam através de caixeiros, de empregados e de escravos, isto é, não cabia ao «mercador de sobrado» executar as lides manuais do comércio²⁷.

A Coroa, a fim de resolver os entraves que a Câmara de Olinda procurava interpor para não cumprir as concessões régias aos homens de negócio da praça do Recife, fez saber por meio de uma provisão régia do ano de 1703 que era permitido aos «homens de grosso trato gozarem de toda a nobreza, para que por este meio se vão ilustrando as famílias»²⁸.

A querela sobre a nobreza local não ficou resolvida com a provisão régia de 1703, no entanto, a compatibilidade entre «nobreza e comércio por grosso» ficou definitivamente consagrada com o pombalismo. Sobre a expressão «homem de negócio», realçamos que temo-la utilizado na aceção atribuída por Jorge Miguel V. Pedreira no seu estudo sobre os comerciantes da praça de Lisboa na época pombalina, que designava que «os homens de negócio da praça formavam um grupo identificável, em que se presumia uma capacidade de organização colectiva. A *praça* era já então a comunidade mercantil da cidade»²⁹. Na primeira metade de Setecentos, o «homem de negócio» era um comerciante interessado no negócio por grosso a longa distância, enquanto os «negociantes» eram aqueles que vendiam por miúdo³⁰.

Da mesma forma, essa mesma expressão tornara-se corrente para descrever os grandes comerciantes também das periferias: no consulado pombalino era assim que se

²⁷ Evaldo Cabral de MELLO, *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*, (São Paulo: Editora 34, 2003), pp. 207-209.

²⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Códices. AHU_ACL_CU_PROVISÕES, Cod. 95, fl. 278v. Provisão régia de 1703.

²⁹ Jorge Miguel de Melo Viana PEDREIRA, «Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social» (tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995), pp. 66-68.

³⁰ A partir do pombalismo, surgiu uma preocupação com o significado do estatuto dos comerciantes que veio a contribuir para afirmar na sociedade e no vocabulário social a cisão entre 'grossistas' e 'retalhistas'. Refere o autor que é no alvará de instituição da Companhia do Grão-Pará e Maranhão que tal afastamento dos termos ocorre de forma vigorosa, surgindo a expressão «homens de negócio da praça de Lisboa», e tal grupo corresponde ao corpo dos grandes comerciantes com direito a representação na gestão da companhia. Jorge Miguel de Melo Viana PEDREIRA, «Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais» em *Análise Social*, vol. XXVII, nº 116-117, (Lisboa: ICS, 1992), p 412.

intitulavam os do Recife ao enviarem ao rei suas representações e pedidos. No que respeita à América portuguesa, no final do século XVIII, o termo «homem de negócio» também passou a ser utilizado de forma sistemática para designar as elites mercantis envolvidas no comércio Atlântico. Em paralelo, o sentido do termo «mercador» deslocou-se paulatinamente e passou a classificar o comerciante médio, mais especializado que o homem de negócio, e que atuava numa escala inferior à deste³¹.

O presente estudo foi dividido em três partes, a primeira, contempla em linhas gerais as obras que foram pertinentes para a investigação realizada; as instituições do poder central encarregadas pela administração ultramarina e as reformas pombalinas - políticas e económicas -, no centro e nas periferias, com o intuito de se compreender o lugar da capitania de Pernambuco dentro da monarquia pluricontinental portuguesa. Esta primeira parte, introdutória, constituiu-se como a menor desta dissertação de doutoramento.

A tese começará com uma exposição sobre as fontes que foram utilizadas, e em particular as fontes documentais que, tratando de Pernambuco no século XVIII, proporcionam mais informação acerca do tema em consideração. Para elaboração deste trabalho, foi privilegiada a utilização de fontes manuscritas depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), tendo como objectivo compreender o governo e a administração da capitania na segunda metade do século XVIII, a comunicação com as instituições do poder central que eram responsáveis pela administração ultramarina e a principal reforma pombalina para Pernambuco: a companhia de comércio. Como veremos, as reformas pombalinas contribuíram para o aumento do comércio em Pernambuco, no último quartel do século. Novos produtos passaram a constar da pauta das exportações da capitania, principalmente no período posterior a extinção da companhia pombalina, esta nova dinâmica comercial concorreu para que Pernambuco voltasse a ser uma região com relevância económica.

Em nosso entendimento, para se compreender o que se passou na capitania de Pernambuco no século XVIII, é necessário perceber a dinâmica política mais geral que se

³¹ António Carlos Jucá de SAMPAIO, «Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português» em *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, orgs. João FRAGOSO et. al (Vitória: EDUFES / Lisboa: IICT, 2006), p 89.

verificava na monarquia portuguesa, visto que as medidas transformadoras tomadas no centro político tinham necessariamente impacto nas diversas partes do império português.

Foi por isso dedicada uma atenção particular às preocupações da Coroa no que respeita à situação económica dentro do império em meados de Setecentos. Pois as medidas pombalinas no centro político repercutiram em Pernambuco. O incentivo à indústria no Reino, por exemplo, levou a uma diversificação das culturas no Brasil e à busca de novas matérias-primas, o que veio a incentivar a plantação algodoeira de Pernambuco e Maranhão já no reinado de D. Maria I.

Porque consideramos o século XVIII mais reformista do que ilustrado³², foi também dedicado algum espaço às reformas borbónicas na América espanhola³³, procurando comparar algumas das mudanças aí verificadas com a situação da colónia brasileira. A primeira parte encerra com uma análise dos acontecimentos políticos e económicos em Pernambuco - nos séculos XVII e XVIII -, a fim de compreendermos como foi governada a capitania no último quartel de Setecentos e início de Oitocentos.

A segunda parte analisa especialmente a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Tal justifica-se porque, na perspectiva deste trabalho, as companhias pombalinas foram uma das medidas mais relevantes para a segunda metade do século XVIII no Brasil

³² Nuno G. Monteiro e José Damião Rodrigues discordam da ideia de que o movimento iluminista tenha sido responsável pelas acções da Coroa durante o reinado de D. José I. Ideia que nas últimas décadas começou a ser revista. Para o primeiro, Pombal só pode ser aceite como paradoxo do iluminismo, como defende K. Maxwell, por exemplo, se for aceite que era um político das luzes. Nuno G. MONTEIRO, *D. José. Na sombra de Pombal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 230. O segundo, por sua vez, afirma que se «justifica uma certa prudência na aplicação uniforme de uma grade de leitura iluminista às décadas do reinado josefino». José Damião RODRIGUES, «'Para o sossego e tranquilidade pública das Ilhas': fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores», *Revista Tempo*, vol. XI, nº 21, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), (2006), p. 157.

³³ Nossa perspetiva concorda com o estudo de Federica Morelli que sustenta que o projecto de reforma Bourbon não foi apenas um processo de centralização que teria envolvido a imposição de condições onerosas para os territórios americanos. Além da introdução de algumas medidas administrativas e fiscais, a Coroa espanhola teve de voltar a propor um «pacto colonial», negociando os seus interesses com grupos locais. Por isso, Morelli defende que, embora as reformas tenham excluído os *criollos* de cargos importantes do governo e atacado os privilégios e propriedades da Igreja, as reformas também possibilitaram progressos significativos no comércio e na produção, favorecendo interesses locais e determinadas mudanças na maneira de pensar a política e a economia. Federica MORELLI, «La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2008, pp. 1-3.

colonial e a directriz mais importante para a economia e a governação da capitania de Pernambuco no mesmo período³⁴.

Com destaque para os conflitos que ocorreram entre grupos dominantes locais que se colocaram contra ou a favor da Companhia. Bem como, o papel desempenhado pelas instituições de poder na capitania - caso das câmaras (poder local) e da Mesa da Inspeção (instituição criada pelo poder central) -, que, em momentos decisivos ao longo do monopólio comercial, se opuseram ao «braço local» da Companhia (a Direcção)³⁵.

Procurou-se demonstrar os interesses opostos de cada um dos «partidos» ou facções das elites que a partir de 1768, de forma mais evidente, tomou uma posição em relação à instituição pombalina³⁶. Na composição dos «partidos» os actores sociais que lideravam um e o outro lado representavam as elites da terra, tanto as mercantis quanto àquelas ligadas ao açúcar, umas com uma maior influência económica, outras com uma maior influência simbólica e política.

Nesse sentido, nos capítulos de 4 a 9 procurámos mostrar como foram implementadas, negociadas e até modificadas as ordens do centro, por conta dos pedidos de parte das elites locais. Tal análise foi efetuada com base na comunicação política dos agentes da Coroa, das instituições de poder situadas na capitania e o poder central³⁷.

³⁴ Examinámos desde as propostas que antecederam sua criação, a sua instalação, seu funcionamento e seu processo de extinção, demonstrando como a instituição influiu na dinâmica administrativa e económica da capitania no último quartel de Setecentos.

³⁵ Sobre o poder local o estudo de Romero Magalhães afirma que as câmaras foram os únicos interlocutores do poder central. A seu ver, em Portugal, no Antigo Regime, havia duas autoridades políticas: o rei e as câmaras. Ao criticar a centralização precoce da monarquia e a noção contemporânea ou o conceito de Estado no universo político-institucional do Antigo Regime A. M. Hespanha afirma que neste universo coexistia a par da Coroa, diversos corpos dotados de uma esfera de jurisdição própria, onde se incluíam, entre outros, a Igreja, o poder senhorial e o poder municipal. Nuno G. MONTEIRO, «Perspectivas historiográficas portuguesas» em César OLIVEIRA (dir.), *História dos Municípios e do Poder local [dos finais da idade média à união europeia]*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 20-25. Assim, as instituições pombalinas estabelecidas em Pernambuco, embora dominadas por elementos oriundos das elites pernambucanas - principalmente das redes mercantis e da açucarocracia -, com poder, influência e interesses locais não são instituições de poder local.

³⁶ Ao analisar a situação conflituosa e o cenário político do final da década de 1770 em Pernambuco, o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro utilizou o vocábulo «partido». Assim, utilizaremos o mesmo vocábulo para explicarmos quem eram os grupos ou facções das elites em disputa na época da companhia.

³⁷ Facções das elites controlavam duas instituições criadas pelos poderes do centro político em meados do século XVIII: a Mesa da Inspeção e a Direcção da Companhia na capitania. Mesa e Direcção eram compostas por indivíduos radicados na capitania ou naturais dela, com interesses locais, políticos e económicos. Os grupos sociais em disputa são grupos dominantes locais, que na época da Companhia integravam as câmaras e estas duas instituições. Entidades com jurisdição própria, influência nos centros de decisão e com autoridade local

Destacamos ainda o vínculo que os habitantes que procuravam o fim do monopólio comercial da companhia, através das Câmaras, procuraram forjar com os governadores enviados do Reino, a fim de que estes apoiassem seus pedidos junto ao monarca. Com a finalidade de relembrar a Coroa que a relação política que unia vassalos e monarca era antiga e deveria ser mais uma vez confirmada, como fora no século XVII.

A terceira parte conclui o estudo da governação de Pernambuco no último quartel de Setecentos, apresentando as administrações dos governadores coloniais no período em apreço (1774-1804). Na última parte demos ênfase à comunicação política entre os poderes locais e os centrais, e ao crescimento económico da capitania no final do século XVIII. O objectivo foi o de compreender como estes representantes da Coroa governaram a capitania no último quartel do século XVIII e início do XIX³⁸.

As fontes utilizadas foram principalmente os códigos do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, a fim de se aferir quais as preocupações da Coroa nos finais de Setecentos e se as leis e as ordens emanadas dos órgãos da administração central foram cumpridas pelos agentes a governação. Foram também apresentadas as queixas oriundas da capitania e que, depois de discutidas pelas instituições centrais, foram levadas à presença dos monarcas, caso da denúncia contra D. Tomás José de Mello que resultou no seu afastamento do governo de Pernambuco no final do século XVIII³⁹. Por último, foi dado ênfase ao crescimento económico da capitania nos anos que antecederam a partida da Corte para o Brasil.

³⁸ Paralelamente ao estudo da companhia pombalina procurou-se compreender a administração através das relações de poder desenvolvidas entre o «centro» e as «periferias». Assim sendo, por meio da correspondência oficial, de carácter político-administrativa, procurámos averiguar quais ordens foram emanadas pelo poder central e como eram aplicadas em Pernambuco. Com a pretensão de perceber quais os efeitos que efectivamente surtiram estas ordens, uma vez que, em nosso entender, as especificidades de uma capitania e a dinâmica social e económica dos seus grupos sociais poderiam interferir com a aplicação de algumas directrizes.

³⁹ No que respeita à capitania de Pernambuco este é um período muito pouco estudado, a falta de bibliografia específica precisa ser levada em conta, pois dificultou o processo de compreensão das mudanças político-económicas na capitania Duarte no final do Antigo Regime.

PARTE I: A capitania de Pernambuco, as instituições do poder central e o reformismo Setecentista

Nesta primeira parte caracterizamos, em termos gerais, a Coroa e a governação da capitania de Pernambuco, desde finais de Seiscentos até meados do período Setecentista. Nesse sentido, analisaram-se os seguintes temas: as instituições do poder central - destacando o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar -, e sua relação com a administração colonial; alguns aspetos do reformismo pombalino em Portugal e no Brasil; as medidas económicas implementadas na América; a economia e a política na capitania de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII.

Capítulo 1 – As relações políticas entre a Coroa e a capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII

*Os modelos de funcionamento [das instituições da Coroa ...] os objectivos perseguidos e os seus modus operandi são, fundamentalmente, realidades que variaram ao longo da história*⁴⁰.

Os modelos de funcionamento dos órgãos que compunham a Coroa variaram ao longo da Época Moderna, assim como, as suas características e os seus modos de governar. A segunda metade de Setecentos foi um desses períodos de mutação em que um diversificado número de reformas - administrativas, políticas e económicas - foram amplificadas e implementadas pela monarquia portuguesa no seu império.

O presente estudo incide primordialmente sobre a política, a economia, as instituições e a administração da capitania de Pernambuco e a sua relação com a Coroa no último quartel de Setecentos. Para efetuar esta análise tornou-se imprescindível aludir às modificações que ocorreram no Brasil pombalino, pondo em destaque a principal reforma efectuada na capitania de Pernambuco, devido à repercussão que esta teve no governo e no comércio da antiga capitania açucareira no período proposto⁴¹.

Como o século XVIII também é reconhecido como sendo o século das reformas - reformas estas que ocorreram um pouco por toda a Europa -, procuraremos incidir, mais detalhadamente, naquelas que foram promovidas na América portuguesa. Tendo em vista compreender como se processava a governação da capitania de Pernambuco na segunda metade de Setecentos, época recheada de negociações, de pequenos conflitos, de execução de medidas, de instabilidade política e, no virar do século, de um substancial

⁴⁰ Pedro CARDIM, «“Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime» em *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português*, orgs. Maria Fernanda B. BICALHO e Vera Ferlini do AMARAL (São Paulo: Alameda, 2005), p. 68.

⁴¹ Na Época Moderna a palavra «administração» evocava distintas fontes de autoridade, articulando-se com os modelos tradicionais da gestão da casa mas agregando, também, elementos da cultura jurídica da época. Quanto à palavra «governo», era usada para designar a actividade executiva da Coroa e também estava associada ao antigo imaginário doméstico. Tal ocorreu porque neste período era pressuposto aceite que a arte de conduzir uma família e a técnica de governar uma república decorriam de saberes que tinham substancialmente uma mesma exigência, uma mesma qualidade, um princípio comum, ético e político. Pedro CARDIM, «“Administração” e “governo”...», p. 68.

crescimento económico⁴². Instabilidade verificada primeiramente entre 1760 e 1780, por conta das alterações de facções das elites «da terra» contra a companhia de comércio fundada na capitania no âmbito das reformas pombalinas e pouco analisada pela historiografia que se dedica ao período Setecentista.

O historiador Capistrano de Abreu foi um dos primeiros a criticar o facto de os estudos sobre o século XVIII em Pernambuco se resumirem ao conflito de 1710, conhecido como «Guerra dos Mascates», e pouco mais. Capistrano de Abreu assinalou também que, na maioria dos casos, os cronistas e historiadores saltavam de 1710 para 1817, criando uma tradição historiográfica, seguida até o presente, que se limitava a estudar os momentos de tensão, ignorando os períodos marcados por uma menor conflitualidade⁴³.

A presente análise não é mais um estudo sobre os grandes momentos de conflito ocorridos em Pernambuco e tão bem investigados pela historiografia, como a expulsão dos holandeses no século XVII, a «guerra dos Mascates», a revolução de 1817 (também conhecida como «revolução pernambucana» ou «revolução dos padres») e a de 1824 (denominada de «confederação do Equador», que visava a separação de Pernambuco do resto do Brasil)⁴⁴.

⁴² Crescimento económico que veio junto com uma tensão interna - em virtude da cobrança das dívidas dos habitantes para com a companhia pombalina -, e com uma conjuntura de conflito sucedida na Europa que culminou com a transferência da Corte e das instituições do poder central para o Brasil.

⁴³ J. Capistrano de ABREU, *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 7ª ed., (São Paulo: Editora Itatiaia, 1988), pp. 191-213. Fernando da Cruz GOUVÊA, «Uma relação de engenhos de Pernambuco e Paraíba no século XVIII» Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. [Consultado em julho de 2012], disponível em:

<http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=Tematico&pagfis=54467&pesq=rodolfo+garci+a+%22jos%C3%A9+c%C3%A9sar+de+meneses%22&url=http://docvirt.com/docreader.net>, p. 78-80.

⁴⁴ Estudados de forma magistral por Evaldo Cabral de MELLO, *A fronda dos mazombos...*; do mesmo autor, sobre as negociações da Coroa portuguesa com a Holanda para manter Pernambuco, ver: *O Negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste - 1641-1669*, (Rio de Janeiro: Topbook, 1998); ainda sobre o período holandês e devido à sua especial importância, cita-se, José António Gonsalves de MELLO, *Tempo dos Flamengos*, (Rio de Janeiro: Topbooks, 2002). Sobre as revoluções do século XIX ver Evaldo Cabral de MELLO, *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, (São Paulo: Editora 34, 2004), bem como um outro clássico sobre a revolução de 1817, de Carlos Guilherme MOTA, *Nordeste 1817*, (São Paulo: Perspetiva, 1972). Para a de 1824, cita-se a tese de doutoramento publicada em livro: Maria do Socorro Ferraz BARBOSA, *Liberals & liberais*, (Recife: UFPE, 1996). Sobre os momentos de tensão da primeira metade do século XVIII a obra de Vera Lúcia ACIOLI, *Jurisdição e conflito: aspecto da Administração Colonial*, (Recife: Imprensa universitária UFPE - UFAL, 1997), é de extrema relevância. Vale ressaltar que uma outra grande contribuição da historiografia pernambucana é articular a história da escravidão com o açúcar. Para estes momentos de conflito e temas destacamos, Marcus Joaquim Maciel de CARVALHO, *Liberdade Rotinas e Ruturas do Escravismo - Recife, 1822-1850*, (Recife: Editora Universitária - UFPE, 1998), sobre a resistência escrava no século XIX; e finalmente para os conflitos regionais ligados ao comércio no início do século XX, Armando SOUTO MAIOR, *Quebra-quilos: lutas sociais no outono do império*, (Brasília: INL/Recife: FJN, 1978). Estes historiadores

Salienta-se, porém, que os estudos dedicados a estas conjunturas de conflito agudo são sem dúvida muito relevantes, mas, no quadro desta tese, privilegiámos um período durante o qual não ocorreram sobressaltos equiparáveis aos já mencionados. Tal não significa, no entanto, que este período seja desprovido de interesse, ou sem tensões e disputas, bem pelo contrário, e é isso que procuraremos demonstrar.

Vinculando-se à tradição de estudos sobre o passado pernambucano, esta tese, no entanto, adiciona alguns contributos, na linha do que já foi efetuado por Evaldo Cabral de Mello, um dos maiores nomes da historiografia contemporânea, cujos estudos não ficaram circunscritos aos grandes temas ou aos momentos de conflito da história da capitania⁴⁵. A sua obra mostra que, para se compreender o lugar de Pernambuco no império português e nas redes sociais (sejam elas familiares, económicas ou políticas) em que assentavam, é imprescindível abarcar o longo período que vai do século XVI ao XIX, sem privilegiar qualquer deles especificamente⁴⁶.

A sua obra, na realidade, teve um grande impacto na historiografia colonial brasileira da década de 1990. Passou-se a privilegiar uma história de Pernambuco vinculada à Coroa, sem negligenciar a natural ligação ao Atlântico, evidenciando o conceito de redes. A nosso ver, as redes configuraram sistemas de trocas simbólicas e de bens. O espaço imperial português pode ser entendido como um «lugar» social percorrido por redes de intercâmbio de mercadorias, de pessoas e de informações, responsáveis por estreitar distâncias e aproximar grupos sociais com interesses comuns⁴⁷. Procuraremos demonstrar que só é possível entender o que se passou em Pernambuco, durante o último quartel de Setecentos, após a implementação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, apenas se tivermos em conta a comunicação constante entre os agentes da capitania e o centro político e sua inserção no mundo Atlântico, seja por meio do comércio

exemplificam uma das mais sólidas tradições historiográficas brasileiras, e incentivaram também a produção científica local através da criação do programa de pós-graduação em História na Universidade Federal de Pernambuco.

⁴⁵ Embora tenha tratado com agudeza e com riqueza de detalhes os momentos de conflito. Ver obras na nota anterior.

⁴⁶ Ver Evaldo Cabral de MELLO, *O Nome e o Sangue - Uma Fraude Genealógica no Pernambuco Colonial*, (São Paulo: Companhia das Letras, 1989); *Olinda Restaurada - Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*, 2.ª ed., (Rio de Janeiro: Topbooks, 1998); *Rubro Veio...*

⁴⁷ As redes também evidenciavam o conflito, afinal grupos sociais com interesses opostos não se aproximavam, mas enfrentavam-se. Anthony J. R. RUSSEL - WOOD, «Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”», *Revista de História da USP*, n. 28 (1), São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, departamento de História, (2009): p. 20-21.

- essencial para a conservação da própria capitania -; ou da comunicação política com as instituições centrais da monarquia pluricontinental portuguesa.

A concepção deste trabalho foi fortemente influenciada pela obra de Cabral de Mello, o qual, ao trabalhar temas como a Restauração portuguesa e algumas disputas políticas entre grupos dominantes locais - como por exemplo o conflito entre a açucarocracia olindense e os mercadores recifenses em 1710 -, aplicou conceitos como o de «pacto político», expressão que remetia para o laço que unia os vassalos e o rei⁴⁸.

Ao analisar as representações dos «pernambucanos» ao rei⁴⁹, pedindo honras, mercês e cargos em retribuição do compromisso e interesse demonstrados na expulsão dos holandeses - efetuada, segundo os moradores, à custa de «sangue, vidas e fazendas» -, Evaldo Cabral de Mello demonstrou que o imaginário político que fundamentou esse discurso, após a restauração da capitania em 1654, tinha como base a ideia de pacto, na linha do que existia no mundo ibérico daquele tempo⁵⁰. No conjunto da sua obra é perceptível o peso que a negociação tinha na relação política «metrópole/colónia», aspeto que estará muito em foco na presente tese. O historiador dedicou muitas páginas a um outro tema que também marca presença nesta tese, o da politização dos sentimentos de pertença compartilhados pelos vassalos que viviam na América portuguesa. À semelhança do que acontece nos estudos anteriormente citados, nos livros de Cabral de Mello o protagonismo é concedido à capitania de Pernambuco mas, ao estudá-la, relaciona-a com outras partes da monarquia portuguesa, nomeadamente com Lisboa e África.

A presente análise vincula-se às inovadoras abordagens historiográficas produzidas

⁴⁸ Evaldo Cabral de Mello partiu do modelo da monarquia corporativa e desenvolveu uma preciosa análise da administração e da governação portuguesa em Pernambuco. De uma forma geral, concordámos com os estudos que afirmam que na época Moderna prevaleceu o modelo polissinodal de governo em sociedades de matriz corporativa, como as do Antigo Regime. A centralidade do rei, o seu papel enquanto cabeça da monarquia, não se traduzia numa concentração absoluta do poder nas suas mãos, bem pelo contrário, a conclusão a que se chega é a de que o poder era por natureza repartido, uma vez que havia um centro do qual emanavam decisões de carácter geral e projectos específicos e havia também capacidade de governação autónoma por parte das conquistas, que tinham competência para deliberar sobre alguns assuntos que lhes diziam respeito. Estas questões serão retomadas ainda neste capítulo. Sobre a monarquia corporativa e o paradigma polissinodal ver António Manuel HESPAÑA, *As vésperas do Leviathan, Instituições e poder político em Portugal, século XVII*, (Coimbra: Almedina, 1994); Anthony PAGDEN, *Lords of All the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France, c. 1500-c. 1800*. (New Haven: Yale University Press, 1995); Emmanuel LE ROY LADURIE, *O Estado Monárquico, França, 1460-1610*, (São Paulo: Companhia das Letras, 1994).

⁴⁹ João Paulo Garrido PIMENTA, «Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime...», p. 71.

⁵⁰ Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro Veio...*, p. 107.

na última década, que têm como foco a capitania de Pernambuco do século XVIII. Um dos estudos que mais nos inspirou foi o trabalho de Guillermo Palacios sobre o campesinato e a escravidão no Brasil, um dos poucos dedicados ao Pernambuco de Setecentos. Palacios tomou como ponto de partida os agricultores livres e pobres e analisou as medidas governativas nessa capitania⁵¹. De acordo com o autor, o sector camponês em Pernambuco articulou-se em torno da cultura do tabaco direcionada para os mercados africanos, da mandioca para o abastecimento urbano e, no final da centúria do XVIII, em menor escala, da produção de algodão para a Grã-Bretanha. O seu estudo demonstra como as medidas tomadas pelos poderes centrais e locais, no final de Setecentos, consolidaram as grandes plantações, sobretudo as da cana-de-açúcar, e o «sistema escravagista», com um lugar de destaque no âmbito da história económica e social da região.

Porém, a análise de Palacios mostra, também, que essas mesmas medidas desarticularam a agricultura de subsistência, aumentando a fome e o custo de vida na capitania no mesmo período⁵². O seu estudo foi importante para a nossa análise porque chamou a atenção para as elites relacionadas com o comércio colonial.

Grupos oriundos das elites mercantis e agrárias, até ao momento da institucionalização da companhia pombalina, controlavam uma boa parte da produção e do negócio de géneros como o tabaco, o açúcar e o comércio de escravos africanos. A instalação da empresa comercial acabou por dar precedência a duas dezenas de homens de negócio, também eles inseridos nas elites mercantis, alijando outros grupos destas elites dos lucros comerciais e dos privilégios de que até aí desfrutavam. Demonstraremos na segunda parte deste estudo que, os primeiros accionistas foram os mais beneficiados

⁵¹ A sua pesquisa aborda a génese do segmento camponês, a sua expansão e luta contra as plantações, cujo modo de produção era baseado na escravidão. As ideias centrais da sua obra não estão directamente ligadas a esta tese, contudo, o autor ao desenvolver o seu estudo sobre o campesinato, analisa a economia pernambucana no século XVIII e os conflitos entre governadores, elite e companhia de comércio. Pois na sua percepção, a Coroa ao incentivar a agricultura de exportação estimulava o tráfico e reduzia as terras para a agricultura de subsistência executada por homens livres e pobres; estes homens, que trabalhavam na terra, na sua maioria livres, mestiços e pobres eram forçadamente arrolados nos regimentos militares e com isso a Coroa resolvia dois problemas: o da defesa, pois na segunda metade do século XVIII por conta dos conflitos com Espanha foram enviados regimentos de todo o Brasil para o Rio de Janeiro; e o da ociosidade. O autor procura provar que se as ordens resolviam dois problemas, causavam outro de grande relevância: arruinava a agricultura de subsistência necessária para a capitania.

⁵² Guillermo PALACIOS, *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na capitania geral de Pernambuco (1700-1817)*, (Brasília: Editora UNB, 2004).

pela fundação da companhia pombalina. Estes accionistas cedo perceberam quais os proveitos que poderiam ter ao acederem aos lugares de mando da Companhia em Pernambuco.

Este grupo mercantil, cujos elementos foram considerados «os mais distintos em qualidade e negócio» - na óptica do governador-, passou a administrar localmente a companhia pombalina, através da «Direcção», controlando todo o fluxo comercial da capitania⁵³. Os homens de negócio da praça do Recife procuraram a confirmação dos seus privilégios - ainda antes da institucionalização da companhia pombalina -, ao pedirem licença, em 1757, para, de forma oficial, conduzirem o comércio de escravos através de uma companhia de comércio que, se a Coroa permitisse, fundariam e controlariam.⁵⁴

Um outro estudo que contribuiu para este trabalho foi o de George F. Cabral de Souza⁵⁵, principalmente porque incide sobre o século XVIII pernambucano, tendo como tema uma instituição do poder local: a Câmara do Recife. Cabral de Souza analisou essa instituição, os seus integrantes e os modos de governar ao longo desse período, caracterizando-a como espaço de disputa e de negociação. A sua análise mostra que o espaço camarário foi o palco de um intenso debate entre os interesses locais e as políticas adotadas pela Coroa, privilegiando alguns momentos-chave: o da criação da câmara (1710), o período pombalino e a conjuntura que antecedeu a independência do Brasil.

⁵³ Demonstraremos como este grupo mercantil fazia parte de uma rede maior em que várias famílias se inseriam por sociedade ou casamentos e juntas controlaram a Direcção da Companhia. Quem controlava a Direcção da Companhia também controlava os empréstimos e as cobranças de débitos. As dívidas e as mudanças promovidas pela Direcção na compra do açúcar suscitou uma oposição fervorosa contra a Companhia, questões que serão tratadas com mais vagar nos capítulos 7 a 10.

⁵⁴ A preocupação de G. Palacios é explicar a génese de um campesinato de origem local, sobretudo livre, que já possuía pequenas lavouras de tabaco e que poderia surgir como alternativa ao tráfico. Ao justificar o tema central do seu livro, explica as estratégias da elite para restringir cada vez mais este campesinato, ao aumentar a capitania de mão-de-obra escrava. O nosso interesse no seu estudo prende-se com as análises que faz não com este campesinato e sim com a economia da capitania na segunda metade do século XVIII e as ordens que os governadores precisavam cumprir e implementar para favorecer a grande lavoura, fosse ela de açúcar, tabaco ou algodão.

⁵⁵ George Félix Cabral de SOUZA, *Os homens e os modos da Governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII*, Recife: CMR/ Gráfica Flamar, 2003. George Félix Cabral de SOUZA, «O rosto e a máscara: estratégias de oposição da câmara do Recife à política pombalina». Atas do Colóquio internacional *Espaço Atlântico de Antigo Regime*, Lisboa, 2005. [Consultado em janeiro de 2012], Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/george_cabral_souza.pdf. E ainda, do mesmo autor «Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)», (Tesis Doctoral, Universidade de Salamanca, 2007). E muito recentemente, concluindo a investigação da sua tese de doutoramento, o mesmo autor lançou uma relevante obra sobre os homens de negócio da praça do Recife, identificando-os e inserindo-os em redes mercantis e familiares, o que foi de grande valia para o nosso trabalho. George F. Cabral de SOUZA, *Tratos & mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c.1654 - c. 1759)*, (Recife: editora da UFPE, 2012).

No que diz respeito ao reinado Josefino, e para os propósitos almejados para este estudo, as conclusões de Cabral de Souza permanecem válidas: a Câmara de Recife continuou a ser um espaço de conflito e de negociação, tendo desempenhado um papel relevante na criação de estratégias de oposição a certas medidas, como por exemplo aquelas que foram impostas pela Direcção da companhia de comércio. Como teremos oportunidade de comprovar, a câmara criou atrito entre uma instituição pombalina e outra. Através da Mesa da Inspeção, a câmara fez os seus pedidos chegar até ao governador, ao secretário de Estado e, em última instância, ao rei, alegando que os actos da Direcção da Companhia em Pernambuco não eram favoráveis ao comércio, ao Erário Régio e, principalmente, à manutenção dos equilíbrios na capitania⁵⁶.

A nosso ver as câmaras, entidades do poder local que representavam os vassallos, sempre souberam como utilizar o canal da correspondência directa com os poderes centrais e com as entidades políticas na capitania na defesa de seus interesses. A comunicação política foi, desde os primórdios da colonização, uma das vias mais profícuas empregadas pelas elites para manter activa a relação política entre vassallos e a Coroa e as benesses que esta relação poderia propiciar.

Não podemos deixar de incluir no rol de estudos que influenciaram o nosso estudo, e que coincidem com o marco temporal que encerra o período que investigámos (1774-1804), duas relevantes obras publicadas, cujo tema de estudo foi a formação e o funcionamento das companhias pombalinas. A primeira, a obra clássica de José Ribeiro Júnior, «Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)», que apresenta uma análise referente aos anos de vigência da empresa comercial na capitania Duarte. E a segunda, o estudo de António Carreira, «As companhias pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba», que, ao analisar a primeira instituição comercial pombalina para o Brasil, a do Grão-Pará e Maranhão, acabou por destacar o comércio atlântico de escravos encetado pela Companhia criada para Pernambuco⁵⁷.

Por serem pesquisas que realçaram o papel da capitania de Pernambuco no império português, e contribuíram para a análise da economia, da política e da

⁵⁶ Na segunda parte deste estudo, analisaremos com detalhes o caso da Câmara do Recife.

⁵⁷ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e Monopólio no Nordeste brasileiro: a companhia geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*, (São Paulo: Hucitec, 2004). António CARREIRA, *As Companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba* (Lisboa: Editorial Presença, 1983).

administração da capitania no final do século XVIII, as suas investigações foram valiosas na execução do estudo que aqui se apresenta.

Completando o rol de estudos que influenciaram a execução desta tese, torna-se relevante referir que, de uma forma mais abrangente, a presente análise beneficiou também das abordagens historiográficas efetuadas por Anthony J. R. Russell-Wood e por Luiz. F. de Alencastro. Principalmente naquilo que respeita às leituras singulares que os dois historiadores fizeram sobre o governo e a administração no império português. Em «um mundo em movimento», Russell-Wood estudou a governação portuguesa no império ou entre Portugal e as suas «conquistas», por meio do fluxo e refluxo de indivíduos, mercadorias e ideias, entre a América, a Ásia, a África e a Coroa. Ao escolher o movimento e os sistemas de comunicação como temas estruturantes, investigou a exploração e a descoberta, o transporte de pessoas e produtos através de continentes e oceanos, as diásporas humanas e as redes que interligavam as partes. Por meio desta linha de abordagem o historiador pôs em destaque a questão da comunicação, da difusão e da troca de ideias no império⁵⁸.

O Atlântico como um lugar social ímpar no império coincide com a óptica de Luiz Felipe de Alencastro, em «o Trato dos Viventes», e a sua leitura sobre a governação portuguesa do império. Neste livro, Alencastro procurou realçar o vínculo entre a América portuguesa e Angola, defendendo a ideia de um Atlântico português em detrimento de um Brasil colonial. Para Alencastro, o tráfico de escravos surgiu como elemento unificador destas partes separadas pelo oceano, através da formação de redes, e da circulação de agentes da Coroa que acabaram por estabelecer relações entre os dois lados do Atlântico, que nomeou de «complexo atlântico». É neste espaço e nas trocas mercantis nele realizadas, sobretudo o comércio de captivos, que é possível encontrar, para Alencastro, a chave explicativa capaz de tornar compreensível a formação da América portuguesa⁵⁹.

⁵⁸ Anthony J. R. RUSSEL - WOOD, *Um mundo em movimento - os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, (Lisboa: Difel, 1998). Contudo, o autor não adere às teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre «em que a expansão portuguesa foi constituída por uma disposição interior e ímpar dos lusos para se relacionarem com o trópico e em que ocorreu a habituação a povos de outras culturas, de outras religiões e etnias», conforme A. Manuel HESPANHA, «Por que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou o revisionismo nos trópicos» em *O Governo dos Povos*, orgs. Laura de Mello SOUZA, Júnia Ferreira FURTADO, e Maria Fernanda BICALHO (São Paulo: Alameda, 2009), pp. 39-41.

⁵⁹ Embora notemos a influência de Charles Boxer no seu livro, a ênfase do autor vai para o Atlântico sul e para a escravatura. Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O trato dos viventes - formação do Brasil no Atlântico Sul*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2000), p. 28.

Estas obras foram relevantes para o presente estudo sobre a administração da capitania de Pernambuco porque evidenciam o papel da comunicação e da circulação de pessoas e mercadorias entre as distintas partes do império. A comunicação política foi fundamental para que os laços de pertença, o reconhecimento pelos serviços prestados e pela lealdade dos vassallos ao monarca continuassem em vigor ainda no final de Setecentos⁶⁰.

As obras que foram referidas demonstram também o peso do comércio de escravos na economia e nos modos de viver de uma sociedade que tinha um carácter estruturalmente «escravista», isto é, uma sociedade na qual as «leis, relações de produção, hierarquia social, conflitualidade, exercício do poder, tudo teve, no Brasil, que se medir com o escravismo»⁶¹.

Embora se reveja na linha de estudo seguida por Alencastro e analise, por diversas vezes, a questão escravagista, a presente tese não tem no comércio atlântico de escravos o seu tema central⁶². Em vez disso optou-se por incidir, acima de tudo, no cruzamento entre a administração, a política e a economia pernambucana durante a segunda metade do século XVIII e as ligações da capitania com o centro político⁶³.

⁶⁰ Assuntos basilares à compreensão da relação política que uniu vassallos portugueses espalhados pelo império e a Coroa.

⁶¹ Laura de Mello e SOUZA, *O sol e a sombra. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2006), p. 56-57.

⁶² Tendo sempre em conta que Pernambuco se insere na história Atlântica através do fluxo contínuo de pessoas e de alimentos, circulação de agentes e de informação, pois tinha uma sociedade que considerava o comércio negreiro, e o transporte de pessoas e produtos - principalmente o açúcar e posteriormente o algodão -, através de continentes e oceanos, a chave para a manutenção dos privilégios dos diversos segmentos das elites da terra.

⁶³ Trato negreiro que se relacionava também com a Costa da Mina. Além de Angola, a «Costa dos escravos» também foi fundamental para a manutenção do equilíbrio da economia de Pernambuco na primeira metade de Setecentos. Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Representação ao rei de 1757, maio, 18, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6948.

1.1 Os limites cronológicos do estudo (1774-1804): de José César de Meneses às juntas interinas do início do século XIX

O presente estudo dedica uma especial atenção ao período de 1774 a 1804⁶⁴. Trata-se de uma fase para a qual existe um número pouco significativo de trabalhos. E tal sucede, apesar de dispormos de uma abundante documentação produzida a partir da década de 70 de Setecentos, pelos agentes da Coroa, câmaras, vassalos na capitania e instituições centrais.

O ano de 1774 foi escolhido como início da presente análise, por ser a data em que José César de Meneses - nomeado governador da capitania durante o reinado josefino -, foi enviado para Pernambuco, tomando posse a 31 de agosto de 1774. Filho de um vice-rei do Estado do Brasil, Vasco César de Meneses, era um homem instruído, como demonstram as suas cartas às Secretarias de Estado⁶⁵. Foi nomeado para a capitania num período crítico: segmentos das elites locais ligados ao açúcar afrontavam a companhia pombalina, chegando ao ponto de intentarem um «motim»⁶⁶.

Medidas apaziguadoras tomadas por este agente da Coroa, relatadas na ampla correspondência para o Conselho Ultramarino - em forma de cartas enviadas ao rei e de

⁶⁴ Embora, em muitos momentos, tenhamos recuado até a década de 50 de Setecentos, por conta das reformas implementadas no reinado de D. José I, principalmente a da criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.

⁶⁵ Rodolfo GARCIA, «A capitania de Pernambuco no governo de José César de Meneses (1774-1787)» em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 84, Rio de Janeiro: IHGB, 1918, p. 535. J. César de Meneses era filho de Vasco Fernandes C. de Meneses mas não de sua esposa D. Juliana de Lencastre, como refere o artigo de Rodolfo Garcia. Meneses era filho natural do vice-rei, visto que sua esposa não se deslocou para a Baía, e o futuro governador de Pernambuco nasceu em terras baianas.

⁶⁶ O governador defendeu o interesse das elites - especialmente as relacionadas com a produção de açúcar e tabaco -, criticando as práticas comerciais da Companhia. Rodolfo GARCIA, «A capitania de Pernambuco no governo de José César de Meneses...», p. 541. Contudo, César de Meneses defendia também a restante população livre, que nas suas missivas define como «moradores». Isto é, para além das elites, que estavam no topo da pirâmide social, havia uma massa de população livre, composta por funcionários subalternos, soldados, pequenos comerciantes, taberneiros, vendedores e artesãos. Também estes - que estavam no meio da estrutura social em Pernambuco -, precisavam da Companhia para comprarem géneros «secos» e «molhados», vindos do Reino, nas embarcações da empresa comercial. Não apenas as elites ficaram a dever grandes somas à companhia pombalina, também esta faixa da população livre consta nas listas de devedores da empresa comercial no final de Setecentos. Dívidas e devedores que serão analisados no capítulo 10. Kalina Vanderlei SILVA, *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*, (Recife: CEPE, 2010), p. 43. A autora defende que a estrutura social em Pernambuco - que começou a definir-se no século XVI -, possuía três níveis no século XVIII, os dois que acima apontamos, e o último - a base da pirâmide social - composta por escravos e vagabundos livres.

ofícios para o secretário de Estado⁶⁷ -, demonstraram que o governador no seu parecer apoiou uma parte das elites que solicitava o retorno do comércio livre por considerar que seria mais rentável para a Coroa e mais benéfico na resolução dos conflitos instalados entre grupos dominantes locais.

E, a seu ver, a companhia de comércio não inovava, nem produzia resultados significativos, muito por conta da forma como a Direcção conduzia o comércio dos géneros coloniais, respaldada pela conivência da Junta em Lisboa no que concernia às directrizes implementadas pelo «braço local» da Companhia.

Considera-se, assim, que o ano de entrada em funções deste governador é uma baliza pertinente para este estudo. Neste caso específico, porque o seu governo se estendeu durante um período invulgarmente longo -13 anos -, sendo sua permanência na administração da capitania sob D. Maria I uma das muitas continuidades das directrizes pombalinas durante esse reinado. Bem como, porque foi durante o seu governo que o monopólio a Companhia pombalina não foi renovado.

Para Anthony J. R. Russell-Wood, os governadores eram o «rosto humano da administração portuguesa» na sociedade colonial⁶⁸. Este mesmo historiador afirma que, teoricamente, esta administração teria uma estrutura altamente centralizada e dependente de Lisboa, com Goa, Salvador ou Rio de Janeiro a actuarem como centros

⁶⁷ Estamos nos referindo ao ofício enquanto missivas e não ao ofício enquanto um cargo ou função atribuída a um vassalo em remuneração de serviços, por compra ou mercê régia, em forma de serventia ou propriedade. O ofício é um documento não diplomático e de correspondência. De uma forma geral os ofícios são missivas dirigidas aos secretários de Estado ou entre autoridades delegadas entre si, de governador para governador por exemplo. Propagam-se e uniformizam-se na segunda metade de Setecentos. O ofício era o meio pelo qual as autoridades nas periferias (governadores, provedores, bispos, etc.) prestavam contas às Secretarias de Estado, encaminhavam mapas, relatórios e pareceres de requerimentos e de matérias específicas. A lei de tratamento de 1739 ao estipular que nos ofícios aos secretários de Estado seriam tratados não por senhoria, diminuindo a sua importância, e sim por Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, findou por formalizar o ofício. Até então não tinham um formato oficializado como passam a ter a partir da década de 40 de Setecentos. Isto é, possuem um protocolo inicial, que é o tratamento dado ao destinatário - «Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor» -, segue-se o teor da missiva, e terminam com um protocolo final que os distingue das cartas e requerimentos: «Deus Guarde a Vossa Excelência». Usualmente à esquerda tem o nome do destinatário e abaixo e à direita o do autor. Érika S. de Almeida C. DIAS, «Informação e memória: o Projecto Resgate e a administração do Brasil colonial no século XVIII» em *Revista Íris - Informação, memória e tecnologia*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Vol. 1, nº1, jul-dez. 2012, p. 54. Sobre a lei de 1739 ver Júlia P. KOROBTCHENKO, «A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: a instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756)» (*dissertação de mestrado*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011), p. 34.

⁶⁸ Anthony J. R. RUSSELL-WOOD, «Governantes e Agentes» em *História da Expansão...*, vol. III, pp. 169 - 192.

subordinados e com todas as nomeações a serem realizadas pela Coroa. No entanto, por detrás dessa imagem de centralidade, ocorria uma vasta descentralização da autoridade, devido a vários factores: a distância era um deles, e um outro era a falta de clareza relativamente às áreas de jurisdição dos agentes, que nem sempre eram evidentes nos regimentos ou instruções que traziam de Lisboa. Apesar de ostentar o estatuto de capital do Estado do Brasil, Salvador nem sempre funcionou como tal, por vontade política dos próprios governadores-gerais, os quais, nas primeiras décadas do século XVII, preferiam residir em Olinda e não na Baía⁶⁹. O mesmo Russell-Wood assinala, a propósito do factor distância, que o raio de alcance efectivo da autoridade de vice-reis, governadores, magistrados ou eclesiásticos, mostrava sinais de enfraquecimento a menos de 100 quilómetros de distância do assento da autoridade em questão⁷⁰.

A avaliação de Russell-Wood é acertada também para o último quartel do século XVIII. Com efeito, durante o período de governação de José César de Meneses, poucas foram as cartas que este escreveu para o vice-rei do Estado do Brasil. O governador correspondia-se, na maioria das vezes, directamente com os secretários de Estado e os tribunais do centro da monarquia. Ressalte-se que esta «independência» dos governadores da capitania face à autoridade do governador-geral vem em continuidade com o que ocorria desde o século XVI, não sendo exclusiva do consulado pombalino.

Para o caso de Pernambuco, o estudo de Vera Acioli já assinalava esta «autonomia governativa» em relação ao governador-geral ou vice-rei, tanto na Baía quanto no Rio de Janeiro. A citada historiadora chegou a esta conclusão quando analisou os conflitos entre o governo-geral e o donatário da capitania, Duarte Coelho, mas também ao estudar os confrontos registados após a restauração pernambucana em 1654, com o governador de Pernambuco, André Vidal de Negreiros⁷¹.

⁶⁹ Até D. João IV era comum o rei não morar em apenas uma cidade, mas no final do terceiro quartel de Seiscentos a mudança foi radical, todos os titulares, a maioria dos senhores de terras e comendadores, deveriam residir em Lisboa, próximos do rei. Nuno Gonçalo MONTEIRO, *D. José...*, p. 30.

⁷⁰ Anthony J. R. RUSSELL-WOOD, «Governantes e Agentes» ..., vol. III, pp. 169 - 192. A situação agravava-se ainda mais quando o governador-geral não residia na capital do Estado do Brasil. Algo que ocorreu, de forma intermitente, entre 1602 e 1625. Diogo Botelho tomou posse do governo-geral do Brasil, em 1602, na vila de Olinda e lá permaneceu até 1603. Em 1620, Filipe II por alvará declarou formalmente que, sendo a Baía a sede governamental, o representante maior da Coroa não deveria sair de lá sem expressa ordem régia. Também determinou, posteriormente, que os governadores-gerais nomeados partissem de Lisboa para Salvador «sem tocar em Pernambuco». F. A. Pereira da COSTA, *Anais Pernambucanos 1740-1794*, (Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1985, vol. II): p. 197 e p. 372.

⁷¹ Vera Lúcia ACIOLI, *Jurisdição e conflito...*, pp. 81-83.

Como é sabido, os conflitos de jurisdição entre o governo-geral e os capitães-gerais ocorreram desde a chegada de Tomé de Sousa em 1549, sobretudo porque o governo-geral foi sobreposto ao sistema de capitanias, colidindo forais com regimentos. Já em 1550 a Coroa resolveu que o governador-geral Tomé de Sousa não deveria interferir na jurisdição do donatário Duarte Coelho, no que diz respeito à aplicação da Justiça, decisão que contrariou o representante máximo da Coroa mas que foi mantida⁷². Em 1654, com a nova divisão do Estado do Brasil, os conflitos de jurisdição entre os governadores-gerais do Estado do Brasil e os governadores da capitania de Pernambuco acirraram-se⁷³, especialmente porque estes proclamavam que as capitanias do Norte do Brasil eram da sua alçada⁷⁴.

Para além da capitania de Pernambuco, o governador-geral, até 1763, tinha problemas em impor a sua jurisdição ao governo do Rio de Janeiro. No regimento de Roque da Costa Barreto a Coroa procurou limitar o alargamento de poderes e o aumento de jurisdição por parte daqueles governadores, bem como consolidar as determinações estabelecidas nos seus regimentos, que confirmavam a supremacia do governador-geral na administração das capitanias⁷⁵. Mas nem assim esta supremacia parece ter sido efectuada⁷⁶.

⁷² Em 1550 o conflito ocorre por conta da negativa do donatário em deixar um oficial da Justiça, nomeado pelo governador-geral, entrar nas suas terras. O regimento do governador previa a sua ampla autonomia em todas as capitanias do Estado do Brasil, mas os privilégios do donatário mostravam o contrário, e a Coroa decide em favor do donatário. Vera ACIOLI, *Jurisdição e conflitos...*, p. 23.

⁷³ A parte sul com sede no Rio de Janeiro; o governo da Baía, “cidade cabeça dele”, a quem deveriam obedecer Sergipe d’El Rei, Ilhéus, Porto Seguro; o governo de Pernambuco que se estenderia desde o Rio de São Francisco até o Rio Grande [do Norte] e o último governo deveria ser o do Maranhão. O despacho régio é de 20 de julho de 1654. Vera ACIOLI, *Jurisdição e conflito...*, p. 61.

⁷⁴ Francis Dutra assinala outros conflitos entre o governo-geral e Matias de Albuquerque. Ver Francis DUTRA, «Matias de Albuquerque, capitão-mor de Pernambuco e governador-geral do Brasil», Recife: RIAP, vol. 48, 1976. Um dos casos mais descritos pela historiografia regional é o da mudança da sede do governo de Recife para Olinda em 1657. O governador-geral Francisco Barreto enviou uma provisão proibindo que os ministros que moravam no Recife, inclusive o agente da governação, saíssem dali para Olinda, considerada mais vulnerável em caso de ataques estrangeiros. André Vidal de Negreiros, havendo já mudado, resolveu não sair de Olinda nem consentir que os ministros o fizessem sem expressa ordem régia. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, códices. AHU_ACL_CU_Consultas mistas, Cód. 25, fl. 296v e ss.

⁷⁵ O regimento foi elaborado em 1663, ampliado em 1677 na regência de D. Pedro, mas a instrução sobre a subordinação dos governadores de Pernambuco e Rio de Janeiro era antiga, vinha desde Gaspar de Sousa governador-geral do Estado do Brasil entre 1613 a 1617. Francisco Carlos COSENTINO, *Governadores-gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII) - ofícios, regimentos, governação e trajetórias*, São Paulo: Annablume, (Belo Horizonte: FAPEMIG, 2009), p. 257.

⁷⁶ Francisco Carlos COSENTINO, *Governadores-gerais...*, 257-261. A própria documentação colonial do Brasil organizada, descrita e microfilmada pelo Projecto Resgate no Arquivo Histórico Ultramarino

Já no século XVIII, D. João V ordenou, em vários alvarás promulgados entre 1714 e 1724, que os agentes da governação de Pernambuco obedecessem às ordens dos governadores-gerais ou vice-reis do Estado do Brasil.

Os conflitos de jurisdição eram comuns, pois a vida política, ao menos até o final do século XVIII, podia ser compreendida por meio de um prisma em que vários polos de poder autónomos e autorregulados, cada um com uma identidade e um espaço de acção singular, eram definidos pela jurisdição privativa de cada um. No que concerne a Pernambuco, foram cinco os governadores que exerceram funções até 1730 e, para cada um, D. João V procurou revalidar a instrução que determinava a subordinação do Governo de Pernambuco ao Governo-Geral da Baía, que vinha declarada nos regimentos dos governadores-gerais desde o início do século XVII⁷⁷. Como oportunamente se verá, muitos dos conflitos que irão ser analisados na segunda parte do presente estudo foram motivados pela autonomia efectiva desfrutada pelos governadores de Pernambuco.

Ainda relativamente às balizas cronológicas deste estudo, assinala-se como data limite o ano de 1804, ano no qual finda a administração das Juntas Governativas. Junta formada por três governadores interinos, que tomou posse depois que o último governador setecentista, D. Tomás José de Mello, foi preso e devassado por práticas administrativas consideradas irregulares pela administração central⁷⁸. O nosso estudo findará poucos anos antes da partida da Corte para o Brasil, em 1807, acontecimento que acabou por transformar irreversivelmente as relações entre «centro» e «periferia», de certa forma, invertendo-as⁷⁹.

confirma a ideia de que os governadores das capitanias escreviam primordialmente para o centro. Encontrámos uma correspondência insignificante destes oficiais régios para os governadores-gerais ou vice-reis na Baía ou no Rio de Janeiro. E esta surge quase sempre em períodos de necessidade: por conta da defesa (repelir ataques estrangeiros) ou por falta de mantimentos (farinha, carnes). O Projecto África Atlântica, também no Arquivo Histórico Ultramarino, ainda no início, demonstra o mesmo para a Guiné. Os seus capitães-mores estão subordinados aos governadores de Cabo Verde e em todo o século XVII não foi encontrada nenhuma carta do capitão-mor para aquele governador, todas as questões, dúvidas, queixas e problemas com abastecimento, defesa e comércio eram dirigidos ao Conselho Ultramarino.

⁷⁷ Códice da Academia das Ciências de Lisboa (ACL), *Documentos e notícias referentes à capitania de Pernambuco*, pp. 6-20.

⁷⁸ F. A. Pereira da COSTA, «Governadores e capitães gerais de Pernambuco» em *Revista do IAHGP*, Vol. X, Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1902, pp. 566-574. A junta foi composta conforme o alvará de 1770 que retirou da Câmara do Recife o direito de substituir o governador na sua ausência. A última junta foi composta pelo deão de Olinda, D. Manuel Xavier Carneiro da Cunha, pelo coronel D. Jorge Eugénio de Lócio e pelo ouvidor João de Freitas de Albuquerque.

⁷⁹ Nuno Gonçalo MONTEIRO, «O Antigo Regime: século XVIII», em *História de Portugal...*, p. 393.

Pela primeira vez um monarca europeu cruzava o oceano para conhecer, visitar e residir nas suas terras no Novo Mundo. A transferência da Corte para o Brasil, fruto das invasões francesas em terras lusas e do bloqueio marítimo da aliada Grã-Bretanha, foi um facto único na história dos impérios europeus e trouxe consequências para o Brasil e para Portugal, ao mudar o centro decisório e de poder, antes situado na Europa, para uma das suas colónias. Stuart B. Schwartz afirma que «a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro deu origem a uma nova situação [...] os “brasileiros” puderam sentir o orgulho adveniente do facto de a sua terra ter passado a ser o novo centro do império e ter adquirido instituições de governo próprio»⁸⁰.

Por ser a principal mudança que ocorreu na capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII, este estudo incide sobre a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, desde a sua fundação, passando por alguns aspetos da sua actuação como gestora do comércio até o seu complexo processo de extinção. O estudo assenta na convicção de que a criação deste órgão comercial foi a principal reforma pombalina para a capitania, pois transformou significativamente as relações entre governantes e governados, no que diz respeito à administração e à economia de Pernambuco, no período em destaque⁸¹.

Para uma compreensão da dinâmica político-administrativa da capitania de Pernambuco, entre 1774 e 1804, e as relações políticas com a Coroa tornou-se necessário conhecer as instituições criadas pela administração central e situadas na capitania de Pernambuco. Estamos a referir-nos à Mesa da Inspeção do Açúcar e do Tabaco, e à Direcção da Companhia de Comércio em Pernambuco, o «braço local» da instituição pombalina. As tensões que envolveram as relações oficiais entre estas duas instituições, por conta dos conflitos de jurisdição entre uma e outra, primordialmente no que toca ao preço do açúcar, são tangíveis na correspondência trocada entre ambas e remetida às

⁸⁰ Stuart B. SCHWARTZ, *Da América Portuguesa ao Brasil*, Lisboa: Difel, 2003, p. 270.

⁸¹ A corroborar esta ideia, José Luís Cardoso afirma que, em 1742, quando Sebastião José de Carvalho e Melo era enviado extraordinário em Londres, apresentou ao Cardeal da Mota uma proposta para a criação de uma companhia de comércio, primeiramente para o Oriente. Era o sinal do que viria a ser uma das mais emblemáticas medidas do seu ministério no reinado de D. José I. Ver sobre a questão em Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Reino. AHU_CU_Reino, Cx. 287, pasta 12. José Luís CARDOSO, «Política Económica» em *História Económica de Portugal (1700-2000)*, orgs. Pedro LAINS e Álvaro Ferreira da SILVA, vol. I. *O século XVIII* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005), p. 358.

instituições do poder central. Tensões estas que foram relevantes para entendermos os conflitos que ocorreram nos anos em que vigorou a Companhia. Num segundo plano, e devido a estas tensões, foi possível compreender os circuitos da informação e a função que a comunicação política teve para que os diversos agentes da Coroa, grupos em disputa e instituições situadas em Pernambuco cumprissem ou negociassem as directrizes emanadas das instituições do poder central durante e após o consulado pombalino.

Boa parte das medidas económicas implementadas durante o consulado pombalino tinha um carácter mercantilista, o monopólio mercantil por parte das empresas comerciais comprovam-no⁸². No entanto, salienta-se que as companhias não foram simplesmente instrumentos de exploração económica reinóis regulados pela Coroa como referido por Ribeiro Júnior na obra clássica acerca da Companhia Geral de Pernambuco. José Ribeiro Júnior, ao analisar o impacto da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba na economia da capitania, concordou com K. Maxwell, haja vista o facto de ambos defenderem a ideia de que as companhias monopolistas foram criadas como um instrumento que beneficiava apenas os comerciantes metropolitanos⁸³.

As companhias pombalinas, principalmente no que se refere ao «trato negreiro», de facto beneficiaram os homens de negócio de Lisboa e Porto. Um dos primeiros a estudar a precedência dos homens de negócio que compunham a Junta da Companhia em Lisboa no comércio Atlântico de captivos para a América portuguesa foi Joseph Miller⁸⁴. No entanto, os estudos sobre a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, de uma forma generalizada, quase nunca têm em conta o papel exercido pelos comerciantes radicados na praça do Recife e a forma como geriram o comércio colonial. Forma esta que gerou conflitos, tensões políticas e a formação de «partidos» contra e a favor da instituição pombalina.

No que respeita à distribuição geográfica das companhias criadas durante o

⁸² Kenneth Maxwell afirma que, apesar de Pombal ter sido influenciado pela teoria e prática mercantilista clássica - tanto a de origem britânica quanto a francesa -, é preciso usar o termo com parcimónia para descrever a sua 'política'. Não se tratava do mercantilismo na sua forma mais estrita, que era uma política pela qual o comércio era regulado e subsidiado pelo «Estado», visando promover o ingresso de ouro e prata, e a razão desta intervenção seria alcançar uma balança comercial favorável. Kenneth MAXWELL, *Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*, (São Paulo: Paz e Terra, 1999), p. 226.

⁸³ Kenneth MAXWELL, *Chocolates, piratas e outros malandros...*, p. 226. Analisaremos com mais vagar esta questão nos capítulos 5 ao 8. José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e Monopólio...*, p. 4.

⁸⁴ Joseph MILLER, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, (Winscosin: The University of Winscosin Press, 1988).

consulado pombalino, estas parecem mostrar um propósito integrador para as partes do império. Pretendia-se englobar praticamente todas as conquistas. A fim de cobrir uma grande parte da América portuguesa, foram criadas as companhias do Grão-Pará e Maranhão, e a de Pernambuco e Paraíba. Para Moçambique foram criadas as companhias de comércio oriental e a dos Mujaus e Macuas e, para o Reino, as Companhias do Alto Douro e das Reais Pescas do Algarve. No seu conjunto, estas companhias abrangiam o Atlântico, o norte e o sul de Portugal e, ainda, o Índico. Mas antes destas, a primeira experiência do reinado Josefino parece ter sido a Companhia do Comércio da Ásia Portuguesa, administrada pelos comerciantes Feliciano Velho Oldenberg, Martinho Oldenberg e João Calvet, uma sociedade comercial que actuou no Oriente sob condições preestabelecidas com privilégios dados pela Coroa entre 1753 e 1760⁸⁵.

Por ser uma parte do império ainda economicamente relevante no século XVIII - embora o apogeu do açúcar tenha sido no século anterior -, Pernambuco foi o cenário escolhido pelo marquês de Pombal para estabelecer uma de suas companhias de monopólio. Na década de 1760 Pernambuco possuía 268 engenhos, um número significativo, e a produção do açúcar só era menor do que a da Baía. Num ofício enviado pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva, no ano de 1761, após a criação da Companhia, o representante da Coroa explicitava o que tal instituição deveria fazer para rentabilizar a exploração do açúcar e, de forma indirecta, retomava um dos intentos do estabelecimento das companhias de comércio: manter em mãos portuguesas o monopólio comercial de áreas coloniais consideradas vitais para a manutenção do império⁸⁶.

Em virtude disso - e segundo o secretário de Estado do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo -, a fim de beneficiar o comércio português, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba teve os seus estatutos confirmados por alvará régio de 13 de agosto de 1759. Diploma que foi redigido pela Secretaria de Estado do Reino e Mercês,

⁸⁵ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p. 50. Borges de Macedo cita a criação de apenas 5 companhias: a Companhia da Ásia em 1753; a do Grão-Pará e Maranhão em 1755; a da Pesca da Baleia em 1756; a dos Vinhos do Alto Douro também em 1756; e a última, a de Pernambuco e Paraíba em 1759. Jorge Borges de MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*, 3ª ed., (Lisboa: Gradiva, 1989), p. 66.

⁸⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1761, fevereiro, 15]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 95, D. 7501. Pierre Verger ao estudar o tráfico oficial e o clandestino de escravos entre a Baía e o Benim, acaba por indirectamente demonstrar a relevância económica da capitania de Pernambuco que sempre rivalizou com a da Baía no que concerne à produção e o comércio do açúcar, tabaco e tráfico negreiro. Ver Pierre VERGER, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*, (São Paulo: Corrupio, 1987).

cujo ministro era o conde de Oeiras - e não pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar como seria o usual)-, com a finalidade de regular o comércio entre as partes e o centro da monarquia, com as mesmas condições e privilégios da primeira companhia criada para o Brasil, a do Grão-Pará e Maranhão.

1.2 A monarquia pluricontinental portuguesa e a capitania de Pernambuco

A presente análise, embora dedique uma especial atenção às mudanças ocorridas na capitania de Pernambuco desde o governo de D. José até ao início da regência de D. João, dá ênfase ao final do período pombalino, fase particularmente relevante para estudar as relações de poder entre as elites coloniais e os representantes da Coroa incumbidos de executar as ordens vindas do Reino.

No que respeita à capitania de Pernambuco, D. Maria I deu seguimento a muitas das orientações políticas anteriores ao seu reinado: manteve em Pernambuco o governador enviado pela secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, manteve as Mesas de Inspeção do Açúcar e do Tabaco e deu continuidade às Juntas da Fazenda Real. A única excepção a estas permanências foi a extinção das Companhias de Comércio⁸⁷.

As medidas visavam a manutenção da estabilidade política e económica da região, e juntamente com a mediação do governador da capitania, resolveram situações conflituosas entre facções das elites locais, que discordavam das novas regras comerciais implementadas pela Direcção da Companhia em Pernambuco, por vezes apoiadas por entidades em Lisboa - o secretário de Estado e a Junta da Companhia -, como mais adiante será analisado.

Nesse sentido, pode dizer-se que D. Maria I, ao decidir o destino da companhia de comércio, actuou em conformidade com o propósito da prática governativa do Antigo Regime, propósito no qual o rei, no seu papel de defensor da justiça, procuraria manter os

⁸⁷ O reinado de D. Maria I não significou uma rutura radical com o consulado pombalino. Tal não ocorreu nem em termos teóricos, nem em termos práticos. Embora se tenha verificado em seu reinado uma reacção a algumas das acções pombalinas. Seu reinado pautou-se em linhas gerais pela continuidade de princípios e nomes, pela inovação e pela reparação de alguns actos do marquês, como por exemplo a revisão que mandou efetuar a processos judiciais dos presos políticos no consulado pombalino. Patrícia A. R. de Almeida ALVES, «Manuel António Leitão Bandeira...», pp. 43-44

direitos estabelecidos - os das instituições e os dos particulares -, arbitrando conflitos sociais, a fim de garantir os equilíbrios existentes⁸⁸.

Naquilo que respeita às reformas pombalinas de natureza económica durante o reinado de D. Maria I, com excepção das companhias de comércio, tais reformas não foram substancialmente modificadas. Mesmo que durante o pombalismo algumas decisões tenham sido de curta duração e outras tenham sido desfeitas com a aclamação de D. Maria I, de uma forma geral, as medidas pombalinas proporcionaram as bases para um longo período de desenvolvimento económico. Principalmente a partir da década de 90 de Setecentos até a partida da Corte para o Brasil⁸⁹.

Adiantamos aqui que o desenvolvimento económico ocorrido no reinado «mariano» prende-se com o aumento das exportações dos produtos portugueses - sobretudo têxteis (algodão, lanifícios e linho) e ferrarias (cobre e ferro) - para o mercado brasileiro; exportações que superaram em muito o vinho e outros produtos alimentares. Também é certo que a reexportação de produtos europeus representou cerca de metade das exportações portuguesas para o Brasil, contudo, a indústria portuguesa beneficiou e muito do alargamento do mercado brasileiro⁹⁰.

Paralelamente a este desenvolvimento económico que integrou os mercados do Reino e da América portuguesa, a economia lusa beneficiou da conjuntura externa

⁸⁸ Conforme defende António Manuel Hespanha, desde a Idade Média que a função do rei seria, particularmente, a de manter as jurisdições dos restantes corpos políticos no equilíbrio estabelecido pela constituição natural da sociedade, limitando-se quase que apenas à punição penal e à defesa da paz. Durante a Época Moderna a administração activa da Coroa e do rei foram alargadas, mas manteve-se o papel de árbitro supremo do monarca no campo da Justiça, através do conhecimento das causas; podendo, por isso, estabelecer leis gerais em todo o Reino, nomear magistrados e vigiar o cumprimento das suas atribuições. Mas os seus poderes não seriam ilimitados, uma vez que o poder legislativo não poderia ser exercido contra a lei natural e a lei divina. António Manuel HESPANHA, *As vésperas do Leviathan...*, p. 278.

⁸⁹ A terceira parte deste estudo dedicará particular atenção ao desenvolvimento económico da capitania no final do século XVIII. Francisco BETHENCOURT, «Enlightened Reform in Portugal and Brazil» em *Enlightened Reform in Southern Europe and It's Atlantic Colonies (ca. 1750-1830)*, org. Gabriel PAQUETTE (USA: Ashgate, 2009), p. 42.

⁹⁰ Valentim Alexandre indica que os tecidos de linho de fabricação local, de Entre-o-douro-e-Minho, remetidos para o mercado brasileiro, por intermédio do Porto, representavam entre 20 a 30% da exportação total de artigos manufacturados portugueses entre os anos de 1796 a 1807, sendo que em 1801 chegou aos 44%. Também indica os montantes em dinheiro das ferragens e chapéus que saíam da mesma cidade para o Brasil e refere que correspondiam a 200 contos anuais para o mesmo período. Mas era de Lisboa que saía a maior parte dos tecidos de algodão, que gozavam de uma protecção absoluta, por isso, a Coroa portuguesa pode reservar o mercado metropolitano como o colonial à indústria do têxtil de algodão, então nascente, que possuía a vantagem de utilizar a matéria-prima brasileira com boas condições de preço. Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do Império...*, pp. 44-49.

européia e norte-americana. As manufacturas portuguesas foram favorecidas pelas dificuldades de outros impérios. Consequentemente, o comércio luso-brasileiro floresceu, alimentando assim uma grande reexportação de géneros coloniais para a Europa: o algodão de Pernambuco foi um deles. Assim, no reinado de D. Maria I e durante o período da regência de D. João, confirmámos que a antiga capitania «Duartina», continuava a ser a terceira região economicamente mais importante no império português. A estabilidade económica e a prosperidade que Pernambuco conheceu no período subsequente à extinção da Companhia Geral pombalina estão relacionadas com as reformas pombalinas e com a conjuntura internacional que favoreceu os produtos coloniais⁹¹.

Mas não foi apenas a produção de géneros coloniais que beneficiou da conjuntura externa. Os anos de 1796-1807 foram marcados por uma notável prosperidade comercial, baseada na reexportação de produtos coloniais. Reexportação que manteve papel dominante nas exportações portuguesas, correspondendo a quase dois terços do seu valor global. A crescente procura europeia pelo algodão brasileiro teve um peso cada vez mais relevante, a par da comercialização do cacau e do café. A marca mais peculiar dessa prosperidade comercial, porém, foi a crescente importância que a América portuguesa adquiriu, não apenas como fornecedora de matérias-primas, mas também como consumidora de géneros remetidos do centro do império⁹².

No que tange às reformas políticas, o reinado de D. Maria foi um período de continuação de reformas. É preciso referir que, na segunda metade do século XVIII, se assistiu a um incremento da actividade político-administrativa da Coroa, verificando-se não apenas o aumento quantitativo de competências do poder central, mas também a mudança qualitativa das suas atribuições e dos seus intuitos, factos que confirmam a ideia

⁹¹ Liga-se particularmente com a produção, em larga escala, do algodão, por conta do processo de independência dos Estados Unidos em 1776, processo esse que, entre 1775 e 1783, prejudicou a lavoura do algodão norte-americano e acabou por beneficiar a produção das capitanias do Norte do Brasil. Jorge PEDREIRA, «A indústria», em *História económica de Portugal...*, vol. I, p. 203

⁹² Sobre o papel do Brasil na economia portuguesa ver principalmente o capítulo 4 da recente *História económica de Portugal*, denominado «a consolidação 1703-1807». Leonor F. COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, *História económica de Portugal (1143-2010)*, (Lisboa: Esfera dos Livros, 2011), pp. 209-289. A obra clássica dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques confirma os dados acima e infere que Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco, Pará e Maranhão, nesta ordem, perfaziam mais de 78% de todas as exportações portuguesas para as colónias e exportavam mais de 83% para Portugal. José Jobson de Andrade ARRUDA, «A circulação, as finanças e as flutuações económicas» em *Nova História da Expansão Portuguesa - o império luso-brasileiro 1750-1822*, dirs. Joel SERRÃO e Oliveira MARQUES, vol. VIII, 1ª ed. (Lisboa: editorial Estampa, 1986), pp. 174-175. Números que não contradizem os resultados encontrados por Valentim Alexandre na sua obra clássica. Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do Império...*, pp. 25-43.

de que, no período final do Antigo Regime, a imagem do monarca se sobrepôs às dos demais corpos sociais⁹³. A. M. Hespanha defende que a Época Moderna foi palco do alargamento da administração activa da Coroa e, em última instância, do rei, pois, conforme o historiador, «nos finais do Antigo Regime surge, por parte do poder, uma intenção nova de organização activa [da sociedade]»⁹⁴.

O intervencionismo da Coroa e o reformismo, que se acentuaram com o «pombalismo», vinham já do reinado de D. João V. O reinado de D. Pedro II foi aquele que verdadeiramente marcou o início de uma mudança, através da qual a imagem do rei se foi gradualmente alterando. Mas foi com D. João V que ocorreu uma perda progressiva do protagonismo do Conselho de Estado, que desempenhava funções consultivas e decisórias junto do monarca e era constituído por um número limitado de conselheiros, procedentes das principais famílias aristocráticas⁹⁵.

O Conselho de Estado no reinado de D. João V foi sendo substituído por Conselhos ou Juntas, de composição variável, e pela tomada de resoluções por parte do monarca, assistido pelos seus principais secretários, como é o caso de Diogo de Mendonça Corte Real, ou de colaboradores directos que desfrutavam da confiança régia, como o cardeal da Cunha e o cardeal da Mota⁹⁶. Embora isto não excluísse de forma cabal a consulta aos Conselhos, procedeu-se a uma mudança dos centros de decisão política, em que os

⁹³ José M. SUBTIL, «Os poderes do Centro», em *História de Portugal - Antigo Regime*, org. António M. HESPANHA, vol. VII (Lisboa: Lexicultural, 2002), p. 202. A exacerbar as ideias de José Subtil, o artigo de Rui Ramos afirma que o governo pombalino se esforçou por construir uma ideologia unificada do 'Estado', assente na tese da monarquia pura, concebida segundo um modelo patrimonial e não pactual. O poder do rei seria de natureza sagrada, uno e indivisível, e os súbditos estariam obrigados a obedecer às suas determinações. Rui RAMOS, «República, republicanos» em *Revista Ler História*, nº 55 (Lisboa: ISCTE, 2008), p. 157.

⁹⁴ A. Manuel HESPANHA, «Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime» em *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime: colectânea de textos*, org. António Manuel Hespanha (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984), p. 67.

⁹⁵ Nuno Gonçalo MONTEIRO, *D. José...*, p. 193.

⁹⁶ Júlia P. KOROBTCHENKO, «A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra...», p. 26. Exemplo disso são as consultas nas quais o Cardeal da Mota dá indicações para o seu irmão, o secretário de Estado do Reino, Pedro da Mota e Silva, de qual será o despacho régio. Na série Reino do Conselho Ultramarino não é incomum encontrarmos escritos de secretários particulares do rei com ordens ou com indicações de resoluções de D. João V acerca desta ou daquela matéria. Exemplo: 1736, Novembro, 23, Lisboa. ESCRITO do [Cardeal D. João da Mota e Silva] ao [secretário de Estado do Reino, Pedro da Mota e Silva, seu irmão] encaminhando petição de soltura de uns frades de Tomar, e consulta referente a D. Antônio Henriques, com sugestão de despacho régio AHU, Conselho Ultramarino, Reino. AHU_CU_Reino, Cx. 27, pasta 2.

negócios mais relevantes eram arbitrados por estas juntas informais e pelas Secretarias⁹⁷. Trata-se de um processo que aponta para o predomínio dum governo de carácter ministerial, processo esse que se viria a consolidar nos reinados seguintes⁹⁸.

Estas reformas verificaram-se, desde o início do século XVIII, no seio da monarquia portuguesa⁹⁹. Convém lembrar que essa monarquia tinha um carácter pluricontinental, distinguindo-se daquilo a que John Elliott denominou de «monarquia compósita». Expressão que classifica entidades políticas compostas por vários Reinos, cada um deles com estatutos próprios que preexistiam à formação de tal monarquia. A personalidade dos vários Reinos era, desse modo, preservada nos termos das suas formações originais, com os seus corpos de leis, de normas e de direitos locais. Cada uma dessas unidades mantinha a sua capacidade de autogoverno no interior de um complexo monárquico mais amplo. Nesse formato, o monarca operava como a cabeça dessa monarquia composta pelos vários Reinos, que se mantinham regidos pelas suas regras coadunadas com as leis maiores promulgadas pela Coroa¹⁰⁰.

No caso português é mais pertinente falar numa «monarquia pluricontinental». A expressão demonstra que se trata de uma entidade política composta pelo conjunto das possessões ultramarinas e caracterizada pela comunicação permanente e pela negociação entre o Reino e as elites da periferia imperial. Além disso, na monarquia pluricontinental portuguesa registou-se uma tendência para uma crescente distinção das diversas esferas

⁹⁷ Mesmo com a reforma das Secretarias de Estado em 1736, reforma que aparentemente representava um ponto de viragem no padrão de governo, e apontava para uma administração ministerial, o resultado prático desta mudança não é visível no reinado de D. João V. O rei continuava a emitir as suas decisões, apoiado por um grupo de cortesãos da sua confiança, não conferindo às Secretarias criadas um papel central nas decisões governativas.

⁹⁸ Maria Fernanda B. BICALHO, «As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos» em *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*, orgs. João FRAGOSO, e Maria de Fátima Silva GOUVÊA (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008), p. 361.

⁹⁹ Mas não apenas na monarquia portuguesa. Na monarquia hispânica, com o conjunto de reformas borbónicas, as possessões passaram a ser consideradas como colónias, sendo vistas não apenas como uma parte dependente de Castela, mas como comunidades semelhantes às colónias que a França e a Grã-Bretanha haviam estabelecido na América do Norte: comunidades fundadas e preservadas graças aos interesses mercantis com a metrópole. Pela primeira vez, definiu-se o "espanhol natural da América" como sendo um vassalo que vivia numa área periférica, ligada a Espanha graças ao comércio. Frederica MORELLI, «La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2008.

¹⁰⁰ Como se sabe, J. Elliott tomou como referência o caso espanhol e Portugal fez parte desta monarquia compósita entre 1581 e 1640. John ELLIOTT, «A Europe of Composite Monarchies», em *Past and Present*, nº 137 (Oxford: Journals, 1992): pp. 52-53.

institucionais fossem elas militares, judiciais, tributárias ou eclesiásticas. Conforme Nuno G. Monteiro:

Elas correspondiam, de resto, a diversas lógicas sociais e a distintos padrões de circulação no espaço da Monarquia. A integração das periferias e o equilíbrio dos poderes no Império não se faziam, sobretudo, através do enraizamento local de todos os agentes referidos, o qual podia ou não ocorrer, mas, ao invés, pelo facto de as distintas instâncias, e as respectivas elites, mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro¹⁰¹.

Este conceito afigurou-se muito pertinente para o nosso estudo, pois nele tencionámos reconstituir a comunicação política de Pernambuco com o centro, as negociações que os governadores precisaram de encetar com as elites locais, e como estas elites, na busca pelos seus interesses, procuraram revalidar a relação política com a Coroa. Além disso, e a partir do estudo da interação entre instituições situadas na capitania e entidades do poder central, pretendemos compreender os diferentes padrões de comunicação e os circuitos que as cartas e os ofícios provenientes de Pernambuco percorriam até chegarem ao rei, com a finalidade de perceber como eram resolvidas as demandas dos moradores da capitania de Pernambuco¹⁰².

Como se demonstrará ao longo da presente tese, através da análise das cartas do secretário de Estado, das câmaras e dos agentes da governação da capitania de Pernambuco, foi possível compreender como a comunicação política directa entre estes agentes da administração com o centro produziu muitas vezes argumentos contraditórios para a resolução de um mesmo problema ou questão¹⁰³. Algo que não foi incomum ao longo de todo o Antigo Regime. O poder régio raramente teve condições para exercer uma «política, tal como hoje se entende o conceito», que desenvolvesse uma acção governativa e administrativa coesa e ordenada. Tal ocorreu mesmo durante o pombalismo.

¹⁰¹ Nuno Gonçalo MONTEIRO. «Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII» em *Modos de Governar - Ideias e práticas políticas no Império português séculos XVI a XIX*, orgs. Maria Fernanda BICALHO, e Vera Lúcia Amaral FERLINI, (São Paulo: Alameda, 2005), p. 93 e ss.

¹⁰² A triagem feita pelo Conselho Ultramarino ou pela Secretaria de Estado, quando recebiam os pedidos e as queixas das periferias do império, tornou-se importante porque nos permitiu conhecer o que foi considerado relevante a ponto de ser apreciado. A decisão sobre o que foi consultado e resolvido auxiliou na compreensão de como os poderes se equilibravam nesta sociedade. É possível confirmar o conceito de monarquia pluricontinental quando estudamos a correspondência trocada entre os vassalos em Pernambuco e as instituições centrais da monarquia portuguesa, pois compreendemos como eram mantidos os vínculos de comunicação com o centro.

¹⁰³ Um exemplo disso é a extinção da companhia pombalina e o debate ocorrido entre o secretário de Estado da Marinha e Ultramar e o governador da capitania, como veremos no capítulo 9.

No que concerne ao Brasil, da parte da realza não pareceu existir uma estratégia de longa duração, apenas uma disposição conjuntural para o alargamento da sua esfera de decisão e para a centralização da capacidade decisória, ao menos até a partida da Corte para o Brasil¹⁰⁴. Ideia compartilhada por Francisco Bettencourt quando afirma que o verdadeiro processo de centralização iniciou-se em 1808 com a trasladação de relevantes agências da Coroa, a abertura dos portos, a liberdade de desenvolvimento industrial, o desenvolvimento de uma burocracia e a propagação do modelo social da sociedade de corte¹⁰⁵.

Em texto bastante conhecido Russell-Wood já defendia que necessitavam de revisam a noção de um governo metropolitano centralizado, a formulação de políticas impermeáveis à realidade colonial, implementadas rigorosamente e sem questionamentos por parte dos agentes da governança e a existência de uma Coroa indiferente e com «directrizes» inflexíveis relativas ao Brasil¹⁰⁶. Um dos traços mais comuns da actividade governativa do Antigo Regime foi o «improviso e a falta de planeamento político, bem como a ausência das visões de conjunto e de programas de intervenção social de longa duração»¹⁰⁷. Mesmo que durante o chamado período pombalino tenha havido um esforço para centrar as decisões da Coroa na pessoa do rei, a ausência de uma política unificada ou centralizadora por parte da Coroa, seja para o «centro» ou para as «periferias» do império, foi algo que imperou durante os séculos XVI ao XVIII¹⁰⁸.

Para concluir este capítulo, algumas explicações sobre as fontes que utilizámos na elaboração deste estudo. A base de análise foi composta pelos diplomas emitidos pelos

¹⁰⁴ Anthony J. R. RUSSELL-WOOD, «Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500 - 1808», *Revista Brasileira de História*, vol. XVIII, nº 36 (1998):pp. 200-206. [Consultado em 3 de novembro de 2011]. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010

¹⁰⁵ Francisco BETHENCOURT, «Configurações políticas e poderes locais» em *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*, dirs., Francisco BETHENCOURT e Diogo Ramada CURTO (Lisboa: Edições 70, 2010), p. 252.

¹⁰⁶ Anthony J. R. RUSSELL-WOOD, «Centros e periferias no mundo luso-brasileiro...», p. 202.

¹⁰⁷ Pedro CARDIM, «Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do antigo regime», *Separata da Revista Nação e Defesa*, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional (1998), p. 141.

¹⁰⁸ Miguel Jasmins RODRIGUES, «A pequena nobreza na construção do império: territorialização, serviço régio e política de casamentos no grupo de famílias oriundo de João Gonçalves Zarco» em *Pequena nobreza de aquém e de além-mar: poderes, patrimónios e redes*. (Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical/Centro de História de Além-Mar/Direcção Geral de Arquivos, 2011), p. 68.

agentes da governação e, também, pela sua correspondência com as instituições do poder central. Entre a documentação utilizada destaca-se a correspondência trocada entre os governadores, os moradores da capitania de Pernambuco e o secretário de Estado¹⁰⁹; as consultas do Conselho Ultramarino; as queixas das câmaras através da comunicação directa com os órgãos da administração central; as denúncias dos moradores contra alguns agentes da governação; e, finalmente, os processos de devassa aos governadores. A pesquisa deste conjunto documental, baseado em fontes primárias¹¹⁰, foi fundamental para a compreensão da administração da capitania no período escolhido, um período em que acima de tudo, logo a seguir à extinção da companhia pombalina para Pernambuco, houve uma acomodação política durante o reinado efectivo de D. Maria I [1777-1792].

Evidenciamos que o trabalho foi beneficiado pelas fontes manuscritas tratadas pelo Projecto Resgate Barão do Rio Branco no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)¹¹¹. No estudo da administração, da política e das instituições da capitania no final do século XVIII, utilizámos, como principais fontes, os documentos manuscritos deste arquivo, tanto os documentos avulsos, como os livros de registo do Conselho Ultramarino (CU) e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU). Como se verá, o trabalho assenta sobretudo em dados retirados de requerimentos, cartas, ofícios, processos e memórias existentes na documentação avulsa e nos avisos, mandados e consultas registados nos livros de registo¹¹².

¹⁰⁹ «Moradores» aqui entendidos como os habitantes de condição livre e de origem europeia - funcionários subalternos, soldados, pequenos comerciantes, taberneiros, vendedores e artesãos -, excluindo os escravos africanos e o gentio da terra, estando este inserido ou não nas aldeias - e os vagabundos livres, que nesta sociedade altamente hierarquizada, estavam a par dos escravos. Conforme Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro...*, p. 158.

¹¹⁰ Correspondência que em sua maioria tinha um cariz político-administrativo.

¹¹¹ O projecto foi coordenado por Esther Caldas Bertoletti, da Fundação Biblioteca Nacional - RJ/ Ministério da Cultura, e por Heloísa Liberalli Bellotto da USP. Atualmente por Kátia J. Machado. Integrámos o Projecto durante mais de 10 anos, organizando e descrevendo a documentação e formando e coordenando as equipas. Muitos dos seus resultados estão divulgados na página da UNB: www.cmd.unb.br. É de referir que perto de 56% das caixas e códices do AHU, no período compreendido entre o século XVI e 1833, foi organizado, descrito e microfilmado pelo projecto Resgate, com excepção das caixas do Reino e de Vários (cerca de 205 000 documentos) que se encontram apenas descritos. Ver Esther BERTOLETTI, Heloísa BELLOTTO, Érika DIAS, «O Projecto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da história do Brasil existentes no exterior», *Revista Clio*, Recife: UFPE, dossiê História Colonial, 2011. [Consultado em janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/161>.

¹¹² Nesta investigação, acreditamos que para se fazer um estudo sobre administração é preciso compreender as estruturas das instituições centrais do período do Antigo Regime, a fim de entender o circuito da correspondência e a forma como estes papéis tramitavam dentro dos órgãos administrativos,

Por serem documentos de cariz administrativo e económico, e por evidenciarem a comunicação política entre entidades políticas na capitania com instituições do poder central, as fontes produzidas ou guardadas pelas Secretarias de Estado e pelo Conselho Ultramarino foram relevantes para compreendermos as relações políticas e comerciais entre Pernambuco e a Coroa portuguesa durante o consulado pombalino e o reinado de D. Maria I¹¹³.

A principal documentação analisada para o presente estudo encontra-se no AHU, mais propriamente na subsérie CU_015, que diz respeito apenas à capitania Duarte e que contém mais de 20.000 documentos dispostos em 290 caixas. Para a execução desta tese fizemos o levantamento dos documentos relevantes à pesquisa, seguido da posterior leitura paleográfica, e transcrição dos que considerámos mais importantes. O nosso levantamento foi feito especificamente entre as caixas 88 e 252 da série Pernambuco, e entre as caixas 22 e 36 da série Brasil-Geral, para além de outras séries do Conselho¹¹⁴.

Grosso modo a nossa investigação baseou-se na correspondência oficial - de carácter político-administrativo - produzida ou recebida pelos governadores e pela Secretaria de Estado; bem como, pelas câmaras e pelo rei - via Conselho Ultramarino -; entre as instituições criadas pelo poder central e as radicadas na vila do Recife (Direcção da Companhia e Mesa da Inspecção); e, por último, e pelos vassallos e pelos monarcas. Com o propósito de percebermos as tensões, os conflitos, as negociações que caracterizaram a segunda metade do século XVIII - muito particularmente por conta da criação da companhia de comércio -, e a dinâmica político-económica em Pernambuco em igual período.

Além de uma numerosa documentação avulsa guardada em caixas, a capitania de Pernambuco, devido à sua centralidade política e económica no período colonial, como «cabeça» das capitanias do Norte, possui ainda livros de registo específicos que contêm

desde a sua entrada até à resolução final ou arquivamento. Assim, torna-se possível o entendimento das decisões régias e se houve ou não um cumprimento das directrizes políticas e económicas do centro na capitania, por parte das autoridades locais ou daquelas enviadas pelo centro da monarquia.

¹¹³ Séries de Pernambuco, Brasil-Geral, Paraíba, Reino, Maranhão e Grão-Pará. Livros de registo de Consultas, de Ordens e Avisos, de devedores da Companhia Geral e de Contratos de Pernambuco.

¹¹⁴ Consultámos mais de 3000 documentos, sendo que os documentos mais pertinentes foram lidos e transcritos para melhor compreensão do discurso narrativo. O levantamento documental no AHU, o principal arquivo utilizado, foi feito em mais de 200 caixas das séries do Conselho Ultramarino. A maior parte da documentação foram missivas (cartas e ofícios) trocadas entre entidades na capitania e instituições do poder central no Reino.

dois tipos de documentação. O primeiro tipo constitui-se de documentos «ascendentes» - aqueles que eram dirigidos das partes para o centro -, tratando-se em sua maioria de cartas das câmaras, dos governadores e de outros funcionários régios, tais como ouvidores e juizes de fora, missivas que foram dirigidas e analisadas pelo Conselho Ultramarino. O segundo tipo constitui-se de documentos considerados «descendentes», isto é, aqueles que eram emanados das instituições centrais e dirigidos às partes, caso dos avisos e mandados dos secretários de Estado remetidas especificamente a algumas autoridades coloniais com ordens e normas a serem seguidas para melhorar a administração e a economia da capitania¹¹⁵.

Assim, foi necessário dedicarmos especial atenção ao levantamento e à leitura dos livros de registos do Conselho Ultramarino, também chamados de Códices e assim nomeados na sigla usada pelo AHU, porque neles havia documentação de cariz político-administrativa bastante específica sobre Pernambuco no período em análise. Por isso, procedemos à inventariação dos «códices» nº 267 - consultas da capitania de Pernambuco¹¹⁶-, e dos livros da Secretaria de Estado - o nº 583 e o nº 584 -, todos pertencentes ao fundo denominado Conselho Ultramarino (AHU)¹¹⁷.

O estudo aqui apresentado baseou-se preferencialmente na documentação encontrada nos arquivos portugueses, particularmente o AHU, a Biblioteca Nacional de Portugal e os Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. Para além destas relevantes instituições tornou-se necessário proceder ao levantamento documental e análise das fontes manuscritas depositadas também nos arquivos brasileiros, com precedência para os

¹¹⁵ Heloísa Liberalli BELLOTTO, «Diplomática brasileira do século XVIII: tipologia dos documentos ascendentes e dos documentos descendentes», *Páginas a & b: arquivos e bibliotecas*, (Lisboa: Edições Colibri, 1999), 26-27.

¹¹⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Códices. LIVRO DE REGISTO de consultas de Pernambuco: 1749-1807, do Conselho Ultramarino. AHU_ACL_CU_CONSULTAS DE PERNAMBUCO, Cód. 267. Todas as consultas que diziam respeito à Companhia fizeram parte desta pesquisa, bem como aquelas que foram elaboradas para avaliar os assuntos mencionados nas cartas remetidas pelas câmaras. Cabia ao Conselho apreciar as cartas e os pedidos individuais dos requerimentos e era baseado nos pareceres emitidos por esta entidade que o rei dava as suas resoluções sobre determinadas solicitações e questões, que podiam ou não ser deferidas de acordo com o parecer do Conselho. Contudo, num segundo momento, no final do século XVIII, a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar fazia a triagem do que seria analisado pelo Conselho, quase sempre assuntos de relevância menor, cabendo a ela resolver com o rei as matérias que envolvessem defesa, economia e estabilidade política nas capitanias.

¹¹⁷ Fundo que na realidade é formado por documentos produzidos e recebidos por outras instituições do poder central, caso do Conselho da Fazenda, da Mesa da Consciência e Ordens e no século XVIII das Secretarias de Estado. AHU, Conselho Ultramarino, Códices. LIVRO DE REGISTO de ordens régias e avisos para Pernambuco: 1756-1780, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. AHU_ACL_CU_ORDENS E AVISOS PARA PERNAMBUCO, Cód. 583.

reservados da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano em Pernambuco¹¹⁸.

¹¹⁸ Na BNRJ interessou-nos particularmente o livro de registo dos actos *do governo interino da capitania de Pernambuco*, e no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) o *Livro de portarias do governador D. Tomás José de Melo*. Consultas realizadas com o objectivo de complementar as informações dos documentos da capitania de Pernambuco e dos «códices» do Conselho Ultramarino. As demais instituições de pesquisa serão devidamente nomeadas e referidas.

Capítulo 2 - As instituições do poder central e as reformas pombalinas

[...] O governo da sociedade realizava-se a partir de muitos polos, cada um deles dotado de capacidades de produzir normas [...] ¹¹⁹

A fim de compreendemos as relações existentes entre Pernambuco e a Coroa portuguesa, tornou-se necessário elencar, na primeira parte deste capítulo, as diversas instituições do poder central atuantes ao longo do século XVIII. A administração colonial portuguesa possuiu diversos organismos de gestão mercantil, de fiscalização aduaneira e financeira, de justiça e de superintendência comercial, governativa e religiosa desde a época dos Descobrimentos - caso do Conselho da Fazenda, do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens -, que optámos por não analisar no presente estudo ¹²⁰.

Sabemos que os primeiros organismos surgiram no século XV e não serão aqui descritos ¹²¹, pois foi dada prioridade àqueles que durante o consulado pombalino sofreram algum tipo de modificação ou possuíram uma relação directa com o nosso estudo sobre o governo e o comércio da capitania de Pernambuco no último quartel de Setecentos. Assim este capítulo priorizará o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

¹¹⁹ António Manuel HESPANHA, «A monarquia: a legislação e os agentes» em *História da Vida Privada em Portugal - A Idade Moderna*, dir. José MATTOSO (Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011), p. 16.

¹²⁰ O Conselho da Fazenda foi estabelecido por Filipe II em 1591. A seguir ao rei, o Conselho da Fazenda era o único tribunal competente em todo e qualquer negócio respeitante à Fazenda Real, bem como ao comércio dentro do Império por intermédio da Casa da Índia. Compunha-se de um tribunal e quatro repartições: “Reino”, “Índia”, “África, contos e terças” e “Ilhas e mestrados”. Faziam parte dele o vedor da Fazenda, como presidente, e quatro conselheiros, dois deles letrados. *O Conselho da Fazenda. Inventário e Estudo institucional, Série IDD’s*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), 1995, pp. 11-13. Cabia ao Desembargo do Paço e à Casa da Suplicação, respectivamente, as matérias de Justiça, e à Mesa da Consciência e Ordens as questões religiosas. O Desembargo foi por excelência o Conselho Régio, presidido pelo próprio rei, os seus membros tinham carta de conselheiros e gozavam dos privilégios atribuídos aos conselheiros da Câmara por direito comum. Ficavam fora da competência do Desembargo as petições de mera graça (mercês em privilégios, honras e ofícios) reservadas apenas ao monarca; as matérias gerais de governo, as matérias da Fazenda, da competência do Conselho da Fazenda, e as matérias da Justiça reservada às relações. António M. HESPANHA, *História das Instituições...*, pp. 357-358. Sobre o Desembargo do Paço ver José Manuel SUBTIL, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, (Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996).

¹²¹ Francisco BETHENCOURT, *História da Expansão Portuguesa*, vol. I (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), p. 396.

2.1 O Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar

As instituições do poder central que actuavam como órgãos intermediários e de decisão entre o Reino e as suas conquistas, na segunda metade do século XVIII, eram duas, o Conselho Ultramarino, criado em 1643, em plena actividade no Setecentos, e a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, reformada em 1736. Como foi, sobretudo, a documentação produzida ou recebida por estas instituições que deu fundamentação ao nosso estudo, cabe neste capítulo, uma análise às principais características destas duas entidades.

O Conselho Ultramarino fazia parte da estrutura polissinodal de governo usual em sociedades de matriz corporativa, como eram as do Antigo Regime, nas quais a centralidade do rei não significava a centralização absoluta do poder nas suas mãos. A Coroa partilhava o governo ou o espectro político com outras forças e outros poderes¹²². Após a Restauração, D. João IV instituiu reformas no sistema de governo e implementou mudanças relevantes. Em 11 de dezembro de 1640 criou o Conselho da Guerra para gerir a campanha contra a Espanha. Com finalidade semelhante, criou a Junta dos Três Estados, em 1641, a fim de administrar os tributos lançados para custear as despesas militares provenientes da guerra de Restauração; e, por alvará de 29 de novembro de 1643, dividiu o despacho em duas Secretarias, a de Estado e a das Mercês e Expediente¹²³.

No que concerne à administração dos territórios ultramarinos, a Coroa criou o Conselho Ultramarino (1642-1643), inspirando-se no Conselho da Índia, extinto em 1614, aproveitando em grande parte o seu regimento¹²⁴. Do ponto de vista da gestão dos espaços ultramarinos, a criação do Conselho ocorreu num período em que o território que se pretendia privilegiar era o Brasil. A própria denominação dada ao novo organismo era mais ampla do que a do seu antecessor. Isso poderia reflectir a relevância que o Brasil passava a ter sobre a Índia, tendência que se acentuaria cerca de um século mais tarde

¹²² Pedro CARDIM, «"Administração e governo" ...», p. 55. As instituições centrais conjugavam-se num regime polissinodal e «funcionavam colegialmente, tanto para aconselhar o rei (respondendo a consultas) como para exercerem funções normativas de governo ou de tribunal (unidade de poder, auto regulação). Administravam, portanto, justiça por via litigiosa, tomavam decisões de governo como órgãos hierarquicamente superiores ao resto da administração periférica e promulgavam normas legais de vigências na área de sua competência.» José M. SUBTIL, «Administração Central da Coroa», em *História...*, vol. III, p. 87.

¹²³ Marcello CAETANO, *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967), p. 40.

¹²⁴ Segundo Marcello Caetano, criado por decreto em 14 de julho de 1643, mas com um regimento elaborado em 14 de julho de 1642. Marcello CAETANO, *O Conselho...*, p. 41.

durante a governação pombalina¹²⁵. Ao explicar as relações políticas entre Brasil e Portugal no século XVII, Vera Acioli defendeu a ideia de que a criação do Conselho facilitou o entendimento das partes com o centro, isto é, dos oficiais das câmaras ultramarinas com o rei, demonstrando uma flexibilidade da Coroa para com a colónia e aumentando as oportunidades de comunicação entre uma e outra¹²⁶.

O Conselho era um organismo consultivo e decisório especializado em assuntos do Ultramar. Era, antes de tudo, um mediador entre as demandas dos diversos agentes ultramarinos. A sua criação instaurou mais um polo de negociação e conflito, pois canalizou as consultas das partes ao rei, e fê-lo por transferência de jurisdição de outros organismos sem criar uma que lhe fosse própria¹²⁷.

O Desembargo do Paço, pouco depois da criação do novo tribunal, entrou em conflito com este em virtude do alargamento da jurisdição sobre a justiça ordinária. Pelo seu regimento, o Conselho Ultramarino assumiu que era da sua alçada o conhecimento sobre as causas cíveis e crimes, inclusive o poder para anular algumas decisões do Desembargo. Bem como, poderia nomear comissários para as «conquistas» com poderes que violavam as justiças locais e trespassavam o seu espaço de influência. Na disputa sobre a jurisdição entre o Desembargo do Paço e o novo Conselho palatino, a Coroa escolheu alargar a esfera de actuação deste último e estender ao ultramar o seu «braço», permitindo que os agentes nomeados pelo Conselho Ultramarino ‘usurpassem’ a jurisdição dos juízes ordinários¹²⁸.

Tendo em conta as suas competências, o Conselho Ultramarino passou a produzir e acumular a documentação que dizia respeito às «conquistas», tais como consultas, cartas, ofícios, alvarás, provisões, regimentos, instruções, decretos, requerimentos, entre outros. Toda a correspondência proveniente das partes ultramarinas para o centro político, deveria ser levada e registada em Lisboa¹²⁹.

¹²⁵ Susana da Nóbrega Brites MOITA, «O Conselho Ultramarino e o Brasil (1750-1777): contributo para o estudo do sistema administrativo do Brasil Colonial» (*dissertação de mestrado* em História e Cultura do Brasil, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002), p. 43.

¹²⁶ Vera ACIOLI, *Jurisdição e conflito...*, p. 67.

¹²⁷ Edval de S. BARROS, *Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)* (Lisboa, CHAM/UNL/Universidade dos Açores, 2008), pp. 104-106.

¹²⁸ Pedro CARDIM, «"Administração e governo" ...», p. 46; p. 64.

¹²⁹ Heloísa Liberalli BELLOTTO, «Diplomática brasileira do século XVIII...», p. 27.

Ora, se mesmo antes da reforma das secretarias de Estado por D. João V, os secretários de Estado do século XVII já haviam conquistado um papel preponderante nas matérias sobre a guerra e a diplomacia, tanto no centro do poder quanto no resto do império, com a reestruturação das secretarias em 1736, o Conselho Ultramarino perdeu funções, como a de ser o principal mediador entre as partes e o centro. Perda esta que se acentuou de forma evidente a partir do consulado pombalino¹³⁰.

No início do reinado de D. João V a estrutura administrativa assentava em duas repartições de igual relevância, a Secretaria de Estado e a Secretaria das Mercês, bem como, em vários tribunais¹³¹. No ano de 1736 foi efetuada uma reorganização no sistema das secretarias, a partir da qual surgiu a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar¹³². Suas competências abrangiam as atribuições tradicionalmente confiadas à Marinha e à defesa do litoral e os negócios respeitantes ao ultramar. Pertenciam ainda ao seu domínio o provimento dos postos militares, dos ofícios da Marinha e a expedição dos passaportes dos navios que saíssem de Lisboa¹³³.

Porque o século XVIII foi, por excelência, o século das reformas, mudanças significativas foram realizadas não apenas na monarquia portuguesa. Salienta-se que foi nas primeiras décadas de Setecentos que a Coroa espanhola introduziu remodelações políticas muito semelhantes àsquelas implementadas por D. João V¹³⁴. Foi durante o

¹³⁰ André da Silva COSTA, «Os secretários e o estado do rei: luta de corte e poder político sécs. XVI-XVII» (dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008), pp. 159-161.

¹³¹ A Secretaria de Estado ficava com as matérias que fossem do âmbito do Estado, correspondência e relações com o estrangeiro, assuntos do ultramar, exército, criação de títulos e nomeações. A das Mercês ficaria com as consultas, os despachos, os decretos e as ordens que não se referissem à primeira. José Manuel SUBTIL, *O terramoto político (1755-1759) - Memória e poder* (Lisboa: Edial, 2007), p. 30.

¹³² Nuno G. MONTEIRO, D. *José...*, p. 35. D. João V houve por bem ordenar a criação de três secretarias de Estado: a dos negócios do Reino, a dos negócios da Marinha e domínios ultramarinos e a dos negócios estrangeiros e guerra. Especificamente sobre a Secretaria da Marinha e do Ultramar existe muito pouca bibliografia específica produzida. Ver também Paulo MEREIA, «Da minha gaveta: os secretários de Estado do Antigo Regime» (Coimbra, separata do *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. 40, 1965), p. 17 e ss. E, Francis Albert COTTA, «Subsídios para o entendimento do arcabouço formal da legislação portuguesa no século XVIII», pp. 1-7. [consultado em 3 de setembro de 2011]. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/subsidiosparaoentendimentodoarcaboucoformaldalegislacaoportuguesa.pdf>.

¹³³ Também a administração da Justiça, Comércio, Fazenda Real, Governo dos domínios ultramarinos e negócios das missões, bem como os provimentos dos ofícios da Justiça e da Fazenda, dignidades, canonicatos, paróquias e mais benefícios da Igreja. Francis Albert Cotta, «Subsídios para o entendimento...», p. 7

¹³⁴ As grandes reformas começaram em Espanha no reinado de Filipe V [1700-1746]. A nova ênfase na autoridade régia foi iniciado no seu governo e teve continuidade com Fernando VI [1746-1759].

governo de Filipe V [1700-1746], que as secretarias de Estado foram reformadas, limitando o papel dos *Consejos* tradicionais, que se viram reduzidos a funções consultivas e judiciais. J. Elliott afirma que o regime borbónico estava decidido a modernizar as estruturas e os métodos administrativos de uma sociedade de Antigo Regime, e embora o Conselho das Índias tenha sobrevivido, as suas funções foram gradualmente sendo reduzidas às de um tribunal meramente judicial. Grande parte do antigo sistema baseado nos Conselhos foi esvaziado e o poder começou a concentrar-se num novo tipo de ministros: nos secretários de estado e de despacho, e, a partir de 1714, nos de Marinha e Índias¹³⁵.

De forma análoga a mesma modificação ocorreu no império português. É de sublinhar que, paulatinamente, a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar absorveu atribuições que até então eram do âmbito e da competência particular do Conselho Ultramarino, tal como este já havia feito com o Conselho da Fazenda, no que concerne aos territórios ultramarinos¹³⁶. Atribuições relevantes como as nomeações de vice-reis, governadores e capitães gerais dos Estados da Índia, Brasil, Maranhão, Reino de Angola e outras partes do império¹³⁷. Em Espanha, as reformas bourbónicas para a administração do império centraram-se na organização dos órgãos da governação e além da Secretaria de Estado e Despacho foram criadas as *Secretarias da Gracia y Justicia, Hacienda, Guerra, Marina e Indias*. A nova Secretaria da Marinha e das Índias tomou boa parte das funções do Conselho das Índias, deixando-o incumbido de litígios e assuntos referentes a questões

Contudo, foi com Carlos III [1759-1788] que a Espanha conseguiu executar um conjunto completo de reformas. O seu reinado foi marcado por um aumento da prosperidade no centro e nas colónias, confirmando a Espanha como uma potência europeia no final do século XVIII. David A. BRADING, «A Espanha dos Bourbons e seu império americano» em *História da América Latina: A América Latina colonial*, org. Leslie BETHEL, vol. I, 2ª ed. (São Paulo: editora da USP/Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008), p. 402.

¹³⁵ John H. ELLIOTT, *Imperios del mundo Atlántico: España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*, (Madrid: Taurus História, 2006), pp. 345-347. Seguindo o modelo francês, em 1714 foram criadas quatro secretarias para assumir a maior parte dos encargos dos antigos conselhos reais de Espanha e os *Consejos* tradicionais foram circunscritos a funções consultivas e judiciais, à semelhança daquilo que ocorreu no consulado pombalino. Embora a reforma das secretarias de Estado tenha começado na época de D. João V (1736), estas só assumiriam funções administrativas mais categóricas com a nomeação de Carvalho e Melo para a Secretaria de Estado do Reino e Mercês em 1755 e com seu irmão, ex-governador colonial, Francisco Xavier de Mendonça Furtado para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar em 1762.

¹³⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro [ANRJ]. *Alvará* pelo qual é Vossa Majestade servido criar três secretarias de Estado, de 28 de julho de 1736. Fundos Diversos, Códices, código 796, vol. II, fls. 19-21.

¹³⁷ AHU_ACL_CU, Registo de Provisões, Cód. 99, fl. 182. Ver também Maria L. ABRANTES, «Fontes para a história do Brasil Colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino», em *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, vol. X, nº 1 (1997): pp. 1-12.

individuais¹³⁸. Semelhantemente ao que ocorreu com o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar em Portugal¹³⁹.

Conforme Maria Beatriz Nizza da Silva, D. João V não se satisfazia apenas com o parecer dos membros do Conselho Ultramarino e solicitava pareceres a entidades distintas - secretários particulares, outros tribunais - nas matérias que considerava importantes¹⁴⁰. Com as reformas das secretarias de Estado o distanciamento entre rei e o tribunal do Conselho Ultramarino foi-se acentuando e, já a partir da década de 1740, o tribunal foi perdendo espaço, de forma paulatina, na administração dos negócios do ultramar¹⁴¹. Mas nem o distanciamento entre o Conselho Ultramarino e o rei, nem o declínio do Conselho de Estado no reinado joanino elevaram as secretarias directamente ao poder político ministerial que viriam a ter a partir de Pombal¹⁴².

Na recente *História Económica de Portugal*, seus autores, ao analisarem o período pombalino, destacam que estando Carvalho e Melo à frente de uma Secretaria com centralidade na burocracia do «Estado» à qual pertenciam todas as área do governo¹⁴³, principalmente os despachos das consultas que subiam ao rei, procurou assumir, pelos predicativos do cargo, uma posição determinante para propor directrizes legislativas e

¹³⁸ Stuart SCHWARTZ e James LOCKHART, *A América Latina na Época Colonial*, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002), p. 403.

¹³⁹ Maria L. ABRANTES, «Fontes para a história do Brasil Colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino», *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, vol. X, nº 1 (1997): p. 1-12.

¹⁴⁰ Maria Beatriz Nizza da SILVA, *D. João V*, (Lisboa: Temas e Debates, 2009), p. 201.

¹⁴¹ Em 1740 encontrámos um aviso em São Tomé do secretário de Estado da Marinha Ultramar, António Guedes Pereira, ao conselheiro do Conselho Ultramarino, José de Carvalho de Abreu, remetendo 3 cartas do governador para serem consultadas pelo tribunal. Apesar de haver claramente uma interferência da Secretaria no circuito da informação, neste período esta intromissão não era sistemática nem frequente, mas começava a ocorrer. AHU, Conselho Ultramarino, São Tomé, Cx. 7, documentos 25 e 51.

¹⁴² Nuno G. MONTEIRO, *D. José...*, p. 36. Comprovamos a perda de espaço do Conselho Ultramarino no que concerne à capitania de Pernambuco, ao constatarmos que a partir de 1757 muitos dos ofícios enviados pelo governador subiam apenas à Secretaria de Estado do Reino e Mercês, cujo titular da pasta, como se sabe, era Sebastião José de Carvalho e Melo. Em 1761, o número de requerimentos e cartas, documentos que davam entrada pelo Conselho Ultramarino, era pouco maior que o de ofícios encaminhados pelas secretarias de Estado. Naquele ano entraram nas instituições centrais: 58 requerimentos e 25 cartas, pelo Conselho Ultramarino; 60 ofícios dirigidos à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar e 15 à do Reino e Mercês. Esta tendência foi-se acentuando com o passar das décadas.

¹⁴³ O termo «Estado» é aqui usado, como conceito operatório, contudo, destaca-se que a realidade a que se refere é estruturalmente diferenciada daquela que o mesmo conceito possui na época contemporânea. O conceito de «Estado moderno» é aplicado para os séculos anteriores ao XIX, como sinónimo de monarquia, «caracterizada pelo pluralismo jurídico, de que o rei e a administração central constituem apenas um dos polos, mas cuja composição é diferente da medieval». Catarina Madeira SANTOS, *Goa é a chave de toda a Índia. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)* (Lisboa, CNPDP, 1999), p. 31.

executivas. Sebastião J. de Carvalho e Melo soube como agir no que concerne à instabilidade das secretarias de Estado, procurando controlá-las indirectamente, asseverando que boa parte dos campos do governo passassem pela sua área de intervenção. Este modelo de administração subsistiu até o final do Antigo Regime e acabou por esvaziar a capacidade de intervenção que os Conselhos possuíam e que constituíram as formas de governo no período da Restauração¹⁴⁴.

Em nosso entendimento, durante o consulado pombalino, no âmbito da comunicação política entre os vassalos em Pernambuco e a Coroa, a diminuição de funções do Conselho Ultramarino é perceptível. Em 1755, no ano em que Carvalho e Melo ascendeu à Secretaria do Reino e Mercês, embora o número de missivas recebidas pelas secretarias de Estado e pelo Conselho tenha sido muito díspar, a relevância política do Conselho na apreciação de matérias de alta importância já estava bastante reduzida. O circuito da informação continuava a ser o mesmo estabelecido pela reforma das secretarias, as cartas e os requerimentos são dirigidos ao rei e os ofícios ao secretário de Estado.

Em 1755 o tribunal recebeu 39 cartas e 61 requerimentos. Pela Secretaria entraram 38 ofícios. A diferença porém, estava no tipo de comunicação política que cabia no domínio de cada uma das instituições. Neste ano, já era visível a distinção entre o que uma e outra instituição avaliava e resolvia. No que respeita à capitania de Pernambuco, os temas que subiam às secretarias, em forma de ofícios, tinham a ver com economia, comércio e produção de novos géneros - a arrematação de contratos, a exportação de géneros coloniais, a expedição de frotas e a exploração de novos produtos -, tais como o salitre e o anil. Bem como, todas as questões de cariz político e de prestação de contas dos governadores sobre os seus «modos de governar» já eram dirigidos ao secretário de Estado. Já para o Conselho Ultramarino a temática era outra. Os governadores, por meio de cartas ao rei, prestavam contas dos postos militares que se encontravam vagos, remetiam pedidos feitos pelas Câmaras e pelo Cabido - referentes ao aumentos das côngruas ou aos ornamentos necessários para as igrejas -, informavam os conflitos de

¹⁴⁴ Leonor F. COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, *História Económica...*, p. 267.

jurisdição com as instituições municipais e davam parecer sobre requerimentos de particulares¹⁴⁵.

No ano de 1760, quando Mendonça Furtado passou a auxiliar Carvalho e Melo na Secretaria de Estado do Reino, constatámos que 56 missivas oriundas de Pernambuco deram entrada nas instituições centrais. Tribunal e Secretaria receberam praticamente a mesma quantidade de papéis. Isto é, entraram 27 ofícios pela Secretaria e 28 cartas e requerimentos pelo tribunal. Não houve mudanças significativas acerca da temática que cabia na alçada de uma e de outra instituição, também não foram encontrados vestígios da documentação do tribunal ter passado primeiramente pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, algo que começaria a ocorrer de forma sistemática. Isto é, ainda não havia despachos da secretaria nos papeis que entravam pelo tribunal¹⁴⁶, porém as matérias mais relevantes sobre política, economia e defesa eram tratadas no âmbito da secretaria.

Já a partir de 1762, quando Mendonça Furtado ascendeu ao lugar de secretário de Estado da Marinha e Ultramar, o volume da correspondência se alterou definitivamente. Esta modificação é perceptível na documentação das três principais capitanias da América portuguesa - Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco -, dos vassalos e dos representantes da Coroa. O número de ofícios oriundos do ultramar, que entravam pelas secretarias, é duas vezes maior que as missivas que cabiam na jurisdição do Conselho Ultramarino. E os principais assuntos continuavam a ser analisados nas secretarias¹⁴⁷.

¹⁴⁵ O concurso para preencher a vacância de cargos militares ainda passava pelo Conselho Ultramarino, mas no que respeita ao Rio de Janeiro e Baía, por exemplo, não mais. Os governadores proviam os cargos e o Conselho apenas confirmava a escolha já previamente feita pelos representantes da Coroa. O Conselho perdia capacidades para as secretarias e também para o vice-rei do Estado do Brasil. Miguel Dantas da CRUZ, «O Conselho Ultramarino e a administração militar do Brasil (da Restauração ao Pombalismo): política, finanças e burocracia» (*tese de doutoramento*, Lisboa: ISCTE, 2013), p. 343.

¹⁴⁶ Nota-se a interferência da Secretaria no circuito da correspondência a partir de 1740, contudo ressalta-se que na década de 1780 a triagem de todas as missivas que das partes davam entrada no centro político já estava completamente estabelecida. Triagem que era feita a partir da Secretaria de Estado. No final do período pombalino observámos que nas cartas e requerimentos ao rei, de forma geral da alçada do Conselho Ultramarino, havia um despacho do secretário de Estado, baixando a missiva para ser consultada ou informada pelo tribunal por aviso do ministro ao presidente do tribunal.

¹⁴⁷ A partir do ano de 1762 as secretarias de Estado receberam duas vezes mais documentação oriunda de Pernambuco que o Conselho Ultramarino. Cartas e requerimentos davam entrada pelo Conselho Ultramarino (CU); os ofícios eram do trato das Secretarias. Para Pernambuco no ano de 1762 entraram nas instituições centrais 7 requerimentos (pelo CU), 14 cartas (CU), 51 ofícios (pela SEMU) e 13 ofícios ao conde de Oeiras (SERM). De 1762 em diante, ocorre o mesmo com a correspondência enviada da Baía e Rio de Janeiro para as instituições centrais. Cerca de 1/3 dos documentos oriundos destas capitanias entraram pelo Conselho Ultramarino, os outros 2/3 deram entrada pelas duas Secretarias de

Nos reinados josefino e mariano, naquilo que era relativo ao ultramar, as leis e os alvarás, passaram a ser redigidos, principalmente, pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, o que reflectia a posição primordial deste órgão na tomada de decisões para o império. O Conselho perdeu o seu papel de principal instituição central na mediação das disputas e na emanação de leis para o ultramar português. Passou a ser da secretaria a primazia na deliberação das matérias vindas das conquistas

No que respeita à capitania de Pernambuco, o Conselho só voltou a tratar de matérias com alguma relevância política nos anos anteriores a partida da Corte para o Brasil¹⁴⁸. O Conselho aproveitou o momento de instabilidade política da regência de D. João - como analisaremos na terceira parte da tese -, e procurou ascender a uma posição cimeira nas discussões sobre o governo das conquistas¹⁴⁹.

Para além das instituições aqui analisadas, importa referir outras duas, criadas durante a administração pombalina já na década de 1760, que produziram efeitos político-administrativos estruturantes no modelo de organização e distribuição do poder da Coroa, ao nível da administração central e periférica. Estamos a referir-nos a dois órgãos que tiveram continuidade no reinado de D. Maria I, caso da Intendência Geral da Polícia e do Erário Régio.

A Intendência instituiu legalmente, entre outras coisas, actividades de vigilância, prevenção da criminalidade, além de «uma desconcentração técnica entre a função policial e a função judicial». O Erário legitimou actividades de controlo do sistema financeiro, da arrecadação das rendas e da aplicação dos capitais da Fazenda Real no Reino e nas «conquistas»¹⁵⁰.

Estado (da Marinha e Ultramar e a do Reino e Mercês). Esta tendência não voltou a inverter-se até o Conselho ser desativado pelo príncipe D. João, em 1809. AHU, Conselho Ultramarino, Secretaria do Conselho Ultramarino. AHU_ACL_CU_089, Cx. 15, D. 1425.

¹⁴⁸ Como veremos na terceira parte desta tese de doutoramento, no período de 1793 até às invasões francesas, no final de 1807, no que se refere à administração da capitania de Pernambuco, o Conselho Ultramarino voltou a ter uma maior acção interventiva.

¹⁴⁹ A partir de um pedido originado pela Junta da Fazenda de Pernambuco, o Conselho consegue que o regente declare a soberania do tribunal sobre matérias que não eram mais de sua alçada. Esta alteração acaba por originar reacções em outros tribunais em 1801.

¹⁵⁰ José M. SUBTIL, «Os poderes do Centro», em *História...*, vol. IV, p. 158.

Em 25 de julho de 1760 foi criada a Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino, com ampla jurisdição sobre todos os ministros no que diz respeito à polícia¹⁵¹. A Intendência provocou nova distribuição de competências entre a polícia e a justiça: os comissários da polícia e a Guarda Real passaram a vigiar e a prender mais; os juizes, por sua vez, a instruir os processos crimes. A Intendência também alterou a forma de apurar os crimes, a averiguação passou a obedecer estritamente ao processo da investigação policial¹⁵². Cabia ao intendente coordenar as atribuições da polícia exercidas pelos magistrados judiciais¹⁵³.

Sobre o Erário Régio, podemos inferir que foi instituído, entre outros motivos, por conta da precariedade do sistema financeiro e da falta de gerência do fluxo de impostos. O Erário foi criado com o objectivo de suprimir as deficiências na arrecadação dos direitos e rendas reais, a cargos de diferentes repartições, e diminuir abusos e atrasos nos seus depósitos. Era necessário proceder a uma organização da Fazenda. Deste modo, foi criado em 1761, na tentativa de reformar a organização financeira centralizando-a numa única instituição, num momento em que os rendimentos coloniais começavam a declinar, tanto os resultantes do ouro do Brasil quanto o de outros géneros, caso do açúcar de Pernambuco e Baía¹⁵⁴.

Ao contrário do que aconteceu com o Conselho Ultramarino, as secretarias de Estado coexistiram com o Erário Régio, sem grandes conflitos de jurisdição, constituindo ambos, na maioria das vezes, dispositivos substanciais da governação de D. José e de D.

¹⁵¹ José M. SUBTIL, «Os poderes do Centro», em *História...*, vol. IV, p. 156.

¹⁵² O primeiro intendente foi o desembargador Inácio Ferreira Souto, amigo de Sebastião José de Carvalho e Melo, e membro do juízo da Inconfidência, que sentenciou os acusados pelo atentado ao rei D. José I, e de forma particular, a família Távora.

¹⁵³ Salientam-se as competências de superintendência geral dos contrabandos e descaminhos dos reais direitos, a concessão de licenças para casa de jogos, de passaportes, de controlo de mendigos, de divertimentos públicos e de rondas volantes, o expediente da Casa Pia, instituição criada por D. Maria I em 3 de junho de 1780, e Casas de Correção e Educação de Santa Isabel e de Santo António, a iluminação da cidade e a Inspecção para os navios que pretendessem sair do porto de Lisboa. *Intendência Geral da Polícia*. [Consultado em 17 de janeiro de 2012]. Disponível em: <http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais/eventos-em-documentos/intendencia-geral-da-policia/>.

José M. SUBTIL, «Os poderes do Centro», em *História...*, vol. IV, p. 158.

¹⁵⁴ Miguel Dantas da CRUZ, «Estado e centralização na monarquia portuguesa. A administração e a defesa do Brasil entre o Erário Régio e as Juntas da Fazenda (1761-1801)» (*paper* apresentado no XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), Coimbra, 18-19 de novembro de 2011), pp. 5-8. [Consultado em 1 de março de 2012]. Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_3f/miguel_dantas_cruz_paper.pdf.

Maria I¹⁵⁵. O poder governativo encontrava-se partilhado em esferas distintas, pertencendo às secretarias de Estado a gestão dos assuntos de cunho político «do Reino e das conquistas», recaindo no Erário a direcção financeira do império¹⁵⁶.

2.2 Governo e reforma política na segunda metade de Setecentos

Muitas das instituições criadas a partir do século XVI permaneceram no século XVIII, embora durante o pombalismo tenham sofrido algumas mudanças. Por norma, este período é visto pela historiografia como um marco de cisão na história portuguesa e entende-se ainda que tais mudanças se estenderam aos domínios portugueses, sobretudo ao Brasil, colónia que teve um papel preponderante na política Setecentista de Lisboa¹⁵⁷.

Na nossa perspectiva, foi no reinado de D. João V que algo se modificou em matéria de poder central e, embora o seu reinado tenha estado numa linha de continuidade com o anterior, tal não significou uma ausência de divergências e críticas, até porque era comum que em sociedades de Antigo Regime, sob uma fachada de serenidade e harmonia, ocorresse «uma conflitualidade endémica e profunda»¹⁵⁸.

No que se refere ao Brasil, a colónia esteve permanentemente no centro das atenções da Coroa. E era, desde há muito, objecto de propostas de reestruturação, algumas delas concretizadas, como a modificação do sistema da capitação em 1736 e a criação do Tribunal da Relação no Rio de Janeiro (em 1751)¹⁵⁹. A crescente relevância do Brasil e do ouro traduziu-se em inovações administrativas como a actuação e as

¹⁵⁵ No que diz respeito ao Conselho Ultramarino, podemos afirmar que a criação do Erário Régio representou também uma perda de competências, pois, se antes podia tratar da armação dos navios, envio de armamentos e munições, peças de artilharia e outros utensílios e ferramentas regularmente solicitados pelas «conquistas», a partir da década de 60 de Setecentos, precisava do consentimento do novo organismo para a liberação de recursos para tratar de uma função que fazia parte de suas competências.

¹⁵⁶ O Erário possuía quatro contadorias, cada uma responsável por uma parte do império; a administração das finanças do Brasil estava repartida entre as contadorias da Baía e do Rio de Janeiro. Miguel Dantas da CRUZ, «Estado e centralização na monarquia portuguesa...», pp. 8-10.

¹⁵⁷ Nuno Gonçalo MONTEIRO, «O tempo de Pombal (1750-1777)» em *História de Portugal...*, pp. 376-377. Nuno Gonçalo MONTEIRO, «A monarquia barroca (1668-1750)» em *História de Portugal...*, pp. 350-356. Francisco BETHENCOURT, «A América Portuguesa» ..., vol. III, p. 241.

¹⁵⁸ Luís Ferrand de ALMEIDA, «O Absolutismo de D. João V», em *Páginas Dispersas*. Estudos de História Moderna de Portugal. (Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995), pp. 199-200.

¹⁵⁹ Maria Fernanda BICALHO, *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no Século XVIII*. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003), pp. 83-85.

competências exorbitantes conferidas a Gomes Freire de Andrade¹⁶⁰. O ouro e a vertigem que gerara tornaram a América portuguesa num foco de atenções e no objecto de variadas propostas, desde o reinado de D. João V. Tudo isso começou antes da ascensão de Carvalho e Melo¹⁶¹.

É de sublinhar que nem tudo o que ocorreu com a subida de D. José I ao poder pode ser imputado a Carvalho e Melo: o ataque ao contrabando, a montagem de novos aparelhos governativos e a reforma de outros, a facilidade de movimento comercial do porto de Lisboa, os primeiros ensaios de uma empresa monopolista. Medidas que têm as marcas das preocupações da segunda metade de Setecentos, mas que ainda não cabiam na esfera de acção das obrigações de Sebastião José de Carvalho e Melo¹⁶².

As reformas pombalinas não foram feitas sobre planos previamente estabelecidos. Para além de convicções programáticas mercantilistas - relacionadas por Borges de Macedo com uma política proteccionista -, as reformas foram uma resposta às circunstâncias concretas, combinadas com objectivos particulares. Nestes objectivos incluiu-se a conquista do lugar de principal ministro de D. José I, ajustando as soluções às situações ocorridas. A legislação pombalina foi quase sempre de emergência sem outra planificação e sem outro desenvolvimento que não o que lhe é dado pelo curso dos acontecimentos¹⁶³. Joaquim Romero Magalhães defende que a chamada «política pombalina» não nasceu pronta e acabada desde que Sebastião J. de Carvalho e Melo

¹⁶⁰ Governador do Rio de Janeiro entre 1752-1762, posteriormente e concomitantemente assumiu o governo de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Sacramento. Mônica da Silva RIBEIRO, «'Se faz preciso misturar o agro com o doce': a administração de Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro e Centro-sul da América portuguesa (1748-1763)» (tese de doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010).

¹⁶¹ Nuno Gonçalo MONTEIRO, «A monarquia barroca (1668-1750)» em *História...*, pp. 353-355. O futuro marquês de Pombal quando subiu ao poder foi beneficiado por um longo período de estabilidade governativa que vinha do reinado de D. João V. Esse equilíbrio teve correspondência a nível secretarial: Diogo de Mendonça Corte Real (1706-1736), o Cardeal da Mota (ca. 1736-1747) auxiliaram na governação do país juntamente com outros secretários particulares, caso de Alexandre de Gusmão, e outras figuras próximas de D. João V que tinham a confiança do rei nos assuntos da Coroa. Alguns destes ocuparam um lugar de maior ou menor relevo no valimento real, servindo de conselheiros ou executantes, casos do Cardeal da Cunha, do padre Carbone, de frei Gaspar da Encarnação. Esta estabilidade governativa foi relevante para o reformismo implementado pela Coroa portuguesa no século XVIII. Luís Ferrand de ALMEIDA, «O absolutismo de D. João...» em *Páginas Dispersas...* p. 193. Jorge Borges de MACEDO, «O Marquês de Pombal (1699-1782)» (Lisboa, separata da *Série Pombalina*, Biblioteca Nacional de Portugal, 1982), pp. 17-19.

¹⁶² A empresa monopolista aqui referida é a Companhia de Comércio da Ásia, fundada em 1753, e que permitiu a Feliciano Velho Oldenberg e mais 5 sócios a fazerem negócios com a Índia e com a China, por um prazo de 10 anos. Jorge Borges de MACEDO, «O Marquês de Pombal...», p. 19.

¹⁶³ Valores tradicionais de Antigo Regime. Jorge Borges de MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal...*, p. 123.

assumiu uma das secretarias de Estado; para Romero Magalhães, além de respostas às conjunturas e acontecimentos, há incongruências próprias da figura do ministro e de outros personagens a considerar¹⁶⁴.

Com o sismo de 1755 e uma situação de guerra nas décadas seguintes (1760 e 1770), com perdas relevantes no Sul do Brasil para os espanhóis e o declínio das remessas do ouro desde a década de 40 de Setecentos, é possível referir uma provável situação de crise¹⁶⁵. Circunstâncias que, combinadas, contribuíram para que Sebastião J. de Carvalho e Melo obtivesse o lugar de principal decisor político e assumisse a governação do império, dando continuidade as reformas iniciadas com D. João V¹⁶⁶.

Nas páginas seguintes discutiremos algumas das transformações políticas e económicas dentro do império, dando destaque às ocorridas em Portugal e no Brasil no consulado pombalino, para clarificar a situação da capitania de Pernambuco, na segunda metade do século XVIII. Para se compreender como esta capitania foi administrada na segunda metade de Setecentos é necessário perceber algumas das reformas pombalinas mais gerais para Portugal e Brasil, uma vez que, também Pernambuco foi alvo das medidas interventivas da Coroa durante o consulado pombalino¹⁶⁷.

2.3 O fomento industrial em Portugal e a criação das companhias de monopólio

O «pombalismo», conforme definiu José Vicente Serrão, configurou-se no âmbito das reformas executadas no reinado de D. José I, implementadas por um conjunto de homens e de entidades institucionais conectados numa espécie de rede de solidariedades políticas e pessoais, cujo centro era a figura do marquês de Pombal. O «pombalismo» representou uma convergência de ideias, metas e projectos intervencionistas, por meio de um grupo socioprofissional ligado aos mais diversos sectores de actividade, que encontrou

¹⁶⁴ Joaquim Romero MAGALHÃES, *Labirintos Brasileiros*, São Paulo: Alameda, 2011, pp. 173-174.

¹⁶⁵ Ou de viragem comercial como será discutido no capítulo a seguir. Ver Leonor Freire COSTA, «Relações económicas com o exterior», em *História Económica...*, vol. I, p. 288.

¹⁶⁶ Durante a Guerra dos Sete Anos, as tropas espanholas invadiram o noroeste de Portugal e também o Sul do Brasil, tomaram Sacramento, em 1762 e o Rio Grande de São Pedro, em 1763. Andrée Mansuy DINIZ-SILVA, «Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1808» em *História da América...*, vol. I, p. 492.

¹⁶⁷ Com «políticas» que tinham como objectivo principal reativar o comércio colonial, desenvolver novas culturas (algodão e anil) e investir naquelas já consagradas ao longo de séculos: açúcar e tabaco.

na governação política do marquês de Pombal as oportunidades que precisava para se realizar¹⁶⁸.

Sebastião José de Carvalho e Melo iniciou o seu governo pela reforma dos quadros da administração e pelo corte de despesas, promulgando, nos primeiros cinco anos da sua administração, sucessivos alvarás de regimento, em nome do rei, que estabeleciam companhias de comércio e instituições financeiras e de controlo e vigilância - como o Erário Régio e a Intendência Geral da Polícia. Além disso, o governo pombalino afirmou no plano jurídico um princípio primordial e que teria sequelas: o de que o rei podia mudar a ordem das coisas.

A partir do sismo de 1755, Carvalho e Melo assumiu um papel de relevo, tornando-se o principal gestor das medidas políticas e económicas promovidas por todo o império¹⁶⁹. O terramoto instituiu-se como uma fratura que criou as condições para as mudanças que adviriam com o pombalismo.

As reformas pombalinas constituíram uma estratégia política sustentada por determinados pontos de apoio, como: o Direito, o corpo do oficialato régio, a informação recolhida pelos agentes e instituições, «aplicada mediante o recurso a um ou vários programas, adaptados às especificidades locais e materializados em discursos e práticas dos agentes» da Coroa no centro e nas periferias¹⁷⁰.

Em meados de Setecentos houve uma oscilação da economia no império português, que estava relacionada sobretudo com uma quebra no preço e nas exportações do açúcar, e na redução das remessas de ouro. Os efeitos da quebra no preço do açúcar reduziram a capacidade do país de pagar as suas importações¹⁷¹. Factores como a concorrência de ingleses e holandeses ao tráfico negreiro português - diminuindo a

¹⁶⁸ Serrão, na realidade, ao conceitualizar o pombalismo, definiu-o como sendo um projecto político. A nosso ver, mais que projecto político, o pombalismo caracterizou-se por um reformismo activo, que tentava romper com um modelo administrativo «passivo», procurando impor uma diferença enquanto estratégia política. José Vicente SERRÃO, «Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo», em *Do Antigo Regime ao Liberalismo: 1750-1850*, orgs. Fernando Marques da COSTA, Francisco Contento DOMINGUES, e Nuno G. MONTEIRO (Lisboa: Vega, 1989), p. 12.

¹⁶⁹ Kenneth MAXWELL, *O marquês de Pombal*, Lisboa, editorial Presença, 2001, pp. 111-112.

¹⁷⁰ José Damião RODRIGUES, «'Para o sossego e tranquilidade pública das Ilhas'...», pp. 151-152.

¹⁷¹ A partir de 1765 esta redução do ouro do Brasil tornar-se-ia irreversível e interligar-se-ia, posteriormente, com o enfraquecimento da extração de diamantes. Nuno Gonçalo MONTEIRO, «A viragem do Século (1777-1807)» em *História de Portugal...*, Rui Ramos (coord.) ..., pp. 410-411. Jorge Pedreira também relaciona a chamada «crise» da década de 1760 ao Brasil e a uma quebra no preço e no montante das exportações do açúcar brasileiro. Jorge Miguel PEDREIRA, *Estrutura Industrial...* p. 44 e ss. Jorge Borges de MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal...*, p. 119.

rentabilidade do negócio e os impostos que este gerava -, a concorrência aos vinhos portugueses e a 'crise dos trigos' também precisam ser levados em consideração pois tiveram repercussão no comércio internacional português e na arrecadação do Erário Régio. Esta viragem comercial se traduziria na necessidade de mudanças económicas que precisavam ser implementadas, a par de instituições que tinham de ser criadas ou reformadas, caso do Erário Régio, das Juntas das Fazendas, da Mesas da Inspeção, da Intendência da Polícia e da nova centralidade assumida pelas secretarias de Estado na época pombalina.

Não analisaremos aqui todo o conjunto das reformas pombalinas em Portugal¹⁷², apenas discutiremos as que impulsionaram a indústria, devido aos reflexos que tais mudanças implementadas no Reino teriam no império e, mais especificamente, na institucionalização de empresas comerciais na América portuguesa.

Procurando uma reciprocidade nas relações comerciais entre Portugal e Grã-Bretanha, Carvalho e Melo tomou medidas que procuravam reduzir a chamada «dependência» portuguesa da sua parceira comercial e aliada¹⁷³. O apoio dado pelo governo pombalino ao desenvolvimento manufactureiro foi o principal dispositivo das medidas de fomento industrial do período, ampliado a partir de 1770. Este apoio pode explicar os motivos da substituição das manufacturas, quase sempre britânicas, enviadas para o ultramar por outras portuguesas¹⁷⁴. O amparo do governo também foi uma tentativa para ultrapassar os obstáculos que existiam ao aumento da produção nacional e que acabou por criar lugares próprios para a disseminação do saber técnico¹⁷⁵.

¹⁷² Reformas que a nosso ver não foram fruto do iluminismo. Concordamos com J. Damião Rodrigues quando defendeu que apesar de ser possível encontrar na chamada «época pombalina» afirmações de um novo conjunto de ideias, iniciadas no entanto já no reinado de D. João V, quando sobressaíram relevantes entidades da cultura portuguesa, «se justifica uma certa prudência na aplicação uniforme de uma grade de leitura iluminista às décadas do reinado josefino»: José Damião RODRIGUES, «Para o sossego e tranquilidade pública das Ilhas...», p. 157.

¹⁷³ Stuart SCHWARTZ e James LOCKHART, *A América Latina...* p. 441.

¹⁷⁴ Leonor F. COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, «A consolidação 1703...», p. 258 e ss.

¹⁷⁵ A Fábrica das Sedas tornou-se num centro coordenador de produção de muitas oficinas. A renovação das manufacturas de lanifícios da Covilhã tinha por objectivo criar um espaço que formasse operários portugueses com a aprendizagem de novas técnicas, ficando o contrato de fornecimento de fardas ligado a estas fábricas. Os panos de linho para as camisas das fardas eram adquiridos nas províncias do Minho, Beira e Trás-os-Montes; os sapateiros de Lisboa e a produção do Arsenal trabalhavam com couros do Brasil na confeção de calçado, selas, coldres, freios, utensílios que antes eram importados. Leonor F. COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, «A consolidação 1703...», pp. 196-200.

A relevância do incentivo à indústria deu frutos no final do reinado josefino (1776), por conta da expansão do mercado «brasileiro», que no século XVIII afigurou-se como o principal mercado ultramarino. Uma grande parte da produção portuguesa foi absorvida pela colónia americana¹⁷⁶. O surto industrial teve no Brasil, principalmente nas capitanias do Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco, seus melhores mercados. Uma das dimensões mais visíveis da prosperidade mercantil portuguesa, de finais do século XVIII, foi precisamente a ampliação das exportações de produtos industriais portugueses para o Ultramar¹⁷⁷. Isto é, as reformas iniciadas no reinado de D. João V e ampliadas com o pombalismo e que buscavam uma melhoria na economia do império, só deram frutos no final da chamada época pombalina.

Ainda no âmbito da economia, as reformas pombalinas, implementadas em resposta a uma viragem comercial ocorrida em Portugal, em meados do século XVIII, além de criarem ou recriarem várias indústrias regionais, estabeleceram companhias comerciais no «centro» e nas «periferias». A primeira companhia a ser criada foi a do Oriente (em 1753) - que durou menos de uma década -; seguida da do Grão-Pará e Maranhão (em 1755); posteriormente foi instituída a Companhia Geral da Agricultura e Vinhas do Alto Douro, por alvará de 10 de setembro de 1756, com a finalidade de concorrer com os comerciantes ingleses na região norte do Reino. E perto do final da década de 1750 foi criada a de Pernambuco e Paraíba.

A promoção manufactureira que ocorreu durante o pombalismo teve nas companhias de monopólio para o Brasil um canal privilegiado para escoar suas produções¹⁷⁸. Estas poderiam não concorrer com as inglesas nos mercados europeus mas eram bem aceites em África. Adiantamos que, no que respeita à Companhia de Pernambuco e Paraíba, as manufacturas portuguesas foram largamente utilizadas no comércio negreiro com Angola e tinham precedência aos produtos coloniais na compra de escravos em Luanda. Por ser uma questão de grande relevância voltaremos a discuti-la na segunda parte desta tese.

¹⁷⁶ Cerca de 80%. José Jobson de Andrade ARRUDA, «A circulação, as finanças...», em *Nova História...*, vol. VIII, p. 174. Jorge Pedreira confirma que na viragem do século, das manufacturas nacionais, no que se refere às sedas, 70% eram destinadas às colónias, 75% das chitas e cortes de saia também, e o Brasil era o melhor mercado consumidor. Jorge PEDREIRA, *Estrutura industrial...*, pp. 280-293.

¹⁷⁷ Leonor F. COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, «A consolidação 1703...», p. 263.

¹⁷⁸ As primeiras iniciativas pombalinas de fomento industrial associam-se à criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e ao encerramento da Mesa do Bem Comum. Nuno Gonçalo MONTEIRO, «A viragem do século...», *História de Portugal...*, p. 412

Comparando com o caso espanhol, a proliferação do contrabando e o enfraquecimento do exclusivo comercial que se seguiram à Guerra da Sucessão, foram combatidos entre 1714 e 1756, junto com outras medidas, através da criação de diversas companhias comerciais privilegiadas para o comércio com a América espanhola¹⁷⁹. Contudo, depois de 1756, com a criação da Real Companhia de Barcelona, essa orientação não teve continuação¹⁸⁰. No caso da América portuguesa as companhias de monopólio pombalinas foram estabelecidas por motivos semelhantes aos da América espanhola, apesar do sucesso inicial desta directiva, não sobreviveram à saída da cena política do seu criador.

Em nosso entendimento as empresas comerciais foram parte relevante de um conjunto de medidas adoptadas por Carvalho e Melo e visavam incentivar investimentos privados nas companhias pombalinas. Homens de negócio em Portugal e no Brasil puderam qualificar-se para cargos públicos e pleitear hábitos ao se tornarem accionistas¹⁸¹. O governo pombalino acreditava ser necessário torná-los capazes de competir com o crédito estrangeiro em todas as áreas do comércio atlântico, transformando um grupo restrito numa classe comercial competitiva. Além disso, e conforme Fernanda Olival, a inserção destes comerciantes de «grosso trato» nas companhias pombalinas, junto com outros factores, acabou por possibilitar uma certa «nobilitação da riqueza»¹⁸².

A Coroa usou habilmente indivíduos que viam no serviço administrativo uma possibilidade de ascender na escala social e procurou fomentar as relações com homens de negócio portugueses que tivessem capacidade para explorar, de forma conveniente, os principais produtos do império, executando negócios à escala europeia. Quando se

¹⁷⁹ O caso da Real Companhia Guipuzcoana, criada em 1728, será tratado com mais vagar na segunda parte da tese.

¹⁸⁰ Os parâmetros do comércio colonial foram alterados a partir de 1765, primeiramente com a abertura do comércio das Caraíbas espanholas com nove portos da Península; e, em seguida, em 1778, com o decreto do comércio livre que aboliu o monopólio de Cádiz e o sistema das frotas, abrindo o comércio entre os portos da península e os das Américas a todos os navios espanhóis. Dois actos legislativos que acabaram por configurar a década de 80 de Setecentos como sendo um período de real prosperidade do comércio colonial. J. M. Delgado BARRADO, «Reformismo bourbónico y compañías privilegiadas para el comercio americano (1700-1756)», em *El Reformismo bourbónico*, ed. Agustín GUIMERÁ (Madrid: Alianza Editorial, 1996), pp. 123-143.

¹⁸¹ K. MAXWELL, *Chocolates, piratas...*, p. 115.

¹⁸² Analisaremos esta questão com mais vagar no capítulo 6. Fernanda OLIVAL, «O Brasil, as companhias pombalinas e a nobilitação no terceiro quartel de Setecentos» *Anais da Universidade de Évora*, nº 8-9, (1998-1999), p. 78.

instituíram as primeiras companhias pensava-se que o aumento da actividade produtiva, em conjunto com o sucesso destes comerciantes ligados à administração pombalina, pudesse ampliar a riqueza local, o que beneficiaria a população e reforçaria o sentimento de pertença, além de aumentar as rendas tributárias¹⁸³. O que não veio a ocorrer devido à forma como foram geridas as companhias de comércio. Consideramos a criação destes órgãos monopolistas uma acção política e económica das mais relevantes para o governo e a administração do Norte e Nordeste do Brasil, portanto, as explicações sobre elas serão feitas na segunda parte deste estudo.

As reformas executadas no centro da monarquia, a criação de instituições financeiras, de vigilância e controlo - o Erário Régio e a Intendência Geral da Polícia -, bem como o fomento industrial, foram abordados brevemente neste capítulo em razão da repercussão que estas medidas tiveram do outro lado do Atlântico. Carvalho e Melo adoptou ainda, uma série de medidas administrativas, políticas e económicas, exclusivamente feitas para o Brasil, para melhor administrar a colónia que, no século XVIII, se transformaria no «verdadeiro coração da vasta aventura imperial portuguesa»¹⁸⁴. São estas mudanças que serão analisadas em seguida.

¹⁸³ Tiago C. P. dos Reis MIRANDA, «Ervas de ruim qualidade» (dissertação de mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991), p. 290.

¹⁸⁴ Stuart SCHWARTZ, «O Brasil no sistema colonial» em *História da Expansão...*, vol. III, p. 138.

2.4 O Brasil pombalino: os jesuítas, a primeira companhia de comércio, reformas políticas e económicas

Figura 1 - Brasil colonial - século XVIII



Fonte: James SWEET, *Recrutar África - cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*¹⁸⁵.

As reformas implementadas no Brasil, desde a segunda metade do século XVIII até à partida da Corte para o Rio de Janeiro, fizeram com que a chamada «política colonial portuguesa», durante os reinados de D. José I, D. Maria I e do governo do príncipe regente D. João, assentasse em três principais ministros: Sebastião José de Carvalho e Melo, cujo reformismo em Portugal já foi referido¹⁸⁶; Martinho de Melo e Castro - filho de um

¹⁸⁵ James SWEET, *Recrutar África - cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)* (Lisboa: edições 70, 2007), p. 41.

¹⁸⁶ Apesar de não citarmos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, também fez parte do grupo, pois foi a partir da sua entrada como secretário de Estado da Marinha e Ultramar que a chamada «política pombalina para o Brasil» passou a vigorar de forma contundente, afinal o secretário conhecia a situação colonial de perto, fora governador na América portuguesa. Cf. Joaquim Romero MAGALHÃES, «Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil», em *Labirintos brasileiro...*, p. 180.

governador de Moçambique e neto de um vice-rei do Brasil -, diplomata em Haia e Londres (1751-1770) e por fim secretário de Estado da Marinha e Ultramar (1770-1795); e D. Rodrigo de Sousa Coutinho - filho de um governador de Angola -, ministro plenipotenciário em Turim, secretário de Estado da Marinha e Ultramar (1796-1801) e presidente do Erário Régio (1801-1803)¹⁸⁷. Todos eles haviam adquirido experiência nas cortes europeias e levado para Portugal aquilo que vivenciaram e aprenderam no exterior. Provinham da nobreza, porém de estratos diferentes. As suas famílias tinham ligações com a administração colonial e alguns haviam passado pela Universidade de Coimbra¹⁸⁸. A reforma política que procuraram desenvolver baseava-se numa maior centralidade do poder régio, amparada por um governo reformista.

No que diz respeito às medidas políticas e económicas que procuraram implementar no Brasil, os três secretários tiveram objectivos similares: acreditavam que o Brasil era fundamental para a sobrevivência da monarquia portuguesa e por isso pretendiam garantir a integridade territorial da colónia; reforçar a sua estrutura político-administrativa, judicial e militar; e dar continuidade ao desenvolvimento da economia brasileira, assente, principalmente, na agricultura¹⁸⁹. Neste ponto analisaremos algumas destas mudanças, sobretudo aquelas que se interligam com as fronteiras, com a política e com o comércio, a fim de entendermos a conjuntura político-económica na segunda metade de Setecentos¹⁹⁰.

O futuro marquês de Pombal deu continuidade às medidas implementadas no reinado de D. João V, no que diz respeito à questão dos limites territoriais do Brasil. O último grande acto do governo joanino fora o tratado de Madrid. Tratado este que tentara

¹⁸⁷ Andrée Mansuy DINIZ-SILVA, «Portugal e o Brasil...» em *História da América ...*, vol. I, p. 480. A administração do Brasil, na óptica de Martinho de Melo e Castro e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ambos ministros responsáveis pela pasta do Ultramar, bem como as suas vidas e carreiras serão analisadas em capítulo posterior.

¹⁸⁸ Com exceção de Sebastião José de Carvalho e Melo, não é certo que tenha frequentado a Universidade de Coimbra, sabe-se que foi militar e que ingressou na Academia Real da História. Nuno G. MONTEIRO, *D. José...*, p. 50. D. Rodrigo ingressou na Universidade de Coimbra, mas abandonou os estudos superiores do curso de leis. Evaldo Cabral de MELLO, *Um imenso Portugal: história e historiografia* (São Paulo: Editora 34, 2008), p. 49.

¹⁸⁹ Conforme Lúcio de Azevedo, a América era não só o manancial perene de recursos para o tesouro régio, como também o centro em torno do qual gravitava a vida económica de toda a monarquia. J. Lúcio de AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico*, 4ª ed., Lisboa: Clássica Editora, 1988, p. 387.

¹⁹⁰ Andrée Mansuy DINIZ-SILVA, «Portugal e o Brasil...» em *História da América ...*, vol. I, p. 477-480.

delimitar as fronteiras das possessões espanholas e portuguesas na América, África e Ásia, fundamentando-se no princípio da ocupação efectiva ou *uti possidetis*¹⁹¹. O secretário de Estado viu-se obrigado a executar um acordo que não havia negociado.

A oposição dos jesuítas às comissões de demarcação de limites, no Norte, serviu para que Francisco Xavier de Mendonça Furtado expusesse à Coroa o seu «plano» para o governo daquela região. O irmão de Carvalho e Melo foi governador do Grão-Pará entre 1751 e 1759 e, nos seus relatórios à Coroa demonstrava ser necessário fazer reformas, objectivando maiores empreendimentos comerciais e agrícolas por parte dos colonos. Para a execução de tal objectivo seria necessário alterar a legislação relativa aos indígenas, instituir uma companhia de comércio e estabelecer privilégios para estimular o comércio negroiro¹⁹². Foi no âmbito deste contexto - delimitação de fronteiras, redução da jurisdição dos eclesiásticos - que os projectos de companhias de monopólio foram gestados para a América portuguesa¹⁹³.

Não explicitaremos aqui todas as mudanças promovidas pela Coroa com relação aos jesuítas, mas ressaltaremos alguns pontos porque de forma indirecta a restrição do poder dos eclesiásticos junto das populações indígenas e a liberdade dos índios estão relacionadas com a questão da mão-de-obra e esta, por sua vez, relaciona-se com a primeira companhia pombalina. Isto é, para o bem do interesse público e levando em conta as instruções de governo dadas pela Coroa, Mendonça Furtado compreendeu que para proibir o cativo indígena era indispensável trazer escravos de África¹⁹⁴. O governador viu as suas reivindicações serem apreciadas e implementadas pelo governo

¹⁹¹ Este tratado, celebrado no ano de 1750, substituiu o de Tordesilhas (1494) e o de Utrecht (1713).

¹⁹² Manuel Nunes DIAS, «A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão: 1755-1778» (tese de doutoramento, Pará, Universidade Federal do Pará, 1970), p. 126 e ss. Mendonça Furtado queixava-se ao irmão do abastecimento deficiente, da falta de mão-de-obra para o trabalho e da ausência de investimentos.

¹⁹³ O governador acreditava ser necessário afirmar a autoridade da Coroa e limitar o papel das ordens religiosas - principalmente dos jesuítas e dos carmelitas -, por causa dos conflitos denominados por Mendonça Furtado de «guerra civil», pois destruíam as aldeias uns dos outros. Joaquim A. Romero de MAGALHÃES, «Um novo método de governo: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759)» em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, (IHGB) Rio de Janeiro, vol. 165, nº 424, p.183-207, (julho-setembro, 2004), p. 191. Borges de Macedo chama a atenção para «a perseguição ao jesuíta e a muitos nobres», para o historiador esta perseguição foi consequência, entre outros fatores, da violência das lutas internacionais europeias, do aumento dos problemas económicos e da força interna dos partidos. Borges de MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal...*, p. 41

¹⁹⁴ Joaquim A. Romero de MAGALHÃES, «Um novo método de governo...», pp. 206-209.

pombalino¹⁹⁵. A companhia de comércio foi fundada em 1755, e as medidas que diziam respeito aos índios e à Companhia de Jesus - e que na opinião do governador eram as mais relevantes para a América portuguesa -, também entraram em vigor em meados de Setecentos¹⁹⁶.

Na óptica de Mendonça Furtado, para desenvolver economicamente o extremo Norte da América portuguesa, era necessário o estabelecimento de uma companhia de comércio. Esta ideia estava em conformidade com as reformas implementadas pelo seu irmão para a governação «activa» da Coroa. Aquando da criação da companhia pombalina, o caso da «Mesa do Bem Comum» é um exemplo de como as mudanças políticas efetuadas pelo secretário irradiavam por todo o império. O secretário de Estado pautava-se pelo princípio de que para a Coroa governar bem os povos, era necessário reunir informações e antecipar movimentos de rebelião¹⁹⁷. Tal princípio justificou a prisão e o desterro dos que assinaram a representação da «Mesa do Bem Comum», formada por comerciantes portugueses que se opunham à fundação da companhia de comércio para o Norte do Brasil¹⁹⁸.

No ano de 1755 o exacerbar da tensão entre representantes da Coroa no Norte e no Sul do Brasil e os jesuítas coincidiu com o terramoto, que representou numa imensa destruição de riqueza impossível de recuperar a curto prazo¹⁹⁹. Apesar da situação catastrófica no centro político, a Coroa, ciente da crise no Brasil no que respeita aos jesuítas, respondeu aos questionamentos de dois dos seus governadores, Gomes Freire de Andrade - que administrava o centro e o sul do Brasil - e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, administrador do Grão-Pará e Maranhão. Os dois representantes da Coroa faziam parte do conjunto de homens que se interrelacionava numa espécie de rede de

¹⁹⁵ K. MAXWELL, *Chocolates, Piratas...*, p. 105.

¹⁹⁶ A primeira década da administração de Carvalho e Melo ficou marcada pela perseguição a certos núcleos da esfera religiosa. As directrizes pombalinas geraram desacordos com poderosas ordens religiosas. No que respeita ao Norte do Brasil e para cumprir as determinações da Coroa, Mendonça Furtado ao assumir o governo do Grão-Pará e Maranhão, além de enfrentar os jesuítas, precisou de pôr limites aos carmelitas. Era preciso reafirmar a autoridade da Coroa, pois nestas paragens longínquas, escassa ou nenhuma autoridade exercia a Coroa. Joaquim A. Romero de MAGALHÃES, «Um novo método de governo...», p. 210.

¹⁹⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pará. AHU_ACL_CU_013, Cx 36, D. 3347. Joaquim A. Romero de MAGALHÃES, «Um novo método de governo...» pp. 201-203.

¹⁹⁸ Foram desterrados uns e presos outros e a companhia de comércio, como se sabe, foi estabelecida a 7 de agosto de 1755, conforme o «plano» do governador Mendonça Furtado e do seu irmão, o secretário de Estado. Tiago C. P. dos Reis MIRANDA, «Ervos de ruim qualidade...» pp. 212-215.

¹⁹⁹ José Augusto FRANÇA, «Mutações pombalinas ou o pombalismo como mutação» em *O terramoto de 1755: impactos históricos*, orgs. Ana cristina ARAÚJO, et. al. (Lisboa: Livros Horizonte, 2007), pp. 7-10.

solidariedades políticas e pessoais, cujo centro era o marquês de Pombal. Ambos informavam com regularidade, por meio de relatórios críticos, acerca das acções dos jesuítas e do poder que possuíam nas regiões que administravam²⁰⁰.

Entre 1754 e 1755 a Coroa promulgou um importante conjunto de leis, com o objectivo de alterar o processo de exploração dos recursos da região amazónica. Os diplomas mais relevantes expedidos por D. José I, a partir de 1754, foram os que instituíram a Companhia Geral de Comércio, a «liberdade» dos índios e o fim do governo temporal de todos os missionários²⁰¹. No decorrer do ano de 1758, a Coroa anulou o poder temporal dos jesuítas em todo o Brasil e implementou na colónia brasileira o sistema de controlo secular dos índios, criado por Mendonça Furtado para o Pará e o Maranhão²⁰². Em 3 de setembro de 1759, a Coroa decretou a proscrição e a expulsão dos jesuítas em todo o império²⁰³.

Sobre a questão jesuítica assinala-se que, de igual modo, a Coroa espanhola tomou uma decisão análoga àquela ocorrida em Portugal, e expulsou os jesuítas dos seus territórios. Primeiramente, os secretários de Estado restringiram os privilégios e isenções fiscais de que as ordens religiosas gozavam. Depois, em 1767, Carlos III seguiu o exemplo de D. José I e decretou a expulsão da Companhia dos seus domínios. Foi uma medida que advertiu a Igreja sobre a necessidade de obediência absoluta. Os jesuítas eram conhecidos pela sua riqueza, devoção ao papado, independência da autoridade episcopal e pela sua

²⁰⁰ José Vicente SERRÃO, «Sistema político...» em *Do Antigo...*, p. 12. Seja por relações de parentesco ou por pensamento político semelhante. Romero Magalhães declara que Gomes Freire não pode ser considerado um «homem de Pombal», como o foram outros governadores coloniais - o conde da Cunha, o marquês de Lavradio, o morgado de Mateus, etc., - visto ter sido nomeado em 1733 para o governo do Rio de Janeiro, mas ao concordar com as directrizes pombalinas no que diz respeito às demarcações, à guerra guaranítica e à expulsão dos jesuítas, acabaram por ter uma relação próxima. Joaquim Romero MAGALHÃES, «Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil», em *Labirintos brasileiros...*, p. 179.

²⁰¹ Ângela Domingues defende que os objectivos perseguidos pelo Directório, um programa instituído através de uma estrutura legislativa, em vigor desde 1757, eram, fundamentalmente, dois: pretendia-se transformar os ameríndios em súbditos leais e católicos fiéis e procurava-se criar um estrato camponês inserido na economia de mercado, recebendo um salário, através da «destribilização», tornando-os veículo da colonização portuguesa, no espaço amazónico. Ver Ângela M. Vieira DOMINGUES, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII* (Lisboa: CNPDP, 2000), pp. 65-67.

²⁰² K. Maxwell, *Chocolates, piratas...*, p. 114.

²⁰³ Foram acusados de trair os princípios e objectivos da sua missão, de acumular riquezas em demasia, de implementar um «estado dentro do estado» e pôr obstáculos à execução do tratado de Madrid, como já referira Mendonça Furtado e também Gomes Freire de Andrade nos seus relatórios às secretarias de Estado. Nuno Gonçalo MONTEIRO, «O tempo de Pombal...» em *História...*, p. 361. André Mansuy DINIZ-SILVA, «Portugal e o Brasil...» em *História da América ...*, vol. I, p. 488.

habilidade em litígios com os funcionários da burocracia régia. Tal como no império português, em todas as cidades da América espanhola os colégios jesuítas educavam a elite *criolla*²⁰⁴, e exerciam uma grande influência sobre a sociedade colonial²⁰⁵, que em alguns pontos rivalizava com a própria Coroa.

No que se refere à monarquia portuguesa, a questão jesuítica tornou claro que, para o secretário de Estado do Reino, Carvalho e Melo, a «defesa do interesse público» e a do «bem comum» justificavam uma superintendência cada vez maior da sociedade. E o culminar desta gestão do «bem comum» configurou-se na chamada lei da «Boa Razão», a qual estabelecia que as leis régias prevaleciam sobre outras fontes do Direito, inclusivamente o Direito Romano, confirmando um novo «preceito»: o de que o rei podia mudar a ordem das coisas²⁰⁶.

No que diz respeito à organização política e administrativa do Brasil, desde 1751 procurou-se adequar a estrutura da colónia às necessidades estratégicas e geográficas impostas pelo tratado de Madrid. Foram formadas novas capitanias nos territórios que eram mais extensos e difíceis de administrar directamente e foram retomadas pequenas capitanias que estavam ainda em mãos de particulares e que, na maioria dos casos, se encontravam abandonadas.

A partir de 1752, o Estado do Brasil foi reorganizado administrativamente. Pequenas capitanias foram recuperadas e subordinadas politicamente às capitanias da Coroa, mais próximas. Caso de Itamaracá, subordinada à capitania de Pernambuco; Itaparica, Ilhéus e Porto Seguro à Baía; Campos de Goitacazes ao Rio de Janeiro e Itanhaém à capitania de São Paulo. Em 1755 a capitania do Piauí foi separada do

²⁰⁴ *Criollo es un que se empleó desde la época de la colonización de América aplicándolo a los nacidos en el continente americano, del país, pero con un origen europeo. A diferencia de indígena, el Criollo era un habitante nacido en América de padres europeos, o descendientes de estos. Se calificaba de criollo también al individuo nacido de criollos.* Cf. Manuel Álvarez NAZARIO, *El habla campesina del país: orígenes y desarrollo del español en Puerto Rico* (Puerto Rico: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1990), p. 19. Mas também podia aplicar-se o termo para aqueles que, mesmo tendo nascido na Península, estavam radicados há muito tempo na América hispânica.

²⁰⁵ Influência que era amparada na prosperidade que os jesuítas tinham, proveniente da boa administração das fazendas que possuíam nas províncias economicamente relevantes. Ernest Sánches SANTIRÓ, «Una modernización conservadora: el reformismo borbónico y su impacto sobre la economía, la fiscalidad y las instituciones», em *Las reformas borbónicas, 1750-1808*, coord. Clara García AYLUARDO (México: CIDE, FCE, Conaculta, Fundación cultural de la ciudad de México, 2010), pp. 291-292.

²⁰⁶ Lei de 1769. Nuno Gonçalo MONTEIRO, «O tempo de Pombal...» em *História de Portugal...*, p. 377.

Maranhão e foi criada a capitania de São José do Rio Negro, no Norte do Brasil. Torna-se necessário realçar que o processo de incorporação de capitanias brasileiras, ainda em poder de donatários, colocava formalmente nas mãos da Coroa a nomeação dos governadores de todas as capitanias da colónia. Este processo de incorporação havia começado ainda no século XVII, tendo continuidade no reinado de D. João V, sendo encerrado durante o reinado de D. José I²⁰⁷.

Em 1763 a transferência da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro aconteceu por motivos predominantemente económicos e de defesa, pois o impacto do ouro na economia e no deslocamento da população para a região das minas demonstrou à Coroa portuguesa que, para melhor defender e administrar tão vasto território, o Rio de Janeiro tinha a melhor localização, sendo também, naquele momento, o maior porto de exportação da América portuguesa. O ouro e os diamantes das minas saíam sobretudo pelo porto «carioca». Além disso, e porque era necessário vigiar mais de perto a região das Minas, a transferência da capital proporcionava uma maior superintendência do vice-rei neste ponto²⁰⁸.

Mudança muito semelhante ocorreu na vizinha América espanhola. Carlos III criou um novo «centro» de poder, executando reformas na administração civil do «Novo Mundo» ao estabelecer um novo vice-reino em 1776. Este teria a sua capital em Buenos Aires com uma jurisdição sobre uma área extensa - Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia -, e tal medida resultou numa mudança radical no equilíbrio geopolítico do continente. Tal como Salvador na América portuguesa, Lima sofreu uma perda de prestígio e de comércio e a inclusão do Alto Peru no novo vice-reino, com os lucros fiscais do Potosí, fundamentou a divisão política da zona andina²⁰⁹.

No que preza à América portuguesa, desde finais do século XVII que se assistiu a um deslocamento político e económico do «centro de gravidade» da colónia - antes nas capitanias do Norte -, para as capitanias da região mais central do Brasil, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. É de sublinhar, contudo, que o vice-rei na Baía ou no Rio de

²⁰⁷ Ver António Vasconcelos SALDANHA, *As capitanias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*. (Lisboa: CNCDP, 2001), p. 423.

²⁰⁸ Anthony J. R. RUSSELL-WOOD, «Governantes e Agentes», em *História da Expansão ...*, vol. III, p. 171.

²⁰⁹ Em virtude da defesa de Cartagena e da costa caribenha, já em 1717 havia sido instituído o vice-reino de Nova Granada, que posteriormente foi fortalecido com a presença de um capitão geral em Caracas e de um intendente responsável pelo governo dos distritos da Venezuela. John H. ELLIOTT, *Imperios del mundo atlântico...*, p. 522.

Janeiro continuou a ter a mesma autoridade que detinha antes da transferência da capital em 1763, ou seja, teoricamente, possuía amplos poderes sobre todas as capitanias; porém, na prática, a sua autoridade restringia-se à capitania onde residia e àquelas a ela subordinadas, salvo em tempo de emergência militar, invasões estrangeiras e catástrofes²¹⁰. Exemplo disso é uma consulta do Conselho Ultramarino, de 15 dezembro de 1716, na qual o tribunal redige um parecer sobre um aumento de competências solicitado pelo vice-rei do Estado do Brasil, o marquês de Angeja. O tribunal declarava que, «ainda que o [regimento] tenha cláusulas exuberantes, as quais se costumam expressar nas patentes de cargos superiores, [estas são] mais para o honorífico do que para o efeito e execução [...]»²¹¹.

O império português continuava a ser uma construção política que combinava a integração com a separação e a centralização com a descentralização, sem que essas inconsistências o desequilibrassem, pelo contrário. No que concerne ao Brasil essas incongruências eram visíveis em diferentes aspetos, por exemplo: a Coroa apoiava a dispersão da autoridade política no interior da colónia, fazendo com que o governo de cada capitania dependesse primordialmente das instituições centrais em Lisboa, enquanto - e ao mesmo tempo -, promovia uma «aparente» centralidade da administração na pessoa do vice-rei, como instituído nos regimentos dos governadores-gerais do Estado do Brasil, desde o século XVII. Evidentemente que houve vice-reis que quiseram alargar a sua jurisdição, e por isso entraram em conflito com o Conselho Ultramarino, caso do marquês de Angeja em 1714²¹², por exemplo, ou mesmo outros que tiveram suas funções alargadas

²¹⁰ Mas a presença do mais alto representante da Coroa no sul reforçava e confirmava o porto do Rio de Janeiro como o mais importante do Estado do Brasil, sendo os negócios mais relevantes efectuados naquela região. Anthony J. R. RUSSELL-WOOD, «Governantes e agentes», em *História da Expansão ...*, vol. III, p. 171.

²¹¹ AHU, Conselho Ultramarino, Baía. AHU_ACL_CU_005, Cx. 11, D. 925. Consulta de 15 de dezembro de 1716. O parecer demonstra que nem sempre o que está publicado no regimento é para cumprir, contudo, torna-se necessário mencionar que também nem sempre os pareceres foram respeitados pelos monarcas. Neste caso, o vice-rei conseguiu o alargamento de suas funções ao exigir que os poderes que o regimento lhe concedia fossem reais e não simbólicos.

²¹² O marquês de Angeja conseguiu que o rei apoiasse suas determinações no que dizia respeito ao provimento de postos militares que vagassem por morte ou por delito. O parecer do Conselho Ultramarino havia sido contrário a esta pretensão do vice-rei. Maria Fernanda B. BICALHO, «Entre a teoria e a prática: dinâmicas político-administrativas em Portugal e na América portuguesa (séculos XVII e XVIII)», em *Revista de História* nº 67, São Paulo: USP, 2012, p. 96.

por determinação da Coroa, como foi o caso de Gomes Freire de Andrade em meados do século XVIII²¹³.

A presença de um vice-rei no Rio de Janeiro não alterou no essencial o modelo de administração da colônia²¹⁴. O Brasil era demasiado grande e os recursos do vice-rei demasiado escassos para que pudesse subordinar de forma efectiva todo o espaço da colônia²¹⁵.

Com essa mudança no eixo político, assinala-se o novo enquadramento da capitania de São Paulo, que em 1765 retomou a sua condição de capitania geral²¹⁶. Mais alterações na estrutura administrativa só seriam feitas no final do pombalismo, já em julho de 1774, quando o Estado do Grão-Pará e o do Maranhão foram dissolvidos, e as suas capitanias, São José do Rio Negro e Piauí, respetivamente, passaram a fazer parte do Estado do Brasil²¹⁷.

Outra modificação implementada a partir de 1767 foi a criação das Juntas da Fazenda, órgãos com cinco ou seis membros, entre os quais o antigo provedor da Fazenda, presididos pelo governador da capitania. A criação das Juntas insere-se no contexto das reformas da administração portuguesa empreendidas por Carvalho e Melo, estendendo ao Brasil reformas iniciadas em Portugal. As Juntas foram criadas em substituição às provedorias da Real Fazenda e estavam encarregadas da administração fazendária nas capitanias, deliberar sobre questões tributárias, promover a arrematação de contratos, fiscalizar a administração particular dos contratos²¹⁸. Com isto, os provedores da Fazenda

²¹³ A única exceção a esta regra foi Gomes Freire de Andrade. Este governador foi a figura mais proeminente da administração da América portuguesa em meados do século XVIII. Mais nenhum outro governador ou vice-rei desempenhou as funções que Gomes Freire executou. Stuart SCHWARTZ, «O Brasil no sistema colonial» em *História da Expansão...*, vol. III, p. 151.

²¹⁴ Charles R. BOXER, *O Império Marítimo Português 1415-1825*, (Lisboa: Edições 70, 2001), p. 193. É no plano militar que se pode falar de uma maior concentração de recursos no vice-rei, justificada pela situação de tensão no Sul da América, que culminaria, depois da crise de 1762, na de 1777.

²¹⁵ Em 9 de julho, o Estado do Maranhão deixou de existir após século e meio e as suas capitanias passaram a subordinar-se ao vice-rei do Brasil. Arno WEHLING, e Maria José WEHLING, *Formação do Brasil Colonial* (Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 4ª ed., 2005), p. 184.

²¹⁶ Heloísa Liberalli BELLOTTO, «Governo central e administração colonial: convergências e divergências no caso da capitania de São Paulo (1748-1775)» (comunicação apresentada no Seminário Permanente de História do Brasil, Lisboa, Centro de História de Além Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008), p. 8. Agradeço à professora Heloísa L. Bellotto por facultar-me o seu texto e permitir-me citá-lo.

²¹⁷ Andrée Mansuy DINIZ-SILVA, «Portugal e o Brasil...» em *História da América ...*, vol. I, p. 487.

²¹⁸ Na mesma década a Coroa criou a Relação do Rio de Janeiro e as Juntas de Justiça. A Relação foi fundada com a finalidade de garantir uma justiça mais rápida aos moradores do Sul do Brasil, distantes da Baía. A nova Relação possuía dez desembargadores, contava com a presença de ouvidores do Cível e

no Brasil perderam grande parte dos seus poderes. As juntas tinham de enviar para Lisboa, ao Erário Régio, a intervalos regulares, relatórios de receita e despesa seguindo um modelo padronizado. A redução dos poderes dos provedores da Fazenda Real começara já em 1751, devido à criação das Mesas de Inspeção do Açúcar e Tabaco, que passaram a conferir a qualidade do açúcar e do fumo da Baía, Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão²¹⁹. Por ser uma instituição criada no período pombalino, e por causa dos seus embates com a Direcção da companhia em Pernambuco, o papel da Mesa de Inspeção de Pernambuco, uma instituição criada pelo poder central, e as suas principais atribuições serão analisadas posteriormente.

No que diz respeito à reforma política no Brasil, sabe-se que as câmaras, como instituições de poder local, sempre tiveram um papel importante, pois a Coroa, até ao período pombalino, legislou no sentido de garantir que o exercício dos cargos mais elevados do governo do município ficasse na posse das elites locais²²⁰. Por isso, até o reinado de D. José I, as câmaras respondiam interinamente em caso de ausência do governador ou do vice-rei. Contudo, em 1770, Carvalho e Melo retirou-lhes esta prerrogativa de assumirem a administração dos negócios públicos, na vacuidade do representante da Coroa. O secretário de Estado instituiu que se fosse necessário um governo temporário, este teria três membros: o Bispo, o chanceler da Relação (ou o ouvidor da capitania) e o oficial de posto mais alto do exército²²¹.

Sobre as reformas económicas pombalinas, Kenneth Maxwell afirma que proteger e desenvolver o potencial económico do Brasil, mantendo o comércio em mãos portuguesas, continuava a ser uma prioridade do governo pombalino. A quebra dos

do Crime e era presidida pelo governador. Tinha jurisdição sobre treze comarcas e, como a sua similar na Baía, possuía poderes administrativos e judiciais. Arno WEHLING, *Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*, (Rio de Janeiro: Renovar, 2004), p. 121. Também foram introduzidas no Brasil as Juntas de Justiça e em Pernambuco ainda antes do consulado pombalino [c. 1747]. No Pará foi criada em 1758 e em todo o Brasil a partir de 1765. Estas foram relevantes porque aceleraram os procedimentos judiciais. Tais juntas eram compostas por um ou dois ouvidores, pelo juiz de fora e pelo governador da capitania.

²¹⁹ Anthony J. R. RUSSELL-WOOD, «Governantes e Agentes», em *História da Expansão ...*, vol. III, p. 170.

²²⁰ Paulo Jorge da Silva FERNANDES, «Elites locais e poder municipal. Do Antigo Regime ao liberalismo» em *Análise Social*, vol. XLI (178), Lisboa: ICS, 2006, p. 61.

²²¹ Reforma que perdura durante o governo mariano. Pernambuco, por exemplo, vai ser governado por uma junta, no final do século XVIII, estabelecida de acordo com esta reforma. André Mansuy DINIZ-SILVA, «Portugal e o Brasil...» em *História da América ...*, vol. 1, p. 490.

rendimentos oriundos da actividade comercial (ou de uma crise) e a diminuição da extração de ouro do Brasil eram os principais sintomas da viragem comercial que começava a ocorrer no final do reinado de D. João V (1740-1750). A redução do tráfego portuário, o aumento do contrabando e a diminuição na exportação dos principais produtos de Portugal e das suas «conquistas» para o mercado europeu - como o vinho, o açúcar e o tabaco - demonstravam a situação que Sebastião J. de Carvalho e Melo procurou debelar com as medidas económicas que desenvolveu e que passamos a analisar²²².

A sua primeira grande medida foi o estabelecimento das companhias monopolistas, reforma económica com repercussões na política e no comércio das capitanias «de cima», durante toda a segunda metade do século XVIII. Além destas instituições comerciais criadas para o Brasil na década de 50 de Setecentos, o secretário de Estado do Reino procurou expandir o potencial económico do Brasil por meio de uma legislação que afastava os estrangeiros de toda a navegação e intermediação do comércio externo e estimulava a produção de novas matérias-primas. Tornava-se necessário defender o exclusivo da marinha lusa e dos mercadores nacionais nas trocas comerciais dentro do império português²²³. Por isso, os portos do Brasil, escala preferencial de transportes europeus que viajavam para a Ásia, foram proibidos a todos os navios estrangeiros, permitindo-se apenas paradas que fossem consideradas urgentes e de ajuda humanitária²²⁴.

Se, num primeiro momento, o sistema de frotas foi fortalecido, estabelecendo-se datas fixas para a partida das mesmas (alvarás de 1753 e 1755), posteriormente, em 1765 - e com o intuito de estimular a navegação portuguesa -, o mesmo sistema foi abolido, autorizando-se que as viagens fossem realizadas conforme as conveniências dos interessados²²⁵. Um ano depois, em 1766, também os fretes foram regulamentados e diminuídos. O objectivo em abolir as frotas era o de facilitar o acesso dos géneros coloniais

²²² José Luís CARDOSO, «Política económica», em *História Económica...*, vol. I, p. 360.

²²³ Medidas que foram determinadas pelo alvará de 5 de outubro de 1715, nem sempre eram cumpridas, e por isso foram reforçadas durante o consulado pombalino e, mais uma vez, em 1801 pelo visconde de Anadia, secretário de Estado que sucedeu D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na pasta da Marinha e Ultramar. Kenneth MAXWELL, *O marquês de Pombal...*, p. 150.

²²⁴ *Aviso para se extrair uma cópia autêntica do alvará que proíbe a entrada de navios estrangeiros nos diferentes portos do Brasil*. [Consultado em 17 de Agosto de 2012], disponível em <http://digitarq.dgarg.gov.pt/details?id=4648900>.

²²⁵ Anthony J. R. RUSSEL - WOOD, *Um mundo em movimento...* pp. 55-56.

brasileiros aos mercados europeus, evitando as demoras provocadas pelo antigo sistema. Em teoria, os produtores na colónia poderiam assim recuperar os investimentos mais rapidamente e aliviar os juros dos créditos prolongados que antes contraíam devido à espera entre uma frota e outra. Produtos perecíveis como o açúcar e o tabaco acabaram por ser beneficiados com esta medida, pois diminuiriam os longos períodos de espera pelas saídas de navios dos portos do Brasil²²⁶.

As reformas económicas pombalinas decorreram de duas preocupações centrais: aumentar a renda da Coroa mediante o incentivo ao comércio, sobretudo com o Brasil; reduzir o défice da balança comercial e, conseqüentemente, o papel relevante que a Grã-Bretanha tinha no comércio português. Na documentação londrina de Carvalho e Melo, enquanto diplomata, este enfatizava a ideia de que o comércio constituía a via principal de enriquecimento de uma monarquia e a vantagem de uma nação configurava-se na desvantagem de outra, por isso, «a balança de comércio fazia a do poder»²²⁷.

No que concerne ao ouro, destaca-se o abandono do imposto da capitação, em vigor desde 1736, e o regresso ao sistema de cobrança dos quintos, que equivalia a 20% do ouro em pó fundido nas intendências do ouro e nas casas de fundição (restauradas por alvará de 1751). Foi proibido o uso do ouro como moeda na colónia e a sua transferência da zona de mineração. Estas três medidas procuravam distribuir o imposto de um modo mais equilibrado, tornar mais eficiente a repressão ao contrabando e aumentar a produção²²⁸.

Além do ouro, torna-se necessário aludir aos géneros que, na primeira metade do século XVIII, sofreram uma taxaçoão tão pesada que deixaram de concorrer com aqueles produzidos nas colónias francesas, inglesas e holandesas, caso do açúcar e do tabaco. Em 1751 foram tomadas medidas com o objectivo de diminuir as tarifas de exportação e

²²⁶ Em 1765 foram abolidas as frotas do Rio de Janeiro e Baía, uma vez que o Maranhão e Pernambuco tinham o seu comércio controlado por companhias monopolistas, desde 1755 e 1759, respetivamente. K. MAXWELL, *O marquês...*, p. 150.

²²⁷ Uma percentagem muito alta de metal precioso saiu do Reino para a Grã-Bretanha perto de 82%. Era inevitável a saída de moeda para pagamento do défice comercial e, portanto, era indispensável compensar esta saída com um fluxo permanente de ouro do Brasil. No entanto, este vinha diminuindo desde o final do reinado de D. João V e de forma acentuada na década de 70 do século XVIII. José Luís CARDOSO, «Política económica», em *História Económica...*, vol. I, p. 356. Maria Manuela ROCHA e Rita Martins de SOUSA, «Moeda e Crédito», em *História Económica de Portugal...*, vol. I, p. 221.

²²⁸ Andrée Mansuy DINIZ-SILVA, «Portugal e o Brasil...» em *História da América ...*, vol. I, p. 496. Refere ainda que o preço dos diamantes baixou devido à alta produção e que o contrabando estava fora de controlo.

reduzir o preço do frete. Foram também instituídas Mesas de Inspeção, com o intuito de controlar a qualidade e o preço do açúcar e tabaco.

Com estes incentivos dados aos géneros coloniais, tornava-se necessário um maior volume de mão-de-obra escrava e para tal foram feitas várias tentativas de canalizar o comércio de escravos, exclusivamente, para o Brasil. Uma delas foi a abolição do tráfico de escravos para Portugal em 1773. A medida foi tão importante que na primeira década do reinado josefino estima-se que tenham entrado no Brasil cerca de 193 mil escravos africanos; números que se mantiveram mais ou menos estáveis nas duas décadas seguintes²²⁹. Porém foi no reinado de D. Maria I e na regência de D. João (1780 a 1810), período no qual houve um aumento das exportações brasileiras e um desenvolvimento agrícola ímpar, que o número de escravos que entraram no Brasil aumentou de forma substancial, mais de 871 mil africanos desembarcaram em portos brasileiros²³⁰.

Os principais produtos da colónia americana - como o açúcar, o tabaco, o ouro e os diamantes - tinham um papel primordial na balança comercial e nas rendas da Coroa e, por isso, o secretário de Estado do Reino voltou-se primeiramente para estes, estimulando a economia mediante o fomento de medidas fiscais de controlo da produção, preços e custos de transportes.

2.5 A consolidação das reformas pombalinas no final do século XVIII

Apesar das reformas implementadas no reinado de D. José I, os esforços do marquês de Pombal não obtiveram resultados positivos imediatos. As suas medidas não coincidiram com um período de crescimento económico. Antes de mais, devido à oscilação dos preços do açúcar durante o século XVIII, cuja produção teve problemas em manter-se competitiva face à concorrência com outras colónias americanas. Em segundo lugar, por causa do colapso, a partir da década de 1740, da produção de ouro, que era um dos principais itens de exportação.

²²⁹ Na década de 1750 cerca de 193 mil cativos, de 1760 a 1770 cerca de 191 mil, e de 1770 a 1780, os números voltam a subir para cerca de 193 mil escravos. Conforme a base de dados: *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, patrocinada pela Universidade de Harvard. [Consultado em 8 de Novembro de 2013]. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>.

²³⁰ *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, patrocinada pela Universidade de Harvard. [Consultado em 8 de Novembro de 2013]. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>.

No período pós-pombalino, o desenvolvimento industrial português, que começara no final da década de 70 de Setecentos, prosseguiu. Este desenvolvimento fora estimulado «pelo avanço, ainda que tímido, da urbanização, e da correspondente diferenciação social e divisão do trabalho» e pela substituição das importações²³¹. A isso veio juntar-se um novo factor que contribuiu para o desenvolvimento industrial, abriu-se um mercado protegido para algumas produções portuguesas, a indústria doméstica de pano de linho e as ferrarias do norte de Portugal, de onde eram enviados ao Brasil grandes quantidades de instrumentos agrícolas. Essas produções não conseguiam competir nos mercados internacionais, mas tinham um bom escoamento dentro do império²³².

A Coroa interveio com medidas protetoras ou mesmo proibitivas que modificaram as condições da concorrência internacional, dando precedência a produtos manufacturados portugueses, por meio de concessão de privilégios fiscais e um reforço dos circuitos de comercialização entre o centro e as periferias, no sentido de garantir que o exclusivo da produção industrial portuguesa fosse absorvido pelo mercado brasileiro, onde até a refinação do açúcar fora proibida. Já no período de 1796 a 1807 é possível inferir que o surto industrial português articulou-se mais com a expansão do mercado brasileiro do que com o aumento da agricultura e da população do Reino²³³.

Na década de 80 de Setecentos as exportações de manufacturas portuguesas encontraram condições favoráveis ao desenvolvimento: aumentaram os privilégios fiscais e reforçaram-se os laços comerciais com o ultramar português, no sentido de garantir o exclusivo da produção industrial «metropolitana» no mercado brasileiro²³⁴.

As exportações portuguesas também se beneficiaram das dificuldades de outros impérios, como os conflitos na América do Norte (1776), a Revolução Francesa (1789) e a revolução de escravos em Santo Domingo (1791-1804), factores que geraram uma conjuntura política e económica com possibilidades de expansão no que se refere às exportações portuguesas. A concorrência tornou-se factível, as exportações floresceram

²³¹ Jorge PEDREIRA, «A indústria» em *História...*, vol. I, p. 201

²³² Também um sector novo foi beneficiado pelo impulso exportador, o dos algodões estampados, que substituíram em parte os artigos indianos nos carregamentos para o ultramar. Jorge PEDREIRA, «A indústria» em *História...*, vol. I, p. 203.

²³³ Nuno G. MONTEIRO, «A viragem do século...» em *História de Portugal...*, p. 411.

²³⁴ Jorge PEDREIRA, «A indústria» em *História...*, vol. I, p. 202.

com as medidas de proteção, que vinham sendo implementadas desde o consulado pombalino, e com o desenvolvimento do mercado ultramarino²³⁵.

A partir desta conjuntura, de conflitos na Europa e nas Américas, Portugal construiu pontes comerciais com o noroeste europeu, no Báltico e no Mediterrâneo, ao mesmo tempo que o comércio luso-brasileiro foi ampliado, aumentando também as reexportações de géneros coloniais para a Europa. Portugal reassumiu o seu lugar como um grande entreposto do comércio euro-atlântico. Desde as reformas económicas implementadas no Brasil, por Pombal, que a colónia americana tinha para oferecer aos mercados internacionais vários géneros que eram de grande procura, desde os tradicionais açúcar e anil, até ao arroz e o café²³⁶. Destaca-se ainda o algodão, matéria-prima essencial para as economias industrializadas do século XVIII²³⁷.

O Brasil tinha um papel fundamental na economia portuguesa do século XVIII. Valentim Alexandre afirma que, no período de 1796 a 1807, 64,4% das exportações portuguesas para o estrangeiro eram reexportações de produtos oriundos do Brasil e somente 29% eram «produtos do Reino». Entre os géneros coloniais mais reexportados, seis produtos tinham um peso expressivo no conjunto das remessas portuguesas, representando mais de 95% do total: açúcar, algodão, couros, tabaco, cacau e café. Destes, os que mais dependiam dos envios da colónia brasileira eram o açúcar e o algodão²³⁸. E no final do século XVIII, os dois géneros tiveram importância fundamental nas exportações de Pernambuco, como será analisado na terceira parte deste estudo.

O açúcar era um género de exportação tradicional cuja relevância para a economia brasileira só foi abalada no período de maior produção das minas, e mesmo neste período

²³⁵ Leonor F. COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, «A consolidação 1703...», pp. 244-246. Jorge PEDREIRA, «A indústria» em *História...*, vol. I, pp. 202-203.

²³⁶ Final do século foi próspero também para a Espanha. As reformas borbónicas económicas deram resultado já na década de 1770, o comércio entre Espanha e as suas «conquistas» quadruplicou no período; as exportações de origem espanhola aumentaram perto de 40% em 1778 e à volta de 60% em 1794. Stuart SCHWARTZ e James LOCKHART, *A América Latina...*, p. 420. Resultados similares só seriam alcançados em Portugal e nas suas colónias no final da década de 1790, quando a expansão do comércio colonial português e os resultados das «políticas» de fomento industrial pombalinas se fizeram sentir no império, principalmente a partir da nomeação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para lugares de mando: a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (1796-1801) e, posteriormente, o Erário Régio (1801-1803).

²³⁷ José Vicente SERRÃO, «O quadro económico», em *História de Portugal...*, vol. IV, p. 101.

²³⁸ Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do império...*, pp. 32-34.

o valor do rendimento do açúcar foi sempre superior ao do ouro²³⁹. Mas durante todo o período pombalino (1750-1777) a tendência foi de baixa de preços para o açúcar, embora tenha sido o género mais exportado pela colónia brasileira, no século XVIII. Sublinha-se que a partir de 1780 as bases do reformismo pombalino deram frutos e a economia expandiu-se²⁴⁰. Nos anos finais de Setecentos a reexportação de açúcar passou a ser essencial para a economia portuguesa, por conta dos preços que a arroba alcançava nas praças europeias²⁴¹.

Além da América portuguesa, a produção do açúcar foi uma actividade que no século XVIII se desenvolveu grandemente nas ilhas francesas e inglesas do Caribe, de modo que a produção brasileira enfrentou dificuldades para se manter. Só com a revolução haitiana, na década de 1790, ocorreu uma mudança significativa nos preços do açúcar brasileiro, incentivando o aumento do comércio do produto²⁴². No período da regência de D. João, iniciada em 1792, o açúcar foi um dos géneros coloniais que mais contribuiu para o aumento das exportações da colónia brasileira e das reexportações portuguesas para o resto da Europa.

A marca mais singular da prosperidade comercial que veio a ocorrer no império português no final de Setecentos tem a ver com a crescente importância dos mercados coloniais, que se tornam grandes consumidores das exportações metropolitanas, e com o aumento da produção e das exportações de algodão, couro e açúcar. O aumento da produção agrícola na colónia prende-se por sua vez com factores externos. O Brasil ocupava um lugar de destaque dentro do império e em finais de Setecentos, Pernambuco ascende a posição de terceira região mais relevante no cômputo das exportações oriundas

²³⁹ A estimativa elaborada por Simonsen demonstra que o valor do açúcar, durante todo o período colonial, excedeu 300 milhões de libras, superando todos os produtos exportados pela colónia, inclusive o ouro. Roberto SIMONSEN, *História Económica do Brasil (1500-1820)*, 6ª ed. (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969), p. 383.

²⁴⁰ Stuart B. SCHWARTZ, *Da América portuguesa ao Brasil*, (Lisboa: Difel, 2003), p. 264.

²⁴¹ Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do império...*, p. 33. José Jobson de ARRUDA, «O fluxo mercantil» em *Nova História...*, vol. VIII, p. 173.

²⁴² Stuart SCHWARTZ e James LOCKHART, *A América Latina...*, p. 425. A Guerra dos Sete Anos e a Revolução Americana também contribuíram para desestabilizar a produção das colónias inglesas e francesas nas Américas.

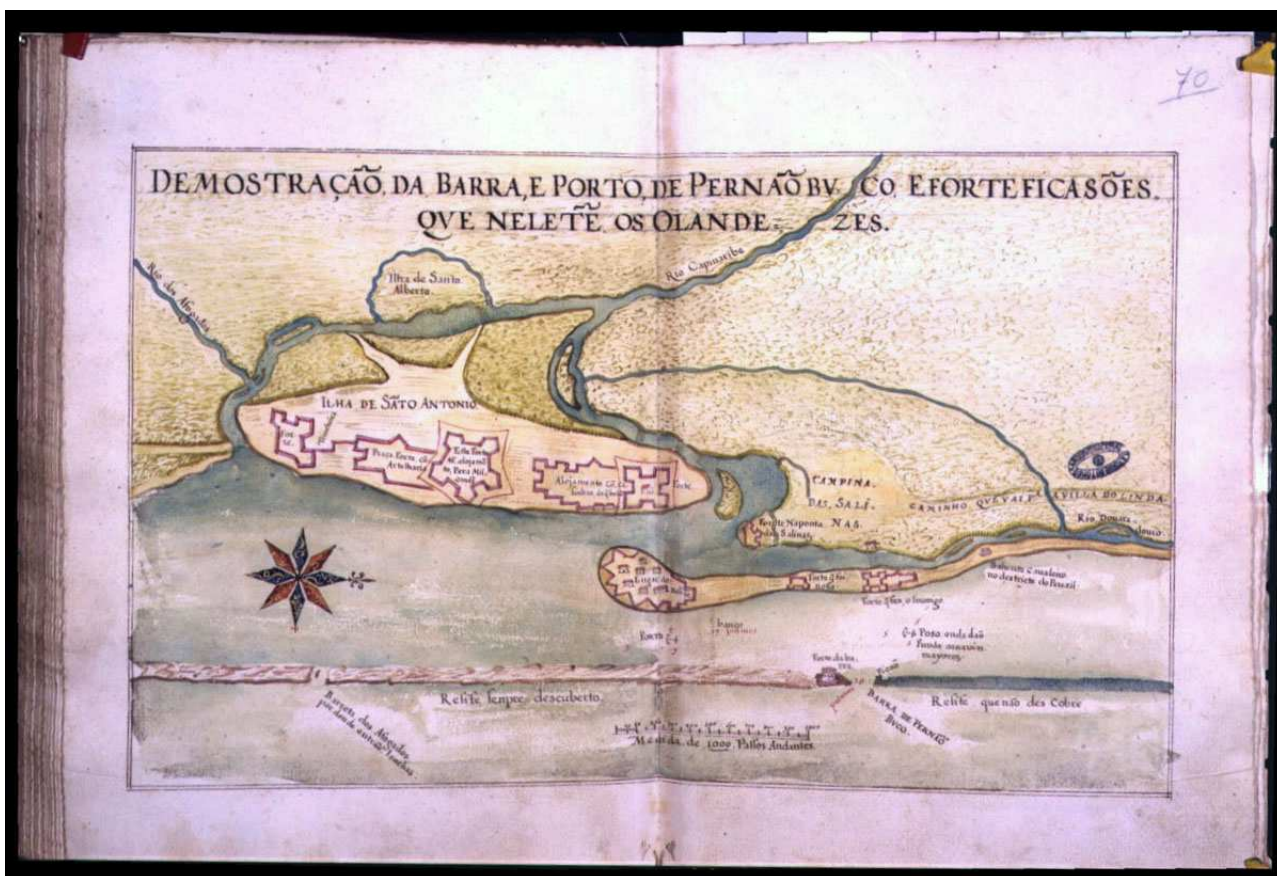
do ultramar para Portugal²⁴³. No próximo capítulo, os principais aspetos da economia pernambucana no século XVIII serão melhor detalhados.

²⁴³ A guerra da independência das colónias britânicas e as guerras associadas à Revolução Francesa debilitaram a posição inglesa no Atlântico. Nuno G. MONTEIRO, «A viragem do século...» em *História de Portugal...*, p. 411; José Jobson de ARRUDA, «O fluxo mercantil» ..., vol. VIII, p. 174.

Capítulo 3 - A capitania de Pernambuco séculos XVII e XVIII: aspetos políticos e económicos

No decorrer do século XVIII, os pernambucanos haviam conhecido “a ventura de ser destes povos felizes que ‘não tem história’ para os que só a estimam quando pontuada de façanhas bélicas”²⁴⁴.

Figura 2 - Mapa do Porto do Recife - Século XVIII



Fonte: ANTT. Mapa do porto do Recife²⁴⁵ - século XVIII.

²⁴⁴ Evaldo Cabral de MELLO, *A ferida de Narciso...*, p. 66.

²⁴⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Pernambuco. Directório temático - tesouros: referência PT-TT-CRT/162. Legenda: Barra de Pernambuco, in Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil, fol.69v-70. [Consultado em 4 de abril de 2012]. Disponível em: [http://ttonline.dgarg.gov.pt/Dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=dtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Images&dsqPos=9&dsqSearch=\(UserText03='Mapas'\)](http://ttonline.dgarg.gov.pt/Dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=dtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Images&dsqPos=9&dsqSearch=(UserText03='Mapas')).

Neste capítulo exporemos de forma sucinta a história de Pernambuco. Não incidiremos no seu princípio, no século XVI, quando a capitania foi concedida ao primeiro donatário Duarte Coelho Pereira em 1534, ou quando foi governada pelos batavos, durante o período de sua ocupação no século XVII [1630-1654]²⁴⁶. Tampouco analisaremos em detalhe o período posterior à guerra com os holandeses e que antecedeu a chamada «fronda dos mazombos»²⁴⁷. Interessa-nos, em vez disso, e acima de tudo, caracterizar as mudanças ocorridas na capitania no século XVIII, incidindo no seguinte conjunto de questões: o estado da economia no final do século XVII; o conflito que ocorreu em 1710 entre Olinda e Recife e que se repercutiu muitas décadas depois; e, por fim, o contexto político-económico antes e depois das reformas pombalinas. No que respeita a Pernambuco, o final do século XVIII é tradicionalmente um período pouco estudado, «sem história, por não ter sido pontuado por façanhas bélicas», nisso contrastando com os séculos XVII e XIX marcados por muitos confrontos²⁴⁸.

Interessa-nos destacar o contexto político e económico da antiga capitania de Duarte Coelho, no qual se deu a criação de uma companhia monopolista, o acontecimento que sem dúvida mais impacto teve no governo e administração de Pernambuco no último quartel do século XVIII. Interessa-nos, também, compreender o desenvolvimento económico da capitania no final de Setecentos, até porque foi no reinado de D. Maria I que as reformas implementadas durante o consulado pombalino contribuíram para que a capitania de Pernambuco se tornasse numa das regiões mais relevantes no que concerne ao comércio dentro do império português²⁴⁹.

²⁴⁶ Período analisado de forma detalhada e com grande acuidade por Evaldo Cabral de Mello em *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste (1630-1654)*.

²⁴⁷ Este período foi estudado com rigor por Vera Acioli quando percebeu o hiato de estudos que havia na história de Pernambuco no período que ia da Restauração do domínio português no Nordeste (1654) ao início da guerra dos mascates (1710), no seu livro *Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial*. E também por Evaldo Cabral de MELLO em *A fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*.

²⁴⁸ Evaldo Cabral de MELLO, *A ferida de Narciso...*p. 66.

²⁴⁹ Jean Baptiste NARDI, *Sistema Colonial e Tráfico Negreiro: novas interpretações da História brasileira* (Campinas/SP: Pontes, 2002), p. 20. Segundo Nardi, Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro e Maranhão foram as regiões que no final do século XVIII expandiram a sua economia, contribuindo para o desenvolvimento da economia no império. Entre 1796 e 1807 os produtos brasileiros representavam 84% das importações portuguesas e 61 % das suas importações.

3.1 Da expulsão dos holandeses ao reinado de D. João V

Desde o século XVI que Pernambuco possuía uma economia considerada relevante e voltada para a exportação. O açúcar era o principal gênero produzido na capitania. Talvez tenha sido isso o que levou Evaldo Cabral de Mello a afirmar que as guerras holandesas, que envolveram a invasão de Pernambuco em 1630, foram inegavelmente «guerras do açúcar», não só pelo valor do açúcar em si mesmo, mas pelo sistema socioeconómico que ali se desenvolvera com o propósito de o comercializar no mercado europeu²⁵⁰. A invasão dos «flamengos» fez parte de uma guerra maior que ocorria na Europa, entre a Espanha e os Países Baixos. Até o início do século XVI os holandeses estiveram ocupados com viagens às Índias Orientais, através de expedições financiadas por capital particular, com o qual acabaram por formar companhias de comércio. No século XVII, com a fusão de várias companhias, os resultados financeiros começaram a surgir e, com isso, os holandeses fizeram avultados investimentos nas especiarias, passando a cobiçar a primazia do comércio do açúcar, que até então pertencia à Coroa portuguesa²⁵¹.

Após a saída dos holandeses, em 1654, iniciou-se um período de concorrência na produção açucareira das Américas e a economia da colónia começou a oscilar. A «guerra de Pernambuco» - que foi intensificada a partir de 1645 e seguiu até a capitulação do Recife holandês em 1654 -, possibilitou o surto açucareiro das colónias inglesas e francesas do Caribe, devido, principalmente, à transferência de capitais da comunidade judaica de origem portuguesa radicada em Amsterdão. As colónias inglesas e francesas tinham a seu favor dois pontos primordiais: uma maior proximidade ao mercado europeu e uma proteção aduaneira proporcionada pelos respetivos governos metropolitanos. Além disso, a concorrência antilhana revelou-se devastadora para Portugal e suas «conquistas», pois encareceu o preço da mão-de-obra africana e provocou o declínio do preço do açúcar. Os holandeses quebraram um século de monopólio português, proporcionando um aumento da oferta de açúcar no mercado mundial e determinando a baixa dos preços e do nível de renda dos produtores das capitanias açucareiras²⁵².

²⁵⁰ Evaldo Cabral de MELLO, *Olinda Restaurada...*, p. 12.

²⁵¹ Maria do Socorro Ferraz BARBOSA, Vera Lúcia ACIOLI e Virgínia Maria Almoêdo ASSIS, *Fontes repatriadas: anotação de História Colonial, referências para pesquisas, índices do catálogo da Capitania de Pernambuco* (Recife: Editora universitária da UFPE, 2006), p. 39.

²⁵² Evaldo Cabral de MELLO, *A ferida de Narciso...*, p. 43.

Após o chamado «tempo dos flamengos» nas capitanias do Norte do Estado do Brasil, verificou-se uma considerável desorganização da indústria açucareira e, nas décadas posteriores a 1650, foi intentada uma lenta recuperação²⁵³. A depressão geral que atingiu o mundo atlântico em 1680 foi um obstáculo a esta recuperação, já que, em 1688, o preço do açúcar estava reduzido a um terço daquilo que valia em 1654, ano da expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco. A descoberta do ouro no final do século XVII contribuiu para o agravamento do contexto económico das «capitanias do açúcar», uma vez que trouxe, de uma só vez, a alta de preços da mão-de-obra africana, o deslocamento da população para a região das minas e uma persistente tendência inflacionária, principalmente no preço dos alimentos²⁵⁴.

Contudo, depois de 1713 esta situação mudou. Graças à assinatura do tratado de Utrecht, à criação de frotas regulares de navios entre as «capitanias do Norte» e os mercados europeus, à situação de paz na Europa e à regulamentação do fornecimento de escravos, a agricultura de exportação das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Baía, principalmente, conseguiu manter-se. Embora o açúcar não fosse a actividade mais lucrativa durante o período de maior produção e extração do ouro, esta mercadoria nunca perdeu o lugar de primeiro produto de exportação colonial em volume. E apesar das oscilações de preço, ao longo de todo o século de Setecentos o valor do ouro jamais ultrapassou o valor das exportações agrícolas²⁵⁵.

O Brasil passava, então, por uma grande expansão territorial e demográfica, com uma mudança no seu centro de equilíbrio e não apenas em termos sociais e económicos, como analisado no capítulo anterior. Com a trasladação da capital para o Rio de Janeiro, Pernambuco perdeu parte da centralidade que detinha quando a Baía, capitania vizinha, ainda era sede do Estado do Brasil. Contudo, continuou a ser centro político e económico para as capitanias do Norte (Paraíba, Rio Grande do Norte, Itamaracá, Ceará).

²⁵³ Entendemos por capitanias do Norte, o território que correspondia às capitanias de Pernambuco, Paraíba, Itamaracá, Rio Grande do Norte e Ceará e não o território que hoje é denominado geograficamente como Região Norte do Brasil. Ver Carla OLIVEIRA e Ricardo P. MEDEIROS, orgs., *Novos Olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil* (João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007).

²⁵⁴ E não só. Bens como o vestuário, calçados, utensílios em ferro e cobre para engenhos também sofreram uma alta de preços no final do século XVII.

²⁵⁵ Stuart SCHWARTZ e James LOCKHART, *A América Latina...*, p. 436.

Desde o último quartel do século XVII e durante a centúria do XVIII, a cidade do Recife sobressaiu como sede e residência dos agentes que controlavam, internamente, grande parte do financiamento da produção açucareira e do movimento comercial, administrando a exportação de cargas de mais de uma centena de engenhos, além de boa parte da produção de couro e tabaco das demais capitanias do Norte. Pernambuco mantinha ainda uma influência política e religiosa sobre o distante Ceará, influência essa expressamente ratificada pela Coroa²⁵⁶.

O açúcar não foi a única cultura que sustentou a economia pernambucana, mas foi, sem dúvida, a mais importante. A pecuária extensiva expandiu-se também desde o XVI, adquirindo importância a partir da segunda metade do XVII e, principalmente, depois da descoberta das minas de ouro, fenómeno que ocasionou a procura pelo couro e pela carne seca do sertão. Calcula-se que, no início do século XVIII, havia em Pernambuco mais de 800.000 cabeças de gado. Foi através da criação de gado que se desenvolveu, entre 1650 e 1750, a «interiorização» no Nordeste e um desbravamento do «grande sertão», visto que os terrenos mais férteis e próximos do litoral eram reservados para a cultura da cana²⁵⁷.

Assim, a exploração das minas de ouro acabou por estimular o crescimento da pecuária nordestina e serviu para deslocar capitais e mão-de-obra para a região centro-sul do Estado do Brasil. A exploração aurífera, juntamente com a queda do preço do açúcar, começou por provocar, no final do século XVII, um abrandamento do ritmo de crescimento das «capitanias do Norte». Contudo, a pecuária continuou a sua expansão, pois, para além de proporcionar a carne, era também o agente motor para os engenhos, o meio de transporte para os agricultores e mineradores; quanto ao couro, era, ele próprio, uma importante mercadoria de exportação²⁵⁸. A expansão da pecuária pernambucana conquistou a costa da Paraíba e do Rio Grande do Norte, depois o interior, atingindo por

²⁵⁶ Para além de ser centro económico das capitanias do Norte, Pernambuco tinha uma grande influência política e espiritual, desde o ano de 1656, quando o Ceará foi separado do Maranhão. Em 1701 o governo do Rio Grande do Norte foi subordinado ao de Pernambuco. O Bispado de Pernambuco ia até ao Ceará e os governadores deste prestavam contas aos de Pernambuco. Ver AHU, Conselho Ultramarino, Ceará. [Carta do Bispo de Pernambuco]. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 40; Consulta sobre carta do governador de Pernambuco. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 41. Alagoas não entra neste cômputo porque no século XVIII era apenas uma comarca de Pernambuco e não capitania subordinada.

²⁵⁷ Sérgio Buarque de HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I: a época colonial, vol. II (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003), p. 247.

²⁵⁸ Jorge Pedreira cita que, no século XVIII, os couros do Brasil iam para os sapateiros de Lisboa fabricarem calçados e para o Arsenal para a produção de selas, coldres, freios e cartucheiras. Jorge PEDREIRA, «A indústria», em *História...*, vol. I., p. 199.

fim o Ceará, mais a norte, e a sul, abastecendo também a região das minas com carne seca²⁵⁹.

A produção «fumageira» também foi relevante e lucrativa na pauta das exportações do Brasil, pois o fumo foi moeda de troca para o comércio de escravos, outra importante actividade mercantil em Pernambuco, antes e depois da instalação da Companhia Geral. Quando se deu a descoberta do ouro o comércio de escravos para Pernambuco provinha principalmente da Costa da Mina, e o tabaco foi elemento importante na economia da capitania porque, precisamente, permitia uma articulação com o comércio negreiro²⁶⁰. Este comércio por sua vez equilibrou a economia da capitania durante as primeiras décadas do século XVIII.

Além do tabaco, os vassalos de Pernambuco ganharam competitividade no mercado africano por conta do acesso a um subproduto da economia colonial com demanda em África: a jeribita. Praticamente ignorada pela historiografia brasileira, a cachaça e o desenvolvimento da sua produção constitui um caso original no quadro das transformações económicas impelidas pela crise geral do século XVII. Crise que foi motivada pela concorrência do açúcar das Antilhas - como aqui já referido -, do tabaco da Virgínia e pela queda do consumo nos mercados europeus, factores associados que fizeram cair os preços dos principais produtos coloniais brasileiros - açúcar, pau-brasil e tabaco - na segunda metade do século XVII. No âmbito deste contexto económico, a cachaça foi exportada pela capitania de Pernambuco como mercadoria de escambo, proporcionando lucro aos senhores de engenho, pois não deixou a oferta de escravos diminuir nas capitanias produtoras de açúcar e garantiu a preponderância de comerciantes da Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco sobre o trato negreiro da África central no período que vai do final do século XVII a meados do século XVIII²⁶¹.

Assim, com a exportação de cachaça e do tabaco, e mesmo com a economia da América portuguesa em declínio na segunda metade do século XVII, os moradores de Pernambuco criaram estratégias para manter as margens de lucro do comércio colonial

²⁵⁹ Sérgio Buarque de HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira...*, Tomo I, vol. II, p. 248.

²⁶⁰ Embora o tabaco e a cachaça fossem géneros de exportação secundários no que respeita ao comércio com a Europa. Gustavo Acioli LOPES, «Negócio da Costa da Mina e Comércio Atlântico - tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)» (tese de doutoramento, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Económica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008), p. 10.

²⁶¹ Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O trato dos viventes...* pp. 307-310.

em níveis estáveis e, no tempo da criação da companhia pombalina (no ano de 1759) Pernambuco ainda era considerada uma capitania economicamente atrativa. Contudo, estava longe de deter um lugar de destaque na economia do império, como outrora tivera. Além disso, mantinha a dependência da conjuntura mundial no que concerne aos preços do seu principal produto, o açúcar, cujo valor continuou oscilando durante quase todo o século XVIII, mesmo sem nunca decair em níveis catastróficos²⁶².

Pernambuco tornou-se capitania régia apenas no reinado de D. João V, precisamente em março de 1716, após um complexo processo de compra da capitania aos herdeiros de Duarte Coelho, os condes de Vimioso. Mas desde a expulsão dos holandeses em 1654 que a Coroa procurava retomá-la dos seus donatários²⁶³. No começo do século XVIII passou por algumas agitações políticas, sendo a «guerra dos Mascates» em 1710 a mais referida na historiografia, quase sempre pelo seu alegado cariz separatista. Em linhas gerais esta sublevação pode ser designada como um conflito 'nativista', ocorrido no período que vai de 1710 a 1711, entre os mercadores, ou homens de negócio portugueses moradores no Recife, e a açucarocracia, residente em Olinda, que não quis aceitar a separação da praça do Recife relativamente à vila de Olinda. Trata-se de um conflito bem revelador da força dos interesses locais ligados à propriedade²⁶⁴.

No século XVII, décadas antes do conflito entre «mazombos e mascastes», parte da açucarocracia estabelecida em Olinda empenhou-se em limitar o exercício do poder na capitania em proveito próprio, restringindo o acesso dos homens de negócio, de origem

²⁶² Oliveira MARQUES, *História de Portugal...vol. II*, p. 399 cita que no ano de 1760 entraram em Lisboa 2. 500.000 arrobas de açúcar, 900.000 a mais que em 1710, sendo a Itália e os países mediterrâneos os principais consumidores do produto.

²⁶³ Conforme Virgínia Almoêdo de Assis, a mercê que confirmava o alvará de janeiro de 1716 em que D. João V pagava uma quantia em dinheiro e concedia títulos aos herdeiros de Duarte Coelho, os condes de Vimioso, para reaver a capitania de Pernambuco é passada em 10 de março de 1716: «a partir daí, Pernambuco deixa de ser Capitania Hereditária, mas, o sistema perdura até que mais uma penada do rei, ou melhor, do marquês de Pombal extinga de vez o regime de Capitânicas Hereditárias do Brasil, que se estende para as Capitânicas das Ilhas Atlânticas, até 1776, findando o regime de Capitânicas Hereditárias precisamente onde começou». Virgínia Almoêdo de ASSIS, «Palavra de rei» (tese de doutoramento, Recife, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2001), pp. 230-231.

²⁶⁴ Ronaldo VAINFAS, *Dicionário do Brasil Colonial* (Rio de Janeiro, Objectiva, 2000), pp. 272-274. Guerra dos mascates também foi citada como a «luta da mata contra a praça, do engenho contra a loja», em referência aos dois grupos em destaque no conflito.

Reinol, ao poder local representado pela Câmara de Olinda²⁶⁵. Desde a guerra contra os flamengos que a Câmara de Olinda obtivera algumas «funções supramunicipais de representação de interesses e de gestão de recursos fiscais», das quais não queria abdicar²⁶⁶.

Além do prestígio político e económico que os «mazombos» não queriam perder - e, nas palavras de Laura de Melo e Souza, o conflito foi inevitável -, a guerra dos mascates foi também o mais profundo movimento social da América portuguesa do início do século XVIII²⁶⁷. O declínio económico de Olinda - controlada pelos senhores de engenho - frente ao Recife, centro de comerciantes, foi motivado pela redução do preço e das safras de açúcar, preço esse que, por sua vez, estava relacionado com a desorganização dos transportes da produção açucareira desde 1702, desencadeada pela guerra nos mares, devido à Guerra de Sucessão espanhola do início do século. A crise do açúcar significou o empobrecimento da «aristocracia olindense» que, cada vez mais, tinha o destino das suas propriedades controlado pelos credores do Recife²⁶⁸.

Para além disso, o domínio holandês fizera do Recife o centro comercial da área que se estendia desde o Ceará, mais a norte, até Penedo em Alagoas, sul de Pernambuco, fronteira com a capitania de Sergipe d'El Rei. O sistema de frotas confirmou a hegemonia do Recife e a vila tornou-se o entreposto que controlava uma região de fronteiras estáveis que, segundo Evaldo Cabral de Mello, «iam além ou ficavam aquém das jurisdições administrativas formais, mediante a cumplicidade de outras aglomerações urbanas, suas sócias menores²⁶⁹».

²⁶⁵ Os mazombos, de uma forma geral, podem ser definidos como sendo os descendentes de portugueses nascidos no Brasil e que aí permaneciam.

²⁶⁶ Evaldo Cabral de MELLO, *A fronda dos mazombos...*, p. 21-34. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta da Câmara de Olinda informando o envio do governado ao Reino.] AHU_ACL_CU_015, Cx. 9, D. 811. Consulta sobre os procedimentos do governador Mendonça Furtado em Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 9, D. 825. A câmara chegou a depor um governador em 1666, Jerónimo de Mendonça Furtado, que foi posto num navio com destino a Lisboa, numa grave desobediência às ordens da Coroa. Mas como a Coroa tinha contas a acertar com J. de Mendonça Furtado, acusado de diversas fraudes, o desrespeito dos colonos não mereceu grande atenção por parte das instituições do poder central.

²⁶⁷ Laura de Melo e SOUZA e Maria Fernanda. B. BICALHO, *1680-1720: O império deste mundo* (São Paulo, Companhia das Letras, 2000), p. 72.

²⁶⁸ Arno e Maria José WEHLING, *Formação do Brasil...*, pp. 176-177. Laura de Melo e SOUZA e Maria Fernanda. B. BICALHO, *1680-1720: O império...*, p. 70.

²⁶⁹ Evaldo Cabral de MELLO, *A ferida de Narciso...* p. 53.

Os comerciantes radicados no Recife atuavam como agentes financeiros, compravam a safra, por vezes adiantando o pagamento; providenciavam a guarda da mesma até à chegada da frota e pagavam o frete. Cada atraso da frota, diminuição de preços do produto na Europa ou aumento do preço da escravatura era um problema para os senhores de engenho e uma oportunidade para os homens de negócio locais aumentarem a sua margem de lucro. Controlavam assim a venda do açúcar, o financiamento e o transporte. Com a elevação do Recife à condição de vila, os comerciantes retiraram da Câmara de Olinda a possibilidade de controlar os tributos locais, o policiamento, as posturas municipais e o movimento do porto do Recife, o principal entre as capitânicas do Norte. Somando a isso, o facto de ser a nova câmara mais um órgão do poder local, que concorreria com a de Olinda, na busca de uma influência mais directa junto ao governo da capitania e às instituições centrais no Reino²⁷⁰.

Assim, a disputa não eclodiu apenas em torno das diferenças económicas, embora estas influíssem nos comportamentos. A sua principal causa foi a nova divisão de poder político entre as partes, manifestada em torno da elevação do Recife à condição de vila, onde os comerciantes teriam acesso ao poder municipal, obtendo poder de coação sobre o devedor olindense e decretando assim o fim da única arma garantida aos senhores. Coube à Coroa portuguesa definir um novo equilíbrio de forças, solucionando o conflito com uma nova «política» administrativa, promovendo os comerciantes aos postos de poder tradicional, em prejuízo da «nobreza da terra»²⁷¹.

Os ecos do conflito ainda se fizeram ouvir durante décadas e um exemplo claro são as pretensões da «nobreza da terra» que D. João V reconheceu no regimento concedido à Câmara de Olinda, em 1730, o qual descrevia a nobreza «pernambucana» como sendo constituída por duas categorias: os colonos de ascendência nobre em Portugal, que eram raros, e os moradores descendentes daqueles que haviam colonizado a capitania, desde que exercessem cargos honrados, como era o caso das funções municipais e dos comandos da milícia. Essa consagração oficial de prestígio funcionou como uma compensação à «nobreza da terra» pela derrota na «Guerra dos Mascates»²⁷².

²⁷⁰ Arno e Maria José WEHLING, *Formação do Brasil...*, pp. 176-177.

²⁷¹ Jorge CALDEIRA, *A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil* (São Paulo: editora 34, 1999), pp. 210-213.

²⁷² Evaldo Cabral de MELLO, *A ferida de Narciso...*, p. 53.

3.2 A economia da capitania na segunda metade do século XVIII

A capitania de Pernambuco, no período próximo a época da instalação da companhia pombalina, foi governada por Luís Diogo Lobo da Silva (1756-1763), seguido por D. António de Sousa Manuel de Meneses, conde de Vila Flor, (1763-1768); Luís José da Cunha Grão Ataíde e Lencastre, conde de Povolide (1768-1769); Manuel da Cunha Meneses (1769-1774); José César de Meneses (1774-1787); D. Tomás José de Melo (1787-1798); e por uma junta governativa (1798-1804).

Durante todo o período pombalino, de 1750 a 1777, o Brasil enfrentou uma significativa viragem económica, fruto do abaixamento do preço dos produtos agrícolas e da redução da extração e remessas de ouro. Contudo, e para além do ouro e dos diamantes, os dois principais produtos do comércio colonial - o açúcar e o tabaco - recuperaram e atingiram novos níveis de exportação a partir do final da época pombalina. No que concerne ao tabaco, Pernambuco e Baía exportaram para Lisboa mais de 200 mil arrobas na década de 1780²⁷³. A indústria açucareira, principal suporte do comércio da América portuguesa no século XVII, como é bem sabido, esteve em declínio durante grande parte do século XVIII devido, principalmente, aos baixos preços conseguidos no mercado europeu e aos altos custos da escravaria. Porém, a produção de açúcar ressurgiu nas últimas décadas de Setecentos com um aumento significativo no volume e no valor das exportações²⁷⁴.

Além de Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro, a cana-de-açúcar passou a ser cultivada em outras capitanias, mas estas três, eram os principais centros de cultivo e comércio desta cultura. No início da década de 1750 Pernambuco possuía cerca de 276 engenhos²⁷⁵; em 1760 o número decaiu para 268; contudo, em 1774 o número de engenhos subiu para 387²⁷⁶. Em 1777 a produção de Pernambuco chegou a 271 mil

²⁷³ Dauril Alden refere que a produção de tabaco no Brasil, destacando a Baía e Pernambuco, teve um aumento substancial na década de 1780; entraram 205 mil arrobas em Portugal nesta década, contudo foi em 1790 que os preços do produto dispararam, embora a exportação tenha caído para 177 mil arrobas, voltando a subir para perto de 200 mil no início de 1800. Dauril ALDEN, «O período final do Brasil colônia, 1750-1808» em *História da América Latina*, vol. II, org. Leslie BETHELL (São Paulo: editora da USP/ Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999), p. 564.

²⁷⁴ E além do açúcar e do tabaco, o algodão passa a ter destaque nas exportações brasileiras também a partir do final do pombalismo. Stuart SCHWARTZ e James LOCKHART, *A América Latina...*, p. 451.

²⁷⁵ Stuart SCHWARTZ, «O Brasil colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias» em *História da América Latina...*, vol. II, p. 349 e p. 376.

²⁷⁶ Manuel Correia de ANDRADE, *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*, 8ªed. (São Paulo: Cortez, 2011), p. 88.

arrobas, cerca de 168 mil arrobas mais do que a Baía em igual período, o que é revelador da recuperação do sector açucareiro como um todo²⁷⁷. No final do século XVIII Pernambuco exportava mais do que a Ásia, já que quase 20% dos produtos coloniais comercializados com o Reino eram provenientes desta parte do Brasil, sendo superada em volume de exportações e importações apenas por Baía e Rio de Janeiro²⁷⁸.

Na época da criação da Companhia, a população de Pernambuco e suas capitanias subordinadas - Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará -, era de quase 170 mil pessoas. Desse grupo 130.363 pessoas eram «livres», e dentre as pessoas «livres», 20% eram escravos libertos; quanto aos captivos, perfaziam 39.219, perto de 23% da população total. Nos 15 anos seguintes a população multiplicou-se: em 1777 José César de Meneses enviou um mapa da população da capitania e esta era de 363.238 habitantes. Porém, em 1782 o crescimento populacional desacelerou e o número de habitantes da capitania era de 367.431, ocorrendo o mesmo em 1810, data em que a população rondava 391.986²⁷⁹.

Conforme a *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*, o comércio praticado pelos moradores de Pernambuco era diversificado e executado dentro da América portuguesa, para Lisboa e Porto e com a costa da África. Os moradores da capitania iam comerciar com as vilas e portos do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, através dos caminhos do sertão e dos rios navegáveis, em pequenas embarcações chamadas de sumacas²⁸⁰. Na Baía iam vender sobretudo carne seca e doces, e no Rio de Janeiro, couros, solas, sapatos, carne seca e escravos da Costa da Mina. De lá traziam ouro em pó e moeda, barbatanas de baleia e azeite de peixe²⁸¹.

²⁷⁷ A Baía em 1777 produziu 103 926 arrobas de açúcar conforme Alden. DAURIL ALDEN, «O período final do Brasil Colônia, 1750-1808» em *História da América Latina*, v. II..., pp. 556-558.

²⁷⁸ José Jobson de Andrade ARRUDA, «A circulação, as finanças...», em *Nova História...*, vol. VIII, p. 174.

²⁷⁹ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, reservados, Cód. 3, 1, 38. Mapa Geral enviado pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva. Mapa de 1777: AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9665. José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e Monopólio...*, p. 73. Guillermo PALACIOS, *Campesinato e escravidão...*, p. 212.

²⁸⁰ «Dentro das mesmas capitanias pertencentes ao governo de Pernambuco frequentam o comércio do porto do Camocim aonde dão consumo a alguns panos de algodão e aguardentes da terra, toda a casta de obras de ferro, tabaco, farinha, feijão, melaço, açúcar, arroz e toda a casta de fazenda da Europa em que tem a melhor reputação as fazendas brancas. Deste porto costumam trazer carnes secas de boi, couros crus e alguns couros curtidos em sola branca, couros curtidos de cabra, e de veado, tartaruga, pau violeta e de rabuge, sebo, redes de algodão brancas e de cores e âmbar». *Informação Geral da capitania de Pernambuco*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, reservados (05, 3, 19) fls. 563-564.

²⁸¹ *Informação Geral da capitania de Pernambuco*, reservados da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Pernambuco fazia comércio com Lisboa, Porto, Rio de Janeiro, Baía, Angola, Costa da Mina, Ilhas, Ceará [portos de Camocim, Mandaú, Jaguaribe, Assú] e Piauí [vila de Parnaguá]. [1749].

O tabaco, e sua exportação para a costa africana, junto com a pecuária foram importantes actividades económicas desenvolvidas na capitania de Pernambuco por homens de negócio locais. Estes, por sua vez, estavam envolvidos no comércio do açúcar, no do sertão e no trato negreiro e, em meados do século XVIII, a par das reformas implementadas no centro da monarquia portuguesa, procuraram oportunidades para expandirem os seus negócios através de duas companhias de comércio que eles próprios sugeriram ao rei.

Apenas uma companhia comercial foi instituída, com amplos poderes e com directrizes traçadas pelo próprio marquês de Pombal. Adiantamos que tal companhia foi criada logo após o pedido dos homens de negócio da praça do Recife - assunto que analisaremos com mais detalhes na segunda parte do estudo -, cuja solicitação foi intermediada pelo governador da capitania Luís Diogo Lobo da Silva. Este acontecimento aumentou as divisões dentro das elites locais e voltou a desequilibrar a frágil harmonia que existia desde o conflito de 1710. Na década de 1770 a oposição já não era entre os «mascates» e a nobreza da terra. O conflito opunha uma fracção das elites, devedora de grandes quantias à companhia e prejudicada na venda do açúcar, tabaco e couros, e o órgão local que geria a companhia pombalina, a Direcção²⁸². Além disso, e num outro plano, os habitantes de Pernambuco estavam também em confronto com a Junta em Lisboa.

O renascimento agrícola das capitanias do litoral deu-se logo após o período pombalino, mais precisamente no final da década de 1770, e a recuperação persistiu até ao final do período colonial. O ressurgimento deste sector foi fruto de vários factores, os quais, conjugados, contribuíram para a expansão da agricultura de exportação da América portuguesa. Entre estes factores podemos citar as medidas pombalinas e a continuação de reformas implementadas pelos seus sucessores; a expansão industrial dos britânicos e da França, que gerou a necessidade de matérias-primas, com destaque para o algodão; a conjuntura internacional - especificamente a revolta de escravos no Caribe -, e o acirrar dos conflitos anglo-franceses na Europa, no final do século XVIII. Beneficiado por esta

²⁸² Embora seja necessário referir que o «partido» opositor à Companhia foi liderado por elementos das famílias mais nobres de Pernambuco, todos da «açucarocracia», todos grandes senhores e grandes produtores de açúcar. E a Direcção, por sua vez, era formada na sua grande maioria, por homens de negócio de «grosso trato», com uma grande percentagem de origem Reinol. Mas, radicada há tantas décadas no Recife, que não se pode comparar estes conflitos, à época da companhia pombalina, com a «guerra dos mascates».

conjuntura mundial, o açúcar teve papel preponderante no valor das exportações brasileiras, com destaque para Pernambuco. Açúcar, fumo e algodão representaram os ramos mais importantes da grande lavoura de exportação no final de Setecentos²⁸³.

Na década de 1780, com a Companhia já extinta, o algodão surgiu como um dos principais géneros de exportação da capitania. O surto algodoeiro acabou com 300 anos de preeminência açucareira, criando um sector dinâmico que respondia ao estímulo da revolução industrial, o grande factor dinamizador da cultura do algodão. Já em meados do século XVIII a grande lavoura algodoeira encontrou condições para progredir, devido à conjuntura do mercado internacional, que acabou por dar boas perspectivas aos produtores. No último quartel do século, com os progressos técnicos no campo da indústria têxtil, esta deixou de ser uma manufactura artesanal, sustentada pela produção de tecidos de lã, transformando-se numa indústria mecanizada cuja matéria-prima era o algodão²⁸⁴.

Açúcar e algodão foram, sem dúvida, os géneros de maior importância económica exportados por Portugal para nações estrangeiras, segundo os dados que Valentim Alexandre refere para o final do século XVIII e início do XIX²⁸⁵. Ambos eram géneros primordiais da pauta de exportações da capitania de Pernambuco e o cuidado com o seu cultivo constava em todas as instruções da Coroa para os oficiais régios que iriam governá-la no final do século XVIII, como será analisado mais detalhadamente na III parte desta tese²⁸⁶.

Para concluir este segmento do presente estudo, é possível inferir que o século XVIII português foi sobretudo reformista, pois muitas foram as medidas políticas, económicas e administrativas promovidas pelo poder central para transformar a economia e a sociedade de várias partes do império português. Nos capítulos anteriores referenciámos as medidas implementadas em Portugal, desde o reinado de D. João V, para se compreender a conjuntura política e económica em meados do XVIII, mas destacámos, particularmente, as reformas pombalinas feitas no Brasil, com o objectivo de compreender as mudanças em si, e sobretudo as repercussões que estas tiveram na capitania de

²⁸³ Sérgio Buarque de HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira*, T.I..., p. 241.

²⁸⁴ Evaldo Cabral de MELLO, *A ferida de Narciso...*, p. 71.

²⁸⁵ Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do império...*, p. 33.

²⁸⁶ A pecuária e a plantação de fumo também entram nesta equação, as duas modalidades económicas e a sua relevância para a economia da capitania serão estudadas na Parte II deste estudo.

Pernambuco. Uma capitania que teve muito prestígio e riqueza no século XVII, que entrou no século XVIII com uma economia em dificuldade, pela perda de valor e a concorrência que sofria o seu principal género de exportação, o açúcar. E que, devido a uma conjuntura de guerras que afligia a Europa e a América, voltou a ter destaque, transformando-se na terceira região mais relevante dentro do império português, em termos económicos.

Ressaltamos ainda que o advento do pombalismo iniciou dinâmicas que apenas no final do século XVIII viriam a dar resultados, como ocorreu com o fomento industrial em Portugal e as novas culturas introduzidas no Brasil.

Na segunda parte deste estudo será feita uma análise do significado da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba para a capitania de Pernambuco. Desde a sua constituição em 1759, os principais conflitos - gerados entre facções das elites da terra, poderes locais e instituições do poder central -, o seu complexo processo de extinção até ao início da cobrança das dívidas dos moradores. Na perspectiva desta dissertação, a companhia pombalina foi o que de mais importante ocorreu na segunda metade do século XVIII na capitania de Pernambuco e para se estudar a governação, a política e a economia do último quartel de Setecentos esta temática é incontornável.

Parte II

As Companhias de monopólio nos séculos XVII e XVIII. O caso da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba

É muito preciso e necessário o estabelecimento de fábricas para nos fazermos felizes e independentes nesta parte do jugo estrangeiro, se considerou também que as fábricas não poderiam sustentar-se no Reino sem que houvesse uns corpos, que tendo a seu cargo a regulação do comércio, servissem ao mesmo tempo não só de protetores das fábricas, mas também animassem a cultura da terra, e pudessem sustentar o valor aos géneros que elas produzem nos Domínios das Américas. Com estes fins se projectou o estabelecimento de quatro companhias gerais, nos quatro principais portos da América²⁸⁷.

Nos capítulos que se seguem, e conforme o enunciado na introdução, vamos analisar primeiramente as companhias de comércio estabelecidas em Seiscentos na Índia e no Brasil e em Setecentos nas Américas portuguesa e hispânica. Em seguida daremos destaque à institucionalização da companhia pombalina. Serão analisados os principais conflitos ocorridos durante o seu funcionamento; o processo de extinção da Companhia e o princípio de cobrança das dívidas dos moradores. Esta escolha justifica-se por considerarmos que a Companhia foi a medida económica e político-administrativa mais marcante que Carvalho e Melo tomou para Pernambuco, também pelas repercussões que a extinção da companhia de comércio gerou na capitania até o século XIX.

Será alvo de análise uma outra instituição criada pelo poder central, a Mesa da Inspeção do Açúcar e do Tabaco, contemporânea à Companhia, que actuou em Pernambuco a partir de 1751. A criação da Mesa, um órgão de fiscalização e de controlo,

²⁸⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pará. [Memória política anexa ao ofício do governador-geral do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo. 1755, Novembro, 10]. AHU_ACL_CU_013, Cx. 39. D. 3674.

fez parte do rol de medidas tomadas para melhorar a comercialização dos géneros produzidos na capitania de Pernambuco, durante a chamada época pombalina²⁸⁸.

O objectivo principal desta segunda parte do estudo é examinar a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba²⁸⁹, a fim de tornar compreensível os conflitos entre segmentos ou fracções das elites locais com interesses opostos - uns a favor da companhia pombalina outros a favor do comércio livre de monopólios -, e a mediação dos governadores na manutenção dos equilíbrios internos. Conflitos e tensões que se agudizaram na década de 1770 com a gestão do comércio pela Direcção da Companhia.

Adiantamos aqui que a principal dissensão diz respeito aos desacordos entre grupos das elites locais. Uma fracção das elites, composta por vários grupos sociais - produtores de açúcar (senhores e lavradores de engenho), de tabaco, criadores de gado e donos de fábricas de atanados - liderada por abastados senhores de engenho e apoiada por uma instituição criada pelo poder central e situada capitania - a Mesa da Inspecção -, resistia às práticas mercantis implementadas pela Direcção da Companhia porque estas eram contrária aos seus interesses.

Direcção, que por sua vez, era formada por homens de negócio naturais ou radicados no Recife interessados em controlar a Companhia para assim administrarem sem entraves, e com o aval da Coroa, o comércio de Pernambuco. Destacámos que estes grupos das elites locais que, durante os anos de funcionamento da Companhia, estavam em disputa, foram denominados pelo secretário de Estado como sendo «partidos». As principais demandas e a constituição destes «partidos» - contrários ou favoráveis à companhia pombalina -, serão analisadas detalhadamente no capítulo 7.

Contudo, convém ressaltar que, no que respeita a Pernambuco, e no âmbito dos poderes centrais, o vocábulo «partido» já havia sido utilizado para distinguir fracções das elites na capitania de Pernambuco, muito antes da criação da companhia pombalina.

²⁸⁸ Época pombalina que coincide com o início do reinado de D. José. Carvalho e Melo ainda não era o principal decisor político e a criação das Casas de Inspecção não foi uma medida que tenha tido origem na Secretaria de Estado que geria, mas como fez parte das reformas implementadas no reinado josefino, é comumente confundida com aquelas instituídas pelo marquês de Pombal.

²⁸⁹ Utilizamos os estudos de Guilherme Palaccios, Pierre Verger e António Carreira para reforçar a ideia pombalina de que deveriam ser criadas Companhias de Comércio para as áreas mais lucrativas do Ultramar: Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro e para áreas perdidas para o contrabando (francês), como o Grão-Pará. Analisaremos os motivos pelos quais a Baía e o Rio de Janeiro não tiveram companhias de monopólio.

Em 1715, o conselheiro do Conselho Ultramarino, António Rodrigues da Costa, ao analisar a situação política em Pernambuco pós «Guerra dos Mascates», considerou-a tão perigosa quanto nos anos de 1710/1711, e utilizou o termo «partido» para designar a chamada nobreza da terra, àquela ligada ao açúcar. António Rodrigues da Costa deixou registado na consulta a insatisfação de uma das fracções das elites da terra, tecendo comentários críticos acerca do que se passava na capitania de Pernambuco, num período tão próximo ao do conflito que opôs senhores de engenho contra comerciantes de grosso trato. O conselheiro utilizou o vocábulo «partido» para explicar os interesses opostos dos grupos sociais em questão:

os «vassalos do partido da nobreza se acha [vam] com o mesmo ânimo com que estavam no tempo das alterações», o que significava que «o partido da nobreza [os senhores de engenho de Pernambuco] incorria novamente em desobediências à autoridade régia, já que se portava sem respeito ao governador e ministros da justiça»²⁹⁰.

Esta mesma noção de «partido» ou «parcialidade» vai ser evocada por Martinho de Melo e Castro - o secretário de Estado da Marinha e Ultramar de 1770 a 1795 - para explicar a situação conflituosa entre grupos das elites da terra. Na sua análise sobre a conjuntura política no final da década de 70 de Setecentos, o secretário entende que há um «partido» que apoia a Companhia - partido este composto pela Direcção da instituição pombalina e mais homens de negócio da praça do Recife - e um outro que se opõe à empresa comercial, formado por distintos segmentos da população liderados pelos senhores de engenho pernambucanos.

É de ressaltar que, no último quartel de Setecentos, embora cada «partido» tenha tido líderes relacionados ou com as elites açucareiras ou com as elites mercantis, procurámos não cair nos binómios largamente utilizados nos estudos sobre o império português que, até a década de 1990, compreendiam a sociedade colonial por meio de uma percepção fundamentada em dicotomias - *colónia versus metrópole*, *senhor versus comerciante*, *escravo versus senhores*. Partimos do pressuposto que a sociedade colonial era complexa e dinâmica, que a comunicação política e a negociação foram fundamentais para a atenuação dos conflitos, e contribuíram para o embasamento da governabilidade portuguesa, a formação e a manutenção da estabilidade do império. Até porque, à época

²⁹⁰ Conforme Breno Vaz Lisboa, Breno A. V. LISBOA, «Como conservar “essa parte tão nobre do corpo da monarquia”: poderes da coroa e elites locais na capitania de perbambuco após as “alterações”», texto enviado para a publicação nos anais da ANPUH/2013, Natal, UFRN, 2013, pp. 7-8.

da companhia pombalina, e como demonstraremos, os «partidos» não eram compostos explicitamente por senhores de engenho que se opunham aos homens de negócio.

Destacaremos ainda nesta parte do estudo, como no final da década de 1770, as câmaras da capitania exerceram pressão - por meio de uma comunicação política continuada com os poderes do centro-, para que o monopólio comercial não fosse renovado, algo previsto nos estatutos. Bem como, os problemas causados pela gestão, nem sempre idónea da Direcção - formada por homens de negócio residentes em Pernambuco -, durante o período em que actuou na capitania.

Evidencia-se que este tipo de divergências, entre os «partidos» ou segmento das elites locais e os administradores das companhias de comércio (a Direcção), também ocorreu no Estado da Índia com as companhias do século XVII, e no Grão-Pará e Maranhão²⁹¹. No Estado da Índia, argumentos análogos aos dos grupos sociais em Pernambuco foram utilizados pelos moradores de Goa ao se queixarem dos superintendentes da companhia de comércio criada em 1694 e extinta em 1700, instituição comercial muito semelhante às companhias pombalinas instaladas na América portuguesa.

Um outro conflito também emergiu quando analisámos a documentação acerca da companhia pombalina. O «partido» das elites descontentes com a Companhia - liderado pelos senhores de engenho -, também estava desagradoado com a inércia da Junta da Companhia em Lisboa. Por não tomar medidas que beneficiasse os habitantes na capitania em detrimento dos interesses particulares da Direcção. A Junta contribuiu para intensificar a tensão entre os vassallos em Pernambuco e a Companhia.

E, por último, foi analisada a posição tomada pelo último governador contemporâneo à Companhia em relação a dois pontos primordiais: os conflitos ocorridos no período do seu governo por causa da resistência dos moradores à Companhia; e a forma como intermediou a situação entre vassallos e a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, instituição perante à qual respondia.

Salientamos a importância do ocorrido, pois, nos estudos sobre a história de Pernambuco na segunda metade do século XVIII, raras vezes a companhia pombalina é

²⁹¹ Na América espanhola, com a Real Companhia da Venezuela, os conflitos se configuraram de uma outra forma, pois quem geria localmente a Companhia eram homens de negócio de Guipozcuoa.

mencionada como sendo um ponto relevante. Não deixa de ser extraordinário o facto de a extinção das companhias pombalinas não figurarem como um dos acontecimentos que mais impactos causaram na história da América portuguesa na segunda metade de Setecentos.

A historiografia recente sobre Pernambuco, com poucas excepções, não explorou plenamente o significado da resistência dos moradores às medidas adotadas por Carvalho e Melo. Evaldo Cabral de Mello, em obra relevante para a compreensão das capitanias do Norte, não mencionou a resistência das elites da terra à Companhia entre as manifestações do nativismo pernambucano. Apontou a crise dos anos 1710-1711 e as revoluções de 1817 e 1824 como sendo os marcos do descontentamento dos «pernambucanos» com Lisboa²⁹². É certo que esses momentos demonstraram a insatisfação dos moradores, mas realçamos que os acontecimentos do final do período pombalino também poderiam figurar entre tais momentos, conforme Teresa Marques:

A forte reação dos moradores à Companhia compôs o quadro de desagrado político em Pernambuco nas últimas décadas do século XVIII e isso com efeitos duradouros. Esse descontentamento só não resultou em um quadro de revolta porque foi amenizada por alguns factores: pela execução dos bens dos antigos dirigentes da junta administrativa da Companhia em Pernambuco, pela capacidade das elites agrárias de defender seus interesses no âmbito dos poderes locais e pela posição tomada pelo governador José César de Meneses²⁹³.

Destacamos que os representantes máximos do poder da Coroa na capitania, os governadores, souberam lidar de forma prudente com situações delicadas como a da cobrança das dívidas de distintos grupos dominantes da sociedade local. Procuraram, de forma equilibrada, cumprir as ordens da Secretaria de Estado e os anseios dos endividados no que se refere ao pagamento das dívidas avultadas à Companhia, dirimindo sempre que possível tensões sociais.

Como adiante demonstraremos, nem tudo foram embates e resistência, os governadores que administraram Pernambuco, entre 1760 e 1780, procuraram diligentemente cumprir as ordens dos poderes centrais, e quando não foi possível, procuraram negociar com os grupos sociais em demanda, o melhor acordo possível. A

²⁹² Evaldo Cabral de MELLO (2008), *Rubro Veio...*, capítulos III e V.

²⁹³ Agradeço a gentileza da professora Teresa Marques o envio do seu artigo, que muito me auxiliou nos capítulos desta II parte da tese, ainda antes de ser publicado. Teresa C. N. MARQUES, «As dívidas do Senhor Jácome Lumachi. Pernambuco e a Companhia Geral pombalina». *Revista Topoi*, vol. XII, nº 22, jan.-jun., Rio de Janeiro, PPGH/UFRJ, (2011): p 64.

extinção da companhia pomblina foi o ponto de atrito mais relevante que interferiu na governação da capitania, agitando o final do período pombalino em Pernambuco e a comodidade política que caracterizou a primeira década do reinado de D. Maria I.

Estas foram as questões centrais analisadas nos capítulos que se seguem e que compõem a segunda e principal parte desta investigação.

Capítulo 4

Instituições de comércio - Brasil, Índia e Venezuela - e a instalação da Mesa da Inspeção

«A utilidade em fundar uma companhia [...] é matéria de que ninguém duvida [...] se prova com a experiência de todos os Estados da Europa que fizeram semelhantes estabelecimentos, recolhendo em consequência deles tão importantes lucros [...]»²⁹⁴

As companhias de monopólio foram parte relevante no conjunto de reformas setecentistas²⁹⁵, atingindo o seu apogeu durante o consulado pombalino (1755-1777), principalmente como modelo jurídico organizativo do comércio colonial. A Coroa portuguesa aliou-se a uma «burguesia metropolitana» e aos seus capitais particulares, segundo José Ribeiro Júnior. José Luís Cardoso também defende a ideia de que a criação das companhias de comércio viria a ser uma das mais emblemáticas acções do ministério pombalino²⁹⁶.

Foi uma estratégia de administração por parte do poder central e fez parte do quadro das principais medidas económicas implementadas por Carvalho e Melo. Não era um recurso novo, pois o secretário de Estado do Reino e Mercês não foi o único a utilizar este dispositivo para controlar, com maior rigor, o monopólio do comércio que já existia entre as colónias e o centro do império. Ainda antes de Pombal, em 1728, a Coroa espanhola instituiu em Caracas uma companhia monopolista com a mesma natureza que a das companhias pombalinas de 1755 e de 1759. A Companhia Guipuzcuana foi criada

²⁹⁴ José Luís CARDOSO, «Política Económica», em *História Económica...*, pp. 358-359.

²⁹⁵ Conforme José L. Cardoso ficavam dados os primeiros sinais do que viria a ser uma das mais emblemáticas acções do pombalismo. José Luís CARDOSO, «Política Económica», em *História Económica...*, pp. 358-359.

²⁹⁶ José Luís CARDOSO, org., *A Economia Política e os Dilemas do Império luso-brasileiro* (Lisboa: CNPCDP, 2001), p 358.

com objectivos semelhantes e, da mesma forma que a Companhia Geral de Pernambuco, obteve durante o seu funcionamento um historial de queixas e contestações análogas aos da instituição pernambucana.

Para o poder central, a companhia pombalina faria renascer a economia da antiga capitania «Duartina» que, na segunda metade de Setecentos, passou por um período de instabilidade económica²⁹⁷, e para boa parte do corpo de comércio de Pernambuco, uma companhia mercantil seria bem-vinda se fosse instituída de acordo com os seus pedidos. Os habitantes de Pernambuco já faziam o comércio directo com a Costa da Mina desde o século XVII, tabaco e jeribita eram as moedas de troca mais utilizadas, junto com as fazendas da Índia²⁹⁸. Em meados do século XVIII, mais precisamente em 1751, verificou-se um aumento do preço médio dos escravos e uma redução do número de navios negreiros que deram entrada no porto do Recife, desequilibrando o comércio local, que até o final da década de 1720 se havia mantido estável com a venda de mão-de-obra escrava, dentro da própria capitania de Pernambuco, às capitanias subordinadas e às capitanias auríferas²⁹⁹.

A par do trato negreiro, o comércio interno de abastecimento foi relevante para a economia da capitania de Pernambuco, principalmente no que respeita à expansão da pecuária. Desde finais do século XVII que as estratégias de diversificação comercial dos homens de negócio da praça do Recife possibilitaram a formação de uma área de trocas que se estendia do Ceará até a foz do Rio São Francisco. No final do domínio holandês, o Ceará subordinou-se a uma hierarquia regional, centralizada eclesiástica e administrativamente em Pernambuco. O sistema de frotas de meados de Seiscentos transformou o porto do Recife no centro preferencial para as trocas comerciais entre esta parte da colónia e o Reino. Com o aval da Coroa, Pernambuco consolidou uma posição

²⁹⁷ Alguns fatores contribuíram para tal instabilidade: a oscilação do preço do açúcar nos mercados europeus foi uma constante, houve um aumento no preço dos escravos na África Central em meados do século XVIII, a partir de 1751 diminuiu o número de navios negreiros no porto do Recife e, consequentemente, o número de escravos desembarcados em relação aos anos de 1722 a 1731. Neste período (1722-1731) pelo porto do Recife entraram 22. 220 africanos em 89 embarcações. Entre 1751 a 1760 este número caiu para 8900 escravos em cerca de 35 embarcações. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 42, D. 3786; AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

²⁹⁸ AHU, Conselho Ultramarino, São Tomé. AHU, CU_024, Cx. 4, doc. 101. O autor do requerimento pede provisão, que já fora concedida a outros, para ir «resgatar» escravos na Costa da Mina com géneros da terra (de Pernambuco).

²⁹⁹ Sobre o preço dos escravos no século XVIII ver Joseph C. MILLER, «Slave prices in the Portuguese southern Atlantic, 1600-1830» em *Africans in Bondage. Studies in Slavery and the Slave Trade*, ed. Paul E. LOVEJOY (Madison, Wisconsin: Africans Studies Program, University of Wisconsin, 1986), p. 52.

central no que respeita às capitanias do Norte, era o porto de saída dos géneros produzidos por estas capitanias, bem como, abastecia-as com manufacturas de Lisboa, carne fresca para os engenhos, e carne salgada comercializada nos sertões, nas capitanias do sul e até na costa africana³⁰⁰.

A capitania de Pernambuco sofria ao norte a concorrência do porto de São Luís, ao sul e a oeste tinha o porto de Salvador. Para compensar estas perdas a praça do Recife estendeu-se pelos portos do sertão, do interior da Paraíba, passando pelo Rio Grande do Norte, chegando até a capitania do Ceará Grande. Por isso, apesar das oscilações do preço do açúcar no mercado externo e da alta do preço da mão-de-obra africana, a economia da capitania conseguiu manter-se por toda a primeira metade do século XVIII. A manufactura e o comércio das carnes secas do sertão foram relevantes na expansão do comércio de Pernambuco. O charque (carne salgada) era utilizado no abastecimento dos navios e, em menor medida, no trato negreiro. A carne salgada produzida nas capitanias do Norte era apreciada nas praças africanas e usada como moeda de troca junto com fumo e a cachaça³⁰¹. Em meados do século XVIII o negócio com o sertão envolvia 35 embarcações que frequentemente saíam do Recife em Direcção ao litoral do Ceará. O negócio tinha tanto vigor que os homens de negócio da praça do Recife solicitaram a Coroa a permissão para fazerem uma companhia para os «negócios do sertão», companhia que será analisada com mais vagar neste capítulo.

Antes de analisarmos com detalhe o caso da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba cumpre dedicar algumas linhas às companhias de comércio da Época Moderna. Torna-se necessário relembrar, também, como era feito o comércio com o Brasil antes do século XVIII, visto que a medida política que marcou o regresso às companhias de monopólio e que caracterizou o consulado pombalino, não foi uma medida inovadora. Um

³⁰⁰ Em 1748 José Vaz Salgado solicita a permissão da Coroa para remeter seus navios à Colónia do Sacramento, com mercadorias que no Recife tinham escasso valor mas que lá encontravam mercado. O conde dos Arcos, governador de Pernambuco na época, achava a rota Pernambuco-Sacramento bastante produtiva, mas não tinha a certeza que este comércio era permitido pela Coroa. Ao que parece os comerciantes do Rio de Janeiro puseram bastante obstáculo para que esta rota não fosse viável. Não obstante, sabe-se que os negócios de Vaz Salgado chegavam até aquela praça. Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP). *Inventários do século XVIII*. 1759 - José Vaz Salgado. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 66. D. 5601 e Cx. 67, D. 5703.

³⁰¹ Almir Leal de OLIVEIRA, «As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII» em *Temas Setecentistas: Governos e populações no Império Português*, orgs., Andréa DORÉ e Antônio César de Almeida SANTOS, (Curitiba: UFPR – FCHLA/Funart; Araucária, 2008), pp. 508-510.

século antes já haviam sido implementadas empresas comerciais no Atlântico e no Índico, e serão estas companhias que analisaremos a seguir.

4.1 Companhias anteriores às pombalinas

No século XVII, devido à insegurança na navegação, instituiu-se o regime de frotas para o comércio com o Brasil, de forma semelhante ao que se realizava com o Oriente, através de comboios ou armadas. A fragilidade do comércio português, após a restauração da Coroa portuguesa em 1640, impôs o sistema de comboios, confirmado em 1649 com a criação da companhia de comércio do Brasil e com a lei de 1660 que proibia viagens isoladas³⁰².

A origem da primeira companhia privilegiada após a Restauração foi consequência da primazia do açúcar nas receitas alfandegárias, tendo sido também um instrumento de apoio aos moradores que se opunham à entrega final da capitania de Pernambuco aos holandeses. Para Leonor Freire Costa a companhia de comércio do Brasil foi o resultado da confluência de ideias dominantes dentro da elite mercantil e em certos círculos do poder central que se confrontavam com o caminho trilhado pelo embaixador em Haia, Francisco de Sousa Coutinho e pelo padre António Vieira. Ambos eram adeptos da «tese» de que, para se conseguir uma paz duradoura com os Estados Gerais, transformando-os em aliados na guerra contra a Espanha, era preciso sacrificar a capitania de Pernambuco³⁰³.

No entanto, esta tese não vingou. Leonor F. Costa associa a criação da companhia de comércio do Brasil à «Restauração Pernambucana» em 1654. A Companhia foi o resultado da ligação entre a Coroa e os homens de negócio e foi adiante porque estes estavam atentos à causa dos revoltosos em Pernambuco e aos dividendos do comércio brasileiro. Argumenta a historiadora que os homens de negócio do Reino não quiseram desistir de Pernambuco, sobretudo por terem interesses económicos, suspensos na capitania ocupada, relacionados à indústria açucareira. Por isso, não seria de causar surpresa o facto

³⁰² Vera L. Amaral FERLINI, *A civilização do açúcar: séc. XVI a XVIII* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1984), pp. 31-32. A companhia de comércio para o Brasil tinha uma série de privilégios: monopolizava o comércio de toda a costa brasileira; comboiava todos os navios mercantes que viessem ao Brasil ou dele voltassem, a uma taxa não superior a 10% e seguro até 25%. O vinho, o azeite, a farinha de trigo e o bacalhau eram géneros estancados da Companhia. Em troca de todos os direitos, ela comprometia-se a enviar pelo menos duas frotas por ano.

³⁰³ Leonor Freire COSTA, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, vol. I (Lisboa: CNPCDP, 2002), pp. 482-483.

de os navios da Companhia terem bloqueado o porto do Recife e auxiliado na libertação da capitania no ano de 1654. Conforme Leonor F. Costa:

A Companhia libertou o Recife. Mas os acontecimentos de janeiro de 1654 também salvaram a empresa de uma morte eminente. Enquanto foi a joia do monarca permaneceram intactos os estatutos. Em 1657 inicia-se um trajecto que da revogação do monopólio levará à integração definitiva da Junta do Comércio no Estado. Mas nesta altura, havia dez anos que Pernambuco voltara a ser território sob jurisdição portuguesa³⁰⁴.

De início havia uma única frota para todo o Brasil, reunindo embarcações dos vários portos. Depois dividiram-se em frotas para a Baía e o Rio de Janeiro, Pará, Maranhão e Pernambuco, que chegavam a Portugal alternadamente. As frotas de Pernambuco chegavam ao Reino em julho e demoravam cerca de 60 dias de viagem. Permaneciam nos portos brasileiros cerca de 80 dias, com o intuito de vender as mercadorias e transportar principalmente madeira - para as construções navais e para o mobiliário -, bem como açúcar³⁰⁵.

Raymundo Faoro descreveu as companhias de comércio dos séculos XVII e XVIII como sendo uma associação do rei com os comerciantes, em que estas promoviam a expansão das actividades mercantis, em paralelo com o aumento da produção e do consumo, tidos como essenciais à indústria lusa, reerguida pela política mercantilista da época e grandemente beneficiada pelo exclusivo colonial³⁰⁶. Segundo José Luís Cardoso, que concorda com a assertiva de Faoro, as razões pelas quais se instituíram as companhias pombalinas foram:

[...] a necessidade de concentração de capitais e de junção de esforços entre particulares e a Coroa a fim de se fazer face à disputa internacional a que o Brasil começava a estar sujeito, sem se esquecer a própria dinamização das actividades no Brasil. A regulação monopolista e a concessão de privilégios exclusivos eram o melhor caminho para se aumentarem os lucros que se podem tirar daquele comércio; sendo ele regulado pelas direcções competentes³⁰⁷.

³⁰⁴ Leonor Freire COSTA, «Pernambuco e a Companhia Geral do Brasil» em *Penélope - Revista de História e Ciências Sociais*, nº 23, Lisboa (2000): pp. 58-59.

³⁰⁵ José Jobson de Andrade ARRUDA, «A circulação, as finanças e as flutuações...» em *Nova História...*, p. 170. Cunha SARAIVA, *Companhias Gerais de Comércio e Navegação para o Brasil* (Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1938), p. 13.

³⁰⁶ Raymundo FAORO, *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro* (São Paulo: Globo, 2001), p. 228.

³⁰⁷ José Luís CARDOSO, «Política Económica» em *História Económica...1700-2000*, p. 360.

As reformas pombalinas neste aspeto não criaram algo completamente novo, pois companhias de comércio foram pensadas para diferentes partes do império em distintos períodos, embora cada conjuntura apresentasse motivações e necessidades específicas. A companhia de comércio do Brasil do século XVII não foi estruturada da mesma forma que as companhias pombalinas em Setecentos, por exemplo. No que tange ao Estado da Índia, ao longo de Seiscentos foram realizadas três tentativas de implementar instituições comerciais. A primeira delas, da década de 1620, ainda durante a União Ibérica, fora inspirada no modelo holandês. Sanjay Subrahmanyam destaca que tal inspiração só tinha razão de ser em parte, uma vez que na Índia já havia um Estado, territórios com câmaras e redes comerciais já estabelecidas. Não era possível transferir tais atribuições para uma companhia que, a seguir o modelo da VOC (Companhia holandesa das Índias Orientais), seria ela mesma praticamente o Estado³⁰⁸.

A ideia da Companhia asiática granjeou adeptos do lado português e castelhano e foi criada com o objectivo de reprimir o comércio holandês na região. No entanto, poucos se entusiasmaram a investir na companhia, e 80% do capital empregado acabou por ser da própria Coroa³⁰⁹. Contudo, os cristãos-novos investiram na Companhia, mas não fizeram parte dela directamente. A instituição comercial não teve vida longa e em 1633 foi encerrada. A falta de segurança nas viagens efetuadas pelos navios da Companhia entre as praças envolvidas foi um dos motivos de sua extinção, mas alegou-se também o facto de ser um investimento de alto risco, uma vez que a monarquia hispânica estava envolvida numa intensa disputa com os Países Baixos naquela região³¹⁰.

Na década de 1670 foi feita nova tentativa de se estabelecer uma companhia de comércio na Índia. A proposta foi apresentada pelo inaciano Baltazar da Costa e pelo confessor do príncipe D. Pedro, Manuel Fernandes, e, mais uma vez, o projecto envolvia a participação dos cristãos-novos e de um elemento novo, os mercadores florentinos em Lisboa. A Companhia seria instituída por doze anos e, além das questões do comércio propriamente ditas, caberia à nova Companhia contribuir com 20 mil cruzados para a criação de uma força militar de 5 mil homens no primeiro ano e, posteriormente, enviar

³⁰⁸ Sanjay SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático português, 1500-1700 - uma história política e económica* (Lisboa: Difel, 1995), p 227.

³⁰⁹ O que surgia inicialmente como uma companhia privilegiada, com base em capital particular, assumiu praticamente a forma de uma companhia régia. Sanjay SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático português...*, p 229.

³¹⁰ Sanjay SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático português...*, p 231.

1.200 homens por ano para o Oriente. Paradoxalmente caberia aos cristãos-novos financiar actividades de missionação naquela parte do império³¹¹.

Segundo Marília Nogueira o projecto findou antes mesmo de sair do papel, pois em 1674 as cortes inviabilizaram o perdão aos cristãos-novos e, em 1678, após uma querela entre estes e a inquisição portuguesa, o regente D. Pedro decidiu pôr fim a este segundo projecto de companhia de comércio para o Oriente³¹².

O último projecto de uma companhia de comércio para o Oriente, no século XVII, surgiu no ano de 1690. Uma carta régia de D. Pedro II de 1686 mostrou o seu descontentamento com o facto de o comércio na costa oriental africana pouco render à Fazenda Real. Em 1694 os homens de negócio do Estado da Índia formaram a Companhia, alcançaram importantes exclusivos no comércio de Mombaça, Moçambique e Timor. Enviaram novas condições à Coroa, porque os negociantes queriam que a companhia fosse independente no que lhes convinha, mas relacionada com a Coroa no que tangia aos privilégios e punições contra aqueles que não colaborassem com a instituição comercial. Em novembro de 1694, a Companhia já funcionava e contava com dois barcos para fazer o comércio com Mombaça e Moçambique. Porém o cerco e perda de Mombaça foram factores determinantes para encerrar a Companhia em 1700, mesmo sendo o vice-rei Câmara Coutinho contrário a esta decisão³¹³. As queixas dos moradores contra os administradores da Companhia, homens de negócio do Estado da Índia, também foram fundamentais na resolução da Coroa em extinguir a Companhia. Algo muito semelhante ocorreria em Pernambuco oitenta anos depois.

4.2 A Companhia Real da Venezuela e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba

Para além das companhias de comércio implementadas pela Coroa portuguesa também a Coroa espanhola reforçou o exclusivo comercial com as suas colónias, e um dos casos mais característicos é, provavelmente, o da Companhia Real da Venezuela. Esta foi

³¹¹ Sanjay SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático português...*, p 264.

³¹² Agradeço a Marília Nogueira a disponibilização dos seus escritos sobre as companhias de comércio e a gentileza de compartilhar a sua tese comigo. Marília Nogueira dos SANTOS, «Do Oriente ao Atlântico: hierarquias imperiais e trajetórias administrativas: os casos de António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho e do Marquês de Angeja (1690-1718)» (tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011), pp. 73-85.

³¹³ Joaquim Romero MAGALHÃES, «As tentativas de recuperação asiática» em *História da Expansão...*, vol. III, p 46. Marília Nogueira dos SANTOS, *Do Oriente ao Atlântico...*, p 103.

uma empresa de comércio constituída a 25 setembro de 1728 com a finalidade de monopolizar o comércio na província de Caracas com a Espanha³¹⁴. Fazemos referência a tal companhia não só para comparar os modelos de funcionamento desta instituição com a companhia pombalina em Pernambuco, mas também para demonstrar que, à semelhança dos vassalos portugueses na América portuguesa, também os vassalos da Coroa espanhola protestaram contra uma companhia que perdurou durante mais de cinco décadas e que teve uma grande influência no desenvolvimento económico, social e político na Venezuela.

Durante as primeiras décadas do século XVIII a Espanha enfrentou muitas incursões estrangeiras no seu território e teve de se empenhar para consolidar a sua posse nas fronteiras ameaçadas. A Companhia Guipuzcoana inscreve-se neste contexto, tendo sido criada para afastar navios ingleses e holandeses do comércio na região de Caracas³¹⁵. Segundo John Elliott, a Companhia era administrada por comerciantes bascos que utilizaram o monopólio para dominar a economia venezuelana, baixar o preço do cacau e subir o das importações europeias transportadas nos seus barcos. Os mais prejudicados foram os pequenos proprietários oriundos das ilhas Canárias e os que mais se endividaram foram os grandes proprietários de terras³¹⁶.

A empresa foi criada com base em duas finalidades, sendo a primeira delas, o exclusivo comercial³¹⁷. O rei concedeu à empresa o monopólio do comércio com a província de Caracas e, como consequência disso, apenas a Real Companhia poderia vender todos os tipos de mercadorias importadas da península e comprar os frutos do país, nas quantidades necessárias ao consumo, e os enviar a Espanha. O privilégio do monopólio do comércio foi dado aos comerciantes de Guipuzcoa e o género mais rentável

³¹⁴ Como o rei tinha um interesse considerável no negócio, e por isso, a cédula real que confirmava a Real Companhia tinha sido tão favorável aos homens de negócio bascos Vicente Amezaga ARESTI, *Los Hombres de la Compañía Guipuzcoana* (Caracas: Banco Central de Venezuela, 1963), pp. 18-19. Segundo Aresti os monarcas espanhóis jamais haviam firmado uma carta régia mais explícita e honorífica do que aquela que criava a Companhia dos bascos. E com exceção dos reis, do secretário de Estado Patiño e de Campillo todos os accionistas eram guipuzcuanos.

³¹⁵ David A. BRADING, «A Espanha dos Bourbons...» em *História da América...*, vol. I, p. 400

³¹⁶ John H. ELLIOTT, *Imperios del mundo atlántico...* p. 501

³¹⁷ Arantzazu A. IRIBARREN, «La Real Compañía Guipuzcoana de Caracas. Crónica sentimental con una visión historiográfica Los años áuricos y las rebeliones (1728-1751)», *Sancho El Sabio*, revista de Cultura e investigación vasca, nº 23, (2005): p 191. [Consultado em 2 de novembro de 2011]. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1367600>. Arantzazu A. IRIBARREN, « La Real Compañía Guipuzcoana de Caracas...» pp. 169-170.

produzido na província de Caracas era o cacau, que até então chegava à Espanha através dos holandeses³¹⁸.

A criação da Companhia serviu para afastar do comércio da região de Caracas os holandeses e, além destes, a Companhia acabou por afetar as transações comerciais que os britânicos efetuavam na mesma região, quando passou a ter o exclusivo do comércio já na década de 30 de Setecentos³¹⁹. A segunda finalidade dizia respeito à contenção do contrabando que a empresa deveria fazer de forma vigorosa, monitorizando as bocas dos rios Orinoco e Hacha, com navios devidamente armados³²⁰.

A Real Companhia foi beneficiada com o total controlo do comércio e, para proteger a empresa, o rei deu instruções às autoridades coloniais para a apoiarem em todos os aspetos. Por último, o rei nomeou o próprio governador da província de Caracas como juiz conservador para a Real Companhia, estabelecendo o carácter oficial da instituição comercial, que passou a controlar a economia da Província³²¹.

Assinalaremos algumas das diferenças entre esta Companhia e àquelas criadas na América portuguesa no período pombalino. Apesar de ainda não termos examinado em detalhe a instalação das companhias pombalinas, adiantaremos, neste ponto, algumas das semelhanças e das diferenças entre um «projecto» e o «outro».

No que se refere às companhias pombalinas, assinalamos uma distinção em relação ao juiz conservador. As companhias pombalinas também possuíam juiz conservador, com jurisdição privativa sobre todos os outros tribunais nas causas contenciosas em que fossem réus os empregados das Companhias. Contudo, eram três, e apenas um residiria na América portuguesa, enquanto os outros residiriam em Lisboa e no Porto. Outra diferença tinha a ver com o lugar de juiz conservador: este não poderia ser

³¹⁸ Ver nota de estudo, Gerostik Historia Museo Birtuala, 2011. [Consultado em 3 de janeiro de 2012]. Disponível em: http://muvir1.gipuzkoa.net/teselas_t.php?id_teselas=197&id_lingua=3.

³¹⁹ A Real Companhia foi estabelecida para combater o contrabando de tabaco, escravos e têxteis da Europa, que existia ao longo do rio Orinoco - o principal da Venezuela -, contrabando esse que beneficiava particularmente os comerciantes holandeses e também britânicos. A Real Companhia contribuiu principalmente para o desenvolvimento em grande escala da produção do cacau e concorreu, também, para a expansão da produção de algodão, café, tabaco e couro. Ramóm de BASTERRA, *Una empresa del siglo XVIII. Los Navíos de la Ilustración* (Caracas: Imprenta Bolívar, 1925, Ediciones de la Presidencia de la República de Venezuela, 1954), p 59. Vicente Amezaga ARESTI, *Los Hombres de la Compañía...*, p 16.

³²⁰ Vicente Amezaga ARESTI, *Los Hombres de la Compañía...*, pp. 16-17.

³²¹ Artigo 7 da instituição da companhia em Vicente Amezaga ARESTI, *Los Hombres de la Compañía...*, p 17.

preenchido por um dos representantes da Coroa nas capitâneas - caso do governador, juiz de fora ou ouvidor -, como ocorreu em Caracas com a nomeação do governador para o lugar de juiz da Real Companhia. Além disso, a nomeação do juiz conservador das companhias pombalinas, ainda que confirmada pela Coroa portuguesa, era da responsabilidade da Junta da Companhia³²².

Inicialmente, a Real Companhia cumpriu os objectivos para os quais fora criada: a instauração de um comércio seguro entre as províncias venezuelanas e Espanha, a regularização e desenvolvimento do comércio de frutas, cacau e tabaco, e, ainda, a redução do contrabando que naus inglesas e holandesas praticavam naquela costa. No que concerne à capitania de Pernambuco, o mesmo ocorreu, os navios da Companhia faziam um comércio seguro e sistemático com Lisboa e Porto, e em teoria, garantiam o monopólio comercial português.

A criação da Real Companhia significou, portanto, uma mudança no sistema tradicional do comércio das províncias, pois era a única empresa com permissão para vender produtos europeus e comprar a produção local. E, da mesma forma que ocorreu com a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba e o açúcar, a Companhia Guipuzcoana fixou o preço do cacau, de acordo com a sua política, prejudicando os produtores locais, o que veio a gerar os primeiros protestos pacíficos, que acabaram por se transformar numa violenta oposição à Companhia na década de 1730³²³.

Muito semelhante ao que viria a ocorrer com as companhias pombalinas, os proprietários de terras utilizaram o *Cabildo* municipal para fazer as suas queixas contra o monopólio da empresa comercial. Os moradores da província venezuelana argumentavam que não foram consultados aquando da sua criação e que não lhes tinha sido dado o direito de possuir acções e de participar num negócio de tanta importância. E nesse ponto importa salientar que a Companhia Guipuzcoana diferia das congéneres pombalinas. Aquando da criação das companhias pombalinas, as elites locais foram convidadas a comprar acções e os primeiros accionistas, estando em Portugal ou na América portuguesa, ao confirmarem a instituição comercial criada pelo poder central, teriam direito a alguns privilégios de natureza singular, como o de «gozarem dos privilégios de

³²² *Estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, p 6. [Consultado em 9 de julho de 2012]. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/instituiadac00comp#page/4/mode/2up>.

³²³ Arantzazu A. IRIBARREN, « *La Real Compañía Guipuzcoana de Caracas...*, p 186.

nobre», terem uma aposentadoria passiva, serem desobrigados de servir em ofícios de Justiça, Fazenda ou cargos dos Concelhos e poderem concorrer aos hábitos das ordens militares³²⁴.

A Real Companhia da Venezuela suscitou uma forte oposição dos grandes proprietários rurais e homens de negócio locais porque, diferentemente das companhias pombalinas, a Companhia não permitia que a produção local fosse enviada de forma livre nos seus navios. Toda a produção local deveria ser vendida à Companhia e apenas esta poderia transportá-la para Espanha e vendê-la. Os moradores de Caracas queriam que a Companhia disponibilizasse um terço da capacidade dos navios para poderem enviar os géneros para Espanha à sua custa e risco, pedido que foi sempre negado pela empresa comercial e, em última instância, pelas autoridades coloniais.

Ao compararmos esta situação com os estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, constatamos uma diferença, pois o artigo 30 previa que, caso não houvesse consenso entre as partes - particulares e instituição de comércio -, no que concerne ao preço dos géneros coloniais, poderiam os produtores [de açúcar, tabaco e couro] enviá-los a Lisboa nos navios da Companhia, mediante um pagamento que cobrisse um seguro e parte dos custos da viagem, e poderiam também optar se seria a Companhia a vendê-los naquela praça ou os seus procuradores³²⁵.

Uma das diferenças entre esta Companhia estabelecida na América hispânica e as companhias pombalinas do Brasil tem a ver com as rebeliões que ocorreram na Venezuela, em virtude da dinâmica comercial da Real Companhia. No Brasil não chegaram a ocorrer conflitos armados por conta das empresas comerciais, apenas uma tentativa de motim, frustrada pelas autoridades na capitania. A comunicação política e o contrabando foram as ferramentas utilizadas pelos descontentes para negociar com a Coroa portuguesa o fim do monopólio comercial.

A primeira grande rebelião contra a Real Companhia ocorreu em Yaracuy, entre 1732 e 1735, e foi liderada por [*El zambo*] Andresote, natural de Valência, que se tornou

³²⁴ Ver os estatutos da Companhia, p. 23. [consultado em 9 de julho de 2012]. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/instituiadac00comp#page/4/mode/2up>. Clara Maria Farias de ARAÚJO, «A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e o monopólio do comércio» Revista de História e economia, vol. VI (2010): p 28.

³²⁵ Estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. [Consultado 9 de julho de 2012]. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/instituiadac00comp#page/4/mode/2up>.

chefe de muitos escravos e negros livres na região³²⁶. O governador com uma força militar de 1500 homens sufoca o movimento e a revolta finda por não ter sucesso.

Cerca de uma década depois, a Companhia teve de enfrentar uma outra rebelião, a de Juan Francisco de León, prefeito e chefe da justiça de Panaquire, canarino de nação. Esta rebelião ocorreu entre 1749 e 1752, em Panaquire, e de lá se espalhou para o vale de Tuy e para outras regiões próximas a Caracas³²⁷. Convém referir que, durante os anos da «guerra do *Asiento*» (1739-1748), a Real Companhia se desenvolveu e conseguiu da Coroa espanhola a ampliação de seus direitos³²⁸. A Coroa precisava do apoio da Companhia e, por isso, permitiu que esta restringisse os privilégios da elite local - composta maioritariamente por proprietários rurais -, sobretudo no comércio com outras províncias, e nas negociações que faziam antes da Companhia com a venda do cacau³²⁹.

Diferentemente da companhia pombalina em Pernambuco, a Guipuzcoana não tinha uma Direcção local formada pela elite da terra, os homens que dirigiam a Real Companhia na Venezuela vinham todos de Guipuzcoa. Em 1749, com a queixa que a instituição comercial fez ao governador Luís Francisco Castellanos, devido ao contrabando de coco com os holandeses na região de jurisdição de Juan Francisco de León, o representante da Coroa espanhola achou por bem substituí-lo por um funcionário da Real Companhia. A população da ilha não aceitou cumprir a ordem do governador e grupos de cultivadores de cacau e trabalhadores do campo manifestaram-se em Caracas³³⁰.

Liderados por León, conseguiram reunir-se com o governador em Caracas e apresentar as queixas dos moradores contra o monopólio basco. Os manifestantes que acompanharam León até Caracas solicitaram uma reunião com o *Cabildo* da cidade, para

³²⁶ Nessa região o controlo informal do comércio era exercido pelos holandeses que ali praticavam o contrabando. O governador procurou eliminar o contrabando desta área e enviou tropas. Em 1734 o governo organizou uma grande expedição de 1.500 homens e, depois de vários meses, conseguiu dispersar os revoltosos e prender muitos dos seus partidários, principalmente índios, mulatos e negros, muitos dos quais foram condenados à morte. Com a ajuda de contrabandistas, o líder Andresote escapou para Curaçao. Arantzazu A. IRIBARREN, «*La Real Compañía Guipuzcoana...*», p. 192. Vicente Amezaga ARESTI, *Los Hombres de la Compañía...*, p. 22.

³²⁷ Arantzazu A. IRIBARREN, «*La Real Compañía Guipuzcoana...*», p. 194.

³²⁸ Guerra del Asiento ou *La guerra de la oreja de Jenkins* iniciou-se em 1739 como resultado dos esforços espanhóis para reduzir o contrabando nas Índias Ocidentais. Principiou como um conflito naval anglo-espanhol no Caribe, antes de ser absorvido por um conflito mais amplo do que foi a guerra de sucessão austríaca. Para ambas as partes, os custos da guerra aumentaram a necessidade de reforçar os vínculos entre os centros e as periferias dos dois impérios. J. H. ELLIOTT, *Imperios del mundo Atlántico...*, p. 350.

³²⁹ Vicente Amezaga ARESTI, *Los Hombres de la Compañía...*, p. 60.

³³⁰ Arantzazu A. IRIBARREN, «*La Real Compañía Guipuzcoana...*», p. 195.

livremente expressarem a sua opinião acerca dos benefícios e/ou prejuízos resultantes dos dezoito anos de actuacção da Companhia basca. John Elliott afirma que «un cabildo abierto de Caracas votó, con mayoría abrumadora, en contra del monopolio respaldado por el estado»³³¹.

As queixas dirigidas contra a instituição comercial acusavam-na de ser prejudicial aos interesses na província e, por isso, os moradores pediam a sua extinção. Contudo a contestação tomou outros contornos e os grandes proprietários, que tinham dado o seu apoio à causa de León, começaram a temer o princípio de uma revolta de escravos³³².

No caso da capitania de Pernambuco, os motins não tiveram uma adesão popular relevante, nem foram armados, e com excepção da tentativa de distúrbio de 1773, não possuíram um líder semelhante a Leon. Ocorreram alguns protestos e, paralelamente a estes, as câmaras fizeram chegar às entidades políticas em Pernambuco e às instituições do poder central as suas queixas.

Na Venezuela, dada a situação, o governador Castellanos em 1749 optou por declarar a expulsão da Companhia, mas como não tinha autoridade para tomar tal decisão, fugiu para La Guaira. Em Pernambuco, José César de Meneses não ousou fazer o mesmo, não tinha autoridade para extinguir a companhia pombalina quando findou o monopólio desta em 1779, mas apoiou as queixas da fracção das elites da terra que se opunha à empresa comercial nos anos finais da Companhia, quando a Coroa portuguesa tomaria uma decisão acerca da continuação do monopólio.

Mesmo com o fim do movimento de revolta suscitado por León³³³, os motins conseguiram que as autoridades acolhessem as acusações contra a Companhia e tomassem medidas para corrigir aquilo que mais prejudicava os moradores: o preço do cacau. Este fruto passou a ter o preço fixado por uma junta composta pelo governador, um representante do Concelho e um da Companhia. E tal como ocorria com as companhias pombalinas no Brasil, os agricultores passaram a poder enviar os seus frutos, de forma

³³¹ J. H. ELLIOTT, *Imperios del mundo atlántico...*, p 501.

³³² J. H. ELLIOTT, *Imperios del mundo atlántico...*, p 501.

³³³ Apesar dos protestos e revoltas, os motins foram reduzidos, a companhia de comércio foi restaurada e Juan Francisco de León e seu filho foram enviados presos a Madrid e executados no ano de 1752 Mark KURLANSKY, *Basque History of the World*, (London: Vintage, 2000), parts. 1 e 2. Vicente Amezaga ARESTI, *Los Hombres de la Compañía...*, p. 60. J. ELLIOTT afirma que «las autoridades derribaron la casa familiar de León en Caracas y ordenaron esparcir sal sobre sus ruinas en señal de infamia». ELLIOTT, *Imperios del mundo...*, p. 502.

particular, nos navios da Companhia, para serem vendidos em Madrid. Os produtores também reconquistaram o direito de fazer o comércio directo com o México, algo que era permitido antes da instalação da Companhia, e os proprietários rurais conseguiram a permissão para comprar acções da Companhia e ter uma participação nos lucros da mesma. Comparando com a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba este privilégio estava instituído desde a aprovação régia de seus estatutos em 1759.

Paradoxalmente, a «nobreza da terra», que tinha apoiado e incentivado León na sua revolta, acabou por conquistar privilégios e receber os benefícios desse movimento. Este conjunto de medidas tomadas a partir do fim da revolta liderada por León explica, em parte, a tranquilidade com que a Companhia operou na Venezuela nos trinta e cinco anos seguintes. Estas medidas, mais aceitáveis, mantiveram o monopólio da empresa basca até a Coroa espanhola rescindir o contrato em 1781, como parte da sua nova política de livre comércio³³⁴. Em Pernambuco, apesar da participação de parte das elites da terra na companhia pombalina - principalmente dos homens de «grosso trato» - o preço do açúcar nunca foi matéria de consenso entre a Companhia e certos grupos dominantes das elites locais (senhores de engenho, pequenos mercadores envolvidos no comércio do açúcar e lavradores). Em virtude disso o período de funcionamento da Companhia não foi tranquilo nem isento de resistência.

4.3 A instalação das companhias pombalinas na América portuguesa e a oposição britânica

Na década de 1750 foram desenvolvidas medidas que visavam assegurar os altos rendimentos dos negócios ultramarinos e, ao mesmo tempo, fortalecer o controlo da Coroa sobre os principais fluxos que alimentavam o comércio do império. Em 1756 a comercialização do açúcar e do tabaco foi regulada por diplomas régios que pretendiam torná-la mais fácil e esclarecer as normas fiscais e os procedimentos aduaneiros. Com a fundação de algumas companhias de monopólio comercial, a Coroa procurou alcançar objectivos como a da valorização dos géneros da produção local, o do fornecimento regular de escravos e o da eliminação do contrabando com a imposição de uma vigilância mais próxima por parte dos representantes da Coroa. Teoricamente era mais fácil cobrar impostos e fiscalizar a actuacção das duas companhias de comércio criadas para o Brasil

³³⁴ John ELLIOTT, *Imperios del mundo atlántico...*, p. 502.

do que controlar o negócio de centenas de comerciantes. Jorge Pedreira defende que a primeira fase da chamada «política pombalina» pretendia conferir ao centro político [Lisboa] uma maior participação no «último fôlego da prosperidade comercial»³³⁵.

O início do reinado de D. José caracterizou-se pela opção de expandir a empresa ultramarina através de um maior controlo da Coroa, particularmente no mais importante dos seus domínios: a América portuguesa. Para o sucesso dessa estratégia, a Coroa fez-se representar por indivíduos que viam no serviço administrativo uma efectiva possibilidade de ascender na escala social e procurou estreitar relações com os comerciantes portugueses, melhor habilitados para explorar, de forma conveniente, os principais produtos do império à escala europeia. Quando se instituíam monopólios imaginava-se que o aumento da actividade produtiva e o êxito de homens de negócio, fortemente relacionados com a Coroa, pudessem aumentar a riqueza local, que estimularia o crescimento das populações e das rendas tributárias, além de fortalecer a própria soberania portuguesa³³⁶. Tais argumentos são válidos no que respeita ao Grão-Pará e Maranhão. No que se refere à capitania de Pernambuco, apenas o aumento da riqueza local era factor relevante, pois sendo uma capitania antiga, a soberania portuguesa não estava a ser questionada e na segunda metade do século XVIII Recife era uma das vilas mais populosas do Brasil.

No reinado de D. José I foram criadas seis companhias portuguesas nos moldes das companhias europeias³³⁷. Estas empresas comerciais, diferentemente das companhias inglesas e holandesas que abrigavam particulares sob a proteção dos monarcas, distinguiam-se pelo carácter de iniciativa oficial e pelo papel determinante da Coroa. Eram peças importantes no conjunto das reformas pombalinas, que tinham como finalidade ajustar Portugal com o resto da Europa, distanciando-se da influência britânica através do desenvolvimento económico. As companhias pombalinas, ao reforçarem o monopólio,

³³⁵ Há pelo menos um século o comércio com a costa ocidental da África era feito de forma directa por homens de negócio das praças de Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro. Actividade que, com as companhias pombalinas, seria regulada por elas. Jorge Miguel Viana PEDREIRA, *Estrutura industrial e mercado colonial - Portugal e Brasil...*, p. 46. Mas não necessariamente pelos comerciantes de Lisboa e Porto, como declarado por António Carreira. António CARREIRA, *As Companhias Pombalinas...*, p. 222

³³⁶ Tiago C. P. dos Reis MIRANDA, *'Ervas de Ruim Qualidade'...*, pp. 289-290

³³⁷ Companhia do Comércio Oriental e Companhia do Comércio de Moçambique para o comércio Índico; Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e Companhia das Pescas do Algarve, atuando em Portugal; Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, destinadas ao comércio Atlântico. Arthur de M. CARVALHO, *Companhias de Colonização* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1903), pp. 81-86.

teoricamente aumentariam as rendas da Fazenda Real e propiciariam a expansão económica do império que, durante todo o século XVIII, foi obrigado a suportar a oscilação dos preços do açúcar e o declínio das remessas de ouro desde 1740³³⁸.

A par das reformas políticas, Sebastião José de Carvalho e Melo também iniciou uma série de medidas económicas que alteraram a natureza e o funcionamento da economia brasileira. As reformas económicas pombalinas assentavam sobre três pilares: o incentivo à indústria no Reino, a intensificação da agricultura comercial do Brasil e o aumento do comércio negreiro, que, com as companhias, passaria a ser por elas controlado. Estas companhias foram «pedras basilares da chamada política pombalina»³³⁹.

Durante o consulado pombalino havia uma mistura de comércio livre com comércio monopolizado. Regiões secundárias e abastecedoras do comércio central seriam tornadas livres, ao mesmo tempo que se reforçariam os privilégios das vias principais, como as capitânias brasileiras, objectivando o reforço do lucro e da segurança do comércio³⁴⁰. O comércio entre Goa e Moçambique foi declarado livre. Porém, criou-se a Companhia da Ásia para reforçar o monopólio entre Goa e Portugal. Na segunda metade de Setecentos o comércio da costa ocidental da África também se tornou livre, com o objectivo de se intensificar o comércio negreiro com o Norte do Brasil. Lisboa reforçava o exclusivo do comércio nas áreas em que este era mais lucrativo e onde sofria uma maior concorrência de outras potências europeias.

Esta combinação entre comércio livre e monopolizado criou desacordos entre a Coroa e os homens de negócio da Corte. Destacamos o protesto dos sete deputados da Mesa dos Homens de Negócio do Espírito Santo ao rei D. José I, em 1755, pedindo a suspensão do alvará que instituiu a companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão, assim como foi feito em 1658 com outra companhia de comércio para aquelas áreas³⁴¹.

³³⁸ Leonor F. COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, «A consolidação 1703...», p 262. Raymundo FAORO, *Os Donos...*, p 220.

³³⁹ Stuart B. SCHWARTZ, «De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII» em *História da Expansão...*, vol. III, pp. 93-94.

³⁴⁰ Jorge Borges de MACEDO, *A situação económica...*, p. 104.

³⁴¹ O protesto foi redigido logo após a aprovação régia de 6 de junho de 1755 ao estatuto da nova companhia de comércio. A Mesa mercantil solicitava que o Conselho da Fazenda, o Conselho Ultramarino e a Mesa da Consciência e Ordens consultassem acerca desta matéria, que causaria inevitável prejuízo aos vassalos e à Fazenda Real. Ver António CARREIRA, *As companhias pombalinas...*, pp. 36-37.

Jorge Borges de Macedo defendeu que a criação das companhias pombalinas foi a resposta a uma preocupação interna no que diz respeito à consolidação dos grandes negócios do comércio colonial³⁴².

Assim, a Coroa portuguesa implementou o seu «projecto» de companhia de comércio e, em 1755, instituiu a primeira delas no Brasil.

Da mesma forma que a oposição à criação das Companhias foi assinalada e discutida pelas instituições centrais, as justificativas para a sua instituição também foram debatidas e argumentadas. Um dos primeiros defensores do «projecto» foi o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado que na sua comunicação política com a Secretaria de Estado do seu famoso irmão discutiu os benefícios de se regular o comércio por meio de empresas de monopólio³⁴³. Uma memória remetida pelo governador ao Conselho Ultramarino e intitulada «Razões políticas pelas quais as Companhias Gerais de Comércio se julgam úteis e necessárias ao Reino de Portugal» resumia os argumentos dos que apoiavam as reformas pombalinas, de cariz económico, para o Brasil³⁴⁴.

As justificações baseavam-se primeiramente na constatação de que a falta de manufacturas no Reino era a causa da «miséria dos povos», que precisavam comprar o essencial e o supérfluo às nações estrangeiras, e que para tornar o Reino independente deste comércio desigual com o resto da Europa «era necessário o estabelecimento de fábricas, que só se poderiam sustentar se houvesse um corpo que regulasse o comércio, protegendo as mesmas, animando a cultura das terras, sustentando o valor dos géneros produzidos no Brasil»³⁴⁵.

³⁴² Jorge Borges de MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal ...*, p. 99. O protesto da Mesa dos homens de negócio não só foi recusado como a mesa foi extinta por decreto de 30 de setembro de 1755. António CARREIRA, *As companhias pombalinas...*, p. 37.

³⁴³ Memória política anexada ao ofício do governador. O autor da memória possivelmente foi o próprio governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU, Conselho Ultramarino, Pará. AHU_ACL_CU_013, Cx. 39, D. 3675.

³⁴⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pará. [Memória em anexo ao ofício do governador de 1755, novembro, 10]. AHU_ACL_CU_013, Cx. 39. D. 3674.

³⁴⁵ Com este fim foi projectado o estabelecimento de Companhias Gerais para os portos da América, tendo como função principal regular o que se devia comprar aos estrangeiros, preferindo sempre manufacturas nacionais. As companhias serviriam para apoiar o fomento industrial em Portugal. Também para incentivar a agricultura na colónia. E, segundo a memória, as companhias estabeleceriam uma grande frota de navios, necessários ao comércio e úteis à Coroa em qualquer ocasião. 1755, novembro, 10. AHU, Conselho Ultramarino, Pará. AHU_ACL_CU_013, Cx. 39. D. 3674.

Estes fundamentos são confirmados por Jorge Pedreira em *Estrutura Industrial e mercado colonial*³⁴⁶. As companhias não somente regulariam o comércio, mas também patrocinariam as indústrias e aumentariam a agricultura na América portuguesa. Comprovámos através dos mapas das cargas dos navios da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, que a instituição pombalina comprava géneros das principais fábricas do Reino³⁴⁷. No âmbito das medidas pombalinas, a reativação da agricultura colonial dar-se-ia com o incentivo à indústria lusa e as companhias seriam o meio pelo qual a produção no Reino seria canalizada para a capitania de Pernambuco. Ainda assim, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba comprava manufacturas de procedência estrangeira, provenientes de Londres, Hamburgo e Amesterdão³⁴⁸.

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foi estabelecida por alvará de 7 de junho de 1755, com a finalidade de estimular o desenvolvimento económico no norte do Brasil, introduzir mão-de-obra escrava africana, estimular o comércio dos produtos de exportação a bons preços e transportá-los para o Reino em comboios de navios bem definidos³⁴⁹. Esperava-se que a Companhia desenvolvesse os mercados coloniais para as manufacturas do Reino. Mas o seu objectivo principal, como refere Manuel Dias Nunes, era a introdução de escravos africanos no Estado do Grão-Pará e Maranhão³⁵⁰.

Conforme o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, uma das obrigações das companhias estabelecidas para o comércio do Brasil foi a de «[...] promoverem e facilitarem por todos os modos possíveis a introdução e consumo dos géneros da produção e fábricas de Portugal, de pouco ou nada serviriam as Companhias a estes Reinos se o seu comércio consistisse unicamente em fazendas estrangeiras».³⁵¹

³⁴⁶ Jorge Miguel Viana PEDREIRA, *Estrutura industrial...*, p 47.

³⁴⁷ A Companhia comprava ainda fazendas da Casa da Índia, pólvora da Real Fábrica e outros géneros da Real Fábrica de Portalegre, do Fundão, de Pombal; da Fábrica de Algodão de Lisboa, do Sobral, de Azeitão; da Fábrica dos Pentes de Lisboa, das Louças de Lisboa; da Fábrica de Tesouras e Chapéus do Sobral, entre outras.

³⁴⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1777, dezembro, 24, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9716; [1777, dezembro, 31], AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9717.

³⁴⁹ Sobre a Companhia do Grão Pará e Maranhão ver Manuel Nunes DIAS, *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão - 1755-1778, vol. II* (Belém: Universidade Federal do Pará, 1970).

³⁵⁰ Manuel Nunes DIAS, *Fomento e mercantilismo...*, p 120.

³⁵¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507.

Foi instituída por um período de 20 anos, com um capital de 480 contos, tendo a sua sede em Lisboa, com filiais no Porto, Belém e São Luís, e com a maior parte das acções, cerca de 90%, a pertencerem aos comerciantes estabelecidos no Reino³⁵².

Kenneth Maxwell afirmou que, passado um pequeno espaço de tempo, após a criação da primeira companhia para o Brasil, Carvalho e Melo promulgou os estatutos de uma nova companhia comercial, usando a primeira como protótipo. Procurava, fazendo uso do mesmo esquema, restabelecer o controlo régio sobre a economia de um dos principais centros de produção do açúcar: Pernambuco³⁵³.

Em 13 de agosto de 1759 a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba foi instituída por alvará, com objectivos semelhantes e também com a finalidade de fazer renascer as fortunas e a agricultura do Nordeste através de um melhor fornecimento de mão-de-obra, da compra de mercadorias de exportação a preços regulamentados e provisão de frotas regulares para transportar as mercadorias para os mercados no Reino. Foi estabelecida com um maior capital, cerca de 1360 contos, um monopólio também de 20 anos e com a maioria dos accionistas no Reino, estando 10% das acções nas mãos de homens de negócio da capitania³⁵⁴.

Esta companhia teria uma Junta estabelecida em Lisboa e duas direcções, uma na cidade do Porto e outra na capitania de Pernambuco, formadas por comerciantes naturais ou naturalizados, residindo, em cada um dos três locais, um juiz conservador ou privativo nomeado pela Junta. Entre as facilidades e garantias da mesma, cita-se a permissão para levantar gente do mar e guerra para as suas frotas, o comércio das duas capitanias em regime de exclusividade e o tráfico das mesmas para a costa da África, com excepção apenas do comércio com algumas vilas do interior³⁵⁵.

A ideia de estabelecer companhias comerciais na América portuguesa abrangia uma área mais vasta que a compreendida pelas capitanias de Pernambuco, da Paraíba, do Maranhão e do Grão-Pará. A Baía e o Rio de Janeiro eram as regiões que, juntamente com

³⁵² Maria B. Nizza SILVA, coord., *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil* (Lisboa/São Paulo: editora Verbo, 1994), p. 193.

³⁵³ Kenneth MAXWELL, *O Marquês...* p. 112.

³⁵⁴ Kenneth MAXWELL, *O Marquês...*, p. 195.

³⁵⁵ M. de Oliveira LIMA, *Pernambuco seu desenvolvimento...*, pp. 217-219.

Pernambuco davam maior lucro à Coroa portuguesa no século XVIII, e o «projecto» de Companhias também se destinava a estas capitanias.

Analisaremos em seguida um relatório do embaixador extraordinário e plenipotenciário na Corte de Portugal, Thomas Hay, 9º conde de Kinnoull, que demonstrava a preocupação da Coroa Britânica com a medida pombalina que instituiu as empresas mercantis. Sua carta relacionava as companhias já criadas com propostas para a implementação de outras, destinadas ao porto carioca e à praça de Salvador³⁵⁶.

Em carta de 1760, o diplomata britânico na Corte de Lisboa relatava ao seu monarca as intenções da Coroa portuguesa em monopolizar também o comércio das praças da Baía e Rio de Janeiro, após o sucesso inicial das Companhias de Pernambuco e do Grão Pará e Maranhão³⁵⁷. Segundo Lord Kinnoull:

[...] Acha-se em projecto uma terceira Companhia destinada a Baía e querem dizer que ainda não se fará por um ano. Esta Companhia para a Baía há-de requerer, necessariamente, um grande capital, porém de maior ainda necessitará a Companhia destinada ao Rio de Janeiro e Minas³⁵⁸[...]

A Feitoria Britânica em Lisboa confirmou o relatório do embaixador e numa nova missiva defendeu que as capitanias do Sul do Estado do Brasil também estavam no centro dos interesses da Coroa portuguesa, no que respeita à fundação de novas companhias de comércio³⁵⁹.

Ainda no mesmo ano, esta Feitoria enviou ao embaixador lord Kinnoull uma memória sobre os prejuízos causados pela implementação bem-sucedida das companhias monopolistas de comércio para o Grão-Pará e Maranhão e para Pernambuco e Paraíba, referindo ainda, a possibilidade da criação de outras duas, uma para a Baía e outra para o Rio de Janeiro e região das minas, nos mesmos moldes das anteriores, algo que seria

³⁵⁶ Thomas Hay, 9º conde de Kinnoull, (4/6/1710 - 27/12/1787). Foi membro do parlamento (1741-1758), comissário da receita irlandesa (1741-1746), comissário do comércio (1746), senhor do tesouro (1754-1755), chanceler do ducado de Lancaster (1758), conselheiro privado (1758), embaixador em Lisboa (1759-1762), chanceler da universidade de St Andrews (1765-1787). [Consultado em 4 de março de 2012]. Disponível em: <http://www.crafcroftspeerage.co.uk/online/content/Kinnoull1633.htm>.

³⁵⁷ Biblioteca Nacional de Portugal [BNP]. Coleção Pombalina, Cód. 93, fl. 16, 17, 17v, 18. A carta foi escrita em 24 de maio de 1760.

³⁵⁸ BNP. Coleção Pombalina, Cód. 93, fl. 18.

³⁵⁹ BNP. Coleção “Ministério da Marinha e Ultramar”, Documentos Avulsos. PT_BNP_MMU_Cx. 3, Mç. 5 (2ª parte), nº 3.

nocivo ao comércio inglês na América portuguesa³⁶⁰. Em primeiro lugar porque mercadorias e capitais britânicos estavam envolvidos no comércio com o Brasil, de modo que a fundação de novas empresas comerciais afetava directamente o comércio colonial, baseado no crédito. Bem como, porque os mercadores estrangeiros ficavam à mercê das Companhias de monopólio. Boa parte dos artigos britânicos destinava-se ao mercado brasileiro e como as empresas comerciais passavam a fixar os preços dos produtos, estes ficavam dependentes dos interesses das Companhias portuguesas. Desaparecia a concorrência britânica e os produtos se sujeitavam a ficar retidos nos armazéns das feitorias estabelecidas em Lisboa e no Porto³⁶¹.

Estas feitorias desfrutavam de uma situação legal e privilegiada desde o século XVII. O tratado de 1654 conferia aos mercadores ingleses as mesmas liberdades, privilégios e isenções dadas aos negociantes do comércio português, bem como concedia às mercadorias inglesas uma tarifa alfandegária de 23%, no máximo. Em 1750 a feitoria britânica incluía empresas antigas, estabelecidas e com grande influência, como as de Bristow, Ward & Burrell, Duckett & Hardy, e um grande corpo de súbditos britânicos que «reside em Lisboa, ricos, opulentos, aumentando suas fortunas e ampliando seus negócios a cada dia»³⁶². Kenneth Maxwell associa as casas comerciais - radicadas em Lisboa e Porto -, ao financiamento de homens de negócio das duas cidades e ao controlo exercido pelos comissários volantes destas casas no comércio do Brasil³⁶³, uma vez que na América portuguesa o comércio era a crédito, principalmente crédito estrangeiro³⁶⁴.

É preciso ressaltar que, durante a época pombalina, os agentes britânicos em Portugal procuraram novos campos de actividade, como o do comércio de ouro, diversificando seus investimentos no comércio transitário, afiançando os circuitos

³⁶⁰ BNP, Coleção "Ministério da Marinha e Ultramar". PT_BNP_MMU_Cx. 3, Mç. 5 (2ª parte), nº 3.

³⁶¹ Manuel DIEGUES JÚNIOR, «As companhias privilegiadas no comércio colonial», *Revista de História*, São Paulo: Sociedade de Estudos Históricos - USP, (jul.-Set. 1950): p. 332.

³⁶² Kenneth MAXWELL, *Chocolates, piratas e...*, p. 94 e ss.

³⁶³ O comércio de Pernambuco, o crédito e as fazendas estrangeiras lá negociadas, eram da alçada da feitoria britânica de Lisboa. Por isso os britânicos protestaram contra a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, de forma mais contundente que contra a do Grão-Pará e Maranhão. Manuel DIEGUES JÚNIOR, «As companhias privilegiadas...», p. 332.

³⁶⁴ K. Maxwell cita uma carta de meados do século XVIII em que o autor, um português anónimo, preocupado com as casas de negócio inglesas menciona que os negociantes portugueses não fazem negócio com fazendas nacionais, nem com capitais próprios, que o comércio do Brasil se faz a crédito, e a maior parte dele por caixeiros das casas estrangeiras e por comissários volantes que levam de Portugal para a América as fazendas, vendendo-as por conta das casas estrangeiras, recebendo uma comissão por seu trabalho. K. MAXWELL, *Chocolates, piratas...*, p. 94 e ss.

portugueses com o Mediterrâneo a partir de Lisboa, garantindo lucros à comunidade britânica de Lisboa, ao participarem na transferência de capitais e serviços de transportes³⁶⁵.

No que diz respeito à criação de companhias comerciais para o Brasil, além das duas já instituídas por Carvalho e Melo, podemos assinalar que, nas décadas de 30 e 40 de Setecentos, diversos «projectos» de companhias para o comércio de escravos deram entrada no Conselho Ultramarino e foram todos rejeitados pela Coroa³⁶⁶. Um dos projectos mais interessantes era da autoria da Mesa de Comércio da Baía, intitulava-se companhia para o «resgate de escravos na Costa da Mina», e favorecia principalmente aos negreiros da Baía. Como este projecto pretendia ser uma sociedade de acções, a ideia era atrair os grandes comerciantes de Lisboa e do Recife a aderirem à Companhia³⁶⁷. Contudo, a empresa comercial nunca foi implementada e a Mesa dos negociantes da Baía, à semelhança do que ocorreu em Lisboa, foi dissolvida³⁶⁸.

Desde o século XVII que as elites mercantis da Baía e de Pernambuco controlavam importantes rotas do comércio de escravos. Ora, tal facto retirava de Lisboa, a gerência deste lucrativo negócio, uma vez que daquelas capitanias se repassavam escravos para outras regiões da América portuguesa, caso do Rio de Janeiro e das Minas, como os estudos desenvolvidos por Pierre Verger, Carreira e Nardi confirmaram³⁶⁹.

³⁶⁵ Leonor Freire COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, *História Económica de Portugal...* p. 256.

³⁶⁶ AHU, São Tomé, cxs. 4-7. Gustavo Acioli refere pelo menos 3 projectos e propostas de companhias para a Costa da Mina. Documentação avulsa de São Tomé. Gustavo ACIOLI, «Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico...», pp. 213-230.

³⁶⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Baía. [1757. Estatuto para formação de uma companhia de comércio para o negócio da Costa da Mina elaborado pela Mesa]. AHU_ACL_CU_005, Cx. 135, D. 10472. A mesa da Baía enviou uma proposta de companhia diferente do modelo de companhia pombalina e por isso sofreu as consequências. Também sublinhamos que o antagonismo às companhias pombalinas e ao monopólio do vinho do Porto resultou numa repressão rápida e intolerante por parte da Coroa. Como é sabido, as queixas contra a fundação da Companhia Geral do Grão-Pará levaram à supressão da Mesa do Espírito Santo, por Carvalho e Melo, em 1755 e à fundação de uma nova Junta de Comércio sob controlo real. Stuart SCHWARTZ e James LOCKHART, *A América Latina...*, p. 443.

³⁶⁸ Pierre VERGER, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos...*, p. 21. Segundo Verger, a companhia baiana não chegou a ser fundada, porque Carvalho e Melo já pensava no estabelecimento da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba como providência para intervir nos interesses dos negociantes da Baía.

³⁶⁹ Como foi dito, desde 1644 que a Coroa portuguesa permitia o comércio directo entre Brasil e África, este era feito, sobretudo, por Baía e Pernambuco; de Pernambuco saía um número menor de navios que da Baía. Além de fazerem o tráfico para suprir as duas capitanias, vendiam escravos para a região das Minas. António Carreira refere que no XVIII as minas eram o destino da mão-de-obra africana, mesmo existindo uma certa repressão das autoridades para evitar o despovoamento dos engenhos e cidades, por causa do deslocamento de escravos para aquela área, onde o preço do escravo era convidativo.

Durante o século XVIII os negociantes da Baía criaram um movimento comercial bastante relevante que Lisboa não procurou efectivamente controlar. As razões eram as mais variadas, e entre elas, aponta-se a necessidade de se escoar o fumo de terceira categoria produzido pela Baía - proibido de entrar no Reino³⁷⁰ -, para o comércio com a Costa da Mina. Local no qual este tipo de tabaco tinha grande saída³⁷¹. Até, aproximadamente, a década de 30 de Setecentos, Baía e Pernambuco monopolizaram o comércio de escravos da Costa da Mina para o Brasil, porque desde 1695, o Rio de Janeiro, juntamente com outras regiões do sul do Brasil, foi proibido de produzir fumo, a fim de não prejudicar o comércio do tabaco da Baía. A praça carioca também teve o comércio com a Costa da Mina vetado pelo Reino por muitas décadas do século XVIII³⁷².

Ainda assim, no século XVIII o Rio de Janeiro fazia o comércio com a África através da instituição inglesa *Royal African Company* de quem comprava escravos e mercadorias europeias, pois podia dispor ilegalmente do ouro vindo da capitania de Minas, onde a exploração aurífera esteve em alta até cerca de 1740³⁷³. Era com o ouro contrabandeado que os comerciantes cariocas podiam obter os escravos de que necessitavam, dispensando a institucionalização de uma empresa comercial que monopolizasse o comércio negreiro, mesmo que esta fosse feita com a participação dos homens de negócio da praça fluminense³⁷⁴.

António CARREIRA, *As Companhias pombalinas...*, p. 231. Jean Baptiste NARDI, *O fumo brasileiro no período colonial...*, p. 256.

³⁷⁰ António CARREIRA, *As Companhias Pombalinas...*, pág. 31. Nardi também explica que os comerciantes baianos muitas vezes atrasavam ao máximo a venda do fumo de 1ª categoria para Portugal inviabilizando-o e tornando-o assim refugio que legalmente era o permitido no comércio com a Costa da Mina. Jean Baptiste NARDI, *O fumo brasileiro ...*, p. 256.

³⁷¹ A produção de tabaco tornou-se importante devido ao facto de a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais controlar, desde o século XVII, o monopólio do comércio de mercadorias para a Costa do Ouro e da Mina, deixando livre apenas o mercado do fumo, facto que beneficiava o comércio feito pelos *luso-brasileiros* da Baía e Pernambuco. E porque o alvará de 1º de abril de 1712 permitia a saída do tabaco de 3ª qualidade sem restrição para a Costa da Mina. Jean Baptiste NARDI, *O fumo brasileiro ...*, p. 234, p. 239.

³⁷² Esta interdição não foi estendida as restantes capitanias do Norte, sobretudo, Pernambuco e Paraíba, porque nelas se produzia o tabaco de «refugio» exclusivamente para o comércio de escravos. Pierre VERGER, *Fluxo e refluxo...*, pp. 20-23.

³⁷³ José Jobson de Andrade ARRUDA, «A circulação, as finanças e as flutuações...» em *Nova História...*, p. 98 e p. 117.

³⁷⁴ António CARREIRA, *As companhias...*, p. 30. As proibições feitas ao Rio de Janeiro de comercializar com a Costa da Mina deveram-se ao facto dos comerciantes fluminenses utilizarem o ouro, que era a moeda de troca mais apreciada no comércio de escravos, mais ainda que o tabaco, a aguardente e os tecidos da Índia.

Destacámos um parecer do Conselho Ultramarino datado de 1740 que confirmava o papel activo dos homens de negócio das principais praças da América portuguesa no comércio de escravos. Estes não só praticavam sistematicamente o trato negreiro directamente com as praças africanas, como compravam captivos de nações estrangeiras com géneros coloniais, sem a mediação da Coroa portuguesa.

O parecer foi gerado a partir de uma carta do governador de São Tomé que sintetizou na sua missiva a conjuntura do trato negreiro na Costa da Mina para os principais portos brasileiros, bem como, o papel das companhias holandesa e britânica neste negócio.

Em 27 de julho de 1739, o governador da ilha de São Tomé, D. José Caetano de Souto Maior, comunicava à Coroa a proposta que havia recebido de um dos dirigentes da companhia britânica para o «resgate» de escravos na Costa da Mina. A proposta da companhia estrangeira era lançar no porto de São Tomé 40 mil escravos anuais, pagando naquela alfândega os direitos de entrada. O governador compraria os africanos e venderia aos navios vindos da Baía, Pernambuco e Rio de Janeiro que, entretanto, estariam proibidos de fazer comércio com os holandeses na fortaleza de São Jorge da Mina e nos outros portos nos quais eram permitidos aportar³⁷⁵.

Conforme o governador este acordo seria benéfico para a Coroa porque prejudicaria a companhia holandesa a vários níveis. Esta companhia precisava do tabaco “brasileiro” para negociar com os reinos africanos da Costa da Mina, por ser moeda imprescindível para tal negócio; a companhia deixaria de receber os 10% que cobrava aos navios portugueses por estacionarem nos quatro portos nos quais permitia que se fizesse o «resgate» de escravos; porque haveria uma redução no contrabando de ouro em pó no Brasil, em virtude de não existir uma taxa para aportar em praças controladas por holandeses; e, por último, a proposta britânica beneficiava a Coroa portuguesa, porque os homens de negócio da Baía, Pernambuco e Rio de Janeiro pagariam também os direitos de entrada dos escravos nos portos da América portuguesa.

O Conselho Ultramarino, ao analisar a carta, suspeitou das intenções britânicas. O tribunal compreendia o perigo de permitir que o trato negreiro se processasse de forma tão dependente de uma companhia comercial estrangeira, companhia que se instalaria em

³⁷⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, São Tomé. 1739, Julho, 27. AHU, São Tomé, cx. 7, doc. 25.

terras portuguesas com a anuência da Coroa³⁷⁶. A nosso ver, o Conselho entendeu a proposta como uma confirmação do domínio estrangeiro no comércio de escravos, algo a ser combatido pois havia uma ténue esperança em se recuperar as fortalezas perdidas.

Além de negar a pretensão do governador de São Tomé, na mesma década de 1730, a Coroa já havia negado outras três pretensões de homens de negócio de Lisboa de formarem companhias para a Costa da África e da Guiné. As propostas praticamente legalizavam o comércio com nações estrangeiras, algo que beneficiaria a companhia holandesa e a britânica, e aumentaria o preço final do escravo nas praças americanas³⁷⁷. O parecer do tribunal de 1740 reflectia a necessidade da Coroa de voltar a ter um papel activo no negócio de captivos, tanto para não perder espaço para outras potências europeias, quanto para impedir o comércio directo entre comerciantes radicados na América portuguesa com companhias estrangeiras.

Assim, projectos de empresas comerciais - tantas vezes formulado em períodos anteriores -, foram retomados e reformulados com sucesso por Carvalho e Melo. Abrangiam as principais praças portuguesas na América, as que possuíam o comércio mais cobiçado pelos estrangeiros³⁷⁸. O secretário de Estado do Reino compreendia que não era eliminando todos os elos com os britânicos que iria conseguir o equilíbrio do comércio e restabelecer o controlo português sobre as receitas coloniais³⁷⁹. A seu ver, as companhias de monopólio seriam mais um obstáculo no predomínio que os britânicos usufruíam no comércio colonial.

O relatório enviado por lorde Kinnoull, no ano de 1760, reflectia a lógica inglesa, e confirmava que as companhias pombalinas eram um entrave a predominância e grande

³⁷⁶ O governador informa que a companhia britânica foi fundada com um capital de 800 mil cruzados. AHU, São Tomé, cx. 7, doc. 25.

³⁷⁷ Apontamento para uma companhia de comércio composta por homens de negócio de Lisboa e estrangeiros. AHU, São Tomé, cx. 4, doc. 106.

³⁷⁸ Esta ideia é defendida por Lúcio de Azevedo e está presente no relatório do cônsul inglês. «O projecto pombalino era restringir o negócio dos britânicos [...] excluindo-os totalmente do tráfico do Brasil... Por isso, o pensamento de criar mais uma companhia privilegiada para Baía e Rio de Janeiro, desta arte lhes ficava vedado a colónia. Dissuadiu-o talvez a dificuldade de reunir o cabedal preciso, como se tinha verificado com as outras companhias...» Cf. João Lúcio de AZEVEDO, *Épocas de Portugal...* p. 438.

³⁷⁹ Leonor Freire COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, *História Económica de Portugal...*, p. 269. Stuart B. SCHWARTZ, *Segredos internos: engenhos e escravos na Sociedade colonial 1550-1835*, (São Paulo: Companhia das Letras, 1988), p. 339.

influência que os britânicos tinham nos negócios luso-brasileiros³⁸⁰. Apresentava a criação das Companhias pombalinas como contrária aos interesses da Coroa britânica, uma medida que, em síntese, afectava o comércio, a obtenção do ouro do Brasil, e provocava a retracção do consumo de manufacturas da Grã-Bretanha³⁸¹.

Os britânicos tinham benefícios indirectos que abrangiam desde a participação nos fretes, seguros e créditos à apropriação de parte substancial do ouro do Brasil³⁸². Apropriação que ocorria, primeiramente, através do pagamento de mercadorias inglesas, para diminuir o défice da balança comercial, Lisboa pagava com ouro as manufacturas que comprava; em segundo lugar, através das trocas comerciais em África - com a *Royal African Company*³⁸³; e por último, por meio do contrabando.

No que se refere ao comércio externo português, mercadores e armadores britânicos apropriaram-se de uma parte, financiando o negócio colonial através do crédito, do fornecimento de mercadorias às casas portuguesas que as negociavam no Brasil; envolveram-se também na produção e no comércio interno, no condicionamento dos preços dos géneros de exportação junto dos produtores nacionais, controlando, durante parte do século XVIII, o sistema mercantil lusitano³⁸⁴. Por isso, segundo Lord Kinnoull, a criação de instituições de comércio para o Brasil desequilibrava o sucesso da aliança anglo-portuguesa, reduzia a exportação das manufacturas britânicas e diminuía a entrada de

³⁸⁰ Assim, entende-se que as relações mercantis entre os dois países, Portugal e Grã-Bretanha, eram desiguais no que diz respeito ao peso que cada um deles tinha no comércio do outro. Analisando o tratado de *Methuen*, compreende-se que ratificara uma relação mercantil que já se encontrava claramente definida, na qual os ingleses eram os principais compradores do vinho português, azeite, frutas, couro, pau-brasil, entre outros géneros, e vendedores de têxteis de lã, linho e seda, além de cereais, farinha, ferragens, pólvora, carvão e outras manufacturas não produzidas em Portugal ou sem a qualidade inglesa Frédéric MAURO, «Portugal e o Brasil: a estrutura política e económica do império, 1580-1750» em *História da América...* Vol. 1, pp. 467-469.

³⁸¹ Um dos objectivos das medidas pombalinas era limitar os negócios britânicos com a América portuguesa. Sebastião José de Carvalho e Melo havia observado em Londres a forma como o comércio e o poderio naval da nação britânica permitiram o domínio do mundo atlântico, uma vez que, entre 1702 e 1772, o volume das trocas mercantis britânicas triplicou. José Vicente SERRÃO, «O quadro económico» em *História de Portugal...* vol. 4, p. 99.

³⁸² O vinho representava 70 a 90% das exportações portuguesas para a Grã-Bretanha e os têxteis 78 a 80% das exportações inglesas para Portugal. A balança comercial entre as duas nações ao longo da primeira metade do século XVIII revelava um enorme e crescente desequilíbrio comercial a favor dos britânicos. Diferença que foi quase sempre compensada com a venda de ouro e diamantes. José Vicente SERRÃO, «O quadro económico» em *História de Portugal...* vol. 4, p. 99.

³⁸³ Era com a Companhia real britânica e também com a holandesa que os negreiros do Brasil, sobretudo os fluminenses, compravam, principalmente com ouro, fumo e tecidos asiáticos para trocas comerciais nas praças africanas e também escravos. Gustavo ACIOLI, «Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico...», p. 59.

³⁸⁴ José Vicente SERRÃO, «O quadro económico» em *História ...*, Vol. 4, p. 97.

ouro na Grã-Bretanha³⁸⁵. E, de forma muito relevante, companhias portuguesas poderiam interferir no equilíbrio do comércio de escravos nas praças africanas, dominado por britânicos, holandeses e também franceses, desde a década de 30 de Setecentos.

Na década de 50 de Setecentos fazia todo o sentido para a Coroa fundar uma companhia de monopólio no Recife. Pernambuco era uma capitania com uma relevante produção de açúcar, de fumo e de couros e possuía grande influência política e económica que abrangia todas as capitanias do Norte³⁸⁶. Fazia sentido também fundar outras empresas comerciais na Baía e no Rio de Janeiro, contudo tal não aconteceu. Carreira entende que uma companhia pombalina não foi estabelecida em Salvador devido à influência da comunidade mercantil local, resistência que não ocorreu em Pernambuco. Uma companhia comercial prejudicaria os interesses da comunidade baiana no comércio de cabotagem, no comércio Atlântico e no comércio interoceânico de longa distância³⁸⁷.

De igual modo, Stuart B. Schwartz também defende a ideia de que os interesses dos homens de negócios da Baía e do Rio de Janeiro, bem como os dos britânicos, foram suficientemente fortes para impedirem a organização de mais companhias pombalinas nestas partes do Brasil³⁸⁸. Sem desmerecer as resistências dos homens de negócio da América portuguesa, em nosso entendimento, a falta de recursos financeiros parece ter sido o principal factor, não o único, a impedir a Coroa de organizar empresas comerciais no Rio de Janeiro e na Baía.

4.4 As companhias pombalinas e a historiografia

Antes de analisarmos detalhadamente a instalação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, algumas linhas sobre as companhias pombalinas e a historiografia.

³⁸⁵ Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Pombalina, Cód. 93, fl. 16. ³⁸⁵ Estamos nos referindo a ingleses e franceses, principalmente. A feitoria inglesa e o embaixador em Lisboa deixaram claros os motivos pelos quais repudiaram as companhias de comércio, como assinalamos. No caso dos franceses, foram frequentes as viagens clandestinas de seus navios ao Maranhão, durante todo o século XVIII, apesar da repressão da Marinha portuguesa. Jorge Borges de MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal...*, p. 86.

³⁸⁶ A. CARREIRA, *As companhias...*, p. 31. Para António Carreira a companhia comercial de Pernambuco faria concorrência ao comércio dito «livre» da praça da Baía. Os negreiros baianos teriam que concorrer com uma empresa comercial organizada nas praças africanas.

³⁸⁷ Anthony J. RUSSELL-WOOD, Anthony J. RUSSELL-WOOD, «A Dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente», *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, PPGH/UFRJ (2001), p. 21.

³⁸⁸ Stuart B. SCHWARTZ, «De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII» em *História da Expansão...* vol. 3, p. 94. Este argumento também foi utilizado por Lúcio de Azevedo nos seus estudos acerca da criação das companhias. Lúcio de AZEVEDO, *Épocas de Portugal ...*, p. 438.

Sobre as companhias pombalinas dispomos de três principais estudos primordiais. O primeiro deles e mais recente é da autoria de Rui de Figueiredo Marcos. Sua análise intitula-se «as companhias pombalinas: contributo para a história das sociedades por acções em Portugal». Trata-se de um trabalho que analisa o conjunto das companhias criadas por Pombal, descrevendo-as como uma sociedade de capital privado com accionistas, com um perfil económico que devia compensar os interesses lucrativos dos sócios. Rui de Figueiredo procurou explicitar os privilégios conferidos pelo soberano a estas instituições, uma vez que, sem eles, não poderiam vingar no Reino e no ultramar. As vantagens ramificavam-se por benesses económicas e jurídicas, as primeiras traduziam-se no monopólio e isenções fiscais, as segundas em tribunais próprios.

Conforme Rui de Figueiredo Marcos, Sebastião José de Carvalho e Melo, ao tornar-se secretário de Estado, mudou o seu conceito sobre as companhias de comércio: o «jogo de interesses forçou-o a transfigurar velhas concepções. Converteu a sociedade privilegiada em instrumento de acção política»³⁸⁹. Era notório o propósito de retirar os estrangeiros de certas rotas negociais, e tal notava-se tanto nas companhias para o Brasil quanto na da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Pombal queria restringir, através das companhias, a influência mercantil estrangeira, sobretudo a britânica.

O segundo estudo é o clássico «Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)» de José Ribeiro Júnior. Ribeiro Júnior dedicou-se à instituição pombalina estabelecida em Pernambuco, desde a sua criação até à sua extinção. O historiador fez uma análise económica aprimorada, explicitando o contexto político e económico da Europa e da capitania, e de forma mais sucinta, das suas capitanias subordinadas, durante o período de monopólio. O autor, nesta obra, procurou enfatizar o carácter mercantilista e colonialista das companhias no ultramar e procurou descrever as actividades mercantis da companhia, por meio de uma grande base documental³⁹⁰. A seu ver as companhias eram instituições que corporizavam

³⁸⁹ Rui de Figueiredo MARCOS, *As companhias pombalinas: contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal* (Coimbra: Almedina, 1997), p. 257.

³⁹⁰ O mercantilismo, definido na sua forma mais estrita, descreve uma política pela qual o comércio é regulado, tributado e subsidiado pelo «Estado», com o objectivo de promover a entrada de ouro e prata, para, em termos amplos, alcançar uma balança comercial favorável. Pombal propunha-se a fazer uso das táticas mercantilistas, como a criação das companhias de comércio, regulamentação, tributação e subsídios, de modo a facilitar a acumulação individual de capital por parte de comerciantes portugueses. K. MAXWELL, *Chocolates, piratas...*, p 226.

os mecanismos de colonização e da dependência do Brasil³⁹¹. Além disso, as reformas pombalinas promoveram uma nova aliança entre os principais homens de negócio de Lisboa e Porto e a Coroa, inserindo-se desta feita alguns elementos representativos da economia colonial: monopólio e exploração colonial³⁹².

Para além da obra de Ribeiro Júnior, destacamos o livro de António Carreira, «as companhias pombalinas», que examinou as duas Companhias criadas para o Brasil no século XVIII: a de Pernambuco e Paraíba e a do Grão-Pará e Maranhão, analisando principalmente a questão do comércio de escravos, quantificando-o durante o período das Companhias e antes delas. António Carreira vai fundamentar a sua explicação no controlo do comércio de escravos. Segundo o autor, era essencial diversificar a mão-de-obra no Norte do Brasil, uma vez que apenas a escravidão indígena não desenvolveria a agricultura no Pará e Maranhão, e por isso, caberia à Coroa criar uma instituição que controlasse e expandisse o tráfico para aquelas capitanias. Na sua obra, nota-se que deu prioridade ao estudo da Companhia do Grão Pará e Maranhão, ao seu funcionamento e a sua extinção.

No que respeita à companhia destinada à capitania Duarte, António Carreira baseia a sua explicação para a fundação da companhia pombalina no comércio directo feito por homens de negócio das praças da Baía e Pernambuco com a Costa da Mina e Angola. Segundo o autor, os próprios homens de negócio já haviam tentado criar companhias de comércio para o comércio de escravos, mas a Coroa até então não havia permitido a sua implementação.

Na análise efetuada por Carreira a Coroa serviu-se do último pedido feito pelos homens de negócio da Baía (em 1757) e criou a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba não para desenvolver o trato negreiro, mas sim para o controlar. Neste ponto o autor - tal como José Ribeiro Júnior -, identifica a companhia de comércio de Pernambuco como sendo uma ferramenta das políticas régias desenvolvidas durante o período

³⁹¹ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p 7. Segundo Falcon, o mercantilismo pode ser definido como sendo um conjunto de ideias e práticas que caracterizaram a história económica dos Estados europeus durante o período situado entre os séculos XVI e XVIII. Esta doutrina económica tinha sustentação na ideia de que uma nação era rica quanto maiores fossem as suas reservas em metais preciosos. A balança de comércio favorável era o meio através do qual se evitava a saída de metais, ao mesmo tempo que favorecia a entrada deles. Para ter uma balança comercial positiva, providências no setor de produção, privilégios e taxas alfandegárias protecionistas eram essenciais, uma vez que o comércio precisava de novas fontes produtoras de matéria-prima. Francisco J. C. FALCON, *A época pombalina: política económica e monarquia ilustrada* (São Paulo: Ática, 1982), p 590.

³⁹² José RIBEIRO JÚNIOR., *Colonização e monopólio...*, p 204.

pombalino para limitar principalmente a liberdade no comércio de escravos exercida pelos comerciantes da Baía, e secundariamente, pelos de Pernambuco³⁹³.

A nosso ver nenhum dos dois autores levou em consideração a força do comércio colonial e as estratégias que as elites mercantis locais teceriam a fim de não perderem espaço no trato negreiro e no comércio do açúcar³⁹⁴. Mais adiante explicaremos como os homens de negócio da praça do Recife continuaram a gerir o comércio colonial através da companhia pombalina, uma instituição «reinol», conforme os estudos de Carreira e Ribeiro Júnior, criada pelo poder central, objectivando em princípio, que os homens de negócio metropolitanos dominassem o comércio de duas das principais capitanias da América portuguesa.

Segundo António Carreira e J. Ribeiro Júnior, as companhias pombalinas foram instaladas em bases determinadas pelas instituições centrais, sob a influência dos mercadores residentes no Reino para incentivar o comércio com Angola e para evitar o comércio dos negociantes coloniais com holandeses e ingleses na Costa da Mina³⁹⁵. O reforço do tráfico com Angola seria um dos objectivos destas empresas comerciais. Haveria uma retração do comércio de escravos realizado com a Costa da Mina, comércio esse que favorecia principalmente aos impérios concorrentes - holandeses, ingleses e franceses -, e as iniciativas privadas, estas, da alçada dos comerciantes negreiros da Baía e de Pernambuco. Com a redução do comércio com a Mina - dominado por outras monarquias -, seriam restituídos à Coroa os recursos desviados por homens de negócio das praças americanas para aquelas nações³⁹⁶.

Subjacente aos dois estudos atrás citados está a tese de que Pernambuco embora ainda fosse uma capitania economicamente relevante, em meados do século XVIII passava por uma grave crise económica, e devido a esta crise, foi alvo de uma das mais importantes medidas que Sebastião José de Carvalho e Melo tomou quando esteve na Secretaria de Estado do Reino (1755-1777). Paralelamente a ideia da «crise económica» na capitania Duarte na década de 1750 pesava na lógica da Coroa a proximidade entre Pernambuco e Baía. Se a Coroa não fundasse mais companhias de monopólio nas

³⁹³ António CARREIRA, *As companhias pombalinas...*, pp. 30-33.

³⁹⁴ João FRAGOSO, «Modelos explicativos da chamada *economia colonial* e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio», *Revista de História* (São Paulo), v.31, n.2, São Paulo: UNESP, (jul/dez 2012), p. 110.

³⁹⁵ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, pp. 75 e ss.

³⁹⁶ António CARREIRA, *As companhias pombalinas...*, pp. 220-221.

capitanias «de cima», aquela fundada em Pernambuco, teoricamente, minaria os negócios baianos no comércio negreiro. Pressupostos com os quais concordamos parcialmente, tanto no que se refere ao papel de relevância económica que a capitania ainda detinha no Setecentos, quanto na necessidade da Coroa em diminuir as relações comerciais entre homens de negócio coloniais com outras nações na Costa da Mina³⁹⁷.

As obras de José Ribeiro Júnior e António Carreira - que analisaram diligentemente as companhias pombalinas -, evidenciaram a dualidade metrópole-colónia e reforçaram a ideia de que a instituição comercial foi criada para benefício dos comerciantes de Lisboa e Porto.

Para o primeiro, os comerciantes metropolitanos procuravam controlar o comércio de escravos feito com a África Atlântica desde o século XVII e pretendiam dominar o comércio do açúcar, couro e tabaco das capitanias de Pernambuco e da Paraíba. As actividades mercantis da instituição pombalina estariam inseridas na «política colonialista do mercantilismo português» e ilustravam os mecanismos da colonização do Brasil³⁹⁸.

António Carreira, por sua vez, defendeu no seu estudo que o controlo do comércio de captivos das capitanias «de cima» pertencia aos homens de negócio da Baía com uma participação secundária dos de Recife, desde o século XVII. E, com a criação da companhia pombalina, o trato negreiro e o comércio de açúcar de Pernambuco passaram a ser controlados pelos homens de negócio de Lisboa e Porto³⁹⁹.

As análises acima descritas inserem-se nos modelos explicativos da economia colonial formulados, sobretudo, por Caio Prado Júnior e Fernando Novais, nos quais a função das sociedades coloniais se efectivava, *grosso modo*, na transferência de excedente

³⁹⁷ Concordamos parcialmente porque a diminuição do comércio de baianos e cariocas com a Costa da Mina se deu por conta das guerras internas, da perda de fortalezas portuguesas, da concorrência estrangeira que guardava para suas colónias os melhores escravos, das companhias europeias que só permitiam que o trato negreiro fosse feito em praças escolhidas por elas mediante o pagamento de taxas, etc. E não porque as companhias pombalinas cumpriram o seu papel de abastecer de forma ampla o mercado interno das capitanias de cima. Temática que será analisada adiante com mais vagar.

³⁹⁸ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...* p. 3.

³⁹⁹ Carreira argumenta que 87% das acções da Companhia Geral estavam nas mãos dos comerciantes [reinóis] destas duas cidades. António CARREIRA, *As companhias pombalinas...*, p. 217-221. Carreira é contundente ao descrever a Companhia como um instrumento de beneficiamento dos comerciantes de Lisboa e do Porto, atento apenas aos dados referentes ao comércio negreiro como forma de confirmar sua afirmação.

de capital para as metrópoles⁴⁰⁰. Estudos que, na época em que foram desenvolvidos, estavam em perfeita conexão com as linhas de pensamento histórico mais modernas do período⁴⁰¹.

Ressaltamos que a obra de Fernando Novais, tal como a de C. Prado Júnior, possuía uma perspectiva inovadora que se enquadrava nos paradigmas históricos da época (as décadas de 1970 e de 1940 respetivamente), algo que Jorge Pedreira assinalou na introdução de *Estrutura Industrial e Mercado Colonial* ao demonstrar como a teoria marxista influenciou toda uma geração de historiadores⁴⁰².

Estas leituras sobre o Brasil colonial⁴⁰³, que tinham no modelo dualista «metrópole-colónia» um paradigma único para pensar as relações políticas, e particularmente as económicas, dentro do império português, acabaram por se estender até à actualidade⁴⁰⁴. Sem retirar mérito aos trabalhos acima mencionados - pelo contrário -, estas representações não consideraram a complexidade da estrutura de governo e de poder em sociedades de Antigo Regime, em que havia uma partilha de poderes dentro

⁴⁰⁰ Fernando NOVAIS, *Portugal e o Brasil na crise do sistema colonial* (São Paulo: Hucitec, 1979). O principal ponto da sua obra consiste no conceito de sistema colonial, o seu funcionamento é justificado pelo acumular primitivo de capital através do comércio dos produtos agrícolas coloniais e da venda para as colónias dos produtos manufacturados oriundos da Metrópole, segundo ele, e baseado em Marx, este sistema entra em crise com o surgimento de novas tecnologias da Revolução Industrial, passando do capitalismo comercial para o capitalismo industrial.

⁴⁰¹ Na obra clássica de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, o historiador defendeu que a colonização portuguesa não visava, em princípio, criar uma sociedade original na América, mas antes explorar ao máximo a colónia e por isso houve tanto empenho em aperfeiçoar o sistema fiscal. Caio Prado relacionou a centralização administrativa de Lisboa - enquanto ponto principal dos negócios ultramarinos -, com a falta de organização, eficiência e presteza do seu funcionamento. A constituição do Brasil em seus primórdios resultou portanto da exploração económica e da ineficiência administrativa de Lisboa. Quem primeiro comparou os estudos de Caio Prado, Fernando Novais, José Ribeiro Júnior e de António Carreira foi Clara Araújo, a quem agradecemos os textos generosamente facultados. Clara Maria Farias de ARAÚJO, «A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba e a historiografia», (3º Seminário de História da Historiografia: aprender com a história, Ouro Preto, 2009), p. 4. Caio PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª ed. (São Paulo: editora brasiliense, 2008), pp. 301 e 333.

⁴⁰² Pedreira cita outros autores (Pierre Villar, Maurice Dobb) que nas décadas de 40 a 70 do século XX, a partir da teoria marxista, procuraram explicar o desenvolvimento da Europa e o subdesenvolvimento das regiões periféricas através dos mecanismos da espoliação dos recursos naturais e das trocas desiguais entre metrópoles e colónias. Jorge PEDREIRA, *Estrutura industrial...* pp. 1-10.

⁴⁰³ Inserem-se numa historiografia que privilegia a análise económica, que dá ênfase - no caso do Brasil - à teoria da dependência; e no caso de Portugal, à imagem da decadência e do atraso em relação aos países mais desenvolvidos. Jorge PEDREIRA, *Estrutura industrial...* pp. 13-15. Clara ARAÚJO, «A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba e a historiografia...» p. 4.

⁴⁰⁴ No estudo sobre os homens de negócio da praça do Recife, Clara Araújo demonstra que os estudos sobre a companhia pombalina não levaram em conta o comportamento dos agentes comerciais na colónia, apontaram apenas a classe mercantil de Lisboa e Porto como beneficiária da instituição da companhia pombalina. Cf. Clara ARAÚJO, «A Companhia Geral de Pernambuco...», pp. 4-5.

desta sociedade⁴⁰⁵. Mesmo que, a partir de D. José I, as medidas e acções governativas se tenham encaminhado para uma centralidade política que, por sua vez, indicava a génese do definhamento do sistema sinodal, ainda assim, as relações sociais e políticas entre centro e periferias continuavam a se reger por normas e preceitos de Antigo Regime⁴⁰⁶.

O vínculo existente entre a metrópole e as colónias pode ser explicado não apenas por factores puramente económicos - «exclusivo comercial», «exploração económica metropolitana», «sistema colonial» -, mas também pela integração das periferias dentro do império, através do equilíbrio dos poderes, feito a partir das relações entre as diferentes instâncias de poder e das elites manterem vínculos de comunicação com as instituições centrais e com o rei, por meio de uma monarquia pluricontinental⁴⁰⁷.

A nosso ver, esta pode ser uma explicação - não a única -, para a compreensão da sociedade colonial brasileira, uma sociedade com traços do Antigo Regime, com uma hierarquia social estamental, uma disciplina católica e com o autogoverno das câmaras⁴⁰⁸.

Por último, e a fim de concluir este ponto, no que respeita à criação das companhias pombalinas, concordamos com a hipótese propagada pelos estudos de António Carreira, José Ribeiro Júnior, Jean B. Nardi e Pierre Verger de que estas instituições também foram criadas para que os homens de negócio de Lisboa e Porto expandissem suas influências no comércio colonial, principalmente no que diz respeito ao «trato negreiro»⁴⁰⁹.

De 1680 até as primeiras décadas do século XVIII comerciantes da Baía, em sua maioria, e de Pernambuco negociavam directamente na Costa da Mina com nações europeias que competiam no mercado internacional com a Coroa portuguesa. O comércio de escravos estimulava o contrabando, preferencialmente o de ouro em pó, e o trato negreiro que até 1650 era exclusivamente triangular (Lisboa-África-Brasil), retirava dos comerciantes reinóis uma fatia deste relevante negócio colonial. Na época pombalina a

⁴⁰⁵ Isso aplica-se mesmo na segunda metade do século XVIII quando a pessoa do rei passou a ter uma maior centralidade política que os demais corpos sociais.

⁴⁰⁶ José M. SUBTIL, *O terramoto político...*, p. 59.

⁴⁰⁷ Mais que o Antigo Sistema Colonial, a nosso ver, o conceito de Monarquia pluricontinental explica melhor as relações colônia/metrópole na Época Moderna. Nuno Gonçalo MONTEIRO, «Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII», *Modos de...*, pp. 93 e ss.

⁴⁰⁸ João FRAGOSO, «Modelos explicativos da chamada *economia colonial*...» pp. 106-115.

⁴⁰⁹ A. CARREIRA, *As companhias pombalinas...*; Jean Baptiste NARDI, *O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. Pierre VERGER, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

Coroa quis travar o contrabando, o comércio (proibido) com nações europeias e a perda de receitas, aspetos que analisaremos com mais vagar no próximo capítulo.

Os estudos dos historiadores acima citados evidenciaram como a Coroa, aquando do reformismo pombalino, conseguiu limitar o comércio de escravos feitos por comerciantes radicados na colónia americana com a Mina. Os ensaios económicos acerca da retração do «tráfico baiano» no período da companhia de Pernambuco e Paraíba demonstram que na década de 1770, dez anos após a institucionalização da Companhia no Recife, entraram em média menos de 2 mil escravos oriundos da Costa da Mina no porto de Salvador, sendo que nas primeiras décadas de Setecentos entraram pelo mesmo porto cerca de 7 mil africanos por ano (em média). Os estudos confirmam que a companhia pombalina que funcionava em Pernambuco contribuiu para uma diminuição de africanos na praça de Salvador. Só a partir de 1780, com o fim das duas companhias, o trato negreiro para a região da Mina voltou a ascender a números que ultrapassaram os 5 mil⁴¹⁰.

Contudo, mais do que um controlo evidente no comércio atlântico por parte das companhias pombalinas, intervindo no trato negreiro de outras praças americanas com a Costa da Mina, factores internos em África influenciaram a retração do «comércio de captivos» com a região da Mina.

A hipótese de que o comércio de escravos em Angola, na época da companhia, foi financiado por homens de negócio radicados em Portugal foi formulada, a princípio, por Joseph Miller e retomada recentemente por Max Menz⁴¹¹. Podemos constatar que a forma de organização dos negócios, no que respeita ao tráfico de escravos, reproduzia padrões anteriores. Isto é, em Angola onde a presença portuguesa tinha séculos e onde já existia uma praça mercantil articulada com a de Lisboa foi estabelecida uma administração ligada a Junta da companhia pombalina em Lisboa. Na Costa da Mina, onde o resgate era feito pelos capitães de navios, nem procurador da Companhia havia e o comércio era gerido pela Direcção em Pernambuco. O «resgate» de escravos em Angola mudou o local do principal entreposto comercial do 'tráfico'. Até 1740 comerciantes de Pernambuco iam

⁴¹⁰ Manolo FLORENTINO *et al*, «Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil séculos XVIII e XIX» em *Revista Afro-Ásia*, nº 31, (Salvador, UFBA, 2004), p. 85.

⁴¹¹ Joseph MILLER, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Wincosin: The University of Wincosin Press, 1988. E Mais recentemente por Max Menz. Maximiliano M. MENZ, «A companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico de escravos em Angola 1759- 1775/1780» em *Revista Afro-Ásia*, nº 48, (Salvador, UFBA, 2013).

buscar mão-de-obra na Costa da Mina; com a companhia pombalina, Angola voltou a instituir-se como principal praça africana⁴¹².

Portanto este trabalho não nega o papel preponderante dos homens de negócio metropolitanos na gerência das Companhias de monopólio. É incontestável que as companhias pombalinas serviram para que os homens de negócio de Lisboa e Porto voltassem a ter um papel fundamental num dos mais importantes negócios coloniais. Nosso estudo sobre a Companhia Geral não pretende contradizer esta premissa. Pretende sim identificar e descrever como uma parte dos homens de negócio da praça do Recife usou a Direcção da Companhia para controlarem a arrematação dos principais contratos e o comércio do açúcar, estabelecendo novas formas de fiscalização e controlo da produção, deliberando os preços de todos os géneros produzidos em Pernambuco, atuando primordialmente em benefício próprio. E como esta gerência do comércio criou situações de tensão e de conflito entre a Companhia e segmentos das elites locais⁴¹³.

Até porque, circuitos comerciais, como o tráfico atlântico de escravos, eram mais do que simples caminhos para comprar e vender mercadorias. Antes de tudo, eram fundamentais para a reiteração das diferentes sociedades que compunham o impérioportuguês⁴¹⁴.

4.5 Uma outra instituição pombalina: a Mesa da Inspeção do Açúcar e do Tabaco

Para concluir o capítulo assinalámos que na época pombalina, para além das companhias de monopólio, também foram criadas outras instituições pelo poder central, ainda antes das empresas comerciais. Nos portos das capitanias do Rio de Janeiro, Baía, Maranhão e Pernambuco foram instaladas em 1751 as casas ou Mesas de Inspeção. As

⁴¹² Maximiliano M. MENZ, «A companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico...», p. 52.

⁴¹³ Outros estudos demonstram que alguns negócios coloniais, dominados por homens de negócio na colónia, permitiram a acumulação de capital. João Fragoso no seu estudo sobre os homens de negócio da praça carioca demonstra como no final do século XVIII o comércio de escravos surgiu como um «setor de negócios coloniais, o que lhe dava a privilegiada condição de ser um dos mais importantes circuitos de acumulação endógena». João Luís FRAGOSO, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*, 2ª ed. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), p. 175.

⁴¹⁴ João FRAGOSO e Maria de Fátima Silva GOUVÊA, «Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e costa da Mina, séculos XVII e XVIII», em *Nas rotas do império...*, p. 26.

Mesas assumiram a função de examinar a qualidade dos géneros com grande aceitação nos mercados europeus, como o tabaco e o açúcar, incluindo a sua expedição e taxação.

As Casas de Inspecção instituídas na colónia tinham como objectivo controlar a qualidade do produto e, ao mesmo tempo, permitir que os preços fossem acertados dentro de faixas de variação que não causassem prejuízos à competitividade dos géneros oferecidos, por Portugal, nos mercados europeus. Segundo o regimento das Mesas de Inspecção, publicado por Graça Salgado em *Fiscais e Meirinhos*, os inspectores tinham como principais atribuições⁴¹⁵:

- reger o comércio do tabaco e do açúcar;
- zelar pelo progresso da lavoura destes géneros, informando o rei dos obstáculos existentes por meio do Conselho Ultramarino ou Secretaria de Estado;
- possuir a mesma jurisdição que tinham os superintendentes do tabaco;
- executar o regimento da Alfândega do Tabaco e o decreto de navegação e comércio do açúcar, no que dizia respeito à qualidade, preço e fretes do açúcar e do tabaco;
- receber, examinar e qualificar somente o açúcar ou o tabaco devidamente marcados;
- conhecer os crimes de falsificação de marcas;
- ter jurisdição privativa e exclusiva sobre o açúcar e o tabaco, sem que se pudesse duvidar das qualidades do mesmo, ao serem registadas pela Mesa.

A Mesa da Inspecção do Recife foi instalada em Pernambuco a 5 de abril de 1752 e dedicou-se quase exclusivamente ao açúcar, numa época em que a situação na capitania era particularmente difícil por causa do declínio da produção do açúcar e do alto preço dos escravos⁴¹⁶. De acordo com regimento da Mesa, datado de abril de 1751, esta teria uma junta constituída por um presidente (o ouvidor-geral da capitania) e dois juizes inspectores, um eleito pelos homens de negócio da praça e outro designado pela Câmara Municipal onde a Mesa estivesse instalada. Caberia aos dois inspectores definir o preço

⁴¹⁵ Graça SALGADO, *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial* (Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985), pp. 369-373.

⁴¹⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 73, Doc. 6109.

máximo do açúcar e, em caso de impasse, o ministro letrado resolveria a questão, fixando o preço mais adequado⁴¹⁷.

Evidentemente que esta capacidade de definição de um preço máximo, sem negociação entre os produtores e os mercadores - como acontecia com o sistema de louvados⁴¹⁸ -, desagradou às câmaras, tanto à de Olinda como à do Recife. O que preocupava as duas câmaras era a possibilidade real dos homens de negócio comprarem o açúcar directamente aos senhores de engenho, por um preço sempre abaixo do valor máximo imposto pelos inspectores da Mesa⁴¹⁹. O valor máximo impunha uma noção de limite, qualquer negociação seria feita, tendo sempre em vista a redução do preço da arroba, e isso não era benéfico para as elites produtoras. Durante a década de 1750 muitas foram as queixas das Câmaras contra a Mesa da Inspecção. Olinda e Recife estavam de acordo no desagrado com a instalação da Mesa seja pela falta de negociação do preço do açúcar ou pela rigorosa fiscalização que os inspectores da Mesa faziam nos géneros a serem exportados e que muitas vezes atrasava a saída da frota⁴²⁰.

Contudo, com a permanência da Mesa, ocorreu uma acomodação e tentativas de dominação da instituição, repetindo-se o processo, «muito habitual nas colónias portuguesas, de instrumentalizar as instituições criadas para viabilizar os interesses locais»⁴²¹. Por ter-se tornado na década de 60 de Setecentos uma variável muito relevante nas negociações e conflitos entre facções das elites - facções compostas por senhores de engenho, lavradores de açúcar e de tabaco, e criadores de gado - e a Direcção da Companhia, como entidade mediadora, remetendo e apoiando os pedidos das facções das elites descontentes à Direcção da Companhia, ao governador da capitania e até às secretarias de Estado, mais adiante, quando tratarmos dos primeiros conflitos entre estas elites e o braço local da companhia voltaremos a enfocar o papel da Mesa no comércio da capitania de Pernambuco.

⁴¹⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 81, Doc. 6709.

⁴¹⁸ Uma comissão formada por dois representantes dos senhores e lavradores de engenho e dois dos mercadores, reunidos ao tempo da frota, que acertavam os preços da venda do açúcar.

⁴¹⁹ Stuart B. SCHWARTZ, *Segredos Internos, engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835* (São Paulo: Companhia das Letras, 1999), pp. 170-176.

⁴²⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 73, Doc. 6140.

⁴²¹ Conforme George C. de SOUZA, *Tratos &...*, p. 176.

No próximo capítulo não analisaremos o papel dos grandes comerciantes de Lisboa e Porto no negócio de Pernambuco⁴²². Antes, daremos precedência a um outro grupo mercantil, o que actuava na praça do Recife, e que soube aproveitar os privilégios concedidos pela Coroa a todos aqueles que aceitassem a medida pombalina e comprassem as primeiras acções da empresa comercial. Cedo perceberam que a gerência do comércio colonial, por meio da Direcção da Companhia, era ferramenta relevante para o aumento do património familiar e para a obtenção de ganhos particulares.

⁴²² Ver o artigo de Maximiliano Menz que de forma breve demonstra o papel dos homens de negócio reinóis no tráfico de escravos da Companhia pombalina. Maximiliano M. MENZ, «A companhia de Pernambuco e Paraíba ...», pp. 45-55.

Capítulo 5 - As redes mercantis, os homens de negócio e a Coroa: propostas de empresas comerciais

*Deus te leve a Pernambuco e te traga de lá tão rico como o rei da Dinamarca*⁴²³ [...]

Antes de abordarmos em detalhe a instalação da companhia pombalina em Pernambuco no ano de 1759, convém referir o estado em que se encontrava o comércio da capitania e, em especial, o facto de os homens de negócio da praça do Recife terem sido quem em primeiro lugar solicitou a formação de companhias de comércio para aquela região da América. Actuar no comércio das praças da América portuguesa dependia de muitos factores para além de comprar e vender. A boa relação com as autoridades delegadas, o acesso aos órgãos de poder criados pela Coroa na capitania, ao poder local (câmaras), uma boa projecção social, postos militares ou o serviço nos ofícios da Coroa, eram fundamentais para alcançar bons resultados comerciais. Paralelamente as estratégias de mercado, os homens de grosso trato traçavam estratégias de poder e de afirmação social⁴²⁴.

No âmbito desta conjuntura foram formulados dois pedidos à Coroa em Maio de 1757, com o apoio do principal agente da governação. Analisar os motivos, o teor e os apoios conquistados por estes homens de negócio são relevantes para o presente trabalho, acima de tudo porque, do nosso ponto de vista, contribuíram, mesmo que indirectamente, para o estabelecimento da companhia comercial em Pernambuco nos mesmos moldes daquela que foi estabelecida no Grão-Pará e Maranhão pelo secretário de Estado do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo.

Procuraremos, de forma breve, conhecer quem eram os comerciantes de «grosso trato» que faziam parte das redes mercantis relacionadas sobretudo com o negócio da carne, do couro e com o trato negreiro e como acabaram por se apropriar do mando do comércio colonial por meio da Direcção da Companhia Geral.

⁴²³ Antigo ditado português. George F. C. de SOUZA, *Tratos &...*, p. 9.

⁴²⁴ Nas tabelas 1 e 2 mostraremos que os homens de negócio que pleitearam companhias e entraram na instituição pombalina além de comerciantes de «grosso trato» muitos eram militares e servidores da Coroa. Os que não eram naturais do Recife chegaram do Reino entre fins do XVII e início de XVIII e em poucas décadas enriqueceram com o trato negreiro, os negócios do sertão e o comércio interno.

5.1 Propostas de companhias para o trato negreiro: as estratégias dos homens de negócio das praças do Recife e de Salvador e as alianças com os representantes da Coroa

O comércio de Pernambuco em meados de Setecentos não era tão próspero quanto havia sido no século XVII. Contudo, não se pode dizer que estivesse em ruínas. Havia sinais de crise, como a oscilação do preço do açúcar, o elevado custo na compra de mão-de-obra escrava, ou, ainda, os problemas com a produção de tabaco e com as condições climáticas (secas, enchentes). Foram factores que ocorreram em conjunto, pouco antes da implementação da Companhia Geral de Comércio em 1759, e que configuraram uma situação económica preocupante tanto para os moradores da capitania quanto para as rendas da Coroa.

A exploração do ouro na região centro-sul do Brasil ocasionou um grande deslocamento da população das capitanias do litoral, junto com uma grande procura por mão-de-obra, que por sua vez, fez o preço da escravaria aumentar vertiginosamente. Associado ao deslocamento da população para a região centro-sul do Brasil - incluindo-se nesta migração também a população escrava -, em 1763 transferiu-se a capital política do Estado do Brasil de uma capitania do Norte, a Baía, para o Rio de Janeiro - capitania mas próxima da região das minas -, tanto por motivos de defesa, quanto por motivos económicos, com consequências para a economia e para a influência política que usufruíam as capitanias do Norte⁴²⁵.

Defendemos no nosso estudo que mesmo que o comércio da capitania de Pernambuco não alcançasse os valores do século XVII -, conseguiu manter-se em níveis lucrativos no século XVIII muito por conta do trato negreiro, do negócio do Sertão - indicativo de um crescimento do mercado interno - e das tradicionais produções e exportações de açúcar e tabaco. O Recife tinha uma posição estratégica em relação aos portos africanos, a viagem entre o porto de Recife e o de Luanda durava em média 35 dias, enquanto a mesma viagem poderia durar 50 dias, para o caso do Rio de Janeiro, e 40 dias para Salvador. Além disso, o Recife foi um importante centro do comércio de escravos, foi o quinto maior centro do comércio transatlântico de escravos do mundo. Entre os séculos

⁴²⁵ A exploração do ouro e a transferência da capital para o Rio de Janeiro teve influência na economia e no prestígio das capitanias do Norte junto da Coroa.

XVI e XIX estima-se que desembarcaram quase cinco milhões de escravos no Brasil e mais de 853 mil entraram por Pernambuco⁴²⁶.

Mas não podemos deixar de referir alguns factores que fizeram com que a praça carioca retirasse de Baía e de Pernambuco as posições cimeiras no comércio colonial que até então haviam tido. Em primeiro lugar, desde 1710 que o porto carioca absorvia 20% do total de africanos que entravam na América portuguesa, valores que mais que duplicaram nas décadas finais do século XVIII. Em segundo lugar, desde a década de 20 de Setecentos que o Rio de Janeiro procurava desenvolver sua lavoura do açúcar, e a partir de 1740, o açúcar fluminense contribuiu de forma única para a inclusão da capitania no mercado atlântico. Em terceiro lugar, foi na década de 1730 que o Rio de Janeiro passou a deter o grosso do abastecimento das Minas e, dez anos depois, os dízimos da capitania fluminense ultrapassaram os de Pernambuco⁴²⁷. O significado da descoberta do ouro, para além do valor do metal em si mesmo e o papel que veio a ter na balança comercial portuguesa, foi o de fazer mudanças na estrutura político-administrativa da América portuguesa.

A fim de expormos os motivos pelos quais é preciso reflectir sobre a chamada «decadência» da economia pernambucana na primeira metade do século XVIII, analisaremos em seguida, de forma breve, o comércio de escravos, a cultura do tabaco e o comércio de gado.

Para se ter um entendimento geral do comércio é necessário retornar ao início do século e expor dados acerca do comércio de escravos em Pernambuco, por ser uma das principais actividades económicas que dava sustentação a outras. Pois, como referiu o padre António Vieira em 1648, «sem negros não há Pernambuco e sem Angola não há negros»⁴²⁸. Distintamente da época Seiscentista, no Setecentos esta mão-de-obra escrava não era exclusivamente de Angola, visto que a Costa da Mina assumiu um lugar de destaque enquanto região que municiaa o trato negreiro para a capitania Duarteina.

⁴²⁶ Débora ALBUQUERQUE; Flávio VERSIANI; José Raimundo VERGOLINO. *Financiamento e organização do tráfico de escravos para Pernambuco no século XIX*. [Consultado em outubro de 2013]. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/aprovados/Escravos.pdf> p. 4

⁴²⁷ João FRAGOSO e Manolo FLORENTINO, *O arcaísmo como projecto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001), pp. 76-77.

⁴²⁸ Carta do padre António Vieira ao marquês de Niza em 12 de agosto de 1648 em João Adolfo HANSEN, org., *Cartas do Brasil* (São Paulo: Hedra, 2003), p 60.

Conforme o estudo de Gustavo Acioli, no último quartel do século XVII, cresceu o negócio de escravos realizado pela Baía e Pernambuco com os portos africanos. O tabaco foi elemento basilar na formação das vias escravistas das principais praças mercantis do Brasil, como aqui foi dito. Uma vez que foi neste período - final do século XVII -, que a concorrência europeia por africanos atingiu a sua primeira alta, a capacidade dos traficantes do Brasil competirem no mercado da Costa da Mina residiu na oferta de um bem com baixo custo de produção e com boa procura no mercado africano. O tabaco de terceira qualidade reunia essas características⁴²⁹.

Assim, o comércio de escravos da Costa da Mina com Pernambuco foi fundamental para a recuperação económica da capitania após a saída dos flamengos. No final das guerras contra os holandeses (1654), a capitania suportou os custos de reconstrução do sector açucareiro numa conjuntura de declínio dos preços externos das mercadorias coloniais e de aumento da concorrência. A chegada dos escravos da Costa da Mina no final do século XVII contribuiu para refrear o aumento nos custos da produção do açúcar⁴³⁰.

O papel deste comércio é ainda mais relevante após a descoberta das minas, no início do século XVIII, pois passou a existir a necessidade de braços africanos no centro sul do Brasil para a mineração, e Pernambuco tornou-se num abastecedor dessa região, algo que estimulou o comércio dentro da colónia e as exportações internas, ou seja, de uma forma geral, manteve a economia da capitania em equilíbrio. Mas prejudicou o abastecimento interno.

A capitania de Pernambuco tinha a vantagem de contar com duas procedências de fornecimento de mão-de-obra, Angola e a Costa da Mina, e tal foi essencial para acalmar os indícios da chamada «crise açucareira», pelo menos até 1720, pois estimulou o comércio de escravos dentro da colónia. Vitorino Magalhães Godinho declara que a crise comercial do século XVII começa a findar em finais de Seiscentos. Se antes houvera uma quebra nos preços do açúcar, do tabaco e da pimenta, a partir de 1690 o cenário mercantil foi outro. Os preços do açúcar e do tabaco subiram porque os consumos dos dois géneros aumentaram muito, mesmo sem a conquista de novos mercados. Segundo o historiador,

⁴²⁹ Gustavo Acioli afirma que desde o final do século XVII o tráfico directo entre Brasil e África não foi interdito pela Coroa e que na primeira metade do século XVIII os homens de negócio da praça do Recife que o praticavam eram na sua maioria naturais de Braga, Porto e Viana do Castelo. Gustavo Acioli LOPES, *Negócio da Costa da Mina e Comércio Atlântico...*, pp. 231-232.

⁴³⁰ A última batalha deu-se em janeiro de 1654, mas o tratado de Haia onde os holandeses reconheciam a soberania portuguesa no Nordeste do Brasil foi firmado apenas em 1661.

os anos de 1690 a 1705 foram de desenvolvimento e prosperidade mercantil para Portugal e seu império⁴³¹.

Não é por isso de admirar que, no início do século XVIII, os comerciantes de «grosso trato» da praça do Recife revendessem escravos e mercadorias às praças mercantis da Baía e do Rio de Janeiro. Exemplo disso são as dívidas que a família Correia de Sá - do clã mercantil fluminense -, tinha com um destes comerciantes pernambucanos. José Vaz Salgado era homem de negócio, capitão de Infantaria da Ordenança da praça do Recife, proprietário do ofício de selador e feitor da Alfândega do Recife, dono de embarcações, estava envolvido com o comércio de escravos em Angola e na Costa da Mina e com a redistribuição de mercadorias nas capitanias do litoral⁴³². Em meados do século XVIII os irmãos Martim Correia de Sá e Luís José Correia de Sá deviam mais de dois contos de réis, em compra de escravos, à viúva do comerciante pernambucano⁴³³.

Segundo o estudo de Breno Almeida Vaz Lisboa, a partir da década de 20 de Setecentos a situação alterou-se e as Câmaras de Olinda e do Recife escreveram ao rei queixando-se da falta de escravos, pois muitos dos que desembarcavam na capitania passavam para a região das Minas e os que ficavam eram vendidos a altos preços. As câmaras pediam uma lei que proibisse a saída dos escravos da capitania: «nem por mar e nem por terra para o Rio de Janeiro»⁴³⁴. Escravos que antes eram vendidos a cinquenta mil réis passaram a ser vendidos a cento e oitenta mil réis com o aumento da procura para a mineração. Se a princípio vender escravos para a região mineira fez prosperar a economia da capitania, a crescente necessidade de mão-de-obra no sul do Brasil, a partir da década

⁴³¹ Vitorino Magalhães GODINHO, *Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar* (Lisboa: Difel, 1990), pp. 485-487.

⁴³² Registo Geral de Mercês (RGM). ANTT/RGM/D. João V e D. José I. RGM/D. João V, liv. 25, f.22. RGM/D. José I, liv. 13, f. 447.

⁴³³ Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP). *Inventários do século XVIII. 1759 - José Vaz Salgado*. Vaz Salgado era natural de Fafe, atualmente integrado ao distrito de Braga, chegou ao Recife no final do século XVII, casou em 1729, fez carreira nos terços militares e alianças com grandes mercadores. Em 1734 há documentos que o relacionam com o trato negreiro. Durante toda a primeira metade do XVIII angariou a sua fortuna. Teresa MARQUES, «José Vaz Salgado: a herança de um militar-mercador no Recife de meados do século XVIII» *Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*. Vol. XV, nº 1 e 2 (2007), pp. 245-247. [Consultado em 2 de junho de 2012]. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/971/638>.

⁴³⁴ A Baía também vai sentir uma quebra na produção entre 1710 e 1720, o aumento do preço da arroba do açúcar branco foi de 20%, e o aumento do preço do escravo vendido na praça da Baía foi de 300% e na de Pernambuco de mais de 200%. Breno Almeida Vaz LISBOA, «Uma elite em crise: a açucarcocracia de Pernambuco e a câmara Municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII» (dissertação de mestrado, Recife, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2011), pp. 78-80.

de 20, aumentou a procura e fez disparar os preços da escravaria em Pernambuco, prejudicando as elites produtoras que, para adquirir escravos para suas lavouras, passaram a ter de pagar preços incompatíveis com os géneros que produziam e exportavam.

Outro factor que pode ter contribuído para a chamada «crise» do açúcar, que em meados do século XVIII se tornou mais visível, foi a criação, em Lisboa, na década de 20 de Setecentos, de mais um imposto sobre o açúcar que era vendido na capital, factor que, conjugado com o atraso das frotas e a pouca quantidade delas⁴³⁵, fazia com que o produto, pela demora em chegar ao consumidor final, perdesse qualidade e, previsivelmente, o seu valor no mercado europeu⁴³⁶.

A perda da fortaleza portuguesa de Ajudá, em 1727, e de Jaquim, em 1732 - consequência das guerras africanas feitas pelo rei de Daomé, Agagá -, também contribuiu para a desestabilização do comércio de escravos com a Costa da Mina, diminuindo consequentemente a oferta e reposição da mão-de-obra na capitania, o que inevitavelmente acarretaria o aumento do custo da produção açucareira⁴³⁷. Por isso, no final da década de 1730 os valores mudaram, ocorrendo uma redução nos números de escravos que entraram nas capitanias de Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro oriundos da Costa da Mina⁴³⁸.

Se do final do século XVII até as primeiras décadas de Setecentos este comércio esteve em expansão, em virtude da procura por braços africanos na região das minas do Brasil, do alargamento da produção e exportação do tabaco de 3ª qualidade, das sociedades mercantis baianas e pernambucanas que realizavam o comércio Atlântico de forma sistemática e lucrativa, a situação mudou em meados do século XVIII⁴³⁹. Outros

⁴³⁵ Neste período chegou a haver apenas uma frota para Pernambuco. Chegava a Lisboa em julho. José Jobson de Andrade ARRUDA, «A circulação, as finanças e as flutuações económicas» em *Nova História* ..., p 170.

⁴³⁶ *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 99, pp. 85-87. Segundo Vera Ferlini, «o encarecimento dos custos de produção parece ter gerado a diminuição geral da safra, explicando tanto o declínio da produção, como o aumento relativo dos preços» e foi este aumento que propiciou a criação de mais uma taxa. Vera L. Amaral FERLINI, *A civilização do açúcar...*, p 119.

⁴³⁷ Jean Baptiste NARDI, *O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1996), p 240.

⁴³⁸ Manolo FLORENTINO *et al*, «Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil...» p. 89.

⁴³⁹ Uma das preocupações da Coroa era limitar o contrabando de ouro em pó, muito utilizado no pagamento de taxas na costa africana. O ouro chegava em Salvador e também em Recife através do caminho velho das minas que ligava a região mineradora à Baía e de lá a Pernambuco. Os laços comerciais dos negreiros da Baía e de Pernambuco geraram relações comerciais com a Costa da Mina,

factores contribuíram para que o comércio com a Costa da Mina entrasse em declínio. Factores como os conflitos internos naquela região entre os reis africanos, o pagamento de taxas exigido pelos holandeses, o esgotamento da população africana nos lugares habituais do tráfico fizeram com que o número de escravos comercializados com a Costa da Mina estacionasse, só vindo a aumentar no final do século XVIII⁴⁴⁰.

Quanto ao preço e à produção do açúcar, também declinaram e, em conjunto, todos estes factores concorreram para uma situação de risco para a indústria açucareira em meados do século XVIII⁴⁴¹.

Contudo, foi considerável o número de escravos que entrou em Pernambuco durante toda a primeira metade do século XVIII. Gustavo Acioli usou duas informações, baseadas em fontes documentais, para confirmar a relevância do trato negreiro da capitania com a Costa da Mina. A primeira diz respeito aos registos da Junta do Tabaco sobre as exportações de Pernambuco para a África; a segunda refere-se aos valores de arrecadações de impostos sobre escravos. Conforme a conclusão de Acioli:

Entre 1695 e 1750, Pernambuco importou entre 60.000 e 80.000 escravos da Costa da Mina. Este tráfico coube, em boa medida, aos homens de negócio residentes no Recife. Não que os homens de negócio de Lisboa tenham deixado este ramo do tráfico. Ocorreu, sim, uma alteração no segundo trecho do tráfico lisboeta. Se até fins do séc. XVII as embarcações reinóis iam à Baía e a Pernambuco depois de escalarem na Costa da Mina, desde o início do século seguinte o Rio de Janeiro torna-se o seu destino preferencial. Destarte, o tráfico de Salvador e do Recife passa a ser predominantemente realizado pelos homens de negócio destas praças⁴⁴².

tal proximidade gerou reações da parte de Lisboa descontentes com a liberdade de comércio destes comerciantes com nações estrangeiras. Manolo FLORENTINO *et al*, «Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil...», p. 84.

⁴⁴⁰ Os holandeses cobravam 10% aos navios que aportassem em São Jorge da Mina, além de outras taxas e propinas e proibiam o comércio luso nos melhores portos. As melhores peças estavam guardadas para as suas colónias americanas. AHU, São Tomé, cx. 7, doc. 25.

⁴⁴¹ Ainda assim, a capitania ainda era a segunda região produtora mais importante do Brasil até fins do Seiscentos, pois perdera o primeiro lugar para a Baía. A partir dos anos 1720, quando os efeitos da queda do preço do açúcar no mercado externo se fizeram sentir na colónia, enquanto no centro-sul a produção nas minas aumentava, Pernambuco passou a ocupar o terceiro lugar na hierarquia económica da América portuguesa.

⁴⁴² Gustavo Acioli LOPES. «Nas Margens da História: o comércio de escravos e a economia de Pernambuco no Império Português, 1654-1760». Blogue de História Lusófona, IICT, 2009. [Consultado em 9 de setembro de 2011]. Disponível em: http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=13529#_ftnref6. Segundo esta estimativa, entraram em Pernambuco cerca de 1454 escravos anuais vindos apenas da Costa da Mina como comércio livre. Segundo António Carreira no período da Companhia, vindos da Costa da Mina entram apenas 365 escravos em média, por ano, pouco mais de 7.000 escravos. António CARREIRA, *As companhias pombalinas...*, p 232.

Como aqui defendido, o comércio de forma geral não estava em ruína, embora a oscilação dos preços dos produtos coloniais tenha sido uma constante, sendo o açúcar um dos géneros mais afectados. E se o comércio com a Costa da Mina estava em declínio, o mesmo não se pode dizer com Angola⁴⁴³.

Assim, se considerarmos este quadro geral, é possível compreender porque a ideia de se formar uma companhia de comércio para o «resgate» de escravos - com a finalidade de diminuir os custos com a produção da cana-de-açúcar através de uma maior inserção de mão-de-obra -, tenha partido dos próprios moradores da capitania.

Em 18 de maio de 1757 o governador de Pernambuco escreveu à Secretaria de Estado do Reino informando a intenção dos senhores de engenho, lavradores e homens de negócio de estabelecerem uma Companhia para aumentar a entrada de escravos em Pernambuco, transportar géneros produzidos na capitania para o Reino e comercializar têxteis, roupa da Índia, ferro, missangas e outros géneros, destinando um quarto das acções desta Companhia aos homens de negócio da Corte⁴⁴⁴.

O relatório do governador ao secretário de Estado do Reino e Mercês, Carvalho e Melo, indicava uma situação de «crise», algo que, nas palavras do governador se configurava numa «situação de decadência e ruína» para a agricultura regional. E, naquilo que respeitava ao comércio de escravos, informava o governador os problemas da comercialização do tabaco e as dificuldades encontradas para controlar os excessos de oferta nos mercados africanos⁴⁴⁵. Segundo o relatório do representante da Coroa, o plano da Coroa datado de 1743 para reduzir a oferta de tabaco de 3ª categoria, diminuindo o envio de navios da Baía e Pernambuco para a África, só tinha resultado nos primeiros dez anos. A partir de 1754 foram feitas novas tentativas para reestruturar o sistema comercial entre Pernambuco, Baía e Costa da Mina. A lei de 1756 também não ajudava a expansão

⁴⁴³ Manolo FLORENTINO *et al*, «Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil...», p. 89. Neste artigo os autores demonstram que na década de 40 de Setecentos entraram menos de 50 mil africanos oriundos da Costa da Mina ao mesmo tempo que subia para mais de 120 mil peças oriundas de Luanda.

⁴⁴⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva ao secretário de Estado do Reino e Mercês, Sebastião José de Carvalho e Melo, 1757, maio, 18, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6948.

⁴⁴⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6948

do trato negreiro, a provisão determinava que o director da Fortaleza de Ajudá só poderia autorizar o «tráfico» de apenas um navio por vez⁴⁴⁶.

Porém, tornava-se cada vez mais claro que não se tratava de uma questão de esquemas mercantis - isto é não era diminuindo o número de navios ou de rolos de tabaco que se regularia o comércio de captivos - mas de problemas vinculados à esfera da compra de escravos em África. A preferência dos estrangeiros que dominavam as fortalezas - principalmente os britânicos e os holandeses -, pelo ouro do Brasil, que facilmente chegava nos navios do Rio de Janeiro, em lugar do tabaco produzido na Baía e em Pernambuco era um destes factores⁴⁴⁷. Enquanto os diversos elementos que aumentavam o preço dos escravos continuassem a recair nos altos custos de produção nas capitanias do Norte, os esquemas de redução da oferta por parte dos homens de negócio pernambucanos e baianos apenas contribuíam para a entrada no mercado da Costa da Mina de outros países e colónias concorrentes⁴⁴⁸.

Até 1730 Pernambuco e Baía negociavam um elevado número de escravos na região das Minas, pagos uma parte em ouro, que, por sua vez, era utilizado no comércio negreiro com a Costa da Mina juntamente com o tabaco, a jeribita e os panos «da Índia». As chamadas «fazendas de negro» entravam em Salvador com frequência desde o século XVI e chegavam em Recife via comércio legal e também ilegal, este, era feito por pequenas embarcações entre as vilas mais a sul da capitania de Pernambuco e a da Baía⁴⁴⁹. As fazendas da Índia eram utilizadas como moeda de troca, junto com os géneros coloniais,

⁴⁴⁶ Jean B. NARDI, *O fumo brasileiro...*, p. 264.

⁴⁴⁷ O governador de Pernambuco chega a justificar a necessidade do contrabando do ouro no seu ofício. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6948.

⁴⁴⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6948. O relatório do governador é tão explícito que chega a ponderar sobre a quantidade de rolos que era necessário tirar de cada navio para pagar o «quarteamento» que os holandeses cobravam à nação portuguesa por embarcação.

⁴⁴⁹ As naus da Índia faziam escala em Salvador desde o século XVI, largando lá as chamadas *fazendas de negro* muito apreciadas na compra de escravos em Luanda. Muitas vezes os reis tentaram proibir tal escala no Brasil. E mesmo com a legislação de 1761 os navios continuavam a parar na viagem de regresso ao Reino, no Rio de Janeiro e Baía, principalmente, sob os mais variados pretextos. Roquinaldo FERREIRA, «Dinâmica do comércio intracolonial: Jeribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)», em *O antigo regime nos trópicos*, org. João FRAGOSO, Maria Fernanda BICALHO e Maria de Fátima GOUVÊA (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001), p. 343 e ss.

pois os panos do Guzarete e de Bengala eram muito apreciados em Luanda e Costa da Mina e sem eles era complicado fazer negócio naquelas praças africanas do Atlântico⁴⁵⁰.

A queda do preço do açúcar no mercado externo na década de 30 de Setecentos fez com que os homens de negócio locais que faziam o comércio de escravos em Pernambuco diminuíssem o envio de negreiros para a África. Previsivelmente, o comércio com a região das Minas foi-se reduzindo e a entrada de ouro na capitania também. Como o Rio de Janeiro continuava a dispor do ouro das capitanias auríferas para obter escravos, lançava no mercado o metal precioso e este elevava o preço de custo da mão-de-obra. Já a Baía e Pernambuco produziam apenas tabaco e aguardente que, embora procurados nos mercados africanos, eram menos tentadores do que o ouro da praça carioca⁴⁵¹.

Os homens de negócio da praça do Recife, em 1757, pediram à Coroa que tomasse medidas para reprimir a falta de vigilância das autoridades do poder local. Alegavam esses homens de negócio que tal falta de vigilância, aliada à perspicácia dos contrabandistas e dos comissários volantes, muitos deles estrangeiros, tinha desestruturado o comércio atlântico de escravos. Na opinião dos homens de negócio do Recife o trato negreiro estava perdido e, portanto, toda a agricultura da terra também. E isso devia-se à autonomia com que qualquer um podia enviar embarcações para a costa da África - transportando todo o tipo de gêneros -, prática que se tornou corrente a partir do momento em que a Coroa concedeu liberdade de comércio às praças africanas do Atlântico, (pela provisão de 30 de março de 1756)⁴⁵².

Foi na sequência desta denúncia dos homens de negócio do Recife, de que os comissários volantes haviam destruído o sistema comercial - que envolvia a venda de tabaco do tipo fino e a compra de escravos na Costa da Mina -, que surgiu a proposta de

⁴⁵⁰ Alberto da Costa e SILVA, «Do Índico ao Atlântico», em *Nas rotas do império*, orgs. João FRAGOSO, et. al (Vitória: EDUFES/ Lisboa: IICT, 2006), p. 19.

⁴⁵¹ O que gerava um ciclo, quanto menos escravos vendesse para a região das Minas, menos ouro era adquirido para ser usado no tráfico com a Costa africana junto com os gêneros da terra (aguardente e tabaco). O ouro de contrabando é impossível de calcular, embora se saiba que este também entrou em Pernambuco e Baía, sobretudo no auge do período da mineração. António CARREIRA, *As companhias pombalinas...* p. 30.

⁴⁵² O alvará é de 30 de Março de 1756. Jean Baptiste NARDI, *O fumo brasileiro...*, pp. 260 -262.

criação de uma companhia para compra de escravos, proposta essa que tinha o objectivo implícito de eliminar o comércio dos comissários, colmatando-se assim o problema⁴⁵³.

Tal companhia seria controlada por portugueses nascidos e/ou radicados em Pernambuco - os que Evaldo Cabral de Mello denominou de «mazombos» -, e teria como objectivo expandir o comércio de escravos efectuado com os portos de África: Angola, Benguela, Cabinda e Ajudá. E, segundo os autores do projecto, elevaria os 21 mil e duzentos escravos que anualmente entravam no Brasil, através do comércio com estes portos, por navios da Baía e Pernambuco, sendo que, um terço destes escravos seria destinado ao desenvolvimento da agricultura⁴⁵⁴. O governador estimava que, com esta companhia, os senhores de engenho teriam condições de elevar de 6 mil para 9 mil as caixas de açúcar que anualmente saiam de Pernambuco para serem vendidas na Europa⁴⁵⁵.

A iniciativa dos moradores visava o controlo formal do comércio de escravos feito com África, uma vez que, desde a segunda metade do século XVII, os navios de Pernambuco e Baía iam à Costa da Mina e Angola comercializar escravos. Convém lembrar que, neste comércio atlântico, as duas principais capitanias do Norte - Pernambuco e Baía -, juntamente com o Rio de Janeiro, utilizavam grandes quantidades de tecidos indianos, cachaças, tabaco fino e de terceira qualidade, ouro, pólvora e armas para serem permutados nos sertões africanos⁴⁵⁶.

⁴⁵³ Guilherme PALACIOS, *Campesinato e escravidão no Brasil...*, p 75 e ss. A Companhia resgataria escravos principalmente com tabaco, peças de pano da Índia e aguardente, conforme o ofício do governador de 18 de maio de 1757 - AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6948.

⁴⁵⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco: 1757, maio, 18, Recife.[Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva ao secretário de Estado do Reino e Mercês, Sebastião José de Carvalho e Melo]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6948.

José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p 130. O historiador refere que entraram, por ano em Pernambuco, uma média de 2.677 escravos, no período de 19 anos antes da instituição da Companhia. Na estimativa do governador, este número aumentaria. Segundo Luís Diogo Lobo, subiria para 7.200 “cabeças de escravatura”, sendo que 8% morreriam na viagem, entrando cerca de 6.624 nos portos de Recife e Salvador para abastecer não apenas estas capitais, embora o governador não explicita para onde mais se destinariam estes escravos.

⁴⁵⁵ O número de caixas de açúcar produzido em Pernambuco no período é bastante contraditório e carece de confirmação: o governador afirma que a produção em 1757 era de 6 mil caixas, Dauril Alden aponta que em 1760 Pernambuco exportou 8 mil arrobas de açúcar, pouco menos de 230 caixas, com 35 arrobas em cada, e em 1761 o número subiu e chegou a 69 mil arrobas, cerca de 1972 caixas. Dauril ALDEN, «O período final do Brasil Colónia, 1750-1808» em *História da América...*, vol. II, p. 558.

⁴⁵⁶ Conforme Luís Frederico Dias ANTUNES. O comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina. Blogue de História Lusófona - IICT, Lisboa, 2009. [Consultado em 9 de setembro de 2011]. Disponível em: http://www2.iict.pt/index.php?pidc=102&idi=13546#_ftnref1. Ver também, Luís Frederico

O relatório do governador, datado de 18 de maio de 1757, confirmava que, além do tabaco - género que afluía em grande quantidade para este comércio com a costa africana -, os navios pernambucanos e baianos levavam ouro para a compra de captivos. O metal precioso era imprescindível para manter esse comércio. O governador chegou a referir que, numa das embarcações saídas do porto do Recife no ano de 1757, o capitão, no mapa da carga, terá escrito «côvados de seda», mas em lugar da seda levava 3343 oitavas de ouro, e que o mesmo sucedia com os 30 navios que estavam prestes a sair da Baía e com outros 7 de Pernambuco. Segundo o governador, as medidas para reprimir o contrabando eram ineficazes e o ouro era, de facto, necessário ao trato negroiro⁴⁵⁷.

Uma carta dos homens de negócio de Pernambuco, remetida em anexo a um outro ofício do governador datado de 21 de maio de 1757, sugeria que a praça da Baía, por ser a capital, entrasse na «companhia de Resgate de escravos» com 8 navios, Pernambuco com 4 e Lisboa com 3⁴⁵⁸. De igual modo, no início do mesmo mês, o conde dos Arcos, vice-rei do Estado do Brasil, havia remetido a Carvalho e Melo um requerimento semelhante feito pelos homens de negócio da Baía relacionados com o comércio negroiro⁴⁵⁹.

Animados com as companhias estabelecidas por Carvalho e Melo entre 1753 e 1756, os homens de negócio baianos propuseram ao rei a criação da «Companhia Geral da Guiné» com um capital de 800 mil cruzados, com acções a partir de 200 mil réis e com a participação de comerciantes de Lisboa. Em anexo a essa solicitação enviavam as condições e privilégios da companhia que pleiteavam⁴⁶⁰. Os homens de negócio da Baía,

Dias ANTUNES, «A influência africana e indiana no Brasil, na virada do século XVIII: escravos e têxteis», em *Nas rotas do império...*, p 144.

⁴⁵⁷ Como já foi mencionado, o governador quase que justifica o contrabando de ouro como sendo necessário e no seu ofício informa a quantidade de ouro contrabandeado e a perda da Fazenda Real: refere que «só nestes 38 navios o ouro contrabandeado era de 127 mil e 34 oitavas, das quais pertenciam aos quintos reais 25 mil e 406 oitavas, e um por cento depois de quintado (1016 oitavas), o que daria por ano [para a Fazenda Real] uma perda de 26. 422 Oitavas de ouro». AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6948.

⁴⁵⁸ O governador nos seus dois ofícios (18 e 21 de maio) fez uma estimativa dos lucros desta Companhia levando em conta os 12 navios que sairiam do Brasil (Baía e Pernambuco) para a Costa da Mina, sem explicar como os 3 navios, da praça de Lisboa, que fariam parte da Companhia se integrariam neste cálculo. Mas apesar de não os incluir nos cálculos não os descarta, mencionando a relevância do facto dos comerciantes de Lisboa participarem da empresa.

⁴⁵⁹ Guilherme PALACIOS, *Campesinato e escravidão...*, p 77. A lei de 1756 que tornava livre o comércio do Brasil com a Costa da Mina, com exceção do Sul do Brasil, havia retirado dos negreiros baianos uma boa parte do lucro que antes obtinham com a venda de tabaco e com o comércio de escravos. Jean B. NARDI, *o fumo brasileiro...*, pp. 256-257

⁴⁶⁰ Pediam licença para nomear juiz conservador, para enviar navios fora das frotas, para fazer uma feitoria privilegiada em Ajudá, para que o apresto das suas naus fosse igual ao das naus da Coroa, entre

principalmente aqueles ligados ao tráfico negreiro, tinham sido nomeados administradores da Companhia dos Vinhos do Alto Douro em Salvador pelo próprio secretário de Estado, Carvalho e Melo. Por este motivo, acreditavam que tinham prestígio político suficiente para solicitar uma companhia que os fizesse dominar novamente o comércio com a Costa da Mina⁴⁶¹.

A companhia de comércio foi proposta porque, um ano antes, pelo alvará de 30 de março de 1756, o rei alargara o comércio com a Costa da Mina, concedendo a todos - com exceção dos moradores das capitânicas do Sul -, a liberdade para participar no comércio de escravos. Na provisão, o rei estipulava o número de rolos de tabaco que os navios de Baía, Pernambuco e Paraíba poderiam negociar na Costa da África, diminuindo-os para 3 mil⁴⁶². O diploma régio interferia nos lucros mercantis das duas principais praças do Norte do Brasil e isso tinha implicações políticas.

João Fragoso e Fátima Gouvêa defendem que «a natureza de Antigo Regime dos circuitos económicos imperiais transformava rotas comerciais em cenários políticos»⁴⁶³. Um homem de negócio de uma das praças coloniais que se relacionasse com o comércio de «grosso trato», se quisesse ter bons resultados, precisaria necessariamente de ter acesso a recursos hierarquizados e uma aproximação ao círculo de poder, a fim de garantir privilégios mercantis que os concorrentes não teriam. No caso baiano, a aproximação

outros privilégios. 1757, maio, 3, Baía. REPRESENTAÇÃO dos comerciantes da Praça da Baía solicitando ao rei D. José aprovação para organizar a Companhia que pretendiam estabelecer para exploração do comércio da Costa da Mina. AHU, Conselho Ultramarino, Baía, Castro e Almeida. [Representação]. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 16, D. 2806-2807. A secretaria de Estado do Reino e Mercês e também a da Marinha e Ultramar nunca responderam a tais propostas. Mas como o alvará de 1756 não foi revogado, implicitamente, o pedido foi negado.

⁴⁶¹ Os estatutos da Companhia foram assinados pelos negreiros da Baía; a preferência seria dada aos moradores do Brasil, mas o artigo 23 assinala que também seria aberta aos habitantes de Portugal; o monopólio abrangeria todos os portos da Costa da Mina e também de São Tomé e Príncipe; teria o direito de estabelecer feitorias e de defendê-las. Jean B. NARDI, *o fumo brasileiro...*, p 259.

⁴⁶² Ver carta do vice-rei do Brasil, conde dos arcos, sobre os prejuízos da lei que reduzia o nº de rolos de tabaco em AHU, Conselho Ultramarino, Baía. [Carta do vice-rei]. AHU_ACL_CU_005, Cx. 129, D. 10066. A lógica da Coroa em não beneficiar as capitânicas do Sul com o alvará de liberdade de comércio, que permitia que qualquer um enviasse navios de pequeno porte com tabaco, tinha por objectivo principal reduzir a saída de ouro para o comércio de escravos, o que certamente aconteceria; também tinha o propósito de não aumentar a carestia de escravos nas zonas açucareiras. Se os comerciantes do Rio de Janeiro pudessem mandar livremente navios para a costa africana e comprar mão-de-obra escrava com ouro, seria quase impossível aos navios das capitânicas do Norte fazerem o mesmo negócio com fumo e aguardente. Um outro ponto a ter em conta seria o do preço que este escravo passaria a ter nas capitânicas do Norte: comprar-se-iam menos escravos, por haver menos acesso ao ouro das Minas, a procura continuaria grande e a oferta seria diminuta, o que inflacionaria o preço da mão-de-obra.

⁴⁶³ João FRAGOSO e Maria de Fátima Silva GOUVÊA, «Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e costa da Mina, séculos XVII e XVIII» em *Nas rotas...* p. 27

entre o representante máximo da Coroa na colónia e os homens de negócio de Salvador foi factor relevante aquando da repercussão do alvará de 1756. O próprio vice-rei do Estado do Brasil, o conde dos Arcos, saiu em defesa dos «negreiros» da Baía e, em agosto de 1756, escrevia às instituições centrais dando conta dos efeitos que o alvará exerceria sobre o comércio atlântico de escravos, quando entrasse em vigor.

Interconexão entre práticas governativas e comércio ultramarino não era algo incomum nas sociedades que formavam o império luso. Desde o século XVII os representantes da Coroa apoiavam os homens de negócio da Baía envolvidos no comércio atlântico. Luís César de Meneses, governador de Angola, de 1697 a 1701, João de Lencastre, governador-geral do Brasil, de 1694 a 1702, e Vasco Fernandes César de Meneses, vice-rei do Estado do Brasil na década de 20 de Setecentos, foram grandes defensores dos homens de negócio baianos, estando eles também envolvidos neste comércio negreiro. Comércio esse que articulava diferentes redes imperiais, abrangendo, para além da Baía, o Rio de Janeiro e Pernambuco⁴⁶⁴.

Os argumentos do vice-rei, em seu ofício de agosto de 1756, baseavam-se no prejuízo da Coroa em termos fiscais, caso ocorresse uma desestruturação das rotas comerciais atlânticas⁴⁶⁵. Primeiramente entendia o vice-rei que o grande número de navios provocaria distúrbios nos portos africanos; em segundo lugar, ocorreria uma inflação do preço de escravos pagos em fumo; seguidamente, a redução do número de rolos de tabaco autorizados levaria à perda das embarcações que tinham capacidade para 10 mil rolos e, por último, os proprietários de navios teriam de ter novas despesas com barcos menores.

Assim, e de uma forma algo inadvertida, o alvará de 1756 levou à aliança entre as duas praças, Baía e Pernambuco, o que antes não acontecia. Ambas queriam a revogação do alvará de liberdade de comércio com a Costa da Mina. Capitanias que sempre concorreram no comércio colonial devido à similaridade dos géneros que exportavam (açúcar, tabaco, madeira, couros) sugeriram à Coroa o mesmo projecto, o da criação de uma companhia de comércio para a costa da África, com o objectivo de voltarem a dominar o trato de escravos como vinham fazendo nas últimas décadas. No entanto,

⁴⁶⁴ João FRAGOSO e Maria de Fátima Silva GOUVÊA, «Nas rotas da governação...», pp. 30- 31.

⁴⁶⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Baía. [Carta do vice-rei do Estado do Brasil, conde dos Arcos, sobre os prejuízos da lei que reduzia o nº de rolos de tabaco]. AHU_ACL_CU_005, Cx. 129, D. 10066.

fizeram-no de forma separada. Embora nos projectos de companhia de uma e de outra capitania as acções estivessem destinadas tanto a comerciantes da Baía quanto de Pernambuco, o projecto não era comum e enviaram suas petições às instituições centrais através dos seus governantes. O vice-rei da Baía intermediou a dos seus homens de negócio e o governador de Pernambuco remeteu a dos homens de negócio da praça do Recife⁴⁶⁶.

Projectos de companhias comerciais para o trato negreiro entre a América portuguesa e a África sucederam-se ao longo dos séculos XVII e XVIII. As propostas acima descritas são apenas exemplos de como este negócio era atrativo, principalmente devido aos números que este comércio alcançava. Vejamos:

Estima-se que entraram 560 000 escravos no século XVII e a grande maioria vinha do porto de Luanda. Até 1680, cerca de 90% dos escravos eram originários da África central.

Na década de 90 do século XVII a supremacia angolana sofreu um impacto por conta de uma grave seca, fome e doenças, e por isso, diminuíram os escravos vindos desta parte da África para o Brasil. Os mercadores de Baía e Pernambuco resolveram a questão desviando a busca por mão-de-obra para a chamada Costa da Mina, território que hoje faz parte do Benim. Em troca de tabaco, grandes quantidades de escravos minas entraram no que atualmente denomina-se como sendo a região Nordeste, principalmente na Baía.

James H. Sweet refere que os escravos da Mina eram apreciados nas capitanias de Pernambuco e Baía e defende a ideia, de que nas primeiras décadas do século XVIII, os escravos da Mina ultrapassaram em número, aqueles oriundos da África Central. Destinavam-se especialmente a Baía, Pernambuco e Minas Gerais. Em termos de números, os centro-africanos continuaram a dominar os desembarques na costa brasileira até depois de 1770, em especial no porto do Rio de Janeiro. E mesmo nos portos das capitanias do Norte, para todo o século XVIII, mais de 25% das importações de escravos eram oriundos da África Central. Podemos concluir que, existiram duas correntes paralelas

⁴⁶⁶ Jean B. NARDI, *o fumo brasileiro...*, pp. 258-261.

de transporte de escravos para o Brasil, uma originária da África Central a outra da Costa da Mina⁴⁶⁷.

No que respeita a Pernambuco, de um modo geral, Angola foi a principal zona de fornecimento de mão-de-obra escrava. Entre 1736 e 1770, 22,5% dos navios que foram comercializar captivos em Luanda saíram de Pernambuco⁴⁶⁸.

Além da criação de companhias para o comércio de escravos, controladas pelos homens de negócio das praças do Recife e da Baía, os do Recife propuseram ao rei uma outra empresa, igualmente inovadora em tempos de declínio do comércio. Pedido que recebeu a protecção do governador, Luís Diogo Lobo da Silva, o qual o enviou junto com a sua correspondência aos secretários de Estado da Marinha e do Ultramar e ao do Reino e Mercês, no ano de 1757. Além de sugerirem a companhia para o «resgate» de escravos na Costa da Mina e Angola, com total concordância do governador, os homens de negócio, numa nova representação ao monarca, propunham o estabelecimento duma companhia para comerciar carne no sertão.

Segundo o pedido destes homens de negócio, uma actividade comercial estaria relacionada com a outra e, portanto, faria sentido terem duas companhias de comércio atuando nas capitanias «de Cima» - da Baía ao Ceará -, as quais tratariam, paralelamente, das carnes e do couro para o abastecimento local e uma outra que regularia oficialmente o comércio Atlântico de escravos⁴⁶⁹.

Assim, constatamos que o ano de 1757 foi profícuo em pedidos por parte dos vassallos portugueses em Pernambuco. Para uma capitania cujo comércio estava em declive, dois pedidos para a criação de duas companhias diferentes, ambos com a protecção do governador era no mínimo contraditório. Tudo isto indicia que a capitania de Pernambuco continuava a ser um importante centro comercial na região que actualmente é denominada como Nordeste, na qual os negociantes controlavam rotas internas de abastecimento e externas de comércio negreiro, como demonstrado pelo governador nos dois ofícios às instituições centrais, em 1757.

⁴⁶⁷ James SWEET, *Recrutar África - cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*, Lisboa, edições 70, 2007, p. 33.

⁴⁶⁸ George F. Cabral de SOUZA, *Tratos & mofatras...*, p. 136. 41% dos navios emanavam do Rio de Janeiro, de Lisboa 15% e da Baía outros 22%.

⁴⁶⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva ao [secretário de Estado do Reino e Mercês, Sebastião José de Carvalho e Melo]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965.

As representações foram mediadas e remetidas pelo governador e detalhavam os custos que tais empresas comerciais iriam acarretar, mas também os lucros e, ainda, qual a parte que caberia à Fazenda Real. O representante da Coroa chegou a mencionar que os homens de negócio, e ele próprio, levaram um ano a fazer tais cálculos. O facto de ter sido o agente régio a encaminhar mais um pedido destes homens de negócio, chegando mesmo a incluir um parecer favorável a estas companhias, é revelador das alianças que teciam os grupos locais com os agentes enviados pelo poder central, como já havia estudado Stuart B. Schwartz em *Burocracia e Sociedade*: «a sociedade colonial demonstrava uma incrível habilidade para “abrasileirar” os burocratas - ou até a burocracia - isto é, integrá-los dentro do sistema existente de poder e apadrinhamento»⁴⁷⁰.

Foi através da inserção dos representantes da Coroa na sociedade colonial da Baía que o autor explicou como a actividade administrativa dos agentes da governação se caracterizou por uma grande adaptabilidade. O eixo da análise efetuada por Stuart B. Schwartz foram os magistrados da Baía, mas suas conclusões podem ser aplicadas a outros representantes da Coroa, e casos como o de Luís Diogo Lobo da Silva exemplificam a flexibilidade e adaptabilidade da administração colonial. O governador, ao escrever às instituições centrais e ao intermediar os pedidos da elite local, aparentemente sem ganhos pessoais explícitos, defendia um projecto que beneficiaria, em primeiro lugar, e de forma maioritária, os homens de negócio da elite local, e secundariamente a própria Coroa⁴⁷¹.

Contudo, além da adaptação e da flexibilidade assinaladas por Schwartz no seu estudo sobre os magistrados da Baía, João Fragoso e Maria de Fátima Silva Gouvêa demonstraram que não era algo incomum os representantes da Coroa - caso dos governadores, vice-reis e até provedores -, nas diferentes partes do império, envolverem-se com frequência nos negócios coloniais. Luís César de Meneses, governador de Angola

⁴⁷⁰ Stuart B. SCHWARTZ, *Burocracia e Sociedade no Brasil colonial*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979, p. 252. Conforme Schwartz, a administração colonial brasileira caracterizava-se por mudanças constantes e por uma grande flexibilidade. Ao estudar a natureza da «burocracia» portuguesa e a ascensão dos magistrados através da introdução dos desembargadores da Relação da Baía na sociedade colonial, demonstrou que os proveitos particulares dos funcionários e os interesses públicos do cargo se confundiam frequentemente. No seu estudo, analisou os juizes do Tribunal Superior da Baía enquanto membros de um «império burocrático português», que estavam à procura dos benefícios disponíveis na colónia brasileira, e a ideia central da sua obra, demonstra o «abrasileiramento da burocracia» por meio dos enlances familiares entre os desembargadores e as elites baianas, comprovando a mescla entre o exercício da alta magistratura e os ganhos privados, não obstante os conflitos habituais.

⁴⁷¹ Stuart B. SCHWARTZ, *Burocracia e Sociedade...* pp. 252 e ss.

no final do século XVII, é um exemplo de como um agente da governação poderia se envolver, de forma particular, nos negócios locais, ao ponto de chegar a superintendê-lo. Roquinaldo Ferreira, em seu estudo sobre o comércio de escravos em Luanda, refere que o 1/5 do comércio de captivos daquela praça africana era efectuado por Luís César de Meneses e seus agentes⁴⁷². Não encontramos nenhuma evidência de que tal ocorreu com Luís Diogo Lobo da Silva, o que não significa que este não tenha participado das redes mercantis imperiais e que não estivesse interligado aos homens de negócio que protegia⁴⁷³.

Não é a primeira vez que, no âmbito deste capítulo, fazemos referência a este governador. Contudo, torna-se necessário referir, em poucas linhas, a sua família e o seu percurso administrativo, a fim de demonstrar os motivos que levaram Luís Diogo Lobo da Silva a demonstrar iniciativa, apoiando projectos inovadores e procurando distinguir-se como administrador colonial⁴⁷⁴.

Importa assinalar que, desde o século XVII, os Lobo da Silva foram recrutados pela Coroa para prestarem serviços no Reino e no ultramar, não se furtando a desempenhar esses cargos. O trajecto de Luís Diogo Lobo da Silva na administração portuguesa confirmou o cuidado que teve com os negócios da Fazenda Real, apoiando projectos que, a seu ver, beneficiavam a Coroa. Ao mesmo tempo, o governador procurava cumprir as ordens vindas do Centro por mais rígidas que estas fossem, como foi o caso da imposição de taxas nos principais géneros comercializados pela capitania de Pernambuco - açúcar e tabaco -, e do imposto para a reconstrução de Lisboa⁴⁷⁵.

Conforme Laura de Mello e Souza, Luís Diogo Lobo da Silva foi um hábil governador do período pombalino, revelando-se um fiel cumpridor das directrizes da Coroa nas

⁴⁷² Roquinaldo Amaral FERREIRA, «Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800» (tese de doutoramento, Los Angeles, Universidade da Califórnia, 2003), p. 46.

⁴⁷³ João FRAGOSO e Maria de Fátima Silva GOUVÊA, «Nas rotas da governação...», p. 32.

⁴⁷⁴ Foi governador de Pernambuco, a seguir foi nomeado para o governo da capitania de Minas Gerais (1763-1768); era neto de Luís Lobo da Silva, governador de Angola entre 1684 e 1688. Luís Diogo Lobo da Silva nasceu em 1717 e era natural de Montemor, possivelmente o Velho, familiar do Santo Ofício (1739), e cavaleiro da Ordem de Cristo (1742), as suas residências, do tempo em que serviu como governador, foram sempre aprovadas com distinção e 5 anos após concluir a sua governação em Minas, por ter prestado tão bons serviços à Coroa foi nomeado conselheiro do Conselho Ultramarino (1773). Nunca deixou de pedir reparação ao que ocorrera ao seu avô, pois a casa 'Lobo da Silva', todos fidalgos da Casa Real, quase caíra em desgraça com a mancha na reputação do avô. ANTT, Ministério do Reino (MR), Decretamentos de serviço, mç. 210.

⁴⁷⁵ F. A. Pereira da COSTA, «Governadores e capitães gerais de Pernambuco...», vol. X, pp. 448-449.

capitanias em que serviu como principal agente régio. Descendia de uma linhagem de servidores da Coroa, uma família não titulada, mas de «boa nobreza», que combinava, de geração em geração, «feitos de armas e actividades administrativas»⁴⁷⁶.

É possível que o empenho e o rigor que Luís Diogo Lobo da Silva procurava ter na gestão dos negócios da Coroa fosse uma forma de minimizar a desonra de sua família no serviço real, uma vez que, o seu avô, Luís Lobo, - governador de Angola no século XVII -, fora afastado do governo e tivera os bens confiscados por conta de uma acusação e sentença de culpa devido a negócios ilícitos praticados no comércio de escravos em Luanda⁴⁷⁷. O pai do governador de Pernambuco - Manuel Lobo da Silva -, servira a Coroa por quarenta anos seguidos, na carreira das armas, na Guerra de Sucessão espanhola (1700-1714) ocupando os postos de capitão de cavalos, de coronel brigadeiro, de sargento-mor de batalha, e por fim, de general de batalha⁴⁷⁸. Os antepassados do governador de Pernambuco eram todos fidalgos da Casa Real e também ele era cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício, mas em consequência da mácula nos serviços de seu avô, tanto ele quanto o pai não puderam usufruir da fortuna da família⁴⁷⁹.

Luís Diogo Lobo da Silva adquiriu experiência militar desde tenra idade, pois iniciou a sua carreira aos 14 anos. Quando foi nomeado para a capitania de Pernambuco tinha já alcançado o posto de capitão⁴⁸⁰. Aquando da sua nomeação, em 1755, os seus bens haviam sido apreendidos para pagamento de dívidas, com excepção dos bens móveis, carruagens e animais, mercê que lhe foi concedida por provisão régia de D. José I. Sem fortuna, mas com algum prestígio, portanto⁴⁸¹.

⁴⁷⁶ Laura de Mello e SOUZA, *O sol e a sombra...*, p. 336

⁴⁷⁷ Roquinaldo Ferreira refere que Luís Lobo, o avô do governador de Pernambuco, era um exemplo de agentes que usaram sua posição institucional de forma agressiva para maximizar os ganhos com o comércio de escravos entre Luanda e Brasil. Roquinaldo Amaral FERREIRA, «Transforming Atlantic Slaving...», p. 38.

⁴⁷⁸ Laura de Mello e SOUZA, *Aspectos da História de Minas no século XVIII* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999), p. 186.

⁴⁷⁹ ANTT, MR, Decretamentos de serviço, mç. 210.

⁴⁸⁰ Quando Luís Diogo Lobo da Silva foi fazer o juramento de preito e homenagem nas mãos do monarca, seus padrinhos foram alguns dos homens mais poderosos da época: o marquês de Angeja e o de Marialva. E embora tenha sido o primeiro enviado a Pernambuco após a ascensão de Carvalho e Melo à pasta do Reino e Mercês, não se pode dizer com certeza que tenha sido um governador «pombalino». A solenidade foi assistida por Diogo de Mendonça Corte Real, ministro que se opunha a Carvalho e Melo. Laura de Mello e SOUZA, *O sol e a sombra...*, p. 331.

⁴⁸¹ Laura de Mello e SOUZA, *Aspectos da História de Minas...*, p. 186.

Já em Pernambuco, o governador foi, ao que parece, um administrador notável, pois de forma pacífica conseguiu que os moradores pagassem o subsídio voluntário para a reconstrução de Lisboa; aplicou a lei do Directório dos Índios, criando 25 novas vilas; cumpriu as directrizes da Coroa e expulsou os jesuítas; vistoriou e reparou fortalezas; interferiu na arqueação de navios melhorando as condições de transporte dos captivos, entre outras iniciativas governativas⁴⁸². Após seu governo em Pernambuco, foi nomeado para o das Minas Gerais e, em remuneração dos serviços prestados à Coroa, conquistou um lugar de conselheiro do Conselho Ultramarino em 1773⁴⁸³.

O governador de Pernambuco intermediou as solicitações dos vassalos em Pernambuco ao rei D. José I. Esta representação deu entrada através da Secretaria de Estado do Reino e Mercês e não pela da Marinha e Ultramar, como seria esperado, e pedia autorização para os homens de negócio da praça do Recife criarem uma companhia para negociar escravos na Costa da Mina e Angola. No mesmo mês em que foi entregue o primeiro pedido, praticamente os mesmos homens de negócio escreveram novamente ao rei solicitando consentimento para criarem uma outra companhia para o «resgate» de carnes secas e couros do sertão⁴⁸⁴. Esta representação também foi encaminhada pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva para a Secretaria de Estado do Reino, em anexo a um ofício seu, no qual se mostrava favorável ao pedido dos vassalos.

A solicitação para criar uma companhia de comércio de carne pode parecer, à primeira vista, inusitada. No entanto, e para que possa ser melhor entendida, cumpre ter em conta a importância do gado para a economia local, a expansão da pecuária nas «capitanias de cima» do Estado do Brasil e os motivos que levaram os homens de negócio pernambucanos, num curto período, a enviar duas representações às instituições centrais.

⁴⁸² Ao deixar a capitania levou uma declaração da Direcção da Companhia que certificava o bom serviço do governador. A única menção a ganhos, além de seu ordenado, é de um empréstimo que havia feito àquela Direcção, de 6 mil cruzados, e que ainda não havia sido quitado, embora a Direcção não demonstrasse preocupação por se tratar da pessoa zelosa e honrosa como o era, na opinião daquela instituição, o governador Lobo da Silva. Laura de Mello e SOUZA, *O sol e a sombra...*, pp. 330-333.

⁴⁸³ ANTT, MR, Decretamentos de serviço, mc. 210.

⁴⁸⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva ao secretário de Estado do Reino e Mercês, Sebastião José de Carvalho e Melo, 1757, maio, 21, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965. Este ofício foi enviado apenas à secretaria do Reino e Mercês, quando habitualmente os ofícios do governador eram redigidos em 4 vias, duas para Carvalho e Melo e outras duas para Tomé Joaquim da Costa Corte Real, secretário de estado da Marinha e Ultramar. Não foi o caso deste pedido.

Representações que solicitavam a criação de companhias de comércio distintas para Pernambuco, mas que deveriam ser controladas por aqueles que já controlavam as rotas comerciais internas e externas - e já faziam o comércio com o «sertão» e com a África -, isto é, a elite mercantil da praça do Recife.

A institucionalização da companhia pombalina, em 1759, está relacionada com estes dois pedidos de criação de companhias de comércio para Pernambuco. Discordamos da tese de Ribeiro Júnior de que a criação das Companhias pombalinas ocorreu sobretudo devido a uma preocupação interna no sentido de assegurar os grandes negócios do comércio colonial para os comerciantes de «grosso trato» de Lisboa e Porto⁴⁸⁵. A preocupação interna da Coroa existia, mas foram os pedidos procedentes de Pernambuco e Baía, juntamente com a avaliação positiva do governador e do vice-rei, que inspiraram Carvalho e Melo na sua iniciativa de criar companhias para o comércio do Brasil. Tratava-se de um modelo de companhia que previa a participação dos homens de negócio das capitanias nas direcções locais. Previa, também, que os moradores, caso discordassem dos preços praticados pelas companhias de monopólio, pudessem enviar seus géneros para serem vendidos em Lisboa e Porto de forma particular e livre do monopólio. Mecanismo que, aparentemente, beneficiava os moradores, pois podiam fazer uso dos navios da Companhia sem terem que aceitar os preços praticados pela instituição no que dizia respeito aos géneros comerciados⁴⁸⁶. Neste aspeto o modelo de companhia idealizado para as chamadas «capitanias de cima» do Estado do Brasil distinguia-se daquele que tinha sido definido para a Real Companhia que foi estabelecida na Venezuela.

Devido à conexão que, na concepção deste estudo, existe entre os pedidos dos homens de negócio de Pernambuco e o estabelecimento da Companhia Geral pombalina, impõe-se uma breve análise sobre a questão do comércio de carne, centrada em três pontos: em primeiro lugar, a expansão do gado pelos sertões de Pernambuco, motivo que provocou o pedido de uma companhia para «o resgate» da carne; em segundo lugar, o

⁴⁸⁵ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p 7

⁴⁸⁶ Algo previsto nos estatutos, mas que na prática nem sempre ocorreu por conta das acções da Direcção em Pernambuco, como será analisado nos capítulos 10 e 11. Ver Os estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. [consultado em 5 de dezembro de 2011]. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/instituiadac00comp#page/4/mode/2up>. Sobre a composição da Direcção em Pernambuco ver a p. 4: «os intendentes e deputados da Direcção do Porto e de Pernambuco serão comerciantes, vassalos de Vossa Majestade, naturais ou naturalizados, moradores nas respectivas cidades...». E a p. 18, que estabelece o envio dos géneros de forma particular quando não houvesse acordo do preço dos mesmos por parte dos fabricantes e da Companhia.

próprio contrato do subsídio das carnes; por último, a relação dos homens de negócio da praça do Recife com a futura companhia, a pombalina.

Desde o início da colonização os currais espalharam-se nas áreas circundantes a Olinda e Salvador. Da Baía o gado estendeu-se pelo rio São Francisco, onde as criações se desenvolveram rapidamente; logo em seguida, a expansão pernambucana também chegou ao mesmo rio, que acabou por impulsionar a criação de povoamentos desde o século XVII. Já no século XVIII, com a descoberta das minas, os currais subiram o São Francisco e instalaram-se por toda a atual região da Baía, bem como por toda a margem esquerda que pertencia à capitania de Pernambuco, estendendo-se ao Piauí, Maranhão e Ceará. No Ceará chegaram duas correntes de povoamento, a baiana e a pernambucana. Esta última ocupou primeiramente a costa da Paraíba e do Rio Grande do Norte, depois o interior, chegando até ao Ceará. O povoamento foi potencializado pela criação de gado, actividade que no século XVIII, assumiu um relevante papel na economia das capitanias do Norte, suprimindo as necessidades de abastecimento destas capitanias e também da região das minas⁴⁸⁷.

Antes de desenvolver o significado do novo pedido dos homens de negócio para criarem uma «companhia para resgate de carne no sertão», convém referir que o contrato da carne da capitania de Pernambuco era frequentemente alvo da atenção do Conselho Ultramarino, por conta dos privilégios que os contratadores conseguiam alcançar por parte da Coroa, e por conta das queixas que tais privilégios suscitavam nos moradores. A nosso ver, o aspeto mais interessante é, no entanto, o conjunto de explicações que foram então apresentadas para a criação de uma companhia comercial para compra de gado, pois estes esclarecimentos acabam por desvendar, embora de forma concisa, o circuito do abastecimento da carne que descia do sertão da capitania até ao litoral. Trata-se de um tema ainda pouco estudado pela historiografia brasileira.

O pedido dos homens de negócio, em 1757, acabou por apontar alguns destes caminhos e a relevância do controlo deste comércio. Para que seja possível compreender os principais aspetos referidos nesta petição, torna-se necessário recuar e analisar algumas das informações sobre os valores dos contratos das carnes nas primeiras décadas do século XVIII e a forma como esta carne provia não apenas Pernambuco e as suas

⁴⁸⁷ Sérgio Buarque de HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira...*, Tomo I, pp. 247-248.

principais praças, mas também outras capitanias. Informações estas que reforçam a ideia de que Pernambuco era um polo económico relevante em meados do século XVIII, já que era um importante centro abastecedor para as capitanias vizinhas, extrapolando assim, o rótulo de capitania apenas especializada na exportação de açúcar para a Europa e tabaco para o activo comércio de escravos com a África.

5.2 O contrato da carne e os circuitos comerciais dos caminhos do gado nas capitanias do Norte

A ideia de se instituir uma companhia para comercializar o gado do «sertão» surgiu um ano antes da proposta oficial, intermediada pelo governador e remetida ao secretário de Estado do Reino, Carvalho e Melo. Corria o ano de 1756 quando os homens de negócio da praça do Recife, através de requerimento ao rei com entrada pelo Conselho Ultramarino, pediram a D. José I que anulasse uma taxa que consideravam injusta e que, desde 1728, constava no contrato da carne. Foi nesse ano que, pela última vez, o contrato havia sido posto em leilão pela Câmara de Olinda. Em 1730 o contrato passou para a superintendência da Provedoria da Fazenda Real e a arrematação passou a ser feita no Conselho Ultramarino. A passagem dos contratos para as Provedorias ocorreu também na Baía e no Rio de Janeiro, e constituiu-se num momento em que se reorganizava o fisco, e estava inserida em uma nova dinâmica político-institucional que visava renovar algumas atribuições da administração central, reduzindo os poderes locais⁴⁸⁸. Vale ressaltar que o contrato da carne era dos mais relevantes, pois uma de suas condições previa uma taxa que serviria para o pagamento da infantaria - a princípio apenas de Olinda - e, posteriormente, na década de 30 de Setecentos, para a infantaria de toda a capitania de Pernambuco⁴⁸⁹.

Em 1756 José de Abreu Cordeiro (boticário), o capitão Henrique Martins [natural de Lisboa], José Bento Leitão e Francisco Lopes Porto - todos homens de negócio,

⁴⁸⁸ Mudanças que vinham desde D. João V e segundo Clara Araújo, ainda antes, desde D. Pedro II. Clara Maria Farias de ARAÚJO, «*O trato dos homens de negócio de Pernambuco: metamorfoses nas hierarquias (1730-1808)*» (tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012), cap. 3. Agradeço à Clara a gentileza de me enviar a sua tese recentemente defendida.

⁴⁸⁹ Em 1712 este contrato foi arrematado na Câmara de Olinda pelo valor de 60 mil cruzados, 16 anos depois o valor quase duplicou. O conselho sempre desconfiou que o contrato era subvalorizado e esta foi uma das razões para o retirar da competência da câmara. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 25, D. 2273.

moradores na vila do Recife e relacionados com o negócio do sertão⁴⁹⁰ - escreveram ao rei a pedir que, no contrato da carne, fosse abolida a «condição» nº 12⁴⁹¹. Tal cláusula mandava que se pagassem 160 réis por arroba de carne seca proveniente de áreas exteriores à esfera abrangida pelo contrato. Contrato esse que tinha sido arrematado, por dois triénios, por Luís da Costa Monteiro (dono de fábricas de atados e homem de negócio), através do seu procurador na Corte, Baltazar Simões Viana, pelo valor de 137 mil cruzados e 100 mil réis cada triénio⁴⁹². O contratador exigia o pagamento de 160 réis por cada arroba de carne seca que viesse de áreas não abrangidas pelo contrato. Contestando esta cláusula, os requerentes alegavam que em tempo algum tinham pago taxas pela carne seca, apenas pela carne fresca que se cortava nos talhos da vila do Recife e nos demais das freguesias do termo de Olinda, e que isso acontecia desde o contrato arrematado por José Gomes da Silveira, em 1728. Com base neste argumento, pediam a anulação daquele pagamento⁴⁹³.

Contudo, o mais relevante na representação dos homens de negócio de 1756 não é o pedido para abolir uma cláusula do contrato da carne, nem os pareceres contrários que esta representação teve do provedor da Fazenda Real, João do Rego Barros e também da Câmara do Recife⁴⁹⁴. O mais importante foi o facto de o indeferimento do pedido ter feito

⁴⁹⁰ Henrique Martins era capitão de Granadeiros do Terço de Infantaria Auxiliar da praça do Recife, mas natural de Lisboa. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 81, D. 6772.

⁴⁹¹ Explicavam ainda que uma outra condição também havia sido abolida, a nº 14, que tratava da condução das solas pertencentes ao contratador. Tal condição instituía que as solas do contratador teriam precedência no embarque dos navios da frota em relação àquelas pertencentes aos particulares. Alegavam que o costume era que o pagamento da taxa fosse feito apenas sobre as carnes frescas e, da mesma forma que a condição que abordava a condução das solas fora extinta, pediam a exclusão da taxa de 160 réis exigida pelo contratador. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 81, D. 6772.

⁴⁹² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 82, D. 6813.

⁴⁹³ O capitão José Gomes da Silveira arrematou o contrato da carne por 106 mil cruzados livres para a Fazenda Real pelo triénio de 1728 a 1731, em dinheiro de contado (em espécie) pago de dois em dois meses ao almoxarife da Fazenda Real, com subsídio de 5 réis por cada libra de carne para o pagamento da infantaria (de Olinda). Até então o contrato era da responsabilidade da câmara e era uma das suas principais rendas. Segundo as novas condições, ficava proibida, sem licença do contratador, a morte do gado para venda pública ou particular ao povo no Recife e nas povoações sob a sua jurisdição, e mesmo com licença, os particulares não poderiam levar mais que 480 réis por arroba e tinham de pagar a taxa na forma referida, mesmo sendo pessoa eclesiástica.

⁴⁹⁴ Carta do governador informando parecer sobre o pedido dos homens de negócio da praça do Recife, anexo ao requerimento de AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 81, D. 6772. O governador estranha o facto de os homens de negócio não terem assinado a representação, e, na sua opinião não o fizeram pelas dúvidas que tinham sobre a justiça do requerimento. A carta da câmara é assinada por [Fragoso] de Albuquerque, José Xavier de Tovar e José Inácio da Cunha e também eles afirmaram que sempre fora comum os homens de negócio irem buscar carne ao sertão e se a quisessem vender na praça do Recife pagavam então o subsídio ao contratador, mas poderiam vendê-la

nascer, entre os requerentes, a ideia de abolir não apenas a condição do contrato, mas sim reformulá-lo. Se conseguissem a permissão da Coroa para levar adiante o estabelecimento de uma companhia para comprar gado no sertão e para o comercializar dentro das capitanias do Norte, no Rio de Janeiro e na região das minas, o contrato para subsistir teria de ser reformulado.

O segundo ponto relevante, que se destaca no pedido dos homens de negócio do Recife ao rei, é o facto de, nele, tais mercadores explicarem a maneira como se esquivavam do controlo do contratador. Referiam, por exemplo, que optavam por não comprar e por não abater gado nas terras abrangidas pelo contrato, indo directamente ao «sertão» comprar e transportar o gado, para, desse modo, não serem obrigados a cumprir as cláusulas do contrato do subsídio da carne.

Nesse pedido é descrito todo o circuito do resgate de gado, o modo como ele era feito e a quem se destinavam os animais:

Costumam os suplicantes comerciar em suas sumacas⁴⁹⁵ para os portos dos sertões com várias mercadorias e computo de dinheiro e (...) dos efeitos e géneros que levam fazem negócio com aqueles moradores e recebem deles os bois em que se ajustam e os mandam matar e beneficiar, secando as carnes, as embarcam e mandam embarcar nas ditas sumacas, no que fazem grandes despesas e além destas expõem suas vidas e o risco de suas fazendas mandando conduzir por mar as ditas carnes secas para o bem comum daquele país [praça do Recife], dos da Baía e Rio de Janeiro, com a distância de 300, 400, 500 e mais léguas fora do distrito e jurisdição do dito contrato⁴⁹⁶.

Mas que «sertão» é este a que se referem os homens de negócio? Cabe aqui uma explicação acerca desta região que abrangia tantos territórios do interior do Brasil. Os «sertões» tantas vezes referidos pelos requerentes seriam possivelmente vilas ou lugarejos que iam da região do Agreste, da capitania de Pernambuco, chegando até ao Ceará, passando pela Paraíba. Utilizavam, para seus deslocamentos, um conjunto de rios navegáveis, como o Capibaribe, o Paraíba, o Acaraú, o Una e o Jaguaribe⁴⁹⁷. Também

em outras praças sem pagar nada ao contratador, o contrato não obrigava que toda a carne que fosse comprada na capitania de Pernambuco fosse vendida na praça do Recife, apenas aquela que fosse abatida em Recife e termo de Olinda.

⁴⁹⁵ Barcos pequenos. Embarcação rasa e costeira, de pescar, de dois mastros.

⁴⁹⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Representação dos homens de negócio]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 81, D. 6772

⁴⁹⁷ Dois deles nascem na região Agreste de Pernambuco (região de pecuária) caso do Una e do Capibaribe e confluem para o Atlântico; o Rio Acaraú nasce no Ceará e o rio Paraíba nasce na Paraíba, na

existia um vantajoso comércio feito através do rio São Francisco, pelo porto de Piranhas, em Alagoas, comarca ao sul da capitania de Pernambuco, onde se embarcavam mercadorias para o sertão de Pernambuco.⁴⁹⁸ Esta área de pecuária era, por conseguinte, bastante extensa, pois ia do norte da Baía até ao Ceará, na linha do que defendeu Sérgio Buarque de Holanda⁴⁹⁹.

O interesse pela pecuária explica-se porque, contrariamente à agricultura de exportação, esta actividade se subordinava bem menos ao mercado externo [europeu], embora as exportações de couro dependessem da demanda europeia e o consumo de reses na região açucareira variasse em épocas críticas. Contudo, as pequenas despesas com o investimento e a manutenção das fazendas de gado permitiam um lucro estável, embora menor, se comparado com o período do apogeu do açúcar⁵⁰⁰. Bem como, demonstra que a economia colonial era mais do que a chamada agricultura de exportação, existia um circuito de mercados internos espalhados pela América portuguesa. E o pedido acima relata que, o gado que os homens de negócio da praça do Recife iam buscar nos «sertões» - chegando ao litoral do Ceará - destinava-se ao consumo de carnes e couros pelos moradores das capitanias de «Cima», do centro (região das Minas) e do Sul (Rio de Janeiro).

No século XVII a pecuária expandiu-se e concentrou-se no que atualmente se configura como sendo a região Nordeste (da Baía ao Maranhão). Os estudos de história territorial demonstram que esta ocupação do sertão, com fazendas de gado, apenas viria a ocorrer, de forma sistemática, por volta de meados do século XVII. Até então os sertões surgem na documentação colonial - tanto na oficial quanto nas crónicas de viajantes e exploradores - como grandes áreas desconhecidas. No século XVII sabe-se que as fazendas ocuparam rapidamente o interior, contrastando com a ocupação da agricultura no litoral. O principal

fronteira com Pernambuco e desaguam também no Atlântico. O rio Jaguaribe nasce no Ceará, passa próximo a Aracati, e é o único que desagua em Pernambuco e não no oceano.

⁴⁹⁸ O São Francisco atravessa a capitania da Baía, fazendo a sua divisa a norte com Pernambuco, bem como constituindo a fronteira natural entre a capitania de Sergipe e a comarca de Alagoas, na parte sul de Pernambuco. O porto de Piranhas fica localizado num ponto estratégico do *Canyon* do Rio São Francisco, sempre serviu de ponto de passagem das primeiras boiadas que, provenientes da Itabaiana e dos campos do Rio Real de Cima, atravessaram o rio para ocuparem os sertões do Piancó e dos Cariris.

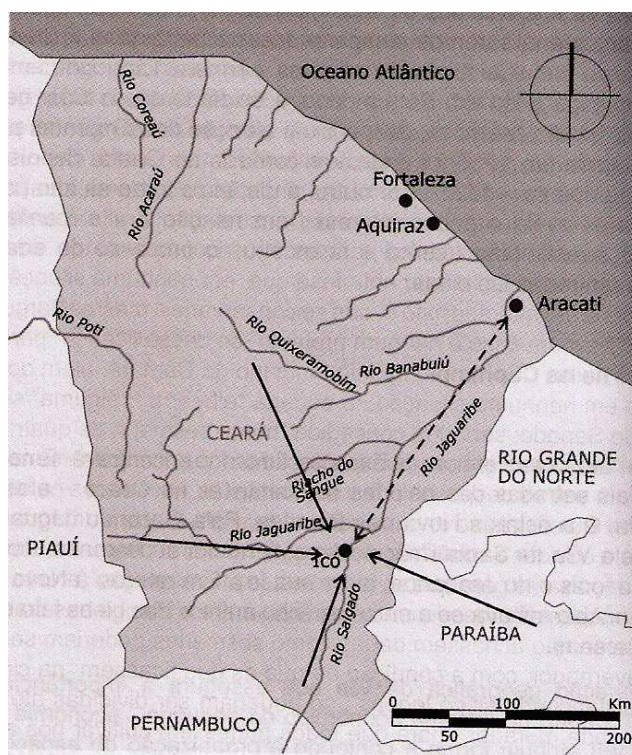
⁴⁹⁹ Sérgio Buarque de HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira...*, pp. 247-248

⁵⁰⁰ No século XVIII couro e atados foram itens comuns nos navios de Pernambuco e Paraíba que faziam comércio com Lisboa. Maria Berthilde MOURA FILHA, *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil: séculos XVI-XVIII*, João Pessoa: IPHAN/Superintendência da Paraíba, 2010, p. 254.

eixo desta actividade era o rio São Francisco, conhecido como «rio dos currais» e os seus afluentes, a partir dos quais as frentes de penetração da pecuária mais comum foram os sertões de dentro: fazendas próximas ao São Francisco e aos afluentes do rio Parnaíba - que banha as capitanias do Piauí e Maranhão - e os sertões de fora: fazendas próximas ao litoral nordestino que convergiam no Ceará⁵⁰¹.

Pode-se constatar que o «caminho das boiadas» e o comércio das carnes interligava Pernambuco e Ceará, em virtude da criação das vilas de Icó e de Aracati. Conforme os estudos de Clóvis Jucá Neto, a vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó, criada em 1736, foi a terceira a ser estabelecida no Ceará e encontrava-se no cruzamento das principais estradas das boiadas setecentistas do Ceará, a estrada geral do Jaguaribe - que ligava Icó ao Aracati -, e a estrada nova. A estrada nova das boiadas, por sua vez, achava-se a meio caminho do Piauí e das feiras pernambucas⁵⁰².

Figura 3 - Localização do Aracati e do Icó no vale do rio Jaguaribe



Fonte: Clóvis NETO, «O traçado da vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó na capitania do Ceará»⁵⁰³.

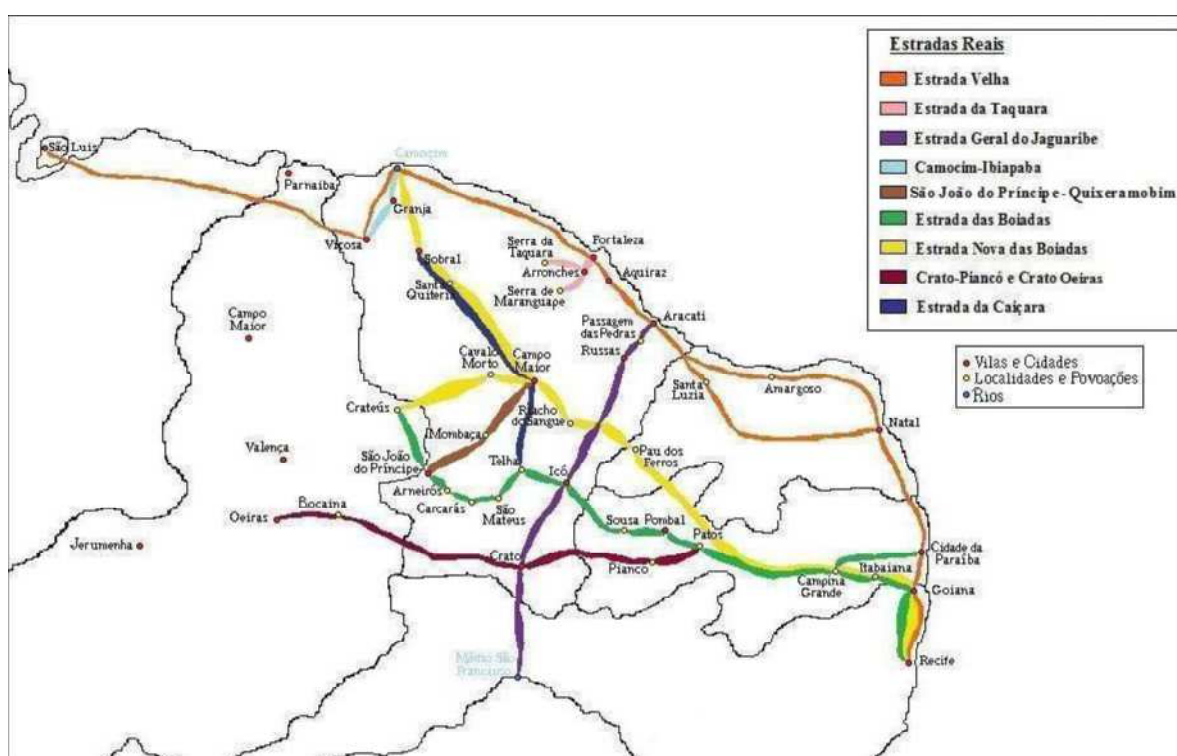
⁵⁰¹ Capistrano de ABREU, *Capítulos de História colonial...*, pp. 167-177.

⁵⁰² Clóvis Ramiro JUCÁ NETO, «O traçado da vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó na capitania do Ceará», em *Vilas, Cidades e Territórios - O Brasil do século XVIII*, orgs. Clóvis NETO e Maria Berthilde Mora FILHA (João Pessoa: UFBA/PPGAU, 2012), p. 45.

⁵⁰³ Clóvis Ramiro Jucá NETO, «O traçado da vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó...», p. 46.

Segundo o estudo efectuado por Gabriel Parente, a vila de Aracati foi criada em 1748 a pedido do capitão-mor do Ceará, D. Francisco Ximenes de Aragão, e com parecer favorável do governador de Pernambuco, o conde dos Arcos, D. Marcos José de Noronha e Brito. Gabriel Parente declara que a criação da vila teve por base a procura do comando das actividades económicas desenvolvidas na localidade: a produção e comercialização de carnes secas e couro que se fazia no local do porto dos barcos, próximo a foz do rio Jaguaribe⁵⁰⁴. O mapa abaixo exemplifica o caminho dos pequenos barcos dos homens de negócio que saíam de Pernambuco:

Figura 4 - Caminhos dos pequenos barcos dos homens de negócio que saíam de Pernambuco



Fonte: Gabriel Parente NOGUEIRA «Fazer-se Nobre nas Fímbrias do Império...», P. 71⁵⁰⁵.

Além do rio Jaguaribe, outro rio em parte navegável e que fazia parte do caminho do gado era o rio Ipojuca, que liga a atual região agreste de Pernambuco ao litoral⁵⁰⁶. O gado

⁵⁰⁴ Gabriel Parente NOGUEIRA «Fazer-Se Nobre nas Fímbrias do Império: práticas de Nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)» (dissertação de mestrado, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2010), p. 55. Segundo Rocha Pita: «Vinte léguas para o Rio Grande, tem pelo sertão uma formosa povoação com o nome do Rio Jaguaribe, que por ela passa, o qual, seis léguas até o mar faz uma barra suficiente para embarcações pequenas, que vão a carregar carnes de que abunda com excesso aquele país». Rocha PITA, *História da América Portuguesa* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1976), pp. 55-56.

⁵⁰⁵ Gabriel Parente NOGUEIRA «Fazer-se Nobre nas Fímbrias do Império...», p. 71. A estrada geral do Jaguaribe é também “caminho” do rio Jaguaribe, que vai de Pernambuco ao Ceará (Aracati).

descia do sertão para o Recife e litoral de Pernambuco, por terra em caminhos próximos ao leito do rio. Os caminhos, abertos no século XVIII, acompanhavam os rios Capibaribe e Ipojuca em direcção ao litoral. Com o estabelecimento das sesmarias e das fazendas de gado que deveriam abastecer de carne, couro e animais de carga toda a zona canavieira das «capitanias de cima» - desde o Rio Grande do Norte ao Recôncavo Baiano -, começou a surgir uma série de vias para a distribuição da produção, que passaram a ser chamadas de «caminhos das boiadas», ligando os «sertões» até Recife, Olinda e Salvador⁵⁰⁷.

As rotas de comércio de gado do Ceará iam findar em Pernambuco, mais precisamente em Cabrobó, e os mapas que José António Gonsalves de Mello utilizou na sua obra *Três roteiros de penetração do território pernambucano* demonstram como estes caminhos, usados com frequência na primeira metade do século XVIII, ligavam os chamados sertões de Pernambuco e Baía: o caminho do Capibaribe prolongava-se até às nascentes, cortava o território da capitania da Paraíba, atingia a Ribeira do Pajeú, em Direcção a Cabrobó, situada à margem do São Francisco⁵⁰⁸.

O caminho do Ipojuca acompanhava o vale do mesmo rio, atingindo também o rio São Francisco, mas na Boa Vista, na comarca do São Francisco. Existia ainda a rota entre a praça de Olinda e os sertões do São Francisco, que segundo Azeredo Coutinho foi estabelecido pela Junta governativa - da qual fazia parte, em 1802-, mas que repete o traçado do caminho do Ipojuca, já usado desde 1738⁵⁰⁹.

⁵⁰⁶ É de se observar que esta divisão em litoral, agreste, sertão, é uma definição dos estudos geográficos recentes, e no século XVIII só existia o litoral (tudo que estava próximo ao mar) e o sertão.

⁵⁰⁷ Sérgio Buarque de HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira...*, p. 248.

⁵⁰⁸ José António Gonsalves de MELLO, *Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738-1802)* (monografia nº 3, Recife: Instituto de Ciências do Homem - imprensa universitária), 1966, p. 13.

⁵⁰⁹ José António Gonsalves de MELLO, *Três roteiros de penetração do território pernambucano...*, p. 21. Capistrano de ABREU, *Capítulos de História colonial...*, p. 173.

5.3 Nova proposta de companhia comercial: os homens de negócio da praça do Recife e o comércio da carne do «sertão»

O comércio do gado do sertão era, portanto, aliciente para os homens de negócio da praça do Recife e as explicações para tal foram mencionadas quando solicitaram permissão para criarem uma companhia de comércio. Para os homens de negócio da praça do Recife a pecuária era um negócio de pequeno investimento e com um lucro estável, era possível controlar todas as etapas do negócio, da criação do gado até a venda do couro curtido em Lisboa. Porque controlavam os caminhos que os mapas acima demonstravam, os homens de negócio próximos do governador resolveram pleitear junto ao monarca a criação de mais uma empresa com o apoio do agente da governação: uma companhia para comprar gado no sertão. Justificavam a ideia de uma companhia por acharem necessário regular o negócio e animar os produtores de gado a aumentarem as suas criações. A proposta dos negociantes era que cada cabeça de gado com cerca de 30 arrobas fosse comprada a dois mil e quinhentos réis, sendo vendida na praça do Recife por setecentos e vinte réis a arroba⁵¹⁰, na praça da Baía por oitocentos e oitenta réis, e, ainda, por 10 tostões no Rio de Janeiro.

Os homens de negócio alegavam, em primeiro lugar, a necessidade de carne seca nas praças do Recife, Baía, Rio de Janeiro e seus arredores, em consequência da dificuldade de fazer chegar nestas praças este tipo de carne, principalmente por causa da estiagem prolongada das regiões de onde vinha o gado. Em segundo lugar, defendiam estes comerciantes que seria difícil fazer chegar carne fresca aos engenhos que estavam dispersos pelo território. Os homens de negócio argumentavam que as carnes frescas se estragavam rapidamente e a difícil condução do gado pelo sertão até às principais praças poderia demorar até um ano, e nesta travessia as secas atrapalhavam, e no caminho o gado perecia. Os comerciantes de «grosso trato» mencionavam a conveniência de se continuar a fazer a navegação em pequenas embarcações para os portos do «sertão», e que todos os anos seria possível fazer o transporte de 25 a 30 mil cabeças de gado, em barcas próprias.

⁵¹⁰ Um boi de 450 kg tem cerca de 30 arrobas, a Companhia propunha comprar a cabeça por 2500 réis, pagaria assim por arroba pouco mais de 83 réis, mas venderia cada arroba na praça do Recife por 720 réis, um lucro de 865%.

Por último, solicitavam permissão para comercializar carnes secas na Baía, Rio de Janeiro e suas periferias, como já faziam, ficando no Recife apenas a carne que seria prontamente consumida. Os homens de negócio, em sua proposta, também não esqueceram o destino a dar aos couros em cabelo: «uns se mandam curtir para a sola e outros se transportariam nas frotas»⁵¹¹.

A proposta era aberta aos comerciantes do Recife, Baía, Rio de Janeiro e Lisboa. O capital com que tal companhia se formaria seria de 450 mil cruzados que «parecem ser os necessários para a compra e custeamento de sumacas e gado no sertão». Todos os proprietários de embarcações, que já faziam este comércio, estavam interessados em entrar para a companhia, e a proposta dos homens de negócio era que todos os interessados que quisessem entrar na nova companhia comercial o fizessem com acções até 10 mil cruzados⁵¹².

Com a finalidade de relacionar a companhia de «resgate» de gado com a de «resgate» de escravos, a proposta alegava que o comércio da praça do Recife com a Costa da Mina se achava em declínio e que uma das razões para esse declínio residia no facto de o tabaco de terceira qualidade, principal género de troca, ter perdido valor na costa africana devido ao tabaco de primeira qualidade, vendido, sem permissão régia, pelos comerciantes baianos. Esta explicação final foi dada porque os homens de negócio da praça do Recife achavam necessário que aqueles que possuísem acções na sociedade comercial para a compra de gado do «sertão» pudessem ter também acções na companhia da Costa da Mina e Angola. A proposta da companhia para o negócio do gado justificava que o comércio com a Costa da Mina era mais do interesse da Fazenda Real que dos particulares, não devendo por isso ser encerrado.

Comparando os autógrafos de uma e de outra representação, todos os nomes que constam numa estão na outra, a excepção é António Gomes Ramos que assinou apenas o pedido para a companhia de comércio de resgate de escravos e António Elias da Fonseca que assinou apenas o pedido para a companhia de resgate de gados do sertão.

⁵¹¹ Representação dos homens de negócio em anexo ao ofício do governador. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_015, Cx.84, D. 6965.

⁵¹² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_015, Cx.84, D. 6965.

Indicamos no quadro abaixo os homens de negócio que assinaram a proposta para criação da companhia para o «resgate» do gado do sertão⁵¹³.

Tabela 1 - Homens de negócio relacionados com a companhia do gado do sertão

Nome	Cargo
António José Brandão	Comerciante de escravos. Homem de negócio e capitão-mor da capitania de Pernambuco. Foi vereador da Câmara do Recife por quatro vezes e participava do trato negreiro.
Henrique Martins	Proprietário de navio juntamente com o seu irmão João Henrique Martins, homem de negócio natural de Lisboa.
José Vaz Salgado	Mestre-de-campo de um dos Terços Auxiliares da capitania de Pernambuco, proprietário do ofício de selador e feitor da Alfândega do Recife, homem de negócio
Manuel Gomes dos Santos	Proprietário do ofício de Escrivão da Balança da Alfândega da capitania de Pernambuco, e um dos directores da companhia pombalina na década de 1770, natural de Lisboa.
António Pinheiro Salgado	Contratador dos navios soltos que entram nos portos de Pernambuco e Paraíba
António Elias da Fonseca Galvão. Este é o único que não assina a representação para o estabelecimento da companhia de comércio para a Costa da Mina.	Capitão-mor das Entradas do Recife
José de Abreu Cordeiro	Natural da vila de Abrantes, actividade principal boticário, porém envolvido no negócio das embarcações para o sertão ⁵¹⁴ .
Manuel Correia de Araújo	Almoxarife da Fazenda Real da capitania de Pernambuco e sargento-mor, e um dos directores

⁵¹³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_015, Cx. 90, D. 7214.

⁵¹⁴ George F. Cabral de SOUZA, *Tratos & mofatras...* p. 342.

	da companhia pombalina na década de 1770.
António da Silva Loureiro	Homem de negócio, natural de São Miguel.
José Bento Leitão	Sargento-mor de Infantaria da Ordenança do Recife e um dos directores da companhia pombalina na década de 1770
Domingos Pires Ferreira	Homem de negócio da praça do Recife e accionista da companhia pombalina
José Silvestre da Silva	Capitão de uma das Companhias do Terço Auxiliar de Muribeca, Cabo e Ipojuca
Manuel de Almeida Ferreira	Contratador das dízimas da Alfândega da capitania de Pernambuco

Fonte: AHU_CU_015, Cx.84, D. 6965

Todos estes eram homens de negócio, activos na gerência do comércio da capitania de Pernambuco, eram contratadores, militares, proprietários de ofícios e foram os autores da proposta das duas companhias comerciais que aqui analisámos.

Esta solicitação à Coroa é extremamente relevante, uma vez que muitos destes homens de negócio fizeram fortuna com o comércio do sertão. Exemplo disso é José Vaz Salgado. Vaz Salgado era comerciante de escravos, dono de fábricas de atanados, proprietário de engenhos, de várias fazendas com milhares de cabeças de gados, investia na criação e na manufactura de couro e carnes, era dono de diversas embarcações que utilizava no comércio de cabotagem e no comércio atlântico. Boa parte da sua fortuna foi feita no comércio com os sertões. Este homem de negócio possuía fazendas no Ceará, onde criava e abatia o gado, produzia carnes secas, que eram vendidas nas capitanias do Norte, no Rio de Janeiro e usadas para abastecer as embarcações que iam às praças africanas. Os couros eram manufacturados ou transformados em solas nas suas fábricas para serem exportados. Comerciantes de «grosso trato» como Vaz Salgado controlavam todos os aspetos do negócio das carnes que era um dos principais ramos dos negócios do sertão⁵¹⁵.

Ao fazermos o cruzamento de dados entre estas propostas de companhias e aquela que de facto seria instituída em 1759, a pombalina, constatamos que quase todos

⁵¹⁵ IAHGP. *Inventários do século XVIII*. 1759 - José Vaz Salgado. George F. C. de SOUZA, *Tratos &...*, p. 128.

foram accionistas originários da companhia pombalina. As exceções foram José de Abreu Cordeiro e António Elias da Fonseca; ao longo dos vinte anos de monopólio a maioria dos indivíduos acima listados acabou por fazer parte da Direcção, com excepção dos dois acima citados e de José Silvestre da Silva.

Também é de ressaltar que dos nomes que constam na tabela acima, quatro destes homens de negócio fizeram parte da primeira Direcção da companhia pombalina, caso de José Bento Leitão, António Pinheiro Salgado, Manuel Gomes dos Santos e Manuel Correia de Araújo.

Dos nomes que constam no quadro acima, seis entraram com capital suficiente no ano de 1759, quando foi instituída a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, para serem accionistas originários e usufruírem os privilégios que tal estatuto lhes concedia, como foi o caso dos seguintes comerciantes de «grosso trato» do Recife:

- Manuel Correia de Araújo
- Domingos Pires Ferreira
- José Vaz Salgado
- António Pinheiro Salgado.
- Manuel Gomes dos Santos
- Henrique Martins

Analisando os nomes acima torna-se possível afirmar que as relações familiares reforçavam as redes mercantis. Os quatro primeiros homens de negócios que assinalámos acima faziam parte da mesma rede mercantil pois tinham sociedade nalguns negócios ou possuíam ligações de parentesco. José Vaz Salgado era sogro de António Pinheiro Salgado, sócio de Domingos Pires Ferreira e o seu filho e homónimo era genro de Manuel Correia de Araújo⁵¹⁶. Pinheiro Salgado foi procurador do sogro, José Vaz Salgado, no ano de 1746 no contrato dos dízimos reais⁵¹⁷, informações que evidenciam que faziam parte de uma mesma rede mercantil.

Sobre Manuel Gomes dos Santos, sabemos que ao chegar no Recife ainda moço trabalhou para Vaz Salgado e para Henrique Martins, mas em meados do século XVIII não encontrámos sociedade entre os Salgado e Manuel Gomes dos Santos, pelo contrário, em

⁵¹⁶ IAHP. *Inventários do século XVIII*. 1759 - José Vaz Salgado.

⁵¹⁷ IAHP. *Inventários do século XVIII*. 1759 - José Vaz Salgado.

1765 um incidente entre as duas famílias pode ter afastado qualquer possibilidade de sociedade⁵¹⁸.

É de ressaltar que nas duas representações solicitando companhias de comércio não constam nenhum dos Monteiro, nem Luís da Costa Monteiro, nem João da Costa Monteiro. Os dois irmãos perderam a precedência no contrato do subsídio das carnes para Manuel Gomes dos Santos, que no período da Companhia venceu sempre as licitações para este contrato. Factor indicativo de uma disputa entre grupos mercantis que operavam na rede comercial da praça do Recife⁵¹⁹.

Apenas um familiar dos Monteiro assinou uma das representações. António Gomes Ramos que era genro de Luís da Costa Monteiro, contudo, ressaltámos que assinou a petição para o «trato negreiro» e não para o comércio de gado, possivelmente por este já ser um negócio de família.

Mas nem todos aqueles que assinaram o pedido para formar as companhias de gado e de «resgate» de escravos compuseram a primeira Direcção da nova instituição pombalina. A primeira composição da Direcção da Companhia foi:

- João de Oliveira Gouvim (intendente)

Deputados:

- António José Souto
- António Francisco Monteiro
- António Pinheiro Salgado
- Francisco Xavier Fetal
- José Bento Leitão
- Luís da Costa Monteiro
- Manuel Gomes dos Santos
- Manuel Correia de Araújo

⁵¹⁸ Sobre o Vaz Salgado filho pendia uma acusação de rapto. Em 1765 este Salgado foi preso e acusado do rapto da filha de Manuel Gomes dos Santos. Portanto é de se concluir que as relações entre as famílias a partir de então não devam ter sido as melhores. 1765, maio, 6. Processo em AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 102, D. 7945.

⁵¹⁹ No que respeita às associações mercantis e familiares referimos que Domingos da Costa Monteiro, que será deputado da Companhia pombalina, casou com uma filha de José Vaz Salgado, o que interligou as famílias. George F. C. SOUZA, «Elite y ejercicio...», p. 359.

Dentre estes, o intendente João de Oliveira Gouvim e Manuel Correia de Araújo eram conhecidos comerciantes de escravos e haviam passado pela Câmara do Recife. Também passaram pela Câmara do Recife os irmãos Monteiro. Luís da Costa Monteiro foi vereador da Câmara em 1732 e João da Costa Monteiro em 1728.

Também importa aqui referir como algumas famílias utilizaram a nova empresa comercial para fortalecer as redes mercantis nas quais já estavam inseridas. Indivíduos pertencentes às casas dos «Monteiro» e «Santos», que já eram comerciantes de «grosso trato», e que estavam ligados ao comércio da carne e do couro do sertão reafirmaram suas posições com a companhia pombalina⁵²⁰. De forma evidente as duas famílias fizeram parte das redes que, ao apoiarem a criação da companhia pombalina, comprarem acções e entrarem na Direcção da instituição passaram a auferir grandes benefícios económicos por serem oficialmente os novos gestores do comércio colonial⁵²¹.

Contudo, é de realçar a importância que o factor família teve na constituição de redes sociais, políticas ou mercantis, como foi o caso das famílias Monteiro e Santos. Os vínculos familiares poderiam se constituir como alianças que alargavam o poder dos actores sociais e abriam possibilidades de acumulação material para aqueles que integravam uma rede, que não deixa de ter suas singularidades. Uma delas fundamenta-se no facto de serem relações baseadas em consanguinidade, compromisso e reciprocidade. A família não deixa de ser uma rede de interação (social ou económica), no qual, dependendo do vínculo entre os indivíduos, podem suceder trocas simbólicas, «de apoio, afeição, compromisso, respeito, gratidão, que podem reforçar laços de confiança mútua»⁵²².

Para descrevermos parte da trajectória económica destas famílias e a formação do património torna-se imprescindível referir a arrematação do contrato do subsídio das

⁵²⁰ E que faziam parte de redes que concorriam no mesmo ramo mercantil. Quando nos referimos a família Santos estamos a apontar o patriarca Manuel Gomes dos Santos e o seu genro, um importante homem de negócio chamado José Timóteo Pereira de Bastos, também ele contratador do subsídio das carnes após 1764 e deputado da companhia pombalina. Manuel Gomes dos Santos só teve uma filha Ana Joaquina Honorata dos Santos.

⁵²¹ No caso dos Monteiro evidenciamos que Luís da Costa Monteiro e seu filho Domingos da Costa Monteiro foram os que mais benefícios obtiveram, não ocorreu de igual forma com o seu irmão João da Costa Monteiro.

⁵²² Teresa C. de Novaes MARQUES, «Famílias e conspiradores em Pernambuco, 1817» em *Revista do IHGB* a. 170, nº 443, Rio de Janeiro: IHGB, (2009), pp. 268-269.

carnes. Retornemos ao caso da família Monteiro e parte da sua trajectória na capitania de Pernambuco.

Os irmãos Monteiro eram naturais de Santarém, Luís da Costa foi capitão de uma das companhias de Infantaria de Ordenanças, vereador da Câmara do Recife (1732) e familiar do Santo Ofício. Já o seu irmão João da Costa também foi vereador da Câmara do Recife (1728), era proprietário de fazendas de gado no sertão e junto com Luís da Costa obteve da Coroa o privilégio exclusivo de produzir solas em Pernambuco e capitanias vizinhas. A família Monteiro possuía embarcações para o transporte de açúcar, fábricas de couro e sesmarias no Ceará. Algo que não é de admirar visto o circuito das carnes que ligava o litoral do Ceará até a vila do Recife⁵²³. Desde cedo os irmãos Monteiro investiram na pecuária e na manufactura de derivados, para a família Monteiro uma companhia para o sertão prejudicaria os seus negócios.

João da Costa Monteiro chegou a financiar a construção de um caminho que encurtava a distância entre Aracati no Ceará e a vila do Recife, com o objectivo de facilitar o domínio do negócio em todos os seus aspectos. Os Monteiro possuíam fazendas onde criavam seus gados, animais que eram cuidados e abatidos por seus escravos, captivos que foram comprados na costa africana nos seus próprios barcos, embarcações estas que transportavam para o Recife as carnes salgadas e os couros em cabelo para serem curtidos nas suas fábricas. Isto é, para além de ampliarem as actividades mercantis no negócio do gado, verticalizaram-na, do produto inicial ao final que seria vendido internamente, às capitanias próximas, e para o Reino⁵²⁴. Tinham ligações comerciais privilegiadas em Lisboa, o correspondente dos Monteiro, o negociante da praça de Lisboa Baltazar Simões Viana, facilitava a venda de atados na Corte e o envio de manufacturas para os irmãos Monteiro em Pernambuco⁵²⁵.

Da década de 1730 até aproximadamente 1764 este contrato foi controlado por membros da casa dos Monteiro. Os irmãos Luís e João da Costa Monteiro revezavam-se na

⁵²³ George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...* p. 326.

⁵²⁴ George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...*, p. 134. Privilégio para estabelecer fábricas de atados em: AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 59, D. 5060. Contratadores da carne: AHU_ACL_CU_015, Cx. 78, D. 6519. Donos de fábricas: AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6674. Os couros eram manufacturados nos curtumes dos Monteiro transformados em sola que voltavam a ser embarcados em navios próprios enviados para as Ilhas e o Reino. Era assim que conseguiam as fazendas da Índia para comprar escravos na costa africana e manufacturas portuguesas para serem consumidas em Pernambuco.

⁵²⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6683.

arrematação deste contrato, já em 1760, Luís da Costa Monteiro comprou acções suficientes para entrar na Companhia como accionista originário e ser deputado naquela instituição⁵²⁶. Luís da Costa Monteiro, que não assinou a representação para a criação de uma companhia para o gado do sertão, cedo percebeu que ser accionista da nova companhia pombalina poderia vir a ser uma estratégia mercantil acertada, afinal a nova empresa comercial tinha o aval da Coroa e concedia privilégios económicos, de ascensão social e de influência política almejados por qualquer grande comerciante da praça do Recife.

A partir de 1764, Manuel Gomes dos Santos, natural de Lisboa, homem de negócio que passou a arrematar, de forma frequente, o contrato das carnes⁵²⁷. Para além disso, Gomes dos Santos foi sargento-mor, escrivão da Câmara e Órfãos de Igaraçu, inquiridor, distribuidor, meirinho geral e guarda-mor e na década de 1770, juiz da Alfândega e tesoureiro do Real Erário⁵²⁸. Tanto a família Monteiro quanto a Gomes dos Santos passaram a ter presença frequente na Direcção da Companhia em Pernambuco. O contrato das carnes é um exemplo de como ser deputado da Companhia geral de Pernambuco e Paraíba poderia facilitar a continuidade na gerência do contrato⁵²⁹.

Importa também ter em conta o facto de Manuel Gomes dos Santos se ter tornado accionista da Companhia, com a compra, em 1760, de mais de 20 acções. Ora dez acções era o mínimo para entrar na companhia pombalina, e esse conjunto custava 4 contos de réis. Gomes dos Santos gastou 8 contos de réis na compra de acções da Companhia. Segunda Fernanda Olival, 4 contos de réis equivalia a três anos de ordenado de um

⁵²⁶ Na primeira composição da Direcção estava Luís da Costa Monteiro. O seu nome também se repete na década de 1770, na última Direcção consta o nome de Domingos Costa Monteiro, filho de Luís da C. Monteiro e também ele homem de negócio. Os Monteiro, ligados ao contrato da carne, como não poderia deixar de ser, eram fabricantes de sola e atanados, e eram dos maiores devedores da Companhia, conforme a lista de 1780, julho, 27. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206

⁵²⁷ De 1764 a 1778 o contrato foi arrematado pela família Santos, ora o próprio Manuel Gomes dos Santos o arrematava, ora o seu genro, José Timóteo Pereira de Bastos, ou seus sócios, a saber: José de Sousa Rangel e Paulo Pereira Guimarães. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8179 e Cx. 110, D. 8499.

⁵²⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 86, D. 7072; AHU_ACL_CU_015, Cx. 102, D. 7945. AHU_ACL_CU_015, Cx. 106, D. 8216. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9718.

⁵²⁹ Mais adiante analisaremos outros contratos que entre 1760 e 1780 foram arrematados exclusivamente por deputados da Companhia. Clara F. ARAÚJO, «O trato dos homens de negócio de Pernambuco...» cap. 2, p. 93.

deputado da Mesa da Consciência e Ordens, em 1757, o que significa que 8 contos não era uma quantia insignificante, mesmo para um mercador de grosso trato⁵³⁰.

Como as Companhias pleiteadas e aqui analisadas - a do comércio de escravos e do comércio do gado do sertão - foram propostas por estes homens de negócio acabaram por não ser constituídas, a participação destes homens de negócio na companhia pombalina representa, em nosso entender, a sua tentativa de continuar a ter um papel preponderante no domínio do comércio e na arrematação dos contratos. Acreditamos que foi a partir destes dois pedidos que a Coroa compreendeu que fundar uma Companhia comercial em Pernambuco seria do interesse da Coroa e de uma parte das elites mercantis.

A institucionalização propriamente dita da companhia pombalina em Pernambuco será alvo de análise do capítulo que se vai seguir. Nele estabeleceremos as relações entre as elites mercantis - sobretudo este grupo de homens de negócio que solicitaram o aval da Coroa para criarem empresas comerciais -, e a companhia pombalina, demonstrando os motivos pelos quais fazer parte do primeiro grupo de accionistas era tão importante para este grupo. Afinal estratégias mercantis andaram lado a lado com estratégias de poder e de afirmação social⁵³¹.

⁵³⁰ Fernanda OLIVAL, «O Brasil, as companhias pombalinas...», p 77.

⁵³¹ George F. C. de SOUZA, *Tratos & Mofatras...*, p. 158.

Capítulo 6 -A instalação da companhia pombalina em Pernambuco

*[...] O certo é que todos receberam com desgosto a ereção da Companhia por os separar dos antigos interesses, que estavam habituados a fazer na forma e regularidade que lhes parecia [...] porém o tempo os irá reduzindo ao justo acerto*⁵³².

A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba foi proposta formalmente em 30 de julho de 1759 - pelos homens de negócio da praça de Lisboa e pelo conde de Oeiras⁵³³ -, e o alvará de confirmação foi passado a 13 de agosto do mesmo ano⁵³⁴. O diploma régio aprovou e confirmou os estatutos da Companhia. Assim, de acordo com o alvará, a sua sede foi estabelecida em Lisboa e tinha como órgãos de decisão uma Junta, na Capital, composta por um provedor, dez deputados, três conselheiros. Tinha também duas direcções - uma na cidade do Porto e outra em Pernambuco -, compostas por um intendente e seis deputados, a primeira; e um intendente e oito deputados, a segunda. Haveria dois administradores da Companhia na Paraíba, outros dois em Angola, e representantes na Baía, Rio de Janeiro, Faial, São Miguel, Ilha Terceira, Londres, S. Sebastian da Biscaia, Hamburgo, Amesterdão e Marselha.

Os componentes da Junta em Lisboa - que foram nomeados pelo rei para os três primeiros anos de funcionamento da Companhia -, foram os mesmos homens de negócio lisboetas que elaboraram os estatutos a solicitar a criação de uma companhia mercantil para Pernambuco. Companhia essa que era em tudo semelhante à do Grão-Pará e Maranhão.

⁵³² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador de 1761, fevereiro, 4, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 94, D. 7481.

⁵³³ Comerciantes de grosso trato ligados aos contratos do tabaco, dos diamantes e ao negócio do açúcar em Pernambuco. Embora os estatutos propostos ao rei indiquem que foram os homens de negócio das praças de Lisboa, Porto e Pernambuco. Ver *Estatutos e alvará de instituição da Companhia pombalina para Pernambuco*, p. 3. [Consultado em 11 de novembro de 2011]. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/instituiadac00comp#page/n3/mode/2up>.

⁵³⁴ *Estatutos e alvará de instituição da Companhia pombalina para Pernambuco*, p. 31. [Consultado em 11 de novembro de 2011]. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/instituiadac00comp#page/30/mode/2up>.

Os estatutos da nova companhia de comércio foram confirmados com a assinatura do conde de Oeiras, seguida das assinaturas de:

José Rodrigues Bandeira - provedor da Junta do Comércio e dono de uma das maiores casas de exportação de tabaco; José Rodrigues Esteves; Policarpo José Machado; Manuel Dantas Amorim; Manuel António Pereira; Inácio Pedro Quintela - contratador do Tabaco, sócio do contrato do sal do Brasil, caixa e administrador da Companhia de Pesca da Baleia do Brasil; Anselmo José da Cruz - administrador da Junta do Tabaco e membro da Companhia do Grão-Pará e Maranhão; João Xavier Teles; José da Silva Leque; João Henriques Martins - com ligações ao negócio do açúcar de Pernambuco; Manuel Pereira de Faria - com ligações ao negócio do açúcar de Pernambuco⁵³⁵.

Em 1762, por falecimento de dois componentes desta junta, foram nomeados para os lugares vagos José Francisco da Cruz - homem de negócio, sócio no contrato do Tabaco e um dos autores dos Estatutos da Junta do Comércio-, com o cargo de vice-provedor, e João Félix Teixeira de Matos⁵³⁶.

A empresa comercial gozaria de foro próprio com tribunais privativos, presididos por juizes conservadores, estando um primeiro tribunal estabelecido em Lisboa, outro no Porto e um terceiro em Pernambuco. A Companhia teria o privilégio da exclusividade da navegação, do comércio por grosso - excepto de vinhos -, e do trato negreiro com as capitânias de Pernambuco e Paraíba, com exclusão dos distritos do sertão, Alagoas e rio de São Francisco, que permaneceriam livres do monopólio comercial. O monopólio seria de vinte anos, contados a partir da expedição da primeira frota. Frota que partiu do porto do Recife em 8 de agosto de 1760.

As frotas transportavam para o Brasil produtos manufacturados, ferramentas, utensílios, alguns géneros alimentícios, medicamentos e escravos. Para o Reino, os navios levavam açúcar, cacau, especiarias, madeiras, algodão, matérias corantes, tabaco, couro e

⁵³⁵ Com exceção do conde de Oeiras que não fez parte da Junta em Lisboa. Na primeira composição da Junta, o provedor nomeado foi José Rodrigues Bandeira e o secretário Teotónio Gomes de Carvalho. As nomeações de indivíduos destinados à Junta da Companhia em Lisboa encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (AHMF). ANTT/AHMF/Livros 403 e 404 (termos de posse e livro de patentes). ANTT/AHMF/Livro dos termos de posse, nº 403. [Consultado em 2 de junho de 2012]. Disponível em: <http://digitarq.dgarg.gov.pt/viewer?id=4618145>.

⁵³⁶ Jorge Borges de MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal...*, pp. 108-109.

atanados. Os postos mais importantes de estabelecimento e trocas eram Bissau, Cacheu, Cabo Verde, Costa da Mina, Angola, Madeira, Açores e alguns portos da Índia e da Ásia⁵³⁷.

É de destacar que a área de actuação da Companhia Geral abrangia não apenas o território actual do Estado de Pernambuco, mas também o de Alagoas, comarca de Pernambuco até 1817, e o das capitanias que possuíam um governo subordinado ao de Pernambuco, como era o caso da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Figura 5: A área de influência da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba



Fonte: José Ribeiro Júnior⁵³⁸.

No momento da instauração da companhia pombalina houve poucas reacções por parte dos moradores. O ouvidor de Pernambuco, Bernardo Coelho da Gama Casco, em ofício enviado a Carvalho e Melo, no ano de 1759, atestou a recepção de uma publicação

⁵³⁷ António CARREIRA, *As Companhias pombalinas...*, pp. 282-302.

⁵³⁸ Mapa retirado de José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p. 66.

da Junta do Comércio da Corte e cidade de Lisboa, onde são de realçar informações que auxiliam na compreensão do processo de instalação da Companhia na capitania.

Em Pernambuco, os moradores tomaram conhecimento do projecto da companhia de comércio por meio da correspondência que o ouvidor recebera do Secretário de Estado do Reino e Mercês. No ofício o secretário expunha a disposição régia de criar uma nova empresa mercantil na América portuguesa, convidando a todos os homens de negócio e moradores para serem accionistas da nova instituição, podendo a compra das acções da Companhia efectivar-se com dinheiro em moeda corrente, com o valor correspondente em géneros ou com navios⁵³⁹.

Aos primeiros accionistas, também chamados de «accionistas originários», foram concedidos graças e privilégios⁵⁴⁰. Citamos aqui os mais relevantes: o de habilitarem-se sem dispensa para receberem os hábitos das ordens militares⁵⁴¹, beneficiarem de aposentadoria activa⁵⁴².

Fernanda Olival, em artigo conhecido, afirma que na segunda metade de Setecentos diversos factores interligados possibilitaram «nobilitar a riqueza», entre eles, o desenvolvimento de um mercado de hábitos em Lisboa; a progressiva valorização do comércio de «grosso trato» e as vantagens oferecidas aos accionistas das companhias de monopólio. Abaixo assinalaremos aqueles que sendo homens de «grosso trato» beneficiaram da dispensa prevista no estatuto da Companhia para adquirirem hábitos das ordens militares, distinguiremos quem era accionista e quem era deputado, pois os

⁵³⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1759, março, 15, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7230. Sobre a publicação do edital da criação de uma Companhia de Comércio na capitania de Pernambuco.

⁵⁴⁰ Fernanda OLIVAL, «O Brasil, as companhias pombalinas e a nobilitação...», p. 97.

⁵⁴¹ A entrada na Ordem de Cristo era um adorno social bastante procurado pelas elites e garantia foros privilegiados em questões jurídicas. Os pré-requisitos de pureza de sangue, ausência de defeitos mecânicos eram primordiais, mas na América portuguesa, a prestação de serviços podia auxiliar a apagar uma mancha no currículo do candidato ou de seus antepassados. Com as reformas pombalinas as exigências foram mitigadas. George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofratas...*, p. 184. Manuel Gomes dos Santos, por exemplo, apesar do defeito mecânico, foi cavaleiro da Ordem de Cristo após ser deputado da Companhia Geral.

⁵⁴² *Estatutos e Alvará da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*. [Consultado em 5 de dezembro de 2011]. Disponível em: <http://archive.org/stream/instituiadac00comp#page/22/mode/2up> - Artigo 43: «todas as pessoas que fizerem parte desta Companhia...» designando-os como accionistas originários; e artigo 44: ao provedor, secretário, intendente, directores, vossa Majestade concede... em qualquer parte destes Reinos, e seus domínios...» Os artigos não fazem distinção entre os accionistas originais, sejam eles moradores em Portugal ou no Brasil.

últimos eram os verdadeiros administradores do comércio colonial e integravam a Direcção da Companhia ⁵⁴³:

- António da Silva Pereira (10 acções), natural de Barcelos, morador em Igaraçu (e lá capitão-mor). Hábito em 1770. accionista, mas nunca deputado.
- António Francisco Monteiro (10 acções), natural de Barcelos, morador no Recife. Hábito em 1768. **Deputado** da 1ª Direcção.
- António José Souto (10 acções), natural de Lisboa, morador no Recife. Hábito em 1768. **Deputado** da 1ª Direcção.
- Francisco Carneiro de Sampaio (10 acções), natural do Porto, morador no Recife. Hábito em 1768. **Deputado** na década de 1770.
- Henrique Martins (10 acções), natural de Oeiras, morador no Recife. Hábito em 1762. **Deputado** da 1ª Direcção.
- João da Cunha Neves (10 acções), natural de Guimarães. Hábito em 1764.
- Luís Pereira Viana (10 acções), natural de Barcelos, morador no Recife. Hábito em 1764. **Deputado** na década de 1770.
- Manuel Gomes dos Santos (20 acções), natural de Lisboa, morador no Recife. Hábito em 1761. **Deputado** da 1ª Direcção.
- Tomé Correia de Araújo (10 acções), natural do Recife, morador no Recife. Hábito em 1772. **Filho do deputado** da 1ª Direcção e accionista originário Manuel Correia de Araújo.

A Direcção da Companhia, o braço local da instituição pombalina e que geria de forma efectiva o comércio colonial da capitania com o Reino, com o atlântico e com outras capitanias, era formada por um intendente e seis deputados. A primeira Direcção foi escolhida pelo governador dentre os accionistas originários, os que primeiro compraram acções da instituição de comércio. Cada Direcção deveria ter a duração de três anos. As composições seguintes seriam eleitas por votos dos accionistas. Na prática toda a gerência do comércio de Pernambuco ficaria entregue ao «braço local» da Companhia, isto é, o

⁵⁴³ Grifo nosso. Fernanda OLIVAL, «O Brasil, as companhias pombalinas...», pp. 96-97. Ver também Ana Isabel LÓPEZ-SALAZAR, Fernanda OLIVAL, João FIGUEIROA-REGO, orgs. *Honra e sociedade no mundo ibérico ultramarino, inquisição e ordens militares, séculos XVI-XIX*. Lisboa, Évora: CHAM/CIDEHUS, 2013, pp. 9-13.

intendente e os deputados seriam os únicos administradores, com o apoio da Coroa, de todas os negócios feitos a partir de Pernambuco.

Todos os que assinalámos atrás estavam radicados no Recife havia décadas, eram homens de «grosso trato», todos envolvidos no trato negreiro e no comércio com o sertão, e com interesses estabelecidos na praça do Recife. As únicas excepções entre os nomes que assinalámos foram António da Silva Pereira - que deve ter chegado ainda no século XVII -, pois era capitão-mor na década de 1720 e João da Cunha Neves, que aparentemente não morava na praça do Recife e sim na Colónia do Sacramento⁵⁴⁴.

Assinalámos ainda que Domingos da Costa Monteiro, filho de Luís da Costa Monteiro - deputado da primeira Direcção - beneficiou das acções compradas por seu pai e se habilitou em 1763, em virtude das dispensas permitidas aos accionistas. No mesmo ano que foi admitido na Ordem de Cristo tornou-se também familiar do Santo Ofício⁵⁴⁵.

As vantagens previstas no estatuto não discriminavam os «metropolitanos» dos «coloniais»⁵⁴⁶. Além destas primazias, concedidas aos primeiros accionistas, os que tivessem entrado na recente companhia de comércio com acções superiores a dez mil cruzados, os homens de negócio da praça do Recife solicitaram ao rei outros privilégios relacionados com o facto de fazerem parte da primeira composição da Direcção da companhia pombalina⁵⁴⁷.

Primeiramente estes homens de negócio - na qualidade de accionistas originários ou primeiros accionistas -, queriam ser nomeados pelo governador como administradores da Companhia, a começar pelos mais «antigos e inteligentes» para regularem as primeiras três frotas⁵⁴⁸. Assim, restringiriam o acesso à gerência dos capitais da Companhia de outros homens de negócio que posteriormente entrassem na empresa comercial.

⁵⁴⁴ António José Souto chegou ao Recife em 1726, por exemplo. Veio trabalhar com o tio, que já morava no Recife na virada do século. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 39, D. 3529. Cunha Neves em 1758 recebeu a confirmação da patente de capitão da Ilha de Sola, distrito da Nova Colónia do Sacramento. ANTT, Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 13, f. 75. Mas como existia uma relação comercial entre homens de negócio da praça do Recife com Sacramento não é de estranhar que este indivíduo tenha comprado acções da Companhia instalada em Pernambuco.

⁵⁴⁵ George F. C. de SOUZA, «Elite y ejercicio...», p. 359.

⁵⁴⁶ Realçamos este ponto porque a Real Companhia da Venezuela, criada no âmbito das reformas bourbónicas, fazia distinção entre os nascidos na América e os peninsulares.

⁵⁴⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. 1759, março, 12]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7214.

⁵⁴⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7214.

Sugeriam ainda que a primeira Direcção fosse composta por treze indivíduos - seis a mais que o estabelecido nos estatutos -, caso compreendesse também os negócios da Costa da Mina, Angola e «sertão», para além dos de Lisboa. E, por último, solicitavam para os que tivessem entrado na Companhia com acções no valor de 10 mil cruzados ou com um montante maior, que fosse permitido mandar vir todo o necessário para suas casas, livre de impostos (mobília, fazendas, tecidos), como era feito com os religiosos, com o Bispo, o governador e com outros ministros⁵⁴⁹.

Aqueles que compraram acções da Companhia em 1759 - os mesmos homens de negócio da praça do Recife que haviam proposto duas companhias de comércio no ano de 1757 -, compreenderam a relevância de entrarem na instituição pombalina naquele ano, pois assim poderiam pleitear junto ao monarca o acesso directo à Direcção e mais privilégios. Só assim se explica a representação que enviaram ao Conselho Ultramarino, pedindo mais mercês do que aquelas configuradas no estatuto. Embora restringidos pelos capítulos do estatuto que instituíam os limites dos ganhos dos accionistas, os que fizeram parte da primeira Direcção cedo criaram estratégias, nem sempre legais, para fazer crescer os seus lucros, como será analisado ainda neste capítulo.

Ressaltamos que somente uma parte das elites mercantis da capitania comprou acções e fez parte da primeira Direcção da Companhia. O governador Luís Diogo Lobo da Silva nas suas missivas às instituições centrais informou ter encontrado dificuldades em convencer a outra parte das elites - formada por comerciantes, funcionários da Coroa e senhores de engenho -, a quem classificou de os «mais ricos de Pernambuco», a comprar acções da instituição criada pelo secretário de Estado do Reino⁵⁵⁰.

Embora o argumento do governador tenha-se pautado principalmente pela resistência dos homens de negócio da praça de Pernambuco, também informava a entrada voluntária do ex-ouvidor da capitania, João Bernardo Gonzaga, do juiz de Fora João Rodrigues Colaço, e de alguns dos principais homens de negócio da capitania, João de Oliveira Gouvim, Manuel Correia de Araújo, Luís Pereira Viana, Henrique Martins, Luís da

⁵⁴⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7214.

⁵⁵⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7214.

Costa Monteiro, Manuel Gomes dos Santos, José Vaz Salgado, Luís Ferreira Moura e António Álvares⁵⁵¹.

Todos estes faziam partes das elites mercantis da capitania, um exemplo disso é o homem de negócio José Vaz Salgado - um dos mais «multifacetados empreendedores do Recife no século XVIII» -, que pouco antes de falecer comprou dez acções da Companhia. acções que foram herdadas por José Vaz Salgado, o filho, que era natural do Recife. Este Vaz Salgado foi militar, homem de negócio, senhor de engenho, familiar do Santo Ofício, cavaleiro da Ordem de Cristo, e no final da década de 1770, oficial da Câmara do Recife. E mesmo tendo um genitor tão respeitável e uma carreira tão multifacetada como a do seu pai, nunca fez parte do braço local da companhia pombalina⁵⁵².

O grande número de privilégios que os accionistas passariam a ter foram, no início, suficientes para convencer uma parte da elite da capitania a comprar acções - principalmente os homens de «grosso trato» - mas não num número tão expressivo que justificasse o sucesso da fundação da Companhia na perspectiva do governador⁵⁵³. Era importante para a Companhia recém-criada que todos os segmentos das elites (agrárias, mercantis, militares, servidores da Coroa), bem como “sectores intermédios da sociedade” (boticários, cirurgiões, escrivães, serventuários de ofícios) participassem dela e abonassem a medida pombalina, aliando-se à Coroa na concretização desta medida⁵⁵⁴.

Assim, em 1759, o governador escreveu ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar informando sobre «as pessoas de mais distinta qualidade e negócio» que

⁵⁵¹ Cf. Clara F. de ARAÚJO, «A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e o monopólio do comércio» em *História...*, v. VI, 2010, p. 28.

⁵⁵² A fortuna deixada por seu pai passava de 316 contos de réis, coube ao Vaz Salgado uma herança de vinte contos de réis, mais um engenho e escravos. Bem como, era o administrador dos bens de sua mãe, cujo valor rondava os 150 contos de réis. Teresa MARQUES, «José Vaz Salgado: a herança de um militar-mercador no Recife...» pp. 250-253.

⁵⁵³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_015, Cx. 90, D. 7214. Elite composta na sua maioria por homens de negócio da praça do Recife, militares de alta patente, proprietários de ofícios, e senhores de engenho.

⁵⁵⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva afirma que entre os mecânicos e os nobres havia uma «classe» de pessoas que não pode chamar-se de nobre, pois não havia nesta classe intermédia nobreza civil, política ou hereditária. Caso dos boticários, pintores, cirurgiões, etc... andam a cavalo, possuem criados e escravos mas não são considerados «nobreza da terra». Antes fazem parte de um sector intermédio da sociedade. Cf. Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Ser nobre na colónia*, (São Paulo: UNESP, 2005), pp. 21-22

efectivamente entraram na companhia pombalina e aquelas que sendo ricas e abonadas não quiseram entrar⁵⁵⁵.

Dois factores sobressaem na comunicação política do governador com a Secretaria de Estado, o primeiro tem a ver com a compra de acções pelos homens de «grosso trato» da praça do Recife; o segundo liga-se com a ausência do grupo social formado pelos senhores de engenho e lavradores de açúcar. As elites açucareiras não compareceram ao chamamento do governador para comprar acções da nova empresa.

Assinala-se no quadro abaixo aqueles que compraram acções e que fizeram parte da primeira Direcção da instituição pombalina. Todos eram reconhecidos como homens de negócio mas tinham outras actividades: dois eram contratadores, três eram militares com alta patente, um era familiar do Santo Ofício e outros três possuíam a propriedade de ofícios na Justiça e na Alfândega. Todos os que fizeram parte da primeira Direcção eram comerciantes de «grosso trato», isto é, possuíam um grande património e estavam envolvidos no comércio negreiro e no comércio com o sertão⁵⁵⁶.

Tabela 2: «As pessoas de mais distinta em qualidade e negócio» e os montantes com os quais entraram na Companhia de Comércio⁵⁵⁷.

MONTANTE COM QUE «OS HOMENS MAIS DISTINTOS DA PRAÇA DO RECIFE ENTRARAM NA COMPANHIA GERAL DE PERNAMBUCO E PARAÍBA»	
ACCIONISTAS	MONTANTE
Desembargador João Bernardo Gonzaga. Não fez parte da Direcção da Companhia. Ouvidor da capitania de Pernambuco desde 1752 e presidente da Mesa da Inspecção (1752-1755) ⁵⁵⁸ .	10 Mil cruzados (4 contos de réis). Funcionário régio.

⁵⁵⁵ O governador informou ao secretário que todos os que entraram eram homens de negócio da praça do Recife, compraram 33 acções no valor de 120 contos e 400 mil réis. Apenas 3 dos que assinaram a representação a pedir uma companhia para ir buscar gado no sertão não compraram acções da companhia neste primeiro momento. E todos aqueles que pagaram acima de 10 mil cruzados fizeram parte da 1ª Direcção da Companhia. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7214.

⁵⁵⁶ Na tabela apontamos também breves informações biográficas e sobre as trajectórias de cada um.

⁵⁵⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7214.

⁵⁵⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 72, D. 6085.

Tenente-coronel João de Oliveira Gouvim . Natural de Vila Nova de Gaia era funcionário régio quando chegou em Pernambuco ⁵⁵⁹ .	30 Mil cruzados. Primeiro intendente da Direcção da Companhia. Comerciante de escravos.
Brás Ferreira Maciel. Natural do termo de Barcelos. Foi vereador da Câmara do Recife (1741) e procurador da Câmara (1754). Genro de João de Oliveira Gouvim. Ambos comerciantes de escravos ⁵⁶⁰ .	6 contos de réis.
Capitão-mor Manuel Correia de Araújo - assinou a representação para a companhia de resgate de carne no sertão. Foi almoxarife da Fazenda Real, capitão-mor da vila do Recife e comerciante de escravos ⁵⁶¹ .	8 Contos de réis. Deputado da primeira Direcção.
Capitão Henrique Martins - assinou a representação para a companhia de resgate de carne no sertão. Era natural de Oeiras, militar, professo na Ordem de Cristo, familiar do Santo ofício e comerciante de escravos. Foi administrador do contrato dos vinhos em nome de João Henrique Martins, seu irmão e negociante em Lisboa com assento na Junta da companhia pombalina para Pernambuco ⁵⁶² .	4 Contos de réis. Fazia parte da Direcção em junho de 1770.
Sargento-mor António da Cunha Ferreira ⁵⁶³	4 Contos de réis
Capitão Luís da Costa Monteiro . Era contratador do subsídio da carne em 1757 e familiar do Santo	4 Contos de réis. Deputado da primeira Direcção.

⁵⁵⁹ George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...*, p. 63.

⁵⁶⁰ Casado com Catarina Bernarda de Oliveira Gouvim, homem de negócio com ligações comerciais às Minas, também foi militar. Sua fortuna estava avaliada entre 30 e 50 mil cruzados. AHU_ACL_CU_015, Cx. 154, D. 11095. ANTT, HSO, Brás Ferreira Maciel, mço. 4, doc. 51.

⁵⁶¹ Natural de Viana. Capitão-mor da vila do Recife, comerciante de escravos e um dos homens mais ricos da praça do Recife. Chegou a emprestar dinheiro a Fazenda Real para pagamento da tropa paga. Suas filhas casaram com outros dois grandes comerciantes, Luís Pereira Viana e José Vaz Salgado Júnior. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6969. Cx. 91, D. 7134 e Cx. 232, D. 15671. George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...*, p. 371.

⁵⁶² Capitão de Granadeiros, posteriormente fez parte da Direcção da Companhia. ANTT, Habilitações do Santo Ofício (HSO), Henrique Martins, mço. 2, doc. 36. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8120. AHU_ACL_CU_CONTRATOS DE PERNAMBUCO, Cod. 1278.

⁵⁶³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 41, D. 3691. Sargento-mor e escrivão da Alfândega e Almoxarifado da capitania de Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 66, D. 5632.

Ofício. Possuía um património estimado em 50 mil cruzados. Dono de fábricas de atanados e homem de negócio. Também era o contratador do contrato da carne em 1760 ⁵⁶⁴ .	
Capitão Luís Pereira Viana. Casado com a filha do capitão-mor e homem de grosso trato Manuel Correia de Araújo ⁵⁶⁵ .	6 Contos de réis Fazia parte da Direcção em junho de 1770
Capitão António Alves de Sousa ⁵⁶⁶	4 Contos de réis
Sargento-mor Manuel de Almeida Ferreira ⁵⁶⁷	4 Contos de réis. Fazia parte da Direcção em junho de 1770
José Bento Leitão - homem de negócio. Comerciante de escravos, sargento-mor, cavaleiro da Ordem de Cristo (pelas acções da Companhia), genro de outro homem de negócio Brás Ferreira Maciel ⁵⁶⁸ . Assinou a representação para a companhia de resgate de carne no sertão. Foi director da companhia pombalina na década de 1770.	4 Contos de réis. Deputado da primeira Direcção.
Manuel Gomes dos Santos. Sargento-mor. Proprietário do ofício de Escrivão da Balança da Alfândega da capitania de Pernambuco, tesoureiro do Erário Régio, juiz da Alfândega,	4 Contos de réis. Deputado da primeira Direcção.

⁵⁶⁴ Oficial da Câmara em 1732. AHU_ACL_CU_015, Cx. 44, D. 4002.AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 72, D. 6047. Natural de Santarém. George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...*, p. 360.

⁵⁶⁵ Natural de Ponte de Lima chegou ao Recife com 14 anos na década de 1720 para ser moço de loja. Conseguiu o hábito de Cristo em virtude da dispensa por ser accionista originário da Companhia. Neto de lavradores pobres e filho de alfaiate. Casou com a filha de um dos homens de negócio mais ricos da praça do Recife, Ana Correia de Araújo, natural do Recife e filha de Manuel Correia de Araújo. Chegou a mestre-de-campo em Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 183, D. 12739. AHU_ACL_CU_015, Cx. 123, D. 9367.George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...*, p. 362.

⁵⁶⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7191. Homem de negócio, natural do Recife. Também foi escrivão do Crime, Cível e tabelião do Público Judicial e Notas do Recife. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8481.

⁵⁶⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 79, D. 6544. Contratador da Dízima da Alfândega em 1755. Natural do Bispado de Viseu, casado com a filha do comerciante José de Freitas Sacoto. Foi vereador da Câmara do Recife em 1754.

⁵⁶⁸ Natural de Vila do Conde, de origem modesta, filho de um sapateiro e neto de um lavrador e um pedreiro. Chegou ao Recife em meados do século XVIII para ser caixeiro-viajante de Francisco Rodrigues da Silva de quem se tornou sócio. George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...*, p. 341.

contratador da carne (1764) e um dos directores da Companhia pombalina na década de 1770. Assinou a representação para a companhia de resgate de carne no sertão. Foi também Sargento-mor, escrivão da Câmara e Órfãos de Igarau, inquiridor, distribuidor, meirinho geral e guarda-mor e na década de 1770, juiz da Alfândega de Pernambuco ⁵⁶⁹ .	
Manuel Afonso Rigueira ⁵⁷⁰ . Foi contratador dos Dízimos na década de 1740. Homem de negócio. Familiar do Santo Ofício e tio de António José Souto .	4 Contos de réis
António Francisco Monteiro . Capitão da Companhia dos familiares do Santo Ofício ⁵⁷¹ .	4 Contos de réis. Deputado da primeira Direcção .
Félix Garcia Vieira ⁵⁷²	2 Contos e oitocentos mil réis. Entrou na Companhia com seu navio «Nossa Senhora dos Remédios».
Agostinho da Silva Guimarães. Administrador no Recife dos interesses da Companhia das vinhas do Alto Douro ⁵⁷³ .	800 Mil réis
Francisco Lopes Porto. Homem de negócio ligado ao comércio do sertão. Faz requerimento	400 Mil réis

⁵⁶⁹ Natural de Lisboa chegou ao Recife na década de 1730. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 86, D. 7072; AHU_ACL_CU_015, Cx. 102, D. 7945. AHU_ACL_CU_015, Cx. 106, D. 8216. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9718.

⁵⁷⁰ Foi contratador dos Dízimos da Capitania na década de 1740, era natural de Braga. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 62, D. 5319. Tio de António José Souto. Foi familiar do Santo Ofício. TSO, Conselho Geral, Habilitações, Manuel A. Rigueira, mç. 132, doc. 2304.

⁵⁷¹ Natural de Santo Tirso. Foi caixeiro-viajante de Francisco Rodrigues da Silva e sócio de Francisco Carneiro de Sampaio. E por casamento fez parte das redes de parentesco de Brás Ferreira Maciel, seu sogro, e de João de Oliveira Gouvim, avô materno de sua esposa. George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...*, p. 262.

⁵⁷² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 55, D. 4765. Natural de Lisboa. Comerciante de escravos, proprietário de embarcações, associado a Francisco Lopes Porto, vereador da Câmara do Recife em 1741. George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...*, p. 302.

⁵⁷³ Natural do termo de Guimarães. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 106, D. 8225.

solicitando a isenção da cláusula nº12 do contrato da carne ⁵⁷⁴ .	
Francisco Ribeiro Ribas	400 Mil réis
Luís Ferreira de Moura. Comerciante de escravos ⁵⁷⁵ .	4 Contos de réis. Entrou na Companhia com sua sumaca Nossa Senhora dos Prazeres.
Manuel Alves Ferreira. Entrou na Companhia com suas sumacas «Senhor Bom Jesus e Nossa Senhora dos Prazeres»; e «Nossa Senhora da Graça Santo António e Almas».	4 Contos de réis.
Ouvidor da Paraíba João Rodrigues Colaço	4 Contos de réis
Capitão - mor Manuel Correia de Araújo. Almoxarife da Fazenda Real. Comerciante de escravos, um dos mais ricos homens de negócio da praça do Recife ⁵⁷⁶ .	Além do capital para dez acções, entrou ainda com um quarto e meio do navio do qual é senhorio Nossa Senhora da Boa Viagem e Corpo Santo.
Domingos Pires Ferreira. Homem de negócio. Assinou a representação para a companhia de resgate de carne no sertão ⁵⁷⁷ .	Comprou acções no valor de 800 mil réis. Valor que correspondia a terça parte da sumaca «Senhor Bom Jesus das Portas».
António da Silva Gama. Homem de negócio ⁵⁷⁸ .	3 mil cruzados
António Pinheiro Salgado. Contratador dos navios soltos que entram nos portos de Pernambuco e Paraíba. Assinou a representação	4 Contos de réis. Divididos em partes de embarcações: corveta Senhor da Boa Fortuna, galera Aleluia, corveta

⁵⁷⁴ Em 1780 tinha quase o mesmo valor em dívidas à Companhia (324 mil réis) . AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137. 10206.

⁵⁷⁵ Procurador da Câmara do Recife em 1761, natural de Lisboa e tinha sociedade com António José Brandão. Comerciante de escravos e proprietário de duas galeras. AHU_ACL_CU_015, Cx. 74, D. 6195.

⁵⁷⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6669

⁵⁷⁷ Homem de negócio, natural de Vila da Ponte, arcebispado de Braga, familiar do Santo Ofício (1745). George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...*, p. 296.

⁵⁷⁸ Também era militar. Natural de Aveiro, antes de chegar no Recife tinha negócios nas Minas, casado com a filha de um sargento-mor da praça do Recife, José da Silva Gorjão. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

para a companhia de resgate de carne no sertão ⁵⁷⁹ .	Santíssimo Sacramento. Deputado da primeira Direcção.
<p>José Vaz Salgado.</p> <p>Mestre-de-campo de um dos Terços Auxiliares da capitania de Pernambuco, proprietário do ofício de selador e feitor da Alfândega do Recife.</p> <p>Assinou a representação para a companhia de resgate de carne no sertão⁵⁸⁰.</p>	4 Contos de réis. Divididos em partes de embarcações: corveta Senhor da Boa Fortuna, galera Nossa Senhora do Rosário, galera Nossa Senhora da Conceição
Francisco Rodrigues da Silva ⁵⁸¹ . Associado a José Bento Leitão e António Francisco Monteiro.	800 mil réis em acções.
António Gomes Ramos. Genro de Luís da Costa Monteiro ⁵⁸² .	4 Contos de réis
António José Brandão. Homem de negócio e capitão-mor da capitania de Pernambuco. Natural de Ponte de Lima. Assinou a representação para a companhia de resgate de carne no sertão ⁵⁸³ .	4 Contos de réis. Entrou na Companhia com sua galera «Senhor Bom Jesus dos Navegantes e São João Nepomuceno».
Joaquim Ricardo Silva	4 Contos de réis. Entrou na Companhia com sua corveta «Nossa Senhora do Monte do Carmo e Senhor Bom Jesus das Portas».
António José Souto. Homem de negócio da praça do Recife, capitão-mor das Ordenanças do Recife,	4 Contos de réis. Deputado da primeira Direcção.

⁵⁷⁹ Cavaleiro da Ordem de Cristo em 1753, natural do arcebispado de Braga. ANTT, HSO, António Pinheiro Salgado, mço 146, doc. 2367. Era sobrinho de José Vaz Salgado e casou com a filha deste, Ana Maria Salgado. Desde 1745 fazia viagens comerciais entre Recife, Porto e Lisboa. F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...*, p. 272.

⁵⁸⁰ Este era possivelmente o pai, falecido em 1759. Era minhoto, natural de Fafe, Braga, comerciante de escravos, principalmente da Costa da Mina, e com negócios no comércio de cabotagem. Foi vereador da Câmara do Recife (1733), irmão da santa Casa de Misericórdia e do Santíssimo Sacramento, familiar do Santo Ofício (1739) e contratador do subsídio do açúcar em 1746. IAHGP, Inventário de José Vaz Salgado, arquivo judiciário, cx. 1.

⁵⁸¹ Natural do Bispado do Porto, homem de negócio, teve como caixeiros António Francisco Monteiro e José Bento Leitão. George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...* p. 314.

⁵⁸² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 88, D. 7159. Natural do Porto. Homem de negócio relacionado com o trato negreiro. Proprietário de uma fábrica de couros.

⁵⁸³ Natural de Ponte de Lima, envolvido no trato negreiro com Benguela, foi vereador da Câmara do Recife por três vezes e procurador por uma. George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...* p. 268.

Cabo e Ipojuca e segundo tabelião do Público Judicial e Notas de Goiana ⁵⁸⁴ .	
Francisco Xavier Fetal. Homem de negócio da praça do Recife e familiar do Santo Ofício ⁵⁸⁵ .	4 Contos de réis. Deputado da primeira Direcção (e da 2ª Direcção).

Fonte: AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7214⁵⁸⁶. Grifo nosso.

Já salientámos que alguns dos novos deputados aproveitaram-se do privilégio de fazer parte da companhia pombalina e requereram o hábito de Cristo. Dentre os que foram accionistas originários, Manuel Gomes dos Santos, foi o primeiro a beneficiar-se da prerrogativa de primeiro accionista e tornou-se cavaleiro da Ordem de Cristo em 1761 e o último a aceder ao privilégio foi António José Souto (1767)⁵⁸⁷.

Dos que formaram a primeira Direcção, João de Oliveira Gouvim - nomeado como intendente -, já era cavaleiro da Ordem de Cristo, desde 1737, e António Pinheiro Salgado desde 1753⁵⁸⁸.

O governador Lobo da Silva, em missiva ao secretário de Estado, comunicou que todos os que compraram acções acima dos quatro contos de réis faziam parte das redes mercantis da praça do Recife, eram reconhecidos homens de negócio daquela praça. Informava o governador que haviam sido vendidas cerca de 33 acções e que o montante arrecadado foi de 120 contos e 400 mil réis. Apesar da qualidade e do património destes homens de negócio, o valor foi considerado aquém daquele pretendido pelo representante da Coroa para um negócio de tanta importância.

Assinalámos ainda que apenas três homens de negócio que assinaram a representação - a pedir uma companhia para o comércio da carne do sertão -, não fizeram parte da Direcção da Companhia neste primeiro momento, caso de Domingos Pires Ferreira, António Pinheiro Salgado e José Vaz Salgado⁵⁸⁹. Não foram directores neste primeiro momento mas foram accionistas.

⁵⁸⁴ Natural de Lisboa. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Decreto. 1757, Dezembro, 23, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 86, D. 7086. Capitão-mor: AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8470.

⁵⁸⁵ Natural de Óbidos. ANTT, HSO, Francisco X. Fetal, mço 65, doc. 1238.

⁵⁸⁶ Em negrito assinalam-se os que fizeram parte da primeira Direcção.

⁵⁸⁷ ANTT/RGM D. José I, liv. 21, f. 216. Tença e hábito.

⁵⁸⁸ George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...* p. 187.

⁵⁸⁹ Os que fizeram parte da 1ª Direcção da Companhia: intendente, João de Oliveira Gouvim e deputados, António José Souto, António Francisco Monteiro, António Pinheiro Salgado, Francisco Xavier Fetal, José Bento Leitão, Luís da Costa Monteiro, Manuel Gomes dos Santos, Manuel Correia de Araújo.

Num outro ofício, datado de 1761, o governador Luís Diogo Lobo da Silva informava que tinha cumprido as ordens para fazer a restante elite mercantil confirmar a medida pombalina, mas que não conseguira convencer os demais homens de negócio a investirem os seus capitais na Companhia⁵⁹⁰. Ao narrar os obstáculos encontrados, o representante da Coroa referia que a resistência de alguns dos homens de negócio da praça de Pernambuco - que desejavam o comércio livre -, não era ténue, e que nem os privilégios concedidos a quem se tornasse accionista foram bastantes para os convencer a entrar na Companhia. Pelo contrário, a resposta que obtivera de alguns potenciais accionistas foi a ameaça de cobrar as dívidas a quem efectivamente comprasse acções da Companhia⁵⁹¹.

Entre os que se recusaram a aderir à Companhia pombalina - embora possuíssem capital suficiente - podemos referir que faziam parte de distintos segmentos das elites da terra, eram militares, homens de negócio, senhores de engenho e funcionários da Coroa. Como foi o caso do capitão Filipe da Silveira Borges; do sargento-mor Martinho Teixeira de Sampaio; do sargento-mor Domingos Ribeiro de Carvalho; do capitão Domingos Soares de Amorim; do capitão e senhor de engenho José Lopes Guimarães; do ex-tesoureiro da Dízima Domingos Francisco de Azevedo; do boticário e homem de negócio da praça do Recife, José de Abreu Cordeiro; do almoxarife da Fazenda Real Pedro Marques de Araújo; do escrivão da Almotaxaria e mercador João Rebelo da Costa; do senhor de engenho Patrício José de Oliveira e do capitão de Infantaria de Sirinhaém, Francisco Correia Barradas, entre outros.

Os motivos alegados por esta parte das elites da terra era o de, no momento, não terem condições para comprarem as acções necessárias, por conta das perdas que haviam sofrido nas transações comerciais com Lisboa, devido ao terramoto de 1755. Mas, na opinião do governador, a resistência se dava principalmente por almejavam a continuação do comércio livre⁵⁹².

Todos estes faziam parte da hierarquia mercantil de Pernambuco, dos grandes comerciantes faltaram apenas Vaz Salgado, Pires Ferreira e Pinheiro Salgado. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador, 1759, março, 12, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7214.

⁵⁹⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador de 1761, fevereiro, 4, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 94, D. 7481.

⁵⁹¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao conde de Oeiras de 1759, março, 12, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7215.

⁵⁹² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao conde de Oeiras de 1759, março, 12, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7215.

O governador tinha cumprido as ordens da Secretaria de Estado e convidado os mais ricos da praça do Recife, mas suas tentativas haviam sido infrutíferas⁵⁹³. O governador assinalava também que alguns comerciantes de «grosso trato» que aderiram à empresa comercial investiram de forma moderada e compraram poucas acções. A nosso ver, o governador referia-se certamente aos comerciantes Domingos Pires Ferreira, Manuel Correia de Araújo e José Vaz Salgado.

Luís Diogo L. da Silva informava ao secretário de Estado que, no que se referia às acções da companhia pombalina, houve uma ausência completa por parte da açucarocracia e o grupo no qual apostara uma forte inserção - os elementos de topo da elite mercantil -, investira de forma pouco substancial⁵⁹⁴. A nosso ver, o silêncio da açucarocracia aquando da instalação da companhia pombalina é mais relevante que o pouco capital investido pelos integrantes das elites mercantis.

A falta de comprometimento das elites da terra com a Companhia preocupava o governador, este tinha noção da relevância do cumprimento desta medida da Coroa. Na opinião do representante da Coroa isto sucedia devido à forma como a companhia pombalina tinha sido estabelecida. Na comunicação política com a Secretaria de Estado do Reino o governador informava ao conde de Oeiras a situação criada com a instalação da Companhia, em seu entendimento, parte da elite mercantil acreditava que se não comprasse acções, a Companhia não entraria em funcionamento. Porém, explicava o governador, que teve o cuidado de esclarecer que tal não sucederia. Com ou sem a maior parte das elites locais, a Companhia entraria em vigor, da mesma forma que ocorreu com a instituição fundada no Grão-Pará e Maranhão alguns anos antes⁵⁹⁵.

Ao que tudo indica, o governador procurou cumprir as ordens oriundas da administração central com zelo e também com cuidado. Luís Diogo L. da Silva anteriormente intermediara as solicitações dos vassalos em Pernambuco para instalação

⁵⁹³ Como o grupo não contesta a Companhia, apenas se nega a entrar nela como accionista não é possível comprovar a hipótese que o governador levanta. Contudo, José de Abreu Cordeiro, que assinou a proposta de companhia de 1757 finda por integrar o «partido» dos que se opunha à Companhia e é citado pela Direcção como sendo um dos contrabandistas que viam no comércio ilegal uma alternativa ao comércio de monopólio.

⁵⁹⁴ Três dos homens de negócio mais ricos da praça do Recife. José Vaz Salgado faleceu entre 1759 e 1760, que é quando a companhia começou de facto a funcionar. Contudo, Domingos Pires Ferreira e António Pinheiro Salgado, passado o primeiro momento, que gerara algum receio, compreenderam que controlar o comércio, com o apoio da Coroa por meio da Companhia, era uma boa escolha.

⁵⁹⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador de 1761, fevereiro, 4, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 94, D. 7481.

de duas companhias de comércio - como foi analisado no capítulo anterior -, e ao entender que a situação entre os moradores e a instituição pombalina se tornaria cada vez mais intrincada, começou a solicitar um sucessor⁵⁹⁶.

Não podemos deixar de sublinhar que, no momento da criação da companhia pombalina, não encontramos cartas e requerimentos a pedir a suspensão do alvará que a estabeleceu. É interessante notar que os homens de negócio - aqueles que não compraram ações da Companhia - e os senhores de engenho e lavradores de açúcar em Pernambuco não se pronunciaram tão ostensivamente quanto os homens de negócio da praça de Lisboa, aquando da criação da empresa comercial do Grão-Pará e Maranhão⁵⁹⁷. Possivelmente, porque as consequências sofridas pelos membros da Mesa do Espírito Santo - desterro, devassas e prisões -, eram do conhecimento comum e haviam chegado até Pernambuco.

Contudo, após as primeiras carregações dos navios da Companhia em 1760, vozes contrárias deram início a algumas «murmurações» que inquietaram o governador. Um edital publicado por Luís Diogo Lobo da Silva demonstrava que alguns moradores contestaram a instalação da empresa de monopólio, e sem nomear os descontentes, o governador informava no edital que desmerecer a Companhia não iria suspendê-la⁵⁹⁸. Com o edital podemos inferir que, o governador desconfiava que a autoria das contestações e boatos, que denominou de «murmurações» era dos homens de negócio que havia convidado para entrar na companhia pombalina e que haviam recusado. O agente régio não mencionava a participação das elites açucareiras no incidente, pois na opinião do representante da Coroa, eram os comerciantes que não faziam parte da Companhia que procuravam encerrar a instituição, almejando o retorno ao comércio livre⁵⁹⁹.

⁵⁹⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao conde de Oeiras de 1760, junho, 20, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 93, D. 7416.

⁵⁹⁷ O irmão do monarca chegou a interceder, sem sucesso, pela confraria e as vozes dissonantes foram punidas: o padre jesuíta Manuel Ballester e o procurador Bento da Fonseca foram desterrados para Bragança, sete homens responderam a uma devassa e foram posteriormente remetidos para o presídio de Mazagão. João Lúcio de AZEVEDO, *O Marquês de Pombal e sua época...* p. 113. Representação da Mesa do Bem comum: Biblioteca Nacional de Portugal, *Coleção de sentenças que julgaram os réus dos crimes mais graves e atozes cometidos em Portugal e seus domínios*. BNP Códice 852, fls. 12-25. [Consultado em 3 de novembro de 2012]. Disponível em: http://purl.pt/15141/1/cod-852/cod-852_item1/P29.html.

⁵⁹⁸ José Ribeiro Júnior, *Colonização e monopólio...*, p. 109.

⁵⁹⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 97, D. 7626.

A nosso ver, o empenho limitado das elites da terra em participarem na empresa comercial no momento da sua institucionalização - excepção feita a duas dezenas de homens de negócio da praça do Recife - era reflexo da indiferença e da desconfiança de uma parte significativa destas elites em relação à instituição criada pelo poder régio para gerir o comércio da capitania.

O argumento apresentado pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva para entender a complexidade da situação vivida em Pernambuco na segunda metade do século XVIII, pode parecer evidente ou conclusivo, porém, torna-se necessário compreender que parte da elite mercantil radicada no Recife acatou, de bom grado, a medida implementada pelo poder central. Estes homens de negócio, que compraram as primeiras acções, muitos inseridos em redes familiares - caso dos Monteiro, Santos e Viana - e outros com reconhecidas sociedades na época - Vaz Salgado, Pires Ferreira, Correia de Araújo - compraram acções da Companhia ou entraram nela com navios, alcançando um lugar de destaque no centro das decisões do comércio local, através da sua participação no órgão deliberativo em Pernambuco: a Direcção da Companhia.

Salientámos mais dois aspetos aquando da criação da companhia pombalina, o primeiro deles foi que estes homens de negócio perceberam que para chegar até a Direcção não precisariam comprar dezenas de acções, algo que Luís da Costa Monteiro, Manuel Gomes dos Santos, José Vaz Salgado, Correia de Araújo e Domingos Pires Ferreira tinham condições financeiras para o fazer. A compra de muitas acções não era condição obrigatória para entrar na nova companhia de comércio. Por isso, as elites mercantis compraram as acções necessárias para serem considerados accionistas e usufruírem dos benefícios desta condição.

O segundo aspeto tinha a ver com a desconfiança acerca da lucractividade do negócio, afinal, teoricamente a Junta em Lisboa controlaria o comércio local. Assim, entraram na Companhia e pressionaram o governador para que quando escolhesse a primeira Direcção da Companhia levasse em conta os mais experientes e os mais antigos no comércio da capitania, por outras palavras, aqueles que haviam pleiteado a fundação de companhias em 1757. Assim, a primeira Direcção foi composta por um intendente e oito deputados e não por seis deputados como estava determinado nos estatutos da Companhia.

A Direcção reflectia o topo da hierarquia mercantil da capitania e os homens de negócio que para ela foram eleitos compreenderam que a empresa comercial lhes facultaria poder económico e privilégios para ascenderem socialmente. Fazer parte da Direcção acabou por dirimir rivalidades em prol de um benefício maior, o controlo do comércio colonial⁶⁰⁰.

6.1 Os primeiros anos de funcionamento e o início dos conflitos

Ressaltámos que os primeiros anos de funcionamento da Companhia em Pernambuco transcorreram com normalidade, isto é, a Direcção administrou o comércio colonial de forma a conciliar os interesses da Junta e dos vassallos em Pernambuco. E isso teve a ver com a conjuntura europeia. A Guerra dos Sete Anos favoreceu o consumo dos produtos coloniais portugueses, pois os países em conflito diminuíram o contacto com as suas colónias. Entre 1760 e 1763 a orientação da Junta era para que de Pernambuco se embarcassem o máximo de mercadorias para a Europa e o mais depressa possível, pois a guerra contribuía para que os géneros coloniais alcançassem preços satisfatórios.

Os couros e, em menor medida, o fumo eram comprados por preços estabelecidos pela Companhia que poderiam não ser os ideais, mas não desagradavam aos fabricantes, e os empréstimos para melhorar as produções locais, neste período, foram sendo concedidos de forma frequente. O preço do açúcar esteve em baixa nestes anos, mas sem oscilações⁶⁰¹. De 1760 até 1763 a carne seca foi muito solicitada em Lisboa em virtude da suspensão das carnes da Espanha e esse género só não alcançou um alargamento da exportação por conta do fim da Guerra dos Sete Anos.

Outro género bastante lucrativo do comércio colonial foram as madeiras. As madeiras estavam isentas de impostos por conta das necessidades provocadas pelo terramoto, e em quase todas as embarcações que seguiam para Lisboa seguia grande quantidade de vinhático, sucupira e tabuados. O monopólio do pau-brasil pertencia à Coroa mas cabia à Direcção o corte e à condução desta madeira para a Europa, gastos que

⁶⁰⁰ Clara Araújo afirma que a Companhia uniu dois grupos formados por redes mercantis diferentes da praça do Recife. Grupos que envolvidos no comércio do Sertão procuravam impor sua hegemonia ao outro. O fazer parte da Direcção reduziu as rivalidades, pois ao recrutar elementos de ambos os grupos, eliminou a concorrência e fortaleceu a acção de um grupo maior. Clara F. ARAÚJO, «O trato dos homens de negócio de Pernambuco...», cap. 4, p. 189. A nosso ver a autora está se referindo aos grupos liderados pela família Monteiro e pela família Gomes dos Santos.

⁶⁰¹ Em média, nestes anos, a arroba do açúcar branco em Lisboa custava 1900 réis e era comprada em Pernambuco a 1375 réis. José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização...*, p. 140.

eram pagos pela Fazenda Real⁶⁰². A Direcção recebia 2% de comissão sobre a venda dos 20.000 quintais anuais exigidos pela Coroa. A Junta incentivava o cultivo de novos géneros, com ênfase para algodão e anil. Contudo, até 1778 o algodão não havia sido produzido em grande escala, diferentemente do anil que foi beneficiado com a ausência de direitos de entrada e saída e teve sua produção alargada⁶⁰³.

A Companhia, nos primeiros anos, concedeu empréstimos aos produtores de açúcar, tabaco e couros, cumprindo aquilo que estava estabelecido nos estatutos. Também não havia atrasos na saída das embarcações para o Reino⁶⁰⁴. Os navios tão logo tivessem carga tinham ordens para zarpar para Lisboa e Porto, não deveriam esperar para formar frota. Isto devia-se a preocupação que a Direcção e a Junta tinham com o açúcar enviado ao Reino pela frota da Baía.

Nestes primeiros anos da década de 1760 não encontrámos nenhuma informação sobre o atraso das frotas, nem informações sobre secas ou enchentes ou mudanças climáticas que interferissem com a produção do açúcar, do tabaco e com a criação do gado, algo bastante positivo para a Companhia.

Em síntese, se nos primeiros anos de funcionamento da empresa comercial houve em Pernambuco uma indiferença para com a Companhia, isto é para com a forma como a Direcção geria o comércio colonial, também não houve resistência. A comunicação política entre as partes e o centro demonstra ter havido uma quase ausência de queixas. Também não encontrámos nada que demonstrasse satisfação pela forma como o comércio colonial estava sendo gerido.

Porém é preciso salientar que entre 1760 e 1763 a Companhia aproveitou-se da conjuntura de guerra e remeteu para Pernambuco uma grande quantidade de fazendas compradas a elevados preços. Em Pernambuco não houve tempo suficiente para que a produção fosse aumentada de forma a tirar partido do estado de guerra. Assim, as fazendas guardadas nos armazéns da Companhia no Recife, necessárias ao funcionamento dos engenhos e fábricas a partir de 1763, passaram a ser vendidas por preços altos, ainda mais elevados no comércio ao varejo.

⁶⁰² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 99, D. 7744.

⁶⁰³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8850.

⁶⁰⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 93, D. 7397.

Passados os primeiros 4 anos as «murmurações» contra a Companhia, que tanto inquietaram o governador Luís Diogo Lobo da Silva em 1760, retornaram. Os motivos eram a falta de moedas, o fim dos empréstimos e a política de se pagar as produções locais em mercadorias e não com dinheiro.

Nos primeiros anos de funcionamento da companhia pombalina, desde a saída da primeira frota em 1760 até o ano de 1768, destacámos dois incidentes que envolveram a Direcção da Companhia, a Mesa da Inspeção e os senhores de engenho.

O primeiro incidente teve a ver com a oposição da Direcção da Companhia quanto a eleição de João da Costa Monteiro para a Mesa da Inspeção em 1761 e o segundo diz respeito a um conflito com a Mesa da Inspeção devido a uma taxa sobre o açúcar imposta pela Direcção no ano de 1763 que prejudicava os senhores de engenho e os lavradores de açúcar⁶⁰⁵.

Sobre a Mesa da Inspeção sabemos que esta instituição tinha entre os inspectores um integrante da açucarocracia, usualmente um senhor de engenho, eleito pela Câmara onde a instituição estava instalada - nesse caso pela municipalidade do Recife -, e um homem de negócio eleito por outros da praça onde estava localizada a Mesa, também no Recife. A Mesa era uma instituição ainda mais antiga que a Companhia de Comércio, e mesmo sendo uma instituição criada pelo poder central era gerida por indivíduos com interesses locais.

Nas eleições para definir os inspectores da Mesa no ano de 1761, o homem de negócio João Rebelo da Costa - que mais adiante será relacionado com o «partido» que se opunha à Companhia - votou em João da Costa Monteiro (filho), produtor de atados. João da Costa Monteiro era sobrinho de Luís da Costa Monteiro, deputado da Companhia no Recife. João Rebelo da Costa foi um dos homens de negócio convidados pelo governador para ingressar na Companhia e que não aceitou o convite. A escolha de João da Costa Monteiro não agradou a Direcção da Companhia que contestou o resultado da eleição.

A nosso ver, parece paradoxal o facto de a Direcção apoiar outro candidato e não um integrante da família Monteiro. Não temos elementos para apurar se este repúdio ao Monteiro se deu por questões mercantis, de influência política ou contendas familiares. O

⁶⁰⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

esclarecimento dado pela Direcção foi que João da C. Monteiro era favorável aos senhores de engenho e por isso a influência que teria na Mesa era incompatível com os interesses da Companhia⁶⁰⁶.

Naquele ano a Direcção da Companhia apoiava maioritariamente a eleição de Luís Ferreira de Moura. Ferreira de Moura era natural de Lisboa, familiar do Santo Ofício e homem de negócio relacionado ao trato negreiro, tinha licença régia para enviar seus navios ao porto de Benguela e comercializar «as peças» em qualquer porto do Brasil, algo que o distinguia de outros homens de negócio⁶⁰⁷. Como não conseguiu eleger o seu «candidato» a Direcção da Companhia tentou impugnar a eleição alegando que mais de uma dezena de homens de negócio do corpo de comércio - quase todos accionistas e deputados da Companhia -, não foram convocados para a votação pelo presidente da Mesa, o ouvidor da capitania.

A correspondência trocada entre o governador e a Secretaria de Estado, e entre a Mesa da Inspeção e a Junta da Companhia foi intensa. Os argumentos de carácter político-económico demonstravam que Mesa e Direcção procuravam interferir uma na gestão da outra. A Mesa não aceitava a interferência da Direcção na escolha do inspector e aproveitou a ocasião para informar a Junta que os empréstimos aos senhores de engenho haviam cessado, e que antes de se preocuparem com a escolha do inspector da Mesa, a Direcção deveria cumprir sua obrigação e regularizar a liberalização de capitais para os produtores de açúcar. A Mesa pendia sua opinião em favor das elites açucareiras e aceitava a eleição de João da Costa Monteiro⁶⁰⁸. A Direcção por sua vez afirmava que, por ser a maior compradora das caixas de açúcar, deveria ser um accionista ou um deputado da Companhia a ter assento permanente como inspector da Casa de Inspeção.

A Coroa, neste caso, não resolveu o conflito. Do centro político não chegou resposta alguma às cartas enviadas por entidades de Pernambuco (governador, Direcção e Mesa escreveram às Secretarias de Estado). Coube ao governador Luís Diogo Lobo da Silva informar ao então conde de Oeiras que iria intervir na querela e ordenar novas eleições.

⁶⁰⁶ Nem o facto de seus familiares serem accionistas e/ou directores fizeram com que João Monteiro tivesse o apoio da Direcção. Esta assinalava que o Monteiro estava relacionado com os produtores de açúcar e por isso protegeria os interesses daquele grupo social.

⁶⁰⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. 1761, setembro, 2. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7566.

⁶⁰⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. 1761, junho, 17, Recife. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

Da conclusão deste caso sabemos que não houve uma resposta das Secretarias de Estado nem do Conselho Ultramarino, contudo, também evidenciámos que o regimento da Mesa não foi alterado e a eleição de um homem de negócio não passou a ser feita directamente pela Direcção, como esta havia pleiteado. Porém, naquele ano, nem João da Costa Monteiro, nem Luís Ferreira de Moura foram nomeados inspectores. Quem ficou com o lugar foi Henrique Martins, um accionista da Companhia é certo, mas que conseguiu reunir consenso em torno do seu nome. Henrique Martins, natural de Oeiras, era administrador do contrato do subsídio dos vinhos e aguardentes de Pernambuco desde 1756 e o foi até 1762, e além de militar foi familiar do Santo Ofício⁶⁰⁹.

Sua escolha foi aceite pelo presidente da Mesa, o ouvidor Bernardo Gama Coelho, que conforme os relatos do governador e da Direcção da Companhia, não tinha uma simpatia explícita por nenhum dos lados em disputa (Direcção e senhores de engenho)⁶¹⁰.

O segundo embate a envolver a Mesa da Inspeção e a Direcção ocorreu em 1763. Neste ano a Mesa apoiou as reivindicações dos senhores de engenho. Num ofício ao conde de Oeiras, a Mesa denunciou a Direcção da Companhia por mudar as regras mercantis estabelecidas, no que dizia respeito ao pagamento de novas taxas sobre o açúcar encaixotado e pronto para ser comercializado. De forma geral, podemos dizer que a Companhia mudou o que estava estipulado e confirmado pela Mesa da Inspeção, desde 1751, e passou a cobrar aos produtores de açúcar uma taxa extra, após as caixas de açúcar serem entregues para pesar na balança da Mesa da Inspeção⁶¹¹.

Sem surpresas, a Mesa da Inspeção opôs-se ao imposto, justificando que todas as despesas com a produção eram custeadas pelos produtores de açúcar. A fim de contrabalançar o novo tributo, a Mesa passou a acrescentar duzentos réis a cada arroba,

⁶⁰⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 67, D. 5670. Foi capitão-de-mar-e-guerra e de granadeiros do Terço auxiliar do Recife. AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8120. Ver também seu processo de habilitação em: ANTT, HSO, Henrique Martins, mço. 2, doc. 36. Seu património foi avaliado em cerca de 20 mil cruzados.

⁶¹⁰ O governador informava ao secretário de Estado que o ouvidor era homem dado «a exaltações», «algum excesso» e «falta de comedimento», mas que não tinha conhecimento que fosse parcial a qualquer dos lados. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. 1761, junho, 17, Recife. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

⁶¹¹ Num ofício da Direcção, o anexo referente ao requerimento de Inácio de Medeiros, diz que os subsídios eram pagos de uma forma até 1763 e a partir daí, a Companhia fez alterações. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8421.

da safra de 1763 em diante, de acordo com a qualidade do açúcar⁶¹². Também sem surpresas, a Direcção da Companhia não aceitou pagar este aumento e o impasse continuou por toda a década⁶¹³.

Apesar dos episódios de 1761 e de 1763 e da conjuntura política, o acirrar dos protestos contra o braço local da Companhia alteraram-se definitivamente em 1769 quando uma carta régia de 1768 foi publicada na capitania. O governador de Pernambuco precisou intervir para evitar um incidente maior entre os senhores de engenho e a Direcção da companhia. Em virtude das implicações das acções do governador, analisaremos este caso com mais vagar, mais adiante.

6.2 A questão do contrabando no comércio colonial

Um dos objectivos das instalações de companhias de monopólio na América portuguesa foi conter o contrabando. Na comunicação política dos governadores com as Secretarias de Estado encontrámos os relatos destes agentes da Coroa informando as acções que tomavam para a contenção do contrabando e para o auxílio à Companhia quanto a este problema. Porém nos deparámos também com a prática do comércio ilegal por parte de deputados da companhia pombalina. Antes de analisarmos este caso particular, algumas linhas sobre o panorama mais geral do contrabando no comércio colonial.

Possivelmente, o contrabando não foi alvo de estudos mais profundos devido ao seu carácter esquivo. Também como consequência dos preconceitos de ordem moral e económica que o tema sofreu. Ernest Pijining, ao estudar o contrabando, na segunda metade do século XVIII no Rio de Janeiro, compreende que duas grandes ideias se destacam nos estudos sobre o comércio ilegal nos séculos XVI ao XVIII: a primeira delas é a ideia da ‘dependência económica’; a segunda baseia-se no desenvolvimento autónomo da colónia.

A primeira ideia tem como base o facto de a Grã-Bretanha possuir uma economia relativamente maior que a de Portugal, e por isso a Coroa portuguesa não tinha os meios para impedir que os britânicos fizessem contrabando. Assim, nas décadas de 1760 a 1780,

⁶¹² A mesa assinala as modificações feitas pela Companhia sobre os subsídios em ofício enviado ao conde de Oeiras. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 100, D. 7816.

⁶¹³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Mesa de Inspeção da capitania de Pernambuco sobre a alteração feita pelos deputados da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba nos preços do subsídio do açúcar. 1763, novembro, 12, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 100, D. 7816.

historiadores partidários da ‘dependência’ - como é o caso de Fernando Novais -, confirmaram este argumento. Portugal era visto como uma potência completamente subordinada à Grã-Bretanha, situação formalizada pelo tratado do início do século XVIII, e, segundo esta versão, o rei português explorava o Brasil, mas não conseguia tirar grande proveito do monopólio que interligava metrópole e colônia, uma vez que Portugal ‘dependia’ economicamente da Grã-Bretanha. Conforme F. Novais, o contrabando não estava em discordância com o sistema de exploração, era indício e parte do mundo colonial. A existência do contrabando demonstrava a força, a fraqueza e a flexibilidade que caracterizavam o chamado «*Antigo Sistema Colonial*» e era uma das dimensões do mercantilismo⁶¹⁴.

A partir de 1990, ocorreu por parte da historiografia um afastamento desse conceito rígido de exploração da colônia pela metrópole, as historiografias inglesa e luso-brasileira passaram a fazer uma análise do desenvolvimento autónomo da colônia, privilegiando conceitos como resistência, negociação ou acomodação entre os interesses das periferias e os do centro político do império⁶¹⁵. Pijining, ao fundamentar seu estudo, compreendeu que o contrabando era algo inerente à sociedade colonial, na qual grupos com interesses diversos colaboravam e concorriam entre si, constituindo redes a partir de sua participação nestas actividades ilegais. Isto é, o contrabando acabou por ser incorporado pela organização jurídica, económica e social do império, e não contrariava a autoridade real. Era «algo inerente à economia do Atlântico pré-moderno, atuante em todos os aspetos da sociedade luso-brasileira, assim como em qualquer outra parte da Europa, África e das Américas»⁶¹⁶.

Segundo Pinijing, existiam dois tipos de contrabando: o tolerado pelas autoridades - controlado e permitido pelas mesmas entidades cujas funções oficiais pressupunham o

⁶¹⁴ Ernst PIJINING, «Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII», *Revista Brasileira de História*, vol. XXI, Associação Nacional de História, São Paulo (2001): pp. 398 - 399.

⁶¹⁵ Por exemplo, podemos citar os trabalhos de: Jack GREENE, «Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades ...», 2006; Joaquim Romero MAGALHÃES, «Algumas notas sobre *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*» em *O Brasil no Império Marítimo português*, orgs. Stuart SCHWARTZ, Erik Lars MYRUP (São Paulo: Edusc, 2009), pp. 536-537. RUSSEL - WOOD, *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)* (Lisboa: Difel, 1998). F. BETHENCOURT e K. CHAUDHURI, *História da Expansão Portuguesa...* 5 volumes. Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O trato dos viventes...*; orgs., João FRAGOSO; Maria Fernanda BICALHO; Maria de Fátima GOUVÊA, *O Antigo Regime nos Trópicos...*; orgs. Nuno G. MONTEIRO, Mafalda Soares da CUNHA, Pedro CARDIM, *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime...*

⁶¹⁶ Ernst PIJINING, «Contrabando, ilegalidade e medidas políticas...», p. 399.

dever de combatê-lo -, e o que estava sujeito a uma condenação universal. Os limites entre uma e outra forma de contrabando eram muito mais definidos pelo *status* dos envolvidos que por questões éticas ou morais. Este *status* pode ser analisado em diferentes níveis. Entre eles, o autor aponta o nível internacional e o do interesse regional. O primeiro ocorria quando a negociação era realizada na esfera do «Estado»⁶¹⁷; e o segundo quando nas colónias havia a formação de alianças para regulamentar o comércio ilegal.

No que diz respeito ao interesse regional no comércio ilegal, a Coroa muitas vezes tomava decisões que pareciam contraditórias, mas que não afectavam a harmonia de sua forma de governar o império. Por exemplo, com relação ao comércio de escravos do Brasil com a Costa da Mina, homens de negócio, residentes nas principais praças da América portuguesa, faziam o comércio de captivos de forma directa desde meados do século XVII. A deslocação de parte deste trato negreiro triangular - em que Lisboa era um dos vértices - , para o bipolar, deve-se a factores respeitantes à posição portuguesa na economia - mundo. Factores como o declínio do Estado da Índia, entre finais do XVI e meados do XVII; a ascensão dos Países Baixos que, através das suas companhias de comércio, arrebataram boa parte dos entrepostos portugueses no Índico e Atlântico Sul; a entrada dos britânicos, que aos poucos penetraram no Oriente e no Atlântico, criando também uma companhia para negociarem escravos, foram elementos que contribuíram para que os homens de negócio de Portugal vissem a sua capacidade de concorrer no comércio negreiro, reduzir⁶¹⁸.

Até meados do século XVII, as possessões do Estado da Índia diminuíram, não só em número, mas também em relevância. Persas, otomanos, britânicos, flamengos foram os responsáveis por conquistar dos portugueses alguns dos seus principais portos. As perdas propagaram-se da costa oriental de África ao sudeste do Índico, incluindo as possessões do Golfo Pérsico, do Guzerate, Malabar e costa de Coromandel. Ao mesmo tempo,

⁶¹⁷ Um exemplo disso foi o contrabando que grassou no Rio da Prata, estimulado pelos britânicos, durante todo o período colonial. Uma grande proporção das manufacturas inglesas remetidas ao Brasil via Portugal tinham como destino a América espanhola, através do comércio ilegal. O resultado deste comércio era importante porque introduzia prata na Grã-Bretanha, vital para o seu comércio na Ásia. Este comércio contava com a aprovação oficial da Coroa portuguesa, segundo Maxwell. Kenneth MAXWELL, *Chocolates, piratas...*, p. 95.

⁶¹⁸ Gustavo Acioli LOPES, *Negócio da Costa da Mina e Comércio Atlântico...*, p. 83.

aumentavam continuamente a concorrência entre as nações europeias pela exportação de mão-de-obra africana⁶¹⁹.

Sem a possibilidade de suprir de forma adequada a demanda de escravos no Brasil, a solução seguida pela Coroa foi a de permitir que os portugueses estabelecidos nos portos da América fizessem o comércio negreiro utilizando géneros da terra: cachaça, tabaco e manufacturas demandadas em África que entravam no Brasil, sobretudo, através das naus da Índia. Embarcações que paravam em Salvador pelos mais variados motivos e sem permissão, embora no início do século XVIII, D. Pedro II acabasse por ceder à pressão de grupos locais e autorizasse as escalas das naus da Índia na Baía, bem como as viagens de navios dos portos da América portuguesa para o Estado da Índia⁶²⁰.

Tomando Pernambuco como exemplo, foi a partir desta conjuntura internacional que, desde o século XVII, o tabaco passou a ser moeda de troca na aquisição de mão-de-obra africana⁶²¹.

Apenas o tabaco de terceira qualidade poderia ser usado no trato negreiro. Não obstante, os homens de negócio comerciavam com tabaco de primeira qualidade. Isto gerou muitas queixas nas instituições centrais do Reino, mas a Coroa, compreendendo que era mais relevante suprir a demanda por escravos, tolerou o comércio directo legal e ilegal feito a partir de Recife e de outras vilas da capitania. Permitiu, por exemplo, que a vila de Goiana negociasse directamente com as praças africanas sem passar pela vila do Recife. Isto é algo significativo, pois no porto do Recife estava a Superintendência do Tabaco, instituição que fiscalizava os navios e que não autorizava o uso do fumo de primeira qualidade neste tipo de comércio, por ser ilegal.

A Coroa não só concedeu tal prerrogativa à Câmara de Goiana, como estendeu o mesmo privilégio à Paraíba⁶²². Navios saíam de uma e outra vila sem serem fiscalizados pela instituição que deveria averiguar suas cargas e combater o contrabando do fumo

⁶¹⁹ Sanjay SUBRAMAHNYAN, *O império asiático...*, pp. 205 e ss.

⁶²⁰ ANTT. Manuscritos do Brasil 33, (Conselho Ultramarino, Livro 1), decretos, fl. 217-220.

⁶²¹ Jean B. Nardi informa que os holandeses foram os mais violentos na reacção à fortaleza portuguesa erigida em Ajudá em 1721. Jean Baptiste NARDI, *O fumo brasileiro no período colonial...*, p. 239. Embora o grande fornecedor de escravos de Pernambuco fosse Angola e não Costa da Mina, Pernambuco também comprava escravos na Costa da Mina, ainda que em menor proporção. CARREIRA, *As companhias...*, pp. 231-233.

⁶²² Gustavo Acioli LOPES, *Negócio da Costa da Mina e Comércio Atlântico...*, pp. 83-87. Ver AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 32, D. 2960.

considerado «fino», cujo destino deveria ser Lisboa ou mesmo do ouro que entrava em Pernambuco, por vezes, contrabandeado da Baía.

Além de reconhecer a força dos interesses regionais no comércio ilegal, a Coroa portuguesa também foi constrangida a tolerar a ocorrência do comércio ilegal por parte dos estrangeiros em troca de auxílio militar e económico. Este tipo de comércio tinha consequências prejudiciais em dois níveis: no exercício das actividades comerciais que eram proibidas - tais como a presença de comissários volantes nos navios das frotas que iam ao Brasil -, e na evasão de impostos à Fazenda Real sobre os produtos que entravam nas Alfândegas⁶²³. Borges de Macedo defende que no fim do reinado de D. João V, o contrabando atingiu um enorme desenvolvimento, não podendo o seu exercício ser obstruído por causa da «deficiência e até cumplicidade [dos funcionários] da Alfândega e dos meios de policiamento dos navios»⁶²⁴.

Na «regulamentação» do comércio ilegal, a Coroa portuguesa acabou por conceder privilégios às nações estrangeiras, permitindo, por exemplo, que um pacote saído de Falmouth rumo a Lisboa, e de Lisboa de volta a Falmouth, não fosse revistado. Na prática, permitia o transporte de ouro para a Grã-Bretanha. Britânicos e holandeses, pertencentes as nações amigas, gozavam de maiores privilégios: suas comunidades eram julgadas em Portugal pelos seus próprios magistrados, a quem os mercadores mantinham através de um salário. E ainda poderiam obter benefícios fiscais através da diminuição nos impostos cobrados nas Alfândegas. Para além de tudo, possuíam liberdade de credo, contrariamente ao que ocorria com mercadores franceses, visto a França estar envolvida em conflitos com a maior aliada da Coroa portuguesa, a Grã-Bretanha⁶²⁵. Por estes motivos, o comércio ilegal era muitas vezes tolerado pela Coroa e na capitania de Pernambuco quem o praticava valia-se de todas estas ambiguidades⁶²⁶.

⁶²³ Os intermediários eram uma das falhas no regime do «comércio exclusivo» português. As licenças beneficiavam comerciantes britânicos estabelecidos em Portugal que possuíam autorização para negociar directamente com os portos brasileiros.

⁶²⁴ Ver Jorge Borges de MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal ...*, p. 85.

⁶²⁵ A Guerra dos Sete Anos, por exemplo (1756-1763). Ernst PIJINING, «Contrabando, ilegalidade e medidas políticas...», p. 400 e ss.

⁶²⁶ O Comércio de Pernambuco, antes da Companhia, relacionava-se directamente com a feitoria britânica em Lisboa. Manuel DIEGUES JÚNIOR, «As companhias privilegiadas...», p. 332.

6.3 O contrabando em Pernambuco e a companhia pombalina

O comércio ilícito foi um dos principais problemas enfrentados pela instituição pombalina e o grande concorrente ao comércio legal de mercadorias. Tornou-se também uma dificuldade acrescida para os governadores de Pernambuco no período de vigência da Companhia, pois mesmo havendo ordens específicas por parte das instituições do poder central e a imposição de leis repressoras, os agentes da governação não tinham capacidades para efectuar uma vigilância eficaz. Havia uma infinidade de pequenas vias fluviais que desembocavam em portos naturais e enseadas capazes de oferecer possibilidades independentes de embarque, tanto a norte do Recife em Goiana, quanto a sul, na região das Alagoas.

Numerosa é a documentação que se refere ao tema e sugere a extensão da contrariedade que representou o comércio ilegal, uma vez que os produtos eram postos na praça do Recife a preços mais baixos que os praticados pela Companhia⁶²⁷.

Naturalmente o contrabando era uma prática estimulada pelo lucro que proporcionava, superior ao do comércio legal. Nesse caso, representou uma ameaça à consolidação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. O comércio ilegal tornava-se ainda mais atraente quando os impostos e restrições elevavam o preço de um produto, indicando que valia a pena correr o risco⁶²⁸.

Ao examinarmos a informação política dos agentes da governação que dava entrada nas instituições do poder central, nos deparámos com um caso de contrabando, que foi informado pelo representante da Coroa em 1769, e que traz a tona pelo menos duas questões.

Para explicar as acções tomadas contra o comércio ilegal, o 28º governador de Pernambuco, D. José da Cunha Grã Ataíde e Melo, 3º conde de Povolide, informava a Secretaria de Estado competente dois assuntos relevantes: o circuito do comércio ilegal e a participação dos membros da Direcção da companhia neste comércio⁶²⁹.

⁶²⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta da Câmara de Goiana]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9833. Sabe-se que a Companhia podia vender os géneros na capitania com lucros até 45% sobre o preço de Lisboa.

⁶²⁸ José Jobson de Andrade ARRUDA, «A circulação, as finanças e as flutuações...» em *Nova História...*, p. 167.

⁶²⁹ 28º Governador da capitania de Pernambuco, a partir da Restauração de 1654. D. José da Cunha Grã Ataíde e Melo procurou auxiliar a companhia pombalina no que lhe fora ordenado, e nas suas diligências

O conde de Povolide descreveu as rotas de contrabando utilizadas por agentes associados à Direcção da companhia pombalina, que eram os responsáveis pela introdução das fazendas secas oriundas da Baía e pela retirada dos géneros de Pernambuco, principalmente do açúcar.

A prática do contrabando por parte da Direcção da Companhia em Pernambuco revela uma grande contradição, pois se a Companhia foi criada com o propósito de monopolizar o comércio da capitania, afastar a influência de estrangeiros, aumentar as rendas reais e obstruir o comércio ilegal, na prática o que ocorreu foi o aumento desta actividade, com a participação de deputados da Direcção e dos accionistas. Como participavam deste negócio ilícito, os deputados locais não tinham interesse em implementar, de forma efectiva, acções de fiscalização e de repressão que reforçassem as medidas tomadas pelos governadores⁶³⁰.

Num ofício datado de 1769, o conde de Povolide comunica ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a apreensão de uma pequena embarcação da Baía, aportada numa vila não muito distante do Recife, em Porto Calvo, carregada com caixas de açúcar que seriam contrabandeadas pelo mestre António José dos Santos. As diligências feitas pelos militares apontaram que Manuel Rodrigues Lemanha, um comissário volante morador na Baía, era o agente responsável pela negociação ilícita e que o volume do seu negócio ilegal variava entre 10 e 12 mil cruzados em fazendas vindas da Baía para Pernambuco, com muitos caixeiros ao seu serviço.

A posição usufruída por aqueles que compunham a Direcção da empresa comercial e por seus parentes possibilitava a formulação de estratégias para o aumento da riqueza pessoal. A participação no contrabando era uma delas. O conde de Povolide descreve as rotas de contrabando usadas por negociantes da Baía que gozavam da protecção de

para diminuir o contrabando descobriu que os directores da instituição estavam envolvidos na ilegalidade. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador de 1769, abril, 30, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8284.

⁶³⁰ Clara Maria Farias de ARAÚJO, «A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba e a historiografia» 3^o *seminário...*p. 8. O local era Camaragibe, próximo a localidade passa um afluente do Rio Capibaribe, o rio Camaragibe, onde a sumaca deveria estar aportada. Ofício do governador de 1769, abril, 30, Recife. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8284.

associados para introduzir fazendas secas e para extrair géneros da capitania, principalmente caixas de açúcar às dezenas⁶³¹.

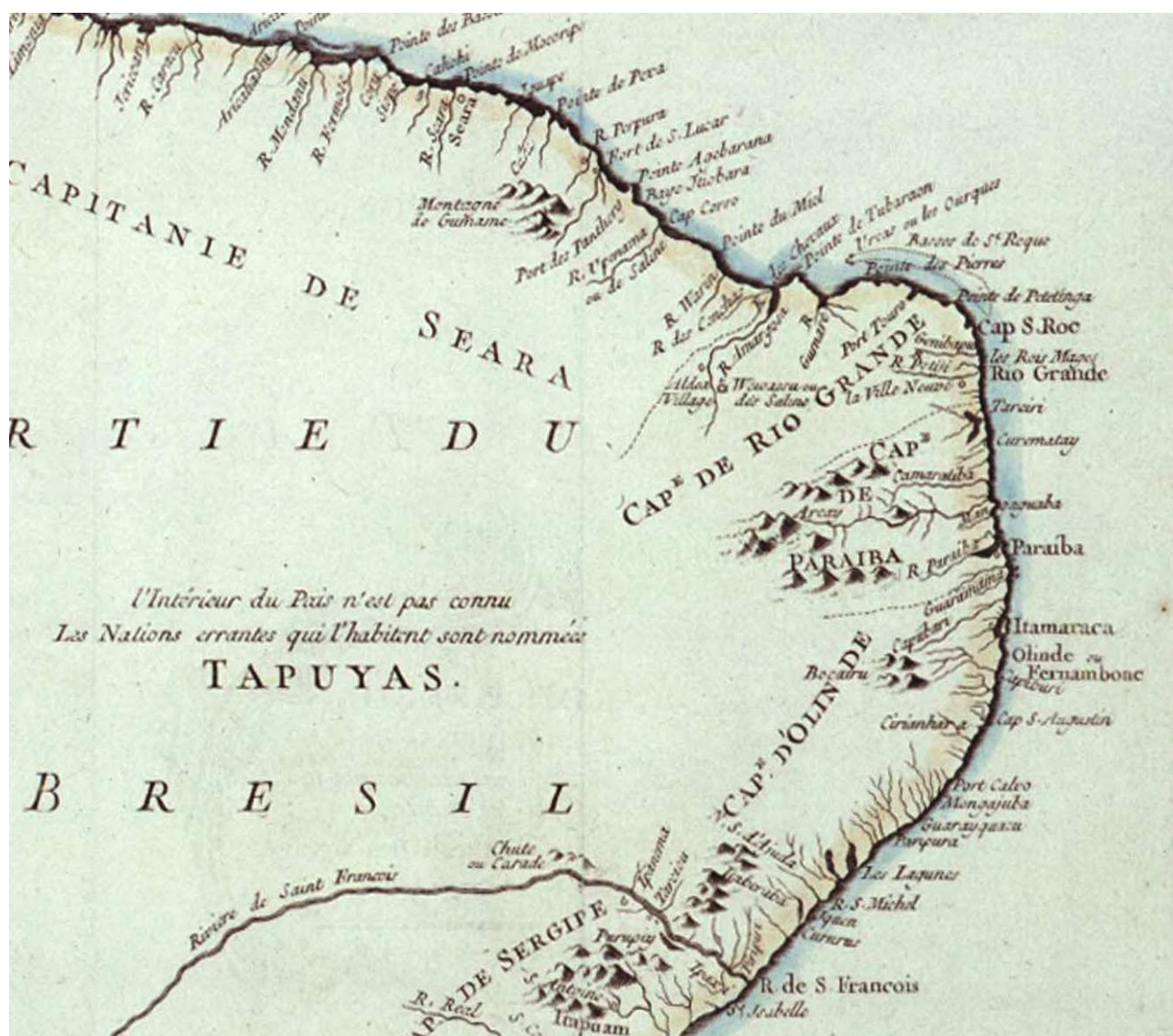
Contudo, o mais relevante na correspondência do conde de Povolide é a menção que faz a informações que possibilitam uma melhor compreensão do contrabando na capitania. Em primeiro lugar, o governador advertiu que a rota do contrabando começava na parte sul do Recife e chegava até ao rio de São Francisco (entre Alagoas, Sergipe e Baía); em segundo lugar, o governador informou que não via disposição nos poderes locais, referindo-se especificamente aos ouvidores, para mandar efectuar as prisões, prender as embarcações e tirar as devassas necessárias a fim de coibir tal prática; e em terceiro lugar, o governador advertia ao rei das relações de parentesco entre os contrabandistas, directores e funcionários da Direcção da Companhia. Informava que o sócio de Lemanha era Francisco de Passos Viana - irmão de três homens de negócio da praça do Recife, a saber: o capitão Luís Pereira Viana, o director da Companhia, Luís de Faria Viana, e de João Martins Viana, escrivão da conservatória por onde deveriam correr os processos judiciais de apreensão da embarcação. Por isso, duvidava o governador da celeridade do processo⁶³².

As rotas deste comércio ilegal de cabotagem demonstram que pequenos barcos desciam da vila do Recife, passando por Porto Calvo, já em Alagoas, chegando ao rio de São Francisco.

⁶³¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador de 1769, abril, 30, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8284. Ver também AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8444.

⁶³² Os irmãos do homem de negócio Francisco de Passos Viana, era um dos directores da companhia naquele ano, Luís de Faria Viana, um homem de «grosso trato» da praça do Recife, António de Faria Viana, que por ser ligado a Direcção da Companhia na década de 1780 é um dos maiores devedores, devendo mais de 35 contos de réis, e o já citado João Martins Viana, escrivão da conservatória. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador de 1769, abril, 30, Recife]. AHU_CU_015, Cx. 107, D. 8284.

Figura 6: Litoral das capitanias do Norte.



Fonte: *Carte du Brésil* - [1764]. Arquivo Histórico Ultramarino, cartografia impressa⁶³³.

⁶³³ [1764] *Carte du Brésil*, prem. Partie, depuis la Riviere des Amazones jusqu'à la Baye de Tous les Saints tiré de la Carte de l'amerique de Mr. Danville. O mapa assinala algumas vilas do litoral que vai da capitania do Ceará a de Sergipe. Na capitania de Pernambuco enfatiza a localização de Olinda, junto à vila do Recife, o Cabo de Santo Agostinho e logo a seguir Porto Calvo, o local citado pelo conde de Povolide onde se praticava o comércio ilegal por conta da proximidade com o Rio de São Francisco. AHU_CU_Cartografia impressa sobre o Brasil.

Os géneros pernambucanos poderiam sair da capitania e ser comercializados com o Reino de duas formas: via contrabando - através do comércio de cabotagem -, e por meio do comércio legal, que era monopólio da Companhia pombalina. Contudo e tal como foi já referido, para além de repassar os géneros para comissários baianos, os moradores de Pernambuco também compravam mercadorias europeias vindas, de forma lícita, nos navios da frota da Baía por preços mais convidativos que os da Companhia. Com esta actividade mercantil perdiam a instituição pombalina e a Fazenda Real da capitania, pois as mercadorias introduzidas em Pernambuco não pagavam as comissões devidas aos deputados da empresa comercial, nem os direitos reais na Alfândega do Recife ou na de Salvador, pois era vulgar entrarem fazendas em Pernambuco, oriundas da Baía, com selo falso ou mesmo sem o selo da Alfândega baiana⁶³⁴.

Da mesma forma que, deste modo, se introduziam ilegalmente no Recife fazendas europeias, também era possível praticar o contrabando por meio dos navios da Companhia pombalina. Em 1770, e apesar da legislação para coibir o comércio ilegal, a Junta denunciou à Secretaria de Estado a forma como funcionários da instituição pombalina em Pernambuco usavam os navios da Companhia no comércio ilegal de mercadorias, lesando a Fazenda Real no que respeitava ao pagamento de impostos. A Junta afirmava que comissários e oficiais dos navios da Companhia transportavam de Lisboa mercadorias como se fossem da instituição, desembarcavam-nas no porto do Recife, introduziam-nas na Alfândega sem pagarem fretes ou direitos e posteriormente selavam estas fazendas com selo falso, pondo-as à venda, misturadas com outras que eram legítimas e pagavam impostos⁶³⁵.

⁶³⁴ Borges de Macedo já havia demonstrado como a falta de policiamento adequado nos navios e a cumplicidade de agentes alfandegários facilitavam o contrabando. Jorge Borges de MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal...*, p. 85. Um ofício do governador de Pernambuco explica como fazendas sem selo vinham da Baía e eram vendidas na praça do Recife. As mercadorias vinham nos navios da frota e os oficiais destas embarcações ou mesmo pequenos agentes comerciais - que poderiam estar relacionados com comerciantes estrangeiros ou não -, introduziam-nas de forma clandestina em Salvador, pagavam subornos aos oficiais da Alfândega, e colocavam-nas em circulação naquela praça. E não era nada incomum este tipo de mercadoria sem selo, com selo falso, ou até mesmo com selo original da Alfândega da Baía, chegar em Pernambuco via comércio ilegal. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao conde de Oeiras. 1770, fevereiro, 8, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8371.

⁶³⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta da Junta da Companhia em Lisboa ao governador]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9737. Borges de Macedo menciona que estes activos pequenos mercadores foram incorporados pela própria companhia nos seus navios e eram o nervo do tráfego luso-brasileiro até ao século XIX. Jorge Borges de MACEDO, «O Marquês de Pombal...», p. 22.

Apesar do grande enfoque que o tema contrabando teve na correspondência trocada entre os poderes locais e os centrais, ressaltamos que sempre houve contrabando no comércio colonial. Destaca-se o que ocorria em Pernambuco durante a vigência da instituição comercial criada por Carvalho e Melo pela contradição, já que um dos objectivos da criação da Companhia era limitar este tipo de comércio.

Salientamos, pelo menos, três tipos de contrabando: o primeiro diz respeito ao que era praticado por estrangeiros. Eram pequenos comissários de casas comerciais, sobretudo inglesas, com sede em Lisboa e Porto, que conseguiam licenças para fazer viagens ao porto do Recife nos navios da Companhia. Aproveitavam-se das licenças para levarem fazendas diversas, em suas bagagens pessoais, para serem vendidas nas lojas do Recife sem pagarem os direitos alfandegários⁶³⁶.

O segundo tipo, o que era praticado pela Direcção da Companhia ou por agentes a ela ligados - os mesmos que, paradoxalmente e por sua função oficial, deveriam coibir tal prática -, era executado principalmente por oficiais de navios da própria Companhia, deputados e/ou seus parentes, como denunciou o conde de Povolide em seu ofício. Os sócios destes, sendo de capitanias vizinhas, enviavam pequenas embarcações para portos próximos à capitania de Pernambuco. Sendo o mais flagrante o caso da família Viana relatado no ofício do conde de Povolide ao secretário de Estado.

E, finalmente, o terceiro tipo, aquele que era praticado por parte das elites da capitania - principalmente as que não estavam relacionadas com a Direcção da Companhia e os senhores de engenho -, que não aceitavam a «política de preços» praticada pelo órgão local, nem a forma como este pagava os géneros coloniais que deveriam ser comercializados pela instituição pombalina: em letras ou em mercadorias, nunca em dinheiro.

O contrabando começou a concorrer de forma sistemática com a Companhia desde os primeiros anos da sua fundação. Nem mesmo os riscos que representava - de prisão para quem o praticava e confisco das mercadorias negociadas no comércio ilegal -,

⁶³⁶ Jorge Borges de MACEDO, «O Marquês de Pombal...» pp. 21-22. J. Borges de Macedo refere que os comissários volantes resistiram tenazmente ao alvará de 1755, que os identificava com o contrabando e conseguiram sobreviver como grupo social. Verificou-se que a supressão dos comissários volantes acabaria por prejudicar as companhias pombalinas que, desprovidas de meios para porem em prática os seus enormes privilégios mercantis, chamavam aos seus navios, estes pequenos mercadores

desencorajavam os moradores da capitania de Pernambuco⁶³⁷. Para as elites da terra era lucrativo comprar as mercadorias com preços mais aliciantes que os praticados pela Companhia pombalina, e enviar suas caixas de açúcar para serem despachadas pela Alfândega da Baía, onde o valor da arroba do produto poderia ser superior e o pagamento era feito em moeda e não em géneros. O contrabando passou, deste modo, a ser uma das formas encontradas pelas elites para resistir aos preços fixados pela Companhia e para aumentar sua margem de lucros.

A Baía teve um importante papel nas rotas de contrabando desenvolvidas pelos pernambucanos no comércio ilegal dos géneros coloniais, principalmente o açúcar. Por ter o comércio livre de monopólio, os géneros remetidos da Baía para Lisboa nas naus da frota poderiam alcançar na Corte um preço superior aos fixados pela Companhia pombalina em Pernambuco. O produtor em Pernambuco, ciente deste facto, poderia negociar com os agentes baianos no acto da venda um preço mais lucrativo para suas caixas de açúcar, feixes de tabaco e couros. Estes eram, por sua vez, comercializados nas praças de Lisboa e Porto como tendo sido produzidos na Baía.

Este negócio era feito por meio de embarcações de pequeno porte, as sumacas, utilizando as dezenas de rios navegáveis e seus afluentes, que interligavam o interior da capitania da Paraíba, passando por Pernambuco, até o litoral da Baía. O caso denunciado pelo conde de Povolide demonstra que os comissários volantes eram os agentes deste comércio ilegal que movimentava o negócio de centenas de caixas de açúcar numa única viagem.

Comissários que sempre agiram no comércio ilegal, nas primeiras décadas do século XVIII, por exemplo, estes comissários utilizavam os portos naturais próximos a Goiana, perto da Paraíba, e também mais a sul, próximos a Porto Calvo para comprar fumo de pequenos produtores. Eram os comissários os responsáveis por lançar na Costa da Mina o tabaco de primeira qualidade, que deveria ser inteiramente remetido para Lisboa, desobedecendo aos éditos do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses ordenava aos

⁶³⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1770, fevereiro, 8, Recife, ofício do governador, Manuel da Cunha Meneses ao Marquês Pombal, informando as dificuldades em reprimir o contrabando]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8371.

governadores de Pernambuco que contivessem a exportação directa deste tipo de tabaco para a Mina⁶³⁸.

Mas, não é correto afirmar que todos os comissários volantes eram contrabandistas. Muitos deles tinham licenças legítimas para operarem nas praças brasileiras em nome das feitorias britânicas. A de Lisboa tinha ligações com as casas comerciais portuguesas das capitanias do Norte, da Baía a Paraíba, e muitos destes comissários eram também agentes das companhias pombalinas⁶³⁹.

6.4 Governo, elites e Coroa: negociação política e adaptabilidade de ordens régias

Foi entre 1768 e 1769 que as queixas dos produtores de açúcar, dos comerciantes de couro e tabaco além de gerarem uma forte oposição à Companhia, foram remetidas oficialmente ao 29º governador de Pernambuco, que se esforçou para resolver a situação de impasse no que diz respeito ao negócio do açúcar, o mais importante da capitania⁶⁴⁰. O governador Manuel da Cunha Meneses (1769-1774), escolheu apoiar as queixas das elites produtoras de açúcar, e ao longo do seu governo, não teve um bom entendimento com a Direcção da Companhia, sendo este um dos motivos da sua saída para o governo da Baía⁶⁴¹.

Importa ainda referir, que durante sua administração na Baía não houve ajuda na repressão ao contrabando feito pelos moradores de Pernambuco, nem colaboração com o seu sucessor, José César de Meneses, que se queixava da falta de apoio e fiscalização por parte do governo da Baía⁶⁴². No que diz respeito à instituição pombalina, muitos dos requerimentos enviados ao centro da monarquia portuguesa, a favor do comércio livre e

⁶³⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. 1725. Carta do governador. AHU_ACL_CU_015, Cx. 31, D. 2854. Guillermo PALACIOS, *Campesinato e escravidão...*, pp. 69-71.

⁶³⁹ Jorge Borges de MACEDO, «O Marquês de Pombal...», pp. 21-22.

⁶⁴⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1767, maio, 27, Igaraçu]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 104, D. 8099.

⁶⁴¹ 29º Governador se a contagem for feita a partir de Francisco Barreto de Meneses, 1º governador após a Restauração Pernambucana de 1654.

⁶⁴² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador J. César de Meneses ao secretário sobre o contrabando entre Pernambuco e Baía. 1777, setembro, 30, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9667.

do encerramento da Companhia, tinham o discreto consentimento de Manuel da Cunha Meneses⁶⁴³.

Uma das medidas mais marcantes da administração de Manuel da Cunha Meneses ocorreu no início da sua administração, logo após ter assumido o comando da capitania de Pernambuco, em outubro de 1769. Ressaltámos que Cunha Meneses demonstrou desde cedo sua cooperação com as elites açucareiras.

As medidas tomadas pelo governador da capitania procurando adaptar as determinações régias às peculiaridades da situação local serão descritas e analisadas pelas consequências que provocaram. Uma carta régia de 1768 ordenava que todas as caixas de açúcar produzidas na capitania fossem marcadas em peso e qualidade pelos senhores de engenhos aquando de sua fabricação⁶⁴⁴ e deliberava que a informação dada pelo produtor era de sua responsabilidade. As caixas ao chegarem em Lisboa seriam inspecionadas antes dos leilões e, caso as informações assinaladas pelos proprietários, nos locais de fabricação, não correspondessem ao estado actual das caixas após a travessia marítima e desembarque na Corte, os produtores pagariam multas pelos lotes que estivessem corrompidos. Esta era uma medida há muito solicitada pela Direcção que, desde 1761, afirmava que os inspectores da Mesa da Inspecção eram parciais e favoreciam às elites açucareiras quando fiscalizavam as caixas e feixes de açúcar⁶⁴⁵.

Como era de prever, a publicitação da ordem régia em Pernambuco levou os senhores de engenho a utilizarem a alternativa legal que dispunham para encetarem uma negociação política com a Coroa: a comunicação directa com os órgãos do poder central. Canalizaram sua queixa ao rei - via Conselho Ultramarino -, por meio de um requerimento colectivo e utilizaram ainda a mediação da câmara para reforçar o seu pedido. Em conjunto, os senhores escrevem ao monarca solicitando que a Mesa da Inspecção

⁶⁴³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do secretário repreendendo o governador Manuel da Cunha Meneses por sua falta de apoio à Companhia. 1773, setembro, 18, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8804.

⁶⁴⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do secretário ao governador Manuel da Cunha Meneses. 1773, setembro, 18, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8804. A minuta é de Martinho de Melo e Castro, não tem data, e está nos apensos deste ofício do governador de 1773. Martinho de Melo e Castro, em resposta às cartas das câmaras contra a Companhia pombalina, referiu o exemplo «pernicioso» dado pelo governador Manuel da Cunha Meneses ao mandar suspender a execução de uma lei, de Sua Majestade, inconveniente aos senhores de engenho.

⁶⁴⁵ Este foi um dos motivos da Direcção intervir na eleição de João da Costa Monteiro para a Mesa da Inspecção. Afirmava a Direcção que este homem de negócio favoreceria os senhores de engenho. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

continuasse a avaliar as caixas de açúcar, como era da sua competência, assinalando o peso e a qualidade no momento da venda⁶⁴⁶. Assim, estariam isentos de obrigações no que respeitava ao estado das caixas de açúcar após meses de viagem⁶⁴⁷.

Torna-se necessário explicar porque a determinação real sobressaltou os senhores de engenho e os lavradores de açúcar. Primeiramente, porque cabia aos produtores cobrir todas as despesas com o fabrico, o encaixotamento e o transporte das caixas de açúcar até estas serem colocadas na balança da Mesa da Inspeção. As caixas saíam dos engenhos em carros com destino aos trapiches dos portos da marinha; de lá, eram conduzidas em canoas até aos navios. Antes do embarque final, o açúcar era pesado na balança da Mesa da Inspeção e a sua qualidade era analisada. Cumpridas estas etapas, as caixas eram vendidas, transportadas e finalmente depositadas nos porões das embarcações. Todos os custos, da produção do açúcar até ao embarque, cabiam aos senhores de engenho.

Em segundo lugar, ressalta-se que o processo, desde o fabrico até a venda, não era simples e sem riscos: os caminhos dos engenhos ao porto do Recife eram precários e o açúcar era um produto que requeria cuidados⁶⁴⁸. E por último, é preciso destacar que a carta régia previa punições, pagamento de taxas e acusações públicas, visto que os que fossem considerados culpados de adulterar o peso das caixas seriam vistos como falsificadores, não se levando em conta o facto de o açúcar ser um produto facilmente estragável⁶⁴⁹.

O governador, quando tomou conhecimento do caso, convocou os produtores de açúcar, os homens de negócio, os deputados da Companhia e da Mesa da Inspeção. Após ouvir todas as partes, concedeu o seu apoio aos produtores de açúcar, adaptando a ordem

⁶⁴⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta dos oficiais da Câmara do Recife ao rei sobre o pedido dos senhores de engenho de Pernambuco. 1769, junho, 17, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8301. E representação em AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1770, fevereiro, 6, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364.

⁶⁴⁷ A Mesa da Inspeção foi criada em 1751, por alvará régio, mas só começou a funcionar em Pernambuco no ano de 1752. Foi criada com o objectivo de analisar a qualidade do tabaco e do açúcar, incluindo a sua expedição e taxaço. No próximo capítulo examinaremos detalhadamente a institucionalização da Mesa na capitania e os conflitos de jurisdição com a companhia pombalina.

⁶⁴⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1770, fevereiro, 6, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364. A representação dos senhores de engenho ao rei está nos apensos do ofício do governador e é de 1768.

⁶⁴⁹ As explicações dos senhores de engenho era que «a mudança de tempo, a distância a ser percorrida, as passagens dos rios, as noites que são obrigados a ficar no campo, são circunstâncias que concorrem para a danificação deste género, por ser um dos mais delicados». AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1770, fevereiro, 6, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364.

régia para que não deixasse de ser cumprida e não prejudicasse esta parcela das elites. Para o governador, era mais justo para estas elites se a Mesa da Inspeção, criada em 1751 com o objectivo de tratar dos negócios do Açúcar e do Tabaco, cuidasse da análise do peso e tamanho das caixas de açúcar, assinalando estas informações em cada caixa, antes do embarque delas para Lisboa⁶⁵⁰. Se na travessia atlântica a qualidade original do produto fosse perdida, a responsabilidade não seria dos produtores. E, assim, por portaria de 16 de dezembro de 1769, o governador suspendeu a carta régia de 1768⁶⁵¹.

Para dar conhecimento às instituições centrais de sua decisão, o governador escreveu directamente ao conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho Melo, em 1770, e explicou o motivo pelo qual apoiava o pedido das elites e, por isso, revogava a carta régia. Apresentava ao secretário de Estado sua resolução do problema, isto é, passava uma portaria na qual cumpria a determinação régia sobre a análise do açúcar, mas adaptava a forma pela qual a ordem seria cumprida, de modo a não prejudicar os produtores de açúcar e, ao mesmo tempo, cumprir as ordens da Coroa.

Ressaltamos que, dos catorze ofícios que Manuel da Cunha Meneses enviou às instituições centrais no mês de fevereiro de 1770, apenas um foi dirigido à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, à qual estava directamente subordinado. Os outros foram destinados ao conde de Oeiras, secretário de Estado do Reino e Mercês, confirmando-se, assim, a posição deste como principal decisor político do reinado josefino.

Chamamos atenção para o facto de a revogação de uma carta régia ser um acto incomum, mas passível de ocorrer no período de Antigo Regime. Isso comprova a ideia, já disseminada por Russell-Wood, que nas relações entre o centro e a periferia existia sempre espaço para a negociação. Na história colonial da América portuguesa ocorreram numerosos exemplos de como os vassalos foram capazes de exercer pressão sobre as autoridades, no sentido de modificar medidas emanadas pela Coroa ou de atrasar a execução de acções estabelecidas, negociando acordos menos lesivos aos interesses regionais⁶⁵². Este parece ter sido um dos casos, com os produtores de açúcar a pressionarem o governador para que tomasse uma atitude que beneficiasse os vassalos na

⁶⁵⁰ No próximo capítulo trataremos com mais vagar sobre esta outra instituição criada no período pombalino: a Mesa da Inspeção.

⁶⁵¹ AHU - Conselho Ultramarino - Pernambuco. [Portaria em anexo ao ofício dirigido ao conde de Oeiras. 1770, fevereiro, 6, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364.

⁶⁵² Anthony J. R. RUSSELL-WOOD, «Centros e periferias no mundo luso-brasileiro...», pp. 202 e ss.

capitania. O governador levou em consideração o pedido das elites produtoras e revogou a carta régia, levando ao limite o grau de autonomia que os representantes da Coroa tinham quando governavam as partes do império.

Contudo, o excesso cometido pelo representante da Coroa, que tão mal pareceu aos olhos do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, como afirmou num ofício ao governador⁶⁵³, foi aceite pelo rei. A missiva de Manuel da Cunha Meneses ao conde de Oeiras, em fevereiro de 1770, anexando sua portaria de dezembro de 1769, foi respondida em novembro de 1770, pelo secretário Martinho de Melo e Castro. Na resposta, o secretário de Estado confirmava que os ofícios de Pernambuco, de janeiro a julho daquele ano, foram recebidos, lidos e analisados. Informava que não cabia uma resposta individual a cada um deles por tratarem de matérias tão diversas⁶⁵⁴. Todavia, comunicava que o monarca resolvera aprovar a adaptação das ordens régias feita pelo governador Manuel da Cunha Meneses objectivando «cessar toda a animosidade que se tem manifestado entre os habitantes dessas capitanias»⁶⁵⁵.

Sobre Manuel da Cunha Meneses importa esclarecer que tinha apenas 27 anos quando assumiu a capitania de Pernambuco, em 1769⁶⁵⁶. Foi sua primeira grande função no serviço real, possivelmente recebida porque seu pai havia sido vedor da rainha D. Maria Ana de Áustria. Ao retornar de suas comissões em Pernambuco e Baía, veio a receber as remunerações esperadas pelos serviços prestados e acumulou títulos: o de conde de Lumiares - por casamento com D. Maria do Resgate Portugal -, um lugar de conselheiro de Estado e de gentil-homem da real câmara, além das comendas de Santa Maria de Tavira, da Ordem de Santiago e de Cristo. Também foi cavaleiro professo da Ordem de Santiago, já no reinado de D. Maria I⁶⁵⁷.

⁶⁵³ AHU - Conselho Ultramarino - Pernambuco. [1773, setembro, 18, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8804.

⁶⁵⁴ Tais como: envio de madeiras, construção de navios, queixas dos moradores da Paraíba contra o governador, remessa de navios da Companhia etc.

⁶⁵⁵ Mesmo repassando a aprovação de D. José às acções do governador, o secretário da Marinha e Ultramar não deixou de demonstrar que se aquele oficial tivesse cortado «pelas raízes as perturbações que facilmente se podiam ter prevenido e acautelado, [...] se lhe tivessem aplicado o remédio no mesmo instante [...]», o governador não precisaria ter suspenso a carta régia. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 136v. Ofício de 13 de novembro de 1770.

⁶⁵⁶ F. A. Pereira da COSTA, «Governadores e capitães gerais de Pernambuco...», vol. X, pp. 452 e ss.

⁶⁵⁷ Título de conde de Lumiares e outras mercês em ANTT/RGM, D. Maria I, liv. 23, fl. 37, título que foi repassado para o seu filho, ANTT/RGM, D. Maria I, liv. 27, f. 195v. Carta de Comendador em

Para compreendermos a atitude deste representante da Coroa, é preciso levar em consideração as competências, funções e o grau de autonomia considerável que os governadores tinham, mesmo depois das reformas pombalinas. No consulado pombalino, os governadores ainda seguiam, de uma forma geral, o regimento de Roque da Costa Barreto, de 1677, acrescido de instruções escritas dadas em mão a cada um dos governadores ou transmitidas verbalmente pela Secretaria de Estado⁶⁵⁸. Nesta transmissão de ordens devia ter-se em conta a diversidade do espaço colonial e o facto de que cada capitania representava uma situação diferenciada, com problemas característicos.

Ora, este tipo de especificidades não podia ser contemplado num documento generalista, como era o caso do conjunto de normas elaborado no século XVII, para o governo-geral do Estado do Brasil. Muitas vezes, um governador nomeado para uma capitania podia receber uma instrução nova da Secretaria, ou como ocorria na maioria dos casos, recebia de seu antecessor informações atualizadas que o instruíam em como proceder no exercício específico do cargo⁶⁵⁹. A resolução de muitos problemas envolvia alguma autonomia decisória por parte dos governadores, pois dependendo do assunto em discussão, nem sempre era possível esperar por uma resposta das instituições centrais. No caso acima descrito, o governador adaptou as determinações régias em benefício das elites locais. Cabia ao representante régio deliberar rapidamente sobre determinado tipo de dissensões, a fim de evitar situações de intranquilidade e motins⁶⁶⁰.

Ao longo do século XVIII, os governadores continuaram a manter ampla autonomia, verificável no fluxo de correspondência que se revela imensa no que diz respeito às relações horizontais com os organismos da Coroa e escassa no que respeita às relações

ANTT/RGM, D. Maria I, liv. 2, 88v. Carta de padrão e tença de 400 mil réis em ANTT/RGM, D. Maria I, liv. 1, fl. 282v.

⁶⁵⁸ A análise do regimento de Roque da Costa Barreto pode ser encontrada em Francisco Carlos COSENTINO, *Governadores...*, pp. 253-256.

⁶⁵⁹ Heloísa Bellotto afirma que as instruções que o governador deixa para o agente que o sucede representam uma tentativa de orientação para a solução dos problemas que poderia enfrentar a frente do governo. Essa «informação» obedecia ao estabelecido pelo rei, de que fossem repassadas ao novo governador todas as notícias que pudessem possibilitar um melhor entendimento da situação da capitania. Heloísa Liberalli BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª ed. (São Paulo: Alameda, 2007), p. 291.

⁶⁶⁰ Ao monarca várias imagens poderiam ser aplicadas, uma delas era a de «senhor da justiça e da paz». Na sociedade colonial vigoravam valores de Antigo Regime, valeu ao governador representar a pessoa do rei em sua função suprema: a de fazer justiça e garantir a paz. José SUBTIL, «Os poderes do Centro», em *História de Portugal...* vol. 4, p. 141.

com o vice-rei. Sem interferência do vice-rei, os governadores cuidavam, por exemplo, da defesa da capitania, do recrutamento, das obras públicas, do envio das frotas, das diligências em navios estrangeiros, a fim de evitar que estes vendessem suas mercadorias nas capitanias do litoral sob o pretexto de ali terem aportado para consertos ou mantimentos; passavam cartas patentes, de nomeação e de sesmarias, desde que confirmadas pelo rei, não pelo vice-rei. E, mesmo com as reformas pombalinas, não houve transformação deste «modo de governar» no império: os capitães-generais mantiveram relação estreita com a Coroa e esta foi reforçada com a criação das Juntas de Justiça e Juntas das Fazendas, uma vez que ambas reportavam directamente aos organismos centrais sem interferência ou comunicação ao vice-rei⁶⁶¹.

Quem melhor compreendeu a relação entre os governadores e os vice-reis foi D. Fernando José de Portugal⁶⁶² que, em comentário feito no princípio do século XIX, afirmava que os governadores locais possuíam autonomia nos assuntos que se referiam ao governo local das suas capitanias. No entanto, eram inteiramente subordinados ao governo-geral no que se referia à defesa e às práticas políticas inerentes a administração do Estado do Brasil⁶⁶³.

Porém, o caso aqui apresentado ultrapassa a questão da autonomia que os governadores possuíam, pois Manuel da Cunha Meneses ousou adaptar as determinações estipuladas na carta régia, revogando-a por meio de uma portaria sua. Neste caso, cremos tratar-se de uma exorbitância de poderes porque o governador, ao suspender a ordem do rei de 1768, entrou em disputa, provavelmente não intencional, com a própria Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, por onde a carta régia fora passada. Ao invalidar a carta régia por portaria, procurou se salvaguardar condicionando a aplicabilidade desta apenas enquanto não houvesse ordem por parte das instituições centrais⁶⁶⁴.

Todavia, o rei entendeu a situação e confirmou a providência tomada pelo governador de Pernambuco: a da sua transigência face ao pedido das elites produtoras, tal

⁶⁶¹ Francisco BETHENCOURT, «Configurações...» em *História da Expansão...* vol. 3, p. 241.

⁶⁶² Vice-rei do Brasil entre 1788-1801.

⁶⁶³ Marcos Carneiro de MENDONÇA, *Raízes da Formação Administrativa do Brasil* (Rio de Janeiro: Gráfica Carioca, 1972), p. 805.

⁶⁶⁴ Nuno Gonçalo MONTEIRO, «O Brasil na corte portuguesa do século XVIII», em *Brasil-Brasis: cousas notáveis e espantosas. A construção do Brasil: 1500-1825, org. Joaquim Romero MAGALHÃES* (Lisboa: CNDP, 2000), p. 56.

como Russell-Wood referiu que acontecia no período colonial⁶⁶⁵, cedência que fez extrapolar o poder que lhe fora conferido. Mas ao informar ao conde de Oeiras e esperar a ratificação ou punição pelos seus actos, fez inclinar em seu favor o 'pêndulo' da Coroa. Afinal, na conclusão deste impasse, o rei acabaria por confirmar a portaria do governador⁶⁶⁶.

No que diz respeito à companhia pombalina, muitos dos requerimentos enviados ao centro da monarquia portuguesa a favor do comércio livre e do encerramento da instituição comercial tinham o discreto consentimento de Manuel da Cunha Meneses. Resumimos a seguir, um ofício anónimo, dirigido ao conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, a favor da empresa comercial, com informações detalhadas sobre o contrabando e com uma opinião peculiar acerca do modo como governava Manuel da Cunha Meneses⁶⁶⁷.

A relevância do ofício está nas referências que faz acerca de quem eram os opositores da companhia, como se dava o contrabando e as redes existentes entre os governadores e os homens de negócio antes da companhia. O autor considerava que os governadores anteriores, Luís Diogo Lobo da Silva e os condes de Vila Flor e Povolide, tinham zelado pelos interesses da Coroa e pelo bem-estar do povo, combatendo o contrabando e defendendo a companhia. Mas que tal não acontecia com o governador Manuel da Cunha Meneses.

Informava que o criado pessoal do governador, João de Santa Ana, a quem havia dado o lugar de alferes de um dos Regimentos da praça do Recife, dizia publicamente que Cunha Meneses não simpatizava com a instituição pombalina. Isso fora pretexto para que alguns fizessem abaixo-assinados informando que, em breve, se poderia peticionar livremente a extinção da companhia. Por medo de represálias, pediam segredo a quem assinasse os documentos contra a Companhia. Estes haviam sido entregues a João de Santa Ana que viajou para Lisboa munido de requerimentos, açúcar, dinheiro e ouro, a fim

⁶⁶⁵ Anthony J. R. RUSSELL-WOOD, «Centros e periferias no mundo luso-brasileiro...», pp. 202-206.

⁶⁶⁶ Conforme o aviso do secretário de Estado. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 136v. Ofício de 13 de novembro de 1770.

⁶⁶⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício anónimo ao conde de Oeiras. 1770, julho, 22, Recife]. AHU_ACL_CU_ Cx. 109, D. 8444. Podemos sugerir como autor da missiva o intendente da Companhia, António José Souto, em virtude dos detalhes que dá acerca do comércio da companhia e dos «contrabandistas»

de despachar os pedidos no Conselho Ultramarino e Secretaria de Estado. O motivo da viagem era do conhecimento do governador.

Na opinião do autor da carta, a Companhia apenas havia causado prejuízos aos comissários que vinham de Lisboa e a uma dúzia de comerciantes da praça do Recife. Em contrapartida, havia reerguido o negócio do açúcar e, por isso, era uma instituição que beneficiava a economia da capitania. O signatário acusava de conspiradores os comerciantes Luís Pereira Brandão, António da Silva Loureiro, Marçal Coelho e Felipe Ribeiro Ribas⁶⁶⁸.

Apontava como contrabandistas o senhor de engenho Patrício José de Oliveira, o coronel auxiliar e dono de engenho João Batista de Vasconcelos, o mercador a retalho e Manuel Alves Monteiro e o boticário José de Abreu Cordeiro⁶⁶⁹. Estes mandavam os seus barcos carregados de carne para negociarem no Rio de Janeiro, comprando na capital fluminense, «fazendas diversas» que introduziam nos portos do interior de Pernambuco, Paraíba e Ceará⁶⁷⁰. O motivo da inimizade do senhor de engenho Patrício José de Oliveira para com a Companhia era de foro particular: sendo accionista, não fora nomeado para a Direcção⁶⁷¹.

É possível assinalar que Manuel Alves Monteiro, António da Silva Loureiro e Patrício José de Oliveira eram também donos de fábricas de solas e atanados e que entre 1766 e 1768 haviam solicitado, de forma contínua à Direcção, que mantivesse os preços das solas, pedido que fora indeferido de forma cabal pela Direcção em 1768. Por isso, a denúncia de que eram contrabandistas, era bastante credível, visto que a redução do preço da sola

⁶⁶⁸ A. Silva Loureiro foi um dos homens de negócio que assinou a representação de 1757 solicitando permissão para criar uma companhia para o resgate de carnes secas e couros do sertão AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1757, maio, 21, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965.

⁶⁶⁹ Estes homens eram infratores conhecidos e que nunca foram punidos. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício anónimo ao conde de Oeiras. 1770, julho, 22, Recife]. AHU_ACL_CU_ Cx. 109, D. 8444. O conde de Povolide já chamara a atenção para a pouca diligência dos ministros na perseguição aos contrabandos, a anuência do juiz conservador e as denúncias realizadas nos governos anteriores ao seu, que ficaram sem serem solucionados.

⁶⁷⁰ Portos de vilas ou lugarejos que iam da região do Agreste da capitania de Pernambuco chegando até a do Ceará, passando pela Paraíba. Nesta região havia um conjunto de rios navegáveis: Capibaribe, Paraíba, Acaraú, Una e Jaguaribe.

⁶⁷¹ Em 1761, Patrício José de Oliveira tornou-se cavaleiro da Ordem de Cristo e, em 1770, era senhor de engenho (Pirapama no Cabo), dono de uma fábrica de atanados e capitão. 1770, Junho, 9. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8425. George F. C. de SOUZA, *Tratos & mofatras...*, p. 187.

arbitrada pela Direcção causou grandes prejuízos aos fabricantes e negociantes de solas e atanados⁶⁷².

Um dos argumentos para garantir uma aliança política entre os descontentes com a Companhia com Manuel da Cunha Meneses - referido na carta -, estava na ideia de que o comércio livre beneficiava os interesses particulares dos governadores coloniais, e o monopolizado, prejudicava-os. No tempo do comércio livre os governadores enriqueciam rapidamente através do trato negreiro e da comercialização da cana-de-açúcar, os principais ramos comerciais da capitania. Era possível ao governador participar do comércio de africanos na Costa da Mina e em Angola, de forma indirecta, pois as licenças concedidas aos navios para este fim eram passadas pelas secretarias de governo aos comerciantes de «grosso trato». Facilidades concedidas pelos governadores favoreciam o surgimento de alianças mercantis entre estes e os comerciantes negreiros. No que concerne ao açúcar, no tempo do comércio livre, os governadores podiam enviar caixas de açúcar para Lisboa, quase sem pagamento de frete e isento de direitos na Alfândega do Recife⁶⁷³.

Embora o signatário não tenha acusado o governador de ter-se, explicitamente, associado ao «partido» dos descontentes com a Companhia, informava que o representante da Coroa tinha conhecimento desta situação conflituosa, em virtude das relações existentes entre o seu ajudante de ordens e os segmentos das elites que estavam descontentes com a instituição pombalina, bem como, pelas licenças que alguns destes opositores conseguiam da secretaria de governo para enviar seus barcos para outras praças, tanto capitanias vizinhas, quanto no atlântico. Sendo desta forma que os anseios e os interesses deste grupo de descontentes - liderados pelo senhor de engenho Patrício José de Oliveira, o boticário José de Abreu Cordeiro e os fabricantes de atanados Manuel Alves Monteiro, António da Silva Loureiro - chegavam ao «gabinete e ao coração do governador»⁶⁷⁴.

⁶⁷² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco]. AHU_ACL_CU_ Cx. 108, D. 8393. Anexo letra F.

⁶⁷³ Maria de Fátima Silva GOUVEIA, Marília Nogueira dos SANTOS e Gabriel FRAZÃO, «Relações de poder e conhecimento na governação do império português: 1688-1735», *Revista Topoi*, vol. V, nº 8 (2004): pp. 106-137. Os autores demonstram que relações de amizade e parentesco relacionavam governadores coloniais e oficiais régios com o comércio de escravos entre as praças africanas e Pernambuco desde muito cedo.

⁶⁷⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício anónimo ao conde de Oeiras]. 1770, julho, 22, Recife: AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8444.

Portanto, não é sem fundamento que o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, num ofício ao governador, afirmava que Manuel da Cunha Meneses deveria ser repreendido pelo seu comportamento parcial enquanto agente da governação⁶⁷⁵. Contudo, tal não aconteceu, pois ao sair do governo da capitania de Pernambuco assumiu o da Baía. Nomeação que pode ser compreendida como uma promoção, pois a Baía, sede do Estado do Brasil por mais de dois séculos, era a maior produtora de açúcar do período e a segunda região mais relevante da América portuguesa em exportações para Portugal⁶⁷⁶.

Ressalta-se que o ofício anónimo revela de forma indirecta, a existência de uma relação entre Manuel da Cunha Meneses e uma parte das elites - a que se opunha à Companhia⁶⁷⁷. Aliança que também pode ser constatada nas licenças que Manuel da Cunha Meneses passava aos homens de negócio que não se relacionavam à instituição pombalina, a fim de fazerem comércio em áreas de monopólio da empresa comercial, como é o caso da Costa da Mina. Também há indícios na documentação, que o governador usava o comércio ilegal para ter acesso às mercadorias oriundas da Baía (desde vestuário a mobiliário), com preços mais reduzidos que os praticados na capitania, que eram transportadas em pequenas embarcações e jangadas, e entravam no porto do Recife, como se de fardamento se tratasse⁶⁷⁸.

A carta anónima é um exemplo daquilo que Russell-Wood apontou como sendo factores endémicos no governo do império: a importância dos parentescos e as pressões exercidas sobre o governo pelos interesses corporativos. Esta missiva - escrita por um vassalo nascido em Portugal, recentemente chegado ao Recife -, demonstrava os problemas que a Coroa tinha com os governadores enviados do centro político para as periferias, devido aos interesses corporativos. Ambos os factores, as ligações familiares ou

⁶⁷⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Minuta do secretário nos anexos do ofício do governador. 1773, setembro, 18, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8804.

⁶⁷⁶ Para além do governo da Baía, o governador no seu regresso a Portugal recebeu ainda vários títulos e tornou-se conde de Lumiares em 1788, por casamento com D. Maria do Resgate Portugal Carneiro de Sousa e Faro, 3ª condessa. F. A. Pereira da COSTA, *Anais Pernambucanos...*, Vol. VI, p. 301.

⁶⁷⁷ Em ao menos uma ocasião o governador favoreceu as elites produtoras da capitania, quando revogou a Carta Régia de 1768. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1770, fevereiro, 6, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364. Entre os que pediram a revogação da carta régia encontramos os senhores de engenho Francisco Xavier C. de Albuquerque, António de Sousa Leão, António de Barros Branco, Francisco de Albuquerque e Melo, Manuel Neto Carneiro Leão, Patrício José de Oliveira e Tomé Correia de Araújo (que assina como senhor de engenho). Nomes que estarão associados ao «partido» opositor à Companhia anos mais tarde.

⁶⁷⁸ As licenças e o envio de mercadorias da Baía são referidos num auto de testemunhas. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Auto de testemunhas, 1778, outubro, 4, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 131, D. 9872.

de amizade e a instrumentalização por parte de grupos com interesses regionais, se chocavam com o ideal de imparcialidade exigido aos representantes da Coroa. Tornava-se quase impossível não ceder perante os interesses corporativos, neste caso, os dos homens de negócio e dos agentes do poder local, que procuravam chamar a atenção do governador mostrando o lucro que este poderia ter, caso a companhia não existisse⁶⁷⁹.

Em segundo lugar, ressalta-se que as elites eram maioritariamente compostas por ricos proprietários rurais, homens de negócio, indivíduos que ocupavam os mais altos postos da burocracia fiscal e administrativa e por outros que possuíam as patentes mais elevadas das forças militares regulares e locais. Sendo o exercício de cargos nas estruturas burocráticas e económicas da colónia mais um factor que fortalecia e aumentava a posição económica e a importância social. A companhia pombalina abalou o parco equilíbrio existente entre os interesses de cada segmento destas elites. Pertencer à sua estrutura administrativa não apenas aumentava o prestígio, como também dava a estes indivíduos - homens de negócio e militares, em sua maioria -, o controlo total do comércio, caso não existisse um contrabando de géneros «da terra». Portanto, no que se relaciona ao comércio legal, exclusivo da companhia pombalina, eram eles, os directores, quem definiam os preços pelos quais estes géneros eram comprados, a forma como eram pagos, quais eram as condições e os juros dos empréstimos⁶⁸⁰.

Como se sabe, antes da Companhia, a «harmonia» entre estes diversos segmentos que compunham as elites não era completa. Os senhores de engenho - o principal grupo das elites agrárias - foram sempre maus pagadores e sempre recorreram ao crédito local para financiar as suas produções, repor a mão-de-obra escrava e sustentar o estilo de vida faustoso e a ostentação em que viviam. Mas como não declaravam falência, como ocorria com os mercadores, apenas se tornavam incumpridores de suas obrigações. Sua eventual incapacidade de honrar compromissos financeiros não era amparada pelos mesmos arranjos institucionais que presidiam ao insucesso nos negócios dos mercadores, que era o recurso à falência⁶⁸¹.

⁶⁷⁹ Anthony J. R. RUSSELL-WOOD, «Governantes e Agentes», em *História da Expansão...* vol. 3, pp. 170-171.

⁶⁸⁰ Temática que será examinada na segunda parte do capítulo 8 com mais vagar.

⁶⁸¹ Teresa C. N. MARQUES, «o rescaldo da Cia. Pernambuco e Paraíba: crédito, endividamento e tensão social, 1808-1821», *Paper* para APHES, Universidade do Porto, 2009, pp. 5- 6. [Consultado em 10 de dezembro de 2011]. Disponível em: http://web.letras.up.pt/aphes29/data/3rd/TeresaMarques_Texto.pdf.

Por sua vez, a falência era um privilégio concedido às elites mercantis. Os grandes homens de negócio, vendo diminuído o seu crédito e reputação, podiam dissolver o negócio ficando livres de quase todas as penas. Nem por isso, os produtores de açúcar deixaram de encontrar soluções políticas para permanecer à frente de suas herdades, evitar o confisco de seus bens e, paradoxalmente continuar a obter empréstimos para conduzir seus negócios⁶⁸². A questão é que, ainda assim, a Direcção ampliou o crédito, cobrou os juros máximos permitidos por lei e contribuiu para que o endividamento dos produtores de açúcar, tabaco e criadores de gado- segmentos das elites agrárias que mais se opunham à Direcção da Companhia -, tomasse proporções nunca antes ocorridas. Ao mesmo tempo, não agiu com a celeridade e com o rigor que a Junta em Lisboa ordenava para recuperar os capitais paralisados.

Não obstante a relevância que demos ao contrabando, este não foi o único problema enfrentado pela Companhia. Destacam-se ainda a seca, as péssimas safras dos anos de 1769 e 1777, a baixa do preço do açúcar e a pouca variedade e altos preços dos géneros comercializados na capitania, factores que geraram um clima de insatisfação e indisciplina contra a Companhia⁶⁸³.

A nosso ver, a instituição pombalina foi criada em 1759, como resposta aos pedidos de uma dezena de homens de negócio feitos no ano de 1757, mediados pelo então governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva. Contudo, a Companhia pombalina foi institucionalizada nos moldes de sua congénere do Grão-Pará e Maranhão, com estatutos propostos pelos homens de negócio de Lisboa, tendo entre os principais accionistas o próprio conde de Oeiras. Porém, destacamos que os estatutos da empresa comercial, aprovados por alvará régio, permitiam que integrantes das elites locais participassem da instituição, ora como accionistas, ora como directores locais.

A companhia de comércio acabou por ter um papel importante dentro da administração pombalina para o ultramar português e marcou de forma perceptível o governo e a economia da capitania de Pernambuco, em toda a segunda metade do século XVIII, nem sempre por ter cumprido os objectivos para os quais fora criada: reerguer a

⁶⁸² Teresa C. N. MARQUES, «o rescaldo da Cia. Pernambuco e Paraíba...», pp. 5- 6.

⁶⁸³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1757, maio, 18, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6948. Embora, teoricamente, a Junta fosse o centro das decisões, o que ocorreu em Pernambuco foi o controlo do comércio por parte dos homens de negócio que faziam parte da Direcção e que nem sempre cumpriam as ordens da Junta de Lisboa, como será analisado no capítulo 10.

produção e o comércio de açúcar e tabaco com o centro do império, fomentar novas culturas, expandir o lucrativo comércio de escravos com a África, e como refere Kenneth Maxwell, reforçar as ligações comerciais com o centro diminuindo o contrabando⁶⁸⁴. Por seu turno, os estudos clássicos sobre as companhias caracterizaram-nas como expressão do mercantilismo pombalino, na sua forma mais característica, já que nelas se fundiam interesses públicos e lucros privados, da Coroa e de particulares. As Companhias asseguravam o monopólio do comércio colonial nas zonas em que atuavam e canalizavam os lucros daí advindos para uma minoria de comerciantes metropolitanos, os principais accionistas das Companhias. Estas eram manifestações do mercantilismo⁶⁸⁵.

Esta abordagem não levava em consideração o grupo mercantil local ao afirmar que a acção das companhias pombalinas acelerou a acumulação capitalista na Europa pela abertura de novos mercados, como se apenas do grupo mercantil de Lisboa e Porto se tratasse⁶⁸⁶, e a Direcção da Companhia não fosse formada por homens de negócio residentes na praça do Recife. Nos estudos clássicos, as acções destes deputados foram absorvidas por directrizes emanadas de Lisboa. O que nem sempre aconteceu, pois a Direcção, uma instituição estabelecida na vila do Recife e controlada por «clãs mercantis» locais, obedeceu às ordens da Junta, localizada em Lisboa, de forma descontinuada, como evidenciam as críticas do secretário de Estado às acções dos deputados em Pernambuco⁶⁸⁷.

A Direcção, ao enriquecer ilicitamente através do contrabando, controlando rotas, envolvendo e beneficiando parentes de accionistas e deputados, usou a sua posição em favor dos seus membros. Estes, protegidos por sua posição como directores, procuraram desde a institucionalização da Companhia, aumentar os privilégios aos quais tinham

⁶⁸⁴ K. MAXWELL, *Chocolates, piratas...*, p. 226.

⁶⁸⁵ Cf. António CARREIRA, *As Companhias Pombalinas...*, p. 222; José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e...*, pp. 7-12.

⁶⁸⁶ Para António Carreira, com a criação da Companhia, os homens de negócio de Lisboa e do Porto impuseram-se aos da Baía: a Companhia foi então uma medida punitiva por se excederem nas liberdades do comércio. José Ribeiro Júnior afirma que a Companhia de Pernambuco e Paraíba foi instalada nas bases determinadas pelas instituições do centro sob a influência dos mercadores reinóis para incentivar o comércio com Angola e evitar o comércio resultante do contato dos negociantes coloniais com holandeses e ingleses na Costa da Mina. António Carreira, *As Companhias Pombalinas...*, pp. 228-232 e José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e...*, p. 75. São análises que reforçam a dependência da colónia ante a metrópole.

⁶⁸⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_015, Cx. 130, D. 9832. Uma análise mais detalhada da desarmonia entre as ordens da Junta e o cumprimento delas pela Direcção será feita no próximo capítulo.

direito. Entre eles podemos citar o facto de apropriaram-se do crédito para o desenvolvimento da agricultura, e de forma pessoal, assenhorearem-se das arrematações dos principais contratos com o capital remetido pela Junta em Lisboa para os moradores⁶⁸⁸. Além disso, ao controlarem o preço dos géneros que entravam e saíam da capitania, com o apoio da Junta e, indirectamente, com o aval da Coroa, acabaram por gerar nas restantes elites, alijadas do poder dado pela participação na Direcção, um forte sentimento de oposição à Companhia pombalina, sobretudo na sua face visível e próxima: aquela que atuava em Pernambuco⁶⁸⁹.

Assim, torna-se necessário levar em conta a margem de manobra dos indivíduos envolvidos na Direcção da Companhia, bem como a transformação desta instituição em instrumento de acumulação de capitais para alguns homens de negócio de Pernambuco. Ou seja, estes homens de negócio, seus familiares e/ou amigos, passaram a controlar - através da Companhia e com a legitimação da Coroa -, os principais contratos da capitania⁶⁹⁰, a comercialização do açúcar, o que acabou por favorecê-los, aumentando exponencialmente os seus ganhos⁶⁹¹.

Os principais estudos sobre a companhia de comércio em Pernambuco defendem que o segmento mercantil estabelecido em terras 'americanas', não foi capaz de se impor

⁶⁸⁸ Sobre os privilégios a mais que pediam, ver representação em AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7214. Além do que estabelecia o alvará de criação da companhia, os homens de negócio da praça do Recife que entraram na Companhia pediram ao rei que fosse permitido mandarem vir todo o necessário para suas casas, livres de impostos, e que fossem nomeados administradores da Companhia pelo governador para regularem as primeiras frotas. Assim, restringiriam o acesso à administração dos capitais da Companhia a outras que podiam dispor desta condição.

⁶⁸⁹ Usar a instituição pombalina para enriquecer e obter mais privilégios e ganhos era normal, uma vez que antes da Companhia, estes homens de negócio eram os principais arrematantes dos contratos da capitania. Ver Clara ARAÚJO, «Bastidores das arrematações: contratos de Pernambuco (1730-1780)» *Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História*, São Paulo, USP (2011): pp. 4-6. [Consultado em 10 de dezembro de 2011]. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300562628_ARQUIVO_ClaraFarias.pdf.

⁶⁹⁰ A relação entre o «braço local» da Companhia e a arrematação de contratos será feita mais adiante e ainda nesta parte da tese O contrato da carne, por exemplo, foi adjudicado até 1764, de forma quase exclusiva, à família Monteiro, especialmente por Luís da Costa Monteiro e, a partir de 1764, por Manuel Gomes dos Santos. Gomes dos Santos esteve presente na Direcção da Companhia em todo o período de monopólio. Bem como um elemento dos Costa Monteiro: Luís ou Diogo (pai e filho).

⁶⁹¹ Ver AHU_ACL_CU_Contratos de Pernambuco, Cod. 1827. Demonstração dos contratos reais de Pernambuco, de 1764 a 1777. Neste código encontramos elementos ligados à Direcção da Companhia: António José Souto como arrematante do Contrato dos Dízimos da capitania (1777); o contrato do subsídio do tabaco (1777) foi arrematado por Luís Pereira Viana, director da 1ª Direcção da Companhia; Patrício José de Oliveira, homem de negócio e director da Companhia desde 1776, que arrematou, em 1777, o contrato das passagens da freguesia de Cabrobó; e o contrato do subsídio dos vinhos arrematado pelo homem de negócio Luís Pereira Viana que fez parte da 1ª Direcção da Companhia.

aos ditames vindos de Lisboa. A nosso ver, ao longo dos vinte anos de actuação da Companhia, ocorreu o oposto. As ordens de Lisboa, em muitas ocasiões, não foram cumpridas porque os deputados locais optaram por ingressar na instituição pombalina, controlando-a e excedendo os privilégios que lhes tinham sido concedidos, bem como utilizando estratégias ilícitas para expandir os seus proventos, por meio do comércio ilegal, como atesta a comunicação política entre instituições do poder central e os representantes da Coroa analisada neste capítulo. Comunicação que findou por demonstrar a força do contrabando e a participação dos membros da Direcção da Companhia nesta ilegalidade.

A companhia de comércio que foi criada em 1759 permitiu a participação de uma parte da elite mercantil pernambucana na sua gestão e tal gerência satisfaz propósitos particulares: controlar o «tráfico» de escravos com a costa africana e arrematar os principais contratos. Como prémio, a Junta da Companhia ainda deixou nas mãos desta parte das elites, composta por homens de negócio locais, o comércio do açúcar, o principal género de exportação da capitania.

Devido aos excessos cometidos pela Direcção, bem como, à omissão da Junta em Lisboa no que concerne aos preços, quase sempre fixos, do açúcar, foi que a oposição à Companhia se tornou mais combativa, ora através da ameaça de sedições, ora pelo envolvimento de agentes da governação e de instituições do poder local - caso das câmaras - e outras criadas pelo poder central - caso da Mesa da Inspecção - como mediadoras dos conflitos, quase sempre tomando posição contrária à Direcção da Companhia, como será analisado em seguida.

Ao longo da vigência desta instituição, muitas foram as queixas dos habitantes da capitania. Alguns documentos enviados para o Conselho Ultramarino, neste período, permitem formar um quadro mais amplo da situação da Companhia durante alguns momentos dos seus 20 anos de funcionamento.

Uma fracção das elites - formada, sobretudo, por senhores de engenho, produtores de tabaco e couros e pequenos mercadores -, que não pertenciam à Direcção ou não tinha com os agentes desta, laços de parentesco e amizade e se encontravam destituídos dos benefícios e capitais com que a Companhia deveria socorrer a todos os produtores, também teceram estratégias para derrubar a instituição comercial e restabelecer o

comércio livre. Esta parte das elites utilizou as ferramentas políticas cabíveis e procurou negociar melhores preços para o açúcar, mais benefícios na compra de gêneros e melhores condições para o pagamento de suas dívidas. Temática que será analisado no próximo capítulo.

Capítulo 7 – O intensificar dos conflitos: o papel da Câmara do Recife, da Mesa da Inspecção e a formação de «partidos»

*Sua Majestade confiou a Vossa Senhoria o governo dela, não para fomentar **partidos**, mas para os destruir, não para acreditar, nem autorizar sugestões, mas para castigar os autores delas, não para fazer dissertações sobre a existência da Companhia ou extinção dela*⁶⁹².

No Antigo Regime a sociedade conhecia uma profunda e endémica conflitualidade, com características exclusivas que não podiam ser limitadas a rebeliões e revoltas. Em alguns casos, as formas de manifestação do conflito e as estratégias políticas correspondentes foram particulares aos grupos envolvidos e as tensões que surgiram decorreram das disputas de privilégios entre grupos. Eram micro conflitos que não punham em causa a ordem social⁶⁹³. Na primeira parte deste capítulo, analisaremos um destes acontecimentos, bem como, daremos destaque a outras dissensões que envolveu o braço local da Companhia, a Câmara do Recife, a Mesa da Inspecção, os senhores de engenho e o governador. Dissensões que cedo demonstrarem que a tranquilidade existente entre companhia de monopólio e monopolizados acabou passados poucos anos da instalação da empresa comercial.

A Câmara do Recife - em apoio aos senhores de engenho - opôs-se às práticas mercantis da Direcção da Companhia através da Mesa da Inspecção do Açúcar e do Tabaco, uma instituição criada pelo poder central para, grosso modo, fiscalizar a qualidade do tabaco e do açúcar antes de serem embarcados⁶⁹⁴. A câmara, como órgão de poder local, funcionou como tribuna privilegiada para a apresentação das reivindicações e queixas locais, mas não o fez de forma isenta, pois alguns dos seus vereadores eram senhores de engenho ou comerciantes relacionados com o comércio do açúcar e por isso estavam em desacordo com as acções da Direcção da Companhia. No início da década de 1770 estes interesses opostos entraram em choque e criaram uma situação de impasse

⁶⁹² Grifo nosso. Trecho do ofício do secretário de Estado ao governador de Pernambuco repreendendo-o. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fls. 202-203

⁶⁹³ A. Manuel HESPANHA, «A resistência aos poderes», em *História de Portugal...*, vol. IV, p. 393.

⁶⁹⁴ Embora desde muito cedo a Mesa tenha dado precedência ao negócio do açúcar.

devido ao preço do açúcar. Impasse que, como veremos a seguir, foi negociado pela Câmara do Recife através da Mesa da Inspeção, com desdobramentos que se repercutiram durante toda a década.

Dentro desta perspectiva queremos destacar o papel de intermediação executado pela Câmara do Recife⁶⁹⁵. Instituição de poder local que encaminhava para o Reino as principais solicitações de direitos e privilégios, que os diversos grupos vinculados à soberania portuguesa dirigiam à Coroa⁶⁹⁶. Bem como, queremos evidenciar que a oposição da câmara à Companhia se relacionava com os privilégios que a Direcção detinha na gerência do comércio dos géneros da terra, arbitrando os preços e controlando os circuitos de transporte e venda. Privilégios que prejudicavam os interesses de grupos sociais não relacionados com o «braço local» da Companhia (senhores de engenho e pequenos e médios comerciantes) com assento na câmara, nas décadas de 1760 e de 1770.

Seguindo esta linha de pensamento, analisaremos neste capítulo, as negociações feitas pela Câmara do Recife com a Coroa, por meio da Mesa da Inspeção, contra a Companhia. Negociações que perduraram por toda a década de 1770, de forma intermitente, no que tange ao deferimento dos seus pedidos nas instituições do poder central.

Tal análise será feita através da comunicação política da câmara com a Mesa da Inspeção, comunicação que reflectia as estratégias tecidas pela câmara ao utilizar uma outra instituição - a Mesa - criada pelo poder central no âmbito das reformas pombalinas, para negociar com a companhia pombalina um acordo mais vantajoso para as elites relacionadas com a produção e o negócio do açúcar.

As estratégias desenvolvidas pelas «periferias» para comunicar com o monarca através dos seus tribunais no Reino, bem como as noções de negociação e relação pactuada têm sido discutidas pela historiografia luso-brasileira já há algum tempo. E por serem pertinentes para a nossa análise, cabe aqui elucidarmos algumas destas concepções.

⁶⁹⁵ Joaquim Romero de MAGALHÃES, *Concelhos e organização municipal na Época Moderna* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011), p. 124

⁶⁹⁶ Maria de Fátima Silva GOUVÊA, «Poder, justiça e soberania no império colonial português», *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, S. 3, n.º 6, Lisboa, BNL (abr.-out., 2000), p. 97.

Na segunda parte do capítulo identificaremos os principais elementos dos grupos sociais em atrito, que foram denominados pelo secretário de Estado de «partidos», e analisaremos os privilégios e as práticas administrativas dos membros da Direcção, sobretudo no que se refere ao comércio colonial.

Bem como, comprovaremos como, num primeiro momento, a Junta em Lisboa esteve atenta às queixas dos grupos descontentes com a Direcção, e demonstrou, por pareceres à Secretaria de Estado, a sua discordância em relação às práticas comerciais do «braço local» da Companhia no Recife.

São estas, no essencial, as questões que iremos examinar ao longo do capítulo que se segue.

7.1 A Câmara do Recife e o conceito de relação pactuada na segunda metade do século XVIII

No que diz respeito à capitania de Pernambuco, a acção reformadora e o intervencionismo activo - característicos da época pombalina - ocorreram com as instituições que foram criadas na segunda metade do século XVIII: a Mesa da Inspeção (1751) para controlar os preços do açúcar e do tabaco; e a companhia de comércio (1759), para monopolizar as actividades mercantis de Pernambuco⁶⁹⁷. Assim, a criação destas instituições insere-se neste contexto de mudanças e tinha como objectivo melhorar a administração da Coroa nas distintas regiões do império.

Na época pombalina, as medidas promovidas geraram uma série de manifestações de desacordo e de resistência. Um órgão de poder local (a Câmara do Recife) e um órgão criado pela Coroa (a Mesa da Inspeção) funcionaram como espaços privilegiados para a apresentação das reivindicações locais. A Câmara do Recife envolveu-se no embate entre os interesses locais e os centrais, contestando as inovações da Direcção da Companhia no que dizia respeito à Inspeção e compra das caixas de açúcar⁶⁹⁸.

⁶⁹⁷ J. S. da Silva DIAS, *Pombalismo e projecto político* (Lisboa: CHC, 1984), pp. 101-102.

⁶⁹⁸ A Carta da Câmara do Recife tinha por base um pedido dos senhores de engenho mas, indirectamente, apoiava a Mesa da Inspeção. Assinalámos que Câmara e a Mesa eram formadas, na sua maioria, por senhores de engenho. Naquele ano estavam na Câmara os senhores de engenho André de Albuquerque e Melo, Manuel Carneiro Leão e Joaquim de Almeida Catanho (relacionado com os Albuquerque e Melo). AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8301. E

Antes do grave conflito de 1770 - que aqui examinaremos -, em 1769 a câmara intermediou um pedido dos senhores de engenho. O pedido reflectia a força da Companhia que exigia da Mesa da Inspeção um maior rigor na qualificação do açúcar, penalizando os senhores de engenho com multas, caso a informação sobre as caixas que vendiam à Companhia não fosse exacta. A Direcção chegou a cogitar a nomeação de um inspetor com maiores poderes que os da Mesa da Inspeção⁶⁹⁹.

Assim, num primeiro momento, a câmara escreveu ao rei contestando as novas directrizes acerca da qualificação do açúcar. A câmara entendia que respostas favoráveis confirmavam o prestígio da instituição enquanto órgão mediador, a sua importância institucional variava de acordo com as respostas da Coroa para a solução das disputas⁷⁰⁰. O facto de a câmara procurar negociar os conflitos de interesses causados pela prática comercial da Direcção da Companhia não se traduziria, necessariamente, na decisão da disputa, mas reflectia o ambiente de disputa que se vivia na capitania naquele período.

Ao estudar as cartas e requerimentos que deram entrada nas instituições centrais, durante toda a década de 1770, entende-se que existia uma oposição ao órgão metropolitano da companhia pombalina. Oposição que só se tornou evidente em 1778, quando a Câmara do Recife escreveu directamente para Martinho de Melo e Castro, pedindo o encerramento da Companhia⁷⁰¹. Mas é preciso destacar que, a câmara queixava-se, de forma primordial, do órgão local da Companhia.

Desde 1769 que a Câmara do Recife protestava contra os mecanismos criados pela Direcção da Companhia. Mecanismos que desvalorizavam a Mesa da Inspeção, enquanto instituição criada pela Coroa, para classificar os açúcares e regularizar o seu comércio⁷⁰². A carta da câmara demonstrava que a Mesa gozava do apoio dos senhores de engenho e da própria Câmara.

na Mesa encontramos João Rebelo da Costa, comerciante que tinha ligações ao grupo de senhores de engenho que se opunha à Companhia, como veremos ainda neste capítulo.

⁶⁹⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1769, junho, 17, Recife, carta dos oficiais da Câmara do Recife ao rei]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8301.

⁷⁰⁰ Virgínia Almoêdo de ASSIS, «Palavra de rei...», p. 134.

⁷⁰¹ O ofício de Julho de 1778 enviado directamente ao secretário de Estado Martinho de Melo e Castro é elucidativo da mudança de argumentos da Câmara e do facto de se queixar não apenas da Direcção (local) mas também da Junta em Lisboa. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Câmara do Recife ao secretário de Estado]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9807.

⁷⁰² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1769, junho, 17, Recife]. Carta dos oficiais da Câmara do Recife ao rei, sobre as queixas dos senhores de engenhos referentes às últimas medidas acerca do controlo na preparação do açúcar e marcação das caixas. AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8301.

Assim o era porque em 1769 a câmara era constituída por senhores de engenho e comerciantes inseridos nas redes da açucarcocracia. A Câmara do Recife tinha como vereadores, os senhores de engenho Manuel Neto Carneiro Leão, André de Albuquerque e Melo, o homem de negócio Joaquim de Almeida Catanho - com relações familiares com os Albuquerque e Melo - e Francisco Machado Gaio⁷⁰³.

Na composição da Mesa havia sempre um senhor de engenho. No ano de 1770, o senhor de engenho que actuava como inspetor da Mesa era Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque⁷⁰⁴. Por ter sido acusado de tentativa de 'insurreição' contra a Companhia em 1773 e por apontarmos este senhor de engenho como um dos líderes do «partido» opositor, mais adiante tornaremos a referi-lo, enquadrando-o no contexto político-económico da época. Em 1770 a Mesa era dirigida pelo ouvidor da capitania de Pernambuco, José Teotónio Sedron Zuzarte, e o segundo inspetor - oriundo das elites mercantis - era o homem de negócio, Domingos Pires Ferreira, accionista da Companhia⁷⁰⁵. No ano anterior, 1769, o presidente da Mesa era o mesmo, mas um dos inspectores era João Rebelo da Costa, comerciante que estava mais próximo dos opositores da Companhia do que dos apoiantes da instituição pombalina. Rebelo da Costa negara-se a comprar acções da empresa em 1759. Entre 1769 e 1770 tanto a Mesa quanto a Câmara do Recife tinham na sua composição elementos que se opunham às novas práticas comerciais implementadas a partir da Companhia.

A missiva da câmara não gerou uma consulta, a resposta que obteve da Coroa foi um despacho do Conselho Ultramarino mandando que o governador informasse - ofício que não encontrámos na documentação do Conselho - e que os senhores de engenho fizessem requerimento ao monarca⁷⁰⁶. Em 1770 as estratégias do grupo que se opunha à Direcção mudaram, e foi a Mesa que intermediou um novo pedido dos senhores de engenho. A Câmara do Recife só voltou a se pronunciar, já próximo do final do monopólio

⁷⁰³ Gaio ao que parece foi o edil que mais vezes teve assento na Câmara, ocupou diversos ofícios de justiça, e foi eleito ao menos três vezes seguidas o que contrariava as leis vigentes. George F. C. de SOUZA, «Elite e exercício...», pp. 259-260.

⁷⁰⁴ Francisco Xavier era senhor de engenho e um opositor conhecido da Companhia. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8801.

⁷⁰⁵ Pires Ferreira comprou as dez acções necessárias para fazer parte da companhia pombalina no ano de 1759, mas ainda assim, não foi escolhido para compor a 1ª Direcção, mas posteriormente tornou-se deputado.

⁷⁰⁶ Representação dos senhores de engenho: AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1770, fevereiro, 6, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364.

da companhia pombalina quando, em 1778, remeteu um ofício ao secretário de Estado, e em 1779, uma carta à rainha⁷⁰⁷.

A Câmara do Recife utilizou todos os canais possíveis para negociar primeiramente a restrição das acções da Direcção, e próximo ao fim do monopólio, o encerramento da Companhia. A câmara pleiteava o reconhecimento e o deferimento dos seus pedidos, o que, a seu ver, seria uma forma de a Coroa retribuir, com rectidão, as demonstrações de lealdade dos vassalos. Na óptica da câmara isso aconteceria se o comércio da capitania voltasse a ser livre.

Havia uma disputa entre a câmara e a Direcção da Companhia. É de realçar que apenas cinco deputados da empresa comercial em Pernambuco foram eleitos para a Câmara do Recife, e a maior parte destes, antes da fundação da companhia pombalina. Os homens de negócio que fizeram parte da Direcção raramente conseguiram ser eleitos para a municipalidade do Recife⁷⁰⁸.

Tal como os vereadores da câmara, os senhores de engenho, os lavradores e os pequenos mercadores que não tinham sociedades, laços de amizade ou de parentesco com os membros da Direcção, não conseguiam aceder com facilidade aos capitais vindos de Lisboa, distribuídos através de empréstimos pela Companhia. Os membros da Companhia em Pernambuco eram os primeiros a aproveitarem-se dos benefícios advindos desta participação na Direcção. E, por isso, as câmaras não deixavam de referir tais «excessos» quando escreviam ao monarca. As queixas e as representações tinham como alvo o braço local da instituição pombalina e nunca eram dirigidas contra a Coroa ou contra os governadores, embora, em menor medida, pudessem ter como alvo a Junta da Companhia em Lisboa.

⁷⁰⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Ofício da Câmara do Recife ao secretário de Estado em 1778: AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9807. Carta à rainha: 1779, Maio, 12, Recife. AHU_ACL_CU_015, Cx. 133, D. 10009.

⁷⁰⁸ Entre os treze nomes que se repetem como deputados na Companhia, até 1775, apenas cinco tiveram passagem pela câmara do Recife. São eles: Luís da Costa Monteiro, terceiro vereador em 1732 e primeiro vereador em 1766; seu irmão, João da Costa Monteiro, segundo vereador em 1728; João de Oliveira Gouvim, procurador em 1730, primeiro vereador em 1733 e barrete de segundo vereador em 1735; José Vaz Salgado, segundo vereador em 1733; Manuel Correia de Araújo, primeiro vereador em 1759; e, Manuel de Almeida Ferreira, segundo vereador em 1754. George F. C. SOUZA, «Elite y ejercicio de poder en el Brasil...», pp. 100, 161 e 170. Agradeço a George F. C. de Souza o envio da sua tese e a troca de ideias, que foram fundamentais para que pudesse compreender o papel da câmara do Recife na resistência à Direcção da Companhia.

Como já evidenciámos ao longo deste estudo, no que se relaciona aos estudos sobre Pernambuco, a obra de Evaldo Cabral de Mello é ímpar. Toma-se como exemplo a sua análise acerca das estratégias utilizadas pelas câmaras quando se dirigiam ao monarca. No seu estudo sobre a Câmara de Olinda, Cabral de Mello, partindo do conceito de monarquia corporativa, observou que esta municipalidade utilizava, como meio para obter as mercês que pretendia, a noção de relação pactuada, evocando um pacto político que unia o rei aos seus vassalos⁷⁰⁹. Concedia-se a estes vassalos, através das instituições de poder local ou de um simples requerimento particular, a possibilidade de apelar ao rei por um acordo menos opressivo ou solicitarem uma mercê mais justa pelos feitos e serviços, particulares ou colectivos, em prol da Coroa⁷¹⁰. Além disso, concedia-se o importante direito à queixa⁷¹¹.

Desde 1654, que a Câmara de Olinda, de forma obstinada, procurou demonstrar ao monarca que os vassalos pernambucanos tinham, por sua livre e espontânea iniciativa, devolvido ao domínio português as terras que haviam sido conquistadas primeiramente aos índios e depois aos flamengos⁷¹². E, por isso, a Coroa deveria honrar a relação pactuada com o poder local e conceder-lhe uma série de privilégios. Uma lógica que é explicada, da seguinte forma, por Maria Fernanda Bicalho: «o indivíduo ou o grupo que requeria um bem ao rei reafirmava a obediência devida, alertando para a legitimidade da troca de favores e, portanto, da obrigatoriedade da sua retribuição»⁷¹³.

Ao recompensar os feitos dos moradores na colónia, o monarca transformava o simples colono em vassalo, unindo-o a si, estreitando os laços e reafirmando o pacto político sobre o qual assentava a autoridade portuguesa no mundo. Os «homens bons» das câmaras foram pródigos em solicitar honras, foros, isenções e privilégios ao seu monarca, uma vez que as câmaras foram instituições fundamentais na edificação e na

⁷⁰⁹ Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro Veio...*, p. 151.

⁷¹⁰ Caso da acção dos moradores de Pernambuco na restauração pernambucana, as representações da câmara de Olinda, em nome dos moradores que lutaram contra os holandeses, são exemplos de petições colectivas ao monarca: «Às custas do nosso sangue, vida e fazendas». Tais referências faziam parte do discurso político em Pernambuco, nos séculos XVII e XVIII. Ver Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro Veio...*, pp. 105-142.

⁷¹¹ E as câmaras aproveitaram de forma única a comunicação política com o centro político. O regimento do governador-geral do Brasil, Roque da Costa Barreto, ordenava que permitisse que as câmaras escrevessem às instituições centrais ainda que fosse para fazerem queixas. Maria do Socorro Ferraz BARBOSA, Vera Lúcia ACIOLI, Virgínia Maria Almoêdo de ASSIS, *Fontes repatriadas...*, p. 47.

⁷¹² Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro Veio...*, pp. 105-142.

⁷¹³ Maria Fernanda Baptista BICALHO, «Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial», *Leituras-Revista da Biblioteca Nacional. Brasil-Portugal*, n.º 6, Lisboa (2000): p. 34.

conservação do império português no globo, pois eram elementos de uniformidade e continuidade entre o Reino e os seus domínios ultramarinos⁷¹⁴.

Talvez nenhuma outra câmara do Brasil colonial tenha tido origens tão conflituosas como a do Recife⁷¹⁵. A sua fundação, a partir do termo da cidade de Olinda, derivou de activas lutas entre os senhores de engenho, ligados à cidade, e os seus credores, os mercadores «reinóis» do Recife, na luta que ficou historicamente conhecida como a «Guerra dos Mascates»⁷¹⁶.

O bom funcionamento das câmaras era condição para o bem viver na colónia e, por isso, foi preocupante o confronto entre os representantes do rei e os municípios em Olinda entre 1710 e 1711⁷¹⁷. Após este conflito entre Olinda e Recife, muito ficou ainda por querelar entre as duas câmaras, e as petições enviadas ao rei comprovam-no⁷¹⁸. Tal como acontecia com outras câmaras da América portuguesa, a frequência com que, durante o século XVIII, os homens bons de Recife recorreram directamente ao rei para mediar conflitos domésticos e resolver questões, demonstra que o seu isolamento não era tão grande como se supunha⁷¹⁹.

No caso da Câmara do Recife, os pedidos multiplicavam-se, fosse por causa das rendas que Olinda continuava a controlar, das procissões - porque a Sé do Bispado continuava em Olinda -, ou das divergências na negociação do preço do açúcar. Até à

⁷¹⁴ Charles BOXER, *O império marítimo português (1415-1825)* (Lisboa: Edições 70, 2001), p. 267.

⁷¹⁵ No século XVI, durante muito tempo, o Recife permaneceu como uma pequena povoação, como o ancoradouro do porto de Olinda. Nos princípios do século XVII era «um triste burgo que os nobres de Olinda deviam atravessar [...] receando os alagados e os mangues [...] burgo sem vida própria, para onde até a água tinha de vir de Olinda». Foi a presença holandesa que mudou inteiramente o cenário da vila. O incêndio de Olinda acabou por obrigar os moradores e o órgão de poder local a transferirem-se para o Recife. Olinda só voltou a ser capital depois de 1657, com André Vidal de Negreiros, mas nunca mais teve a sua hegemonia como principal espaço da capitania, pois apesar da ordem régia para que os governadores voltassem a residir e a governar a partir de Olinda, o Recife não deixou de ser um burgo com importância, tamanho e centro comercial por excelência. José António Gonsalves de MELLO, *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*, (Rio de Janeiro: Topbooks, 2002), p. 35.

⁷¹⁶ Vera Lúcia Costa ACIOLI, *Jurisdição e conflito...*, pp. 80-90.

⁷¹⁷ Joaquim Romero MAGALHÃES, *Concelhos e organização municipal...*, p. 145.

⁷¹⁸ Num estudo sobre Concelhos em Portugal, Nuno G. Monteiro afirma que para a segunda metade do XVIII é patente a frequência com que todo o tipo de instituições locais e os seus mediadores recorreram à petição como via para a resolução de problemas e conflitos. Nuno Gonçalo MONTEIRO, «Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia», em *História de Portugal...*, vol. IV, p. 310.

⁷¹⁹ Era comum os vassallos recorrerem ao dispositivo das cartas e dos requerimentos dirigidos ao rei, como via de resolução de problemas e conflitos nos longínquos, mas não excessivamente comunicáveis, territórios ultramarinos. Maria Fernando Baptista BICALHO, *A cidade e o império...*, p. 353.

instituição da Mesa da Inspeção, no início da década de 50 de Setecentos, era necessário uma junta para se negociar o preço do açúcar e a composição da junta era motivo de discórdia entre as duas câmaras⁷²⁰.

Mas o Recife acabou por se impor e sedimentou o seu espaço como vila principal da capitania de Pernambuco. É no século XVIII, mais precisamente no consulado pombalino, que a Câmara do Recife se vai defrontar com outras instituições criadas pelo poder central e com outros problemas, nomeadamente os decorrentes das secas, da queda do preço do açúcar nos mercados internacionais e da perda gradual da importância da Baía e de Pernambuco face ao aumento da relevância económica do Sul do Brasil, sobretudo a partir da mineração.

7.2 A negociação da Mesa da Inspeção em nome dos senhores de engenho

A Câmara do Recife e a Mesa da Inspeção foram mediadoras, em mais de um momento, de pedidos de grupos das elites locais que contrariavam os interesses da Companhia de Comércio no que respeita ao negócio do açúcar⁷²¹.

Ora, a Câmara do Recife, tinha conhecimento que opor-se de forma directa à companhia pombalina, poderia ocasionar represálias do poder central - mais precisamente da Secretaria de Estado do Reino e Mercês -, e necessariamente não produziria uma resposta rápida da Coroa, pois intermediaria o pedido da açucarocracia em 1769 e nada havia ficado resolvido.

Em 1770 a câmara aproveitou então a disponibilidade da Mesa da Inspeção para mediar uma outra petição dos senhores de engenho para negociar melhores preços para o açúcar⁷²². Novo pedido foi feito porque no ano de 1769 grassou uma grande seca na região, o que ocasionou uma safra diminuta.

⁷²⁰ George F. Cabral de SOUZA, *Os homens e os modos da governança: a câmara municipal do Recife...*, pp. 92-97.

⁷²¹ George Cabral de SOUSA, «O rosto e a máscara: estratégias de oposição da câmara do Recife à política pombalina» (*Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa, FCSH/UNL, 2-5 de novembro, 2005). [Consultado em 5 de novembro de 2011]. Disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/george_cabral_souza.pdf.

⁷²² Em 1769 e 1770, boa parte dos integrantes da Mesa e da Câmara era oriunda da açucarocracia, alguns até eram familiares, e todos, praticamente, assinaram as petições colectivas remetidas ao governador e ao secretário de Estado contra a Companhia. Na tabela sobre o «partido» opositor, ainda neste capítulo, encontraremos os mesmos nomes. Estes senhores de engenho - enquanto vereadores e inspectores -, remeteram às instituições centrais suas reivindicações. Também o fizeram enquanto

Com a instalação da Companhia, a Mesa perdeu influência no que respeitava à delimitação dos preços dos géneros coloniais, principalmente a arroba do açúcar. Assim, mediar a reivindicação dos senhores de engenho auxiliava a Mesa a retornar à cena política, como instituição com poderes para intervir nesta disputa de interesses tão opostos. A Mesa procurava reaver uma influência que havia perdido para a Direcção da Companhia quando esta foi instalada no Recife. Até 1760, cabia à Mesa arbitrar o preço do açúcar e fazer a inspecção das caixas antes do embarque nos navios de comércio⁷²³.

Assim, em 1770 a determinação da Mesa da Inspecção, impondo o cumprimento da legislação em vigor - que mais adiante explicitaremos -, e que lhe dava poderes para alterar o preço do açúcar em épocas de colheitas reduzidas, ocorreu em apoio ao pedido que os senhores de engenho haviam feito à Mesa: o aumento da arroba do açúcar devido da seca de 1769⁷²⁴. Apontámos que Mesa e Câmara, entre 1769 e 1770, tinham nos seus quadros senhores de engenho e comerciantes relacionados com o negócio do açúcar, sendo este um dos motivos para as duas instituições serem sensíveis às dificuldades que uma safra menos boa poderia ocasionar a este grupo social em específico. A disposição da Mesa acerca do assunto em pauta não estava isenta de interesses. Mesa e Câmara do Recife naqueles anos eram influenciadas por elementos da açucarocracia ou relacionados com ela⁷²⁵.

Os argumentos da instituição camarária foram sempre lícitos e amparados por mecanismos legais: o direito à queixa - através de petições ao Conselho Ultramarino - e procurando a mediação da Mesa da Inspecção do Açúcar e do Tabaco, uma instituição pombalina ainda mais antiga do que a Companhia⁷²⁶. O ponto crítico da disputa situou-se na década de 1770, quando a Direcção da instituição pombalina desprezou a determinação da Mesa da Inspecção que fixava o preço do açúcar, aumentando-o em duzentos réis a arroba⁷²⁷.

grupo social, por meio de representações colectivas. As queixas presente nas missivas da Câmara, da Mesa e das petições colectivas eram as mesmas.

⁷²³ Ofício da Mesa da Inspecção ao secretário de Estado. 1770, abril, 27. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406.

⁷²⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406.

⁷²⁵ Já os referimos: Carneiro Leão, Albuquerque e Melo, Cavalcanti de Albuquerque, Almeida Catanho, Rebelo da Costa.

⁷²⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406.

⁷²⁷ O aumento foi concedido por conta da safra insignificante de 1770, em virtude da seca do ano anterior. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406.

No que toca ao comércio do açúcar, durante os anos de monopólio, a Direcção da Companhia agiu em benefício próprio⁷²⁸. Em algumas ocasiões, durante a época em que a Companhia controlou o comércio, o preço do açúcar subiu na Europa, mas o aumento não foi passado aos produtores na capitania de Pernambuco⁷²⁹. Ribeiro Júnior afirma que, entre 1770 e 1780, o açúcar subiu 20% na Europa e, apenas por duas vezes os administradores da Companhia subiram o preço da arroba do açúcar em Pernambuco⁷³⁰. Ora, estes aumentos estavam relacionados não com as oscilações dos preços na Europa, mas com as secas que ocasionaram produções agrícolas pouco significativas, obrigando a Mesa da Inspeção a intervir na matéria, com base na legislação que concedia podere a Mesa para mexer no preço do açúcar⁷³¹.

Como foi aqui referido, as táticas que a Câmara do Recife usou para fazer oposição à Companhia identificam-se com os mecanismos jurídicos do Antigo Regime. Assim, em 1770, a Mesa da Inspeção acolheu o pedido dos senhores de engenho para acrescer o preço da arroba de açúcar devido à seca que atingira Pernambuco. Tal pedido baseava-se num alvará da década de 1750, que ordenava que em anos de más colheitas a Mesa tinha plenos poderes para minimizar os prejuízos dos senhores de engenho e lavradores de açúcar. A Mesa da Inspeção aumentou o preço do açúcar, a Direcção da Companhia não aceitou, a Mesa insistiu, argumentando que a legislação em vigor era anterior à criação da Companhia e que, por isso, esta teria de se ajustar e cumprir com o determinado pela lei. Lei que neste caso favorecia o pedido dos senhores de engenho. A Companhia num primeiro momento retrocedeu e aceitou o aumento do preço da arroba fixado pela Mesa e pretendido pela câmara⁷³². Isso acalmou a tensão crescente entre as elites relacionadas com o açúcar e a Companhia.

⁷²⁸ Referimos apenas a Direcção, pois ao menos num momento, em 1771, a Junta acatou as queixas dos moradores e criticou a Direcção em Pernambuco. [Ofício da Mesa da Inspeção ao secretário Martinho de Melo e Castro, de 27 de abril de 1770]. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406.

⁷²⁹ Ver tabela com os preços do açúcar nas principais praças europeias no ponto seguinte.

⁷³⁰ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, pp. 140-144.

⁷³¹ Maria Yeda LINHARES, *História Geral do Brasil*, 9.ª ed. (Rio de Janeiro: Campus, 2000), p. 96. A historiadora corrobora a ideia de Ribeiro Júnior, segundo ela, durante o período de 1750 a fins de 1770 houve uma grande oscilação nos preços dos produtos coloniais, principalmente do açúcar.

⁷³² O despacho da Direcção da Companhia de 25 de maio de 1770, deferindo o pedido da Mesa, está nos anexos do ofício da Mesa da Inspeção 27 de abril. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406.

Conforme Anthony J. R. Russell-Wood, na colónia, os vassallos procuravam «modificar políticas» e adaptar medidas a fim de beneficiar os seus interesses. Nesta negociação entrava o apoio dos poderes locais, dos representantes da Coroa na capitania, e das instituições criadas pelo poder central actuando nas periferias⁷³³. A Mesa da Inspecção apoiou e intermediou os pedidos dos senhores e lavradores de açúcar, pois como vimos, integrantes da Mesa e da Câmara não eram isentos de interesses quando se tratava da produção e comercialização do açúcar.

Conflitos pequenos, como o que já expusemos, eram comuns nas sociedades de Antigo Regime, assim como também as negociações encetadas para resolvê-los. As tensões poderiam surgir a propósito de disputas de privilégios e precedências entre grupos concorrentes. A Mesa da Inspecção e a companhia pombalina actuavam no mesmo cenário político e os estatutos da Companhia não invalidavam o Regimento da Mesa da Inspecção. As duas eram instituições criadas pelo poder central na época pombalina e as suas jurisdições entraram em disputa pelo menos em duas ocasiões (1763 e 1770)⁷³⁴.

A Câmara do Recife, como representante dos vassallos, reproduzia muitas vezes os pedidos dos principais da terra. Na época da Companhia, a municipalidade do Recife que raramente teve como vereadores os «homens da Companhia», muito pelo contrário, quase sempre teve um senhor de engenho ou homens de negócio relacionados com as elites açucareiras, elites que ainda eram o grupo social com maior importância, não económica, mas simbólica⁷³⁵. Neste caso, a câmara aproveitou-se da situação para acentuar o conflito de jurisdição entre as duas instituições e pleitear melhores preços para o açúcar - algo que beneficiaria os senhores e lavradores e os homens de negócio ligados

⁷³³ Anthony J. R. RUSSELL-WOOD, «Centros e periferias no mundo luso-brasileiro...», pp. 200-202.

⁷³⁴ As duas vezes devido ao açúcar. Em 1763 por conta de um subsídio imposto pela Companhia, em 1770 por causa do preço da arroba. Os dois casos são alvo de análise neste capítulo.

⁷³⁵ Numa sociedade tão hierarquizada muitos ainda almejavam o ser senhor de engenho, estes a muito haviam perdido o poder económico, mas tinham o simbólico. Até porque os homens de grosso trato já se afirmava como um grupo social de peso na composição das elites locais das principais praças da América portuguesa. A obra de Pierre Verger para a Baía comprova que o tráfico de cativos, desde finais do século XVII, era controlado por redes mercantis locais (os negreiros baianos). E o estudo de João Fragoso confirma que o alargamento do mercado interno em Setecentos conferiu aos «homens de grossa ventura» do Rio de Janeiro um papel fundamental no controlo deste mercado e na expansão dos negócios com as regiões sul-sudeste da América portuguesa, com o Atlântico sul e com o Reino. João Luís FRAGOSO, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro...*, cap. 1. Pierre VERGER, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos...*, p. 112 e ss.

ao comércio de açúcar -, sobretudo aqueles que não se relacionavam com a Direcção da Companhia⁷³⁶.

Os integrantes da Câmara do Recife, entre 1760 e 1778, ou mais que um, eram senhores de engenho, assim, a informação política produzida pela instituição e remetida ao centro político estava pejada de interesses. Os vereadores de 1769, por exemplo, assinaram as representações - dos senhores de engenho - contra as práticas mercantis do intendente e dos deputados da Companhia no Recife, como ainda neste capítulo examinaremos.

Adiantamos que, entre 1760 e 1778, um dos Albuquerque e Melo - família oriunda da nobreza da terra e das maiores produtoras de açúcar da capitania - tiveram assento na Câmara do Recife por seis vezes; a família Almeida Catanho, relacionada por matrimónio com os Albuquerque e Melo, e em igual período, por quatro vezes. O senhor de engenho Manuel Neto Carneiro Leão, por uma vez; o comerciante relacionado com o negócio do açúcar, mas sem ligações aparentes à companhia pombalina, Miguel Machado Freire foi vereador da municipalidade do Recife por três vezes, e Inácio Luís da Costa Aguiar, que se recusou a comprar acções da companhia pombalina, foi barrete em 1761, e vereador em três mandatos⁷³⁷.

Também é preciso ter em conta que a dinâmica política no século XVIII continuava impregnada da mesma prática e cultura política de Antigo Regime. Assim, valores como amor, amizade, afeto, fidelidade, obrigações, concessões, persistiriam durante muito tempo nas relações entre monarca e vassalos, tanto no centro, quanto nas várias regiões ultramarinas do império português. Mesmo que as sociedades das diversas partes do império - sobretudo as da América portuguesa no século XVIII -, não fossem uma reprodução fiel e exata das sociedades europeias dos séculos XVI e XVII. Senão, veja-se:

As redes e o conjunto de relações tecidos não exclusivamente entre colónia e metrópole e que permitiram a circulação de homens e a troca de mercadorias pelas diversas partes do império, também permitiram a difusão de ideias, de hábitos, gerando uma unificação ideológica que

⁷³⁶ A Direcção queria comprar o açúcar a um preço reduzido e ter lucros consideráveis quando o vendesse na praça de Lisboa. Os negociantes que não se relacionavam com a Direcção e compravam caixas de açúcar directamente dos produtores, negociando um preço à parte, não tinham interesse de vendê-las à Direcção por um preço abaixo do estipulado pela Mesa. O mesmo sucedia aos senhores de engenho e lavradores que vendiam suas produções directamente à Direcção.

⁷³⁷ George F. C. de SOUSA, «O rosto e a máscara...» pp. 11-12.

reforçava por sua vez a solidez da rede. Nesse mesmo movimento disseminavam-se pelos trópicos, a cultura e as práticas políticas de Antigo Regime⁷³⁸.

Em pleno século XVIII, já com o pombalismo, entre o rei e os colonos existiam relações de serviço modeladas pelo imaginário da vassalagem e por uma relação pactuada, como referimos anteriormente. O laço senhor/vassalo permaneceu até tarde, tanto nas relações de serviço de eclesiásticos, como de leigos. O significado destas representações era relevante, uma vez que tratava de valores, normas e imagens que se reportavam aos fundamentos da ordem social e política vigente ainda no século XVIII⁷³⁹.

Neste caso, a informação política da câmara e da Mesa da Inspeção serviram para acalmar as tensões das elites produtoras ao forçar um acordo com a Direcção da Companhia. Os vassalos da capitania, experientes no recurso da comunicação directa com o rei, como mecanismo de recompensa de serviços e como canal legítimo das suas queixas, sabiam qual o circuito que a informação teria no interior do Conselho Ultramarino e quais as etapas percorridas até que as suas missivas chegassem à presença régia. Os vassalos sabiam que o processo, que culminaria com a resolução da questão, poderia ser lento, como de facto foi.

Existia, porém, a noção de que havia espaço para uma negociação política, algo de grande relevância, pois, na óptica dos vassalos, o rei poderia decidir a favor da sua causa. Por isso, o monarca precisava de ser informado da situação pela via legal: a da comunicação política. Os vassalos valiam-se do direito de poderem negociar com a Coroa através das entidades de poder local, legitimamente reconhecidas pelo rei, como era o caso do governador, da Mesa da Inspeção e da câmara. E durante a vigência da companhia pombalina, as frequentes cartas das câmaras das capitanias «de cima» aos órgãos da administração central reforçaram o papel que estas câmaras tinham como pilares do império português. A estratégia política da câmara ao utilizar a Mesa serviu, naquele momento, para acalmar tensões e para mitigar motins que pareciam iminentes.

⁷³⁸ Maria Fernanda B. BICALHO, «Pacto Colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português», em *Culturas Políticas - ensaios de história cultural, história política e ensino de História*, org. Rachel SOIHET, Maria F. B. BICALHO, Maria de Fátima S. GOUVÊA (Rio de Janeiro: Mauad, 2005), p. 94.

⁷³⁹ Pedro CARDIM, «*O poder dos Afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*» (tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000), pp. 619-621.

7.3 As mudanças no comércio colonial implementadas pela Companhia e a formação dos «partidos»

O comércio do açúcar era o principal problema entre o «partido» ligado à produção do açúcar e a instituição pombalina⁷⁴⁰. Dentre os géneros exportados por Pernambuco e capitanias subordinadas, o açúcar era aquele que alcançava uma maior rentabilidade no comércio com Lisboa, apesar da oscilação dos preços nas praças europeias durante o século XVIII.

Como demonstrámos, Câmara do Recife e Mesa da Inspeção tinham interesses na produção e comércio do açúcar e intermediaram os pedidos dos senhores de engenho de 1769 e de 1770, respectivamente. Nestes anos os senhores de engenho sofreram um prejuízo avultado com a colheita do açúcar, os comerciantes que tinham assento na Câmara e que lucravam com o negócio do açúcar também⁷⁴¹.

A pressão feita por estas duas instituições poderia ter tido consequências graves, até mesmo sediciosas, algo que o representante da Coroa procurou evitar, como a seguir analisaremos. Isto porque a situação não ficou resolvida, como parecia, após a Direcção ter aceiteado o aumento dado pelos inspectores da Mesa em 1770.

Para que seja possível compreender a controvérsia que existia entre a instituição pombalina e as elites da terra relacionadas com o açúcar, tabaco e couros - com pendências que perduraram por toda a década de 1770 -, torna-se necessário recuar duas décadas e analisar algumas ocorrências.

A disputa política entre as duas instituições pombalinas (Mesa e Companhia), que examinámos na primeira parte do capítulo, reflectia, antes de mais, a existência de órgãos concorrentes que pretendiam resolver ou ter intervenção na decisão de um mesmo problema. Esta concorrência, por sua vez, demonstrava uma querela jurisdicional entre a Mesa e a Direcção, uma vez que os estatutos de uma e de outra concediam a ambas as instituições, campos de acção muito semelhantes. Uma das contradições entre o regimento da Mesa, de 1751, e os estatutos da Companhia, de 1759, dizia respeito ao cumprimento de leis anteriores à criação da empresa comercial. O artigo 7 dos estatutos

⁷⁴⁰ Principalmente o preço que a arroba alcançava na capitania.

⁷⁴¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Carta da Câmara de 1769 - AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8301. Ofício da Mesa de 1770 - AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406.

declarava que as disposições da Companhia eram para cumprir como se de tribunais régios se tratasse, excepto regimentos e leis que não estivessem derogados antes da institucionalização da companhia de comércio (1759)⁷⁴².

Ora, em 27 de janeiro de 1751, o rei D. José I determinou que o preço do açúcar fosse arbitrado pelos «fabricantes de açúcar» e, a partir de abril do mesmo ano, pela Mesa da Inspeção. As Mesas da Inspeção foram criadas em primeiro de abril de 1751 e assumiram a função de desenvolver a produção de géneros - sobretudo o tabaco e o açúcar -, incluindo a expedição e a fixação de preços e taxas, como demonstrámos neste capítulo⁷⁴³. Mas regular o preço do açúcar também era prerrogativa da Companhia, assim o declarava o artigo 25 dos estatutos⁷⁴⁴.

Para além disso, e como já aqui analisado, no ano de 1763 Mesa da Inspeção e Direcção da Companhia discordaram da nova taxa criada pelos deputados da Companhia sobre o açúcar. Apesar de a Mesa ter procurado contrabalançar a taxa com o aumento da arroba do açúcar, a Direcção não acatou a directriz da Mesa⁷⁴⁵.

Em 1770 a Mesa concedeu novamente um aumento na arroba do açúcar, não pela qualidade superior da safra, mas por esta ter sido insignificante devido à seca de 1769. A Direcção não aceitou o aumento e elaborou um edital, no qual estipulava que os senhores de engenho e lavradores poderiam carregar todas as suas caixas de açúcar nos navios da Companhia, na condição de o fazerem por conta própria, assumindo todos os custos e todos os riscos. Era do conhecimento dos directores da Companhia que nem todos os produtores de açúcar teriam condições para isso, tendo em vista que uma terça parte das caixas já pertencia à Companhia para abate de dívidas à empresa comercial⁷⁴⁶. Foi

⁷⁴² Não foi encontrado nenhum alvará revogando o regimento da Mesa da Inspeção de Pernambuco. Em 1770 os senhores de engenho pedem uma cópia impressa do alvará de 1751 e remete-a ao poder central em anexo à sua representação. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393. *Estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*. [Consultado em 2 de janeiro de 2012]. Disponível em: <http://archive.org/stream/instituiadac00comp#page/4/mode/2up>.

⁷⁴³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta da Mesa da Inspeção de 1752, junho, 3, Recife. Sobre a instalação da instituição. AHU_ACL_CU_015, Cx. 73, D. 6109.

⁷⁴⁴ *Estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*. [Consultado em 2 de janeiro de 2012]. Disponível em: <http://archive.org/stream/instituiadac00comp#page/14/mode/2up>.

⁷⁴⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Mesa de Inspeção da capitania de Pernambuco sobre a alteração feita pelos deputados da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba nos preços do subsídio do açúcar. 1763, novembro, 12, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 100, D. 7816.

⁷⁴⁶ Para as elites açucareiras, devedoras à Companhia, restavam apenas 2/3 das caixas das suas produções para serem negociados, pois um terço já pertencia à Direcção. O edital é de maio de 1770 e

precisamente isso que a Mesa alegou num segundo ofício dirigido à Direcção. Esclarecia a Mesa que o edital não resolvia a querela, apenas obrigava os produtores de açúcar a entregarem as caixas que não haviam sido dadas para pagamentos de dívidas antigas, por um preço que comprometeria o negócio do açúcar, tendo em vista os prejuízos que os senhores e os lavradores tiveram com a falta de chuvas do ano anterior⁷⁴⁷.

A empresa comercial recusava-se a comprar as caixas de açúcar dos senhores e dos lavradores pelos preços estipulados pela Mesa da Inspeção. Por sua vez, senhores e lavradores rejeitaram as condições da Direcção e em resposta ao edital não entregaram as caixas para serem embarcadas. A falta de caixas obrigou a Direcção a completar a carga dos navios da frota com pau-brasil e derivados de couros, e isto inviabilizou o carregamento do navio «Rainha», com destino ao Porto, dado não haver consumo destes géneros naquela cidade⁷⁴⁸.

Para compreender a disputa entre a Direcção da Companhia e a Mesa da Inspeção torna-se necessário conhecer a dinâmica mercantil da capitania após a instalação da Mesa e o que mudou quase uma década depois, com a criação da companhia de comércio⁷⁴⁹.

Até 1759, quando vigorava o comércio livre, as mercadorias de origem europeia eram vendidas a preços mais baixos e grande parte das caixas de açúcar era comprada a dinheiro, pelo preço fixado pela Mesa da Inspeção. Antes da Companhia, os compradores - os homens de negócio da praça do Recife - suportavam os impostos e as despesas referentes à compra das caixas. Depois de 1760, com a instituição pombalina já instalada, o preço arbitrado pela Mesa deixou de ser respeitado e a partir de 1763, o pagamento de taxas foi transferido dos compradores para os produtores de açúcar (senhores e lavradores). Além disso, a Companhia - que em 1761 não conseguiu impor um dos seus deputados directamente na Mesa da Inspeção -, instituiu um fiscal com poderes para

está em anexo ao primeiro ofício da Mesa da Inspeção no início do conflito. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1770, abril, 27, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406.

⁷⁴⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Mesa da Inspeção ao provedor e deputados da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. 28 de maio de 1770, Recife.]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8421, fls. 1-2.

⁷⁴⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8421, fl. 1.

⁷⁴⁹ Realçamos que as duas instituições eram praticamente geridas por «pernambucanos». A Direcção era controlada por homens de negócio da praça do Recife e a Mesa tinha dois inspectores escolhidos por entidades também recifenses, um senhor de engenho indicado pela Câmara e um homem de negócio indicado pelo corpo de comércio. A exceção era o presidente da Mesa que era sempre o ouvidor-geral.

discutir o preço e a qualidade dos açúcares definidos pela Mesa da Inspeção antes de finalizar a compra das caixas e embarcá-las nos navios da empresa⁷⁵⁰.

Dentro deste quadro de remodelações, empreendido pela empresa comercial pombalina - taxas extras e fiscal com poderes maiores que os dos inspectores da Mesa -, vender o açúcar ficou mais dispendioso para as elites que produziam açúcar (açucarocracia). A taxa estabelecida pela Direcção sobre o açúcar antes da sua venda e a recusa em pagar o acréscimo de «dois tostões» por cada arroba do produto foram factores que assinalaram a dificuldade de diálogo entre a Mesa, os senhores de engenho e a Direcção durante toda a década de 1770⁷⁵¹.

Destacamos ainda que no ano de 1763 a Mesa era presidida, pelo ouvidor da capitania, como estabelecia o seu regimento, e tinha como inspectores o senhor de engenho José Rodrigues de Castro e João Rebelo da Costa, mercador na vila do Recife e escrivão da Almotaçaria. O primeiro inspetor, por ser senhor de engenho e interessado no preço da arroba do açúcar, naturalmente se oporia a esta determinação da Direcção, e o segundo inspetor, Rebelo da Costa recusou-se a entrar na companhia de comércio em 1759 quando foi convidado⁷⁵².

Em 1770 a Mesa da Inspeção procurou negociar com a Direcção da companhia pombalina a defesa dos interesses das elites produtoras. Mas nem o risco da perda do açúcar por parte destas, nem os juros corridos nas dívidas com a Companhia, persuadiram os senhores de engenho a entregar as caixas pelo valor estipulado pela Direcção. A postura inflexível destes demonstrava que nem sempre o que estava disposto no artigo 30 do estatuto da companhia pombalina era garantia para que os produtores pudessem negociar os seus géneros - o açúcar principalmente -, mas também solas, couros e tabaco, em Lisboa⁷⁵³.

O artigo 30 estabelecia que se não houvesse consenso no preço do açúcar, os produtores não seriam obrigados a vendê-lo à Direcção e poderiam enviá-lo a Lisboa por

⁷⁵⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8421, fls. 1-2.

⁷⁵¹ Clara Maria Farias de ARAÚJO, «A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e o monopólio de comércio», *Revista de História e economia*, vol. VI (2010): p. 20 e ss.

⁷⁵² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 100, D. 7816; AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador, 1759, março, 12, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7215.

⁷⁵³ *Estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, pp. 17-18. [Consultado em 2 de janeiro de 2012]. Disponível em: <http://archive.org/details/instituiodac00comp>.

sua conta. Algo que não era acessível a todos os senhores de engenho, pois só poderiam embarcar as suas caixas de açúcar como «particulares», mediante o pagamento de um seguro de viagem e da comissão que os deputados auferiam para serem os comissários das vendas dos géneros da terra, valor bastante significativo, como será explicado adiante⁷⁵⁴.

Em 25 de maio de 1770 a Direcção da Companhia retrocedeu e concordou pagar o aumento da arroba do açúcar ao preço definido pela Mesa da Inspeção, como examinado na primeira parte do capítulo. Contudo, esta mesma Direcção voltou atrás na sua decisão pouco dias depois⁷⁵⁵.

Salientámos que a Mesa da Inspeção alertou à Direcção que não aceitar o aumento que esta havia dado não apenas prejudicava os senhores de engenho monetariamente, mas de forma preocupante incitava um motim no Recife⁷⁵⁶.

Com a continuação do impasse entre os senhores de engenho, lavradores de açúcar e a Direcção da companhia de comércio, o governador Manuel da Cunha Meneses, em 14 de junho, foi compelido a intervir no conflito - antes político-económico -, a fim de que este não se transformasse numa insurreição. O governador obrigou à entrega das caixas de açúcar. No edital que mandou publicar avisou que os transgressores seriam tratados como «perturbadores do sossego público», incorrendo nas penas usuais para este crime e quaisquer outras punições que ele lembrasse. Senhores de engenho e lavradores de açúcar, naquele momento, nada puderam fazer, ou entregavam as caixas ou se amotinavam. O governador, por sua vez, executando as ordens do poder central mandou

⁷⁵⁴ Artigo 30 dos estatutos da Companhia. António CARREIRA, *As Companhias Pombalinas...*, p. 292. Ainda assim a questão da venda do açúcar não era simples. Quando os fabricantes embarcavam as caixas, faziam-no no contexto de inovações estabelecido pela Companhia, pagando além dos subsídios, a terça parte dos rendimentos do engenho para pagamento dos empréstimos obtidos para produzirem e transportarem o açúcar até à vila do Recife. *Estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, pp. 17-18. [Consultado em 2 de janeiro de 2012]. Disponível em: <http://archive.org/stream/instituiadac00comp#page/16/mode/2up>.

⁷⁵⁵ Inicialmente a Direcção concordou com o aumento no final de maio. Em despacho da Direcção a um requerimento, esta confirmou o pagamento dos dois tostões por arroba. A própria Junta, em ofícios no final da década de 70, acreditava que o aumento havia sido dado. Porém, como o governador Manuel da Cunha Meneses se viu obrigado a confiscar as caixas de açúcar em junho de 1770, a Direcção, num curto espaço de tempo voltou atrás no despacho favorável que havia dado. O despacho da Direcção da Companhia foi dado em 25 de maio de 1770 e deferia o pedido de aumento. O despacho está nos anexos do ofício da Mesa da Inspeção de 27 de abril. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406.

⁷⁵⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do Mesa à Direcção, Recife, 9 de junho de 1770]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8425.

completar o mais rapidamente a lotação dos navios que estavam há meses à espera, reafirmando o peso da Companhia no embate⁷⁵⁷.

Em síntese, apesar do pedido da Câmara do Recife, dos senhores de engenho e da intervenção da Mesa da Inspeção a favor das «elites agrárias», neste caso, daquelas ligadas à produção de açúcar, o governador, optou por não atrasar a saída dos navios para o Reino, algo que não agradaria às instituições centrais, por conta do comércio dos géneros coloniais nas praças europeias.

Manuel da Cunha Meneses obrigou os produtores - senhores de engenho e lavradores - a entregarem as caixas de açúcar que estavam retidas em armazéns particulares, pelo preço que a companhia pombalina estava disposta a pagar, e não pelo preço que a Mesa da Inspeção estipulava. Assim, nesta ocasião, o governador decidiu a favor da empresa comercial⁷⁵⁸. Possivelmente, para equilibrar as acções anteriormente tomadas, pois recordamos que este governador já revogara uma carta régia por entender que as determinações reais prejudicavam os interesses de um dos segmentos das elites locais, o dos produtores de açúcar.

A arbitragem do preço do açúcar era, incontestavelmente, o grande problema entre a Companhia Geral, na sua vertente local e central, e as elites da capitania. Por isso, os senhores de engenho e os lavradores, principal segmento da elite produtora, opunham-se de forma tão categórica à Companhia. A cana-de-açúcar sempre foi o género por excelência do comércio pernambucano para se obter grandes somas, apesar da oscilação do preço da arroba ainda era o género mais rentável. As caixas conseguiam um preço relevante no comércio exterior, mas eram pagas na capitania pelo preço estipulado pela Companhia. Na tabela abaixo, é possível constatar a oscilação do preço da arroba nas praças europeias:

⁷⁵⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador para Martinho de Melo e Castro. 14 de junho de 1770]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8428.

⁷⁵⁸ Duzentos réis a mais por cada arroba de açúcar por conta da seca do ano anterior, que prejudicou a safra de 1770.

Tabela 3: preços do açúcar à época da Companhia:

PREÇO DO AÇÚCAR EM PERNAMBUCO E NAS PRAÇAS EUROPEIAS (1763-1779) *				
Ano	Pernambuco	Lisboa	Inglaterra	Holanda
1763	1300	2090	5036	4838
1770	1650	1875	5316	3801
1777	1850	2210	5823	4608
1779	1850	2915	6645	5054

Fonte: José Ribeiro Júnior⁷⁵⁹. * Todos os valores estão em réis.

No ano de 1770, no conflito entre os senhores de engenho e os lavradores e a Direcção, queixavam-se os primeiros de que este órgão da Companhia não estava a cumprir o artigo 7 dos estatutos da Companhia, que determinava que fossem cumpridas as ordens régias que ainda estivessem em vigor aquando da sua institucionalização. Era o caso do alvará de 1751 ordenando que, nos anos em que a safra estivesse aquém do esperado, devido às secas ou às enchentes, o preço da arroba deveria subir dois tostões⁷⁶⁰. Sem o cumprimento do alvará, o prejuízo era imputado aos produtores de açúcar e não à Direcção da Companhia⁷⁶¹. Para além disso, na óptica das elites locais, a administração da Companhia em Pernambuco era opressora, pois não levava em conta os interesses dos senhores, lavradores, criadores de gado, donos de pequenas fábricas de curtir couro, e isso reflectia-se nos requerimentos e nas cartas que entravam nas instituições centrais através das câmaras.

Contrariamente ao que defendemos em trabalhos anteriores, e com o aprofundamento desta investigação, podemos referir que a oposição de um grupo das elites na capitania estava sobretudo voltada para a face 'visível' da Companhia junto dos moradores - a Direcção em Pernambuco -, uma instituição formada por homens de

⁷⁵⁹ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p. 140.

⁷⁶⁰ O alvará vem referido na representação dos senhores de engenho e mais produtores de açúcar e tabaco de 1770. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393. Ressalta-se que fenómenos climáticos eram bastante comuns e findavam em safras inexpressivas. Os produtores tinham pouco que vender nos anos em que os rebanhos e as plantações eram devastados pelas secas ou pelo excesso de chuvas. Anos de seca, conforme a correspondência dos governadores com as instituições do poder central: 1754, 1769-70, 1775-76, 1778-80. AHU_ACL_CU_015, Cx. 75, D. 6306; AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406; AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9081; AHU_ACL_CU_015, Cx. 131, D. 9889; AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10163.

⁷⁶¹ Clara F. de ARAÚJO, «A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e o monopólio...», p. 20 e ss.

negócio locais com interesses locais. Em pelo menos uma ocasião, e como será examinado ainda neste capítulo, a Junta em Lisboa elaborou um relatório ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, demonstrando que os procedimentos da Direcção eram prejudiciais aos moradores da capitania, contrários ao desenvolvimento do comércio local e lesivos à própria Companhia⁷⁶². A Direcção agia como se não fosse subordinada à Junta em Lisboa.

Podemos adiantar que, num primeiro momento, após a crise política, por motivos económicos - crise que obrigou o governador a confiscar as caixas de açúcar que estavam na Mesa da Inspecção para serem embarcadas nos navios da Companhia - ocorrida entre 1770 e 1771, a Junta apoiou as queixas dos moradores, o que a princípio poderia parecer paradoxal. Contudo, os argumentos que a Junta defendeu junto ao secretário de Estado demonstravam que, para aquele órgão, era preferível manter uma relação comercial tranquila com os pernambucanos, sem contestações, do que ter moradores insatisfeitos e suscetíveis de iniciarem motins.

A Direcção local soube tornar a instituição pombalina num instrumento comercial que a beneficiava em primeiro lugar. Ou seja, o exclusivo comercial da capitania, prerrogativa detida pela Companhia, favoreceu os ganhos de particulares, principalmente dos homens de negócio radicados no Recife que dominavam a Direcção. Ora, é sobretudo contra estes que as elites agrárias da capitania se organizaram, procurando reaver os privilégios que o comércio livre lhes facultara anteriormente. Para tal, utilizaram tanto os meios legais - tais como representações, requerimentos e cartas -, como enveredaram pela via da rebelião - exemplificada numa tentativa de motim em 1773, que analisaremos a seguir - ou ainda pela via do contrabando.

Em consequência da crise política desencadeada pelo embate entre a Mesa da Inspecção e a Direcção da Companhia em 1770, ocorreu em 1773 uma tentativa de motim contra a instituição pombalina, o desenrolar da acção detalharemos em seguida. Os intervenientes são relevantes, visto estarem associados ao acontecimento de 1770, que como acima analisado, não ficou bem resolvido.

O juiz conservador da Companhia, José António de Alvarenga Barros Freire, em ofício de 2 de setembro 1773, solicitava ao governador Manuel da Cunha Meneses, auxílio militar para prender Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, senhor do engenho

⁷⁶² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507. Pareceres da Junta em anexo ao escrito dirigido ao secretário Martinho de Melo e Castro.

Suassuna⁷⁶³. Nesta ocasião, Cavalcanti de Albuquerque procurou convencer outros senhores de engenho, das freguesias da Mata e do Cabo, a se sublevarem contra a Companhia. É de realçar que este senhor de engenho era um dos maiores produtores de açúcar da capitania de Pernambuco neste período, possuía três engenhos (Pantorra, Muguahipe e Suassuna), e apenas há três anos fizera parte da Mesa da Inspeção do Açúcar e do Tabaco como inspetor⁷⁶⁴. O facto de se opor tão publicamente à companhia pombalina é merecedor de destaque.

No seu relato sobre a averiguação do «motim» o juiz comunicava às instituições centrais a prisão do coronel Afonso de Albuquerque e Melo - senhor do engenho Muribeca-, do capitão João Cavalcanti de Albuquerque - senhor do engenho Brunhaém-, e do padre António de Sousa Leão - também senhor de engenho -, referindo que eram os chefes da tentativa de «revolta» contra a empresa comercial. O juiz comunicava que, por falta de provas, libertaria todos os réus, uma vez que a sua diligência provara que efectivamente Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, que tinha tropas sob sua alçada, intentara uma revolta e que este só não se encontrava preso porque havia fugido para a Baía. O juiz afirmava que a soltura se dava por não haver provas, mas que os senhores de engenho assinaram procurações para que Cavalcanti de Albuquerque os representasse contra a Companhia⁷⁶⁵.

O mesmo caso também vem citado num ofício do secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, datado do mesmo ano de 1773, em que demonstra ter conhecimento dos conflitos entre os senhores de engenho, os lavradores de açúcar, os produtores de tabaco e os oficiais de algumas câmaras das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá contra a Direcção da Companhia⁷⁶⁶.

Na óptica do secretário, a raiz do problema eram as falsificações na qualidade e no peso das caixas de açúcar feitas pelos senhores de engenho e lavradores com a conivência da Mesa da Inspeção. O comportamento dos ‘moradores’ era considerado pelo secretário de Estado como «atrevido, rebelde e desobediente» e as queixas sobre os «abusos de

⁷⁶³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1770, abril, 27, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406.

⁷⁶⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 224, D. 15122.

⁷⁶⁵ Ofício de 17 de setembro de 1773. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8801.

⁷⁶⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1773, setembro, 18, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8804. Minuta em anexo ao ofício.

poder» da Direcção da Companhia não deveriam ser levados em consideração pela Coroa⁷⁶⁷. A culpa pela situação de desordem em Pernambuco era, em parte, atribuída pelo secretário de Estado ao governador Manuel da Cunha Meneses, a quem denominava de «moço, menos bem aconselhado», que não prestava o devido apoio à Direcção da Companhia, preferindo defender os interesses dos senhores de engenho e incentivar à desobediência⁷⁶⁸. Esta foi a primeira vez que Martinho de Melo e Castro referiu a existência de «partidos» e acusou o governador de proteger os grupos oriundos das elites locais que faziam oposição à companhia.

Sobre a facção que se opunha à Companhia, ao analisarmos as solicitações e as listas de devedores, conseguimos identificar um pequeno número de indivíduos cujos nomes se repetem nos requerimentos colectivos e que se opuseram às decisões da Direcção da Companhia, quando fizeram queixas relacionadas com a produção e venda do açúcar à Companhia.

Contudo, queremos destacar que não é objectivo deste estudo examinar a composição social da nobreza da terra ou de qualquer dos «partidos», oriundos das elites, que identificamos como contrários ou apoiantes da companhia pombalina. Tão pouco é nosso propósito fazer uma análise microscópica das elites locais, dos homens da governança ou da rede mercantil presente na Direcção da Companhia no Recife.

A documentação analisada demonstra-nos que a institucionalização da Companhia confirmou alguns indivíduos no comando do comércio local, indivíduos que faziam parte das principais redes mercantis da capitania, relacionadas com pecuário, comércio de escravos e açúcar - eram donos de embarcações, de fábricas de curtir couro, de fazendas de gado, estavam ligados ao comércio negreiro e a revenda do açúcar - e que antes da Companhia haviam proposto à Coroa a fundação de empresas comerciais. Estamos nos referindo aos homens de negócio da praça do Recife que assinaram as petições de 1757 - assinalados na tabela nº 1 -, solicitando a criação de empresas de monopólio. Comerciantes de «grosso trato» que em sua maioria compraram acções da companhia pombalina e ao longo do monopólio da Companhia fizeram parte da Direcção deste órgão⁷⁶⁹.

⁷⁶⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8804.

⁷⁶⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8804.

⁷⁶⁹ Conforme a tabela nº 2.

As acções daqueles que constituíram a Direcção, e das suas redes, tiveram resposta em outros grupos dominantes que se sentiram prejudicados com o monopólio comercial. Interessa neste ponto identificar alguns actores sociais de um e outro grupo, analisando principalmente a argumentação presente na comunicação política das duas facções das elites com as instituições do poder central e o papel dos representantes da Coroa na disputa dos interesses antagónicos de cada um dos grupos⁷⁷⁰.

De forma sucinta procurámos identificar os principais «rostos» de um «partido» e do outro, circunscrevendo-os nos grupos sociais que compunham as elites da terra. Estudos mais especializados sobre o tema podem e devem ser feitos, pois não cabe na alçada desta tese cruzar fontes que revelem pormenorizadamente os intervenientes - bem como, as redes nas quais faziam parte ou a constituição dos patrimónios individuais ou familiares -, os dados que conseguimos compilar serão abaixo discriminados.

No interior das elites da terra encontramos aquela relacionada com a produção de géneros coloniais, formada por senhores e lavradores de açúcar, e num número reduzido, produtores de tabaco e criadores de gado, cuja maioria possuía curtumes⁷⁷¹. Foram estas fracções das elites que, no final da década de 1760, demonstraram sua insatisfação com a companhia pombalina por meio de uma dezena de requerimentos. Primeiramente ao representante da Coroa na capitania, e em seguida, ao «braço local» da Companhia, ao conde de Oeiras e em última instância ao rei.

Dentre as petições contra as práticas mercantis da Direcção da companhia encontrámos vários pedidos de donos de fábricas de atanados e de lavradores de açúcar dirigidos à Direcção da Companhia com despachos do intendente e dos deputados indeferindo suas petições. A maioria dos pedidos era para que caixas de açúcar, as solas e os atanados fossem pagos em dinheiro, algo que a Direcção se recusava a fazer, preferindo a permuta por mercadorias. Mas o mais relevante nos anexos do requerimento dos moradores de Pernambuco é uma outra representação dos senhores de engenho e dos

⁷⁷⁰ Interesses opostos não permitiram que os governadores fossem agentes imparciais nas disputas internas entre grupos dominantes locais. Algo que discutiremos nos próximos capítulos.

⁷⁷¹ Nos requerimentos colectivos encontramos dois em que os autores se identificam como senhores de engenho, lavradores de açúcar e de tabaco, em outros dois os senhores de engenho afirmam representar todos os moradores da capitania descontentes com a Companhia, e em pelo menos um encontramos todos os grupos sociais que compunham as elites produtoras (senhores de engenho, lavradores de açúcar, produtores de tabaco, criadores de gado e donos de fábrica de solas e atanados). AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364.

lavradores de açúcar dirigida ao governador de Pernambuco, Manuel da Cunha Meneses, em que afirmam representar o seu grupo social e os demais moradores da capitania de Pernambuco⁷⁷².

Esta representação foi assinada pelos senhores de engenho e pelos lavradores de açúcar que abaixo nomearemos. Algo raro de acontecer vistas as consequências que poderiam advir a esta fracção das elites por se ter identificado perante os poderes centrais. Mas, dada a importância que o açúcar sempre teve na economia da capitania, podemos deduzir que era o grupo social que mais importância tinha e por isso, a fracção das elites composta por senhores de engenho e lavradores anunciavam representar o seu grupo e os moradores de uma forma geral. Para um grupo tão cioso dos seus privilégios haveria sempre algum temor em se deixar reconhecer. Isto explica em parte o facto de haver tão poucas representações assinadas pelos peticionários, fazendo-se valer mais frequentemente das câmaras e da Mesa da Inspecção para canalizarem os seus pedidos às instituições do poder central⁷⁷³.

Os requerimentos colectivos foram fundamentais para conhecermos os “rostos” por trás de cada “partido”. Tomámos estas petições como ponto de partida para examinarmos quem eram os apoiantes e quem eram os que se opunham à companhia pombalina.

Sobre o circuito da comunicação entre as partes e o centro político podemos observar que os requerimentos destas fracções das elites foram enviados às câmaras, à Direcção, à Mesa, e posteriormente, ao governador Manuel da Cunha Meneses, que no seu despacho, mandou que os queixosos escrevessem directamente ao rei. Em seguida, encontramos dois requerimentos enviados ao conde de Oeiras, e outros dois ao monarca.

⁷⁷² Encontramos no D. 8393, 5 petições. A primeira ao conde de Oeiras, um requerimento não assinado em nome dos moradores de Pernambuco. A segunda, uma representação ao Senado da Câmara de Goiana, em nome dos senhores de engenho e agricultores de tabaco de Itamaracá, petição assinada pelos requerentes. Depois encontramos mais três representações assinadas, uma ao rei, outra ao conde de Oeiras e uma ao governador da capitania de Pernambuco. Todas assinadas, duas em nome dos moradores. Naquela que tem o governador como destinatário, os senhores de engenho e lavradores afirmam que representam a si próprios e a todos os moradores descontentes com a Companhia. Esta é uma petição assinada. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ant. 1770, março, 30, Itamaracá]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

⁷⁷³ Entre 1768 e 1780 encontramos apenas estas 6 petições colectivas. Estas petições são diferentes das cartas das câmaras. Embora as câmaras transmitam nas missivas os pedidos dos moradores, é bastante relevante quando facções das elites escrevem directamente ao monarca ou ao secretário de Estado, por meio de representações assinadas, expondo os seus pedidos. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364 e 8393.

Naqueles que foram enviados às instituições do poder central, não encontramos os despachos destas instituições. Diferentemente de todos os outros requerimentos das partes ao centro político, sabemos que estes não deram entrada pelo Conselho Ultramarino, porque neles não há rubricas dos conselheiros ordenando que se passasse parecer ou que se guardasse na secretaria do tribunal. Apenas naquele dirigido ao governador de Pernambuco encontrámos data e despacho⁷⁷⁴.

No entanto os requerimentos estão numerados e a letra é do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Percebemos também que se trata de dois processos diferentes, um com petições às autoridades na capitania e outro dirigido ao rei e ao conde de Oeiras. Todos são originais e alguns estão assinados pelos requerentes. Não foram consultados pelo Conselho Ultramarino, porque não deram entrada pelo tribunal e porque o tribunal, mais adiante, em 1779, não faz referência a estes requerimentos apenas às cartas das câmaras (de 1777 e de 1778)⁷⁷⁵. Presumimos que deram entrada pela Secretaria de Estado do Reino, foram enviados posteriormente para a Marinha e Ultramar, e por último foram remetidos para a Junta da Companhia em Lisboa, a fim de que esta passasse um parecer. Chegamos a esta conclusão porque o teor das queixas dos requerimentos foi discutido ponto a ponto pela Junta aquando da elaboração de pareceres que foram remetidos à Secretaria de Melo e Castro em 1771, matéria que mais adiante será melhor averiguada.

Na análise que fizemos aos processos identificámos primeiramente que os senhores de engenhos e lavradores de açúcar escreveram ao secretário de Estado em seu nome e dos mais moradores da capitania de Pernambuco. Por isso, encontrámos nos autógrafos, indivíduos que estavam ligados à comercialização do açúcar mas que nunca foram senhor, lavrador ou rendeiro de engenho. Em segundo lugar percebemos que nos requerimentos colectivos alguns nomes se destacam e se repetem.

A partir destas duas premissas presumimos que o «partido» que se opunha à Companhia em Pernambuco era liderado pelos quatro senhores de engenho, que foram

⁷⁷⁴ Esta constatação pode parecer pouco relevante mas para compreender as modificações no circuito da correspondência - e qual entidade tinha precedência sobre outra - torna-se necessário analisar os despachos dos poderes centrais que funcionavam como carimbos de entrada e saída de documentos para esta ou aquela entidade analisar, passar parecer ou guardar.

⁷⁷⁵ As consultas do Conselho Ultramarino são sobre cartas das câmaras e são do final da década de 1770. Os requerimentos são de 1768 até 1770, Carvalho e Melo só se torna marquês de Pombal em 1770, os requerimentos são dirigidos ao secretário enquanto conde de Oeiras.

acusados de conspirar contra a Companhia em 1773. Estes senhores se destacam como os «rostos» mais evidentes da oposição à Direcção da Companhia. Tanto por assinarem as queixas contra a companhia quanto pela tentativa de «motim», possivelmente intentada quando compreenderam que seus pedidos não seriam respondidos favoravelmente, não com a brevidade que desejavam.

Encontramos as assinaturas destes quatro senhores de engenho em todas as representações colectivas com assinaturas, na primeira de 1768 e em outras cinco do ano de 1770⁷⁷⁶. Lembramos que a representação de 1768 solicitava a suspensão da carta régia que retirava da Mesa da Inspecção a prerrogativa de avaliar as caixas de açúcar que seriam compradas pela Companhia e enviadas para Lisboa, e foi atendida favoravelmente apenas porque o governador - que na opinião do secretário de Estado era néscio no que concerne às práticas administrativas e se deixava influenciar por «partidos» - , ousou suspender uma ordem régia e apoiou o pedido dos senhores de engenho⁷⁷⁷.

Por servirem em cargos públicos, como descreveremos mais adiante, por serem grandes produtores de açúcar, por assinarem petições colectivas - sempre que esta fracção das elites escolhia esta via para demonstrarem as suas insatisfações pela forma como a Direcção da Companhia agia -, e pelas acusações de 1773, pode dizer-se que os senhores de engenho Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, Afonso de Albuquerque e Melo, padre António de Sousa Leão e João Cavalcanti de Albuquerque comandavam o «partido» que se opunha à empresa comercial, junto com Manuel Carneiro Leão.

No que respeita a João Cavalcanti de Albuquerque além de ser senhor do engenho Matagipe, foi também capitão de cavalos da freguesia de Nossa Senhora da Luz, fidalgo da Casa Real, professo na Ordem de Cristo e sargento-mor⁷⁷⁸.

Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque foi senhor de três engenhos em Jaboatão e no Cabo; foi inspetor da Mesa da Inspecção do Açúcar e do Tabaco no ano de

⁷⁷⁶ Entre 1768 e 1770 quatro senhores de engenho da freguesia do Cabo - cabeças da tentativa de motim de 1773 -, utilizaram os canais políticos legais, via comunicação directa com duas entidades da administração central, por meio de representações ao Conselho Ultramarino, ao secretário de Estado e de, ao menos, uma petição ao representante máximo do poder régio na capitania, o governador Manuel da Cunha Meneses. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

⁷⁷⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364.

⁷⁷⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 69, D. 5850. Em 1783 foi acusado de bigamia pelo Tribunal do Santo Ofício. ANTT. TSO/IL/28/12954. George F. C. SOUZA, «Elite y ejercicio de poder en el Brasil...», p. 778.

1770 - quando ocorreu um dos principais embates entre a Mesa e a Direcção da Companhia, por conta do preço do açúcar -, e um dos maiores produtores de açúcar da capitania. Em 1775 voltou a estar envolvido num novo conflito com a Companhia, quando deu o seu apoio à libertação do almotacé de Olinda, José Inácio Álvares Ferreira, acusado, de forma justa, de fraudar a Companhia⁷⁷⁹. Após o encerramento da Companhia Francisco Xavier C. de Albuquerque aproveitou o vazio deixado pelos homens de negócio ligados à Direcção da Companhia e passou a ser ele a arrematar o contrato da carne, que até então havia sido monopólio das famílias Monteiro e Santos, ambas com familiares na Direcção da Companhia⁷⁸⁰.

Afonso de Albuquerque e Melo, oriundo de uma das mais importantes famílias da «mata sul» de Pernambuco (freguesia do Cabo), de onde era natural, foi fidalgo cavaleiro da Casa Real e vereador da Câmara do Recife nos anos de 1760, 1765, 1773 e 1779, também foi inspetor da Mesa da Inspeção no ano de 1769. Era senhor do engenho da Muribeca, serviu no Regimento de Infantaria da praça do Recife e foi comandante da paróquia da Muribeca⁷⁸¹.

Para além destes, destaca-se também o senhor de engenho Manuel Neto Carneiro Leão. Não conseguimos identificar de onde era natural, mas sabemos que o seu pai José Neto Ferreira era natural do Porto e que este senhor de engenho era português de nascimento. Foi capitão-mor e irmão da Ordem Terceira Carmelita, além disso, foi vereador da Câmara do Recife no ano de 1769⁷⁸².

Indicamos este pequeno grupo de senhores de engenho, integrantes das elites açucareiras - quase todos fidalgos da Casa Real ou professores na Ordem de Cristo -, como dirigentes de uma facção ou «partido» de oposição à empresa comercial. Acrescentamos que Afonso de Albuquerque e Melo e Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque foram

⁷⁷⁹ Foi denunciado por crime de falsificação de firmas e suborno de um alcaide da Justiça. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 134, D. 10045.

⁷⁸⁰ Além da Mesa da Inspeção, Francisco Xavier foi sargento de granadeiros do Regimento de Linha e chegou a mestre-de-campo do Terço de Infantaria Auxiliar de Olinda. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 168, D. 11914. AHU_ACL_CU_015, Cx. 224, D. 15122. Após a extinção da Companhia, já na década de 1780 vai arrematar o contrato do subsídio das carnes por 80 mil cruzados. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 154, D. 11148.

⁷⁸¹ George F. C. SOUZA, «Elite y ejercicio de poder en el Brasil...», p. 699.

⁷⁸² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8151. Senhor do engenho São Brás. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 143, D. 10498, AHU_ACL_CU_015, Cx. 183, D. 12754. George F. C. SOUZA, «Elite y ejercicio de poder en el Brasil...», p. 883.

inspectores da Mesa da Inspeção no auge do primeiro conflito com a Direcção da Companhia. O primeiro fazia parte da Mesa no ano de 1769 e o segundo no ano de 1770.

Bem como, destacamos que Manuel Neto Carneiro Leão foi vereador da Câmara do Recife, pouco antes do conflito de 1770, no qual a câmara se utilizou legitimamente da Mesa para defender os interesses dos produtores de açúcar.

Além destes senhores de engenho é preciso referir outros nomes que constam nas poucas representações assinadas que deram entrada nas instituições centrais. A maioria dos nomes são de senhores de engenho ou lavradores conhecidos, porém alguns eram mercadores «com loja aberta», donos de fábrica de curtir couro ou eram militares.

Também destacamos o nome do boticário José de Abreu Cordeiro a quem a Direcção classificava de «contrabandista» e «revoltoso»⁷⁸³; do senhor de engenho Patrício José de Oliveira, do coronel João Batista de Vasconcelos. Estes três indivíduos mais o senhor de engenho Afonso de Albuquerque e Melo foram apontados pelo intendente da Companhia, António José Souto, como sendo os líderes de uma reconhecida oposição.

Tabela 4 - «partido» dos opositores da Companhia

Afonso de Albuquerque e Melo	Senhor de engenho.
Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque	Senhor de engenho.
João Cavalcanti de Albuquerque	Senhor de engenho.
António de Sousa Leão	Senhor de engenho.
Manuel Neto Carneiro Leão	Senhor de engenho.
Capitão Patrício José de Oliveira	Senhor do engenho Pirapama no Cabo, dono de fábrica de solas. Antes de entrar na Direcção da Companhia já no final da década de 1770 era um conhecido opositor da empresa comercial. Chegou a ser acusado de contrabandista.
Felipe Roiz Campelo	Senhor do engenho da Torre.
Manuel Lopes Viana	Senhor de engenho Camaragibe em Sirinhaém ⁷⁸⁴
Francisco de Barros Rego	Senhor do engenho da Serra. Porteiro da Alfândega de Pernambuco. Assina a lista como senhor de engenho ⁷⁸⁵

⁷⁸³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, fevereiro, 13, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9737.

⁷⁸⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 149, D. 10849.

Estevão José Paes Barreto	Futuro morgado do Cabo e senhor de engenho ⁷⁸⁶ . Membro da Santa casa da Misericórdia de Olinda.
Pedro Velho Barreto	Senhor do engenho Apipucos.
Cosme do Rego Barros	Dono de fábrica de curtir couro. Assinou várias petições.
Antônio de Barros Branco	Tabelião e escrivão do Público Judicial e Notas do Recife e Olinda, e capitão de Infantaria da Ordenança da praça de Pernambuco, vereador da Câmara do Recife ⁷⁸⁷ .
Francisco Gomes de Araújo	Senhor do engenho Aguiar.
Manuel Carvalho da Costa	Escrivão dos órfãos do Recife e capitão de Infantaria de uma das Companhias do Recife ⁷⁸⁸ .
Caetano Camelo Pessoa	Senhor do engenho, inspetor da mesa da Inspeção em 1755 e em 1760. Morador no engenho Casa Forte, filho do senhor de engenho José Camelo Pessoa, que por sua vez era dono do Engenho Boa Vista em Itamaracá ⁷⁸⁹ .
João Batista de Vasconcelos	Coronel do Regimento da Cavalaria Auxiliar da Boa Vista e senhor de engenho Utinga ⁷⁹⁰ .
José de Abreu Cordeiro	Boticário. Assinou petições colectivas, tanto a dos vassalos, quanto a dos senhores de engenho, embora não tenhamos conhecimento de que tenha possuído engenho.
João Rebelo da Costa	Foi inspetor da Mesa da Inspeção no ano de 1763, quando ocorreu o primeiro embate entre a Mesa e a Direcção por causa de uma nova taxa cobrada aos produtores de açúcar. Era mercador e quando convidado a entrar na Companhia pombalina, pelo governador, não aceitou ⁷⁹¹ . Em 1780 devia mais de 10 contos de réis à Companhia.
Filipe Ribeiro Ribas	Homem de negócio. Conhecido opositor.

⁷⁸⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 56, D. 4818.

⁷⁸⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_Cod. 1155. Em 1780 deve à Companhia mais de 11 contos de réis, o que o torna um dos grandes devedores das elites agrárias. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

⁷⁸⁷ Vereador da Câmara do Recife em 1778 e em 1780. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 92, D. 7345. AHU_ACL_CU_015, Cx. 224, D. 15128. George F. C. SOUZA, «Elite y ejercicio de poder en el Brasil...», p. 703.

⁷⁸⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 67, D. 5661. AHU_ACL_CU_015, Cx. 99, D. 7746.

⁷⁸⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 61, D. 5216.

⁷⁹⁰ Já havia sido identificado com «contrabandista» por um ofício anónimo enviado ao conde de Oeiras. Este coronel, mais o capitão Patrício José de Oliveira e o boticário. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 166, D. 11823.

⁷⁹¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 10, D. 7816.

Francisco Ribeiro Ribas	Homem de negócio. Chegou a ser accionista da companhia pombalina mas nunca teve um cargo na Direcção ⁷⁹² .
Manuel Coelho da Silva	Dono de fábrica de sola, ligado ao negócio do gado do sertão.

Fontes: AHU_ACL_CU_015, AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364, D. 8393 (letra H); Cx. 137, D. 10206.

Todos estes assinaram ao menos três das seis petições colectivas que constam no nosso levantamento documental. Por isso foram aqui nomeados como pertencentes ao «partido opositor» da Companhia. O facto de os colocarmos no mesmo grupo, o de opositores, não significa que eram um verdadeiro grupo social. Havia entre eles diferenças de *status*, honra e de riqueza. A separação em termos de riqueza, entre os grandes senhores de engenho - caso de Estevão José Paes Barreto, Afonso de Albuquerque e Melo, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque⁷⁹³ - e os homens de «grosso trato» são difíceis de mensurar porque não tivemos acesso aos inventários destes indivíduos.

No entanto também é preciso ressaltar que as ligações a um ou outro «partido» nem sempre são simples de serem feitas, pois encontramos nas petições colectivas - iniciadas pelos senhores de engenho em seu nome e dos moradores -, as assinaturas de Tomé Correia de Araújo e de José Vaz Salgado Júnior⁷⁹⁴. Estes indivíduos eram filhos de dois homens de «grosso trato» da praça do Recife: Manuel Correia de Araújo e José Vaz Salgado.

Ambos eram grandes comerciantes de Pernambuco em meados do século XVIII, e foram accionistas originários da Companhia, sendo que apenas Manuel C. de Araújo foi deputado dela. O primeiro faleceu antes de 1765 e o segundo antes de 1760, e deixaram um grande património⁷⁹⁵. As razões pelas quais os herdeiros assinaram petições colectivas

⁷⁹² Todos estes aparecem em pelo menos três representações em que os requerentes se identificam. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364. Requerimento dos moradores de Pernambuco. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ant. 1770, março, 30, Itamaracá]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

⁷⁹³ O primeiro Paes Barreto chegou em Pernambuco em 1557 e era natural de Viana, participou de expedições contra os índios da Mata sul, recebendo por isto uma sesmaria na Várzea do Pirapama, no Cabo, e uma data de terra na ribeira do Una, onde chegou a erguer entre oito a dez engenhos. Instituiu o morgadio de Nossa Senhora da Madre de Deus em favor do seu primogénito e o vinculou ao engenho Velho. As famílias Albuquerque e Melo e Paes Barreto estavam ligadas por matrimónios desde o século XVII. Este foi um costume que se generalizou na açúcarocracia a tendência às alianças entre primos ou entre tios e sobrinhos. Evaldo Cabral de MELLO, *O nome e o sangue...*, p. 21.

⁷⁹⁴ Eleito vereador da Câmara em 1780, mas sem assumir. Filho do homem de negócio e capitão-mor da vila do Recife Manuel Correia de Araújo que foi director da Companhia.

⁷⁹⁵ Após a morte de seu pai, Tomé Correia estabeleceu o vínculo no engenho Aibaí e adquiriu quatro imóveis no Recife, o valor apenas deste património somava cerca de 50 mil cruzados.

contra a companhia pombalina não são claras. Sabemos que os pais dos dois herdeiros, além de comerciantes de escravos, fizeram fortuna com o comércio de cabotagem de Pernambuco para o interior (sertão de dentro) e para outras capitanias, comércio que durante o monopólio era permitido apenas a companhia⁷⁹⁶. Podemos apenas supor que a obstrução dos seus negócios particulares por parte do monopólio da Companhia pode ter aproximado os dois herdeiros do «partido» opositor.

Um ofício do intendente da Companhia, António José Souto, à Secretaria de Estado fortalece esta nossa suposição. O intendente afirma que a «oposição» continuaria remetendo pelas câmaras, representações ao centro político, a pedir a extinção da Companhia porque se sentia prejudicada no comércio com África, com Lisboa e nos negócios internos com outras capitanias⁷⁹⁷.

De uma forma geral, senhores de engenho e homens de negócio ainda faziam parte de grupos dominantes locais distintos, embora no século XVIII já não fosse algo incomum descendentes das elites açucareiras casarem com elementos das redes mercantis. Os senhores de engenho, considerados como nobreza da terra - praticamente desde os primórdios da colonização -, não pertenciam ao mesmo grupo social do boticário (Abreu Cordeiro) ou do mercador (Rebello da Costa). O que os unia e os fazia parte do mesmo «partido» eram os interesses económicos que, naquela conjuntura, eram contrários aos dos directores da companhia pombalina.

Também é factor de destaque que na tabela acima encontrámos dois ramos familiares, oriundos da açucarocracia, que remontam ao início da presença portuguesa em Pernambuco, caso dos Paes Barreto e dos Albuquerque e Melo. Os Paes Barreto instituíram o primeiro morgado no Brasil, em 1580, confirmado pela Coroa em 1603. No século XVII eram dos mais ricos da capitania, e tinham uma forte presença na Santa Casa da Misericórdia de Olinda.⁷⁹⁸

AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6969. Cx. 91, D. 7134 e. George F. C. SOUZA, *Tratos & Mofatras...* p. 371. Foi também herdeiro do morgadio instituído por seus pais. AHU_ACL_CU_015, Cx. 232, D. 15671.

⁷⁹⁶ O inventário de José Vaz Salgado, o único que tivemos acesso, demonstra que sua fortuna rondava os 316 contos de réis, passou de reinol endividado, pois era natural de Fafe, a um importante comerciante na vila do Recife. Aos herdeiros deixou gado, escravos, dinheiro, propriedades rurais e urbanas e dívidas activas. Um antigo governador de Pernambuco, o conde dos Arcos, constava entre os devedores, devia à família mais de 9 contos de réis. IAHGP. *Inventários do século XVIII*. 1759 - José Vaz Salgado.

⁷⁹⁷ Ofício de António José Souto de 31 de março de 1770. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

⁷⁹⁸ Evaldo Cabral de MELLO, *O nome e o sangue...*, p. 20 e ss.

As duas famílias, da «nobreza da terra» e ligadas aos opositores, apresentam uma outra particularidade. Ao longo do século XVIII elementos de ambos os ramos tiveram diversos mandatos na Câmara do Recife. Entre 1760 e 1779, o período em que o monopólio da Companhia esteve em vigor, Afonso de Albuquerque e Melo e André de Albuquerque e Melo (seu filho) acumularam sete mandatos. Os Albuquerque e Melo estabeleceram relações familiares com integrantes do grupo mercantil recifense, caso dos Almeida Catanho, ramo familiar mercantil que também tinha uma forte presença na municipalidade do Recife. Algo que dá um outro significado a oposição encetada pela Câmara do Recife, que em momentos de conflito agudo - como os de 1763 e o de 1770 - se opôs tão frontalmente contra a Direcção da Companhia. Direcção esta formada por redes mercantis e familiares - como abaixo será demonstrado -, e com poucas ligações com as elites agrárias.

Da mesma forma que integrantes do «partido» opositor tinham presença frequente na Câmara do Recife torna-se relevante destacar que ocorria o mesmo com a Mesa da Inspecção. Os integrantes da Mesa e da Câmara não eram imparciais, visto o interesse que tinham no negócio do açúcar. Por diversas vezes, os inspectores da Mesa foram acusados de não inspecionar correctamente as caixas de açúcar, cometendo irregularidades quanto ao peso e qualidade das caixas de açúcar. Também por diversas vezes a Direcção contestou as eleições para a Mesa, chegando a sugerir ao governador Luís Diogo L. da Silva que o homem de negócio da Mesa fosse um dos directores da Companhia, que era a maior compradora de açúcar e tabaco da capitania. Sugestão rejeitada pelo governador. Contudo, de forma intermitente, a Direcção conseguia eleger um inspetor mais favorável aos seus interesses.

Assinalámos abaixo os integrantes da Mesa desde a instalação da Companhia e nos momentos de conflito que já analisámos ao longo dos capítulos (1761, 1763, 1770)⁷⁹⁹:

Tabela 5: Componentes da Mesa da Inspecção entre 1759 até 1770

1759	Ouvidor Bernardo Coelho da Gama Casco	<ul style="list-style-type: none"> • André de Barros Rego (senhor de engenho relacionado com os opositores à companhia) • António Pinheiro Salgado (homem de
-------------	---------------------------------------	---

⁷⁹⁹ A tabela completa, de 1752 a 1780, está nos anexos do nosso estudo.

		negócio, deputado da 1ª Direcção, também foi contratador dos Dízimos na década de 1750)
1761	Ouvidor Bernardo Coelho da Gama Casco	<ul style="list-style-type: none"> • Caetano Camelo Pessoa (senhor de engenho. Seu nome consta numa das petições colectivas do «partido» opositor à Companhia. • Henrique Martins (acionista originário da companhia Geral e deputado em 1770)
1763	Ouvidor Bernardo Coelho da Gama Casco	<ul style="list-style-type: none"> • José Rodrigues de Castro. Senhor de engenho. Parente dos Paes Barreto ligados ao «partido» opositor. • João Rebelo da Costa (homem de negócio que nunca foi accionista ou deputado da Companhia, pelo contrário, recusou-se a comprar acções da empresa). Relacionava-se com os opositores da Companhia.
1769	Ouvidor João Marcos de Sá Barreto de Souto Maior (suspense pelo governador neste mesmo ano)	<ul style="list-style-type: none"> • José Inácio da Cunha, substituído por João Ribeiro da Costa. Mas cremos que tratava-se do mesmo João Rebelo da Costa que foi eleito em 1763.
1770 (até 1773)	Ouvidor José António Sedron Zuzarte	<ul style="list-style-type: none"> • Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque (senhor de engenho. Líder da conspiração de 1773). • Domingos Pires Ferreira (acionista da Companhia em 1759).

Fontes: AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7212 (1759); AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536 (1761); AHU_ACL_CU_015, Cx.100, 7816 (1763); AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406 (1770).

Na carta do governador Manuel da Cunha Meneses - em apoio ao requerimento dos senhores de engenho de Pernambuco de 1768 - encontramos um outro requerimento

colectivo, assinado, e dirigido à Mesa da Inspecção de Pernambuco⁸⁰⁰. O requerimento foi redigido pelos homens de negócio da praça do Recife, incluídos neste grupo toda a Direcção da Companhia naquele ano. Na petição, o automeado grupo mercantil recifense, criticava o pedido dos senhores de engenho que não aceitavam a Inspecção de seus açúcares por parte de um funcionário indicado pela Direcção, em detrimento do inspetor da Mesa da Inspecção.

Em 1768 a Direcção pediu a intervenção do governador da capitania, alegando irregularidades no processo eleitoral dos inspectores. Em 1769, o governador, o conde de Povolide, suspendeu o ouvidor João Marcos de Sá Barreto de Souto Maior - que era o presidente da Mesa da Inspecção -, bem como, retirou da Mesa o homem de negócio José Inácio da Cunha. José I. da Cunha, apesar de ser genro de um deputado da Companhia, era também um grande comprador de caixas de açúcar, e por isso, segundo a Direcção, cometia fraudes no que respeitava à qualidade das caixas que examinava. Assim, a Direcção aceitou a eleição de João Rebelo da Costa, relacionado ao «partido» opositor, assumindo que, mesmo não tendo todas as qualificações necessárias, seria um inspetor mais isento que o Inácio da Cunha⁸⁰¹.

Da mesma forma que analisámos requerimentos colectivos com autógrafos, com o objectivo de identificar os «rostos» por trás do «partido» ou facção das elites que se opunha à Companhia, nos baseamos agora num outro requerimento colectivo, a favor de uma deliberação da Companhia para identificarmos um outro «partido», o dos favoráveis à Companhia. Esta petição colectiva foi assinada maioritariamente por homens de negócio da praça do Recife. Assumimos antecipadamente que os que autografaram este requerimento contra os senhores de engenho apoiavam a instituição pombalina pois neste caso os interesses da açucarocracia eram opostos à directriz que a Direcção queria implementar⁸⁰².

Para além do requerimento que pedia o indeferimento do pedido do «partido» das elites relacionadas com o açúcar, utilizámos mais duas fontes para identificar outros homens de negócio e militares que por alguma razão foram associados à Companhia. A

⁸⁰⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364.

⁸⁰¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 106, D. 8259.

⁸⁰² Encontramos 42 assinaturas neste requerimento colectivo. Destas, 19 eram do intendente, deputados e familiares de deputados. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364.

primeira fonte, uma carta circular do governador ao corpo de comércio da capitania de Pernambuco (1772), e a segunda, uma relação dos accionistas originários da Companhia enviada pelo então governador de Pernambuco em 1759.

Sobre a carta circular, convocando o corpo de comércio, referimos que foi elucidativa pois assinalava quem era os integrantes deste órgão, num período próximo ao do requerimento colectivo. Assim foi possível identificar algumas ligações entre os integrantes do corpo de comércio com um dos dois «partidos», o que apoiava a Companhia e o que se opunha à empresa comercial.

Uma parte dos homens de «grosso trato» do comércio no Recife era accionista da companhia pombalina, deputado da empresa comercial ou estava ligado a Companhia por redes mercantis ou de parentesco⁸⁰³. Sabemos também que parte significativa do corpo de comércio da capitania fazia parte da Companhia ou nela tinha interesse. Cruzámos informações de três fontes e elaboramos a tabela que se segue.

Tabela 6: Comparação entre os «apoiantes» da Companhia (1770) e os integrantes do corpo de comércio da capitania (1772)

1º Caso: assinaram o requerimento colectivo contra os senhores de engenho e fizeram parte da Direcção ou eram accionistas da Companhia na praça do Recife	
1*Capitão-mor Manuel Correia de Araújo	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Accionista originário e deputado da 1ª Direcção.
2*António Pinheiro Salgado	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Accionista originário e deputado da 1ª Direcção. Estava ligado ao comércio de carnes e couro do sertão.
3*Capitão-mor António José Souto (intendente)	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Accionista originário, deputado da 1ª Direcção e atual intendente (1770).
4*Sargento-mor José Bento Leitão	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Accionista originário e

⁸⁰³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1761, dezembro, 6]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 97, D. 7617. Comerciantes que eram accionistas e/ou deputados: Luís da Costa Monteiro, Manuel Gomes dos Santos, António Pinheiro Salgado, José Vaz Salgado, António José Souto e Domingos Pires Ferreira.

	deputado da 1ª Direcção (1760). Estava ligado ao comércio de carnes e couro do sertão.
5*Capitão Luís Pereira Viana	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Deputado em 1770 e em 1776, accionista originário. Estava ligado ao comércio de carnes e couro do sertão.
6*Manuel Afonso Rigueira	Tio de António José Souto. Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Deputado da 1ª Direcção (1760).

Os únicos que faziam parte da Companhia naquele ano e não assinaram o requerimento colectivo foram:

7 Manuel Alves Ferreira	Acionista originário. <u>Não encontrámos sua assinatura no requerimento colectivo.</u>
8 Manuel Gomes dos Santos	Acionista originário. Estava ligado ao comércio de carnes e couro do sertão, sempre foi deputado da Companhia (1760-1775). Intendente em 1776. Foi também tesoureiro do Erário Régio (1776). <u>Não encontrámos sua assinatura.</u>

2º Caso: faziam parte do Corpo de Comércio foram accionistas ou directores da Companhia pombalina ou tinham ligações à Direcção:	
1*José Vaz Salgado (filho)	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Seu pai foi accionista da Companhia, mas nunca fez parte da Direcção. Estava ligado ao comércio de carnes e couro do sertão. Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.
2*Francisco Carneiro de Sampaio	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Fazia parte do Corpo de comércio em 1772. Deputado da Companhia (1776).
3*Francisco Xavier Fetal	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Francisco foi accionista

	originário e deputado da 1ª Direcção. Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.
4*Domingos Pires Ferreira	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Accionista originário. Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.
5*António Francisco Monteiro	Assinou o Requerimento. Accionista originário e deputado da 1ª Direcção (1760). Fazia parte do Corpo de Comércio em 1772.
6*Francisco Lopes Porto	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Accionista originário. Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.
7 José Timóteo Pereira de Bastos	Deputado da Companhia em 1770. Fazia parte do Corpo de comércio em 1772. Genro de um outro deputado e accionista, Manuel Gomes dos Santos.
8 Capitão Domingos da Costa Monteiro	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772, deputado em 1776.
9 Capitão Manuel José dos Santos	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772 foi deputado em 1770 e em 1776 ⁸⁰⁴ .
10 Mestre-de-campo Henrique Martins	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772 foi deputado em 1770. Estava ligado ao comércio de carnes e couro do sertão.
11 Brás Ferreira Maciel	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772 e foi accionista originário da Companhia.
12 *António Francisco Monteiro	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Fazia parte do Corpo de comércio em 1772 e foi accionista originário da Companhia.
13 João Afonso Rigueira	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.

⁸⁰⁴ Somas tão elevadas só deviam aqueles que se relacionavam com a Direcção da Companhia. Devia mais de 20 contos de réis em 1780. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

	*Seu pai Manuel Afonso Rigueira foi accionista originário e deputado.
14 *Manuel de Almeida Ferreira	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Accionista originário. Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.
15 Luís Moreira de Carvalho	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772. Foi deputado da Companhia em 1776.
16 José de Sousa Rangel ⁸⁰⁵	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772. E no ano de 1780 devia uma elevada soma à Companhia.
17 Licenciado em Direito José Inácio da Cunha	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772. Era casado com a filha de um deputado da Companhia (Luís da Costa Monteiro).

Dos 17 acima citados, apenas sete não assinaram o requerimento colectivo.

1 Caso excecional: *Patrício José de Oliveira.	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772. E até 1775 estava ligado ao «partido» da oposição. Não assinou o requerimento. Era senhor de engenho e homem de negócio ligado ao comércio do sertão. Foi acusado de usar o comércio ilegal ⁸⁰⁶ . Entrou na Direcção como deputado só em 1776. Até entrar na Direcção contestou a Companhia.

3º Caso: indivíduos que nunca foram da Direcção da Companhia, mas assinaram o requerimento contra o «partido» encabeçado pelos senhores de engenho.

(Dois faziam parte do corpo de comércio⁸⁰⁷)

1 *Alferes José Lopes Guimarães	Homem de negócio «abastado», que recusou
---------------------------------	--

⁸⁰⁵ Em 1780 deve mais de 15 contos à Companhia. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

⁸⁰⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 166, D. 11823.

⁸⁰⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364.

	entrar na Companhia em 1759. Mas que assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.
2 *Capitão Domingos Marques	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Fazia parte do Corpo de comércio em 1772⁸⁰⁸.
3 *António Alves Fetal	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Homem de negócio «abastado» ⁸⁰⁹ . Parente de um outro Fetal que fez parte da Direcção.
4 *Marçal Gomes Correia	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Homem de negócio «abastado» ⁸¹⁰ .
5 *José de Sá Rosa	Assinou o requerimento contra o «partido» dos produtores de açúcar. Homem de negócio «abastado». Natural de Lisboa e familiar do Santo Ofício ⁸¹¹ .

4º Caso: Homens de negócio que faziam parte do Corpo de comércio aparentemente sem ligações à Direcção da Companhia⁸¹²	
1 Domingos da Mota Nunes	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.
2 João da Silva Cruz.	Fazia parte do corpo de comércio em 1772. Encontramos sua assinatura num dos requerimentos colectivos à Direcção, que foi

⁸⁰⁸ Natural da comarca de Vila Real e foi procurador da Câmara do Recife na década de 1750 e fazia parte da rede de comerciantes ligados a Companhia. Seu nome surge nas redes mercantis dos Viana. Chegou ao Recife na década de 1730. George F. C. SOUZA, *Tratos & Mofatras...*, p. 294.

⁸⁰⁹ Conforme o governador Luís Diogo Lobo da Silva, António Alves Fetal e Marçal Gomes Correia se recusaram a participar da Companhia em 12 de março de 1759. São nomes que constam na relação de «pessoas abastadas de bens» que se recusaram a comprar acções da companhia pombalina. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7215.

⁸¹⁰ Natural de Barcelos. Familiar do Santo Ofício. George F. C. SOUZA, *Tratos & Mofatras...*, p. 398.

⁸¹¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 61, D. 5221.

⁸¹² Apenas um destes 12 integrantes do Corpo de Comércio tem seu nome listado na lista de devedores de 1780. E ao menos um fazia oposição à Companhia.

	indeferido, como sendo dono de uma fábrica de solas ⁸¹³ . Fazia oposição à Companhia ⁸¹⁴ .
3 Manuel Leite da Costa	Homem de negócio «abastado», que recusou entrar na Companhia em 1759. Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.
4 Agostinho Ferreira de Castro ⁸¹⁵ .	Homem de negócio ligado ao trato negreiro com a Costa da Mina. Fazia parte do corpo de comércio em 1772.
5 José António da Silva ⁸¹⁶	Fazia parte do corpo de comércio em 1772.
6 José António Ferreira Sarmento	Fazia parte do corpo de comércio em 1772.
7 João de Pinho Borges	Fazia parte do corpo de comércio em 1772.
8 Domingos Rodrigues dos Santos ⁸¹⁷	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.
9 José de Matos Couto ⁸¹⁸	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.
10 Francisco José de Arantes ⁸¹⁹	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.
11 Capitão António Miguel Biaro	Fazia parte do Corpo de comércio em 1772.

Fontes: APEJE, AHU_ACL_CU_015, Cx. 90. D. 7215, AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364⁸²⁰.

⁸¹³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

⁸¹⁴ Natural de Cabeceiras de Basto, arcebispado de Braga. George F. C. SOUZA, *Tratos & Mofatras...*, p. 328.

⁸¹⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 46, D. 4150. Surge na lista de devedores de 1780, com uma dívida mediana, pouco mais de 3 contos de réis. cremos que é o mesmo Agostinho Fernandes de Castro que encontramos como familiar do Santo ofício. Era natural do Minho, vivia abastadamente, possuía casas e escravos e estava ligado aos negócios do sertão. ANTT, HSO, Agostinho F. de Castro, mço 6, doc. 92.

⁸¹⁶ Natural de Lisboa, familiar do Santo Ofício (1763). George F. C. SOUZA, *Tratos & Mofatras...*, p. 340.

⁸¹⁷ Provavelmente natural do Minho pois sabe-se que passou para o Brasil na década de 1740. Seus pais eram de Viana e Valença (a mãe). Além de homem de negócio foi almoxarife da Fazenda Real da capitania de Pernambuco. Património avaliado em 20 contos de réis. Foi familiar do Santo Ofício em 1763. ANTT, HSO, Domingos R. Santos, mço, 46, doc. 761. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8292. As redes mercantis do qual fazia parte não estavam directamente relacionadas com a Direcção da Companhia.

⁸¹⁸ Natural de Guimarães, familiar do Santo Ofício em 1750. ANTT, HSO, José de Matos Couto, mço. 79, doc. 1175.

⁸¹⁹ Além de homem de negócio era militar. Capitão de cavalaria auxiliar do Cabo. AHU_ACL_CU_015, Cx. 1113, D. 8711.

⁸²⁰ APEJE, Ofícios do Governo de Pernambuco (1769-1773). Carta Circular de 18 de Dezembro de 1772.

Na tabela elaborada foi possível identificar os homens de negócio que compraram acções da Companhia ou que participaram da Direcção (1760-1770), e que na sua grande maioria durante o período do monopólio (1759-1779) foram favoráveis às políticas do braço local da empresa comercial⁸²¹.

Na intersecção das três fontes acima citadas chegamos ao total de nomes da tabela acima: quarenta e dois nomes. Do total, a maioria eram homens de negócio e militares. Destes 42 nomes, 25 eram accionistas ou estavam ligados à Direcção da Companhia e 12 assinaram o requerimento apoiando a Direcção da Companhia contra o «partido» que se opunha à empresa comercial. Dentre o total (42), 31 faziam parte do Corpo de Comércio no ano de 1772. Dos 31 que faziam parte faziam parte daquela entidade, 20 tinham ligações de parentesco ou de sociedades com directores ou accionistas da Companhia. Isto é, mais de dois terços do corpo comercial da capitania de Pernambuco estavam de alguma forma relacionados com a Direcção da companhia pombalina em 1772.

Acrescente-se a este facto as complexas redes familiares e a importância destas no comércio colonial. Alguns «clãs» tinham alicerces bem construídos dentro da Direcção e nos vinte anos em que a Companhia vigorou foram presença constante nas gestões da empresa comercial em Pernambuco. As redes familiares possibilitavam um apoio fundamental no processo de inclusão, ascensão e consolidação de uma posição social no mundo colonial. Além das associações mercantis, muitos dos deputados estavam interligados por intrincadas redes familiares. Caso, por exemplo, de Manuel Correia de Araújo - um dos maiores comerciantes grossistas do Recife -, e José Vaz Salgado, o filho. Seu pai e homónimo, um «negreiro» reconhecido que fez fortuna com o comércio de e para o sertão, era sócio do Correia de Araújo⁸²². Além da sociedade comercial entre as famílias, Vaz Salgado Júnior era casado com Teresa Correia de Araújo, filha de Manuel Correia de Araújo⁸²³.

António José Souto, intendente durante várias gestões da Companhia, era sobrinho de Manuel Afonso Rigueira, que foi deputado e accionista originário. Souto veio para o

⁸²¹ Evidentemente que ao longo do monopólio a conjuntura económica não foi a mesma e homens como Patrício José de Oliveira que assinou todas as petições colectivas contra a Companhia, em 1775 passou a defendê-la porque conseguiu ser eleito deputado e passou a integrar a Direcção.

⁸²² IAHP. *Inventários do século XVIII*. 1759 - José Vaz Salgado.

⁸²³ IAHP. *Inventários do século XVIII*. 1759 - José Vaz Salgado.

Recife para trabalhar com o Rigueira. António Pinheiro Salgado, que chegou a deputado da Companhia, era genro de José Vaz Salgado (pai) e ambos eram accionistas, sendo que o segundo nunca chegou a Direcção porque faleceu antes por volta de 1759. O deputado da Direcção Brás Ferreira Maciel era casado com a filha de João de Oliveira Gouvim, o primeiro intendente da Companhia⁸²⁴.

Domingos da Costa Monteiro, filho de Luís da Costa Monteiro, era genro de José Vaz Salgado. Patrício José de Oliveira inseriu-se nas redes da Companhia de Comércio em meados da década de 1770 porque, entre outros factores, casou com Ana Ferreira Maciel, sobrinha de Brás Ferreira Maciel, deputado da Companhia. Manuel Gomes dos Santos, que integrou várias Direcções da Companhia entre 1760 e 1770, foi o último intendente da Companhia em 1776 era sogro de José Timóteo Pereira de Bastos. Pereira de Bastos que foi accionista originário e deputado da Companhia e muitas vezes representante do sogro no contrato das carnes⁸²⁵. José Timóteo Pereira de Bastos tem uma outra particularidade, identificámo-lo também como «afilhado» do secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, isto é, além da sua inserção nas redes mercantis locais como genro de um dos mais ricos comerciantes de grosso trato do Recife tinha uma relação de amizade e/ou compadrio com o irmão do futuro marquês de Pombal⁸²⁶.

Um caso bastante peculiar é o de José Inácio da Cunha. Inácio da Cunha foi inspector da Mesa em 1769, casou-se com a filha de Luís da Costa Monteiro, e aparentemente poderia beneficiar desta ligação. No ano de 1769 foi afastado da Mesa por desconfiança da Direcção, em virtude dos interesses que tinha no negócio do açúcar. Portanto, a análise das relações - familiares, económicas, comerciais - entre os indivíduos de um mesmo grupo social (o mercantil) não pode ser feita de uma forma simplista. Inácio da Cunha é um exemplo relevante, estava inserido nas redes familiares do «clã» Monteiro, mas era *persona non grata* para a Direcção da Companhia⁸²⁷.

A conjuntura, os interesses familiares, económicos, políticos ou particulares foram factores que influenciaram as escolhas destes actores sociais e suas inserções num ou

⁸²⁴ TSO, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 101, doc. 1814.

⁸²⁵ George F. C. de SOUZA, *Tratos & Mofatras...* p. 80; 101; 104; 283.

⁸²⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 93, D. 7423.

⁸²⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 106, D. 8259.

noutro «partido»⁸²⁸. A própria composição dos grupos é complexa e permeada de ambiguidades, encontrámos comerciantes no «partido» opositor e senhores de engenho e donos de fábricas de curtimento no «partido» da Companhia. Por isso não é viável simplificar as tensões que ocorreram entre 1769 e 1773. Se fosse assim tão linear, J. Inácio da Cunha não teria sido afastado da Mesa da Inspecção, afinal era um abastado advogado, muito bem relacionado com o ouvidor da capitania e presidente da Mesa e com o juiz de fora - conforme a informação política do conde de Povolide quando governou Pernambuco⁸²⁹ -, não era senhor de engenho, e sim comerciante. Foi inserido na família Monteiro por matrimónio, «clã» presente na Direcção da Companhia durante todo o período de monopólio (1760-1779). Tudo apontava que J. Inácio da Cunha fosse um forte «partidário» da Companhia, contudo, as informações que colectámos indicam o contrário.

Apesar de não relacionarmos directamente José Inácio da Cunha com o «partido» opositor - pois não encontrámos sua assinatura nos requerimentos colectivos - analisando a informação política presente nas cartas e ofícios dos governadores para as secretarias de Estado encontrámos indícios de que tinha fortes ligações com o grupo liderado pelos senhores de engenho. Estava directamente ligado ao comércio de açúcar e por isso não era um inspetor imparcial. Também foi possível inferir que a sua conduta enquanto advogado, procurador da Fazenda e vereador mais velho da Câmara do Recife (1770) não foi isenta de negociações fraudulentas. Uma delas dizia respeito à arrematação do engenho Madalena. Engenho que foi confiscado pela Fazenda Real para pagamento de dívidas do ex-proprietário, e comprado de forma irregular pelo advogado, através de um «testa de ferro». Este era Filipe Roiz Campelo, o senhor do engenho da Torre, que apontámos como integrante do «partido» opositor⁸³⁰.

Destacámos que ao estudarmos a composição dos grupos em conflito, as motivações das contestações e os interesses particulares em disputas, compreendemos que não é possível simplificar o conflito que ocorreu em 1770 com base numa concepção fundada em dicotomias. Não se trata de uma disputa entre senhores de engenho *versus* homens de negócio. A dinâmica social e política, os interesses em disputa eram mais

⁸²⁸ Escolhas que poderiam mudar consoante a conjuntura. Patrício José de Oliveira é o exemplo mais marcante.

⁸²⁹ Ouvidor que o apoiou na eleição para inspetor da Mesa. Cx. 106, D. 8266.

⁸³⁰ Ofício do governador, conde de Povolide, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Mendonça Furtado. 1769, março, 18. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 106, D. 8961.

complexos que as ideias baseadas em binómios. Também não se pode afirmar que era uma disputa entre «coloniais» e «metropolitanos»⁸³¹. Neste momento, entre as décadas de 1760 e o início da década de 1770, as principais dissensões eram no âmbito dos poderes locais, eram elementos oriundos de grupos dominantes locais que, por meio da comunicação política, negociavam com o poder central uma resposta favorável aos seus interesses particulares no comércio colonial.

Quando as representações do «partido opositor» chegaram às instituições centrais no Reino - Conselho Ultramarino e Secretarias de Estado -, na década de 1770, a solicitar a extinção da Companhia, algumas medidas foram sugeridas pela Junta, em 1771, com o propósito de controlar a situação conflituosa na capitania de Pernambuco e restaurar a confiança na Direcção. As principais queixas serão descritas, bem como os grandes privilégios que auferiam os membros do órgão local da Companhia. A seguir, analisaremos a posição da Junta.

Para que seja possível compreender o teor das queixas de parte das elites na capitania é preciso ter noção dos privilégios que auferia cada membro da Direcção da Companhia. Não é nosso interesse analisar exaustivamente cada ponto dos estatutos da empresa comercial. Contudo, achamos pertinente examinar alguns dos privilégios que usufruíram aqueles que foram escolhidos para a Direcção. Entender estes privilégios permite compreender as dezenas de petições que deram entrada no Conselho Ultramarino e na Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar - que alegavam que os directores excediam as prerrogativas às quais tinham direito -, bem como os pareceres elaborados pela Junta, favoráveis às denúncias dos moradores⁸³².

Entre os privilégios mais relevantes, destacamos o de controlar os preços dos produtos coloniais. O intendente e os deputados da Companhia em Pernambuco

⁸³¹ Como o fez José Ribeiro Júnior por exemplo. Explicou a instalação das companhias pombalinas com base no monopólio e na exploração, e na oposição dos «coloniais» e dos «metropolitanos». José RIBEIRO JÚNIOR., *Colonização e monopólio...*, p 204. Ainda neste capítulo mostraremos como a Junta, um órgão reinol, saiu em defesa dos moradores de Pernambuco, representado neste momento por este «partido» opositor», criticando a administração do órgão subordinado, a Direcção da Companhia.

⁸³² Ao menos em 1771, num primeiro momento de conflito acentuado, como o foi o de 1770, a Junta deu razão aos moradores da capitania. Num segundo momento, mais próximo ao encerramento da Companhia, em 1779, tal já não ocorreu.

estabeleciam os valores de compra dos géneros «da terra» e administravam o circuito de compra e venda das mercadorias - as que entravam e as que saíam de Pernambuco -, devido a duas prerrogativas que a Companhia possuía⁸³³.

A primeira prerrogativa estabelecia que só os navios da Companhia ou os fretados por ela tinham autorização para abastecer a capitania com mercadorias europeias. A segunda determinava que a Companhia efectuava, antes que qualquer outra entidade, um «comércio a grosso». A empresa vendia directamente aos agentes de «comércio grossista», durante quinze dias, num valor mínimo de 100 mil réis. Passado este tempo, as mercadorias eram vendidas a homens de negócio com lojas particulares⁸³⁴.

Na prática, os mesmos que vendiam as mercadorias da Companhia em grandes quantidades eram também os que as compravam para venderem nas suas lojas aos moradores da capitania, e como a Direcção era a entidade que controlava o mercado e fixava os preços podia auferir lucros extraordinários com os géneros de origem europeia e com os captivos africanos⁸³⁵.

Outro ponto a destacar é que, as contínuas acusações do «partido» opositor foram levadas em conta pelo órgão da Companhia em Lisboa, em conformidade com os pareceres que elaborou para o secretário de Estado reagindo a estas queixas com respostas pertinentes para cada problema que foi dado a conhecer pelos vassallos em Pernambuco. Assim, antes de analisarmos os pareceres, é necessário examinarmos os principais protestos oriundos de Pernambuco e os motivos das suas queixas.

Dentre as principais acusações feitas pelos vassallos, enfocaremos somente duas, não apenas porque se repetem durante toda a década de 1770, mas porque considerámos

⁸³³ Os preços também poderiam ser definidos pela Junta, mas como demonstraremos, ao longo desta parte do capítulo, a Direcção nem sempre cumpria o que a Junta determinava, e os preços dos produtos da terra eram taxados pelo órgão local.

⁸³⁴ Cem mil réis era um valor alto, mas acessível às elites da terra. Um escravo, no mesmo período, era vendido na praça do Recife pelos mesmos cem mil réis.

⁸³⁵ Os senhores de engenho precisavam de utensílios de ferro e cobre além de tachos para a produção do açúcar. Por ser uma sociedade escravista, não eram apenas as elites agrárias que precisavam de cativos para trabalhar nos engenhos, plantações e fazendas de gado. É de destacar que, além de mão-de-obra para os campos, possuir muitos cativos nesta sociedade colonial dava prestígio social, uma vez que os proprietários, oriundos das elites agrárias ou urbanas, eram reconhecidos como homens de cabedal, com «condições materiais para ostentarem um modo de vida similar àquele que levava a nobreza do Reino, rodeada sempre de cavalos e criados». Roberta Gianubillo STUMPF, «Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das Ordens Militares nas Minas setecentistas» (*tese de doutoramento*, Brasília, Universidade Federal de Brasília, 2009), p. 55.

que foram cruciais na avaliação que as instituições centrais fizeram da Companhia, já no reinado de D. Maria I.

Ao analisarmos as petições colectivas das elites da terra, conseguimos apurar os argumentos mais relevantes apresentados contra a Companhia⁸³⁶:

- a falta de pagamento dos géneros da terra em dinheiro;
- os privilégios detidos pelos directores: os juros e as comissões auferidas pelos homens de negócio que comandavam o órgão local da Companhia.

Em primeiro lugar, assinalamos que as elites da terra se queixavam da falta de pagamento em dinheiro do açúcar, do tabaco e dos derivados do couro que vendiam à Companhia. Esta não comprava com moeda a produção dos moradores de Pernambuco e, quando o fazia, só efectuava os pagamentos depois de a venda dos géneros coloniais ter sido efectuada em Lisboa e no Porto e do retorno das frotas. Até mesmo o secretário do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, se viu obrigado a concordar com as queixas das elites agrárias:

[...] Este novo método de comprar e vender [...] nenhum dos quatro géneros capitais da produção de Pernambuco e Paraíba: a sola, os atanados, os couros em cabelo e o açúcar [foi] o método mais curto de arruinar a indústria e cultura das duas capitânias⁸³⁷.

A comercialização de alguns destes géneros da terra foi prejudicada por esta forma de fazer comércio. A sola vermelha, os atanados, os couros em cabelo e o açúcar, por não serem pagos em espécie, causava prejuízo aos produtores, aos senhores de engenho e aos lavradores, que precisavam de dinheiro para manter as suas «fábricas» e os seus engenhos em funcionamento, bem como comprar gado e pagar fretes de barcos que transportavam a produção até ao porto do Recife⁸³⁸. No caso das elites açucareiras, era ainda necessário pagar a carpinteiros, ferreiros, caldeiros, mestres purgadores, e ainda comprar todo o tipo de material necessário ao funcionamento dos engenhos, além dos recursos para o transporte do açúcar⁸³⁹.

⁸³⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Representação dos senhores, lavradores de açúcar, agricultores de tabaco e demais povos de Itamaracá]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

⁸³⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507.

⁸³⁸ Um dos significados para a palavra fábrica, citada no documento, diz respeito aos locais onde se curtia o couro.

⁸³⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1777, setembro, 17, Olinda]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9656. Carta da câmara.

Entre 1766 e 1770 houve várias representações dos fabricantes de solas. Uma delas é bastante relevante pois foram vinte e três os donos de pequenas fábricas que assinaram a solicitação para que o preço da sola não baixasse. A resposta da Direcção é que se não estivessem satisfeitos que embarcassem a sola por sua conta, pagando particularmente os fretes, à espera de melhores preços na praça de Lisboa. Algo que forçosamente faria com que muitos vendessem suas solas pelo preço arbitrado pela Direcção pois nem todos tinham condições de pagar os fretes e esperar mais de um ano para receber o valor da sola após ter sido comercializada em Lisboa⁸⁴⁰.

Como se sabe, no comércio de Pernambuco, o açúcar era o género de exportação mais relevante. As caixas alcançavam um alto preço nas praças europeias, como demonstrámos na tabela 3. Aqueles que compravam directamente aos produtores eram beneficiados, como era o caso dos lojistas, que também eram homens de negócio e compravam uma parte da produção em dinheiro. Caso também da Direcção da Companhia - a maior compradora dos géneros coloniais -, porque pagava, muitas vezes, em fazendas supra valorizadas, mas necessárias às elites produtoras⁸⁴¹.

De igual modo, o prejuízo, quando existia - derivado sobretudo da queda dos preços do açúcar nas principais praças europeias -, não recaía sobre a empresa comercial. O prejuízo era repassado aos vassalos na capitania em duas formas diferentes: o preço da arroba do açúcar na capitania diminuía e a maioria dos produtores tinha de aceitar a redução e vender as suas caixas pelo preço estipulado; ao mesmo tempo que viam as mercadorias europeias necessárias às suas produções serem vendidas por preços cada vez mais elevados⁸⁴².

Em segundo lugar, é de destacar que, um dos principais privilégios que os directores da Companhia em Pernambuco auferiam, dizia respeito aos juros cobrados sobre as dívidas activas dos moradores e as comissões sobre as vendas, por serem os administradores do comércio colonial. O intendente e os deputados recebiam comissões

⁸⁴⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

⁸⁴¹ Os senhores de engenhos viam-se obrigados a passar parte da sua produção aos mercadores e comerciantes locais para suprir as necessidades dos seus engenhos, porque estes comerciantes pagavam em dinheiro, ao contrário da Companhia, porém, os produtores de açúcar perdiam com isso cerca de 3 tostões por arroba, segundo o valor dado pela Mesa da Inspeção, em 1777. Se vendessem à Direcção, esta pagava as caixas em fazendas ou aceitava-as como pagamento de dívidas antigas. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9656.

⁸⁴² E caso não pagassem as mercadorias no acto da compra, os moradores pagavam juros até 16% à Direcção.

por serem os agentes que geriam os negócios na capitania de Pernambuco e estipulavam a taxa de juros das dívidas activas dos moradores, dentro das margens facultadas pelo estatuto da instituição. A questão dos juros e das comissões é, na nossa opinião, assunto de importância para a compreensão da acção da Companhia na capitania por vinte anos e merece, portanto, explicações mais detalhadas serão dadas a seguir.

Sobre os privilégios que a Direcção da Companhia auferia citamos a fixação dos juros e as comissões sobre as vendas dos géneros que entravam na capitania e os que eram exportados.

Um primeiro aspecto a destacar acerca da questão dos juros e das comissões era o facto de ser temática recorrente nas queixas que deram entrada nos órgãos da administração central, durante as décadas de 1760 e 1770. Período no qual não houve entendimento entre os moradores e a Companhia como temos vindo a demonstrar. Naturalmente que a companhia de comércio fora criada para ter lucro, as queixas não se davam por causa da prerrogativa da Direcção poder ter um lucro acrescido, nem sequer devido à cobrança de juros sobre as fazendas «secas e molhadas», que não eram pagas no acto da compra⁸⁴³. O pagamento de juros e das comissões era algo esperado, bem como o lucro por parte da companhia comercial.

Os estatutos da Companhia estabeleciam que estes privilégios faziam parte dos direitos dos administradores da instituição em Pernambuco (intendente e deputados da Direcção). As queixas foram feitas porque a Direcção cobrou sempre o juro máximo permitido por lei e os juros nunca foram menores do que o limite declarado nos estatutos e confirmados pelo alvará régio de 13 de agosto de 1759⁸⁴⁴. Acrescendo a isso, as comissões e os altos preços dos produtos foram mais dois factores que, combinados, podem explicar os débitos extraordinários dos moradores⁸⁴⁵.

Os juros e as comissões estavam previstos no documento que institucionalizou a Companhia em 1759 e faziam parte dos privilégios dos administradores da instituição, como já dito. Destacamos aqui esta «política dos juros», auferidos pelos deputados da

⁸⁴³ Estes juros, os das fazendas compradas a prazo, eram de 5% ao ano. *Estatuto da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*. Artigo 27. [Consultado em 2 de janeiro de 2012]. Disponível em: <http://archive.org/stream/instituiadac00comp#page/16/mode/2up>.

⁸⁴⁴ Alvará de D. José I confirmando os estatutos da Companhia Geral. [Consultado em 2 de janeiro de 2012]. Disponível em: <http://archive.org/stream/instituiadac00comp#page/n33/mode/2up>.

⁸⁴⁵ Dívidas que serão analisadas no capítulo 9.

Companhia, para que seja possível compreender não apenas os motivos pelos quais os moradores se queixavam, mas também a razão pela qual as dívidas se tornaram impagáveis, contribuindo para o encerramento da companhia pombalina.

Em nosso entendimento, a prática dos juros altos exercida pela Direcção da Companhia, juntamente com o alto valor das comissões que os deputados recebiam pelas vendas dos géneros coloniais, são exemplos significativos de como o lucro gerado pelo monopólio comercial, exercido pela companhia pombalina, não foi canalizado completamente para os homens de negócio de Lisboa e do Porto, nem para os accionistas que, na sua maioria, eram «reinóis». Uma grande parte deste lucro serviu para aumentar o património pessoal dos deputados da Direcção⁸⁴⁶.

Os juros para as fazendas que não eram pagas no acto da compra variavam entre 5% para as fazendas secas (cobres, panos, louças, tachos) e até 16% para as molhadas (géneros comestíveis). Outros 5% eram cobrados aos lojistas que comprassem a prazo. De igual modo, 3% era cobrado aos senhores e aos lavradores que pedissem assistência em dinheiro para os engenhos⁸⁴⁷.

A cobrança de juros altos e variados sobre os produtos que a Companhia negociava em Pernambuco beneficiava quem cobrava os juros e era muito criticada pelos segmentos das elites que desejavam o fim da Companhia de monopólio e o retorno ao comércio livre⁸⁴⁸.

Uma sugestão dada pelos moradores para reduzir o problema que juros tão altos causavam era diminuir o preço das fazendas europeias introduzidas na capitania, equivalendo-o ao dos géneros coloniais. Baixar os preços das mercadorias importadas (panos, tachos, cobres, louças, etc.) equivalia a mexer na taxa de lucro, que era no máximo

⁸⁴⁶ Lista de devedores da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba de 1780, os que mais deviam à Companhia eram justamente o intendente e os deputados. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador sobre as dívidas e os principais devedores]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10147.

⁸⁴⁷ O lucro sobre o comércio dos géneros importados era de 45% para as fazendas secas e até 16% para as molhadas. *Estatuto da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*. Artigos 27-29, fls. 16-17. [Consultado em 2 de janeiro de 2012]. Disponível em: <http://archive.org/stream/instituiaadac00comp#page/16/mode/2up>.

⁸⁴⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507.

45%⁸⁴⁹. A própria Junta, nas suas ponderações à Secretaria de Estado da Marinha Ultramar, advertia que se tal acontecesse, certamente haveria uma redução no lucro da Companhia, porém, baixariam os juros. Assim, não seria necessário subir o preço dos géneros coloniais e permitiria a compra dos produtos europeus por preços mais equitativos. Esta medida evitaria, ao mesmo tempo, o fomento de dívidas novas e o pagamento de juros, pois as mercadorias - na sua maioria - não seriam compradas a prazo. Esta seria uma solução simples que, a curto prazo, melhoraria a situação dos moradores na capitania, e possivelmente, faria cessar a maior parte das queixas. Uma solução que na perspectiva dos moradores e da Junta era benéfica, mas que a Direcção não quis implementar⁸⁵⁰.

As comissões eram percentagens em dinheiro ou em «géneros da terra» (preferencialmente caixas de açúcar), que os membros da Direcção recebiam por todas as transações comerciais efectuadas pela Companhia. Os deputados e o intendente em Pernambuco, por serem os comissários das compras dos géneros coloniais, recebiam 2% de comissão, apenas por este trabalho; mais 2% sobre todas as mercadorias que entrassem em Pernambuco e outros 2% para as vendas em grande quantidade (a grosso)⁸⁵¹.

Estas comissões deveriam estimular a Direcção a operar de forma imparcial quando comprasse os géneros da terra e vendesse os produtos de origem europeia. Os estatutos estipulavam tais privilégios para que os deputados não agissem em benefício próprio. Contudo tal não aconteceu.

⁸⁴⁹ Realçamos que 45% era a taxa de lucro máxima estabelecida, nada impedia que o lucro fosse fixado num valor mais abaixo, algo que não ocorreu nos vinte anos de companhia de comércio. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507.

⁸⁵⁰ Se tal medida tivesse sido imposta pela Junta e implementada, a Direcção em Pernambuco perderia as abonadas comissões, uma vez que, o parágrafo 29 do estatuto estabelecia que, se as fazendas enviadas de Lisboa fossem permutadas pelos géneros coloniais, as comissões a que Direcção tinha direito teriam de ser negociadas pelas duas partes: Companhia e moradores. Ver parágrafo 29 do *Estatuto da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, p. 17. [Consultado em 2 de janeiro de 2012]. Disponível em: <http://archive.org/stream/instituiadac00comp#page/16/mode/2up>.

⁸⁵¹ A função dos deputados, enquanto comissários, era a de inspecionar os produtos comprados - conferindo se estavam dentro das especificações da Companhia -, embarcá-los e comercializá-los. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 278, D. 18753.

Para se distinguir melhor a relevância deste percentual, recebido por cada membro da Direcção, fizemos uma quantificação das comissões. No período final do monopólio da Companhia, nos anos de 1776 a 1779, os valores ultrapassaram os dois contos de réis:

- o intendente e os deputados da Direcção em Pernambuco receberam 4:470\$858 réis/cada pelas comissões referentes ao comércio da Companhia. Em média, pouco mais de um conto de réis (1:117\$714) para cada um dos 11 indivíduos que faziam parte da Direcção, anualmente.
- receberam mais 33:258\$173 réis pagos pelos ‘particulares’ que entregaram à Companhia os seus géneros⁸⁵². Uma média de 8 contos, 314 mil e 543 réis por ano (8:314\$543) para toda a Direcção, cerca de 755 mil réis por membro. Somando cada parcela de comissão recebida pelos integrantes da Direcção, chegámos ao valor de quase 2 contos de réis por ano para cada um apenas de comissões⁸⁵³.

Comparando o valor das comissões com o salário anual do governador de Pernambuco - que, no período, era de 3 contos e 400 mil réis anuais⁸⁵⁴ -, é possível perceber como era alto o valor que cada membro da Direcção em Pernambuco recebia. Cada deputado auferia em comissões mais da metade do valor do ordenado do governador, possivelmente o salário mais alto pago pela Coroa na capitania⁸⁵⁵.

Fernanda Olival já havia feito comparação semelhante. Equiparou o valor das dez acções necessárias para se tornar accionista das companhias pombalinas com o ordenado de um deputado da Mesa da Consciência e Ordens. Quatro contos de réis - o valor das acções - equivaliam a três anos de ordenados de um deputado da Mesa da Consciência e

⁸⁵² Torna-se necessário salientar que o sentido da palavra ‘particulares’, utilizada nos documentos, serve para designar os comerciantes, senhores de engenho e lavradores que enviavam as suas produções nos navios da Companhia, pagando todos os seguros e encargos por elas, à vista, esperando receber em dinheiro apenas quando as suas produções fossem vendidas em Lisboa. Recusavam-se a vender, em Pernambuco, aquilo que produziam à Companhia, preferindo arriscar um preço melhor na Corte. Na prática, estes particulares não deviam à Companhia, ou tinham dívidas de valor insignificante, e apenas usavam os navios da instituição pombalina para transportar os seus açúcares, tabacos e couros, conforme o estabelecido nos estatutos da Companhia.

⁸⁵³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Mapa das comissões da Direcção. 1779, dezembro, 31, [Pernambuco]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 135, D. 10114. Comparando-se o total das comissões com o preço do escravo, observa-se que o escravo adulto era vendido em Pernambuco por 100 mil réis, um conto dava para comprar cerca de 10 escravos.

⁸⁵⁴ Os governadores de Pernambuco, Baía e o vice-rei, além do ordenado, recebiam uma parte do valor dos contratos das capitánias. O governador de Pernambuco recebia 600 mil réis sobre os contratos do açúcar e dos dízimos.

⁸⁵⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil - Geral. AHU_ACL_CU_003, Cx. 29, D. 2374.

Ordens, em 1757. Na década de 70 do século XVIII, o valor anual das comissões de um deputado da Direcção da Companhia, em Pernambuco, era cerca de 2 contos de réis⁸⁵⁶.

Como aqui destacado, as comissões e os altos preços dos produtos podem explicar os valores elevados dos débitos dos moradores em 1780. Se associarmos estes factores aos juros cobrados, os valores das dívidas ascenderiam a montantes difíceis de arrecadar, a não ser que todos os engenhos, lavouras e escravos fossem confiscados pela Companhia. Algo que paralisaria o comércio colonial.

Por isso não é de estranhar que uma fracção das elites da terra, ciosa dos seus privilégios, buscasse o apoio das câmaras, da Mesa e até do governador a fim de resistir às práticas mercantis da Direcção da Companhia. Esta fracção das elites demonstrou tão enfaticamente seu descontentamento com os deputados e intendente da Companhia que foi nomeada pelo secretário de Estado como sendo um partido, uma facção das elites da terra.

Quem participava da Companhia tinha o controlo do comércio local. Era a Direcção da Companhia que cuidava da entrada e a saída dos navios, do fluxo de mercadorias, fixava os preços dos géneros coloniais, inspeccionava os produtos da terra estabelecendo categorias - no caso do açúcar definindo o tipo se branco se mascavo - comprava as produções locais e repassava o valor da venda destes géneros aos produtores, quase sempre em mercadorias e não em dinheiro. Para exercer esta função de gerência do comércio, deputados e intendentes recebiam as comissões que acima descrevemos e tinham outros privilégios que serão examinados a seguir.

No capítulo seguinte demonstraremos como a Junta esteve atenta ao que se passava em Pernambuco no início da década de 1770 e como elaborou pareceres com medidas que, se efectuadas, melhorariam as relações político-económicas entre Companhia e monopolizados. Também examinaremos o complexo processo de extinção da empresa comercial que no final da década de 1770 gerou uma intensa negociação política que envolveu diversas câmaras da capitania, a Junta, o governador, o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

A informação política que deu entrada nas instituições centrais foram contraditórias e reflectiam a divisão existente na sociedade colonial no que se reporta à Companhia. Os

⁸⁵⁶ Fernanda OLIVAL, «O Brasil, as companhias pombalinas...», p. 77.

partidários da instituição pombalina argumentaram em sua defesa, os que se opunham à Companhia, por meio das câmaras, e de uma comunicação política directa com o monarca teceram estratégias para encerrá-la. A opinião da Junta em Lisboa, procurando atenuar o antagonismo que existia entre uma fracção das elites e a Direcção em Pernambuco, as estratégias e os discursos políticos presentes nas cartas das câmaras e do governador da capitania serão alvo de análise no capítulo que se segue.

Capítulo 8 - O «*Modus operandi*» da Direcção em Pernambuco, as recomendações da Junta em Lisboa e o processo de encerramento da Companhia Geral de Comércio

[...] As perturbações [em Pernambuco] têm duas origens: uma da parte dos americanos e do governador daquelas colónias, outra da parte dos administradores e oficiais da Companhia [na capitania]. (Trecho do parecer do deputado da Junta da Companhia Geral em Lisboa. 1771)⁸⁵⁷

Com a entrada das queixas no Conselho Ultramarino e na Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar em 1770, as reivindicações dos vassallos foram dadas a conhecer ao órgão principal que administrava a Companhia Geral: a Junta em Lisboa.

Ao tomar conhecimento dos requerimentos colectivos dos senhores de engenho em nome dos moradores e das dezenas de petições de donos de fábricas de solas, criadores de gado e lavradores de tabaco, a pedido do secretário de Estado, a Junta analisou as práticas mercantis da Direcção da Companhia em Pernambuco⁸⁵⁸. Salientámos que as cartas da Mesa da Inspecção de 1770 passaram pelo Conselho Ultramarino, embora o tribunal não tenha elaborado consulta acerca delas. Bem como, todos os requerimentos colectivos - assinados e não assinados -, elaborados entre 1766 e julho de 1770, estavam dentro dos papéis da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, assim, inferimos que o poder central tomou conhecimento do descontentamento dos vassallos das capitanias de Pernambuco e Paraíba com a Companhia⁸⁵⁹.

Procurando limitar o conhecimento das instituições do poder central acerca da forte resistência que a Companhia sofria em Pernambuco, em 8 de agosto de 1770 a

⁸⁵⁷ Anexo ao ofício do vice-intendente da Junta da Companhia em Lisboa, Joaquim Inácio da Cruz. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. 1771, janeiro, 17, Lisboa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507.

⁸⁵⁸ Estes requerimentos estão juntos num único processo. São dezenas de petições enviadas ao governador, a Mesa da Inspecção, às câmaras de Recife, Olinda e Itamaracá, a Direcção da Companhia e ao conde de Oeiras. Contudo, a numeração de parte dos requerimentos é do punho de Martinho de Melo e Castro, o secretário de Estado da Marinha e Ultramar. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

⁸⁵⁹ Num anexo numerado com o nº 10 há uma referência sobre uma representação em nome dos vassallos dos moradores em Pernambuco e Paraíba com mais de 600 assinaturas. Nela encontramos todo os nomes que identificámos como sendo do «partido opositor». AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

Direcção publicou um edital proibindo o envio de requerimentos directamente às instituições centrais. Isto é, a Direcção determinava que as petições fossem encaminhadas para o intendente e deputados na capitania, e se a Direcção achasse conveniente remeteria os pedidos para a Junta e/ou para o monarca, caso fosse necessário haver uma resolução. Não sabemos se a Direcção tinha jurisdição para tal mas percebemos que o edital foi cumprido, pois há uma ausência de cartas das câmaras e de requerimentos entre 1773 e 1775. Os únicos a desobedecerem flagrantemente o edital foram os senhores de engenho acusados de tentativa de «motim», em 1773, porque assinaram uma procuração para que um dos líderes, o senhor Francisco X. Cavalcanti de Albuquerque, os representasse quando remetessem requerimentos ao poder central pela praça da Baía⁸⁶⁰.

Contudo, em 1770 deu entrada nas Secretarias de Estado as dezenas de requerimentos e representações com um rol de críticas e pedidos, a partir destes requerimentos a Junta da Companhia em Lisboa elaborou avaliações precisas para Martinho de Melo e Castro. Das dezenas de pontos que constam nos pareceres dos membros da Junta em Lisboa escolhemos examinar apenas alguns que consideramos como os mais relevantes. Ao ter conhecimento da relação antagónica existente entre a Direcção e uma fracção das elites, o órgão «reinol» elaborou um relatório à Secretaria de Estado do Ultramar, com medidas que poderiam manter a tranquilidade dos habitantes da capitania de Pernambuco e conter as práticas excessivas da Direcção.

Em janeiro de 1771 foram encaminhados ao secretário Martinho de Melo e Castro quatro pareceres da Junta. Estes procuravam responder, em primeiro lugar, às dezenas de queixas que constavam nas representações das elites agrárias da capitania de Itamaracá, subordinada à de Pernambuco, e dos senhores de engenho de Pernambuco, que deram entrada no Conselho Ultramarino entre março e junho de 1770⁸⁶¹. Em segundo lugar, os pareceres procuravam atestar o procedimento dos deputados da Direcção em Pernambuco, considerado pela Junta como prejudicial à Companhia e aos moradores das

⁸⁶⁰ O edital está nos anexos dos requerimentos: AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

⁸⁶¹ Representação dos senhores, lavradores de açúcar, agricultores de tabaco e demais povos da capitania de Itamaracá remetido ao senado da Câmara contra as práticas comerciais da Direcção da Companhia. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Representação. Posterior 1770, março, 30]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

capitanias. Por isso, a Junta havia enviado ordens à Direcção, em 9 de novembro de 1770⁸⁶², pouco depois de ter tomado conhecimento das queixas das elites.

Os pareceres foram elaborados no final de 1770, logo após a crise entre a Mesa da Inspecção e a Companhia, devido ao aumento do preço da arroba do açúcar. Os pareceres dos deputados da Junta, em Lisboa, não estão assinados e foram remetidos por Joaquim Inácio da Cruz, conselheiro da Junta, homem de negócio relacionado com o contrato do Tabaco⁸⁶³.

Assinalámos os principais pontos que constam nos pareceres, a fim de compreendermos que a oposição dos moradores à Companhia se deu, neste caso específico, contra a face local da empresa, constituída por homens de negócio da praça do Recife. Isso sucedeu devido aos abusos que estes cometiam na gestão do comércio colonial.

Neste caso, foi o órgão com sede em Lisboa - a Junta -, que se preocupou com a situação dos moradores e os prejuízos sofridos pelos produtores, e não o órgão da Companhia dirigido por homens de negócio naturais ou radicados no Recife.

8.1 A tentativa da Junta em dirimir os conflitos de 1770

A Junta relatou a Martinho de Melo e Castro que não era a primeira vez que chegavam a Lisboa «os clamores e murmurações dos povos de Pernambuco», com respeito ao método da Direcção gerir o comércio⁸⁶⁴.

⁸⁶² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício e pareceres da Junta. 1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507, fls. 2-6.

⁸⁶³ Joaquim Inácio da Cruz era irmão de Anselmo José da Cruz, o administrador da Junta do Tabaco. Em 1768 o provedor da Junta era Policarpo José Machado, o vice-provedor João Xavier Teles, e os deputados: José da Silva Leque, Francisco Nicolau Roncon, Gonçalo Ribeiro dos Santos, Manuel Caetano de Almeida, Teotónio Gomes de Carvalho, Francisco Manuel Calvet, José Soares de Andrade, Bento José de Miranda e Manuel José Cremer Vanzeller. O provedor e o vice pertenciam à administração precedente da Junta. Anselmo José da Cruz, agora conselheiro, fora deputado na administração anterior e era um dos homens do Contrato Geral do Tabaco em Lisboa, junto com os seus irmãos Joaquim Inácio e José Francisco. K. MAXWELL, *O marquês...*, p. 169. Todos faziam parte do conjunto de pessoas que apoiavam politicamente o marquês de Pombal. Conforme o *Livro de termos de posse*. ANTT/AHMF/Livro dos termos de posse, n.º 403. Data da posse 02/12/68. (Livro sem fólios numerados). [Consultado em 2 de junho de 2012]. Disponível em: <http://digitarq.dgarg.gov.pt/viewer?id=4618145>.

⁸⁶⁴ Em 1770 e 1771 verificaram-se reclamações dos moradores por causa das dificuldades causadas pelo facto de a instituição pombalina não pagar a dinheiro o que comprava às elites produtoras. Isso gerava um sentimento de insatisfação para com a empresa comercial e, na perspetiva das elites, o não efetuar compras em moeda era um dos fatores do baixo desenvolvimento económico da capitania e da falta de prosperidade. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Representação dos senhores, lavradores de açúcar, agricultores de tabaco. post. 1770, março, 30, Itamaracá,]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

Dentre os muitos tópicos que a Junta considerou relevante discutir e elaborar medidas para o secretário de Estado ponderar, destacamos, como primeiro ponto, a forma como eram vendidas as mercadorias europeias - tecidos, cobres, ferrarias, géneros comestíveis -, na capitania.

Logo que os navios da empresa comercial aportavam no porto do Recife, os directores da Companhia - que eram os primeiros a ter acesso às mercadorias transportadas pelos navios da frota -, retiravam as de melhor qualidade para as lojas em que tinham interesse particular, porque eram suas ou de parentes e amigos. Os comerciantes que não se relacionavam com a Direcção não tinham, pois, oportunidade de comprar os melhores produtos, já separados para os armazéns dos «associados» dos directores da instituição pombalina⁸⁶⁵.

O segundo ponto que aqui ressaltamos refere-se ao facto de os directores da Companhia usarem o dinheiro que entrava na instituição - proveniente do pagamento de dívidas e dos juros, para arrematar os contratos, principalmente, o das carnes, o do subsídio do açúcar, o dos vinhos e aguardentes, o dos escravos, o do tabaco e o das passagens⁸⁶⁶. Esta prática exauria o dinheiro que deveria circular entre os habitantes, beneficiando exclusivamente as redes mercantis ligadas à Direcção⁸⁶⁷.

O terceiro ponto destacado diz respeito às negociações em dinheiro. O secretário de Estado foi informado que os directores da instituição pombalina em Pernambuco não emprestavam dinheiro a todos os senhores e lavradores de açúcar, mesmo que estes dessem garantias ao pedirem os empréstimos (como fiadores e propriedades). Da mesma forma, a Direcção também não comprava os géneros coloniais em «espécie». O que obrigava as elites produtoras a vender parte da sua produção (de açúcar, tabaco, couros) a

⁸⁶⁵ Além do que, alegavam os moradores que as mercadorias de origem europeia eram, de um modo geral, de baixa qualidade e enviadas com pouca regularidade à capitania. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício e pareceres da Junta. 1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507, fls. 37-70.

⁸⁶⁶ Todos da capitania de Pernambuco. No próximo capítulo analisaremos a questão dos contratos mais detalhadamente, demonstrando que, no período de monopólio, os contratos que mais rendimentos davam foram arrematados pelos deputados da Companhia e pelo intendente António José Souto. O contrato das carnes é um outro bom exemplo, pertenceu às famílias Monteiro e Santos de 1730 a 1780. AHU_ACL_CU_Contratos de Pernambuco, Cod. 1827. Demonstração dos contratos reais de Pernambuco, de 1764 a 1777.

⁸⁶⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507, fls. 37-70. No final da década de 1770 todos os principais contratos foram arrematados por directores da Companhia pombalina. Esta temática será melhor detalhada no capítulo 10. Ver AHU_ACL_CU_Contratos de Pernambuco, Cod. 1827, fls. 3-21.

homens de negócio da praça do Recife, por vezes, por um preço ainda menor do que o praticado pela Companhia, com o objectivo de obterem moeda.

Contudo, sabe-se que o dinheiro para empréstimos havia sido enviado de Lisboa. Pelos relatórios que a própria Direcção remetia à Corte, percebemos que os directores emprestaram o capital da Companhia a si próprios, aos seus aliados e a familiares. Foram estes os que, de forma maioritária, usufruíram dos empréstimos concedidos pela Junta⁸⁶⁸.

O quarto ponto aqui assinalado refere-se ao facto de a Companhia ser administrada em Pernambuco por indivíduos com interesses locais, que estavam mais preocupados em beneficiar-se da condição de membros da Direcção da Companhia do que em desenvolver a agricultura e aumentar o comércio. Estes indivíduos podiam dispor do capital gerado pela cobrança das dívidas e dos juros para negócios particulares, o que de facto acontecia. António José Souto, por exemplo, que foi intendente da Direcção praticamente por toda a década de 1760 e de 1770, aproveitou os capitais da Companhia e investiu no negócio do anil, para além de arrematar o contrato dos Dízimos da capitania por quase toda a década de 1770⁸⁶⁹.

Após receberem, em Lisboa, as críticas e relatórios dos governadores e os requerimentos dos moradores, a Junta aconselhou o secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, e chegou a propor mudanças drásticas. Estas tinham o objectivo de responder aos tópicos que acima enumerámos, e que procediam das petições dos vassalos em Pernambuco. Apontaremos, a seguir, algumas das alterações que precisavam de ser feitas - na óptica da Junta -, a fim de melhorar a gestão da Companhia em Pernambuco e beneficiar os moradores, em geral, e as elites agrárias, de forma particular.

⁸⁶⁸ Prática que perdurou por toda a década, pois em 1778, Martinho de Melo e Castro, em ofício ao governador, condenava tal ocorrência ainda em vigor. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fls. 195-197v. No capítulo 10 demonstraremos que os maiores devedores eram ligados à Direcção da Companhia em Pernambuco: António José Souto, Luís da Costa Monteiro, João da Costa Monteiro, Francisco Carneiro de Sampaio, entre outros.

⁸⁶⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício de A. José Souto sobre a fábrica de anil que estabeleceu em Beberibe]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9102. Em 1780 tinha uma dívida superior a 36 contos de réis porque a fábrica não resultou. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Lista de devedores de 1780, julho, 27]. AHU_ACL_CU_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

A primeira modificação para que a Companhia voltasse a ter credibilidade junto aos vassallos, seria remover toda a Direcção da Companhia e enviar para Pernambuco pessoas de Lisboa:

Porém, excelentíssimo senhor será de nenhum efeito as mais acertadas providências todas as vezes que não forem executadas e dirigidas por homens bons, inteligentes e desinteressados. E esta última circunstância tão essencial se não conseguirá facilmente em uma Direcção composta de negociantes atuais daquelas capitanias, que não podem ter negócio algum que não se encontre com a sua administração [...] parece que deverá abolir-se a Direcção de Pernambuco e substituir-se com uma administração de dois ou três homens escolhidos nesta cidade, e ainda algum daquelas capitanias⁸⁷⁰ [...]

A segunda alteração aqui enumerada - a partir da leitura da correspondência trocada entre a Junta e a Secretaria de Estado -, diz respeito aos valores monetários pelos quais a Direcção comprava os géneros coloniais. Para resolver o problema dos preços do açúcar, do tabaco e dos couros determinados pela Direcção, a Junta apontava ser aceitável que a Companhia tivesse uma limitação nos ganhos, desde que tal limitação não ocorresse sistematicamente, nem tivesse um alcance extraordinário. Isto é, seria preferível comprar os géneros na capitania com lucro para os moradores e prejuízo para a Companhia se, ao vender as fazendas vindas de Portugal, a Companhia obtivesse lucro. A Junta sugeria que, de uma forma geral, era benéfico para a empresa aceitar os aumentos dados, de forma intermitente, pela Mesa da Inspecção.

Na opinião da Junta era necessário que a Direcção compreendesse que mais valia manter uma boa relação comercial com as elites agrárias, produtoras de açúcar, tabaco e criadoras de gado, beneficiando-as e protegendo os seus negócios, mesmo que, com isso, a Companhia tivesse alguma perda. Era preferível ter um lucro reduzido que ter elites descontentes, e era necessário que a Direcção compreendesse que o comércio ilegal era um caminho de resistência e uma via para fazer negócios, como vinha sucedendo⁸⁷¹.

A revisão das contas, a respeito da Costa da África, foi a terceira medida proposta pelos membros da Junta para corrigir os erros da Direcção, que tantas queixas geravam. O objectivo era que os escravos, necessários à produção, fossem vendidos a preços mais

⁸⁷⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507, fls. 37-70.

⁸⁷¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507, fls. 37-70.

razoáveis, abaixo dos 100 mil réis, como eram vendidos pela Direcção no Recife, valores mais altos do que os do Rio de Janeiro e Salvador, em igual período.

Por último, recomendava-se que a Direcção atenuasse os juros nas vendas a crédito e perdoasse os juros das dívidas, a fim de que estas fossem pagas com maior celeridade. Algo que evitaria a falta de moeda nos cofres da Companhia.

Inferimos que até as primeiras contestações darem entrada nas instituições centrais, 1766-69, a Junta e a Direcção não interferiram nas acções mercantis uma da outra. Com a avalanche de queixas que entraram nas Secretarias em 1770 e com a pressão da Mesa da Inspecção, visando o benefício das elites açucareiras, para que a Direcção reconhecesse a jurisdição da Mesa no arbítrio do preço da arroba do açúcar, não houve por parte da Junta, órgão hierarquicamente superior à Direcção, uma relação de dominação de um órgão sobre o outro. Neste caso a Junta deu razão a queixa dos habitantes e se pronunciou contra a Direcção local, com o objectivo de responder favoravelmente as queixas e de beneficiar os moradores da capitania. Contudo, suas recomendações, que poderiam ter evitado tanta resistência local, não foram postas em prática.

Quatro medidas de grande relevância que, ao longo da década de 70 até o final do monopólio, nunca foram implementadas⁸⁷².

Com a nossa investigação, confirmámos em primeiro lugar que todas as propostas acima listadas não foram efectuadas. Estas propostas visavam responder favoravelmente às queixas dos vassalos em Pernambuco. As ordens que a Junta enviou à Direcção, para não cobrar os juros de dívidas antigas e comprar os géneros coloniais por maiores preços, também não foram cumpridas. Eram medidas simples que poderiam ter feito cessar os conflitos que eclodiram no início e no final da década de 70 de Setecentos. Porém, não houve por parte do órgão lisboeta uma fiscalização efectiva das acções da Direcção durante os vinte anos de monopólio da Companhia. Nunca foi enviado um fiscal ou qualquer administrador de Lisboa ou Porto para conferir as contas da Direcção e esta sempre administrou o comércio colonial sem entraves, limites ou qualquer outra restrição por parte da Junta ou mesmo da Secretaria de Estado.

⁸⁷² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507, fls. 74 e ss.

Confirmámos, em segundo lugar, que apesar dos pareceres apresentados pela Junta em 1771, esta não chegou a intervir a ponto de envolver as Secretarias de Estado, a da Marinha e Ultramar ou mesmo a do Reino e Mercês. As queixas poderiam ser resolvidas através de ordens directas dos secretários de Estado ao governador da capitania para que interferisse nas acções da Direcção.

As propostas da Junta visavam resolver problemas específicos. Os pareceres reflectiam directamente as denúncias dos principais grupos dominantes em Pernambuco - falta de empréstimos, produtos europeus e mão-de-obra escrava a preços exorbitantes -, comprovando que a Junta estava a par dos acontecimentos na capitania e dos problemas evocados por facções das elites da terra. Destacamos que estas foram acusações que se mantiveram durante toda a década de 70 de Setecentos, até ao último ano de monopólio da Companhia (1779)⁸⁷³.

Em 1771 a Junta sugeriu mudanças radicais na política de gestão da Direcção em Pernambuco, entre elas a diminuição de preços e a supressão da cobrança de juros⁸⁷⁴. Destacamos, mais uma vez, que foi a Junta que levou em conta as queixas emanadas de grupos dominantes locais, levando em consideração as principais reivindicações destes grupos que se opunham à Direcção.

Porém, também é preciso realçar que o descompasso entre as acções e as práticas políticas da Junta e da Direcção em Pernambuco - que geraram dinâmicas contraditórias -, não foram invulgares no período do Antigo Regime. Nem o poder régio tinha condições para exercer uma política tal como hoje a entendemos -, com uma acção governativa coerente e sistemática. Portanto, a acção algo incoerente da Junta, que propôs mudanças, mas que não agiu em conformidade para que estas fossem implementadas, cabia nas práticas administrativas da cultura política do Antigo Regime⁸⁷⁵.

Os pareceres da Junta demonstravam que, mais do que a Direcção, o órgão sediado em Lisboa estava atento e preocupado com as denúncias que recebia do outro lado do Atlântico. Foi a Junta que, num primeiro momento, procurou responder aos

⁸⁷³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507.

⁸⁷⁴ João FRAGOSO, Maria de Fátima Silva GOUVÊA, e Maria F. B. BICALHO, «Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império», *Revista Penélope*, n.º 23, Lisboa, ICS (2000): p. 67. [Consultado em 3 de janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_23/23_07_FragosoGouveaBicalho.pdf.

⁸⁷⁵ Pedro CARDIM, «Centralização política e Estado...», pp. 142-151.

pedidos e resolver os problemas dos vassallos em Pernambuco. A Direcção, formada por um grupo pequeno, oriundo das elites mercantis, porque tinha interesses que se opunham aos de segmentos das elites agrárias, não quis acatar as ordens da Junta, como deveria⁸⁷⁶.

Nunca foi posta em prática, a subordinação da Direcção em relação à Junta, da forma como estava previsto no estatuto da Companhia Geral⁸⁷⁷. O órgão da Companhia, em Pernambuco, nunca sofreu nenhum tipo de acção fiscalizadora por parte da Junta, dos governadores da capitania ou das Secretarias de Estado⁸⁷⁸.

A crise política de 1770 que envolveu a Mesa, a Direcção, os senhores de engenho e o governador, e que gerou muitas representações às instituições centrais e aos poderes locais - e apesar do parecer da Junta em Lisboa em 1771 - não ficou resolvida. Não houve uma resolução por parte do poder central - nem a favor nem contra os queixosos -, tampouco houve um acatamento da Direcção, no que concerne às directrizes que emanaram da Junta em Lisboa, analisadas no ponto anterior.

Em nosso entendimento os acontecimentos de 1770 e de 1773 reflectiam a situação tensa vivida na capitania, e demonstravam como tal situação passou a ser mais um problema a ser tido em conta pelos governadores de Pernambuco. Afinal, a fracção das elites da terra que se opunha à Companhia continuou resistindo às práticas mercantis da Direcção, e próximo do final do período de monopólio, por meio das Câmaras, confirmou as queixas que vinha fazendo entre 1766 e 1770. Se antes, o chamado «partido» opositor solicitava um maior controlo da Coroa para com a Companhia, no final da década de 1770, o pedido era outro.

⁸⁷⁶ Os pareceres da Junta reflectem uma complexidade que ultrapassa uma visão dicotómica da realidade colonial. A tensão política reflectida nas queixas dos moradores e a análise que a Junta fez desconstroem uma visão de «colónia versus Metrópole». Se assim fosse, a Junta seria o órgão «reinol» e defenderia os interesses metropolitanos; a Direcção, por sua vez, o órgão «colonial» e defenderia os interesses dos habitantes de Pernambuco. Os pareceres da Junta em 1771 espelham uma outra visão acerca das questões que naquele momento preocupavam o secretário de Estado, a Junta e o governador.

⁸⁷⁷ *Estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*. Artigo 1: «o governo e disposição geral será sempre da Junta, que expedirá as ordens para as duas Direcções...». [Consultado em novembro de 2012]. Disponível em <http://archive.org/stream/instituiadac00comp#page/n3/mode/2up>.

⁸⁷⁸ Apesar de reconhecermos que as companhias favoreceram os ganhos dos homens de negócio de Lisboa e Porto no negócio colonial, não concordamos com a ideia de que «a instalação da sociedade mercantil [em Pernambuco] revelava o poder do absolutismo português, anulando as pretensões dos mercadores instalados na colónia e favorecendo o grupo mercantil metropolitano». José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p. 4.

Assim, e a seguir, analisaremos os pareceres, as cartas e as consultas que dizem respeito à extinção da instituição pombalina. Este conjunto documental demonstra as razões pelas quais o governador José César de Meneses escolheu dar seu apoio a fracção das elites que estavam descontentes com as práticas mercantis da Companhia.

Muitos foram os ajustes feitos pelos governadores das décadas de 1760 e 1770 para cumprirem as ordens régias e as instruções da Secretaria de Estado, ora colocando-se ao lado da Companhia - como determinavam as ordens vindas do Reino -, ora dando seu apoio ao grupo que denominámos de «partido» oposicionista, nos seus pedidos quando estes colidiam com os interesses da Companhia.

Nesta linha, e como será analisado, os relatórios do governador e as cartas das câmaras foram particularmente relevantes para que a Coroa resolvesse o destino da companhia de comércio. No final da década de 1770 era do conhecimento público o monopólio comercial poderia ser renovado por mais vinte anos. A renovação dependia apenas da vontade da Coroa, pois era ponto previsto nos estatutos gerais da Companhia e confirmado nos pareceres do Conselho Ultramarino sobre a matéria.

Os órgãos da Companhia, a Direcção no Recife e a Junta em Lisboa, sabiam que a instituição comercial em Pernambuco tinha total apoio da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Martinho de Melo e Castro defendia a conservação das empresas comerciais pombalinas e um controlo rigoroso do comércio colonial por parte das instituições centrais⁸⁷⁹.

O «partido» das elites que se opunham à Companhia, por meio das câmaras da capitania, negociaram com a Coroa uma resposta favorável ao seu principal pedido: o encerramento da empresa comercial. O governador também foi peça chave no cenário político do final da década de 1770, pois o seu parecer foi levado em conta pelo secretário de Estado aquando da decisão acerca da Companhia Geral. São os argumentos, o discurso político, por meio da correspondência directa com as instituições do centro, presentes na comunicação entre vassallos e Coroa que serão estudados nos próximos pontos.

⁸⁷⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ca. 1777. INFORMAÇÃO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a independência económica do Brasil em relação a Portugal, os prejuízos que tal facto representam para a metrópole, o intenso comércio feito pelo Brasil para a África e também para a Ásia, o grande número de navios pertencentes as frotas brasileiras, nomeadamente, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro...]. AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976.

8.2 O complexo processo de extinção da Companhia, as cartas das câmaras e a opinião do Conselho Ultramarino

A historiografia luso-brasileira não deu particular atenção ao processo de extinção da companhia pombalina em Pernambuco, a forte reacção do «partido» que se opunha à Companhia compôs um quadro de insatisfação política com efeitos duradouros. Esta reacção foi iniciada com a criação de uma taxa extra no açúcar em 1763 e culminou com a elaboração de consultas pelo Conselho Ultramarino, em virtude das cartas das Câmaras da capitania, enviadas nos anos finais do monopólio (1777-1778).

O secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, ao ler e elaborar o seu parecer sobre toda a informação política emanada de Pernambuco e oriunda da Junta em Lisboa, compreendeu que, quanto mais se aproximava o final do período do monopólio, mais aumentava o perigo de uma sedição. Melo e Castro alertava para o risco de a Coroa adiar a decisão sobre a empresa comercial, ao mesmo tempo que recomendava que se tomassem medidas de natureza militar para conter eventuais sublevações populares⁸⁸⁰.

O descontentamento só não resultou num panorama agudo de revolta porque foi amenizado de duas formas: a primeira, pela execução exemplar dos bens dos antigos dirigentes da Direcção da Companhia, e a segunda, pela capacidade de um segmento das elites em defender os seus interesses, tanto no âmbito dos poderes locais quanto por meio de uma instituição criada pela Coroa para regular o açúcar e o tabaco, a Mesa da Inspeção⁸⁸¹.

Neste período final do monopólio (1770-1780) foram dois os governadores que administraram a capitania de Pernambuco: Manuel da Cunha Meneses, que governou de 1769 a 1774, e José César de Meneses, entre 1774 a 1787. O primeiro não apoiou todas as acções da Companhia monopolista como, à partida, se esperaria de um agente enviado pela Coroa. O segundo procurou conciliar os interesses de grupos das elites locais e os da instituição comercial à época da sua extinção. Contudo, nos anos finais do monopólio este representante da Coroa acabou por confirmar as queixas do «partido» opositor, valendo-

⁸⁸⁰ Melo e Castro em carta ao governador José César de Meneses referiu que «as consequências destes antecedentes, os de se considerarem os restauradores de Pernambuco, se encaminham a uma sedição, que poderá ser difícil e perigosa de extinguir, se não se lhe aplicar um remédio pronto, firme e eficaz». AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. 1777, janeiro, 17, Lisboa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507. Parecer do secretário em anexo ao escrito de Joaquim Inácio da Cruz.

⁸⁸¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. 1770, junho, 14, Recife. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8428.

se dos mesmos argumentos que a Câmara do Recife apresentou à Secretaria de Estado para pedir a extinção da companhia pombalina.

Para uma maior compreensão do processo de extinção da Companhia Geral em Pernambuco foi necessário analisar os argumentos não apenas dos «partidos» em disputa, foi preciso examinar a argumentação encetada pela Junta para que o monopólio fosse renovado por mais vinte anos, as cartas das Câmaras que foram consultadas pelo Conselho Ultramarino e o parecer do governador que analisou criticamente a situação política e o panorama económico da capitania durante o período de funcionamento da Companhia.

Em nosso entendimento a informação política produzida pelas Câmaras, pela Junta em Lisboa e pelo governador da capitania, demonstra que o que estava em causa eram os interesses opostos de distintas fracções das elites da terra e os interesses dos homens de negócio de Lisboa apoiados pelo secretário de Estado. Os interesses económicos em questão ficaram implícitos nas estratégias e nos discursos que os lados em disputa utilizaram para demonstrar à Coroa se a Companhia tinha ou não cumprido os objectivos para os quais fora criada e se deveria ou não ter o monopólio renovado por mais vinte anos.

O processo de extinção do monopólio da companhia pombalina constituiu-se na matéria político-administrativa e no problema fulcral no que respeita ao governo da capitania de Pernambuco entre 1770 e 1800. A nosso ver, a institucionalização da Companhia, o seu exercício em Pernambuco e o seu encerramento, com as consequências que esta extinção provocou na maior parte da população da capitania, constituíram as acções político-económicas que mais marcaram as capitanias do Norte, na época pombalina e no reinado de D. Maria I⁸⁸². Assim, neste capítulo examinaremos as cartas das Câmaras de Pernambuco, as consultas do Conselho Ultramarino, os relatórios da Junta em Lisboa e o parecer do governador sobre o futuro do monopólio da companhia pombalina.

Foi no início da década de 1770 que a Companhia começou a demonstrar contradições na sua estrutura administrativa. Era notório o descompasso entre os órgãos

⁸⁸² Na terceira parte deste estudo demonstraremos como os governadores do último quartel do século XVIII receberam as instruções precisas para que os pagamentos das dívidas à companhia pombalina não cessassem.

da Companhia, pois as ordens da Junta não eram acatadas pela Direcção⁸⁸³. A fracção das elites descontente com a Companhia, apoiada pela Mesa da Inspecção em momentos de conflito agudo, tinha noção da gravidade da situação de descompasso porque a Direcção proibira, por edital, que de Pernambuco saíssem representações com queixas para as instituições centrais⁸⁸⁴. A Direcção instituíra que qualquer queixa deveria ser remetida ao intendente e deputados em Pernambuco, cabendo a Direcção repassar à Junta em Lisboa e a Secretaria de Estado o que considerasse pertinente. Se a Direcção tinha competência para tal não podemos afirmar, mas, de facto houve uma diminuição de cartas e requerimentos entre 1773 e 1777. Neste intervalo a «oposição» foi contida mas não desarticulada⁸⁸⁵.

Os «líderes do partido opositor», que foram acusados do último grande acto contra a Companhia - o de 1773 -, eram considerados pela Direcção da Companhia como pertencendo ao grupo de contrabandistas. Apesar da aparente tranquilidade entre Direcção e opositores no período posterior ao do motim, durante a década de 1770, a Companhia não conseguiu limitar o comércio ilegal. O contrabando continuava a ser o meio mais utilizado para escoar parte da produção açucareira de forma lucrativa. Para além do contrabando, ainda restava ao «partido» opositor usar mais um canal para demonstrar à Coroa a tensão existente na capitania e o descontentamento com a Companhia: a comunicação política e directa com o poder régio.

Com a aproximação do final do período de monopólio a resistência do «partido» opositor - liderado pelos senhores de engenho -, como se verá a seguir, retornou de forma vigorosa. O «partido» que se opunha à Companhia escolheu usar as câmaras, mais uma vez, para fazer chegar aos poderes centrais as suas queixas contra o braço local da Companhia. Por isso, não encontrámos requerimentos individuais ou colectivos por parte

⁸⁸³ Uma delas prendia-se com a cobrança imediata das dívidas. Para a Direcção cumprir esta ordem era preciso confiscar os seus próprios bens e dos seus familiares. As cobranças sistemáticas aos deputados só começaram a ser feitas com a extinção da Companhia e por iniciativa do governador.

⁸⁸⁴ O edital da Direcção é de 1770 e determinava que as queixas deviam ser encaminhadas para a Direcção, para serem lidas e analisadas por este órgão, e estas só seriam propostas à Junta se fosse necessário uma determinação régia. Cópia do edital: AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8458.

⁸⁸⁵ No «motim» de 1773, o senhor de engenho Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque só não foi preso porque estava na Baía remetendo requerimentos contra a Companhia pelos navios que saíam de Salvador, pois no Recife enfrentaria mais obstáculos ao fazê-lo.

dos senhores de engenho e dos produtores de tabaco e couros, como ocorreu em 1770, e sim cartas das instituições do poder local.

O meio jurídico para encaminhar as queixas para o centro político continuava a ser a comunicação directa entre as câmaras e a monarquia. Mais uma vez, este foi o canal utilizado pelos vassallos. Contudo, as câmaras escreveram não apenas ao rei - algo usual desde os primórdios da colonização -, queixaram-se também ao secretário de Estado. Secretário que era um defensor das companhias de comércio. Com o objectivo de obter o apoio de Martinho de Melo e Castro, a principal câmara da capitania - a do Recife - utilizou um outro discurso na sua missiva ao centro político, um discurso com argumentos que se adequavam melhor ao reformismo setecentista, como será analisado a seguir⁸⁸⁶.

A partir de 1777 as Câmaras de Pernambuco e da Paraíba protestaram contra a Companhia através de cartas e ofícios⁸⁸⁷. De uma forma geral, a diferença entre um e outro dispositivo de veiculação da informação política está no órgão da administração central pelo qual a correspondência dava entrada e a quem se dirigia. As cartas eram dirigidas ao rei, e usualmente, ainda davam entrada pelo Conselho Ultramarino. Os ofícios eram dirigidos ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar e eram da incumbência da Secretaria. Apenas a Câmara do Recife ousou escrever directamente ao secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro. Nos anos finais da Companhia, entraram nas instituições centrais sete cartas e um ofício, cujo conteúdo versava sobre os problemas causados pelo monopólio do comércio nas capitanias do Norte.

Embora a Companhia se constituísse de dois órgãos com capacidade de mando - sendo que a Junta tinha precedência sobre a Direcção -, as câmaras queixavam-se das

⁸⁸⁶ Procuraremos compreender quais os discursos que os vassallos em Pernambuco utilizaram para que os seus pedidos fossem atendidos pela Coroa, discursos que revalidavam a influência política e económica que a capitania tivera noutros tempos. Pernambuco continuava integrado e articulado com as redes de comércio do mundo atlântico, mas perdeu alguma importância política com a deslocação do centro político para o Sul do Brasil. No século XVIII, a integração e o equilíbrio do império passaram a ser feitos de forma diferente do período imediatamente posterior à Restauração Portuguesa; as elites locais perderam, quase por completo, o acesso que antes tinham aos governos das capitanias, mas continuaram a comunicação com os governadores enviados de Lisboa, e com os órgãos da administração central, uma arma poderosa para os seus interesses e para se sentirem como parte integrante da monarquia. Nuno G. MONTEIRO, Mafalda S. da CUNHA, «Governadores e capitães-mores...», em *Optima pars...*, p. 194.

⁸⁸⁷ Em 1770 os vereadores da Câmara da Paraíba escreveram ao rei D. José queixando-se dos procedimentos da Companhia. Esta é a única carta do início da década. A carta não foi consultada nem é mencionada nas consultas do Conselho Ultramarino de 1777 e de 1778, as primeiras sobre os excessos cometidos pela Companhia. AHU, Conselho Ultramarino, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1882.

acções do braço local da Companhia. Foram as práticas administrativas da Direcção, nem sempre idóneas, que foram contestadas pelas instituições do poder local. Evidentemente que as câmaras sabiam que a Direcção, em teoria, esteve sempre subordinada à Junta. Assim, não deixava de haver, de forma implícita, uma crítica geral à falta de acção da Junta para conter os desmandos da Direcção.

A Câmara de Olinda escreveu três cartas; a de Sirinhaém, uma; a de Goiana, uma; a de Igarauçu, uma; a do Recife, uma, e um ofício, como foi mencionado. Analisaremos as mais relevantes para percebermos os problemas enfrentados pelos moradores endividados por causa das acções da Direcção da Companhia⁸⁸⁸.

A primeira carta que aqui destacamos é da autoria da Câmara de Olinda, com data de 17 de Setembro de 1777, destinada à rainha D. Maria I. Os camaristas expressavam na sua carta os motivos pelos quais o seu pedido - de extinção da empresa comercial -, deveria ser atendido pela rainha. Os oficiais da câmara apresentavam-se como os mais «leais vassalos» e «descendentes daqueles antigos pernambucanos que à custa de suas fazendas, do sangue e das vidas tiraram esta grande parte da América das mãos inimigas e a restituíram à Coroa portuguesa»⁸⁸⁹. Este argumento destinava-se tradicionalmente a pleitear a reserva dos cargos locais para «os filhos e moradores da terra», a abolição de impostos e outras mercês que os camaristas considerassem justas e condignas com os serviços que tivessem prestado à Coroa⁸⁹⁰. O propósito da missiva era recordar a Coroa as relações políticas que uniam os «leais vassalos» com a monarquia portuguesa⁸⁹¹.

⁸⁸⁸ As cartas das câmaras de Sirinhaém e Igarauçu, são do ano de 1770, foram consultadas somente em 1777, contudo, foram enviadas no auge do período pombalino. Foram guardadas e só subiram à consulta no reinado de D. Maria I. A consulta de 19 de novembro de 1777 não consta no códice das consultas de Pernambuco, nem nos documentos avulsos, sabe-se que ela existiu porque o próprio tribunal menciona ter consultado estas cartas no ano de 1777 e refere a data já numa segunda consulta de 1778. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. 1778, agosto, 13, Lisboa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9834.

⁸⁸⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1777, setembro, 17, Olinda]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9656. Os vereadores eram Domingos da Rocha Falcão, Luís da Costa Ferreira - parente do senhor de engenho em Itamaracá João da Costa Ferreira que assinou uma petição contra a Companhia em 1770 -, e Joaquim José.

⁸⁹⁰ Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro Veio...*, p. 92.

⁸⁹¹ Na carta os camaristas intitulam-se «descendentes dos antigos pernambucanos que à custa de suas fazendas, do sangue e da vida tiraram ... a América das mãos inimigas» e perguntam à rainha «que motivo pode haver para serem preferidos alguns poucos homens, [a Direcção] ficando como indigno da real piedade tantos povos». AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1777, setembro, 17, Olinda]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9656.

Em quase todo o tipo de relação política havia espaço para adaptação, manobras e negociações. A colaboração das elites locais com a Coroa pressupunha uma negociação recorrente entre ambas. Neste caso, as câmaras negociavam o encerramento da companhia pombalina⁸⁹². Esta argumentação política já havia dado fundamentação a um requerimento colectivo dos «moradores de Pernambuco», destinado ao conde de Oeiras, em 1770. Naquele ano, com o agudizar do conflito entre senhores de engenho e Companhia, este e outros requerimentos colectivos evocavam a noção de uma relação pactuada e referia a lealdade que os vassalos pernambucanos sempre demonstraram para com a monarquia portuguesa⁸⁹³.

Os autores do requerimento intitulavam-se como «moradores de Pernambuco» e solicitavam o direito de serem ouvidos e atendidos por D. José I. Os requerentes pediam que o conde de Oeiras ratificasse este pedido junto ao monarca, alegando que a lealdade que demonstraram em outros tempos para com a Coroa merecia ser recompensada naquele momento, no que tocava aquele pedido. O argumento baseava-se no discurso nativista de que à custa de suas fazendas e do próprio sangue ofereceram aquelas capitanias à Coroa após as restaurar do poder de Holanda⁸⁹⁴. Da mesma forma que «moradores de Pernambuco», no início da década de 1770, recorreram ao discurso seiscentista que relembra a Coroa a relação pactuada e a lealdade dos pernambucanos ao devolverem Pernambuco ao rei, em 1777 a Câmara de Olinda repetiu o discurso para fazer valer suas reivindicações.

⁸⁹² Jack Greene nos seus estudos tem acentuado a dimensão negociada dos impérios ultramarinos europeus e revalorizado a autonomia das elites locais. Ver Jack GREENE, «Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas», em *Almanaque brasileiro*, nº 4. (São Paulo, 2006): pp. 8-9. [Consultado em 2012-07-31]. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-81392006000400001&lng=pt&nrm=iso

⁸⁹³ O requerimento foi escrito directamente ao conde de Oeiras, o fundador das companhias de comércio. É provável que, por este motivo, o documento tenha sido destinado ao secretário de Estado do Reino e Mercês, algo suscetível de acontecer, mas incomum, uma vez que os pedidos dos vassalos nas colónias eram analisados, na sua grande maioria, pelo Conselho Ultramarino ou pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, duas das instituições do poder central que atuavam como órgãos intermediários e de decisão entre a Coroa e os vassalos.

⁸⁹⁴ Este requerimento não tem data e está em anexo a uma representação datada de março de 1770. Como o pedido é dirigido ao conde de Oeiras, e Sebastião José de Carvalho e Melo só tornou-se marquês em 1770, presumimos que o documento seja um pouco anterior a data em que recebeu o segundo título, 1770. Requerimento dos moradores de Pernambuco. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ant. 1770, março, 30, Itamaracá]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

Queremos destacar um segundo ponto que transparece na carta da municipalidade olindense, para além do discurso nativista. A câmara demonstrou qual grupo social ficou alheio à empresa comercial, referindo-se aos senhores de açúcar. Pela composição do «partido» opositor à Companhia sabemos que não foram apenas os senhores de engenho que ficaram fora da Direcção da Companhia. Mas a câmara, ao pontuar as suas queixas, priorizou o descontentamento deste grupo social com a comercialização do açúcar, demonstrando o seu partidarismo e as estratégias formuladas pelos senhores de engenho para fugir ao controlo da Direcção da Companhia, estratégias que iam da comunicação política, como demonstra o requerimento colectivo de 1770 e o comércio ilegal de mercadorias.

A data da carta da câmara é fulcral no âmbito da cronologia dos acontecimentos - foi escrita em setembro de 1777 -, deu entrada no Conselho Ultramarino num período propício, pois estava próximo o fim da concessão comercial. Os camaristas sabiam que existia uma possibilidade de renovação do monopólio, portanto aquele era o momento oportuno para negociar um acordo mais favorável para os interesses de uma fracção das elites locais.

A segunda carta que aqui realçamos é da Câmara de Igaraçu. Não discutiremos os argumentos presentes na missiva por serem muito semelhantes aos da carta de Olinda, destacaremos antes um outro pormenor. Pormenor importante para entendermos os circuitos da informação. A missiva da câmara deu entrada no Conselho Ultramarino em 1770 - isso é comprovável pelos despachos que nela encontramos -, e o processo de consulta foi iniciado três meses após a carta ter sido acolhida pelo tribunal. Porém, o tribunal não concluiu os procedimentos para que a carta subisse à presença do rei, os pareceres necessários não foram elaborados, nem o Conselho chegou de facto a produzir o documento de consulta⁸⁹⁵.

A carta foi escrita em março de 1770, deu entrada no Conselho Ultramarino em junho de 1770, pois o despacho do Conselho na missiva mandava que o procurador da Coroa escrevesse o seu parecer em 29 de junho de 1770. Algo que procurador não fez. Quase oito anos depois, o tribunal repete o mesmo despacho: «haja vista o procurador da Coroa» e só em 1778 o procurador cumpriu a ordem. A carta foi escrita nos anos áureos

⁸⁹⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1770, março, 24, Igaraçu]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8380.

do consulado pombalino, e durante quase oito anos ficou guardada nas gavetas do Conselho Ultramarino, se por ordem do ministro do Reino não podemos afirmar. O que podemos confirmar, ao analisarmos as datas dos despachos inseridos na própria carta, foi que esta missiva - com matérias sensível às directrizes do governo pombalino - só foi consultada quando o ministro não mais exercia o cargo de secretário de Estado⁸⁹⁶.

Entre 1777 a 1779, anos finais do monopólio da empresa comercial, encontrámos três consultas sobre as queixas das câmaras contra a companhia pombalina. Na consulta do ano de 1778 o tribunal declarava que já tinha expressado a sua opinião sobre o conflito entre as câmaras e a instituição pombalina numa primeira consulta datada de 1777, consulta que não retornara ao tribunal com o despacho régio, nem ficara registada no livro das Consultas do Conselho Ultramarino referentes à capitania de Pernambuco. Pelo livro de registo, a consulta de 1778 também não possuía despacho final, e o Conselho, naquele ano, limitou-se a mandar reunir todas as cartas enviadas pelas várias câmaras a fim de emitir o seu parecer: «que a vista de tudo, deve resolver Sua Majestade o que for mais conveniente ao seu real serviço»⁸⁹⁷.

A última consulta, datada de 11 de Setembro de 1779, analisava uma carta de maio de 1779 da Câmara do Recife. Nela, os camaristas além de solicitarem formalmente a extinção da empresa comercial, expuseram dois outros problemas que preocupavam os moradores da vila: o dos juros cobrados sobre os débitos, que já eram altos, e o mais importante, o receio de que a cobrança das dívidas fosse feita de forma muito célere.

Ressaltamos que entre os camaristas da vila do Recife do ano de 1779 encontrámos ao menos um dos líderes do «partido» das elites que fazia oposição à companhia pombalina. Caso do senhor de engenho Afonso de Albuquerque e Melo, o mesmo que assinou petições colectivas contra a Companhia, que foi preso como um dos líderes do «motim» de 1773, e que era reconhecido pela Direcção da Companhia como

⁸⁹⁶ Sabemos que a carta foi consultada em 1777, após a saída do marquês de Pombal do governo. A consulta de 1778 faz menção a isso, porém, nesta carta só encontramos o parecer do conselho de 1778. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1770, março, 24, Igaraçu]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8380.

⁸⁹⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, agosto, 13, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9834.

contrabandista⁸⁹⁸. Portanto, não é de admirar que a Câmara do Recife, mais uma vez, tenha solicitado o fim da companhia pombalina.

Na consulta sobre esta missiva da Câmara do Recife, o Conselho deu o seu parecer em concordância com o do procurador da Fazenda:

[...] Que a vista do que por elas [as cartas] constam das vexações que se representam, da contradição dos povos, das violências de que se queixaram sempre, V. Majestade se servisse de tomar resolução [...] e como o mais que pedia esta câmara [do Recife] dependia ou da extinção da Companhia ou da sua conservação, parecia que sem esta real resolução não havia necessidade de se entrar a considerar⁸⁹⁹ [...]

Na consulta do ano de 1779, o Conselho pôs em evidência todas as cartas que até então tinham sido escritas de Pernambuco com queixas a respeito da Companhia e, em lugar de emitir uma opinião, ressaltou que preferia esperar pela decisão régia sobre a extinção ou manutenção dos privilégios da companhia de Pernambuco, que veio a ocorrer no ano de 1780. No entanto, no seu parecer, o Conselho informava a rainha D. Maria I que era sua obrigação pôr na real presença uma memória com a cópia de todas as cartas que entraram por aquele tribunal desde os primeiros conflitos, os de 1770, com os pareceres dos procuradores e os do próprio Conselho⁹⁰⁰. Não sabemos se isto foi feito, pois esta é a última consulta do livro de «registo de consultas do serviço real da capitania de Pernambuco» sobre a matéria e não encontrámos vestígio desta memória na documentação avulsa sobre a capitania de Pernambuco.

As consultas do Conselho sobre a extinção da companhia pombalina revelam mais um dado acerca do circuito da comunicação política entre os vassalos e o monarca. As consultas acima analisadas foram sempre sobre as cartas das câmaras e não sobre os requerimentos colectivos de fracções das elites. Os requerimentos colectivos enviados entre 1768 e 1773 não entraram pelo Conselho Ultramarino, e esta pode ser uma das razões pelas quais não originaram consultas⁹⁰¹. É certo que não foram muitos os requerimentos colectivos que entraram nas Secretarias de Estado, menos de uma dezena,

⁸⁹⁸ Ver tabela nº 5 no capítulo 8 - «partido» que se opunha à Companhia.

⁸⁹⁹ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fls. 134v.

⁹⁰⁰ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fls. 134v-135. A memória não consta na documentação avulsa, e como é um anexo, não está copiada no livro de registo das consultas de Pernambuco, Cod. 267.

⁹⁰¹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8383. Os requerimentos não foram despachados, não há referências nem do tribunal nem das secretarias inscritas neles. Contudo a Junta em 1771 teve acesso às queixas e os relatores dos pareceres referem que foi Martinho de Melo e Castro a repassar as petições à Junta da Companhia. Certo é que ao menos dois requerimentos foram dirigidos ao conde de Oeiras e não a Mendonça Furtado ou Martinho de Melo e Castro, secretários da Marinha e Ultramar.

e ao menos dois foram enviados directamente ao conde de Oeiras, cabendo então a Carvalho e Melo a escolha de reencaminhar ao tribunal palatino estas petições para serem analisadas, algo bastante improvável.

Na década de 1770 o circuito da informação política entre as periferias e o centro já assimilara todas as modificações que foram sendo introduzidas desde 1740. As secretarias de Estado eram as instituições que mais recebiam correspondência das colónias, pois o ofício era a forma primordial para repassar informações políticas. Até os requerimentos oriundos do Ultramar, que antes eram da alçada quase que exclusiva do Conselho Ultramarino, começaram a ser endereçadas aos secretários de Estado. A partir de 1777, já no reinado de D. Maria I, esta alteração tornou-se visível na documentação, pois os primeiros despachos assinalados nas cartas e nos requerimentos são do oficial maior das Secretarias de Estado. Os despachos informavam que, após triagem, este ou aquele documento baixava ao Conselho Ultramarino por meio de um aviso do secretário de Estado. A existência do aviso indicava a precedência da Secretaria de Estado e informava que a correspondência havia sido primeiramente recepcionada naquela instituição, e só era repassada ao tribunal caso o secretário assim o determinasse.

De uma forma geral, a comunicação política das câmaras foi quase sempre feita directamente com o rei, por meio de cartas, poucos são os ofícios das câmaras para os secretários de Estado entre 1760 e 1780. Ainda assim, perto do final do monopólio da Companhia, a Câmara do Recife além de escrever ao rei escreveu também ao secretário de Estado, facto que ratifica a relevância da Secretaria enquanto órgão de decisão política.

As duas principais Câmaras de Pernambuco, a do Recife e a de Olinda, passaram mais de metade do século XVIII em disputas políticas pelos mais variados motivos. Exemplos significantes do que acabámos de afirmar são os acontecimentos de 1703, quando a Câmara de Olinda recusou o ingresso de homens de negócio da praça do Recife na instituição, o que deu origem a uma provisão régia que concedia aos ‘mercadores de sobrado’ a possibilidade de ascenderem à «nobreza da terra» e de serem eleitos para as

câmaras. O ocorrido em 1710, conhecido como «Guerra dos Mascates», que findou com a confirmação da Coroa da criação da Câmara do Recife⁹⁰².

Em 1730 Olinda entrou em nova altercação com a municipalidade do Recife por conta dos tabeliães que residiam fora de Olinda e naquela vila. E num período próximo ao do nosso estudo, os oficiais de Olinda voltaram a conflitar com os do Recife por conta da nomeação do senhor de engenho como inspector da Mesa da Inspecção. A Câmara de Olinda acreditava que era da sua alçada a nomeação deste inspetor, visto que o homem de negócio indicado pela praça já era uma escolha do Recife. A Coroa mais uma vez é chamada a intervir e decide em favor dos recifenses⁹⁰³. As câmaras entraram em choque muitas outras vezes fosse por causa da jurisdição de alguns tributos ou da concessão de ofícios⁹⁰⁴, porém no que se referia à companhia pombalina estiveram em acordo e o teor das acusações que seus oficiais fizeram chegar ao centro político é revelador da situação tensa em Pernambuco entre 1777 e 1778.

Através das cartas das duas câmaras, as principais da capitania, sabemos quais eram as principais queixas dos moradores de Pernambuco. E estas diziam respeito ao preço cobrado pela Direcção pelos escravos vendidos na capitania. Os oficiais da Câmara de Olinda, em carta de 1777, expõem os principais motivos para solicitarem a extinção da Companhia: a má qualidade dos escravos e o seu elevado preço, que segundo os oficiais, eram uma prova da improdutividade do comércio monopolista. Ao menos um vereador que assinou esta missiva tinha ligações familiares ao «partido» opositor da Companhia⁹⁰⁵. Segundo a câmara:

Os escravos vindos da Costa da Mina e de Angola eram primeiramente escolhidos para os deputados, e o refugo, à custa de muitas súplicas, era vendido por último preço aos moradores. A Companhia também

⁹⁰² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Carta da Câmara de Olinda, 1711. AHU_ACL_CU_015, Cx. 24, D. 2209.

⁹⁰³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 100, D. 7812.

⁹⁰⁴ George F. C. de SOUZA, «Património, territorialidade, jurisdição e conflitos na América portuguesa: Pernambuco, século XVIII em *Ensaio sobre a América portuguesa*, Carla M. OLIVEIRA, Mozart Verguetti de MENEZES e Regina Célia GONÇALVES, org., João Pessoa: Ed. Universitária, 2009, pp. 93-95.

⁹⁰⁵ Assinam a carta da Câmara de Olinda, Domingos da Rocha, Luís da Costa Ferreira e José de Barros Falcão. Luís da Costa Ferreira tinha ligações ao «partido» opositor da Companhia, em 1770, um senhor de engenho parente seu assinou uma petição colectiva. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1777, abril, 23, Olinda]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9577.

vendia os escravos que deveriam abastecer estas capitanias para a praça do Rio de Janeiro, por cerca de 30 mil réis a menos, por cabeça⁹⁰⁶.

A Direcção vendia escravos para o Rio de Janeiro a preço mais baixo, porque ali o pagamento era em espécie (dinheiro) ou mesmo em ouro, enquanto em Pernambuco a venda era a prazo ou em mercadorias, o que elevava o preço da mão-de-obra⁹⁰⁷. Os valores arbitrados pela Direcção da Companhia sobre a venda dos escravos foram fonte permanente de insatisfação dos moradores de Pernambuco e as cartas da Câmara de Olinda, cuja queixa foi confirmada por uma outra da Câmara do Recife, demonstraram como os elevados preços cobrados pelos escravos na capitania de Pernambuco afectava muitos⁹⁰⁸.

O valor do preço dos escravos tem a ver com uma outra questão. Nos anos de monopólio da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba confirmámos que o comércio de escravos a partir de Angola era feito principalmente com manufacturas «reinóis». Os navios da Direcção da Companhia que saíam de Pernambuco carregados com açúcar, tabaco e jeribitas trocavam estes géneros por escravos, é certo, mas a maior parte da escravaria remetida ao Recife era repassada pelo administrador em Angola. A escravaria era adquirida com as mercadorias lisboetas vindas nos navios da Junta⁹⁰⁹.

No repasse do escravo aos navios da Direcção estava embutido o valor das manufacturas metropolitanas e o valor do lucro, o que inflacionava o preço dos captivos. A Direcção por sua vez repassava este «prejuízo» na venda de escravos aos habitantes da capitania. O valor dos fretes das embarcações também era repassado no valor da venda do escravo em Pernambuco⁹¹⁰.

⁹⁰⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1777, abril, 23, Olinda]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9577.

⁹⁰⁷ Como foi referido em capítulos anteriores, principalmente a partir de 1730, o Rio de Janeiro superou a Baía e tornou-se na capitania abastecedora da região das minas. Como nesta região a necessidade de mão-de-obra escrava era grande, Pernambuco abastecia o Rio de Janeiro que por sua vez abastecia a região das minas. Desde 1761 a Companhia tinha o direito de enviar os seus navios directamente ao Rio de Janeiro e lá vender escravos. Por conta da concorrência com os homens de negócio da praça carioca - que também eram negociantes de escravos -, a Companhia reservava sempre as melhores «peças» para serem vendidas no porto do Rio de Janeiro, conforme o ofício do governador José César de Meneses de 13 de julho de 1778. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

⁹⁰⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

⁹⁰⁹ Os preços da escravaria não eram os mesmos de uma compra feita directamente aos traficantes locais com géneros coloniais (açúcar, tabaco, cachaça e carne salgada). Maximiliano M. MENZ, «A companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico...», p. 57.

⁹¹⁰ O valor do frete das viagens entre Angola e Pernambuco era de cerca de 38%, na década de 1760. Este valor era obtido no momento da venda de escravos no Recife. Maximiliano M. MENZ, «A

Evidenciámos que o comércio de escravos era ponto de conflito entre a Junta e os vassallos em Pernambuco como evidenciam as cartas das Câmaras de Olinda e Recife. Na óptica da Junta a Companhia regularizou e ampliou o comércio de escravos na capitania, mantendo os preços estáveis. Mas para compreendermos a argumentação da Junta no que concerne a este comércio de escravos torna-se necessário levar em conta os ganhos dos homens de negócio que integravam a Junta em Lisboa.

Destacámos que a argumentação política com uma motivação económica estava presente e, algumas vezes, encoberta na comunicação política com os poderes centrais. Não foi apenas a Junta a recorrer a uma argumentação política que abonava o seu ponto de vista, também as câmaras o fizeram. Para entender o discurso aparentemente pragmático da Junta precisámos abordar a questão económica subjacente a este discurso.

Em nosso entendimento era relevante para a Junta, formada por homens de «grosso trato» da praça de Lisboa, manter a Companhia por mais vinte anos e uma das razões para a renovação do monopólio tinha a ver precisamente com o comércio atlântico de escravos.

A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba privilegiou o porto de Luanda para o resgate de escravos, retirando-se quase que totalmente da Costa da Mina, esta secundarização do entreposto comercial contribuiu para a decadência do trato negreiro entre Pernambuco e aquelas praças africanas. Foi em Luanda que a Junta instalou um administrador para cuidar da compra de captivos. Compra essa que se processava principalmente com manufacturas portuguesas. O fomento industrial pombalino teve nas companhias de monopólio um meio valioso para escoar fazendas produzidas no Reino. Perto de 74% dos africanos comprados em Luanda e enviados para o Recife foram pagos com fazendas reinóis. Num distante segundo lugar estavam as cargas enviadas de Pernambuco (20%), e apenas 6% das mercadorias das naus da Índia eram usadas na compra de escravos para Pernambuco⁹¹¹.

companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico...», p. 59. Por isso a queixa da Câmara procede, os escravos poderiam chegar aos 120 mil réis.

⁹¹¹ Maximiliano M. MENZ, «A companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico...», p. 57. Se a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba privilegiou Angola, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão privilegiou a Costa da Mina. Cerca de 60% dos africanos que entraram no Pará eram de Guiné, Cabo Verde e Serra Leoa. As Juntas em Lisboa muito lucraram com o comércio negreiro, cada companhia privilegiou um dos portos. A. CARREIRA, *As companhias pombalinas...*, p. 91.

Embora tenham saído mais embarcações do Recife para Angola do que de Lisboa para Angola, as naves reinóis carregavam valores muito maiores do que os provenientes da América portuguesa⁹¹². Além disso, no valor da carga, remetida de Lisboa, estavam incluídos o lucro e o frete, o que quer dizer que este escravo ao ser vendido em Pernambuco tinha de ter um preço bastante elevado, afinal fora comprado com carga importada e a Direcção tinha de pagar a carga remetida pela Junta.

Os anos de maior lucro no trato negreiro para a Junta em Lisboa foram os iniciais - 1761 a 1769 - e os já próximos do encerramento da Companhia (1774 -1779)⁹¹³. A nosso ver, os lucros proporcionados pelo trato negreiro foram um motivo relevante e não explícito na correspondência trocada entre a Junta e a Secretaria de Estado, comunicação que procurava justificar a renovação do monopólio.

Uma outra questão se levanta quando referimos o trato negreiro - e por estar directamente relacionada com este comércio - é a do declínio da produção de tabaco. No período da Companhia, a produção de tabaco que estava em expansão na primeira metade de Setecentos, declinou.

O fumo, desde o início do funcionamento da Companhia, perdera espaço para géneros considerados prioritários pela Companhia, caso do açúcar. Também porque durante toda a primeira metade de Setecentos o plantio do tabaco para exportação foi feito com base num modelo alternativo. Modelo que combinava agricultores pobres livres e comissários volantes contrabandistas. Com a instalação da Companhia aumentou a fiscalização sobre as áreas de produção e com a lei que extinguiu os comissários volantes houve uma redução no comércio de pequenas embarcações particulares para as praças africanas. O fumo era a moeda principal para o «resgate» de escravos na Costa da Mina, e o comércio negreiro na Mina decaiu a partir de 1730 por motivos já aqui analisados. Por isso não surpreende que o fumo não tenha sido um género que a Companhia em Pernambuco tenha priorizado e muito provavelmente o declínio da produção de fumo teve influência no aumento do preço médio do escravo⁹¹⁴.

⁹¹² AHU, Conselho Ultramarino, Angola. AHU, CU_001, Cx. 54, doc. 22.

⁹¹³ O ano de 1774 foi um ano excepcional, o valor das mercadorias de Lisboa utilizadas no comércio de escravos ultrapassou os 143 milhões de réis, em oposição aos cerca de 8 milhões de réis, valor das mercadorias oriundas do porto do Recife. ANTT, Junta de Lisboa, livros 470-471.

⁹¹⁴ Guillermo PALLACIOS, *Campesinato e escravidão...*, p. 73.

A municipalidade do Recife chamou a atenção para um outro problema: o confisco dos engenhos para pagamento de dívidas à empresa comercial, por parte dos homens de negócio que faziam parte da Direcção⁹¹⁵. Entre os vereadores da Câmara do Recife naquele ano encontramos o nome de José Vaz Salgado, o filho, que assinou petições colectivas do grupo que denominámos como «partido» opositor da Companhia⁹¹⁶. Também era vereador João da Costa Monteiro Júnior, que sendo sobrinho de um deputado e primo do outro, tinha interesse no encerramento da empresa comercial, pois além de avultadas dívidas para manter os seus negócios em funcionamento - couros e atanados - as suas fábricas de curtir couro tinham sido seriamente prejudicadas com a Companhia. Em 1761 foi apontado pela Direcção da Companhia como favorável aos interesses dos produtores de açúcar⁹¹⁷.

A manufactura de couros em Pernambuco ficou extremamente reduzida com a companhia pombalina e levou ao encerramento de muitas unidades produtoras. A política da Direcção era a de baixar o preço do couro curtido, incentivando o envio para Lisboa do couro em cabelo, que além de valer muito menos, beneficiava unidades fabris em Lisboa. A outra determinação da Direcção era para comprar solas brancas, porque estas eram mais baratas e poderiam ser novamente curtidas no Reino ou misturadas com as vermelhas, o lucro estaria embutido no preço final do produto acabado em Lisboa e não quando comprado nas fábricas do Recife⁹¹⁸.

É de salientar que os pontos mais relevantes das cartas centravam-se no confronto entre grupos dominantes locais: principalmente os «homens bons» das câmaras - que não negavam o seu partidismo e apoiavam os produtores de açúcar - e os homens de negócio ligados à Companhia⁹¹⁹. Estes foram os que solicitaram a criação de companhias de comércio para o negócio de escravos e do gado do «sertão» no ano de 1757, e que cedo

⁹¹⁵ A carta é datada de 1º de outubro de 1777, mas está anexada ao ofício do governador de 1778, julho, 13, Recife. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

⁹¹⁶ Seu pai, seu homónimo, foi accionista da Companhia mas nunca participou da Direcção. Os outros vereadores eram Manuel Torres Bandeira, João da Costa Monteiro e Pedro Fernandes Gama.

⁹¹⁷ O frete para transportar couros era o mesmo para transportar caixas de açúcar, mas os preços entre um e outro género foram sempre muito díspares.

⁹¹⁸ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, pp. 154-155.

⁹¹⁹ Nas duas cartas acima citadas, encontramos em cada Câmara ao menos um vereador relacionado com os grupos opositores à Companhia.

procuraram controlar o órgão de poder local que representava a companhia pombalina, a fim de usufruírem dos privilégios que a posição neste órgão lhes proporcionava⁹²⁰.

Segundo os oficiais da Câmara do Recife, por causa da companhia pombalina diversos homens de negócio tornaram-se senhores de engenho; isto é, o segmento da elite local que se relacionava com a produção de açúcar, de tabaco e com a pecuária, ao perder os seus engenhos e fazendas para a Companhia em pagamento de dívidas, via as suas antigas propriedades serem arrematadas, em leilões, pelos homens de negócio que faziam parte das redes relacionadas com a instituição pombalina⁹²¹.

Para exemplificar esta queixa referimos o caso do deputado da Companhia, e accionista originário, Luís Pereira Viana, que chegou na década de 20 de Setecentos no Recife. Era natural de Ponte de Lima e possuía origens humildes, mas por ser dos primeiros accionistas da instituição pombalina chegou a cavaleiro da Ordem de Cristo. Pereira Viana cedo inseriu-se nas principais redes mercantis da praça do Recife pois casou-se com a filha de Manuel Correia de Araújo, um comerciante de «grosso trato» relacionado com o trato negreiro, possuidor de grande fortuna. Luís P. Viana foi granadeiro, capitão e chegou a mestre-de-campo⁹²². Na sua trajectória, a partir da companhia pombalina, além de homem de negócio foi também senhor de engenho. Na década de 70 de Setecentos solicitou ao Conselho Ultramarino a medição do seu engenho São João Batista localizado na freguesia de Jaboatão. Engenho este que pertencia à família Bulhões, família da açucarocracia pernambucana, e que havia sido arrematado em hasta pública por Luís Viana⁹²³.

A existência de homens de negócio que se tornaram senhores de engenho não foi algo novo, nem algo que foi instituído a partir da Companhia. Contudo, a carta dos camaristas do Recife confirma o avanço deste segmento da elite - que se relacionava com o comércio -, sobre espaços tradicionais das antigas famílias, descendentes dos

⁹²⁰ Como analisado no capítulo 6. Maxwell defende que a autoridade do governo no Ultramar assentou também em alianças entre as elites locais e os administradores da Coroa. Para o historiador inglês, na segunda metade do século XVIII, a Coroa reconheceu e oficializou uma posição de autoridade para segmentos das elites coloniais e com isso correu riscos ao associar de forma tão próximo as elites coloniais à estrutura administrativa. Kenneth MAXWELL, *O marquês...*, p. 177.

⁹²¹ Eram directores ou funcionários da Direcção, os seus parentes e amigos. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_015, Cx. 130, D. 9807.

⁹²² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 64, D. 5432. AHU_ACL_CU_015, Cx. 183, D. 12739.

⁹²³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 123, D. 9367. George F. C. de SOUZA, *Tratos & Mofatras...*, p. 363.

«restauradores». As antigas famílias constataavam, cada vez mais, como estes homens de negócio se apropriavam dos cargos de representação política, postos de milícias e propriedade de terras, algo que antes era inerente a elas.

Os «principais da terra» - a chamada açucarocracia como bem definiu Evaldo Cabral de Mello⁹²⁴ -, sentiam que o seu espaço político estava a ficar cada vez mais circunscrito, tendo de disputar o prestígio de «ser senhor» com os novos proprietários de terra. Para estas elites açucareiras havia um verdadeiro sentimento de perda de poder, e a acção da Direcção da Companhia era vista por este segmento das elites como sendo a responsável pelo excessivo endividamento dos donos de engenho e pelo empobrecimento da capitania⁹²⁵.

Problemas como os acima citados foram comprometendo a gestão do comércio colonial por parte da Companhia. Junta e Direcção tinham conhecimento da situação conflituosa. Porém, não souberam ou não quiseram resolvê-la, e esta falta de acção contribuiu para que os moradores fossem construindo estratégias que minavam o domínio do comércio da capitania, domínio esse que pertencia à Direcção, pois era da sua alçada estipular os preços dos géneros comerciais controlando a entrada e saída dos produtos.

As estratégias primordiais da fracção das elites locais descontentes com a actuação da Companhia passavam pela comunicação com o centro político - por meio de requerimentos colectivos ou das câmaras - e o recurso ao comércio ilegal objectivando suprir as necessidades das suas fazendas e engenhos⁹²⁶. Destacámos que o aumento do contrabando também contribuiu para desacreditar a Direcção em Pernambuco. Principalmente porque diminuía o embarque da produção local nos navios da Companhia,

⁹²⁴ Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro Veio...*, pp. 155-162.

⁹²⁵ A representação dos senhores de engenho, lavradores de açúcar, agricultores de tabaco e demais povos de Itamaracá com data de 1770 reflecte bem este sentimento de perda de espaço social para os novos senhores oriundos da elite mercantil que se relacionava com a companhia pombalina. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_015, Cx. 108, D. 8393. Ver também Teresa C. N. MARQUES, «As dívidas do Senhor Jácome Lumachi...», p. 66.

⁹²⁶ No capítulo 5 demonstramos o papel do contrabando, enquanto estratégia destas elites para fazer oposição à Companhia. Sempre houve contrabando no comércio colonial, porém, no período em que a Companhia vigorou, o comércio ilegal aumentou de tal forma que a Coroa emitiu leis específicas e rígidas para quem o praticasse, além de cobrar dos governadores medidas restritivas e repressoras para quem utilizasse este recurso. O contrabando era feito principalmente em pequenas embarcações nos portos de Alagoas, comarca no sul de Pernambuco. As sumacas vinham carregadas da Baía com mercadorias semelhantes àquelas vendidas pela Companhia pombalina, porém, a preços reduzidos. O contrabando era aliciante por conta dos lucros que ocasionava, é certo, bem como, era uma forma de fugir do controlo da Companhia.

mas também porque os «contrabandistas» burlavam o monopólio ao enviarem as suas sumacas ao sertão, de forma legal, - com o pretexto de comprarem couros, carnes e sebo - e utilizavam as mesmas sumacas para passarem para portos limítrofes com a Baía. Naquela capitania o comércio era livre, os «contrabandistas» auferiam melhores preços pela arroba do açúcar, recebiam em dinheiro e não em fazendas supervalorizadas ou em letras, como a Direcção costumava pagar.

A Câmara de Olinda na sua carta de setembro de 1777 afirmava que os infractores, na sua grande maioria, eram os produtores de açúcar - senhores e lavradores de engenho - a câmara apontava o grupo social mas não dava indicação de nomes, afinal a estratégia de resistência continuava sendo ilegal.

A Câmara não os designava, mas a Direcção da Companhia sim. Para a Direcção, e por diversas vezes, e nas missivas à Junta, declarava que os contraventores eram o boticário José de Abreu Cordeiro, os senhores de engenho Afonso de Albuquerque e Melo, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque e outros que assinalámos como fazendo parte do «partido» opositor⁹²⁷.

A praça primordial para as trocas mercantis ilegais era Salvador. Era em Salvador que os «contrabandistas» se abasteciam de fazendas da Índia ou do Reino compradas por preços mais competitivos do que aqueles praticados pela companhia de monopólio⁹²⁸.

O comércio ilegal também poderia ser feito com o fluxo marítimo inverso, isto é, as embarcações vinham da Baía para a região circunvizinha ao Recife, na comarca de Alagoas, para negociarem os géneros da terra: tabaco, sola, mel e outras mercadorias, umas sem selo e outras com selo, vindas de Lisboa e da Baía, e os homens ligados ao comércio ilegal aproveitavam as oportunidades que surgiam para comprar, no Recife e arredores, caixas de açúcar, produtos derivados do couro e fumo. Isto acontecia mesmo existindo leis rigorosas para controlar o comércio ilegal⁹²⁹, o que acabava por afetar o comércio

⁹²⁷ Ver tabela nº 4. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. 1777, setembro, 17, Olinda. AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9656.

⁹²⁸ O governador chegou a informar o secretário de Estado que se a Companhia queria ver o contrabando findo devia vender os mesmos géneros pelos mesmos preços que os contrabandistas vendiam. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1777, setembro, 30, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9670.

⁹²⁹ Legislação sobre o contrabando. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta régia de 1769]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8276.

intercontinental controlado pela Companhia, particularmente as exportações de açúcar e tabaco⁹³⁰.

Ora, o comércio com o sertão não era do domínio da Companhia, contudo, todas as fazendas que emanavam do sertão ao entrarem nas capitanias monopolizadas tinham de ser comercializadas pela Direcção, não podiam sair do porto do Recife para as praças atlânticas, Lisboa, Baía ou Rio de Janeiro a não ser pelos navios da Companhia, mediante o pagamento de comissões. A fim de burlar este controlo, os contraventores aproveitavam o privilégio de poderem enviar as suas sumacas livremente para comprar fazendas no sertão e de lá, por meio de um comércio de cabotagem, escoavam as suas caixas de açúcar para capitanias cujo comércio era livre e cujo pagamento seria feito a pronto e em dinheiro. Esta foi uma das formas encontradas para fazer resistência às práticas mercantis implementadas pela Direcção⁹³¹.

Evidentemente torna-se necessário ressaltar que nas entrelinhas do discurso político - de cariz nativista ou com argumentos económicos - e do recurso ao comércio ilegal, os integrantes do «partido» opositor visavam retornar à situação existente antes da Companhia. Os grupos em disputa buscavam os seus próprios interesses económicos, o retorno ao comércio livre e de cabotagem beneficiava a muitos outros integrantes da sociedade que não estavam representados no grupo que fazia parte da Direcção da Companhia⁹³².

Grupo que, por desconfiança, não quis comprar acções da Companhia, como assinalou o governador Luís Diogo Lobo da Silva, quando informou ao secretário de Estado que havia convidado aos mais ricos e mais distintos da praça do Recife para ingressar na empresa comercial e que muitos haviam recusado. Entre os que não compareceram ao chamamento do governador ou simplesmente rejeitaram a entrada na Companhia, apontámos os grandes senhores de engenho, militares, os pequenos e médios mercadores

⁹³⁰ Não era incomum descobrir-se mercadorias de origem europeia, africana e indiana vendidas na praça do Recife com selo da Alfândega da Baía. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1779, fevereiro, 3, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 132, D. 9955. Sobre o comércio ilegal ver Ernst PIJINING, «Contrabando, ilegalidade e medidas políticas...», p. 399.

⁹³¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício anónimo ao conde de Oeiras. 1770, julho, 22, Recife]. AHU_ACL_CU_ Cx. 109, D. 8444.

⁹³² Estamos nos referindo ao grupo liderado pelos senhores de engenho, e composto na sua maioria por este segmento da sociedade, e também por mercadores, boticário, militares, produtores de solas e atanados e que faziam oposição à Companhia; esta por sua vez era apoiada por homens de negócio e mercadores, que na sua maioria accionistas da Companhia, e por negociantes que se tornaram senhores de engenho e ao menos um dono de fábrica de curtimento de couro (Luís da Costa Monteiro).

e alguns oficiais régios com actividades mercantis de pouca relevância mas que tinham embarcações pequenas e ligeiras, as sumacas, ligações com as praças do interior - acima do São Francisco chegando até o Ceará grande -, e com pequenos portos litorâneos limítrofes com a Baía.

A ausência de uma parte das elites da terra na companhia de monopólio - a fracção acima mencionada - acabou por favorecer de forma maioritária um outro grupo social dominante, o mercantil.

A instalação da Companhia interferiu no sistema comercial vigente e instituiu cerca de vinte homens de negócio, oriundos de redes mercantis diversificadas - criação de gado, comércio de couros, comércio atlântico de escravos ou o comércio interno com outras capitanias -, como os principais administradores do comércio de Pernambuco. Redes estas que poderiam estar relacionadas entre si por sociedades, parentesco ou casamento⁹³³.

Ao estabelecer condições de acção diferenciadas no comando do comércio colonial, com o aval da Coroa, a Companhia acabou por unir no seu interior elementos concorrentes, caso por exemplo dos já citados Manuel Gomes dos Santos e de Luís da Costa Monteiro, adversários nos negócios relacionados com o gado e com o contrato das carnes. A Companhia uniu opositores, confirmando o privilégio de todos os deputados enquanto grupo, fortalecendo a acção da Direcção no comando do comércio.

Se ao ser estabelecida a Companhia não suscitou protestos, a dinâmica comercial instaurada pela Direcção e as mudanças que quis implementar provocaram uma reacção nos grupos que ficaram de fora da companhia pombalina, seja por indiferença ou por desconfiança, como foi o caso da açúcarocracia.

Os interesses opostos dos «partidos» em disputa embateram, e a resistência avançou de forma persistente a partir de 1768, agudizando-se na década de 1770, como abaixo voltaremos a enfocar.

⁹³³ No capítulo 5 foi demonstrado como os primeiros accionistas foram os mesmos que enviaram a Coroa as propostas para companhias de comércio. Cedo estes homens de negócio perceberam que mais valia unirem esforços e sociedades a fim de aumentarem o património pessoal. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Ofício do governador, 1757, maio, 18. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6948. Também foi demonstrado como os grandes comerciantes estavam ligados por sociedade ou por matrimónio. Caso de Domingos Pires Ferreira sócio de José Vaz Salgado, Manuel Correia de Araújo, sogro de Vaz Salgado e Domingos da Costa Monteiro genro de Vaz Salgado. Manuel Gomes dos Santos e José Timóteo eram sogro e genro e António José Souto era sobrinho de Manuel Afonso Rigueira. Todos eram accionistas originários e a maioria fez parte da Direcção da Companhia.

8.3 Dinâmicas comerciais em descompasso: a argumentação política da Junta em Lisboa e as acções da Direcção em Pernambuco

Com o final da década de 1770 aproximava-se o fim do período de monopólio da Companhia, a sua congénere, a Companhia do Grão Pará e Maranhão, já havia sido extinta a 5 de janeiro de 1778⁹³⁴. O afastamento do marquês de Pombal da pasta do Reino e das Mercês, após a morte do rei D. José I, influenciou na disposição dos moradores em escreverem à nova monarca, com mais vigor e frequência, solicitando o fim da Companhia, porque era notório que o ministro protegera até então as Companhias que tinha instituído⁹³⁵.

Destacamos dois exemplos sobre a falta de coordenação entre os órgãos que geriam a Companhia⁹³⁶. O primeiro deles diz respeito à ausência de fiscalização da Junta às medidas que estabelecia como sendo de cumprimento obrigatório. A Junta havia sugerido ao secretário de Estado, em ofício com data de 17 de janeiro de 1771, o envio de fiscais para analisar as contas da Direcção em Pernambuco; havia proposto a troca dos elementos da Direcção por funcionários enviados de Lisboa e Porto, que teoricamente não estariam ligados às elites locais, nem fariam parte delas. Duas medidas que poderiam dinamizar o lucro do organismo mercantil e limitar o *modus operandi* dos directores da Companhia⁹³⁷. Em 1778 nenhuma das propostas fora implementada e a Companhia continuava a ser gerida localmente pelos mesmos indivíduos que, desde a sua institucionalização em 1759, a comandavam⁹³⁸, sem interferência por parte de Lisboa, seja da Junta ou das secretarias de Estado.

⁹³⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, fevereiro, 13, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9736 e D. 9737.

⁹³⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1777, novembro, 19]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9686. A Consulta faz uma análise de várias petições dos lavradores, senhores e fabricantes da capitania de Pernambuco e da Paraíba, e das câmaras de Olinda, Recife, Sirinhaém contra a Companhia, todas feitas após o afastamento de Pombal.

⁹³⁶ Carta da Junta nos anexos do processo: AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Processo. 1778, agosto, 10, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9833.

⁹³⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Processo contendo ofícios e pareceres da Junta em Lisboa. 1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507, fls.37-70.

⁹³⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Processo. 1778, agosto, 10, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9833.

O segundo exemplo da falta de coordenação entre Junta e Direcção diz respeito ao pagamento das dívidas, que em 1771, tinham de dez anos⁹³⁹. Em 1778 a Junta ordena que até a safra seguinte estas dívidas precisariam ser liquidadas. A Direcção não cumpriu esta ordem integralmente, nem em 1771 nem em 1778, pois caso tivesse sido cumprida iria atingir o intendente e os deputados em primeiro lugar⁹⁴⁰.

Quase uma década depois do extenso relatório da Junta à Secretaria de Estado (1771), em 1778, confirmamos que nenhuma medida tinha sido tomada para limitar as acções da Direcção.

Um dos principais pontos de atrito entre Junta e Direcção dizia respeito à não aprovação dos métodos utilizados pela Direcção na concessão de créditos aos moradores de Pernambuco e, principalmente, os adiamentos sucessivos da cobrança dos empréstimos concedidos⁹⁴¹. Para a Junta, essa prática estava na origem das avultadas obrigações monetárias contraídas pelos habitantes e era um dos obstáculos à sua cobrança⁹⁴². Apesar de na carta da Junta à rainha culpar os moradores de Pernambuco de forma generalizada, a Junta tinha conhecimento que os grandes devedores da instituição pombalina eram os próprios deputados da Companhia, seus familiares e os funcionários da instituição em Pernambuco⁹⁴³.

⁹³⁹ Em 1771 as dívidas com 10 anos já haviam sido referidas. Voltam à tona no ofício da junta de 1778. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507, fls. 2-6. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Processo. 1778, agosto, 10, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9833.

⁹⁴⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Processo. 1778, agosto, 10, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9833. Em 1780, a Junta tornou a referir os mesmos problemas: a distribuição indiscriminada de créditos por parte dos deputados em Pernambuco para moradores que deviam grandes somas em dinheiro. Ver o 6º documento em anexo à carta da Junta à rainha, datada de 1780, abril, 20, Lisboa. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Processo. 1778, agosto, 10, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10156.

⁹⁴¹ Como os principais devedores da Companhia eram os administradores dela em Pernambuco, era natural que relutassem em pagar tão grandes empréstimos. No ano de 1779, a própria Direcção ao listar os principais devedores à Companhia autoneomeia-se: António José Souto devia mais de vinte e três contos de réis; Manuel José dos Santos, mais de vinte um contos de réis, Julião Lumachi, mais de vinte e oito contos de réis, Jácome Lumachi mais de 13 contos de réis; José Gomes dos Santos mais de sete contos de réis, entre outros. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Relação do ano de 1779 em anexo à carta da Junta à rainha datada de 1780. AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10156.

⁹⁴² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Processo. 1778, agosto, 10, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10156. AHU_ACL_CU_015, Cx. 125, D. 9490; AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9736.

⁹⁴³ Ofício da Junta para a Direcção de 1778, fevereiro, 13: sobre se acharem inteiramente incobráveis e perdidos os cabedais da dita Companhia por se ter encontrado um grande número de devedores, incluindo mercadores, negociantes, empregados a serviço da mesma e seus parentes, e ordenando que se façam as cobranças necessárias. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9736

Ao analisarmos as listas de devedores de 1776 e de 1778 identificámos indivíduos ou famílias com ligações à Companhia pombalina. Sobressaem alguns nomes, o que nos leva a crer que dentre as elites mercantis que se relacionavam com a empresa comercial, identificadas na tabela nº 5, havia grupos que formavam uma rede mais próxima que apoiava e participava da Companhia, seja por fazer parte do quadro de funcionários, pela compra de acções ou por participar na Direcção da Companhia ao longo do período de monopólio⁹⁴⁴.

Estamos a referir-nos às famílias Lumachi, Sampaio, Viana e Monteiro ou casos individuais como o do homem de negócio António José Souto que durante a maior parte das décadas de 1760 e 1770 foi o intendente da Companhia em Pernambuco.

Um dos casos mais representativos é o da família Lumachi, funcionários da Direcção que nunca fizeram um só pagamento da grande dívida contraída para com esta - de mais de quarenta e um contos de réis -, durante o período de monopólio (1759-1779)⁹⁴⁵.

Segundo o estudo de Teresa Marques, a família Lumachi era provavelmente de origem italiana e fixou-se em Pernambuco nos anos 60 de Setecentos⁹⁴⁶. Julião Lumachi assentou em Portugal no ano de 1759 e, com os seus conhecimentos de contabilidade, aproximou-se da elite mercantil lisboeta. Beneficiado pelas relações políticas que granjeou com os principais homens de negócio da praça de Lisboa, como os Quintela e os Calvet, passou a Pernambuco em 1763, a fim de cuidar das contas da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Na capitania, casou com uma Albuquerque, uma das principais famílias da terra⁹⁴⁷. O mesmo ocorreu ao seu irmão, Jácome Lumachi, que o acompanhou ao Recife e casou com uma Melo, Maria da Conceição e Melo. As cunhadas eram primas entre si⁹⁴⁸.

⁹⁴⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco.

⁹⁴⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Requerimento de Julião Lumachi justificando a sua dívida à Companhia. AHU_ACL_CU_015, Cx. 135, D. 10103. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Processo. 1778, agosto, 10, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9833.

⁹⁴⁶ Teresa C. N. MARQUES, «As dívidas do Senhor Jácome Lumachi...», p. 65.

⁹⁴⁷ Ver também *De João de Albuquerque e sua sucessão*, RIAHGP, vols. 29-30, p. 181. Ana Tereza era filha de Maria de Albuquerque com um reinol. As propriedades da família Albuquerque distribuíam-se por várias propriedades situadas, sobretudo, nas freguesias de Goiana e de Itamaracá *apud* Teresa C. N. MARQUES, «As dívidas do Senhor Jácome Lumachi...», p. 65.

⁹⁴⁸ Ver também Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Feitos Findos. Caixa 9, maço 7, pasta 6; ANTT *apud* Teresa C. N. MARQUES, «As dívidas do Senhor Jácome Lumachi...», p. 65 e ss.

Já no Recife, Jácome adquiriu dez acções da Companhia, número suficiente para alcançar a condição de nobreza civil, ou adquirida, e poder gozar do privilégio de foro do júízo privativo da Companhia. Essa medida, associada aos bons casamentos, ratificou a ascensão social dos irmãos, que continuou com a realização de lucrativos negócios conseguidos a partir do ambiente criado pela Companhia.

Porque possuíam um conhecimento interno do funcionamento da Direcção, os irmãos Lumachi ficaram em posição de saber, com antecedência, os preços pelos quais esta instituição compraria o açúcar e arremataria os principais contratos da capitania. Além disso, esses dois irmãos teriam conhecimento de quais eram os senhores de engenho que estavam em ruína, a ponto de não conseguirem pagar as suas dívidas. Desta forma, os Lumachi poderiam comprar propriedades, a preços baixos, a senhores de engenho endividados. Com todos estes benefícios, tornaram-se senhores de engenho e proprietários de embarcações⁹⁴⁹.

Os Lumachi eram letrados, oficiais régios, homens de negócio e proprietários de terras e de escravos, sendo difícil definir o lugar social que cabia a qualquer um deles. Julião é citado na documentação como sendo funcionário da Companhia e também como proprietário de terras e embarcações. E o seu irmão Jácome é referido como um comerciante de grosso trato, com carreira militar, capitão da cavalaria auxiliar, além de ser senhor de engenho⁹⁵⁰. Conforme defende Teresa Marques, o lugar social impreciso destes irmãos acompanha a «ambiguidade institucional da Companhia, [...] erigida como um negócio privado, dirigida por accionistas eleitos por seus pares, mas [com] actividades vigiadas e tuteladas pela Coroa»⁹⁵¹.

A nosso ver, os irmãos Lumachi aproveitaram-se das facilidades que tinham como funcionários da Companhia em Pernambuco, tomaram empréstimos avultados e diversificaram as suas actividades económicas. Passaram de funcionários a «senhores» e a homens de negócio num espaço de 20 anos. Os Lumachi casaram com filhas das principais famílias da terra - amealharam fortuna, escravos e propriedades -, algo de muito importante numa sociedade tão hierarquizada quanto a colonial. Os irmãos compraram

⁹⁴⁹ Nas justificações que Julião Lumachi deu à Coroa referente às suas dívidas à Companhia refere os seus bens e propriedades. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 135, D. 10103.

⁹⁵⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Requerimento do capitão de Cavalaria Auxiliar da Boa Vista, Jaques Lumachi]. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 122, D. 9324.

⁹⁵¹ Teresa C. N. MARQUES, «As dívidas do Senhor Jácome Lumachi...», p. 66.

engenhos, fazendas de gado, escravos, embarcações para o comércio de gado do sertão e possuíam ao menos uma loja de mercadorias na vila do Recife. Para além dos irmãos, também os seus filhos constavam na lista de grandes devedores à Companhia no ano de 1778: José Pedro Lumachi devia quase 9 contos de réis e Manuel Francisco Lumachi quase 10 contos de réis⁹⁵².

Eram o exemplo mais irrepreensível daquilo que a Junta apontava desde 1771: que o capital enviado de Lisboa para desenvolver a agricultura e o comércio pernambucano fora desviado por aqueles que controlavam a Direcção em Pernambuco, para os seus funcionários, familiares e amigos⁹⁵³.

Destacamos outros casos, para além do exemplo da família Lumachi, a fim de realçar o alcance que a questão das dívidas de algumas famílias que passaram pela Direcção da Companhia gerou nas contas da instituição. A facilidade dos deputados da Companhia - todos tendo como principal actividade o comércio -, em dispor dos capitais remetidos pela Junta, na forma de empréstimos, e de adiar, de forma quase indefinida, o pagamento dos mesmos, comprometeu a continuidade de novos envios, prejudicando, principalmente, sectores das elites relacionadas com a produção de açúcar, tabaco e manufactura de couros.

Veja-se o caso de António José Souto, homem de negócio na praça do Recife, natural de Lisboa, intendente da Direcção em muitas gestões aos longos dos vinte anos do monopólio da Companhia, sendo a última no ano de 1775⁹⁵⁴. Antes de participar na Companhia, as suas actividades mercantis relacionavam-se com o trato negreiro e com o comércio de gado. A. José Souto foi um dos homens de «grosso trato» que assinou as representações ao rei solicitando a criação de duas companhias de comércio em 1757⁹⁵⁵.

⁹⁵² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9736.

⁹⁵³ Parecer da Junta. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507, fls. 37-70. Aviso de Melo e Castro ao Governo de Pernambuco por conta das dívidas dos directores da Companhia. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fls. 195-197v.

⁹⁵⁴ Souto só não foi intendente na primeira e na última gestão. Mas foi accionista originário e deputado durante a vigência da Companhia. Lista dos accionistas originários em anexo ao ofício do governador: AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao conde de Oeiras de 1759, março, 12, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7215.

⁹⁵⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador. 1757, maio, 21, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965.

Souto possuía o hábito da Ordem de Cristo, com tença, concedido por D. José I, pois foi beneficiado pelo estatuto da Companhia, de 1759, que concedia aos accionistas originais o direito de concorrer aos hábitos de cavaleiro das ordens militares com dispensa⁹⁵⁶. O intendente tinha uma alta patente militar, era mestre-de-campo do Terço de Auxiliares de Pernambuco e no ano de 1777 arrematou o contrato dos Dízimos de Pernambuco⁹⁵⁷. Mas este não foi o primeiro contrato arrematado, no início da década de 70 de Setecentos, quando ainda era capitão-mor de Ordenanças, e já intendente da Companhia, arrematou o contrato das carnes e do açúcar da capitania de Itamaracá⁹⁵⁸.

No ano de 1780 o nome do ex-intendente constava na lista dos devedores e era um dos que mais devia à Companhia, lista que foi enviada pelo governador ao secretário de Estado e que será analisada com maior detalhe posteriormente⁹⁵⁹.

O antigo intendente, aproveitando-se da sua posição na Direcção e da facilidade para usufruir os créditos da Companhia, resolveu diversificar suas actividades comerciais, tomando grandes empréstimos, utilizados na arrematação de contratos e na montagem de uma fábrica de anil. Como esta não deu certo acabou por amargar uma dívida superior a trinta e seis contos de réis, uma das maiores dívidas da lista que foi remetida pelo governador César de Meneses à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar⁹⁶⁰.

Outro caso que merece destaque é o do deputado da gestão da Direcção eleita em 1776, Francisco Carneiro de Sampaio, e dos seus familiares, Manuel Carneiro de Sampaio e Inácio Carneiro de Sampaio, que deviam, respectivamente, mais de dezoito contos de réis, dez contos de réis e seis contos de réis⁹⁶¹. Ressalta-se ainda que, Francisco Carneiro de Sampaio, na mesma época em que foi deputado da Direcção da companhia pombalina, arrematou o contrato de vinhos e aguardentes da capitania de Itamaracá⁹⁶².

⁹⁵⁶ ANTT, Registo Geral de Mercês, D. José, Livro 21, fl. 216

⁹⁵⁷ ANTT, Registo Geral de Mercês, D. José, Livro 24, fl. 144. AHU_ACL_CU, Contratos reais da capitania de Pernambuco, Cod. 1827, fl. 3v.

⁹⁵⁸ Clara F. ARAÚJO, «O trato dos homens de negócio de Pernambuco...», cap. 2, p. 66.

⁹⁵⁹ Devia mais de 30 contos de réis. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Lista de devedores de 1780, julho, 27]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

⁹⁶⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Lista de devedores de 1780, julho, 27]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206. Em 1780 havia pago exactamente metade da dívida de mais de 36 contos.

⁹⁶¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador. 1776, novembro, 29, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 125, D. 9491.

⁹⁶² Clara F. ARAÚJO, «O trato dos homens de negócio de Pernambuco...», cap. 2, p. 66.

Foi Manuel Carneiro de Sampaio que, em 1757, assinou a representação para a criação da companhia de «resgate» de gado do sertão como sendo homem de negócio da praça do Recife. Os «Sampaio» tinham como principal actividade o comércio, contudo a relação que tinham com a companhia pombalina rendeu a Manuel Carneiro de Sampaio a propriedade de dois engenhos. No período final da Companhia, nos anos de 1779 e 1780, encontramos pedidos de tombamento e demarcação das terras de engenhos que passaram ao património da família⁹⁶³. Em 1780 Manuel Carneiro de Sampaio aparece na lista de devedores como sendo senhor do engenho do Poço e com uma dívida superior a 9 contos de réis⁹⁶⁴.

Além dos irmãos Lumachi e dos irmãos Sampaio outras famílias também estavam ligadas ao «partido» da Companhia, caso da família Viana e da família Monteiro, e ao trato mercantil.

Sobre os Viana, no final da década de 60 de Setecentos, o governador de Pernambuco ao acusar um dos irmãos de contrabando acabou por demonstrar como esta família de homens de negócio estava ligada a duas actividades aparentemente paradoxais: o comércio ilegal de caixas de açúcar e a gestão da Companhia pombalina.

O alegado contrabandista era o homem de negócio Francisco de Passos Viana, toda a sua família estava ligada ao trato mercantil, eram homens de negócio da praça do Recife. Um deles era também capitão (Luís Pereira Viana), outro era escrivão da conservatória (João Martins Viana) e o terceiro era director da Companhia no ano de 1769, Luís de Faria Viana⁹⁶⁵.

Confirmando a relação directa existente entre a arrematação de contratos e a Direcção da Companhia - que será tratada com mais vagar no próximo capítulo -, constatámos que integrantes da família Viana arremataram três dos principais contratos da capitania de Pernambuco entre 1777 e 1779.

⁹⁶³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador. 1757, maio, 21, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965. Em 1779 pede o tombamento das terras do seu engenho Possósito, em Jaboatão, e em 1780 o mesmo para o engenho Quintiduba. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco, AHU_ACL_CU_015, Cx. 133, D. 9975. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10200.

⁹⁶⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Lista de devedores de 1780, julho, 27]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

⁹⁶⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador de 1769, abril, 30, Recife]. AHU_CU_015, Cx. 107, D. 8284.

Luís Pereira Viana foi contratador do tabaco, do direito dos escravos da Costa da Mina e dos vinhos; o deputado da Direcção João António de Amorim Viana foi contratador do açúcar em 1777⁹⁶⁶. O que acrescenta mais um elemento na acusação da Junta de que havia uma relação entre a Direcção da Companhia e a arrematação de contratos, isto é, de que havia um desvio dos capitais que a Junta enviava e que beneficiava apenas os directores da Companhia que usavam estes capitais para dar lanços nos contratos em Pernambuco e em Itamaracá.

Além disso, encontrámos outros elementos da família Viana na lista de devedores de 1780 a dever quantias muito elevadas. Também eles foram beneficiados pelos capitais remetidos de Lisboa que visavam o melhoramento das produções agrícolas. Estes indivíduos eram homens de negócio da praça do Recife identificados nas listas de devedores como comerciante de «grosso trato». Casos de André Viana e João Viana, devedores de quase dois contos de réis, cada um; bem como, de António de Faria Viana, o caso mais expressivo da família, que em 1780 devia mais de 35 contos de réis⁹⁶⁷.

Outro exemplo são os irmãos Monteiro, João e Luís da Costa Monteiro, que se estabeleceram no Recife no início do século XVIII⁹⁶⁸. Os irmãos alternaram a arrematação do contrato do subsídio das carnes, desde 1728, entre si ou através de associados, caso de José Gomes da Silveira (1728-1731). Em 1764 quando o contrato passou a ser arrematado por uma outra família, a dos Santos, a família Monteiro pareceu não ter sofrido monetariamente com isso, visto que era dona de fábricas de atanados, na Boa Vista, e portanto, convergiram para elas os couros que resultassem do contrato das carnes⁹⁶⁹.

Sobre a manufactura de couros, ressaltámos que na década de 1770 a situação dos donos de fábricas mudou drasticamente. Isto porque a Companhia não investiu no negócio do couro, o que ocasionou a baixa dos preços, prejudicando seriamente o comércio deste género. Em 1777 os produtores de sola informavam a Coroa que dos 20 curtumes que

⁹⁶⁶ AHU_ACL_CU_Contratos de Pernambuco, Cod. 1827, fls. 3-21.

⁹⁶⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Lista de devedores de 1780, julho, 27]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

⁹⁶⁸ George F. de SOUZA, *Tratos & Mofatras...*, p. 98.

⁹⁶⁹ Manuel Gomes dos Santos, em seu nome, ou de seus sócios retiraram da família Monteiro a arrematação de tão importante contrato. Clara F. ARAÚJO, «O trato dos homens de negócio de Pernambuco...», cap. 2, p. 98.

existiam antes da Companhia, e que remetiam 70. 000 (meios) de sola para Lisboa, apenas 3 sobreviveram, um deles foi o do deputado da Companhia Luís da Costa Monteiro⁹⁷⁰.

Destacamos que nas Direcções da Companhia, ao longo dos vinte anos de monopólio, sempre houve a presença de um dos Monteiros. Na primeira Direcção, a de 1760, Luís da Costa Monteiro foi eleito deputado, também foi deputado em 1770 e 1775. Na última composição da Direcção, empossada em 1776, o representante da família foi Domingos da Costa Monteiro, filho de Luís da C. Monteiro⁹⁷¹.

Com a proximidade do término dos vinte anos do monopólio da instituição pombalina, encontramos pelo menos cinco avisos da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar ao Governo da capitania de Pernambuco. Nessas missivas o secretário Martinho de Melo e Castro insistia sobre os excessos cometidos pela Direcção em Pernambuco, configurados na falta de responsabilidade e de capacidade dos seus deputados gerirem a mesma, e na culpa que tinham na suposta «decadência» tão propalada nas queixas que de Pernambuco davam entrada nas instituições do poder central⁹⁷².

Para o secretário de Estado, a culpa pela formação de «partidos» e pelas divergências entre os vassalos e a Companhia era da Direcção em Pernambuco, por causa das suas acções negligentes e não da Junta em Lisboa. Contudo, apesar da comprovação que a Junta estava atenta ao que ocorria em Pernambuco, em virtude da correspondência activa com a Direcção - principalmente entre os anos de 1768 e 1778 -, salientámos que não houve uma fiscalização eficaz da Junta ou da Secretaria de Estado para confirmar se as ordens de Lisboa eram ou não cumpridas pela Direcção em Recife.

De igual modo, também não ocorreram mudanças visíveis na prática administrativa da Direcção que indicassem que a Junta era ouvida, respeitada ou temida por parte dos homens de negócio que dominavam a Companhia em Pernambuco.

⁹⁷⁰ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p. 147.

⁹⁷¹ AHU_ACL_CU_CU_015, Cx. 125, D. 9491. No ano de 1780 a família Monteiro devia à Companhia cerca de doze contos de réis. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Lista de devedores de 1780, julho, 27]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

⁹⁷² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fls. 187-215.

Salienta-se também que praticamente não houve variações na composição da Direcção em Pernambuco. Os mesmos homens de negócio da praça do Recife repetiam-se a cada nova eleição entre os accionistas. Isto é, houve um monopólio por parte de duas dezenas de indivíduos na gestão do comércio da capitania, nos vinte anos de funcionamento da Companhia, conforme é possível ver na tabela abaixo.

Tabela 6: composição da Direcção entre 1760-1780.

1760	1770	1776
Intendente João de Oliveira Gouvim	Intendente António José Souto	Intendente Manuel Gomes dos Santos
António José Souto		António José Souto
	Francisco Carneiro de Sampaio	Francisco Carneiro de Sampaio
António Francisco Monteiro		António Francisco Monteiro.
Manuel Afonso Rigueira	Paulo Pereira Guimarães	João Afonso Rigueira familiar de Manuel Afonso Rigueira.
António Pinheiro Salgado	Luís Pereira Viana.	Luís Pereira Viana
Luís da Costa Monteiro		Domingos da Costa Monteiro - filho de Luís da Costa Monteiro. Homem de negócio (couros e atanados).
Manuel Gomes dos Santos	Manuel Gomes dos Santos	Manuel Gomes dos Santos. Foi deputado em pelo menos duas ocasiões: 1760, 1770. Intendente em 1776.
Francisco Xavier Fetal	Francisco Xavier Fetal	José Timóteo Pereira de Bastos. Genro de Manuel Gomes dos Santos.

Henrique Martins. (Irmão do homem de negócio de Lisboa João Henrique Martins)	António José Brandão. Homem de negócio e capitão-mor da capitania de Pernambuco.	António José Brandão.
José Bento Leitão	Henrique Martins. Accionista originário em 1759.	Luís Moreira de Carvalho
Manuel Correia de Araújo. (Falecido em 1765)	Manuel de Almeida Ferreira	Patrício José de Oliveira. Homem de negócio, capitão e senhor de engenho. Também estava ligado aos negócios de couro e carne do sertão.

Fontes: AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536. AHU_ACL_CU_015, Cx. 125, D. 9490.

Algumas famílias, caso dos Santos, Monteiro, Sampaio, tiveram presença constante na Direcção ao longo do período de monopólio. Assim como o homem de negócio António José Souto, que só não foi intendente na primeira e na última Direcção. Para além de todos terem como principal actividade o comércio, praticamente foram os mesmos que assinaram as duas petições de 1757, solicitando o aval da Coroa para estabelecerem companhias para o resgate de gado do sertão e de escravos na Costa da Mina. As únicas excepções que não constam nos pedidos de 1757 foram Manuel Afonso Rigueira e José Timóteo Pereira de Bastos. Contudo, ambos faziam parte da rede mercantil de Manuel Gomes dos Santos, por serem sócios e por serem família. Gomes dos Santos era genro do primeiro (M. Afonso Rigueira) e sogro do segundo (Pereira de Bastos).

Na correspondência da Junta de 1778, endossada pelo secretário de Estado, outra matéria se destaca, e pela repercussão que o secretário de Estado deu ao assunto, realçamos aqui o envio de caixas de açúcar por «particulares» nos navios da Companhia⁹⁷³.

Para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o comércio feito por «particulares» era um indício de que a alegada «miséria e pobreza» que os moradores afirmavam nos seus requerimentos e cartas não correspondia à realidade. O secretário constatou nos mapas de cargas dos navios que o envio de caixas de açúcar por

⁹⁷³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, agosto, 10, Queluz]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9832. Ofício do secretário de Estado da Marinha e Ultramar ao governador José César de Meneses. Ofícios da Junta em AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9833.

senhores e comerciantes, que não vendiam as suas caixas à Companhia, aumentara desde a institucionalização da Companhia em Pernambuco. Em 1777 tinham sido quase duas mil as caixas de açúcar enviadas por «particulares» para serem vendidas em Lisboa e no Porto⁹⁷⁴. Era uma modalidade de resistência, aqui entendida não como o prelúdio de uma sublevação que poderia vir a ocorrer, mas como uma forma destes indivíduos protegerem interesses próprios.

Esse aumento explica-se pelo facto de estes «particulares» terem tido conhecimento de que os preços na Europa estavam mais altos e que era melhor arriscar e enviar caixas de açúcar por conta própria, do que vender à Companhia na capitania por preços baixos ou permutá-la em Pernambuco por outras mercadorias. Embora em Lisboa se vendessem primeiramente as mercadorias que a companhia pombalina comprava dos moradores, os particulares reconheciam que era vantajoso enviar os seus géneros pelos navios da empresa, tal como era obrigatório, e vendê-los através dos seus procuradores ou mesmo através dos agentes da instituição pombalina.

A diferença entre vender as suas caixas de açúcar em Pernambuco à Companhia ou enviá-las à sua custa e vendê-las em Lisboa era o valor alcançado pela arroba, um preço muito mais alto do que se comercializassem o seu açúcar com a Direcção em Pernambuco. Esta era mais uma estratégia utilizada por parte das elites locais para resistirem aos preços fixados pela empresa comercial⁹⁷⁵.

Nos anos finais do monopólio houve um aumento do número de géneros da terra enviados por homens de negócio, senhores de engenho e lavradores que não eram devedores à Companhia - os chamados «particulares» -, aumento visível nas listas de cargas dos navios da instituição comercial, principalmente no que concerne ao envio de caixas de açúcar. A nosso ver, essa foi uma outra forma que os opositores encontraram para confrontar a política de preços deste órgão comercial, que consistia em comprar a produção local por preços que ela mesma taxava, muito abaixo dos preços pelos quais

⁹⁷⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, agosto, 10, Queluz]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9832.

⁹⁷⁵ Os particulares alcançariam em Lisboa o mesmo preço que a Companhia alcançava quando leiloava os produtos coloniais na capital, um valor bem mais elevado do que o estipulado pela Direcção em Pernambuco. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, agosto, 10, Queluz]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9832. Em 1778 cerca de 42% das caixas de açúcar enviadas ao Reino eram destes particulares.

seriam vendidos em Lisboa. Mas ressaltamos que não apenas os opositores beneficiaram desta permissão.

No que respeita ao açúcar, de 1777 a 1780, a arroba era comprada em Pernambuco pela companhia pombalina por 1.850 réis e era vendida em Lisboa, em 1777, por 2.210 réis e, em 1780, por 2.663 réis. Se a Companhia optasse por vender o açúcar na praça de Londres, através dos seus procuradores, em 1777, a arroba rondaria 5.823 réis e, em 1780, a 6.645 réis⁹⁷⁶. Com preços tão elevados o envio por particulares disparou no final da década de 70 de Setecentos, só no ano de 1777 mais de 42% das caixas de açúcar remetidas nos navios da Companhia para Lisboa pertencia aos chamados «particulares»⁹⁷⁷.

Esses «particulares» optavam por não vender as suas caixas de açúcar ao braço local da Companhia no Recife, preferindo pagar uma percentagem de 4% de comissão para poderem enviar as suas produções ao Reino, através dos navios da Companhia. Isto é, só os mais ricos senhores e comerciantes tinham capital para usufruir desta prerrogativa. Estes «particulares», provavelmente não deviam à Companhia ou tinham dívidas insignificantes, pois se devessem a Companhia retiraria o valor da dívida aquando do pagamento dos géneros enviados de forma particular, vendidos em Lisboa. Os «particulares» quase sempre recebiam o pagamento das suas produções em dinheiro ou em letras e utilizavam a moeda para comprar géneros que vinham da Baía, através do comércio ilegal, uma vez que a política monopolista da Companhia fazia dela a única que poderia vender fazendas, alimentos, escravos e outros bens na capitania de Pernambuco.

O artigo 30 do estatuto da Companhia - já mencionado anteriormente -, estabelecia que, não havendo acordo entre as partes, no que dizia respeito à compra ou permuta dos produtos coloniais, estariam livres os «senhores dos géneros» da terra de fazer uso dos navios da Companhia. Estes navios eram obrigados a transportar os géneros dos «particulares», vendê-los junto com os seus e repassar o produto da venda sem demora aos produtores de açúcar, couros e tabacos na capitania, mediante uma taxa de comissão paga à Direcção. Contudo tal não ocorria. Os navios levavam as cargas dos «particulares», mas a Companhia poderia levar de um a dois anos a fazer os pagamentos em dinheiro ou

⁹⁷⁶ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p. 140.

⁹⁷⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 132, D. 9924.

em letras⁹⁷⁸. Os homens de negócio mais abastados iam para Lisboa a bordo dos navios da Companhia a fim de tratarem eles próprios das vendas das suas mercadorias e caixas de açúcar.

A partir da análise da documentação sobre a companhia pombalina, conseguimos inferir que, em 1760, entre os «particulares» estavam os accionistas Domingos Pires Ferreira e o mestre-de-campo José Vaz Salgado, (pai), ambos comerciantes de «grosso trato». O primeiro entrou na Companhia com uma embarcação de pequeno porte, o segundo, com uma corveta e uma galera⁹⁷⁹, e com frequência ambos enviavam de forma particular caixas de açúcar para Lisboa mesmo tendo participação na companhia pombalina⁹⁸⁰.

No ano de 1761 podemos apontar quais os accionistas e quais os deputados da Companhia no Recife que enviaram caixas de açúcar na qualidade de «particulares». Assinalamos desde já que toda a Direcção o fez, com excepção de Luís da Costa Monteiro, dono de fábrica de atanados.

Listamos abaixo os homens de negócio que geriam a Companhia ou que tinham relações comerciais bem conhecidas com a Direcção em Pernambuco, e que em 1761 compraram caixas de açúcar aos senhores de engenho e lavradores e enviaram para Lisboa nos navios da Companhia. Fizeram-no por sua conta e risco, a fim de se beneficiarem dos preços que o açúcar alcançava na praça de Lisboa, na qualidade de «particulares»⁹⁸¹. Alguns viajaram nos navios da Companhia ficando isentos da comissão a pagar à Direcção.

Se enviar géneros enquanto «particulares» arruinava o comércio de açúcar gerido pela Companhia, como alegava Martinho de Melo e Castro, enriquecendo os «particulares», podemos então inferir - se aceitarmos este argumento -, que os directores

⁹⁷⁸ *Estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, fls. 17-18. [Consultado em 2 dezembro de 2011]. Disponível em: <http://archive.org/stream/instituiadac00comp#page/18/mode/2up>. Ver também, AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1771, janeiro, 17, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507.

⁹⁷⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador. 1759, março, 12, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7214.

⁹⁸⁰ Teresa C. N. MARQUES, «As dívidas do Senhor Jácome Lumachi...», p. 66.

⁹⁸¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador. 1761, junho, 17, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

da companhia pombalina contribuíram para a derrocada do negócio do açúcar e consequentemente da Companhia.

De uma lista de 24 homens de negócio da praça do Recife, identificámos 21, por terem comprado acções da companhia pombalina, ou pelo contrário, por terem feito oposição à instituição comercial⁹⁸².

Dezassete deles podemos reconhecer como sendo accionistas ou deputados da empresa comercial; quatro, relacionamos como possíveis opositores, pois recusaram-se a ingressar na Companhia como accionistas.

Os primeiros 17 que enviaram caixas de açúcar como «particulares» são:

- Manuel de Almeida Ferreira (accionista)
- Manuel Afonso Rigueira (deputado)
- João de Oliveira Gouvim (intendente)
- António Pinheiro Salgado (deputado)
- António José Souto (deputado)
- Francisco Xavier Fetal (deputado)
- José da Silva Braga⁹⁸³ (accionista da Companhia)
- Domingos Pires Ferreira (accionista originário)
- Francisco Carneiro de Sampaio (accionista originário e deputado)
- José Sá Rosa (accionista)
- Luís Pereira Viana (accionista originário e deputado)
- Manuel Alves Ferreira (accionista)
- José Bento Leitão (accionista e deputado)
- António Francisco Monteiro (accionista)
- Manuel Gomes dos Santos (accionista originário e deputado. Chegou a intendente)
- José Vaz Salgado [possivelmente o filho] (seu pai foi accionista originário)
- Manuel Correia de Araújo (accionista originário e deputado)

Além de uma rede de homens de negócio relacionados com a Companhia assinalámos quatro homens de negócio que a nosso ver relacionavam-se com o «partido» que se opunha à Companhia, são nomes conhecidos e referidos ao longo deste estudo.

⁹⁸² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador. 1761, junho, 17, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

⁹⁸³ Natural de Braga, irmão do homem de negócio de Lisboa, António da Silva Ferreira, dono de fazendas de gado, de barcos e casas. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 112, D. 8652.

Uns assinaram petições colectivas contra a Companhia, os dois últimos, na qualidade de «homens abastados», assim denominados pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva, recusaram-se a comprar acções em 1760:

- Manuel Carneiro Leão (também era senhor de engenho)
- António Pinto (tesoureiro do Real Fisco⁹⁸⁴)
- Patrício José de Oliveira (também era senhor de engenho)
- José Duarte Palheiros⁹⁸⁵

Dos que não conseguimos relacionar com nenhum dos grupos acima citados constam três nomes, todos homens de negócio portugueses, radicados no Recife havia décadas, e todos relacionados com o comércio de açúcar. O primeiro deles, Francisco de Oliveira [Azevedo], conhecido como «o boquinha», natural do Porto, em 1746 consta que vivia do seu negócio e era um conhecido comprador de caixas de açúcar. Seguido de Basílio Rodrigues de Seixas, comerciante português, e por último, Lourenço Francisco Bastos, familiar do Santo Ofício, natural de Braga, constando que «vivia de seu negócio». Não encontramos, para nenhum destes, ligações à Companhia ou ao «partido» da oposição⁹⁸⁶.

Concluimos que, diferentemente daquilo que o secretário de Estado entendia, não apenas os integrantes do «partido» opositor utilizavam a venda particular - e permitida pelos estatutos - para lucrar com o comércio de açúcar, prejudicando a Companhia, como argumentava Melo e Castro. Paradoxalmente os accionistas e os deputados da empresa comercial em Pernambuco também o fizeram. E ao analisarmos esta matéria findámos por compreender um pouco mais do «modo de administrar» dos deputados e intendentess da Companhia na capitania. Porque tanto eram «particulares» os senhores de engenho e comerciantes que se opunham à Companhia, quanto os próprios deputados que deveriam zelar pelos interesses da instituição pombalina.

⁹⁸⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 111, D. 8561.

⁹⁸⁵ Natural do Porto, homem de negócio, chegou ao Recife antes de 1720 e quando convidado a comprar acções da Companhia, declinou. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao conde de Oeiras de 1759, março, 12, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7215.

⁹⁸⁶ Dois deles enviaram ouro em meados do século XVIII para Lisboa. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador. 1761, junho, 17, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536. George F. C. de SOUZA, *Tratos & Mofatras...*, p. 307; p. 397.

No período final do monopólio da Companhia, ao analisarmos a informação política que deu entrada na Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar compreendemos que a Junta procurou justificar a renovação do monopólio. E para conseguir este intento, mudou os argumentos do discurso das suas missivas⁹⁸⁷. Assinalaremos a seguir os pontos recorrentes na comunicação da Junta com a Secretaria de Estado e com o governador de Pernambuco⁹⁸⁸.

O primeiro ponto destacado pela Junta dizia respeito aos preços dos géneros vendidos em Pernambuco. Na óptica da Junta, os preços dos produtos provenientes do Reino vendidos nos portos de comércio livre, como a Baía e o Rio de Janeiro, só eram inferiores aos da Companhia em Pernambuco por causa da decadência em que se encontrava o comércio destas capitânias e da necessidade dos negociantes das principais praças da América portuguesa manterem o crédito com o comércio do Reino. Deste modo, a venda de produtos fazia-se, muitas vezes, com prejuízo destes comerciantes. Por isso, segundo a Junta, as praças da Baía e do Rio de Janeiro vendiam produtos europeus a preços mais baixos do que os da Companhia e compravam géneros coloniais a preços mais altos, porque o seu comércio era deficitário⁹⁸⁹. Como não podia deixar de ser, as justificativas da Junta evidenciavam sempre os benefícios do comércio monopolizado em detrimento do comércio livre.

É relevante salientar que este comércio livre, ao contrário do que a Junta argumentava, não estava em decadência. Os homens de negócio da praça do Rio de Janeiro no século XVIII tinham o predomínio do comércio negreiro com a África Central. Durante o século XVIII entraram pelo porto carioca cerca de 650 mil africanos, o que correspondia a metade do total dos africanos exportados para o Brasil no Setecentos⁹⁹⁰.

O segundo argumento mencionado pela Junta em defesa da Companhia era que, nos anos de funcionamento da empresa comercial, teria ocorrido um desenvolvimento na produção de açúcar. O número de engenhos em Pernambuco aumentou e o volume das exportações também. A Junta defendia que, com a Companhia, o comércio com as praças

⁹⁸⁷ A Junta em 1771 deu razão às queixas dos moradores de Pernambuco e sugeriu ao secretário de Estado mudanças nas práticas comerciais da Direcção e até mesmo dos membros do órgão local.

⁹⁸⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, fevereiro, 13]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9737. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9833.

⁹⁸⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, fevereiro, 13]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9737.

⁹⁹⁰ O Rio de Janeiro passou a concorrer com a Baía e Pernambuco no trato negreiro principalmente a partir de 1730. João FRAGOSO; Manolo FLORENTINO, *O arcaísmo como projecto...*, p. 76; p. 81.

africanas se tinha tornado regular e que tal comércio, por sua vez, tinha beneficiado a cultura do tabaco, ampliando-a. Estes argumentos seriam, porém, refutados pelo governador em ofício à Secretaria de Estado⁹⁹¹.

Como o preço da arroba do açúcar foi sempre motivo de desacordo entre as elites relacionadas com a produção do açúcar e a Direcção da Companhia, a Junta, nas suas justificativas, referiu os alegados aumentos dados pela Mesa da Inspeção nos anos de 1770 e 1777⁹⁹². Argumentava a Junta que, em 1778 - e portanto no período final do monopólio -, deferira o pedido dos moradores e cumprira o alvará de 1751, que previa um aumento no preço da arroba nos anos em que a safra fosse débil por conta de problemas climáticos, como os da estiagem ou da abundância de chuvas. Ribeiro Júnior creditou a boa vontade da Junta ao facto de se estar a extinguir o tempo de vigência da Companhia e que este aumento serviria para diminuir as queixas que entravam nas instituições centrais contra a Companhia⁹⁹³.

Contudo, sabemos que este aumento não foi concedido pois, em 1770, o governador precisou confiscar as caixas de açúcar visto os senhores de engenho não quererem entregá-las pelo preço reduzido que a Direcção estava disposta a pagar e não pelo preço arbitrado pela Mesa da Inspeção.

Contrário ao que afirmava a Junta em Lisboa, que haviam sido dados aumentos no preço do açúcar por imposição da Mesa da Inspeção, em 1777, a Mesa tornou a escrever para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro. Mesa, que na sua composição contava com o ouvidor de Pernambuco Francisco José de Sales, o senhor de engenho Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque - conhecido opositor da Companhia -, e o mercador João Rebelo da Costa, também este relacionado com os opositores.

A Mesa no seu ofício afirmava que a Direcção, mais uma vez, se recusava a conceder o aumento da arroba do açúcar. Aumento concedido pelos mesmos motivos que os do

⁹⁹¹ Com excepção da produção açucareira, que de facto se desenvolveu, a lavoura do tabaco e o comércio negreiro diminuíram nos anos da Companhia. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, fevereiro, 13]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9737.

⁹⁹² Como visto no capítulo 10, o aumento de 1770 foi dado num primeiro momento pela Direcção e cancelado um mês depois. O governador precisou confiscar as caixas de açúcar para embarcar nos navios da Companhia porque a Direcção não cedeu ao pedido dos fabricantes de açúcar, que se negaram a entregá-las sem o aumento. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador para Martinho de Melo e Castro de 14 de junho de 1770]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8428.

⁹⁹³ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p. 179.

início da década, porque a safra tinha sido diminuta devido à estiagem de 1776 e porque o decreto de 1751 concedia à Mesa tal prerrogativa. Mas, conforme a Mesa, mais uma vez, de nada adiantou aumentar o preço do açúcar⁹⁹⁴.

Retornando aos argumentos da Junta, o terceiro ponto a favor da Companhia, na óptica daquele órgão, era que os moradores haviam sido beneficiados com a expansão do comércio de outros géneros que não o açúcar e o tabaco - caso dos couros em cabelo [couro cru], vaquetas [couro curtido e preparado], sola de atanados [couro curtido com extractos vegetais] e sola vermelha -, e com a promoção de outras culturas - como o arroz, anil e algodão. Esta expansão da produção resultou em benefício das capitanias de Pernambuco e da Paraíba⁹⁹⁵.

Embora seja necessário ver tais «evidências» com moderação, uma vez que a Junta procurava valorizar as suas iniciativas e desacreditar os motivos dos moradores descontentes em requererem a extinção da Companhia, é possível comprovar que as informações sobre o arroz e o algodão não são verosímeis, uma vez que a quantidade destes géneros que saíram da capitania de Pernambuco, durante o período do monopólio da instituição pombalina, foi insignificante.

O arroz e o algodão eram géneros já cultivados antes da Companhia e as suas produções, nos anos da Companhia, foram bem modestas. Estas culturas, especialmente o algodão, só se tornaram produtos de exportação rentáveis no final do século XVIII, como afirmam Valentim Alexandre⁹⁹⁶ e também Jorge Pedreira⁹⁹⁷ nos seus estudos. Em concordância com os historiadores portugueses, Dauril Alden dá relevância ao algodão produzido em Pernambuco e exportado para Portugal só a partir de 1788, quando saíram da capitania 37 mil arrobas de algodão com destino a Lisboa⁹⁹⁸.

⁹⁹⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9574.

⁹⁹⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, agosto, 10, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9833.

⁹⁹⁶ Sobretudo a partir de 1796. O arroz nunca foi um género de exportação de grande expressão em Pernambuco antes desta data. Tinha importância nas exportações do Maranhão e de facto a sua produção foi estimulada pela companhia pombalina do Grão-Pará e Maranhão, tornando-se um relevante produto de exportação apenas no final do século XVIII. Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do Império...*, p. 32-36.

⁹⁹⁷ Jorge Pedreira, *Estrutura industrial...*, p. 53.

⁹⁹⁸ São estudos clássicos e já antigos, contudo, não há nada escrito recentemente que contrarie os dados de Jorge Pedreira, Valentim Alexandre ou D. Alden. O algodão e o arroz só se transformaram em géneros com uma extraordinária produção e de grande exportação após o encerramento das companhias pombalinas. Dauril ALDEN, «O período final do Brasil Colónia, 1750...», p. 566.

Importa neste ponto salientar que a Junta responsabilizava a Direcção pela má gestão de capitais e pela deficiente cobrança de dívidas, e atribuía esta anomalia aos homens de negócio da praça de Pernambuco que a compunham, bem como aos seus parentes e outros empregados nos serviços daquele órgão, como os irmãos Lumachi. Os que constituíam a Direcção eram os grandes devedores, tanto mais que, após terem recebido os primeiros empréstimos, praticamente não amortizaram as dívidas⁹⁹⁹.

Porém, salientámos que se a Direcção era culpada por todos estes prejuízos, a Junta desde 1770 tinha conhecimento das práticas mercantis dos deputados da Direcção, práticas consideradas ofensivas pelos queixosos, pelo governador e até pelo secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro¹⁰⁰⁰. Contudo, a Junta nada fez para resolver a situação, apesar de ter poderes para actuar, como vinha declarado no artigo 1 dos estatutos da Companhia: de que o governo e a disposição geral da Companhia seria sempre da Junta e que emanaria da Junta ordens às duas Direcções - uma no Porto e outra no Recife -, no que dizia respeito aos negócios de maior importância¹⁰⁰¹.

8.4 A opinião do governador de Pernambuco sobre a companhia pombalina

Já próximo do término do monopólio da companhia pombalina, no ano de 1778, o governador José César de Meneses analisou a actuação da instituição pombalina enquanto órgão de controlo do comércio colonial.

O secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remeteu ao governador José César de Meneses os ofícios da Junta para que o representante da Coroa elaborasse um parecer sobre a matéria por ter conhecimento da situação, por ser considerado uma figura isenta e ser a autoridade máxima na capitania, em representação do monarca. O governador reuniu certidões da Alfândega de Pernambuco e da extinta Provedoria da Fazenda Real para fundamentar o seu parecer sobre os motivos do conflito existente entre a elite endividada e a companhia pombalina, não se eximindo de criticar a instituição devido à forma como escolhera gerir os privilégios que possuía.

⁹⁹⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Processo. 1778, agosto, 10, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10156.

¹⁰⁰⁰ O ofício da Junta em Lisboa para a Direcção em Pernambuco, de 6 de novembro de 1770, demonstrava que a Junta estava ciente das queixas dos moradores e dos actos cometidos pelo intendente e pelos deputados. Ofício em anexo ao processo de 1771, janeiro, 17, Lisboa. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507, fls. 2-6.

¹⁰⁰¹ *Estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*. Artigo 1º, fl. 3. [Consultado em 18 de setembro de 2012]. Disponível em: <http://archive.org/stream/instituiadac00comp#page/n3/mode/2up>.

Na maioria das vezes o papel do governador era o de um mediador entre os diversos elementos de poder da administração, entre as instâncias locais e centrais, funcionando como um contrapeso no sistema de poderes coloniais¹⁰⁰². Neste caso específico, José César de Meneses, que deveria servir como elemento equilibrante entre as partes, escolheu, contudo, intermediar as queixas do «partido» opositor, queixas que estavam subjacentes no discurso político das duas principais câmaras da capitania, a de Olinda e a do Recife.

Nos anos iniciais do seu governo, José César de Meneses procurou garantir o funcionamento da Companhia, cumprindo as ordens régias para regular o comércio e tomando medidas para melhorar a relação da Companhia com os moradores.

Não se conhece regimento para este governador ou para os seus antecessores, mas sabe-se que as instruções dadas a estes oficiais eram, na sua maioria, orais ou entregues em mãos¹⁰⁰³ e que, de forma geral, seguiam o regimento do governador-geral Roque da Costa Barreto, elaborado em outubro de 1663¹⁰⁰⁴ ou o regimento enviado para o governador de Pernambuco em 1670¹⁰⁰⁵. Por ser uma autoridade enviada pelo rei, o seu governo deveria estar em sintonia com os interesses da Coroa: administração e defesa dos territórios sob a sua jurisdição; desenvolvimento económico da capitania aliado à protecção dos interesses da Fazenda Real e à estabilidade social do território. Proteger a Companhia integrava-se no cumprimento destes propósitos, uma vez que a instituição comercial também deveria cooperar na conservação de um dos objectivos: o do desenvolvimento económico das capitanias monopolizadas.

No parecer que elaborou para o secretário de Estado, o governador comprovou que o monopólio da Companhia era vital porque deixava o comércio em mãos portuguesas, excluindo os estrangeiros e nisso consistia a importância da sua manutenção. Contudo, na

¹⁰⁰² João Paulo APARÍCIO, «Governar Minas Gerais», em *O domínio da distância*, coords. Maria Emília Madeira SANTOS e Manuel LOBATO (Lisboa: IICT, 2006), pp. 80-81.

¹⁰⁰³ Ver Heloísa Liberalli BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)* (São Paulo: Alameda, 2ª ed., 2007), p. 91.

¹⁰⁰⁴ Francisco Carlos COSENTINO, *Governadores-gerais do Estado do Brasil...*, pp. 253-263. Contudo, o sucessor de José César de Meneses receberá de Martinho de Melo e Castro instruções detalhadas sobre o que se esperava dele. As instruções de D. Tomás José de Melo foram dadas no ofício do secretário de 24 de outubro de 1787. BNRJ, reservados, correspondência oficial a diversos governadores de Pernambuco, fl. 93

¹⁰⁰⁵ F. A. Pereira da COSTA, «Governadores e capitães gerais de Pernambuco» em *Revista ...*, Vol. XII, pp. 514-524.

sua opinião, isso não justificava os diversos excessos cometidos contra os moradores de Pernambuco¹⁰⁰⁶.

A incapacidade de decisão que a Junta evidenciou em relação aos problemas de foro económico em Pernambuco também foi mencionada no seu parecer, pois estando este órgão informado dos conflitos gerados pela falta de empréstimos, pelo baixo valor pelo qual era comprado o açúcar e pelos altos preços dos escravos, desde 1770, pouco teria feito para melhorar tal situação, mostrando-se conivente com a indulgência e os excessos cometidos pela Direcção. Só quando estava prestes a findar o período de monopólio da instituição comercial, quando a Coroa iniciava o processo de avaliação sobre o futuro da Companhia, é que a Junta - pressionada para justificar à rainha e aos accionistas do Reino as acções da Direcção na capitania -, responsabilizou unicamente os administradores em Pernambuco pelo fracasso da iniciativa pombalina.

Sublinhámos o facto de José César de Meneses ter apoiado as queixas das câmaras e usado no seu parecer argumento análogo ao da Câmara do Recife para pedir a extinção do monopólio: os prejuízos que a companhia pombalina deu à Fazenda Real. E no seu ofício, à medida que o governador criticava a actuação da Companhia, apontava soluções que, a seu ver, teriam sido acertadas e teriam resolvido os conflitos na capitania entre os grupos dominantes locais.

O governador utilizou o termo 'Companhia' de forma indiscriminada, reportando-se tanto à Junta quanto à Direcção. E o vocábulo 'morador' ou 'povo' quando se referiu aos segmentos das elites que resistiam às práticas comerciais da Companhia. Embora a utilização dos vocábulos facilite o discurso operatório da sua narrativa, simplifica a natureza do conflito dos grupos sociais em causa, bem como a composição destes grupos. Esclarecemos no capítulo anterior quem eram os integrantes dos «partidos» que se opunham e que apoiavam a instituição pombalina, pois grupos dominantes locais fizeram-se representar nos dois lados da dissensão.

Os senhores de engenho e os lavradores, oriundos da açúcarocracia, por serem o segmento das elites que mais importância social tinha, lideravam o partido que persistentemente enviavam queixas aos poderes centrais. Esta açúcarocracia dizia

¹⁰⁰⁶ O parecer do governador foi dado num ofício endereçado a Martinho de Melo e Castro, datado de 13 de julho de 1778. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, julho, 13]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

representar os moradores - centenas de descontentes oriundos de vários sectores da sociedade -, de uma forma geral. Junto com senhores e lavradores de açúcar identificámos rendeiros de açúcar, mercadores, boticários, militares, e outros integrantes das elites agrárias, caso dos produtores de fumo e de alguns criadores de gado, que assinalámos como participantes de sectores intermédios da sociedade local¹⁰⁰⁷.

Contudo, apesar de ainda serem o grupo social mais importante, um novo grupo emergiu ao longo de Setecentos, o dos comerciantes de «grosso trato». Aquando da criação da companhia pombalina, o governador Luís Diogo Lobo da Silva denominou os integrantes do grupo mercantil pernambucano como sendo os «mais distintos em qualidade e negócio». Por isso, da mesma forma que ocorreu em outras praças importantes da América portuguesa - caso da Baía e do Rio de Janeiro -, os homens de «grosso trato» consolidaram-se como um grupo social que, no século XVIII, esteve ao lado da chamada açucarocracia, uma nobreza da terra que descendia das famílias colonizadoras.

Os dois principais ramos das elites locais também estavam representados nas câmaras e na Mesa da Inspecção. A própria composição da Mesa assim instituía, pois um dos inspectores tinha de ser senhor de engenho e o outro, um homem de negócio da praça onde a Mesa estivesse estabelecida. Isto é, os principais segmentos das elites da terra (senhores de engenho) e das elites mercantis (homens de «grosso trato») controlavam o poder local (as câmaras) e instituições da Coroa estabelecidas na capitania (a Mesa e a Direcção)¹⁰⁰⁸.

Assim, o governador ao defender os «moradores» e ao criticar a «Companhia» estava a intermediar os pedidos de uma determinada fracção das elites, fracção que se automeara representante dos moradores, e liderava a facção que se opunha à

¹⁰⁰⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva afirma que entre os mecânicos e os nobres havia uma «classe» de pessoas que não pode chamar-se de nobre, pois não havia neste segmento nobreza civil, política ou hereditária, antes faziam parte de um sector intermédio da sociedade. Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Ser nobre na colónia...*, pp. 21-22.

¹⁰⁰⁸ Ver as composições da Mesa da Inspecção nos anexos. Nos anos finais da Companhia os vereadores da Câmara de Olinda que escreveram ao rei contra a companhia pombalina eram senhores de engenho ou familiares de senhores de Olinda e Itamaracá que haviam assinado petições colectivas contra a empresa comercial. Os da Câmara do Recife eram senhores de engenho do Cabo, opositores da Companhia, e homens de negócio com ligações familiares aos directores da Companhia, porém, com interesses económicos relacionados com os opositores da instituição pombalina, como veremos em seguida.

Companhia. Facção cuja composição social era diversificada é certo¹⁰⁰⁹, mas que, dentro do conflito, apoiava as reivindicações da açucarocracia, o principal ramo das elites locais.

Um dos factores que auxiliam na compreensão dos motivos que levaram o governador a ser parcial no parecer que enviou à Secretaria de Estado consistiu na animosidade existente entre José César de Meneses e António José Souto. Assinalámos que o principal motivo do afastamento de António José Souto da intendência da Direcção da companhia pombalina no Recife foi a pressão exercida por José César de Meneses sobre a Direcção, obrigando-a a realizar eleições e mudar a intendência.

Em 1775, recém-chegado à capitania, o governador acusou o intendente de oferecer letras da Companhia e 'dinheiro' da empresa comercial, a fim de conquistar a sua simpatia e o seu apoio. Governar era uma tarefa que exigia recursos, naquela conjuntura quem os tinha eram os homens de negócio, e na época da Companhia, o intendente gozava de uma influência acrescida e tinha acesso a uma grande quantidade de recursos¹⁰¹⁰. Se por um lado a 'gentileza' do intendente facilitava a administração do governador, por outro, comprometia a sua acção governativa. Sem querer dever favores, o governador condenou a acção do intendente, fez queixas à Secretaria de Estado, interferiu na dinâmica da Direcção e pressionou os accionistas a escolherem um novo intendente¹⁰¹¹.

Muitas foram as matérias presentes na informação de cariz político-económica remetida pelo governador ao centro político serão analisadas em seguida. A síntese feita por José César de Meneses - no que respeita à conjuntura político-económica de Pernambuco das décadas de 1760 e 1770 -, confirma que a companhia de comércio foi a medida pombalina com mais impacto sobre a governação da capitania na segunda metade do século XVIII. Reforma que interferiu na administração da capitania por parte dos representantes da Coroa que governaram Pernambuco aquando do funcionamento da Companhia. Examinaremos apenas alguns pontos do parecer do governador.

¹⁰⁰⁹ Ver tabela do partido opositor no capítulo anterior.

¹⁰¹⁰ O governador afirma que não pretendia ficar refém da Direcção da Companhia como tinha ocorrido com o conde de Povolide, governador entre 1767 e 1770. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8108; Cx. 121, D. 9218.

¹⁰¹¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. 1775, outubro, 27, Recife. AHU_ACL_CU_015, Cx. 121, D. 9218. Nova eleição: Cx. 125, D. 9490.

O principal ponto discutido pelo governador tinha a ver com a questão dos juros e dos altos preços cobrados pela Companhia. Na sua perspectiva preços e juros altos quase que justificavam o contrabando. Para o governador, a responsabilidade pelos juros altos era exclusivamente da Companhia, pois o estatuto que a regulava fixava o percentual máximo que a instituição podia cobrar, não havendo lei que a proibisse de cobrar juros abaixo do máximo estabelecido. A Companhia cobrava juros das dívidas activas, de tudo o que financiava ao morador, mas não pagava juros das suas próprias dívidas. Só pagava aos moradores depois de vender no Reino os seus géneros. Este repasse era usualmente em letras e não em dinheiro e nunca com juros, mesmo que demorasse mais de um ano para efectuar o pagamento da venda dos géneros da terra à elite produtora ligada ao açúcar, ao tabaco e aos couros¹⁰¹².

A ideia que mais sobressai no parecer do governador era que, se a Companhia pagasse as dívidas passivas aos moradores, referentes à demora no ressarcimento das vendas dos géneros locais em Lisboa e Porto, e se somasse os prejuízos causados pela compra a preços baixos das produções dos moradores da capitania - açúcar, tabaco, couros -, a Companhia ficaria a dever aos moradores 1.967 contos e 400 mil réis. E se a tudo isto se juntasse um desconto das altas parcelas de juros que a Companhia cobrou durante todos os anos de monopólio, seria esta instituição a grande devedora¹⁰¹³.

No seu parecer, duas ideias principais salientam-se: a busca dos interesses da Coroa através da pacificação dos conflitos entre os grupos oriundos das elites e a companhia de comércio; e a valorização pessoal das suas acções no governo da capitania.

Para confirmar o primeiro ponto, apontamos que o governador, na elaboração do seu parecer, reiterava que, no âmbito da situação de conflito que se vivia na capitania por conta da proximidade do fim do período de monopólio, o seu intento foi sempre o de garantir a paz e a estabilidade social e económica da capitania, sinónimos de bom governo

¹⁰¹² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, julho, 13]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

¹⁰¹³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, julho, 13]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823. O governador fazia menção aos preços dos produtos derivados dos couros - couros em cabelo, atados e vaquetas -, que eram taxados pelos inspectores da Companhia sem nenhum tipo de negociação. Diferentemente do que era praticado no tempo de comércio livre, quando os fabricantes e os produtores podiam ter melhores preços para os seus produtos, dependentes da procura destes na Corte.

e de boa administração. A manutenção da paz era a função máxima do rei e os governadores, como seus representantes, procuravam seguir os mesmos preceitos¹⁰¹⁴.

O José César de Meneses usou os dados económicos de que dispunha para demonstrar que o comércio livre era mais lucrativo do que o comércio em regime de monopólio. O representante da Coroa manifestou a sua opinião acerca da empresa comercial e se esta tinha cumprido o papel de potenciar a economia colonial. Neste ofício, o governador assinalou todos os pontos negativos em relação às acções da Direcção e às omissões da Junta e, paralelamente mostrou o seu empenho no auxílio à Companhia no que respeita à dinamização do comércio, o combate ao contrabando que diligentemente fazia, a celeridade no envio das frotas e, ainda, a vigilância aos senhores de engenho mais exaltados a fim de coibir qualquer tentativa de revolta¹⁰¹⁵.

A partir da informação política do governador compreendemos que este procurou agir em benefício da Coroa, como era esperado de um representante régio, cumprindo as ordens vindas do centro. E, paralelamente referia os serviços que prestava, a fim de valorizar a sua comissão no governo da capitania, visando posteriormente, uma remuneração destes mesmos serviços¹⁰¹⁶.

A reciprocidade era vista como um conceito que designava a troca de bens e serviços cujo valor era socialmente estimado, sem nunca perder de vista que a noção de equivalência consistia em algo inerente à cultura política de Antigo Regime. Os significados destas representações eram relevantes, uma vez que tratavam de valores, normas e imagens que se reportavam aos fundamentos da ordem social e política vigente ainda no final do século XVIII¹⁰¹⁷.

¹⁰¹⁴ António M. HESPANHA. *As vésperas do Leviatã...*, p. 278.

¹⁰¹⁵ Ver um dos ofícios em que cita especificamente suas diligências para proteger a Companhia em 1775, janeiro, 5. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9007.

¹⁰¹⁶ Em pleno final do século XVIII existiam relações de serviço modeladas pelo imaginário da vassalagem e pela amizade clientelar. A economia do «dom» fazia parte, na sociedade de Antigo Regime, de um «espaço normativo preciso e minucioso que lhe retirava toda a espontaneidade e o transformava em unidade de uma cadeia infinita de actos benéficiais», que por sua vez, se configuravam numa das principais fontes de fundamentação das relações políticas. A. Manuel HESPANHA, Ângela Barreto XAVIER, «A representação da sociedade e do poder e as redes clientelares», em *História de Portugal...*, vol. IV, p. 340.

¹⁰¹⁷ Lealdade, amizade, reciprocidade eram valores que coexistiram com as ambições pessoais dos agentes da Coroa, e o vínculo que unia o monarca aos seus vassalos era recheado de interesses. Pedro CARDIM, «Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII» em *Separata Lusitânia Sacra*, 2ª série (11), 1999, pp. 46-49.

Certamente por essa razão era tão relevante para José César de Meneses demonstrar, através de relatórios precisos, os resultados da sua administração. E, neste caso, aprofundar de forma detalhada, o seu parecer sobre o significado da companhia pombalina para a economia da capitania de Pernambuco era algo que poderia marcar positivamente a sua folha de serviços¹⁰¹⁸. Uma vez que estes serviços eram feitos à Coroa na esperança de uma compensação digna do vassalo¹⁰¹⁹.

Uma das matérias mais relevantes na comunicação política com a Secretaria de Estado - paralelamente ao discurso presente nas cartas das câmaras que evocavam o passado glorioso na restauração da capitania e a lealdade dos vassalos para com a Coroa - foi a utilização de um outro discurso, fundamentado em argumentos económicos, de cariz mercantilista.

Por ter sido um discurso utilizado tanto pelo governador José César de Meneses no seu parecer, quanto pela Câmara do Recife - num ofício para Martinho de Melo e Castro -, examinaremos com mais vagar as ideias presentes no discurso¹⁰²⁰.

Segundo a câmara e o governador, os interesses da Companhia não eram a questão mais importante; o padecimento dos moradores tampouco, embora precisasse ser tido em consideração por parte da Coroa. Verdadeiramente relevantes eram os prejuízos decorrentes da diminuição das rendas da Fazenda Real e do próprio rei, provocados pela má gestão do comércio de Pernambuco pela instituição pombalina. O discurso da câmara confirmava a oposição que esta fazia à Companhia. Contudo, os camaristas justificavam o pedido de extinção da instituição comercial com base em argumentos de carácter económico, ao mesmo tempo que procuravam relembrar ao

¹⁰¹⁸ O que veio a ocorrer. ANTT/RGM/D. Maria I, liv. 24, fl. 14 v. Mercê de uma pensão anual nas comendas vagas. Em 31 de março de 1789. Já anteriormente havia recebido um hábito com tença (1760) e o título de conselheiro (1774). RGM/D. José I, liv. 15, fls. 191-1911v.

¹⁰¹⁹ Fernanda OLIVAL, *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)* (Lisboa: Estar editora, 2001), p. 107. É de destacar que, no Antigo Regime português, pedir, dar e receber foram actos que se complexificaram cada vez mais, passando a ser acções profundamente envolvidas numa teia burocrática e em redes de poder intrincadas, tornando-se em algo diferente do «sistema de dádivas» descrito e analisado por Mauss. Marcel MAUSS, *Ensaio sobre a dádiva* (Lisboa: Edições 70, 1988), pp. 68-69.

¹⁰²⁰ Os dois ofícios foram escritos em datas muito próximas, o ofício da Câmara é de 8 de julho de 1778, o parecer do governador é de 13 de julho de 1778. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da câmara de 8 de julho de 1778]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9807. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, julho, 13]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

monarca a antiguidade da capitania, a importância económica que esta tinha e, também, a «fiel e pronta vassalagem» que os moradores de Pernambuco já haviam demonstrado à Coroa no passado¹⁰²¹.

José César de Meneses concordou explicitamente com os argumentos expostos pela Câmara do Recife neste ofício, usando fundamentos análogos no seu parecer, isto é, a extinção da Companhia beneficiária primordial e economicamente a Coroa, e de forma secundária, os vassalos.

A câmara ultrapassou as tradicionais queixas de que a capitania estava empobrecida e que a população sofria com os altos preços dos produtos e com a baixa qualidade das mercadorias comercializadas pela Companhia. Os camaristas do Recife fizeram poucas menções ao passado «glorioso» dos seus ancestrais na restauração da capitania no século XVII, distinguindo-se do discurso elaborado por outras câmaras em missivas aqui já referidas.

Os oficiais da Câmara do Recife fundamentaram a sua argumentação na reafirmação dos prejuízos sofridos pela Fazenda Real de Pernambuco, prejuízos decorrentes da diminuição do dinamismo económico provocado pelas práticas comerciais da Companhia. Os oficiais da câmara afirmavam que agiam motivados pelo desejo de serem bons vassalos, tendo por isso a obrigação de defender os interesses da Coroa, a quem desejavam ser totalmente fiéis¹⁰²².

A Câmara do Recife pleiteava o encerramento da Companhia, alegando o bem da Coroa. Contudo, ressaltámos que os camaristas também eram devedores da empresa comercial, e o encerramento da Companhia satisfaria os seus interesses particulares.

A reforçar o interesse dos «partidos» analisámos a composição da municipalidade do Recife no ano de 1778. Encontrámos indivíduos vinculados aos dois grupos em disputa, o que complexifica a motivação dos oficiais ao escreverem para a Secretaria de Estado.

Em 1778 os oficiais da Câmara eram José Inácio da Cunha, Miguel Machado Freire, António de Barros Branco e Joaquim Miguel de Almeida Catanho. Dois deles relacionados

¹⁰²¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da câmara de 8 de julho de 1778]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9807.

¹⁰²² A fidelidade era intrínseca ao contrato de amizade que unia rei e vassalos no Antigo Regime e interagiu directamente com a prestação de serviços ao rei. Pedro CARDIM, «Amor e Amizade na cultura política...», p. 50.

com o «partido» que confrontava a Companhia - e opositores declarados -, e outros dois, devedores da Companhia inseridos nas redes familiares relacionadas com a Direcção da empresa comercial.

Um dos vereadores da Câmara em 1778 era Joaquim Miguel de Almeida Catanho. A família Almeida Catanho teve presença na Câmara do Recife praticamente da sua fundação (1710) até a independência do Brasil (1822). O fundador do «clã» na capitania, Joaquim de Almeida Catanho, era natural de Vila Nova de Gaia e chegou ao Recife ainda no século XVII, integrou a Câmara de Olinda em 1703, apoiou a criação da Câmara do Recife e participou na «Guerra dos Mascates». O que queremos ressaltar são as conexões familiares do clã, um dos Catanho casou-se com uma Albuquerque e Melo da freguesia do Cabo, família oriunda da açucarcocracia, com participação activa nas guerras de restauração do século XVII¹⁰²³. E como já demonstrado no capítulo anterior, senhores de engenho desta família encabeçaram o «partido» de oposição à Companhia¹⁰²⁴.

Além de Almeida Catanho podemos relacionar mais um vereador com o «partido»positor à companhia pombalina. António de Barros Branco foi tabelião e escrivão do Público Judicial e Notas do Recife e Olinda, capitão de Infantaria da Ordenança da praça de Pernambuco, vereador da Câmara do Recife em 1778 e procurador da municipalidade por duas ocasiões (1780 e 1790), assinou os requerimentos colectivos dos senhores de engenho de 1768 contra a Companhia¹⁰²⁵.

José Inácio da Cunha e Miguel Machado Freire faziam parte da família Monteiro, família que sempre esteve presente na Direcção da Companhia. Porém, tinham fortes ligações às elites relacionadas com a produção de açúcar e com o curtimento de couros¹⁰²⁶.

¹⁰²³ George F. Cabral de SOUZA, «Os filhos e os netos dos que andam na governança: família e poder na Câmara Municipal do Recife colonial» em *Revista Clio*, nº 25-1, (Recife: editora da UFPE, 2007), p. 34.

¹⁰²⁴ Evaldo Cabral de MELLO, *O nome e o sangue...*, p. 238.

¹⁰²⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 92, D. 7345. AHU_ACL_CU_015, Cx. 224, D. 15128.

¹⁰²⁶ Nem todos os integrantes da família Costa Monteiro foram beneficiados por estarem relacionados com a Direcção. Em 1761 o intendente António José Souto veta João da Costa Monteiro como inspector da Mesa da Inspecção, argumentando que este daria precedência aos interesses dos senhores de engenho. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. 1761, junho, 17, Recife. [Ofício sobre as queixas feitas pelo intendente e deputados da Direcção a respeito das irregularidades da eleição feita pelos negociantes para o cargo de Inspector da Mesa da Inspecção]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.

Miguel Machado Freire consta da lista de devedores de 1780 na categoria de «diversos». A sua dívida não era pequena, perto de 3 contos de réis, empréstimos conseguidos por ser neto de João da Costa Monteiro (irmão de Luís da Costa Monteiro e deputado da Direcção). O motivo do vereador assinar a representação contra a Companhia foi, muito possivelmente, por interesse pessoal. Sabemos que a extinção da Companhia era conveniente e desejada pelos endividados, assim os débitos seriam parcelados a longo prazo, como acabou por acontecer¹⁰²⁷.

De igual forma, foi possível constatar que José Inácio da Cunha fazia parte da mesma rede familiar, por matrimónio passou a pertencer ao «clã» dos Monteiro. Era casado com a filha de Luís da Costa Monteiro e era também um dos grandes devedores¹⁰²⁸.

O discurso da Câmara do Recife, dos vassallos preocupados com os interesses da monarca e que somente buscavam o bem da Coroa - como afirmado na missiva de 1778 -, ocultava por meio de argumentos económicos o ensejo de serem recompensados por agirem em benefício do rei e da Real Fazenda. No Antigo Regime, poucos ou nenhuns serviam apenas por afecto ao monarca¹⁰²⁹. A economia da mercê e a retribuição dos serviços marcaram fortemente as relações sociais e a vivência política nos séculos XVI ao XVIII¹⁰³⁰. Os serviços prestados pelos vassallos eram feitos na expectativa de uma recompensa válida. Quando esta não acontecia, poderia haver contestações à resolução régia, o que não era do interesse da Coroa. Valores como lealdade e fidelidade coexistiram com os interesses pessoais dos vassallos, demonstrando que não existia um vínculo desinteressado, até porque «dar» fazia parte da essência da realeza e o vassallo tinha conhecimento desta prerrogativa¹⁰³¹.

¹⁰²⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

¹⁰²⁸ O facto de assinar a carta contra a companhia pombalina demonstra que interesses económicos poderiam se interpor aos laços familiares. George F. C. de SOUZA, *Tratos & Mofatras...*, p. 101.

¹⁰²⁹ O estudo de Fernanda Olival sobre as ordens militares comprova esta premissa. Fernanda OLIVAL, *As ordens militares ...*, p. 107.

¹⁰³⁰ Luciana GANDELMAN, «As mercês são cadeias que não se rompem: liberalidade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime Português», em *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História*, org. Rachel SOIHET, Maria F. B. BICALHO, Maria de Fátima S. GOUVÊA (Rio de Janeiro: Mauad, 2005), p. 110.

¹⁰³¹ Fernanda OLIVAL, *As ordens militares...*, pp. 108-109

O certo é que as cartas das diversas câmaras e o ofício do governador demonstram que a resistência à Companhia existia e os argumentos utilizados para pedirem a extinção da empresa comercial eram sobretudo de ordem económica, visto que estes mais facilmente justificariam a extinção da Companhia, do que o passado «glorioso» e de lealdade da «nobreza da terra». Contudo destacámos que as câmaras e o governador nas suas missivas reafirmavam as primeiras queixas contra a Companhia. Queixas presentes nos requerimentos de 1769 e 1770, assinados pelos senhores de engenho como representantes dos moradores da capitania de Pernambuco¹⁰³².

Queixosos e Companhia procuravam evidenciar ao secretário de Estado as mudanças que ocorreram na economia local. Os primeiros procuravam provar os prejuízos para a Erário, a segunda, pretendia sublinhar o desenvolvimento económico na capitania.

Para os endividados, de uma forma geral, a extinção da empresa comercial poderia representar um retardamento e um parcelamento das dívidas, evitando assim o confisco generalizado de bens. Para a fracção das elites que não fazia parte da Direcção da instituição pombalina a extinção da companhia traria de volta os mesmos benefícios que possuía antes da existência da empresa comercial, benefícios que estavam relacionados com o comércio livre.

Toda esta argumentação foi levada em conta pela Coroa no momento de decidir o futuro da Companhia, os grupos em disputa sabiam como era relevante fornecer aos decisores políticos os dados que demonstravam a prevalência de um tipo de comércio sobre o outro. Estamos nos referindo ao comércio livre e o de monopólio. Será precisamente esta matéria que discutiremos a seguir, juntamente com a decisão da Coroa sobre o destino da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.

¹⁰³² De forma indirecta o governador e as câmaras abonaram as primeiras queixas dos senhores de engenho contra a companhia.

Capítulo 9 – Comércio livre *versus* comércio monopolizado: o fim da companhia pombalina e a tensão social na capitania de Pernambuco

[...] Os criminosos procedimentos dos habitantes de Pernambuco e Paraíba precisam ser severamente castigados por sua majestade, para os reduzir a devida obediência [...] apesar de toda a opressão causada a estes povos pela Companhia Geral¹⁰³³.

Para compreendermos o processo de extinção da companhia pombalina, que culminou com a decisão da Coroa em 1780, analisámos a informação político-económica presente nas cartas que deram entrada nas instituições do poder central acerca da relevância da instituição pombalina para o comércio colonial.

Examinámos a documentação apensa ao processo de extinção da Companhia, composta de recibos, certidões e balanços da Alfândega de Pernambuco e da extinta Provedoria da Fazenda Real. O argumento do governador e da principal câmara da capitania, a do Recife, foi o do prejuízo da Fazenda Real após a monopolização do comércio. Governador e câmara alegavam que o comércio realizado nos vinte anos antes da Companhia ser instalada era mais lucrativo para a Coroa do que nos vinte anos de funcionamento da Companhia. Argumento contestado pela Junta em Lisboa.

Para demonstrar se houve ou não prejuízo para a Fazenda Real analisaremos quatro dos pontos mais sensíveis que opunham Companhia e uma fracção das elites: a exportação do açúcar, do tabaco, o comércio de escravos e a arrematação dos principais contratos da capitania por parte dos directores¹⁰³⁴.

¹⁰³³ Trecho de uma memória na época da revolução de 1817. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Posterior 1817, maio, 30]. AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 278, D. 18753.

¹⁰³⁴ Os descontentes com a Companhia afirmavam que o dinheiro que deveria ser utilizado para melhorar lavouras e propriedades fora desviado pelo intendente e deputados da Companhia para arrematarem os contratos da capitania.

9.1 Perdas e lucratividade: comparações entre o comércio livre e o de monopólio

No que concerne à lavoura açucareira, no ano de 1756 as certidões da Alfândega do Recife atestam que foram exportadas de Pernambuco 9 mil caixas de açúcar, apesar de 1755 ter sido um ano de estiagem para as capitanias do Norte¹⁰³⁵.

De igual modo, e comparando o número de engenhos existentes antes do estabelecimento da Companhia e os que foram levantados durante o período da mesma, observamos que em 1756 havia 275 engenhos produzindo 9 mil caixas de açúcar e que em 1778 existiam 398 engenhos que exportavam entre 11 e 13 mil caixas de açúcar¹⁰³⁶. O número de engenhos subiu quase 40% e a produção também cresceu cerca de 30%, se levarmos em consideração o número de caixas de açúcar exportadas nos navios da Companhia¹⁰³⁷.

Em nosso entendimento, a Companhia cumpriu um dos objectivos para os quais fora criada: o desenvolvimento da lavoura e o aumento das exportações de açúcar para o Reino¹⁰³⁸. Os dados que temos acerca da expansão da produção da cana-de-açúcar confirmam que este género foi prioritário para a instituição pombalina¹⁰³⁹. Dados que podem ser confirmados pelo parecer do governador de Pernambuco e pelos estudos dos historiadores José Ribeiro Júnior e Dauril Alden¹⁰⁴⁰.

Contudo, a Companhia passou a ser posta em causa porque, se cumpriu os objectivos no que respeita à expansão da lavoura açucareira, o mesmo não ocorreu com o tabaco, cuja produção diminuiu. O mesmo se aplica ao rendimento do contrato dos

¹⁰³⁵ No entanto, a Junta apontava que, para igual período, foram 5 mil as caixas comercializadas, procurando reduzir a exportação do açúcar na época do comércio livre.

¹⁰³⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1761, fevereiro, 15, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 95, D. 7501.

¹⁰³⁷ Houve de facto um aumento da produção. A média anual de caixas de açúcar enviadas no período de 1762 a 1778 foi de 8.110, cada caixa pesando cerca de 40 arrobas. José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e Monopólio...*, p. 139.

¹⁰³⁸ Segundo Dauril Alden, o tamanho das caixas aumentou de 40 para 60 arrobas no final da década de 1770. O que significava que o aumento da produção na época da Companhia, foi ainda maior. Dauril ALDEN, "O período final do Brasil Colónia, 1750..."», p. 557, as caixas antes pesavam entre 26 a 45 até a década de 60, no início da de 80, 40-60 arrobas.

¹⁰³⁹ Certidões da Alfândega: AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, julho, 13, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823. AHU, Conselho Ultramarino, Códices de Pernambuco. Demonstração em resposta às queixas das Câmaras. Livros de Pernambuco, Cod. 1821.

¹⁰⁴⁰ Dauril ALDEN, "O período final do Brasil Colónia, 1750..."», p. 557. José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p. 139.

couros, pois durante o comércio livre eram vinte as fábricas de curtume e em 1778 estavam reduzidas a três¹⁰⁴¹.

Como se sabe, o fumo era um elemento relevante na compra de escravos. Por isso, o segundo ponto a ser ressaltado neste capítulo é o declínio da produção de tabaco durante o período em que a companhia vigorou.

A compra de escravos estava directamente relacionada com o desenvolvimento da «indústria fumageira». Esta cultura começou a decair com o estabelecimento da Companhia, pois os lavradores armazenavam o seu tabaco nos armazéns da instituição pombalina à espera de navios para transportá-lo e negociá-lo em África e em Lisboa. Durante a espera, que podia durar meses - já que a Companhia priorizava o embarque de caixas de açúcar -, parte deste tabaco deteriorava-se e não servia para o comércio. A Companhia só comprava o que considerava utilizável e não pagava em dinheiro, mas com letras comerciais ou produtos. Os lavradores tinham que aceitar as letras e produtos, repassá-los aos comerciantes locais a fim de obter moeda. Moeda que era necessária para viabilizar todas as etapas que antecederiam a venda: a produção do fumo, o transporte e o armazenamento no Recife.

Como a redução do fumo foi um dos factores que contribuiu para diminuir o número de africanos que entrou legalmente no porto do Recife pelos navios da Companhia, comparámos a produção de tabaco com o comércio de escravos. Nos dezoito anos de comércio livre (1742-1759), entraram no porto do Recife sessenta e quatro embarcações com 16.478 escravos oriundos da Costa da Mina. Durante os dezoito anos da Companhia (1760-1777), entraram vinte e cinco embarcações, também da Costa da Mina, com 7.852 escravos. Foram produzidos no tempo do comércio livre 57.218 rolos de tabaco e no tempo da instituição pombalina 33.680 rolos¹⁰⁴².

Durante toda a primeira metade do século XVIII, os homens de negócio, e até as Câmaras de Pernambuco, tinham permissão para enviar navios à Costa da Mina e Luanda, comerciar escravos e revendê-los na capitania, nos sertões e, após licença régia, nas

¹⁰⁴¹ Ao menos uma delas era dos irmãos Monteiro, deputados da Direcção. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Certidões da Alfândega. 1778, julho, 13, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

¹⁰⁴² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Certidões da Alfândega. 1778, julho, 13, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

capitanias vizinhas¹⁰⁴³. Tais números indicam que, antes da entrada em cena da Companhia, existia uma relação comercial bem alicerçada com as praças africanas, a produção de tabaco estava em ascensão e as viagens directas entre os dois continentes eram frequentes¹⁰⁴⁴.

O terceiro ponto referido insistentemente nas reivindicações dos moradores, que contribuiu para intensificar o conflito entre as elites devedoras e a Companhia, foi o comércio de escravos.

Naturalmente, o domínio do comércio de escravos pela Companhia era uma das principais queixas dos moradores, pois com o comércio livre não havia um organismo controlador do trato negreiro. Como já examinámos o teor das queixas dos moradores quanto aos valores cobrados, queremos ressaltar neste ponto o facto de, com a Companhia, Pernambuco ter perdido a capacidade de ser um centro de exportação de escravos, e isso trouxe consequências para a economia local. A Companhia ainda vendia escravos para outras capitanias, mas este comércio foi bastante reduzido no período do monopólio comercial. Como a Direcção era formada por homens de negócio da praça do Recife, estes sabiam que a mão-de-obra transportada pelos navios da Companhia seria absorvida na própria capitania devido às necessidades locais, em especial dos produtores de açúcar. As vendas fora de Pernambuco e da Paraíba nunca alcançariam os preços pelos quais estes escravos eram comercializados nas duas capitanias.

Porém, vender escravos exclusivamente para este circuito interno significava comercializá-los a prazo ou permutá-los por géneros locais, algo que não dinamizava a economia da região. Já exportá-los para Baía e o Rio de Janeiro possibilitava uma maior entrada de fazendas da Índia e de ouro¹⁰⁴⁵.

¹⁰⁴³ Prática frequente e possível de constatar, não apenas nas certidões da Alfândega, mas também nos documentos do Conselho Ultramarino produzidos entre 1700 a 1750. São muitos os documentos que se referem ao tabaco produzido em Pernambuco e nas suas capitanias anexas e o comércio de escravos. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 31, D. 2854; AHU_ACL_CU_015, Cx. 32, D. 2896; AHU_ACL_CU_015, Cx. 32, D. 2960; AHU_ACL_CU_015, Cx. 34, D. 3137; AHU_ACL_CU_015, Cx. 39, D. 3476; AHU_ACL_CU_015, Cx. 39, D. 3509; AHU_ACL_CU_015, Cx. 42, D. 3791.

¹⁰⁴⁴ Gustavo Acioli LOPES, «Negócio da Costa da Mina e Comércio Atlântico...», pp. 79-89. Ver também, AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6953.

¹⁰⁴⁵ As fazendas «de negro» entravam no Recife, via comércio legal e ilegal com a Baía, já que os navios da carreira da Índia frequentemente aportavam em Salvador, antes de seguirem para Lisboa - mesmo contra as ordens régias -, e na capital baiana deixavam tecidos indianos. E o ouro, como aqui já foi referido, era essencial no comércio de escravos e abundava na praça carioca, por ser o porto de saída do metal precioso da região das minas, e por ser com ouro que os comerciantes do Rio de Janeiro

Também é necessário referir que a Companhia deixou de ser um centro exportador de escravos porque foi obrigada a isso pelas circunstâncias criadas com o deslocamento do eixo económico da colónia para a região centro-sul da América portuguesa. O porto fluminense, no período de funcionamento das companhias, já se consolidara como o principal da América portuguesa e isso tinha consequências no âmbito do comércio interno¹⁰⁴⁶.

Sobre os números do trato negreiro é possível quantificarmos alguma informação sobre o comércio legal de escravos de Angola e da Costa da Mina para Pernambuco, praticado antes e depois do monopólio da instituição pombalina.

Pelas certidões da Alfândega verificou-se uma grande disparidade no número de escravos negociados na época do comércio livre e na época do comércio monopolizado pela Companhia. Também poucos foram os escravos vendidos para fora da região de Pernambuco e da Paraíba, como já aqui referimos, distintamente do que ocorria antes da instituição da Companhia. Para exemplificar melhor veja-se a tabela nº 8 abaixo:

Tabela 8: Escravos que entraram no porto do Recife (1742 - 1777)

ESCRAVOS QUE ENTRARAM NO PORTO DO RECIFE (1742 - 1777)			
Comparação entre o comércio livre e o comércio monopolizado	Escravos vindos de Angola e Costa da Mina	Nº de embarcações que entraram em Pernambuco	Escravos vendidos nas praças do Rio de Janeiro e da Baía
Comércio livre (1742-1759)	54.161	185	21.550
Comércio feito pela Companhia (1760-1777)	37. 806	103	3.056
DIFERENÇA	16.355	82	18.494

Fonte: Certidões da Alfândega do Recife. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco, AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D.9823¹⁰⁴⁷.

compravam escravos da Baía e de Pernambuco. Roquinaldo FERREIRA, «Dinâmica do comércio intracolonial: Jeribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico...» p. 344.

¹⁰⁴⁶ O Rio de Janeiro a partir de meados de Setecentos passa a ser ponto de encontro de diferentes rotas do mercado interno, abastecendo as capitanias do sul-sudeste, e no comércio do Atlântico sul passa a ser o principal porto, tendo ao seu redor circuitos mercantis que abrigavam negócios de redistribuição de produtos estrangeiros. João FRAGOSO e Manolo FLORENTINO, *O arcaísmo como projecto...*, p. 86.

¹⁰⁴⁷ Tabela criada a partir do apenso do processo de extinção da Companhia Geral. O grosso do comércio de escravos era feito com Angola, de lá entraram em Pernambuco 35.231 escravos, durante o período do comércio livre. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

Conforme os números da Alfândega, durante o monopólio da Companhia, entraram pelo porto do Recife cerca de 38 mil africanos. Números que diferem dos assinalados por Dauril Alden no seu clássico capítulo sobre o período final do Brasil colonial¹⁰⁴⁸. Segundo o historiador, no período de 1756 a 1779 entraram perto de 58 mil africanos em Pernambuco. Salientamos que os números de Alden diferem também dos que Ribeiro Júnior e António Carreira apresentaram nos seus estudos¹⁰⁴⁹.

Torna-se necessário ressaltar que os números acima citados - sejam da Alfândega, de Dauril Alden, de A. Carreira ou de Ribeiro Júnior -, diferem daqueles fornecidos pela base de dados *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, patrocinada pela Universidade de Harvard. A base de dados demonstra que entre 1760 e 1777 entraram no porto do Recife 47.235 africanos. Quase dez mil africanos a mais que o indicado pelas certidões da Alfândega do Recife.

Mas para o período em que o comércio de escravos era livre - de 1742 a 1759 -, os números fornecidos pela Alfândega do Recife e pela base de dados de Harvard estão bastante próximos. Pelas certidões da Alfândega entraram em Pernambuco pouco mais de 54 mil africanos, segundo a base de dados de Harvard os captivos que entraram no porto do Recife foram 55.738¹⁰⁵⁰. As duas estimativas nos informam que no período livre do monopólio da Companhia os números do «trato negreiro» foram superiores à época de funcionamento da Companhia e nisso as queixas das câmaras tinham fundamentos.

O preço médio do escravo adquirido pela Companhia em África era de 46 a 50 mil réis¹⁰⁵¹, para ser vendido por valores próximos dos oitenta mil réis, mas chegava a ser

¹⁰⁴⁸ Dauril ALDEN, «O período final do Brasil Colónia, 1750...», p. 539.

¹⁰⁴⁹ António CARREIRA, *As companhias...*, p. 233. Carreira cita números diferentes para o tráfico de escravos, durante todo o período de monopólio da Companhia entraram em Pernambuco 54.575 escravos, sendo 45.079 oriundos de Angola. As fontes utilizadas por Carreira não estão muito bem explicitadas, mas cita o Arquivo de Angola como sendo uma delas. Ribeiro Júnior cita outros números: entre 1760-1780 foram importados 41.324 escravos, sendo 35.723 oriundos de Angola e 5601 da Costa da Mina. José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p. 131, as fontes citadas por José Ribeiro são as dos documentos guardados no AHU e os documentos do Ministério das Finanças. Os números citados na tabela nº 2 foram retirados das certidões da Alfândega em anexo ao documento do AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, julho, 13, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

¹⁰⁵⁰ Base de dados consultada em outubro de 2013. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

¹⁰⁵¹ António CARREIRA, *As companhias...*, p. 248. Em Angola, a Companhia tinha dois administradores subordinados à Junta em Lisboa: Raimundo Salama e Francisco Bruno eram os responsáveis pela compra de escravos em Luanda. José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e Monopólio...*, p. 84.

vendido em Pernambuco por cem a cento e vinte mil réis. Cada escravo oriundo do comércio ilegal mantido com a Baía era vendido nos arredores do Recife por um valor que podia chegar até os 80 mil réis¹⁰⁵².

Pela tabela nº 8 podemos inferir que, na época da companhia pombalina, o cômputo global das importações de escravos que entraram no porto do Recife, oriundas da África, foi reduzido em cerca de 30% quando comparado às importações efectuadas nos dezoito anos anteriores ao monopólio da empresa comercial. Contudo, referimos ainda que esta baixa nos números de entrada de africanos deve ser creditada a outros factores que não apenas a falta de empenho dos administradores da Companhia, tão propalada pelos moradores e pela própria Junta em Lisboa. Apontamos, nos parágrafos que se seguem, alguns factores que merecem ser levados em consideração.

Já evidenciámos que na época da Companhia houve uma expansão da lavoura açucareira. Como consequência disso, o número de engenhos e o volume das exportações da cana-de-açúcar subiram durante os anos do monopólio. Isto significa que o desenvolvimento da cana-de-açúcar implicou numa redução das áreas destinadas à lavoura de tabaco, sendo por isso provável que o decréscimo das importações da mão-de-obra africana no período da Companhia tenha origem, em parte, nesta redução das áreas da produção do fumo. Bem como pelo alto preço cobrado por cada «peça». Tabaco, que como se sabe, era voltado principalmente para as trocas mercantis com África no âmbito do trato negreiro, e de forma secundária, e o de primeira qualidade, era enviado para Lisboa.

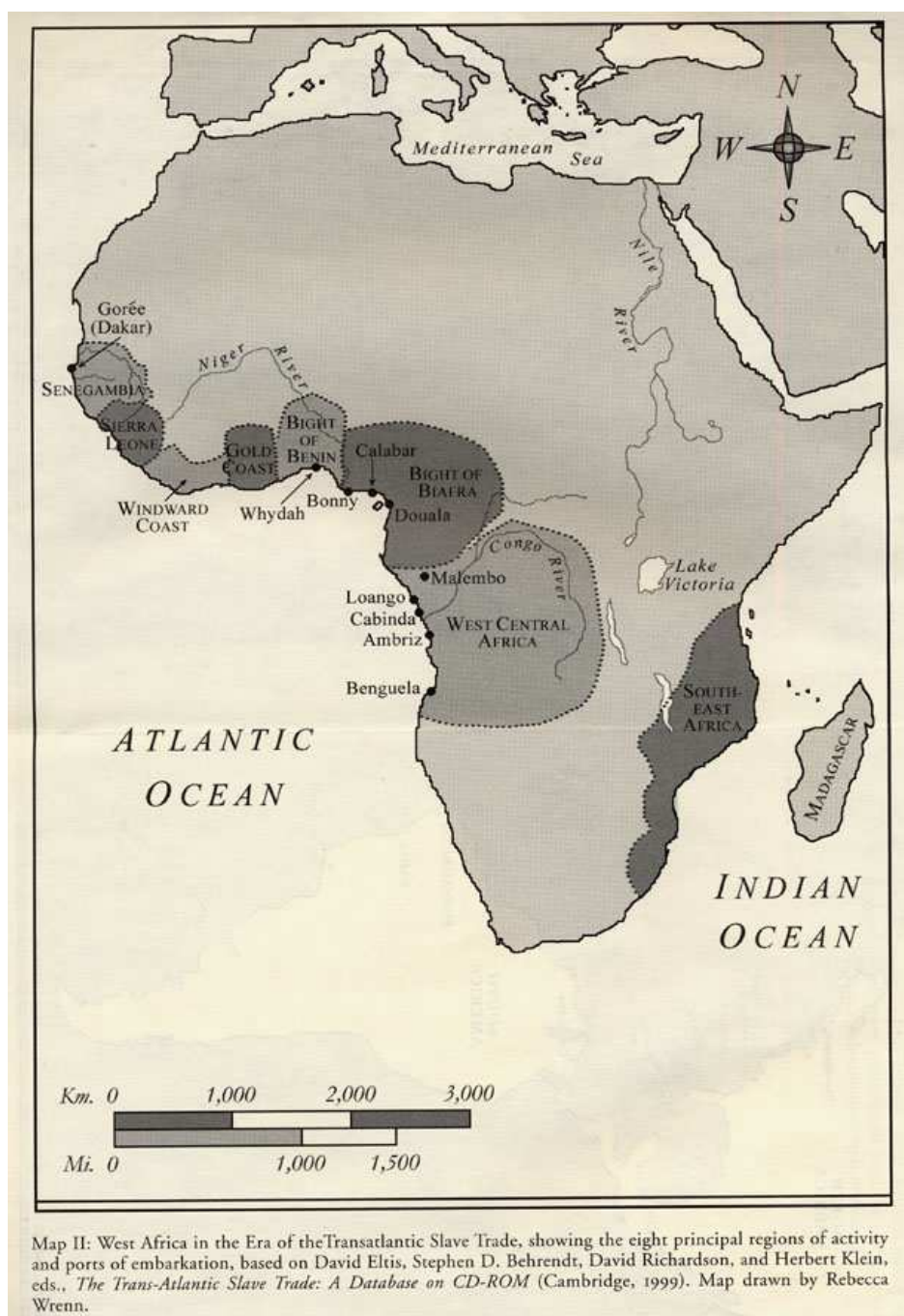
A par da redução da entrada de africanos na capitania, a expansão do açúcar também teve como consequência uma maior procura interna de escravos, procura essa que, por sua vez, fez diminuir a venda de africanos nas praças da Baía e Rio de Janeiro algo que o governador considerava prejudicial a economia da capitania¹⁰⁵³. Mesmo que a mão-de-obra comercializada em Pernambuco e na Paraíba não fosse de excelente qualidade -

¹⁰⁵² O preço do escravo vendido pela Companhia no Rio de Janeiro era de no máximo 80\$000 réis e em Pernambuco 100\$000 réis. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, julho, 13, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823. Ver também José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p. 131.

¹⁰⁵³ Algo que poderia ter aumentado o nº de escravos para as lavouras, algo que paradoxalmente não aconteceu. Vender escravos para outras praças dinamizava a economia local, era motivo para manter a entrada de escravos sempre alta no porto do Recife, e porque, como já dissemos, entravam no Recife metais preciosos oriundos do porto do Rio de Janeiro e fazendas asiáticas da praça de Salvador.

como confirmam as queixas das câmaras -, factores como a necessidade de braços para a lavoura açucareira, os altos preços cobrados pelos escravos pela Companhia na praça do Recife e a falta de qualidade desta mão-de-obra para concorrer em mercados como os do Rio de Janeiro e da Baía fizeram com que a Direcção privilegiasse a venda dos escravos na própria capitania. Africanos que na sua maioria eram «resgatados» em Luanda e, num número menor, na Costa da Mina.

Figura 7: Principais regiões de comércio de escravos na África.



Fonte: New Perspectives on the Transatlantic Slave Trade. Special Issue, William and Mary Quarterly. Vol. 58. (2001)¹⁰⁵⁴.

Além dos factores internos, também é possível creditar a redução nos números de escravos comercializados pela Companhia nas décadas de 60 e 70 de Setecentos - quando

¹⁰⁵⁴ Major slaving regions of West Africa. New Perspectives on the Transatlantic Slave Trade, Special Issue, William and Mary Quarterly, vol.58 (2001), pp. 16 -17 *apud* Ana Emilia STABEN, *Negócio dos escravos: o comércio de cativos entre a Costa da Mina e a capitania de Pernambuco (1701-1759)*, (Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008), p. 4.

comparados aos anos anteriores -, à concorrência nos portos da «Costa dos Escravos». Os negreiros de Pernambuco enfrentavam não apenas os comerciantes de «grosso trato» da Baía e do Rio de Janeiro, mas também os holandeses, os britânicos e os franceses. Desde 1637, quando a fortaleza de São Jorge da Mina capitulou, em 27 de Agosto, os negreiros de Pernambuco tinham de se submeter à força das armas dos holandeses - que os forçavam a cumprir os tratados celebrados entre a Coroa portuguesa e os Países Baixos - e concorrer com os produtos que ingleses e franceses lançavam neste mercado africano do golfo da Guiné, algo difícil de igualar¹⁰⁵⁵.

Para concluir a nossa análise, referimos o último ponto de dissensão entre os vassallos e a Companhia: as arrematações dos contratos de Pernambuco e Paraíba. O governador e a Câmara do Recife escreveram à Secretaria de Estado procurando demonstrar os prejuízos apresentados pela instituição pombalina à Fazenda Real. Além das certidões da Alfândega do Recife, utilizadas por governador e câmara, encontramos nos balanços da extinta Provedoria da Fazenda Real a confirmação dos valores das arrematações dos contratos¹⁰⁵⁶. Os principais contratos das capitanias eram:

- o do rendimento da Dízima da Alfândega;
- o do subsídio do açúcar de Pernambuco;
- o do subsídio das carnes de Pernambuco;
- o do subsídio do açúcar da Paraíba;
- e o do subsídio do açúcar e do tabaco de Itamaracá.

Esses contratos eram arrematados por particulares no tempo do comércio livre, e durante o período de monopólio, pelos directores da Companhia. Ao compararmos os dezoito anos anteriores à institucionalização da Companhia (1742 - 1759) e os dezoito anos em que esta actuou na capitania (1760 - 1777), observamos que o único contrato que obteve um aumento significativo foi o contrato do açúcar de Pernambuco. Este contrato,

¹⁰⁵⁵ Gustavo Acioli LOPES, «Negócio da Costa da Mina e Comércio Atlântico...», pp. 198-199. Costa dos escravos que abarcava as regiões onde actualmente são os países de Gana, Togo e Benim, São Jorge da Mina.

¹⁰⁵⁶ AHU_ACL_CU_Contratos de Pernambuco, Cod. 1278. AHU_ACL_CU_Contratos de Pernambuco, Cod. 1828. AHU_ACL_CU_Contratos de Pernambuco, Cod. 1827.

entre 1760 e 1777, deu um lucro de mais de trinta e um contos de réis, comparados aos dezoito anos anteriores à institucionalização da Companhia (1742 - 1759)¹⁰⁵⁷. No que respeita ao desenvolvimento da produção e exportação do açúcar, é inegável que a companhia pombalina cumpriu os seus objectivos¹⁰⁵⁸.

Todos os outros contratos deram prejuízo, bem visível quando comparamos os valores que a Fazenda Real obteve por estes contratos no tempo do comércio livre. A maior parte deles, no ano de 1777, foi arrematada pelos membros da Direcção, por antigos deputados da instituição pombalina ou pelos seus parentes.

As famílias que se relacionavam com a companhia pombalina também usaram esta influência para arrematarem alguns dos principais contratos da capitania de Pernambuco na década de 1770. No ano de 1777 António José Souto, ex-intendente da Direcção, era o contratador dos Dízimos de Pernambuco; o deputado João António de Amorim Viana era o contratador do açúcar, e o procurador do contrato era Luís Pereira Viana, seu parente e deputado da Direcção da Companhia desde 1776¹⁰⁵⁹. O mesmo Luís Pereira Viana arrematou os contratos do tabaco, do direito dos escravos da Costa da Mina e dos vinhos para o período de 1777 a 1779. Outro deputado da Companhia, da gestão que tomou posse em 1776, Patrício José de Oliveira, arrematou, naquele mesmo ano, um contrato menor, o das passagens da freguesia de Cabrobó, freguesia na qual possuía um engenho. Por último, destacamos o contrato do subsídio das carnes de Itamaracá, o qual foi arrematado por Manuel Gomes dos Santos, intendente da Companhia pombalina em 1777¹⁰⁶⁰.

Ao analisarmos as certidões que a Direcção da companhia pombalina remeteu para a Secretaria de Estado, é possível concluir que o valor das exportações dos géneros «da terra» - principalmente o açúcar, seguido do tabaco e dos couros -, durante o período de monopólio da Companhia, foi superior em cerca de 706 contos a tudo o que foi importado

¹⁰⁵⁷ Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6974.

¹⁰⁵⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Livros de Pernambuco, Cod. 1821. De 1742 a 1759, Pernambuco exportou perto de dois milhões e trezentas mil arrobas de açúcar, de 1760 a 1770 mais de quatro milhões e meio de arrobas de açúcar. Dauril ALDEN, «O período final do Brasil Colónia, 1750...», p. 557.

¹⁰⁵⁹ Todos estes integrantes da família Viana foram acusados de contrabando pelo conde de Povolide, governador de Pernambuco no ano de 1769. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador de 1769, abril, 30, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8284.

¹⁰⁶⁰ AHU_ACL_CU_Contratos de Pernambuco, Cod. 1827, fls. 3-21.

de Lisboa. Se a Direcção reconhecia que as exportações de Pernambuco e da Paraíba eram superiores às importações de produtos europeus, as grandes dívidas dos moradores só se justificavam pelo valor elevado das mercadorias europeias que entraram na capitania, para além dos juros cobrados¹⁰⁶¹.

Tabela 9: contratos da capitania de Pernambuco (1760-1777) arrematados pelas redes mercantis relacionadas com a Direcção da Companhia

Contratos da capitania de Pernambuco 1760-1780	Accionistas e/ou deputados da companhia pombalina
Contrato do subsídio do tabaco e açúcar de Itamaracá	Domingos Pires Ferreira 1760-1761 Manuel Gomes dos Santos 1761-1764 José Timóteo Pereira de Bastos (1770-1776) João António de Amorim Viana (1776-1779) o fiador era o deputado Luís Pereira Viana
Contrato dos Dízimos de Itamaracá	Manuel Gomes dos Santos (1768-1771)
Contrato dos Dízimos reais de Pernambuco	António Pinheiro Salgado (1753-1756) João de Oliveira Gouvim (1757-1760) José de Sousa Rangel (1760-1761) Luís Moreira de Carvalho (1761-1764) Manuel Gomes dos Santos (1764-1771) José Timóteo Pereira de Bastos, genro de Manuel Gomes dos Santos (1771-1774) António José Souto (1774-1777) José Timóteo Pereira de Bastos (1777-1780)
Contrato da Dízima da Alfândega de Pernambuco	De 1761 até 1777 ficou sob a responsabilidade de três accionistas da Companhia: Francisco Rodrigues da Silva, José Bento Leitão e António Francisco Monteiro
Subsídio do Tabaco	João António de Amorim Viana (1776-1779)
Vinhos e aguardentes	João Henrique Martins (1756-1762) José Timóteo Pereira de Bastos (1770-1772)
Subsídio das Carnes de Pernambuco	João e Luís da Costa Monteiro (1738-1764)

¹⁰⁶¹ Ofício do governador José César de Meneses a Martinho de Melo e Castro. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, julho, 13, Recife]. As certidões citadas estão nos anexos do dito documento. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

	Manuel Gomes dos Santos e seus associados José de Sousa Rangel, José Timóteo Pereira de Bastos (genro) e Paulo Pereira Guimarães (1764-1778)
--	--

Fonte: AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823; AHU, cód. 1278¹⁰⁶²

As relações de amizade e parentesco eram relevantes na organização do comércio, pois as solidariedades familiares forneciam uma base natural para o desenvolvimento da estrutura comercial. As ligações entre pais, filhos, irmãos e primos, constituíam, em parte, as relações por meio das quais se processava o negócio. Só assim se compreendem os motivos porque somente uns poucos conseguiram beneficiar com os créditos, oferecidos pela instituição pombalina, para desenvolver o comércio e a produção na capitania¹⁰⁶³. Para além do que os mesmos que se beneficiaram criaram estratégias para não obedecerem às ordens da Junta no que respeita ao pagamento dos empréstimos concedidos.

A companhia pombalina representou para uma parte das elites locais uma perda de privilégios, mas para os que participaram na Direcção e os que tinham laços de amizade e de parentesco com os homens de negócio que a geriam foram beneficiados com o crédito distribuído pela Junta nos primeiros anos de funcionamento da empresa pombalina¹⁰⁶⁴.

Estamos a referir-nos, por exemplo, a indivíduos como Alexandre da Costa Monteiro. Este Monteiro era capitão de infantaria da Ordenança do Recife e no ano de 1780 devia um valor avultado à companhia, quase dois contos e meios de réis. O seu parentesco com os irmãos Monteiro coloca-o nas redes ligadas à companhia pombalina. Também foram beneficiadas as famílias que trabalhavam para a Direcção (os Lumachi) e os «clãs» Santos, Sampaio, Monteiro e Viana, todos homens de negócio ligados à criação de gado e ao comércio do couro (famílias Monteiro e Santos) e ao plantio de açúcar (famílias Viana e Sampaio).

A instalação da Companhia retirou de uma parte considerável das elites locais os privilégios que tinham no período do comércio livre. As duas dezenas de homens de

¹⁰⁶² Havia de facto um monopólio por parte da Direcção da Companhia no que se refere à arrematação dos contratos. Certidões do Juiz da Alfândega em AHU_ACL_CU_CU_015, Cx. 130, D. 9823. Ver também: Clara ARAÚJO, «O trato dos homens de negócio...», capítulo 2, pp. 74-99.

¹⁰⁶³ Jorge Miguel de Melo Viana PEDREIRA, «Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal...», (tese de doutoramento...), p. 242.

¹⁰⁶⁴ AHU_ACL_CU_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

negócio que fizeram parte da Direcção ao longo dos vinte anos de monopólio souberam aproveitar todos os benefícios que advinha do facto de serem accionistas originários e deputados da instituição pombalina, desde o acesso facilitado aos hábitos das ordens militares, a facilidade em dispor dos créditos que emanavam de Lisboa para a expansão das produções até a arrematação de contratos. Evidentemente que os grupos alijados do comando do comércio local se opuseram a esta nova prática comercial instalada com a Companhia¹⁰⁶⁵.

O próprio intendente, António José Souto, afirmava que a resistência à instituição pombalina era grande porque esta modificou a dinâmica comercial da capitania, prejudicando interesses há muito estabelecidos, fosse na comercialização do açúcar, no comércio com outras capitanias, com as praças africanas e até mesmo com o Reino¹⁰⁶⁶.

As inúmeras queixas feitas pelas instituições de poder local, apoiadas no parecer do governador, demonstraram a Coroa que a instituição pombalina não cumpriu os objectivos pelos quais fora criada. Desde o início da década de 1770 a Direcção e a Junta começaram a dar mostras de desordenação e a apresentar contradições na estrutura administrativa, o que fez crescer a tensão entre uma fracção das elites da terra e o «braço local» da Companhia. Em 1779 os deputados da Companhia respondiam às frequentes representações contra os seus excessos - representações elaboradas pelas câmaras de Olinda, Goiana, Itamaracá e Recife -, divulgando listas de devedores que circulavam pelo Recife. Insultados desta maneira, os senhores de engenho deixaram, de uma vez por todas, de pagar as parcelas das suas dívidas, aumentando substancialmente o desvio de açúcar para a Baía¹⁰⁶⁷.

A Direcção local não respeitou uma regra antiga e muito usada desde sempre pelos homens de negócio ao emprestarem dinheiro aos senhores de engenho, a de que era preferível recorrer-se às mediações e negociações, isto é, «a ameaça de perda da

¹⁰⁶⁵ Na óptica destas elites, a extinção da Companhia poderia significar o regresso ao controlo do comércio de escravos e da comercialização de açúcar, tabaco e couros, como vinham fazendo desde a expulsão dos flamengos em meados do século XVII.

¹⁰⁶⁶ A companhia deixou na mão de poucos o domínio do comércio pernambucano. Ofício do intendente em AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

¹⁰⁶⁷ Afrontamentos públicos como o referido no ofício de Julião Lumachi ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar. O guarda-livros da Companhia tentou justificar o seu endividamento e fez uma referência importante no seu ofício: a acusação a um deputado da Companhia que insultava os devedores onde quer que os encontrasse. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1779, novembro, 9, Pernambuco]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 135, D. 10103.

credibilidade constituía sempre um poderoso mecanismo de controlo moral sobre o eventual comportamento dos devedores, daí a sua eficácia»¹⁰⁶⁸. A quebra desta regra foi mais um factor que contribuiu para que nos anos finais da Companhia em Pernambuco as dívidas alcançassem montantes elevados e as elites descontentes e endividadas procurassem estratégias para que a instituição fosse erradicada.

De forma sucinta, pode dizer-se que os descontentes com a Companhia, liderados pelos senhores de engenho, procuraram satisfazer os seus intentos através de duas formas: a comunicação política e directa com as instituições do poder central e o contrabando¹⁰⁶⁹.

Por meio de seus representantes legais - as câmaras -, os queixosos fizeram chegar as suas cartas ao Conselho Ultramarino e os seus ofícios ao secretário de Estado do Ultramar, e, paralelamente utilizaram o comércio ilegal com o sertão e a Baía para vender o açúcar, o tabaco e os couros produzidos na capitania. Além disso, as elites encontraram no representante da Coroa um mediador para os seus pedidos. José César de Meneses não intermediou apenas a situação, mas colocou-se ao lado dos endividados. No seu relatório, fundamentado em certidões e atestados sobre os rendimentos dos contratos, culpava igualmente Junta e Direcção pela situação difícil e tensa em que se encontrava a capitania no final da década de 1770.

Antes da formulação do parecer do governador, o secretário de Estado enviou a José César de Meneses as cartas da Junta para serem analisadas. O secretário de Estado, de forma enfática, procurou que o governador apoiasse a companhia pombalina, apesar de José César de Meneses mostrar, frequentemente, uma opinião contrária à prorrogação do monopólio da companhia. Com o aumento da resistência à Companhia por parte dos moradores¹⁰⁷⁰, Martinho de Melo e Castro passou a escrever com alguma insistência ao

¹⁰⁶⁸ Teresa C. N. MARQUES, «O rescaldo da C^{ia}. Pernambuco e Paraíba: crédito, endividamento e tensão social, 1808-1821”, p. 5. [Consultado em 2 de dezembro de 2011]. Disponível em: http://web.letras.up.pt/aphes29/data/3rd/TeresaMarques_Texto.pdf.

¹⁰⁶⁹ A comunicação política é perceptível no discurso dos requerimentos que entraram no Conselho Ultramarino e das cartas das câmaras em nome dos moradores endividados. A documentação demonstra que houve uma persistência nos protestos. Já os números do contrabando são impossíveis de quantificar por ser um comércio ilegal do qual não ficaram registos. Temos apenas referências subjectivas feitas pelo governador José César de Meneses nos seus relatórios à Secretaria de Estado.

¹⁰⁷⁰ Moradores liderados por uma fracção das elites, os senhores de engenho.

governador sobre a utilidade da Companhia no desenvolvimento da agricultura em Pernambuco, pois, a seu ver, antes de 1759 as lavouras estavam quase perdidas¹⁰⁷¹.

Ora, num momento em que a Companhia do Pará e Maranhão já havia sido extinta, Martinho de Melo e Castro - que era um defensor do projecto de companhias de comércio para o Brasil -, procurava obter na informação do governador a confirmação da importância da Companhia para o comércio de Pernambuco¹⁰⁷². O secretário de Estado não ordenou ao representante da Coroa que elaborasse um relatório expressando a sua opinião com comparações entre o período do comércio livre e do comércio de monopólio. O secretário de Estado solicitou uma informação que ratificasse os pareceres da Junta e que culpabilizasse a Direcção pelos problemas ocorridos com os moradores de Pernambuco¹⁰⁷³.

Martinho de Melo e Castro escreveu para o governador de Pernambuco em Junho de 1778, destacando a actividade da Companhia em relação ao envio de moeda provincial e as consequências benéficas que tal envio acarretou para a Fazenda Real. Tornou a escrever em agosto, criticando os excessos dos deputados na Direcção que utilizavam os créditos em seu proveito e não cumpriam as ordens da Junta. O secretário de Estado baseou-se nos números apresentados pela Junta, que, de facto, demonstravam que os deputados eram os maiores devedores da instituição pombalina e que continuavam a distribuir os créditos entre eles e entre os parentes e agregados, e resistiam a cumprir as ordens das instituições centrais relacionadas com a cobrança das dívidas.¹⁰⁷⁴

¹⁰⁷¹ No espaço de um ano o secretário enviou quatro missivas ao governador apenas sobre a companhia pombalina. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 187v-189.

¹⁰⁷² Martinho de Melo e Castro expressou as suas opiniões em algumas memórias sobre as companhias de comércio e sobre o comércio colonial. Citamos uma memória em que o secretário de Estado fez reflexões acerca da independência económica do Brasil em relação a Portugal, os prejuízos que isto representa para a «metrópole», o intenso comércio feito pelo Brasil para África e também para a Ásia, o grande número de navios pertencentes às frotas brasileiras, nomeadamente, Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro, mencionando o facto de o Brasil poder subsistir sem a interferência de Portugal, devido às «fábricas» de algodão que existem na colónia americana e ao comércio directo com a Índia. Por tudo isso, na sua opinião, o comércio monopolizado era o que mais convinha à América portuguesa. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil-Geral. AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976.

¹⁰⁷³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 187v-189. Os ofícios da Junta estão em anexo ao parecer do governador. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

¹⁰⁷⁴ AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fls. 195-197v. José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e Monopólio...*, p. 192. Ribeiro Júnior cita que os maiores devedores à Companhia eram indivíduos integrantes da administração local.

Assim, não é, portanto, de surpreender que o parecer do governador não tenha agradado ao secretário. Poucos meses após o parecer de José César de Meneses, datado de 13 de julho de 1778, Martinho de Melo e Castro escreveu ao governador o seu ofício mais crítico, afirmando que o rei o colocara na governação da capitania para proteger a Companhia e não para estimular a formação de partidos; nem para «fazer dissertações sobre a existência da companhia ou extinção dela...» mas fundamentalmente para auxiliá-la¹⁰⁷⁵. Neste aviso de outubro de 1778, o secretário repreendeu José César de Meneses por tomar o partido dos moradores contra a Companhia:

[...] Sua Majestade confiou a Vossa Senhoria o governo dela, **não para fomentar partidos, mas para os destruir**, não para acreditar, **nem autorizar sugestões**, mas para castigar os autores delas, **não para fazer dissertações sobre a existência da companhia ou extinção dela** porque a este respeito se lhe não tem pedido algum conselho, mas para sustentar os seus interesses enquanto Sua Majestade a conserva e a protege, como um estabelecimento instituído por seu Augusto Pai, não para permitir nem tolerar os escandalosos roubos, extravios e contrabandos que nesta capitania se estão fazendo, como se nela não houvesse governo, nem autoridade para os coibir¹⁰⁷⁶ [...]

Em nosso entendimento, tal repreensão é indicativa de que o ofício e as certidões que o governador juntou para dar fundamento ao seu relatório foram levados em consideração - juntamente com as cartas das câmaras - quando a Coroa decidiu a continuação do monopólio ou a extinção da Companhia. Apenas Kenneth Maxwell fez uma pequena referência ao papel das queixas dos vassalos no processo de extinção da companhia pombalina¹⁰⁷⁷. Na nossa óptica, a intermediação do governador, apoiando as missivas enviadas de Pernambuco, e as representações das câmaras concorreram de forma fulcral para que a instituição fosse encerrada.

Não encontrámos na documentação vestígios de quaisquer alianças que o governador pudesse ter com as elites locais, pois embora a sua justificativa se alicerçasse nas perdas da Fazenda Real, ou seja, na sua lealdade para com os interesses da Coroa, a sua carta favorecia indubitavelmente os interesses de uma fracção das elites, a dos

¹⁰⁷⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 200- 203.

¹⁰⁷⁶ Grifo nosso. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fls. 202-203.

¹⁰⁷⁷ Érika Simone de Almeida Carlos DIAS, «*O fim do monopólio...*» pp. 93-94. Ver também Kenneth MAXWELL, *A devassa da devassa: Inconfidência mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808*, Tradução de João Maia, 3ª ed. (São Paulo: Paz e Terra, 1995), p. 94.

produtores de açúcar, que como já analisado eram os que lideravam as contestações contra a companhia pombalina. Atitude reveladora de algum tipo de associação. De igual modo, e por repetidas vezes, os moradores pediram que José César de Meneses continuasse no cargo de governador.

Por outro lado, encontrámos indícios de uma animosidade existente entre o governador e um dos principais homens de negócio da praça do Recife, o intendente da Companhia entre 1763 e 1775, António José Souto. Algo que por si só não justifica a parcialidade do governador.

Quanto à rainha, a quem cabia a decisão final, concordou e permitiu a continuidade, sem intervalos, do agente da governação na capitania até ao ano de 1787, contabilizando assim treze anos na administração da antiga capitania Duarte. D. Maria I manteve o governador nomeado ainda no consulado pombalino, mas desactivou a instituição comercial criada pelo marquês. A sua decisão e o complexo processo de cobranças de dívidas serão analisados a seguir.

9.2 O fim dos monopólios das Companhias de Comércio

A Coroa decidiu o futuro da companhia pombalina em 1780. Todas as missivas, contrárias e favoráveis à empresa comercial, deram entrada nas instituições do poder central até o ano de 1779, a última consulta do Conselho Ultramarino e o aviso do secretário de Estado repreendendo o governador por ser contrário à continuação do monopólio são indicativos de que todas as missivas foram lidas e analisadas.

A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba foi extinta em 8 de abril de 1780. No cômputo geral, produziu um lucro de cerca de 5% ao ano, considerado muito modesto para os objectivos da sua criação. O reduzido lucro produzido para os seus accionistas foi uma das principais razões para que a Companhia não obtivesse a renovação do privilégio¹⁰⁷⁸. Mas por si só, não explica a extinção do monopólio, embora esse motivo, juntamente com a demissão do marquês de Pombal, sejam referidos pela historiografia como as principais razões para o fim das companhias de comércio¹⁰⁷⁹.

¹⁰⁷⁸ Maria Ieda LINHARES, (coord.), *História Geral do Brasil...*, p. 98.

¹⁰⁷⁹ Cunha Saraiva, António Carreira e Oliveira Marques, são autores que apontam a queda de Pombal como o motivo mais importante para o encerramento das companhias. António CARREIRA, *As Companhias...*, p. 39.

Manuel Nunes Dias, no seu estudo sobre a liquidação das companhias pombalinas, explica que a rainha tomou essa decisão após ouvir uma junta que se reuniu exclusivamente para votar sobre o assunto. Junta esta que era constituída pelos secretários de Estado e por outros oficiais régios e homens de negócio da praça de Lisboa. Integraram a Junta dignitários como o cardeal regedor; o ministro assistente ao Despacho, o marquês de Angeja; o secretário de Estado do Reino e Mercês, o visconde de Vila Nova de Cerveira; o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Aires de Sá e Melo; o ex-procurador da Fazenda da Repartição do Conselho Ultramarino, Gonçalo José da Silveira Preto; e, por último, António José Amado. Estes votaram pela extinção.

O secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro; João Pereira Ramos; o homem de negócio e accionista originário da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, Domingos de Bastos Viana; o fidalgo da Casa Real, Bartolomeu José Nunes e o escrivão da receita e despesa do Erário, João Henrique de Sousa votaram pelo prolongamento do monopólio da instituição¹⁰⁸⁰. Salientamos que o único secretário de Estado que votou pela prorrogação das companhias de comércio foi o da Marinha e Ultramar, Melo e Castro. No que se relaciona às companhias, quer Martinho de Melo e Castro, quer Carvalho e Melo, tinham a mesma opinião, e o secretário da Marinha e Ultramar já tinha expressado sua opinião sobre a relevância da prorrogação do monopólio nos seus ofícios ao governo de Pernambuco¹⁰⁸¹.

Naturalmente, a queda em desgraça do marquês influiu no encerramento das Companhias no Brasil, uma vez que elas foram uma das mais simbólicas acções do seu ministério e os ministros que lhe sucederam não tinham intenção de dar continuidade a esta sua iniciativa¹⁰⁸². Foi esse o caso do marquês de Angeja e do visconde de Vila Nova de Cerveira, que foram nomeados, respetivamente, como ministro assistente ao despacho e

¹⁰⁸⁰ Domingos de Bastos Viana era um accionista originário da Companhia do Grão Pará e Maranhão em 1755, procurador da Fazenda Real em 1758 e administrador do contrato dos Diamantes em 1761. Na década de 80 do século XVIII João Henrique de Sousa seria escrivão da receita e despesa do Erário Régio. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil-Geral. AHU_ACL_CU_003, Cx. 17, D. 1525 e Cx. 25, D. 2144.

¹⁰⁸¹ Manuel Nunes DIAS, «Junta Liquidatária das Companhias do Grão-Pará E Maranhão, Pernambuco e Paraíba», *separata Studia* 32, Lisboa: Centro de Estudos Ultramarinos, 1971, p. 12. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Códices: AHU_ACL_CU_ Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fls. 200-203v. Nesta junta, instituída para analisar a extinção ou prorrogação da Companhia, o único indivíduo que já havia estado relacionado com o Conselho Ultramarino, foi o Gonçalo J. da Silveira Preto, que havia sido procurador do tribunal.

¹⁰⁸² José Luís CARDOSO, «política económica» em *História Económica...* p. 358.

secretário de Estado do Reino e Mercês, em lugar de Carvalho e Melo. Ambos votaram pela extinção das companhias comerciais do Brasil.

Diferentemente do que ocorreu com as companhias pombalinas, na América espanhola, uma outra instituição de comércio, já aqui analisada, também foi extinta na década de 80 de Setecentos. A Real Companhia da Venezuela foi liquidada em 1785, e transferida para o oriente, após uma reorganização do estado colonial iniciada pela Coroa em 1777 com a criação da *Capitanía General de La Intendencia, de la Real Hacienda* e, posteriormente, *del Consulado* em 1793¹⁰⁸³.

A transição do comércio monopolizado para o livre se deu de forma pouco conflituosa, uma vez que a Coroa espanhola ao fundar o Consulado de mercadores permitiu que este fosse formado em cerca de 50% por proprietários de terras locais. Estes exigiram da Coroa espanhola a regulamentação do alvará de 1778 e apoio para expandirem a agricultura de exportação dos géneros mais rentáveis para os produtores americanos e para a Coroa¹⁰⁸⁴.

A Companhia Guipuzcuana teve o mérito de reduzir o comércio ilegal praticado com os holandeses, aumentar a riqueza nas cidades portuárias bascas e, na Venezuela, teve o mérito de expandir a agricultura de exportação. Com a Companhia houve uma diversificação do comércio venezuelano, porque para além do cacau, o tabaco, o café, o algodão, o açúcar e o anil foram géneros que, nas últimas décadas do século XVIII,

¹⁰⁸³ No que respeita à Venezuela, Cádiz era um porto muito importante pois a Real Companhia havia criado uma rota comercial relevante que envolvia os postos bascos, Cádiz e a Venezuela. Ver nota de estudo, Gerostik Historia Museo Birtuala, 2011. [Consultado em 10 de novembro de 2012]. Disponível em: http://muvir1.gipuzkoa.net/teselas_t.php?id_teselas=197&id_lingua=3. John Elliott afirma que o sistema protecionista que Madrid lançou sob a bandeira de livre comércio, em 1778, com a intenção de converter a Península na metrópole de um grande império comercial falhara enormemente. A derrota na batalha do Cabo de São Vicente, em 1797, a consequente perda de territórios e o bloqueio de Cádiz pela marinha britânica em 1805, impediu a Espanha de manter abastecido o mercado americano e obrigou-a a abrir os portos americanos a embarcações de países neutros e não apenas a outras de portos espanhóis que não Sevilha. Algo que veio a beneficiar os comerciantes da América Norte - que se tornaram nos grandes fornecedores de trigo, farinha e outros produtos às Antilhas espanholas, Venezuela e Nova Granada -, e que também favoreceu a economia destas regiões. Os vários conflitos franco-espanhóis com a Grã-Bretanha, no final do século XVIII, acabaram por ampliar as exportações venezuelanas também para a América do Norte. John H. ELLIOTT, *Imperios del mundo atlántico...* pp. 542-543.

¹⁰⁸⁴ O alvará de 1778 [Regulamento e Aranceles reales para el comercio libre de España e Indias] abolia o sistema que privilegiava o porto de Sevilha, autorizando outros portos espanhóis a negociarem directamente com a América e permitia o comércio intercolonial. Fernando CAMARGO, «O reformismo bourbónico no Prata 1776 - 1801» *Anais da reunião da SBPH*, Curitiba (2004): p. 158. [Consultado em 10 de novembro de 2012]. Disponível em: http://www.academia.edu/1108644/O_reformismo_bourbonico_no_Prata_1776_-_1801.

conheceram um aumento significativo nas exportações. A força do comércio local e o receio de um motim na Venezuela foram motivos suficientes para fazer a Coroa repensar a sua estratégia político-económica para aquela região, transferindo-a para as ilhas Filipinas.

Além disso, a Coroa espanhola temia o avanço expansionista britânico naquela parte de seu império, que na década de 90 de Setecentos chegou a apoderar-se de Trinidad, bem como tinha de se precaver contra insurreições, já que revoltas estavam ocorrendo em outras partes da América¹⁰⁸⁵.

No caso português, apesar de D. Maria I ter optado pela extinção da empresa comercial em Pernambuco, é preciso destacar que a Companhia também alcançou resultados económicos significativos, mencionados e defendidos pelo próprio governador José César de Meneses no parecer que elaborou para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar¹⁰⁸⁶. O representante da Coroa comprovou que, nos anos do monopólio da instituição pombalina, o número de engenhos e a produção do açúcar subiram em comparação com o período anterior. Embora todos os outros contratos tenham perdido valor, o açúcar - que continuava a ser o principal género de exportação das capitanias do Norte - teve a sua produção potencializada pela empresa comercial criada pelo marquês de Pombal.

A principal diferença que detetamos entre as instituições pombalinas e a Real Companhia Venezuelana está no alto grau de endividamento das elites locais da América portuguesa em contraste com a prosperidade dos proprietários de terra da região de Caracas que, após a transferência da Real Companhia para as Filipinas, tinham argumentos para negociar com a Coroa espanhola mais privilégios para o desenvolvimento da agricultura e do comércio locais¹⁰⁸⁷.

¹⁰⁸⁵ A Revolta de São Domingos, iniciada em 1791, foi o motim que mais assustou as autoridades coloniais nas duas Américas. Trinidad fazia parte da rota comercial da Real Companhia da Venezuela desde a década de 30 de Setecentos. AMEZAGA ARESTI, *Los Hombres de la Compañía...*, p 16.

¹⁰⁸⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1778, julho, 13]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.

¹⁰⁸⁷ Isto porque na década de 70 de Setecentos a Coroa havia limitado os poderes dos dirigentes da Real Companhia e passara a controlar os preços dos géneros da terra, o que veio a fortalecer a economia local. Também na década de 80 a Coroa liberalizou os impostos sobre o café, o que veio a aumentar a riqueza dos produtores. A produção de café rapidamente passou a concorrer com a do cacau. LUÍS VITALE, «Contribución al bicentenario de la Revolución de la independencia de Venezuela» (paper, Universidad de Chile, janeiro 2002), pp. 1-12. [Consultado em novembro de 2012]. Disponível em: http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/vitalel/2lvc/02lvchistsocal0028.pdf.

No que respeita à primeira Companhia pombalina para o Brasil, a do Grão-Pará e Maranhão, sabe-se que também foi extinta em 1778, após vinte anos de funcionamento¹⁰⁸⁸. Teve o seu encerramento decretado poucos anos antes da sua congénere em Pernambuco. Contudo, teve o mérito de aproveitar o capital da Coroa e dos investidores privados, beneficiando a produção e o comércio locais, fornecendo os meios financeiros necessários para a importação de escravos africanos e bens europeus, cumprindo os objectivos da sua institucionalização.

A exportação de novos produtos foi significativa: a do algodão iniciou-se em 1767 e depressa excedeu as necessidades de Lisboa, passando a proporcionar bons lucros com a reexportação desse género para outras cidades europeias na Holanda, França e Grã-Bretanha. A comercialização do cacau do Pará também cresceu em quantidade e valor.

Em apenas uma década, a primeira Companhia pombalina para o Brasil tinha uma frota mercante de 144 navios, com rotas que ligavam Bissau, Angola, Europa, litoral do Brasil e Oceano Índico. Segundo o próprio marquês de Pombal, a Companhia contribuiu para consolidar a criação do império que o rei D. José I queria fundar na América portuguesa¹⁰⁸⁹.

Porém, e tal como sucedeu em Pernambuco, a principal Câmara do Maranhão encetou negociações com a Coroa e, nas cartas que enviou, queixou-se dos procedimentos da administração local da companhia pombalina, visando o encerramento da instituição. Na capitania do Maranhão os moradores não tiveram o apoio do governador Joaquim de Melo e Póvoas nas suas queixas, já que este apoiava incondicionalmente a companhia pombalina¹⁰⁹⁰. O mesmo ocorreu no Grão-Pará em 1777, ano em que o governador João Pereira Caldas remeteu um relatório para o secretário de Estado informando o quão benéfico seria para o Pará se a companhia pombalina tivesse continuidade¹⁰⁹¹.

Mas a empresa comercial do Grão-Pará e Maranhão, tal como a de Pernambuco, teve o seu capital comprometido e espalhado pelas capitanias em forma de títulos de

¹⁰⁸⁸ A companhia foi institucionalizada em 1755, contudo passou a vigorar de facto apenas quando a primeira frota partiu e isso ocorreu no ano de 1758. Foi extinta em 25 de fevereiro de 1778, vinte anos depois da saída da primeira frota. Kenneth MAXWELL, *O marquês...*, p. 186.

¹⁰⁸⁹ Referimo-nos ao período de 1755 a 1765. Kenneth MAXWELL, *O marquês...*, p. 114.

¹⁰⁹⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Maranhão. [Carta da Câmara de São Luís]. AHU_ACL_CU_009, Cx. 52, D. 5017. Ofício do governador. AHU_ACL_CU_009, Cx.51, D. 4963.

¹⁰⁹¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pará. Ofício do governador. 1777, setembro, 11. AHU_ACL_CU_013, Cx. 77, D. 6433.

dívida pública, prédios e navios. O valor alcançado pelos débitos dos moradores foi tão alto que o governador, em ofício enviado ao secretário de Estado, reconheceu que a liquidação dos bens da companhia e o pagamento dos débitos decorreriam de forma lenta, algo que não beneficiava a maioria dos accionistas residentes no Reino. Tal como em Pernambuco, os pagamentos das dívidas arrastaram-se até ao século XIX.

Encontramos vestígios de débitos diversos dos moradores do Grão-Pará e Maranhão, bem como de dívidas da Direcção local relacionadas com a compra de escravos de Benguela e fazendas para Cacheu, ainda em 1833¹⁰⁹². Para além da questão das dívidas, no que concerne à companhia do Grão-Pará e Maranhão, um ofício de um contador geral de uma das Contadorias do Erário Régio dirigido a Martinho de Melo e Castro deixou claro que companhias exclusivas de comércio davam prejuízos à Fazenda Real¹⁰⁹³.

Diferentemente do que ocorreu nas capitanias do extremo Norte da América portuguesa - do Piauí ao Rio Negro -, em Pernambuco não houve uma grande diversificação da produção. O açúcar, o tabaco e os couros continuaram a ser os itens mais importantes das remessas para a Corte. A oscilação económica que ocorreu, no Reino e na capitania de Pernambuco em meados do século XVIII contribuiu para baixar o preço dos géneros coloniais tradicionais, o que veio a prejudicar o período em que vigorou o monopólio comercial da instituição pombalina nas capitanias de Pernambuco e suas subordinadas. E embora a pressão exercida pelas elites locais, para que a Companhia fosse extinta, não tenha obtido destaque nos trabalhos que abordam o tema, compreendemos que os argumentos usados nas cartas e requerimentos contribuíram, de forma eficaz, para que o monopólio não fosse renovado pela Coroa¹⁰⁹⁴.

Após a extinção da Companhia Geral de Pernambuco e da Paraíba, os conflitos ocorridos durante a sua existência só se comparam ao temor causado pela cobrança das dívidas e o receio de que as mesmas acabassem por culminar numa sublevação de grandes proporções por parte dos moradores de Pernambuco e Paraíba¹⁰⁹⁵.

¹⁰⁹² ANTT, Junta Liquidatária dos fundos das companhias pombalinas. Livro 17. Lisboa, 2 de Janeiro de 1815 - 10 de Setembro de 1833.

¹⁰⁹³ No ofício, o contador geral das Contadorias do Erário Régio, Manuel Pereira de Faria, tomou a Companhia do Grão-Pará e Maranhão como exemplo para evidenciar os prejuízos. AHU, Conselho Ultramarino, Pará. [Ofício de 1777, Maio, 12, Lisboa]. AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6400.

¹⁰⁹⁴ Kenneth MAXWELL, *A devassa da devassa...* p. 94.

¹⁰⁹⁵ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...* p. 197.

As capitanias do Norte nunca deixaram de ser uma região lucrativa no âmbito do comércio colonial, sobretudo por causa dos produtos coloniais que exportavam e que eram bem aceites na Europa. O açúcar nunca deixou de ser o principal produto do comércio colonial e, entre 1760 e 1770, Pernambuco superou a Baía tanto em número de engenhos, como na produção e exportação do açúcar, sem nunca ter interrompido o comércio com África, mesmo não sendo o maior produtor de tabaco para o trato negreiro¹⁰⁹⁶.

As capitanias do Norte mantiveram, no século XVIII, uma influência política significativa, ainda que não tivessem uma posição cimeira na economia colonial, como já haviam tido no século XVII. Ora, essa influência provinha da conservação vigorosa que as elites faziam da ideia de uma relação pactuada com a Coroa. Cabral de Mello afirma que «a vigência no Nordeste da ideia de um pacto político entre seus colonos e a Coroa, a cuja sujeição retornaram voluntariamente, não devia ser alheia a própria concepção jurídica que havia justificado a Restauração portuguesa»¹⁰⁹⁷. Assim, a ideia de pacto e de negociação política foi algo que sempre esteve presente desde o final do período holandês no Brasil, servindo para justificar a guerra das capitanias do Norte contra os flamengos e o retorno voluntário à administração portuguesa¹⁰⁹⁸. A mesma ideia, de uma relação pactuada, também esteve presente no último quartel do século XVIII, quando em 1779, a Câmara do Recife tenta negociar com D. Maria I o encerramento da Companhia pombalina evocando a relação pactuada entre reis e vassalos¹⁰⁹⁹.

Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, nos seus estudos, identificam alguns dos resultados desta relação pactuada. No século XVII, uma das recompensas concedidas pela Coroa às elites da terra consistia na nomeação dos filhos destas elites para postos da administração colonial nos territórios portugueses de uma e outra margem do Atlântico, sobretudo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Angola. Os historiadores referem

¹⁰⁹⁶ Dauril ALDEN, «O período final do Brasil Colónia, 1750...» p. 557 e p. 91.

¹⁰⁹⁷ Evaldo Cabral de Mello defende o argumento de que as elites «da terra» tinham certos privilégios e que a Coroa ora os confirmava, ora os restringia, levando em conta os interesses locais. A Coroa usava esta prerrogativa quando achava mais conveniente, pois sempre que queria, procurava aplicar os seus modelos e projectos. Evaldo Cabral de MELLO, *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste...*, p. 13.

¹⁰⁹⁸ Não apenas os pernambucanos reivindicavam uma série de distinções e acesso privilegiado ao governo das conquistas, também paulistas, fluminenses, mineiros quando dispunham das suas vidas e fazendas numa causa que não era apenas sua e sim da Coroa. Maria Fernanda B. BICALHO, «Elites coloniais: a nobreza da terra...» p. 79.

¹⁰⁹⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 133, D. 10009.

que, no século XVII, existiam dois grandes grupos familiares que eram os principais responsáveis pela reincidência de nascidos no Brasil na titularidade dos governos das capitanias da América portuguesa: os Correia de Sá (do Rio de Janeiro) e os Albuquerque (de Pernambuco), com os seus diversos ramos familiares, nas demais capitanias do Norte. Isso sucedia por conta dos serviços prestados à Coroa, pelas relevantes bases económicas e políticas que construíram nessas regiões e pelas ligações que continuavam a manter com o centro político¹¹⁰⁰.

9.3 Os despojos da empresa comercial e a cobrança das dívidas em Pernambuco

Com a extinção da Companhia, a grande preocupação da Coroa foi a forma como tranquilizar as elites, tendo em vista evitar uma possível revolta e planificar a cobrança das dívidas à instituição comercial - de forma breve e contínua -, uma vez que o capital investido nas capitanias monopolizadas ficara disperso nelas em forma de bens e débitos.

Dívidas que, em 1778 e segundo a Junta em Lisboa, eram principalmente de funcionários da Companhia em Pernambuco¹¹⁰¹. Entre os 13 maiores devedores, 11 trabalhavam para a Companhia ou eram familiares de funcionários:

- António José Souto (intendente). Mais de 36 contos.
- José António de Faria Viana (irmão de deputado). Mais de 30 contos.
- Manuel José dos Santos (deputado). Mais de 20 contos.
- Francisco Carneiro de Sampaio (deputado) Mais de 18 contos.
- Manuel Carneiro de Sampaio (irmão do deputado). Mais de 10 contos.
- Inácio Carneiro de Sampaio (irmão de deputado). Mais de 6 contos
- José Pedro Lumachi (familiar de funcionário). Mais de 9 contos.
- Manuel Francisco Lumachi (familiar de funcionário). Mais de 9 contos.
- Julião Lumachi (funcionário da Companhia). Mais de 9 contos
- Jácome Lumachi (funcionário da Companhia). Mais de 9 contos

¹¹⁰⁰ Mafalda Soares CUNHA, Nuno G. MONTEIRO, «Governadores e capitães-mores do império Atlântico português...», p. 224.

¹¹⁰¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9736.

- João de Sousa Rangel (fazia parte do corpo de comércio em 1772 e posteriormente foi deputado). Mais de 14 contos.

Grandes devedores que se relacionavam com o «partido» dos opositores:

- José Félix da Rocha Falcão (parente do vereador da Câmara de Olinda em 1777 Domingos da Rocha Falcão). Mais de 8 contos.
- João Rebelo da Costa (mercador que assinou petições contra a Companhia e recusou comprar acções em 1759). Mais de 11 contos de réis.
- José Luís Paes de Melo (senhor de engenho que assinou petições contra a Companhia). Mais de sete contos de réis.

A cobrança e o pagamento das dívidas passou a ser uma das maiores preocupações dos agentes ligados a administração. A Câmara do Recife, em carta ao Conselho Ultramarino, sugeriu à rainha D. Maria I que a elite produtora deveria saldar as suas dívidas pagando 10% das mesmas por ano. Dois dos vereadores neste ano, embora não fossem devedores da Companhia estavam ligados às facções das elites que se opunham a empresa comercial e estavam endividadas¹¹⁰². A Câmara argumentava que os grupos de devedores receavam, acima de tudo, que as dívidas fossem executadas num prazo curto, resultando num confisco geral de bens. O governador José César de Meneses já havia expressado a sua opinião quando afirmou que se a Companhia pagasse as dívidas aos moradores de Pernambuco a situação seria inversa¹¹⁰³. Ainda assim, era obrigado a obedecer às ordens da Coroa, no que se referia à cobrança das dívidas e, como ministro enviado pela Coroa, o governador procurou cumprir também esta obrigação¹¹⁰⁴.

No que respeita às dívidas, a partir das listas remetidas às instituições centrais pelos governadores de Pernambuco foi possível analisar a composição social dos devedores à companhia¹¹⁰⁵. Em 1780, pouco depois da extinção da companhia pombalina,

¹¹⁰² Já referimos ambos no capítulo anterior: Almeida Catanho, que por casamento sua família estava ligada aos Albuquerque do Cabo e Barros Branco, que assinou petições colectivas contrárias aos interesses da Companhia.

¹¹⁰³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Câmara do Recife a Martinho de Melo e Castro. 1778, julho, 8, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9807.

¹¹⁰⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [ofício do governador para Martinho de Melo e Castro sobre a cobrança das dívidas. 1780, abril, 7, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10147.

¹¹⁰⁵ Temos conhecimento de pelo menos cinco grandes listas de devedores da Companhia pombalina, uma de 1776 feita pela Direcção, uma de 1778 feita pela Junta em Lisboa, duas de 1780, uma de abril e outra de julho, e a última, mais detalhada, enviada ao Reino em forma de livro, datada do ano de 1793. As listas enviadas pela Junta em Lisboa, do ano de 1778 e a de abril de 1780 (D. 10147) para a Direcção em Pernambuco, são uma cópia da do ano de 1776. São bastante resumidas e todos os nomes que

o governador José César de Meneses enviou ao Reino uma das listas mais completas, de devedores, e nela constava um total de 1771 indivíduos e entidades, contendo os diversos segmentos sociais que formavam as elites da capitania¹¹⁰⁶. Desta lista podemos inferir que, em 1780, os principais devedores eram aqueles a quem o governador denominou de «devedores diversos», isto é, provenientes de diferentes segmentos sociais:

Tabela 10: lista de devedores, elaborada por José César de Meneses, no ano de 1780¹¹⁰⁷

LISTA DE DEVEDORES DA COMPANHIA GERAL DE PERNAMBUCO E PARAÍBA NO ANO DE 1780	
Tipo de devedor	Percentagem (%) em relação ao nº total
Militares, irmandades, boticários, padres, tanoeiros, oleiros, criadores de gado (devedores diversos)	42, 4%
Rendeiros do açúcar	30,6%
Senhores de engenho	14,7%,
Homem de negócio e mercadores ¹¹⁰⁸	11,7%,
Fabricantes de sola e atanados	0,6%

Fonte: AHU_ACL_CU_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

Contudo é de referir que as dívidas mais altas pertencem ao grupo dos «devedores diversos» deviam mais de 425 contos de réis¹¹⁰⁹, seguido do grupo dos homens de negócio e mercadores. Estes deviam mais de 406 contos de réis.

constam na de 1776 constam nestas outras duas. Os devedores são sobretudo da Companhia e homens de negócio da praça do Recife: António José Souto - intendente; Manuel José dos Santos; Julião Lumachi - guarda-livros; Jácome Lumachi; José de Sousa Rangel - homem de negócio, capitão-mor e dono de navio; Joaquim Ribeiro dos Santos - homem de negócio e capitão da Companhia dos Familiares do Santo Ofício. Listas: AHU_ACL_CU_015, Cx. 125, D. 9503; AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9736; AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10147; AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10156; AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Códices: AHU_CU_Cods. 1825 e 1155.

¹¹⁰⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1780, julho, 27, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

¹¹⁰⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_CU_015, Cx. 137, D. 10206. Devedores diversos: Ordem Terceira do Carmo do Recife: 199\$363; José Pinto Coelho, secretário do Governo de Pernambuco: 1:486\$966; João Paes Barreto, morgado do Cabo: 2:001\$747; Alexandre da Costa Monteiro (capitão de Infantaria da Ordenança da praça do Recife) e padre Reinaldo Dias: 2.471\$574; Convento do Carmo de Olinda: 1:243\$718.

¹¹⁰⁸ Homem de negócio era o grande comerciante que fazia o comércio à distância, o mercador podia ser de sobrado, o que vendia por atacado, ou o de loja, o que vendia ao varejo. RIBEIRO JÚNIOR, *Rubro Veio...*, p. 195.

A Companhia foi de facto a medida económica com mais impacto na economia e no governo da capitania, praticamente todos os sectores da sociedade deviam à Companhia¹¹¹⁰. A lista feita pelo governador demonstra o cumprimento das ordens da Secretaria para informar detalhadamente quem e quanto devia cada vassalo - agrupando-os nas categorias acima -, ao mesmo tempo que prestava contas da forma como negociaria o parcelamento das dívidas dos devedores. José César de Meneses compreendia que era necessário salvaguardar os interesses dos vassalos na capitania, pois o risco de uma sublevação existia, e os da Coroa, pois os accionistas em Lisboa e no Porto queriam ser ressarcidos com a brevidade que fosse possível e pressionavam a Secretaria de Estado para que tratasse do assunto de forma cabal¹¹¹¹.

O valor das dívidas reflectia os motivos dos que se opunham à Companhia em querê-la encerrada, pois com o encerramento os vassalos poderiam pleitear um parcelamento maior para as dívidas e afastar o risco de um confisco generalizado de bens. Também reflectia como ao longo do monopólio os que participaram da Direcção foram beneficiados com o crédito fácil emanado da Junta em Lisboa.

Dentre os distintos grupos sociais que constam da lista de devedores de 1780 procuramos identificar actores já conhecidos que faziam parte de facções das elites locais com interesses opostos. Uns apoiaram à Companhia desde a sua institucionalização na capitania de Pernambuco e outros estiveram envolvidos em conflitos e queixas contra a Companhia desde ao ano de 1763 até sua extinção em 1780. As listas abaixo identificam aqueles que em 1780 deviam à Companhia e o quão significativo eram os montantes de suas dívidas.

Como ao longo da segunda parte deste estudo procurámos identificar aqueles que faziam parte de facções opostas - no que diz respeito à Companhia -, procuramos na lista de devedores os mesmos nomes a fim de conhecermos qual a situação destes indivíduos no ano de 1780. Escolhemos esta lista especificamente porque foi elaborada logo após a

¹¹⁰⁹ Estes devedores diversos se enquadram no sector intermediário da sociedade colonial, entre os «nobres» e os «plebeus» como assinalado por Maria B. Nizza da Silva. Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Ser nobre...*, pp. 21-22.

¹¹¹⁰ Todos deviam, de nobres a mecânicos, e todo um grupo que se localizava entre um extremo e outro na sociedade, cirurgiões, boticários, ourives do ouro e da prata, os mestres de ler e escrever, os clérigos minoristas, os arquitetos e os impressores, todos estes faziam parte de 'estado' distinto dos 'plebeus' um estado do meio e gozavam de uma quase nobreza. Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Ser nobre...*, p. 22.

¹¹¹¹ 1780, maio, 26, Lisboa. Carta da Junta da arrecadação ao governador de Pernambuco.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10177.

extinção da empresa comercial. As tensões e as incertezas sobre a cobrança das dívidas ainda persistiam.

Constatámos pelo menos três tipos de devedores. Os que se beneficiaram em participar da Direcção da Companhia - familiares e conhecidos associados também foram listados -, e por isso ainda possuíam dívidas consideráveis em 1780. O segundo tipo diz respeito aos que se opunham à Companhia mas que tinham de recorrer a instituição pombalina para vender suas caixas de açúcar, tabaco, solas e atanados e também acabaram por dever à Companhia. E um grande número de indivíduos que não conseguimos enquadrar em nenhuma das situações acima, por falta de informações, não sendo possível agrupá-los num dos «partidos».

São listas distintas com nomes já bem conhecidos. A primeira com a rede em torno da companhia pombalina, formada pelos integrantes das Direcções ao longo dos vinte anos em que funcionou ou por seus familiares e associados, a qual denominámos de «partido» favorável à Companhia. E a segunda, com os representantes do «partido» contrário à Companhia constituído por senhores de engenho, mercadores e militares.

Tabela 11

«Partido» composto pelos directores e accionistas da Companhia pombalina e suas dívidas no final da década de 1770¹¹¹²:

Nome	Função na Companhia	Dívidas em 1780 Valores arredondados e em contos de réis.
João de Oliveira Gouvim Maciel	Filho do intendente da Companhia em 1760. Homem de negócio e senhor do engenho Saco	1: 467.000
António José Souto	Intendente entre 1764 e 1776, dono de uma fábrica de anil e contratador dos Dízimos da capitania de Pernambuco	18:000.000
José de Sousa Rangel	Homem de negócio. Accionista e fez	15:533.000.

¹¹¹² Na tabela de nº 6 constam outras referências (ofícios, cargos, actividades económicas, associações) sobre os integrantes deste «partido».

	parte do Corpo de comércio em 1772.	
João e Luís da Costa Monteiro	Luís da C. Monteiro foi deputado em 1760	7: 711. 267.
Domingos da Costa Monteiro	Homem de Negócio. Deputado da Companhia.	4: 322.000
António Francisco Monteiro	Homem de negócio e accionista da Companhia	744 mil réis (1780)
Luís Pereira Viana	Capitão, homem de negócio e senhor de engenho em 1776. Fez parte da 1ª Direcção	1:306.692
António José Brandão	Homem de negócio.	2:878. 103
Paulo Pereira Guimarães	Homem de negócio	6: 329. 683
António Pinheiro Salgado	Deputado da 1ª Direcção. Homem de negócio	
Francisco Xavier Fetal	Deputado da 1ª Direcção. Homem de negócio.	
José Bento Leitão	Sargento-mor de Infantaria das Ordenanças do Recife, Muribeca e Ipojuca ¹¹¹³ . Natural do Porto, também era homem de negócio e professo na Ordem de Cristo.	
Manuel Gomes dos Santos	Homem de Negócio. Intendente	20: 225.000
Manuel Correia de Araújo	Homem de Negócio. Deputado da Companhia.	Faleceu em 1765. Seu herdeiro, Tomé Correia de Araújo, devia à Companhia.
Francisco Carneiro de Sampaio	Deputado da Companhia.	18:579.000
Manuel de Almeida Ferreira	Accionista originário e deputado.	1: 719. 200
Luís Pereira Viana	Deputado da companhia	1: 306. 692
Henrique Martins	Militar e homem de negócio. Accionista	9:924. 724

¹¹¹³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8465.

	e director da companhia.	
José Timóteo Pereira de Bastos	Acionista originário. Homem de negócio. Em 1780 surge na lista de devedores como senhor do engenho Velho. Foi contratador dos Dízimos entre 1771-1774 e entre 1777-1780. Genro de Manuel Gomes dos Santos.	11: 961. 898
Julião Lumachi	Funcionário da Companhia em Pernambuco	9: 201.000
Jácome Lumachi	Funcionário da Companhia em Pernambuco	9: 344. 000
José Pedro Lumachi	Senhor do engenho Miranda (família Lumachi)	8:898.000.
Manuel Francisco Lumachi	Senhor do engenho Masurba (família Lumachi)	9: 988. 000
António de Freitas da Trindade	Devedor diverso. Por ter uma dívida com um montante elevado e por ter como fiador um dos deputados da Companhia, José Timóteo Pereira de Bastos, identificámo-lo como pertencente as redes mercantis e afectivas relacionadas com a Companhia.	6: 527.000
Patrício José de Oliveira	Senhor de engenho, homem de negócio e deputado da última gestão da Direcção.	9: 219.00
Manuel de Almeida Ferreira	Deputado.	1: 719.200

Fonte: Cx. 137, D. 10206 e D. 10242.

Dos que passaram pela Direcção quatro nada devia no ano de 1780, sendo que um destes era Manuel Correia de Araújo, falecido em 1765.

É algo digno de destaque o facto dos senhores de engenho que participaram na tentativa de «motim» de 1773 - Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, Afonso de Albuquerque Melo, João Cavalcanti e António de Sousa Leão - terem dívidas à Companhia pequenas ou inexistentes. Até o ano de 1776, numa lista enviada pela Junta à Direcção em que referia os principais devedores em Pernambuco, o nome de nenhum destes senhores de engenho aparecia¹¹¹⁴. Nesta lista de 1780 enviada por César de Meneses ao secretário de Estado, não encontrarmos, por exemplo, António de Sousa Leão, e é uma lista com mais de 1.700 nomes¹¹¹⁵.

O facto de não ser um devedor, pode indicar que, ou não foi beneficiado pelos empréstimos concedidos pela Companhia para os produtores de açúcar, o que confirma as queixas feitas por facções das elites agrárias à Junta em Lisboa; ou não quis usufruir destes empréstimos para melhorar a fábrica do seu engenho por não precisar, visto ser um dos maiores produtores de açúcar no período. Também é preciso levar em conta que este senhor de engenho pode ter acedido aos empréstimos concedidos pela empresa comercial, em algum momento dos anos em que a Companhia vigorou em Pernambuco, mas se o fez, os montantes dos quais beneficiou foram irrelevantes pois nada devia à Companhia nos anos de 1776, de 1778 e no ano de 1780, que é o da lista acima¹¹¹⁶.

Ainda tomando como base o grupo dos participantes da «conspiração de 1773», encontramos o «líder do motim», um dos maiores produtores de açúcar da capitania de Pernambuco, Francisco Xavier C. de Albuquerque, na lista de devedores de 1780. Contudo, é de ressaltar que o valor de sua dívida é ínfimo - 70 mil réis apenas-, isto se compararmos o valor de sua dívida com as somas avultadas daqueles que eram ligados à Direcção da

¹¹¹⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Ofício da Junta à Direcção em Pernambuco, 13 de fevereiro de 1778, Lisboa. AHU_ACL_CU_ Cx. 128, D. 9736.

¹¹¹⁵ O que não quer dizer que tal ausência indique que este senhor de engenho não tenha usado os serviços da Companhia para comercializar suas caixas de açúcar ao longo do período do monopólio. Mas sabemos que em pelo menos um momento fez oposição à companhia pombalina, chegando a ser preso pelo juiz conservador da mesma e acusado de «motim» no ano de 1773. Também sabemos que, por duas vezes ao menos, assinou petições colectivas que protestavam contra as acções da Direcção da Companhia.

¹¹¹⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Ofício da Junta à Direcção em Pernambuco, 13 de fevereiro de 1778, Lisboa. AHU_ACL_CU_ Cx. 128, D. 9736. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Lista de devedores de 1780, julho, 27]. AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 137, D. 10206.

Companhia, caso de Manuel Carneiro de Sampaio, Luís da Costa Monteiro ou António José Souto¹¹¹⁷.

Nas listas de devedores também não encontramos Afonso de Albuquerque e Melo - outro dos «conspiradores de 1773», conhecido contrabandista e dono do engenho novo da Muribeca -, mas encontramos um Afonso de Albuquerque Filho, dono do mesmo engenho do seu famoso pai. Bem como, encontrámos na lista de 1780, o último integrante do «motim», João Cavalcanti de Albuquerque. Os montantes das dívidas destes dois senhores de engenho são medianos, cada um devia menos de dois contos de réis¹¹¹⁸. Abaixo listamos outros elementos que se relacionavam com o «partido» da oposição.

Tabela 12 -Senhores de engenho, lavradores de açúcar, militares e servidores da Coroa que integravam o partido que se opunha à Companhia e os montantes de suas dívidas em 1780¹¹¹⁹:

João Cavalcanti de Albuquerque	Senhor do engenho Matagipe.	1: 820. 000
Pedro Cavalcanti de Albuquerque	Senhor do engenho Pendobinha.	2:027.000.
Afonso de Albuquerque Filho	Senhor do engenho novo da Muribeca	2:106.000
Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque	Senhor do engenho Suassuna.	Devia 70 mil réis.
Afonso de Albuquerque e Melo		Não consta na lista.
Pedro Velho Barreto	Senhor do engenho Apipucos	7: 075. 000.
Vitoriano Gomes Maciel	Senhor do engenho Bom Jardim.	2: 537. 000.
Felipe Roiz Campelo	Senhor do engenho da Torre	543 mil réis.

¹¹¹⁷ Manuel Carneiro de Sampaio, homem de negócio e senhor de engenho, deputado da Direcção devia mais de 9 contos de réis, outro parente seu, Luís Sampaio, mais de 1 conto e meio de réis; António José Souto, mais de 36 contos de réis; Luís da Costa Monteiro, mais de 7 contos de réis. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Lista de devedores de 1780, julho, 27]. AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 137, D. 10206.

¹¹¹⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Lista de devedores de 1780, julho, 27]. AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 137, D. 10206.

¹¹¹⁹ Maiores informações sobre este partido na tabela 4. Todos estes assinaram ao menos duas representações colectivas contra a Companhia. Petições nos anexos do documento 8393. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.

Manuel Neto Carneiro Leão	Senhor de engenho São Brás no Cabo e homem de negócio. Foi vereador da Câmara do Recife em 1769 ¹¹²⁰ .	2: 890.000.
Manuel Lopes Viana	Senhor de engenho Camaragibe em Sirinhaém ¹¹²¹	927 mil réis.
Crispim Barbosa de Amorim	Rendeiro de açúcar	517 mil réis.
Francisco de Barros Rego	Senhor do engenho da Serra. Porteiro da Alfândega de Pernambuco, mas assina a lista como senhor de engenho ¹¹²²	1: 285.000. E mais um conto e 794 mil réis por ser rendeiro do engenho da Guerra.
João Maurício Wanderley	Senhor do engenho Boasica.	1:008.000.
Francisco Xavier Paes de Melo	Senhor do engenho Pinandaba.	6: 599.000 ¹¹²³ .
Estevão José Paes Barreto (filho de João Paes Barreto)	Senhor de engenho ¹¹²⁴ .	11: 325.000
João Paes Barreto	Senhor do engenho Garapu. Morgado do Cabo. Membro da Casa de Misericórdia de Olinda.	2: 633.000.
João Rodrigues de Castro	Senhor do engenho Santo Estevão e irmão do inspetor da Mesa da Inspeção (1763), José Rodrigues de Castro ¹¹²⁵ .	1:360.000.

¹¹²⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8151. Seu pai José Neto Ferreira era natural do Porto, e este Carneiro Leão não nasceu no Brasil. Foi capitão-mor. Foi irmão da Ordem Terceira Carmelita e sua dívida para com a companhia pombalina em 1782 era ínfima, pouco menos de 250 mil réis. Seu engenho tinha mais de 2 mil braças de terra. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 143, D. 10498, AHU_ACL_CU_015, Cx. 183, D. 12754.

¹¹²¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 149, D. 10849.

¹¹²² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 56, D. 4818.

¹¹²³ Outro integrante da família, José Luís Paes de Melo, devia em 1778 mais de 7 contos de réis.

¹¹²⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_Cod. 1155. Em 1780 deve à Companhia mais de 11 contos de réis, o que faz dele um dos grandes devedores das elites agrárias. AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206.

¹¹²⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 100, D. 7816.

José de Abreu Cordeiro	Boticário. Conhecido opositor e «contrabandista» segundo a Direcção da Companhia.	1:183.000.
Tomé Correia de Araújo	Eleito vereador da Câmara em 1780. Filho do homem de negócio e capitão-mor da vila do Recife Manuel Correia de Araújo ¹¹²⁶ . Em 1780 surge na lista como senhor do engenho [Abihá].	Devia à Companhia 244 mil réis.
Francisco Gomes de Araújo	Senhor do engenho Aguiar.	1:367.000
João Batista de Vasconcelos	Coronel do Regimento da Cavalaria Auxiliar da Boa Vista e senhor de engenho Utinga ¹¹²⁷ .	Devia à Companhia 208 mil réis.
João do Rego Barros	Lavrador de açúcar. Engenho São João da Mata	1:171.000
Marçal Coelho	Apontado como conspirador em 1770. Aparece como devedor diverso.	3:431.000
Manuel Coelho da Silva	Dono de fábrica de sola	2:177. 334

Fonte: AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206. Grifo nosso.

Extinta a Companhia, não cessaram as dissensões decorrentes da cobrança das dívidas. Assim, foi estabelecida em Lisboa uma Junta de Arrecadação para administrar os fundos e os bens da Companhia, cuidar da arrecadação e liquidação das fazendas e promover a cobrança das dívidas. Foi pedido ao governador que tomasse todas as providências necessárias para que os débitos fossem cobrados pacificamente, sem motins. Para além dos empréstimos concedidos aos moradores - que constituíam uma grande parte das dívidas -, a companhia havia deixado muitos bens nas capitanias, como as

¹¹²⁶ Tomé Correia era herdeiro de uma grande fortuna e património, seu pai deixa um morgado em seu nome e foi um dos maiores comerciantes de grosso trato da capitania. Manuel Correia de Araújo era accionista e foi deputado. Mas o filho assinou em pelo menos duas ocasiões petições colectivas contra a Companhia. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 113, D. 8727

¹¹²⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 166, D. 11823.

fazendas guardadas em armazéns e as embarcações. Só em navios, a Companhia possuía uma frota com cinquenta embarcações, algumas delas fabricadas no Recife no final do período de monopólio¹¹²⁸.

No Porto e em Pernambuco foram criadas duas administrações sujeitas à Junta em Lisboa. Até bem dentro do século XIX é possível encontrar, nos fundos do Conselho Ultramarino e da Torre do Tombo, documentação relativa à cobrança destas dívidas dos moradores de Pernambuco, o que demonstra que este foi um processo moroso, difícil e conflituoso¹¹²⁹.

Em 1781 o provedor e os directores que administravam os fundos da Companhia escreveram à rainha a pedir o reforço das ordens para que os governadores os auxiliassem na cobrança das dívidas dos moradores. Para facilitar esta cobrança seria necessário entrar em acordo com os lavradores, os senhores de engenho e os «fabricantes» para que entregassem uma parte dos seus rendimentos, sem ser necessário recorrer ao confisco das suas terras e dos seus engenhos. Tal acordo não se aplicaria aos homens de negócio, visto que estes possuíam estabelecimentos e negócios que permitiam o pagamento das suas dívidas ou o confisco imediato dos seus bens¹¹³⁰.

Estava na capitania de Pernambuco a quantia mais importante a recuperar para os cofres da Companhia e, por este motivo, a Junta da Arrecadação das dívidas queria que cada devedor fizesse um pagamento anual de 20% do saldo devedor¹¹³¹. O lucro que a Companhia gerou estava espalhado em forma de dívidas e mercadorias:

¹¹²⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta da Junta, 1780, maio, 26]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10177. António CARREIRA, *As companhias...*, p. 225.

¹¹²⁹ Mesmo após a independência do Brasil, D. Pedro, o imperador, autorizava inspectores de Lisboa a virem fazer cobrança no Brasil. A confirmar o que encontramos na documentação manuscrita, Manuel Diegues afirma que a partir de 1838 os negócios da Companhia entraram em quase completo esquecimento, mas a partir de 1844 foram feitos novos balanços dos montantes ainda em dívida, e em 1880 ainda circulava em Pernambuco um balanço do activo e passivo da instituição pombalina. Manuel DIEGUES JÚNIOR, «As companhias privilegiadas no comércio colonial» em *Revista de História*, São Paulo: Sociedade de Estudos Históricos - USP, Julho a Setembro de 1950, p. 337. Fernando da Cruz GOUVÊA, «Uma relação de engenhos de Pernambuco e Paraíba...», pp. 80-81. [Consultado em 3 de agosto de 2012]. Disponível em:

<http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=Tematico&pagfis=54467&pesq=rodolfo+garci+a+%22ios%C3%A9+c%C3%A9sar+de+meneses%22&url=http://docvirt.com/docreader.net>.

¹¹³⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1781, março, 6, Lisboa]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 139, D. 10316. A carta foi assinada por Maurício Cremer Vanzeler, presidente da Junta dos Fundos da Companhia, e pelos directores, Manoel Pereira Viana de Lima, Gonçalo Ribeiro dos Santos, Jacinto Fernandes Bandeira e José de Sousa Abreu.

¹¹³¹ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...*, p. 194.

Tabela 13: mercadorias, embarcações e empréstimos

BENS E CAPITAIS DA COMPANHIA GERAL DE PERNAMBUCO E PARAÍBA	
Negócios e embarcações	Valores em réis
Pernambuco - fazendas e empréstimos	1.599:034\$740
Negociações na Costa da Mina e Angola por liquidar	100:614\$237
Negociações em Lisboa	851:762\$136
Valor dos navios da frota da Companhia	381:133\$212
Valor das fazendas para a Índia	470:031\$184

Fonte: AHU_ACL_CU_015, Cx. 139, D. 10316¹¹³².

Em 1782 uma grande seca abateu-se sobre a capitania. O governador José César de Meneses escreveu para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, informando que a estiagem poderia impossibilitar os devedores de pagarem as suas dívidas, devido à pouca qualidade da safra: «incêndios nos partidos de cana e a pouca produção na safra, que é de pequeno rendimento [...] e com falta de suco»¹¹³³. O governador assegurava que iria recorrer a todos os meios para minorar a gravidade da situação, e até a Junta da Arrecadação dos Fundos, em Lisboa, reconhecia as vantagens em se esperar pelos resultados das iniciativas de César de Meneses, que procurava cumprir as ordens régias no que se referia à manutenção das conversações entre os devedores e a Junta, assegurando uma parte dos pagamentos, mesmo em tempos de crise¹¹³⁴.

A desativação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, a partir de 1780, gerou uma grande tensão na capitania e, mais tarde, entre os accionistas em Lisboa e no Porto, porque o nível de endividamento das elites produtoras ligadas à cana-de-açúcar, homens de negócio e outros membros das elites da terra se mostrou superior às suas

¹¹³² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta da Junta de 1780, maio, 26]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10177. Manuel DIEGUES JÚNIOR, «As companhias privilegiadas...» pp. 336-337.

¹¹³³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício. 1782, janeiro, 15, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 143, D. 10498. Neste ofício do governador tem-se a informação de que já haviam sido pagos cerca de 205 contos à Companhia e que as dívidas em 1782 ainda eram de 1.148:388\$605 réis.

¹¹³⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1782, maio, 23, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 144, D. 10572.

capacidades económicas. Ao mesmo tempo, o arranjo institucional que permitiu a criação de uma instituição comercial de foro privilegiado revelou-se insuficiente para garantir a recuperação segura dos empréstimos concedidos. As listas enviadas a Lisboa nas décadas de 70, 80 e 90 de Setecentos demonstram como foi longo o processo de cobrança e, ao referir os montantes penhorados e a quem se fazia a penhora, elaboraram, de forma indirecta, um retrato destas elites.

No que respeita à composição das elites pernambucanas na segunda metade do século XVIII, podemos afirmar que, para além dos senhores de engenho e demais proprietários rurais, os homens de negócio mais ricos, bem como aqueles que ocupavam os altos postos na burocracia fiscal e administrativa e os altos escalões do exército constituíram as elites da terra no final de Setecentos. Ressaltámos ao longo da segunda parte que os grandes homens de negócio de Pernambuco, na segunda metade do século XVIII, ocuparam cargos de Direcção na Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, realizando uma trajectória social ascendente que foi iniciada, com poucas excepções, na primeira metade de Setecentos. Além da companhia pombalina, estes homens de negócio possuíam cargos nas ordenanças e na Fazenda Real, tendo confirmado a sua posição social e riqueza por meio da arrematação dos contratos da capitania, algo que foi preponderante na manutenção de seus privilégios¹¹³⁵.

Constatamos nas relações sobre as dívidas à Companhia que, em Pernambuco, aqueles que deviam somas consideráveis de dinheiro à instituição pombalina faziam parte destas elites mercantis e agrárias. E, para além destes grupos dominantes, encontramos entre os devedores diferentes camadas da população, tais como padres, ordens religiosas, conventos e figuras integrantes de distintos grupos socioprofissionais, pois alguns dos devedores eram artífices, mestres em serviços diversos e oficiais mecânicos.

Ora, no mundo ibérico, e por extensão na América portuguesa, onde as esferas públicas e privadas estavam constantemente interligadas, a noção de honra, numa sociedade tão hierarquizada, era entendida como o valor que uma pessoa tinha para si própria e, especialmente, o valor que tinha aos olhos da sociedade¹¹³⁶. Fazer parte das listas de devedores à Companhia era algo que maculava a honra pretendida.

¹¹³⁵ John Norman KENNEDY, «Baían elites, 1750-1822...», p. 415. Clara ARAÚJO, «O trato dos homens de negócio...», capítulo 3, p. 116.

¹¹³⁶ Evaldo Cabral de MELLO, *O nome e o sangue...*, p. 25.

A fim de compreendermos, de uma forma geral, o impacto que a cobrança das dívidas representou para os moradores de Pernambuco, analisamos uma nova lista remetida à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar no ano de 1782. Naquele ano, foram apenas 136 as entidades em débito que se apresentaram na Junta da Arrecadação em Pernambuco para pagar uma parte da dívida e negociar a restante. Ora, dois anos antes haviam sido listados 1771 devedores, ou seja, em 1782 menos de 10% do total dos devedores que tinham sido referidos pelo governador compareceu perante a Junta para tratar do parcelamento dos seus débitos.

Foi possível discriminar as actividades exercidas por 86% do total de devedores que compareceram perante o governador. Concluímos, ao analisar a lista, que a grande maioria dos devedores (73%) se relacionava com a produção de açúcar e com os «negócios do sertão» (comércio do gado, carnes secas e couros)¹¹³⁷.

Constatamos, também, a ocorrência de um grande número de «devedores diversos», como na lista anterior, o que permite demonstrar que, para além das elites, uma significativa parcela da população, oriunda de diferentes grupos sociais, devia à Companhia. Os chamados devedores diversos perfaziam cerca de 28% dos integrantes da lista com actividades discriminadas.

Tabela 14: lista de devedores à Companhia elaborada no ano de 1782¹¹³⁸

LISTA DOS DEVEDORES À COMPANHIA GERAL DE PERNAMBUCO E PARAÍBA EM 1782			
Actividade:	Açúcar	Mercancia	Devedores diversos: igreja, militares,

¹¹³⁷ Pelas famílias representadas na relação das dívidas percebe-se que tanto a «nobreza da terra», descendente dos restauradores, como os Cavalcanti de Albuquerque, os Coelho, os Paes Barreto, como outras famílias, não tão nobres, mas bastante ricas, descendentes dos mascates, como a Costa Monteiro, a Peres Campelo, estavam em dívida com a Companhia e participaram nas revoluções do século XIX. Evaldo C. de MELLO, *Rubro Veio...*, pp. 194-200.

¹¹³⁸ Não apenas as elites pernambucanas deviam à Companhia, os moradores, de uma forma geral, também eram devedores da empresa comercial. Evidentemente que os integrantes das elites eram os que mais deviam. A estrutura social que desta sociedade «açucareira» começou a ser definida ainda no século XVI, e *grosso modo*, a estrutura estava dividida em três planos, no mais alto, estavam os senhores de engenho, homens de negócio, representantes dos poderes militar, civil e religioso; depois vinha uma massa livre formada por taberneiros, artífices, soldados, pequenos comerciantes, funcionários subalternos e por último os cativos e «vagabundos» livres. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Relação dos devedores à Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba que compareceram na Junta da Arrecadação dos Fundos da Companhia no ano de 1782]. Códices: AHU_CU_Cod. 1825.

			Artífices...
Quantidade:	77 Indivíduos	8 Indivíduos	32 Entidades
«lugar» social do indivíduo/entidades ou actividades as quais se relacionavam:	Lavradores, rendeiros e senhores de engenho	Negociantes de géneros do sertão (couros, carne fresca, farinha de mandioca)	um alfaiate; um capitão de infantaria; a irmandade do Senhor dos Passos, matriz do corpo Santo vila do Recife; outras entidades ou indivíduos.

Fonte: AHU_CU_Cód. 1825

Mais de dez anos após a extinção da instituição pombalina, a situação de tensão entre moradores e Companhia permanecia¹¹³⁹. Ao analisarmos o estado das execuções das dívidas dos moradores de Pernambuco, do período que vai de 1770 a 1793, efetuadas pela Junta da Arrecadação dos Fundos da extinta Companhia, confirmamos, em primeiro lugar, que o número de devedores no ano de 1793 estava bastante reduzido por comparação com as primeiras listas; e, em segundo lugar, que a maior parte dos devedores era agora composta pelos senhores de engenho e pelos homens de negócio. Os pequenos devedores - nomeados pelo governador José César de Meneses na sua primeira relação - como «devedores diversos», que eram a maioria no ano de 1780, no final do século não chegavam a 1/3 dos devedores.

Tabela 15: devedores à Companhia no ano de 1793

DEVEDORES À COMPANHIA GERAL DE PERNAMBUCO E PARAÍBA EM 1793			
Actividade:	Senhores de engenho	Homens de negócio	Devedores diversos (oleiros, padres, militares, físico, criadores de gado, mecânicos e indivíduos sem ocupação definida...)
Percentagem (%):	51,5%	22,5%	26%
Total:	387 = 100%		

¹¹³⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_Cod. 1155.

No ano de 1793 quantificamos 387 indivíduos como devedores, mais do que o dobro dos devedores que prestaram contas à Junta da Arrecadação das dívidas em 1782. Esta quantificação apresenta, porém, uma grande redução em relação à lista enviada pelo governador José César de Meneses em 1780 com 1.771 indivíduos. Em treze anos podemos inferir que uma boa parte das dívidas foram pagas, sobretudo as de pequeno e médio valor.

Destacamos os senhores de engenho e os homens de negócio na nossa análise porque, no ano de 1793, perfaziam 74% do total dos devedores à Companhia. Ressaltamos que os indivíduos que correspondiam a estes estratos sociais denominaram-se como tal ou eram conhecidos como fazendo parte de um dos dois segmentos das elites da terra.

Nesta sociedade colonial em que os senhores de engenho eram considerados os elementos de topo, os mais nobres, o facto de estarem em maioria numa lista de devedores comprometia, a nosso ver, o equilíbrio e a tranquilidade social na capitania, uma vez que eram dívidas com mais de uma década, com juros que as aumentavam, estando por isso longe de serem liquidadas¹¹⁴¹.

Em virtude disso, os senhores de engenho, ao se sentirem afrontados pelos deputados da Companhia Geral no ano de 1779 e ao verem os seus nomes em listas de devedores tornadas públicas, se recusaram a pagar quaisquer montantes para atenuar os seus débitos¹¹⁴². As dívidas eram consideradas como algo difamante para esses grupos sociais tão ciosos dos seus privilégios e tão preocupados com a manutenção da influência política que tinham junto da Coroa portuguesa. A conservação desta influência representava, na óptica destas elites, a continuação de benefícios e privilégios, os quais acreditavam continuar a ser merecedoras. No Antigo Regime receber uma mercê era uma forma de comunicar publicamente à sociedade a importância do indivíduo, fazia parte de uma cadeia de influência, demonstrando que aquele, que fosse agraciado pelo rei, merecia

¹¹⁴⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_Cod. 1155. O livro está em ordem alfabética, apresenta uma lista de 387 indivíduos e os montantes das dívidas pagas até o ano de 1793.

¹¹⁴¹ Anthony J. R. RUSSELL-WOOD, «Senhores de engenho e...», p. 105.

¹¹⁴² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1779, novembro, 9, Pernambuco]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 135, D. 10103.

ser respeitado. Assim, constar das listas de devedores da Companhia era o oposto ao ideal de dignidade e respeito almejado por estas elites¹¹⁴³.

Além dos senhores de engenho, em 1793, encontramos ainda um grande número de homens de negócio na lista de devedores, algo que não era surpreendente. Passado quase um século da «Guerra dos Mascates», os descendentes das famílias dos ricos comerciantes refinaram-se enquanto «patriciado urbano», tão zelosos do seu estilo de vida quanto os descendentes das elites agrárias. Cabral de Mello afirma que as diferenças de actividade económica entre senhores e homens de negócio quase não se reflectiram no modo de vida colonial, em que a forma de organização familiar foi comum à casa grande e ao sobrado. Ao longo da segunda metade do século XVIII os homens de negócio aliaram-se às famílias tradicionais da terra, através dos matrimónios. Primeiramente, pelo nome e prestígio destas famílias antigas, e de forma secundária, para intervirem nas actividades económicas de cariz agrícola. Na viragem do século XVIII ocorreu uma inversão nos estratos sociais das capitanias, já que «os filhos dos mascates» passaram a ser considerados a «gente endinheirada de Pernambuco»¹¹⁴⁴. Não era de admirar, portanto, que, no ano de 1793, 22,5% dos devedores à Companhia pertencessem a este estrato social.

No que respeita à lista de 1793, uma das mais completas entre aquelas que foram enviadas às instituições centrais, encontramos para além dos senhores de engenho e dos homens de negócio, a referência a quatro criadores de gado, dois oleiros, vinte e um padres, dois militares e um físico, além de mais de noventa indivíduos sem ocupação definida. Todos estes tiveram escravos, móveis, casas de taipa, de pedra e cal e moradias penhorados.

Encontrámos também indivíduos que aparecem como tendo duas actividades, uma ligada à terra, outra ao comércio, como era o caso de António da Silva Loureiro, conhecido opositor da Companhia, que era ao mesmo tempo senhor de engenho, dono de moradias, de um sítio de terras e proprietário duma «fábrica de curtume»¹¹⁴⁵.

¹¹⁴³ Júnia Ferreira FURTADO, «O cristão e o converso ou uma parábola genealógica no sertão de Pernambuco», em *Leituras Críticas*, org. Lília Moritz SCHWARCS (Belo Horizonte: editora UFMG/ São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008), p. 74.

¹¹⁴⁴ Eram também os filhos dos «mascates» que representam a totalidade dos estudantes pernambucanos universitários em Portugal. Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro Veio...* p. 195.

¹¹⁴⁵ Oficina para trabalhar o couro.

Ressaltamos as penhoras em escravos como algo extremamente significativo no âmbito da sociedade colonial, porque, em primeiro lugar, leis, hierarquia social, conflitualidade, exercício de poder, tudo teve, na América portuguesa, que se medir com o escravismo¹¹⁴⁶. A presença de captivos africanos e da escravidão ocasionou o surgimento de formas diferenciadas de distinção, pouco expressivas em Portugal, mas que no Brasil ganharam importância. Conforme Roberta Stumpf:

Pode-se dizer que a condição de livres/escravos, brancos/homens de cor constituiu a característica distintiva de maior eficácia, dando uma nova tonalidade às hierarquias existentes na sociedade colonial¹¹⁴⁷.

A própria constituição das elites do outro lado do Atlântico, um produto de relações mercantis e escravistas, tinha de específico o facto de suas elites serem escravistas¹¹⁴⁸. Em segundo lugar, além de mão-de-obra, a escravaria constituía um objecto de luxo¹¹⁴⁹. E, ainda, porque nas capitanias «de cima», mais do que roupas, pratarias ou móveis, a riqueza da açúcarocracia era medida pela quantidade de engenhos e pelos escravos que possuíam¹¹⁵⁰. O senhor de escravos aumentava sua riqueza com o trabalho de sua escravaria, fortalecia seu poder de mando na sociedade, obtinha os atributos necessários para ser reconhecido como homem-bom e servir à república. Sua qualidade adequava-se, assim, «nas exigências de pertencimento ao topo de uma hierarquia estamental que era a base da sociedade colonial»¹¹⁵¹.

Um dos traços mais significativos da sociabilidade luso-brasileira se configurava no hábito de considerar o número de escravos um sinal de riqueza; quaisquer que fossem as suas funções ou aptidões, «o escravo continuava sendo um factor de produção e um activo negociável»¹¹⁵².

Outro dado que compreendemos ao analisar as dívidas dos moradores tem a ver com as dívidas que foram deixadas por herança após 1793. Cabia aos herdeiros a

¹¹⁴⁶ Laura de Mello e SOUZA, *O sol e a sombra...* p. 57.

¹¹⁴⁷ Roberta Gianubillo STUMPF, «Cavaleiros do ouro...» tese..., p. 54.

¹¹⁴⁸ Maria Fernanda B. BICALHO, «Elites coloniais: a nobreza da terra...» p. 74.

¹¹⁴⁹ Um escravo valia aproximadamente 100 mil réis nas décadas de 80 e 90 de Setecentos. Um indivíduo com 20 contos de réis era considerado rico nesta sociedade colonial.

¹¹⁵⁰ Embora a posse de escravos e engenhos não equivalesse a um título de fidalguia. Mas ser branco e proprietário de escravos eram condições singulares para ser reconhecido socialmente. Roberta Gianubillo STUMPF, «Cavaleiros do ouro...» p. 55.

¹¹⁵¹ Roberta Gianubillo STUMPF, «Cavaleiros do ouro...» p. 56

¹¹⁵² Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O trato dos viventes...* p. 38.

responsabilidade do pagamento dos débitos dos seus parentes à Junta de Liquidação da Companhia, como veremos a seguir.

No capítulo nove afirmámos que a situação conflituosa na capitania de Pernambuco não se transformou numa revolta porque os governadores de Pernambuco se posicionaram ao lado dos moradores. Extinta a Companhia pombalina, uma das primeiras acções do governador José César de Meneses foi começar a cobrança das dívidas pelos principais devedores, os que pertenceram às Direcções da Companhia. Por isso, de 1782 a 1793, boa parte das dívidas dos antigos deputados já havia sido liquidada, José César de Meneses de forma a apaziguar conflitos iniciou o confisco dos bens, quando necessário, no património dos ex-deputados da Companhia. Também por isso os seus nomes já não constavam do livro de débitos, e os que constavam, ou os dos seus herdeiros, já haviam pago uma boa parte das dívidas, em forma de bens confiscados.

Assinalamos abaixo os ex-funcionários da Companhia - ou seus familiares -, que ainda deviam avultadas somas à Junta Liquidatária no ano de 1793.

O primeiro caso é o de Francisco Carneiro de Sampaio, homem de negócio que fez parte da última Direcção da companhia. Em 1784 dois dos seus engenhos, «Água Fria» e «Tabocas», foram penhorados, com todos os seus pertencentes, senzalas e capelas, 103 escravos, 38 animais de roda e 32 bois. Da composição da última Direcção, a do ano de 1776, Carneiro de Sampaio foi, aparentemente, o único com dívidas por pagar, uma vez que os outros directores não são mencionados no livro.

Outro caso que exemplifica as acções tomadas pelo governador em confiscar primeiramente os bens dos ex-integrantes da Direcção da Companhia, é o de António José Souto de Melo Barroso, filho do antigo intendente António José Souto, que teve toda a sua herança penhorada para pagamento das dívidas de seu pai.

Entre os devedores também encontramos os herdeiros de Julião Lumachi, o antigo guarda-livros da Companhia. Estes sofreram penhora em móveis, peças de prata, escravos, «chãos» no forte do Mato, um sítio nos arredores de Olinda com uma moradia, uma fábrica de algodão com um escravo, dois engenhos de açúcar moente e corrente - com tudo o que neles havia -, e matas e terras no termo de Goiana. Deixando ainda uma dívida de 28 contos, 745 mil e 191 réis.

Jácome Lumachi, irmão de Julião, teve o seu engenho «Mata Redonda», situado em Porto Calvo, penhorado. E após esta cobrança, continuava a dever 12 contos, 155 mil e 556 réis¹¹⁵³. Dos que fizeram parte do corpo de funcionários da Companhia apenas estes ainda tinham contas a acertar com a Junta Liquidatária.

A questão dos juros sobre as dívidas à Companhia continuava sendo factor de interesse, pois entre 1782 e 1792 é possível assinalar que muitos devedores viram seus débitos aumentados quase oito vezes mais. Por isso, muitos senhores de engenhos e homens de negócio permaneciam nas listas de devedores das décadas de 70, 80 e 90 de Setecentos¹¹⁵⁴.

Destacamos ainda, os devedores de grande fortuna, ligados ao grupo que fazia oposição à Companhia, como é o caso da família Paes Barreto, em que um dos indivíduos era o morgado do Cabo¹¹⁵⁵. Eram influentes senhores de engenho de uma sociedade que se baseava em múltiplas hierarquias de honra e apreço, e que constituíam um segmento desta sociedade no seu escalão mais elevado, uma espécie de aristocracia de riqueza e poder que desempenhava e assumia os papéis tradicionais da nobreza portuguesa¹¹⁵⁶. Os senhores de engenho desta família constavam nas listas de devedores que foram enviadas a Lisboa pelo governador D. Tomás José de Melo, em 1793, em cumprimento das ordens da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar¹¹⁵⁷. A família Paes Barreto, que devia mais de 15 contos de réis, já tinha perdido 3 engenhos para a Junta Liquidatária dos bens da Companhia, a renda de um outro e quase uma centena de escravos, além de 300 arrobas de açúcar e 150 «pães» de açúcar - açúcar cristalizado em forma de pão¹¹⁵⁸.

¹¹⁵³ Viu o seu engenho confiscado com tudo o que nele havia: casa de caldeira, de purgar e de encaixotar o açúcar, em tachos e caldeira de ferro, utensílios de cobre, 20 escravos, 31 bestas, 22 bois, um novilho, 3 vacas. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_Cod. 1155.

¹¹⁵⁴ Um exemplo disso são as dívidas do homem de negócio José Antônio da Costa que em 1782 havia sido penhorado no valor de 450 mil réis e em 1792 devia mais de 3 contos e meio de réis, no período de 10 anos, com o acumular de juros, seu débito aumentou quase 8 vezes mais. Outro caso é o de Vicente Gorjão que em 1785 devia pouco mais de 118 mil réis e chega a 1793 devendo mais de 1 conto e 300 mil réis. Teresa C. de N. MARQUES, «Tensões políticas e interesses em Pernambuco, 1817» em *Mneme - Revista de Humanidades*, vol. IX, nº 24, Rio Grande do Norte, Caicó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, set. - out. (2008): p. 15.

¹¹⁵⁵ Estêvão Paes Barreto de Albuquerque, senhor de engenho; Estêvão Paes Barreto e Melo, senhor de engenho; o morgado do Cabo, Estêvão José Paes Barreto. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_Cod. 1155.

¹¹⁵⁶ Stuart B. SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 230.

¹¹⁵⁷ Ofício de 24 de outubro de 1787. BNRJ, reservados, correspondência oficial a diversos governadores de Pernambuco, fl. 93.

¹¹⁵⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_CU_Cod. 1155.

Dívidas da Família Paes Barreto:

- Estêvão Paes Barreto de Albuquerque, senhor de engenho, penhorado num engenho corrente e moente com tudo o que nele havia e em vinte escravos. Posteriormente, em 1786 entregou mais cinquenta escravos. Até 1793 o senhor de engenho tinha repassado à Junta da arrecadação trezentas arrobas de açúcar branco, desde 1780, obrigação que continuava até findar a dívida. Dívida restante: 2 contos, 362 mil e 958 réis.
- Estêvão Paes Barreto e Melo, senhor de engenho, penhorado em 1 engenho, 10 escravos, parte de um outro engenho chamado «Jundiá», em 150 ‘pães de açúcar’, [açúcar cristalizado em forma de pão]. Tinha o compromisso de pagar à Junta da arrecadação das dívidas da Companhia o montante de 300\$000 réis anuais a partir de 1790, uma vez que em 1789 entregara à Junta a quantia de 800 mil réis. Dívida restante: 1 conto, 923 mil e 302 réis.
- O morgado do Cabo, Estêvão José Paes Barreto, penhorado na renda de um engenho, tinha a obrigação, que até então cumprira, de pagar à Junta da Arrecadação a quantia de 500\$000 réis anuais. Dívida restante: 11 contos, 325 mil e 191 réis¹¹⁵⁹.

Do nosso ponto de vista, as acções administrativas levadas a cabo por Manuel da Cunha Meneses e José César de Meneses, no que respeita à instituição pombalina, tiveram por finalidade evitar uma rebelião de grandes proporções. Motim que chegou a ser intentado por senhores de engenho em 1773 e foi reprimido por J. César de Meneses.

Este governador, ao receber o encargo de agilizar a cobrança das dívidas, começou por cumprir as ordens das instituições centrais, obrigando primeiramente os ex-deputados da Companhia a pagarem as suas dívidas¹¹⁶⁰. Ao compararmos as listas de 1776 a 1793 confirmamos esta acção do governador, uma vez que, neste último ano, poucos eram os directores ou herdeiros dos antigos directores da Companhia que ainda não haviam tido a totalidade das dívidas executadas¹¹⁶¹. Acção que apazigou tensões, visto que era perceptível para boa parte dos devedores que aqueles que se beneficiaram

¹¹⁵⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Códices: AHU_CU_Cód. 1155.

¹¹⁶⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8801.

¹¹⁶¹ Teresa C. N. MARQUES, «As dívidas do Senhor Jácome Lumachi...», p. 64.

economicamente por vinte anos à frente da Direcção haviam sido os primeiros a terem de prestar contas e pagar débitos antigos.

Contudo, e como se disse, os vassalos em Pernambuco continuaram endividados até ao século XIX. A Junta da Arrecadação dos bens da extinta companhia pombalina continuou a liquidar os débitos dos moradores da capitania de Pernambuco, ora penhorando os bens, ora parcelando as dívidas e depois executando-as¹¹⁶².

Através das listas de devedores percebemos que, no último quartel do século XVIII, a maior parte da sociedade colonial pernambucana estava em dívida para com a Companhia. Dívidas que impulsionaram os moradores a um estado permanente de tensão, pois permanecia o receio de um confisco generalizado de bens. Os cobradores, por sua vez, desejavam que os pagamentos não se estendessem indefinidamente. Não obstante, foi precisamente o que aconteceu.

Em 1808, com a Corte já no Rio de Janeiro, o príncipe regente procurou intervir na questão da cobrança dos débitos, mas sua acção foi insuficiente para apaziguar as elites endividadas e os accionistas em Lisboa. Uma carta régia de 30 de julho de 1808 mandava confiscar os fundos da extinta Companhia de Pernambuco para pagamento dos accionistas e continuar a cobrança das dívidas. A carta régia não teve aplicação e as cobranças das dívidas em Pernambuco, entre 1807 e 1821, foram intermitentes. Contudo, a indefinição da situação continuava a incomodar devedores e credores¹¹⁶³.

José Ribeiro Júnior é um dos historiadores que considera o endividamento dos moradores como um dos factores geradores de um sentimento de insatisfação anticolonial que motivou a muitos a participarem na «Revolução de 1817»¹¹⁶⁴. Porém, é preciso

¹¹⁶² ANTT - Junta Liquidatária dos Fundos da Companhia. Livros 15-17.

¹¹⁶³ Em 1817 o movimento revolucionário sinalizou aos devedores que as dívidas seriam cobradas moderadamente e os juros seriam suspensos. O governo provisório deu especial atenção aos fundos da Companhia. Teresa C. N. MARQUES, «O rescaldo da C^{ia}. Pernambuco e Paraíba...», p. 14.

¹¹⁶⁴ José RIBEIRO JÚNIOR, *Colonização e monopólio...* p. 207. Carlos Guilherme Mota define a Revolução Pernambucana como a primeira grande rebelião republicana no Nordeste do Brasil. eclodiu em Pernambuco e espalhou-se por quase todas as capitanias de cima do Estado do Brasil, foi uma enorme revolta, os seus participantes queriam tornar-se independentes de Portugal e contavam com o apoio de grande parte dos moradores. Chefiados por homens de negócio, integrantes de sociedades secretas, simpatizantes das ideias de filósofos franceses e defensores da república norte-americana, os revoltosos afastaram o governador e estabeleceram um governo provisório, contando com membros da Igreja, do comércio, da Justiça, do Exército e da agricultura. Carlos Guilherme MOTA, «Da ordem imperial pombalina à fundação do Império brasileiro (1750-1831): o significado da Abertura dos Portos (1808)», em *A abertura dos portos*, orgs. Luís V. de OLIVEIRA e Rubens RÍCUPERO (São Paulo: editora SENAC,

evidenciar que os factores primordiais para o irromper da revolução de 1817 foram o endividamento da capitania de Pernambuco para com a Corte - a partir de 1810 -, as altas taxas sobre o algodão e outros impostos criados para sustentar as instituições que foram estabelecidas no Rio de Janeiro, a nova capital do império. Aliando-se aos factores de foro económico, é preciso mencionar que factores climáticos agravaram também a instabilidade económica e a escassez de géneros alimentares: a grande seca que atingiu Pernambuco em 1816 acentuou a fome, a miséria e uma descida na produção dos géneros coloniais¹¹⁶⁵.

Em nosso entendimento, as dívidas à Companhia não foram factor preponderante de nenhuma das revoluções que grassaram na América portuguesa no século XIX. Não encontramos nenhuma ligação directa que relacione o problema das dívidas à Companhia com o movimento de independência de 1822 nem com a «Confederação do Equador» em 1824.

Contudo, é de salientar que a tensão provocada nos devedores, devido aos débitos para com a extinta Companhia, persistiu durante anos e chegou às Cortes em Lisboa no ano de 1821. As Cortes receberam missivas dos accionistas em favor da retomada activa da cobrança das dívidas. Valentim Alexandre assinala um artigo publicado pela imprensa lisboeta que dá conta da tensão reinante na capitania, da necessidade de se enviarem tropas para Pernambuco e do receio dos comerciantes em Lisboa em perder os fundos que tinham na capitania Duarte¹¹⁶⁶.

Com efeito, o enorme endividamento das elites produtoras trouxe graves sequelas de foro económico para os envolvidos, tanto devedores, como accionistas. Os resultados políticos das impagáveis dívidas à Companhia resultaram em:

Inquietação e temor de perda maior de património dos devedores [...] Uma tensão que transbordou as fronteiras da província de Pernambuco e chegou aos debates das Cortes de 1821,

2007), p. 90. Carlos Guilherme MOTA, *Nordeste 1817: estruturas e argumentos* (São Paulo: Perspectiva, 1972), p. 198.

¹¹⁶⁵ Existia ainda o «imaginário da independência», uma federação formada pelas capitanias do Norte que, como se sabe, ocorreu de forma breve sete anos depois, em 1824, ano de uma outra revolução Evaldo Cabral de MELLO, *Uma outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824* (São Paulo, Editora 34, 2004), pp. 36-40.

¹¹⁶⁶ Artigo de fundo do *Astro Lusitano*, nº 265, 12 de outubro de 1821. Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do império...*, p. 589.

representando uma entre as várias questões a alimentarem a desconfiança que os deputados constituintes em Lisboa nutriam das elites residentes em Pernambuco¹¹⁶⁷.

Cobranças e dívidas que vigoraram muito depois do reconhecimento da independência do Brasil por parte da Coroa portuguesa, em 1826. O livro dos termos de posse da Junta da Administração dos fundos da Companhia, em Lisboa, regista a posse de novos deputados portugueses em 1830, 1846, 1847, responsáveis pela arrecadação dos montantes em dívida no Brasil, demonstrando, assim, que a cobrança das dívidas se perpetuou pelo século XIX, mesmo depois do rompimento dos laços políticos com o Reino¹¹⁶⁸. Em Dezembro de 1880 ainda circulava em Pernambuco o balanço dos bens da Companhia e das dívidas activas dos moradores¹¹⁶⁹.

No que respeita a esta cobrança, da mesma forma que a empresa comercial não soube gerir o seu capital e administrar adequadamente o comércio das capitanias de Pernambuco e Paraíba, como era intento da administração central, também a Junta da Administração dos Fundos da extinta Companhia não criou uma estratégia eficaz para evitar que o parcelamento das dívidas dos moradores se prolongasse de um século para outro. A suspensão da cobrança de juros teria estabilizado os montantes em dívida e facilitado o pagamento total dos débitos, mas tal acção não foi tomada por parte da Junta liquidatária.

Muitas destas dívidas eram tão antigas que acabaram por ser consideradas incobráveis pelos governadores que passaram por Pernambuco. Com o correr dos anos perderam a razão de ser devido à falta de pagamento das mesmas por parte dos moradores. Além disso, no século XIX, os poderes locais não colaboravam com a Junta da Administração na recuperação dos créditos da Companhia, como confirmam as queixas que chegaram às Cortes em 1821. Diferentemente do que havia ocorrido no século XVIII, quando as iniciativas dos governadores coloniais incentivavam os devedores a saldarem seus débitos com a Junta.

¹¹⁶⁷ Teresa C. N. MARQUES, «O rescaldo da C^{ia}. Pernambuco e Paraíba...», p. 2.

¹¹⁶⁸ ANTT/AHMF/Livro dos termos de posse nº 403, fls. 16-17. Junta composta em 1830 por José Joaquim Lobo, oficial maior da contadoria da Junta, deputados: Augusto Soares Leal, João António Celestino, Manuel Alves de Melo. Em 1846 para um lugar de deputado foi nomeado o doutor Luís Martins Basto e em 1847 o conselheiro José Joaquim Gomes de Castro.

¹¹⁶⁹ Fernando da Cruz GOUVÊA, «Uma relação de engenhos de Pernambuco e Paraíba no século XVIII», CNFCP (arquivo temático), 1971, p. 81. [Consultado em 7 de agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=Tematico&pagfis=54467&pesq=rodolfo+garci+a+%22jos%C3%A9+c%C3%A9sar+de+meneses%22&url=http://docvirt.com/docreader.net>.

Na nossa pesquisa procuramos demonstrar que muitas foram as negociações que os moradores da capitania de Pernambuco e os seus governadores precisaram fazer junto da Coroa, a fim de manter a estabilidade e a tranquilidade na capitania. Muitas foram as cartas enviadas às instituições centrais com argumentos económicos, de sentido mercantilista, e com argumentos que traziam à memória a relação pactuada entre os moradores e a Coroa, objectivando o fim da companhia pombalina. Intento apoiado pelos governadores de Pernambuco e conseguido pelos moradores já no reinado de D. Maria I.

Esta comunicação envolveu elites, câmaras, representantes da Coroa e as instituições centrais nas discussões sobre o significado da companhia pombalina para Pernambuco, debatendo-se, fundamentalmente, se deveria ou não ser mantida após 1780. A riqueza documental deste período, sobretudo no que respeita à administração e à economia da capitania de Pernambuco, torna, sem dúvida, inexplicável a reduzida quantidade de estudos sobre os anos que vão de 1750 a 1780¹¹⁷⁰.

Na óptica deste trabalho, a dinâmica política da capitania de Pernambuco nas relações que mantinha com a Coroa, nos reinados de D. José I e de D. Maria I, interligava-se directamente com o advento da companhia pombalina, a sua actuação e o seu processo de extinção. A Companhia foi um dos principais acontecimentos do século XVIII e uma das mais relevantes directrizes pombalinas para a América portuguesa. Mas foi um empreendimento efémero, uma vez que terminou no reinado de D. Maria I. Foi afectada por graves deficiências de gestão. Seu lucro ficou comprometido nas capitanias em forma de dívidas, causando prejuízo aos accionistas ainda antes de ser encerrada. Além disso, a empresa comercial não conseguiu cumprir os objectivos para os quais fora criada - aumentar as rendas da Coroa através da expansão das actividades agrícolas, incrementar o trato negreiro e aumentar o valor dos principais contratos. Nos vinte anos de monopólio tal não sucedeu e a Companhia não teve seu monopólio prolongado não só pela saída de Sebastião José de Carvalho e Melo da cena política, como demonstrámos no capítulo anterior.

¹¹⁷⁰ Sobre estudos referentes à capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII, abordamos no capítulo 1 que as exceções são os relevantes trabalhos efetuados por George Félix de Souza - sobre a Câmara do Recife e sobre os ofícios da Câmara-; o livro de Guillermo Palacios - sobre a formação do campesinato em Pernambuco -; e a obra clássica de José Ribeiro Júnior - sobre a companhia pombalina. Bem como, os artigos de Teresa Marques e a tese e estudos de Clara Araújo, também sobre a companhia pombalina e os homens de negócio da praça do Recife, foram devidamente referidos nos capítulos 5 a 10 que compõem a II parte desta tese.

As reformas pombalinas destinadas à capitania de Pernambuco têm na Companhia de Comércio a medida de maior impacto devido à repercussão na economia, política, administração e governo da capitania. Por isso, neste estudo, foi dado um grande destaque à companhia pombalina. A Companhia de Comércio deveria ser tema indelével de qualquer estudo sobre Pernambuco na segunda metade do século XVIII.

Até ao século seguinte a cobrança das dívidas foi algo que preocupou os governadores coloniais, que receberam da Secretaria de Estado instruções para cuidar precisamente deste encargo ao assumirem a governação da capitania. José César de Meneses foi o primeiro a ter de responder perante o secretário de Estado sobre o estado das dívidas à Companhia. D. Tomás José de Mello, seu sucessor, recebeu instruções específicas sobre como cuidar da arrecadação dos bens e das dívidas da extinta instituição pombalina, tema que analisaremos em detalhe na última parte deste trabalho.

A extinção da Companhia acabou por ser a única rutura da chamada «política pombalina» no reinado mariano para a capitania de Pernambuco, já que as outras instituições criadas na época pombalina, como é o caso da Mesa da Inspeção do Açúcar e do Tabaco e da Junta da Fazenda Real, permaneceram. E os reflexos da institucionalização, exercício e extinção da empresa comercial sentiram-se durante muitos anos depois de esta ter vigorado em Pernambuco.

Parte III

Comunicação política entre a Coroa e a capitania de Pernambuco: o cumprimento das ordens e a correspondência dos governadores com as instituições do poder central (1774-1807)

*[...] À medida que a escrita ia se desenvolvendo, o império ia-se moldando, suas partes iam-se conectando, as redes iam-se formando. Ou seja, o império ia sendo escrito [...]*¹¹⁷¹

*Os elementos integrantes da administração colonial [...] entendiam que a governação eficaz do território dependia do acesso e domínio da informação*¹¹⁷².

Os governadores que administraram Pernambuco no último quartel de Setecentos precisaram agir em conformidade com um diversificado leque de preocupações da Coroa para além da companhia de comércio criada para a capitania pelo marquês de Pombal. A conjuntura europeia era uma destas preocupações, pois interferia na manutenção do império, acabando por impulsionar a trasladação da Corte para a colónia. Além dos conflitos, o final do século XVIII foi de uma grande prosperidade económica para o centro e para a América portuguesa em particular. Os capítulos finais deste estudo centrar-se-ão na administração e na economia da capitania de Pernambuco no reinado de D. Maria I. Com base na comunicação estabelecida entre o centro e periferias da monarquia lusa no final do século XVIII, pretende-se compreender a dinâmica política, económica e financeira da capitania e os laços que interligavam Pernambuco e a Coroa numa conjuntura política de mudanças.

Das fontes que fundamentaram a investigação, interessou-nos, acima de tudo, a correspondência trocada entre os poderes centrais (o rei, o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado) em Lisboa, e as entidades na capitania (principalmente oficiais régios

¹¹⁷¹ Marília Nogueira dos SANTOS, «A escrita do império: correspondência no império português no século XVII», em *O Governo dos Povos*, org. Laura de Mello SOUZA, Júnia Ferreira FURTADO, Maria Fernanda B. BICALHO (São Paulo: Alameda, 2009), p. 176.

¹¹⁷² Ângela DOMINGUES, *Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil Colonial* (Lisboa: CHAM/UNL, 2012), p. 82.

e concelhos camarários), durante as administrações de José César de Meneses - que iniciou o seu mandato em 1774 -, até à administração da Junta interina que substituiu D. Tomás José de Mello em 1799.

A nosso ver, a comunicação política entre os poderes centrais e os locais no final de Setecentos reveste-se de grande relevância, porque os elementos integrantes da administração colonial, dos secretários de Estado até aos governadores, entendiam que a governação eficaz de um território dependia do acesso e do domínio da informação. Na perspectiva destas entidades - governo e Secretaria de Estado -, era imprescindível ter conhecimento da geografia do território, dos recursos agrícolas e dos demográficos, da organização militar, a fim de se poderem implementar projectos que visassem o desenvolvimento de novas culturas, cobrar com eficácia as taxas e os impostos reais e controlar insurreições populacionais¹¹⁷³.

Para os órgãos da administração central e local, reunir um grande volume de informação era fundamental, pois gerava conhecimento e a utilização desse conhecimento dava origem a uma administração activa e eficiente. A produção do saber vinculava-se assim às tramas do poder, na medida em que naturalistas, matemáticos, cientistas e outros funcionários da Coroa não exerciam suas funções em dissonância com os interesses políticos e estratégicos da metrópole à qual estavam vinculados¹¹⁷⁴.

Inicialmente, o nosso propósito era compreender como era efectuada a recolha, o processamento e a utilização das informações enviada das partes para o centro, a partir da correspondência trocada entre, por um lado, os moradores e representantes da Coroa na capitania - principalmente os governadores -, e, por outro, os órgãos da administração central. Ou seja, pretendíamos compreender a situação da capitania a partir da circulação da informação política presente na correspondência oriunda de Pernambuco: quais as principais solicitações dos moradores, qual o estado da economia e como se procedeu a oposição à Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Era ainda nosso interesse perceber como tais informações e matérias eram recebidas, processadas, entendidas e como os órgãos centrais da administração portuguesa usavam esse conhecimento na resolução de

¹¹⁷³ Ângela DOMINGUES, *Monarcas, ministros e cientistas...*, p. 82.

¹¹⁷⁴ R. Raminelli declara que estes cientistas estavam vinculados aos Museus, à Academia das Ciências de Lisboa, aos governadores das capitanias, a Domingos Vandeli e em última instância ao secretário de Estado, M. de Melo e Castro. Ronald RAMINELLI, *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância* (São Paulo: Alameda, 2008), pp. 137- 138.

problemas e na transmissão de instruções e ordens aos representantes da Coroa e aos moradores e como isso influía na governação do território.

Contudo, no decurso da análise dessa correspondência foi possível perceber a constituição de uma questão fulcral para o entendimento das relações entre os poderes centrais e os locais. Se nos basearmos na documentação enviada das partes periféricas do império para Lisboa, percebemos que a visão das instituições centrais da monarquia portuguesa acerca do que seria considerado relevante para Pernambuco era diferente do que aparentemente seria o interesse dos vassallos ultramarinos. O estudo da comunicação produzida e recebida pelos agentes da Coroa na capitania e no Reino revelou as medidas que a Coroa procurava implementar, negociar e/ou impor, num período fértil em mudanças políticas, tanto em Portugal, quanto no Brasil¹¹⁷⁵.

Nos capítulos que se seguem e com base nesta informação, abordaremos a administração e governação da capitania de Pernambuco no último quartel do século XVIII, com ênfase para o desenvolvimento económico da capitania no final de Setecentos. Porém, faremos poucas menções ao papel fulcral efectuado pela companhia pombalina neste período, visto termos explicado nos capítulos antecedentes qual o significado da empresa comercial para a capitania de Pernambuco.

No que respeita à administração, torna-se necessário destacar que o conceito aqui evocado é entendido como uma forma de domínio e poder, levando em consideração a íntima relação entre os sistemas de dominação e os meios administrativos. A administração seria o elo mediador entre «dominados» e «dominantes», e instrumento pelo qual a «dominação» era exercida¹¹⁷⁶.

¹¹⁷⁵ Marília Nogueira afirma que as cartas do serviço real, e no caso deste estudo, os ofícios e avisos dos secretários de Estado poderiam servir como instrumento de dominação, na medida que eram dotados de um conteúdo documental e de um outro simbólico. Os ofícios poderiam ser entendidos como um tipo de escrita de 'Estado', «que representam a publicação de uma dominação, que apesar de pública não era imposta, pois mesmo se tratando de uma sociedade altamente hierarquizada, em que cabia a cada um a representação de um determinado papel, ainda assim vivia-se constantemente sob a égide do conflito», eram as tensões que davam a tônica a esta sociedade, tornando por isso necessária a negociação. Marília Nogueira dos SANTOS, «A escrita do império: correspondência no império português ...», p. 173.

¹¹⁷⁶ Sobre o conceito de dominação, Max Weber afirma que dominação é uma situação, em que uma vontade manifesta (um mandado) do 'dominador' ou dos 'dominadores' procura influenciar as acções de outras pessoas, e de facto as influencia, de tal modo que estas acções num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do conteúdo do mandado a máxima das suas acções, uma espécie de dominação consentida. Max WEBER, *Economia e Sociedade: fundamentos*

Porém, essa abordagem será realizada sem que se perca de vista a necessidade de relativizar as relações de poder e de mando nos estudos sobre governo e administração colonial. Levantamos essa questão porque, como é sabido, no contexto colonial o vassalo poderia ter simultaneamente um papel de dominador - na sua convivência com populações nativas ou captivas -, e de dominado - na ligação que mantinha com a Coroa à qual estava vinculado -, e até nesta ligação havia lugar para negociações políticas. Tal sucedia porque, nas sociedades coloniais existiam autoridades diversas, e mesmo na relação entre dominantes e dominados havia sempre espaço para manobras e adaptações¹¹⁷⁷.

Tendo em conta o que expusemos até este ponto, podemos desde já afirmar que em Pernambuco, no final do período pombalino e no início do reinado de D. Maria I, as ideias defendidas por Jack Greene - de negociação e de relativa autonomia dos poderes locais -, são confirmadas pelo contexto político-económico vivenciado pelos moradores daquela época. Algumas das negociações entre instituições e entidades políticas na capitania e os poderes centrais foram analisadas nos capítulos anteriores, quando descrevemos a dinâmica comercial e política da companhia pombalina, a qual acabou por se mostrar contrária aos interesses de determinados grupos das elites locais. Também assinalámos o papel de mediação exercido pelos governadores, sobretudo quando intervieram nas situações de tensão e de conflito que marcaram toda a década de setenta de Setecentos¹¹⁷⁸.

A actuação da Companhia pombalina como entidade controladora do comércio de Pernambuco e áreas subordinadas gerou também, para além de uma dinâmica política baseada em disputas, a necessidade de adaptação e negociação por parte dos

da sociologia compreensiva, vol. II (Brasília: editora da Universidade de Brasília/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999), p. 191.

¹¹⁷⁷ Jack P. Greene, «Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural...» pp. 8-17. A capacidade para adaptar ordens e negociar diretrizes foi algo que Greene procurou provar no seu estudo sobre a sociedade colonial da América britânica.

¹¹⁷⁸ Dinâmica que gerou oposição e conflitos, e que por sua vez, permitiu que os vassalos na capitania confirmassem o pacto político que os unia à Coroa portuguesa. Vassalos que, através das suas câmaras, puderam solicitar que a instituição comercial, criada por essa mesma Coroa, fosse extinta, sem medo de serem punidos pela ousadia do pedido, visto que, o direito à queixa era algo consentido nas sociedades de Antigo Regime. Foram as tensões que deram a tónica ao período pombalino em Pernambuco e para manter a tranquilidade na capitania, as negociações políticas foram essenciais. No Regimento de Roque da Costa Barreto já havia a determinação de «não impedir que também escrevessem, ainda que para se queixarem, as câmaras e seus oficiais [...]». Maria do Socorro Ferraz BARBOSA, Vera Lúcia ACIOLI, Virgínia Maria Almoêdo ASSIS, *Fontes repatriadas...*, p. 47.

governadores, aquando da aplicação das ordens régias, a fim de apaziguar situações de conflito com as elites pernambucanas, quando estas ordens eram contrárias aos interesses locais¹¹⁷⁹. Devido a todos estes factores, os conceitos de administração e de negociação acima citados, podem ser aplicados no contexto político-económico da capitania de Pernambuco, no último quartel do século XVIII, principalmente se relacionarmos esses conceitos com a ideia de «relação pactuada» existente nos trabalhos de Evaldo Cabral de Mello sobre Pernambuco.

Foi na correspondência trocada entre poderes locais (câmaras), entidades localizadas na capitania (governadores, Mesa, Direcção da Companhia) e os poderes centrais - o rei, as Secretarias de Estado e o Conselho Ultramarino - que a forma de administrar a capitania, juntamente com toda a tensão, negociação e instruções para resolução de problemas subjacentes foram reveladas. Porque a comunicação de teor político-administrativo entre as partes pretendia proporcionar um maior controlo das situações nas longínquas partes ultramarinas e instruir os representantes da Coroa no sentido de se constituírem como administradores activos.

Assim, a seguir serão analisadas as ordens e ofícios da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar respeitantes à gestão do território e as preocupações da Coroa, objectivando uma administração mais eficiente para Pernambuco - que politicamente abrangia ainda a comarca de Alagoas e as capitanias da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará -, bem como as respostas dos agentes régios a estas ordens oriundas da administração central. Também analisaremos as consultas do Conselho Ultramarino, pois o teor dos pedidos dos vassallos na capitania era revelador das questões que queriam ver discutidas e, principalmente, resolvidas por este órgão do poder central.

Refira-se, desde já, que a expressão «bom governo» é frequentemente referida na correspondência que emanava da Secretaria de Estado para os representantes da Coroa na capitania. Trata-se de uma expressão que estava directamente ligada às noções de «felicidade», «progresso» e «bem-estar» dos povos do império português. Foi em torno destas noções que se articularam os programas reformistas setecentistas que foram aplicados no centro e nas periferias do império. Também foi a partir destas noções - de «felicidade, progresso e bem-estar» -, que a legislação setecentista foi sendo organizada.

¹¹⁷⁹ Algumas das negociações políticas foram já analisadas nos capítulos 7 e 8.

Assim, analisaremos a acção dos agentes da governação em resposta ao que lhes era ordenado de Lisboa, pois a intervenção da Coroa e a actuação dos seus representantes eram justificadas se promovessem o «bom governo dos povos»¹¹⁸⁰.

A partir da compreensão dessas noções e da análise do conjunto de informações que a comunicação política entre poderes centrais e locais nos proporciona, torna-se possível compreender, através da correspondência da Secretaria de Estado, das acções da Coroa e de seus representantes no território, como a capitania conseguiu transformar-se, no final do século XVIII e início do XIX, na terceira região mais relevante economicamente do império português¹¹⁸¹. Porque, pela doutrina política da época, divulgada, por exemplo, nos *Textos políticos, económicos e financeiros* de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, os interesses dos vassalos espalhados por todo o império coincidiam e fundiam-se com os interesses da própria Coroa. Estes interesses eram principalmente, no final de Setecentos, uma economia sólida - indicativa de uma prosperidade dos povos - e uma administração eficaz e justa, que equivaleria à tranquilidade social¹¹⁸².

¹¹⁸⁰ Ângela DOMINGUES, *Monarcas, ministros e cientistas...*, p. 147.

¹¹⁸¹ Instruções que estimulavam o desenvolvimento da agricultura, o aumento do comércio colonial e a diversificação de culturas, entre outras inovações que objectivavam um melhor aproveitamento do potencial económico da colónia americana.

¹¹⁸² Ver D. Rodrigo de Sousa COUTINHO, *Textos políticos, económicos e financeiros 1783-1811*. Introdução e Edição Crítica de André Mansuy Diniz-Silva, 2 vols., Lisboa: Banco de Portugal, 1993, Tomo I, pp. XV-XX.

Capítulo 10 - Comunicação e governo: a administração de José César de Meneses em Pernambuco e as preocupações da monarquia portuguesa no final de Setecentos

*José César já lá se foi, já partiu a embarcação,
pelo que estamos livres, deste tão grande
ladrão¹¹⁸³.*

*Foi um governador activo [...] Não vexou o povo
[...] Era muito zeloso da sua autoridade¹¹⁸⁴[...]*

Para uma melhor compreensão da dinâmica política e económica da capitania de Pernambuco na segunda metade de Setecentos, o estudo da comunicação política foi essencial. Assim podemos entender algumas das etapas do processo decisório que influíam em tal dinâmica. Entendemos a comunicação política como meio preferencial para a circulação da informação política. Esta por sua vez usava canais específicos, no âmbito do nosso estudo, interessa-nos a comunicação realizada por meio da correspondência produzida ou recebida pelo Conselho Ultramarino e pelas Secretarias. Para além da circulação da informação política, da prestação de contas, do cumprimento de ordens, a comunicação política dos agentes da Coroa tinha também objectivos particulares, como a solicitação de mercês, de remuneração por serviços prestados ou mesmo a negociação de um acordo mais vantajoso para o vassalo em particular, para uma instituição ou para um grupo social. A comunicação era principalmente uma ferramenta de integração, pois qualquer vassalo poderia escrever ao rei através dos Conselhos e das Secretarias.

A correspondência dos governadores com os poderes do centro, apresentando relatórios precisos e bem elaborados acerca das suas acções com informações sobre a defesa, a manutenção da tranquilidade dos povos, o aumento do comércio, a intermediação dos pedidos das elites da terra, ou os pareceres sobre as solicitações dos vassalos na capitania visava principalmente uma recompensa equivalente à sua comissão no ultramar.

¹¹⁸³ Rodolfo GARCIA, «A capitania de Pernambuco no governo de José César de Meneses...» p. 537.

¹¹⁸⁴ Pereira da COSTA, *Anais Pernambucanos...*, Vol. VI, p. 348.

A informação política remetida às instituições do poder central nos fez compreender, por exemplo, como os governadores se empenharam no cumprimento das ordens recebidas pela Secretaria de Estado no que concerne à expansão da agricultura, objectivando o aumento das exportações dos géneros coloniais e de matéria-prima. Cumprir ordens valorizava a prestação dos governadores a frente das capitanias, possibilitando uma boa recompensa pelos serviços prestados ao rei.

O estudo da comunicação dentro do império auxilia na reconstrução de uma parte da administração ultramarina portuguesa e das funções dos governadores de capitania, os quais, no século XVIII, usufruíam de muitos privilégios, jurisdições e prerrogativas que antes eram apenas dos governadores-gerais e vice-reis, sendo as mais relevantes, a permissão para fazer nomeações, emitir patentes de Ordenanças, distribuir sesmarias e exercer total jurisdição militar no âmbito de suas capitanias¹¹⁸⁵. Assim, nesta parte do estudo destacaremos as governações dos agentes régios, escolhidos para administrar a capitania no último quartel de Setecentos, com base na informação produzida e recebida por estes agentes.

No século XVIII também não foi invulgar estes agentes apresentarem o mesmo perfil dos vice-reis, principalmente os das capitanias mais importantes¹¹⁸⁶, pois de forma maioritária eram nobres por nascimento ou militares de alta patente, possuíam experiência administrativa em outros lugares no império e experiência militar comprovada. Podiam ainda corresponder-se directamente com o rei. Se antes esta correspondência com o monarca seria analisada pelo Conselho Ultramarino, a partir da década de 40 de Setecentos, e de forma mais sistemática a partir da chamada época pombalina - mais precisamente de 1762 em diante -, passaria a seguir o sistema recomendado pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Os representantes da Coroa nas capitanias deveriam relatar as actividades de governo, prioritariamente, aos secretários de Estado. Actividades que estariam classificadas, de forma geral, em três partes: a primeira, ofícios sobre o estado político e negócios a ele pertencentes; a

¹¹⁸⁵ Maria Fernanda B. BICALHO, «Centro e periferia...» em *Leituras...* p. 29.

¹¹⁸⁶ Os governadores-gerais foram sempre seleccionados entre os fidalgos. No caso de Pernambuco também houve uma prevalência de fidalgos no seu governo. Mafalda Soares da CUNHA, Nuno G. MONTEIRO, «Governadores e capitães-mores do império Atlântico português nos séculos XVII e XVIII» em *Optima Pars...*, p. 224.

segunda, sobre o estado militar; e a terceira, sobre o estado das finanças e das rendas reais¹¹⁸⁷.

Este conjunto de informações, presente na correspondência, ajuda-nos a compreender a governação da capitania de Pernambuco no último quartel de Setecentos e a comunicação entre os representantes da Coroa e os poderes centrais. A partir da descrição e análise das ordens dos órgãos da administração central, utilizadas para instruir e comandar estes agentes da Coroa no território ultramarino, bem como na resposta destes às instituições no Reino, ficamos em condições de perceber como se procedeu à administração de Pernambuco. Contudo, levamos em consideração as limitações provocadas pelas negociações políticas entre vassalos e Coroa - muitas vezes incentivadas pela própria Coroa a fim de garantir a expressão de todos os pontos de vista, antes da resolução da questão em debate -, e o tempo administrativo do ir e vir das ordens - pois a distância das partes para o centro político poderia dificultar a comunicação -, o que fazia com que nem sempre estas instruções e ordens da Secretaria de Estado resultassem em acções governativas concretas¹¹⁸⁸.

As ordens traziam, a nosso ver, intenções, preocupações e directrizes da Coroa e por isso não podiam ser desconsideradas. O conjunto de avisos e mandados do Secretário de Estado para as autoridades coloniais é um canal para melhor compreendermos a dinâmica, a constituição e o desenvolvimento da governação portuguesa em Pernambuco no final de Setecentos¹¹⁸⁹. O cumprimento das ordens, relatado na correspondência dos

¹¹⁸⁷ Heloísa L. BELLOTTO, «O Estado português no Brasil: sistema administrativo e fiscal», em *O império luso-brasileiro...* p. 279. Estas directrizes encontram-se no livro da Secretaria do ano de 1765, auge do período pombalino. AHU, Conselho Ultramarino. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para São Paulo, Cod. 423.

¹¹⁸⁸ Francisco C. COSENTINO, *Governadores-gerais...* p. 204.

¹¹⁸⁹ Para podermos analisar as instruções dos poderes centrais utilizamos como metodologia a leitura paleográfica e a inventariação dos códices da Secretaria. Os códices 583 e 584 do Arquivo Histórico Ultramarino contêm avisos, ofícios, escritos e portarias. Os códices ou livro de registos estão numerados e em ordem cronológica, mas sem qualquer tipo de índice que facilite a pesquisa, e pode dizer-se que as cartas escritas de Lisboa para as partes ultramarinas estão preservadas nesses livros, em forma de cópias, sendo algumas do punho do próprio secretário. Para que se possa compreender melhor o tipo de documentação trabalhada, podemos dizer que os avisos são documentos diplomáticos de correspondência. São ordens expedidas em nome do soberano, pelos secretários de Estado, directamente ao presidente do Tribunal ou aos conselheiros do tribunal, ou ainda a qualquer magistrado, agente governativo, corporação ou particular, pelo qual se ordenava a execução das ordens reais. Documento que aparece mais constantemente na 2ª metade do século XVIII. Os ofícios, por sua vez, são documentos não diplomáticos, informativos; trata-se da correspondência entre autoridades subalternas delegadas entre si ou entre outras autoridades do Reino, tais como os secretários de Estado. É o meio pelo qual os governadores, bispos, ouvidores, juizes informam os ministros do Reino os actos ocorridos

governadores à Secretaria de Estado, também é relevante, pois demonstra a subordinação dos agentes a este órgão da administração central, ao qual prestavam contas, revelando os seus «modos de governar» na resolução das situações de maior complexidade¹¹⁹⁰. Tudo isto num período em que as reformas políticas e económicas estavam a ser implementadas por todo o império e em que a preocupação com a defesa do território americano se assumia como a questão fulcral da correspondência entre governadores e Secretaria de Estado (década de 1770)¹¹⁹¹.

Outra preocupação presente na comunicação com o centro político diz respeito ao comércio colonial de Pernambuco com o Reino. As redes comerciais e a economia local, dominadas no período em questão pela companhia pombalina, foram destacadas na parte anterior do trabalho, pois a dinâmica comercial da capitania influiu na forma como foi governada pelos agentes administrativos enviados pela Coroa. A partir desta documentação percebe-se como os governadores procuraram cumprir, na maior parte das vezes, as instruções recebidas, negociar aquelas com as quais discordavam e acatar o que era impossível negociar, como manifestam as suas cartas e os casos que analisámos. Pois as cartas procedentes da administração central portuguesa, com as determinações régias, além de tornarem pública a dominação e soberania por parte dos poderes do centro, serviam como instrumento fundamental de negociação entre os vassalos no ultramar e as instituições centrais do Reino¹¹⁹².

nas capitanias, no caso do Brasil, ou nas vilas ou províncias, no caso do Reino. Prestam esclarecimentos, enviam pareceres, mapas ou encaminham o pedido de alguém. No século XVIII, os ofícios passaram a ser numerados, e, no caso das séries do Brasil, muitos ofícios recebiam um número na Secretaria da capitania e outro quando davam entrada em Lisboa.

¹¹⁹⁰ Ressalta-se que apesar do governador estar subordinado ao secretário de Estado, nem sempre cumpria as ordens da Secretaria, pois, como veremos mais adiante, o quotidiano revelava uma disparidade entre a teoria e a realidade.

¹¹⁹¹ As reestruturações políticas, económicas e sociais que foram iniciadas no reinado de D. João V foram intensificadas na segunda metade do século XVIII, com Pombal. As Secretarias de Estado são um indicativo desta situação, reformadas em 1736, só no auge do período pombalino, na década de 1760, passam a ser as principais interventoras entre a periferia e o centro. Para além do cunho reformador que caracteriza o pombalismo de uma forma geral, destacamos que o principal impacto do governo pombalino foi político e simbólico, distinguiu-se pela «afirmação violenta da supremacia da realeza sobre os demais poderes e instituições, a qual se exprimiu em muitas áreas das relações com diferentes entidades». No reinado de D. José I foi inaugurada em Portugal «a intervenção reformadora e autoritária do ‘Estado’ e do governo em múltiplos domínios da sociedade». Nuno G. MONTEIRO, «O tempo de Pombal...» em *História...*, p. 376 - 377.

¹¹⁹² Provisões régias em vigor eram usadas pelos vassalos para contestar portarias de instituições do poder local. No capítulo 8 deste estudo explicámos como a Câmara do Recife, em nome dos vassalos, usou alvarás antigos, o regimento e a própria Mesa da Inspeção para se opor às directrizes da Direcção

A análise desta documentação torna também possível compreender o circuito percorrido pelos diplomas, ordens, informações e ofícios. Por exemplo, em outubro de 1750 encontramos um ofício do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, ao governador de Angola, o conde de Lavradio, repreendendo-o por não escrever aquela secretaria, como era devido, mas apenas ao Conselho Ultramarino¹¹⁹³. Contudo desde 1740 a Secretaria começara a interferir no circuito da correspondência, este processo acentua-se vertiginosamente durante o pombalismo e está completamente estabelecido no reinado de D. Maria I.

A partir de 1740 e de forma mais acentuada de 1750 em diante já são visíveis as mudanças na tipologia dos assuntos tratados na alçada das Secretarias de Estado e do Conselho Ultramarino. Mas foi com a entrada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado na pasta do Ultramar, em 1760, que a maior parte da correspondência das periferias com o centro político passou a dar entrada pela Secretaria de Estado que o irmão de Pombal chefiava, a da Marinha e Ultramar. Isto é, o circuito da comunicação política mudou e o canal mais expressivo para os vassallos e para os representantes da Coroa remeterem seus pedidos e prestarem contas de suas ações passou a ser as secretarias de Estado. Observamos para este período uma redução no número de cartas e requerimentos - que até então eram recepcionados automaticamente pelos oficiais do Conselho Ultramarino - e um aumento no número de ofícios. Os ofícios eram missivas dirigidas aos secretários e por isso mesmo não chegavam a ser consultados pelo Conselho Ultramarino, a não ser que o secretário assim o decidisse.

Paralelamente ao aumento da correspondência para a Secretaria de Estado, os assuntos com maior importância política, sobre defesa, comércio, impostos, frotas, contratos, deixou de ser tratado pelo Conselho e passou a ser tratado no âmbito da Secretaria. Também foi no período de Mendonça Furtado que a comunicação política dos agentes da governação passou a ser feita quase que exclusivamente com os dois secretários de Estado (o do Reino e Mercês e o da Marinha e Ultramar)¹¹⁹⁴.

Na década de 1770, no que respeita à capitania de Pernambuco, apenas um terço da correspondência dos vassallos deu entrada pelo Conselho Ultramarino, para o tribunal

da Companhia. Ver também, Marília Nogueira dos SANTOS, «A escrita do império: correspondência no império português ...», p. 174.

¹¹⁹³ AHU, Conselho Ultramarino, Angola. AHU-Angola, cx. 37, doc. 57.

¹¹⁹⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Caixas 93 a 110. (1760-1770).

foram remetidos 5 cartas e 40 requerimentos. A maior parte da correspondência, 90 ofícios, deu entrada pelas Secretarias de Estado. De um modo geral as cartas e os requerimentos dirigidos ao rei eram da competência do Conselho; os ofícios por sua vez eram da alçada das Secretarias. Isto se mantém nas décadas de 50, 60 e 70 de Setecentos. O circuito foi modificado de forma perceptível na documentação, com entrada da correspondência apenas pela Secretaria de Estado do Ultramar, já no reinado de D. Maria I. Neste período uma triagem passou a ser feita pelo oficial maior da Secretaria e o secretário de Estado, por meio de um «aviso», decidia o que se devia enviar ao Conselho Ultramarino para ser apreciado¹¹⁹⁵. Na década de 1780 efectivaram-se os avisos do secretário de Estado para o presidente do Conselho Ultramarino para que o tribunal se pronunciasse apenas sobre determinados assuntos¹¹⁹⁶.

No que se relaciona à capitania de Pernambuco houve mudanças na comunicação política durante o pombalismo, que foram acentuadas no reinado de D. Maria I¹¹⁹⁷. Isto é, cabia ao Conselho analisar matérias de limitada importância: os requerimentos de militares solicitando confirmação de cartas patentes, de indivíduos pedindo confirmação de cartas de sesmarias, pedidos de particulares (membros das elites ou funcionários régios de menor importância) e, de acordo com a consideração do assunto, as cartas das câmaras. As informações sobre o estado das capitanias, da economia, do comércio e da agricultura, fornecidas pelos agentes da Coroa (governadores, ouvidores, juízes e Bispo) e pela Junta da Fazenda Real - órgão que se incumbiu e extrapolou as funções das antigas provedorias - eram geralmente vistas pelos secretários de Estado, os quais poderiam resolvê-las pessoalmente ou juntamente com o rei.

Por sua vez, o Conselho Ultramarino poderia enviar documentos para outras entidades, como os procuradores da Fazenda ou da Coroa, ou mesmo a agentes da Coroa nas colónias - caso dos governadores, dos Bispos e dos juízes -, para que se pronunciassem

¹¹⁹⁵ Sobre as tipologias documentais nos papéis do Conselho Ultramarino ver Érika S. de Almeida C. DIAS, «Informação e memória...», *Revista Íris*, p. 49.

¹¹⁹⁶ A existência do aviso informando que o requerimento passava da Secretaria de Estado para o Conselho é confirmada com o despacho do oficial maior. Antes, o primeiro despacho era do Conselho Ultramarino, já no período de D. Maria I, nos requerimentos encontramos a informação que a petição baixava ao Conselho por meio do aviso do Secretário de Estado.

¹¹⁹⁷ Os primeiros livros da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar são de 1751. Mesmo a Secretaria tendo sido reformada em 1736. Até à década de 1750, era pelo Conselho Ultramarino que os mandados e as ordens da administração central eram emitidos para as capitanias do Brasil. Ver José Sintra MARTINHEIRA, *Catálogo dos Códices do fundo Conselho Ultramarino* (Rio de Janeiro: Gabinete Português de Leitura, 2000).

sobre os assuntos da sua competência exclusiva e informassem sobre os pedidos que entravam naquele Conselho. Aquilo que era emanado do tribunal era enviado ao rei para resolução final. A partir do reinado mariano as ordens régias sobre o Ultramar seguiam, na sua maioria, pela Secretaria de Estado e era por esta instituição que eram emitidos os alvarás e as provisões que concluíam os processos¹¹⁹⁸.

Na análise feita à documentação de Pernambuco, no último quartel do século XVIII e início do XIX, o Conselho Ultramarino emitiu consultas sobre cartas dos ouvidores, das câmaras, dos governadores e dos capitães-mores¹¹⁹⁹. No final de Setecentos, pelo menos numa consulta, não encontramos a resolução, o dispositivo pelo qual o monarca ou o regente expressava a sua decisão sobre o assunto em apreciação. Em lugar dela, encontramos um aviso do secretário de Estado ao presidente do Conselho Ultramarino, como se da resolução se tratasse¹²⁰⁰.

A nosso ver o reformismo português do século XVIII não foi consequência de um só factor, mas de vários. Entre eles, referimos a continuidade e o incremento de reformas dos reinados anteriores; o reflexo de ideias como as do cientificismo e do racionalismo, introduzidas na sociedade portuguesa; a consciência cultivada pelos monarcas cientes da necessidade de mudanças no seu império; e, como não poderia deixar de ser, o surgimento de Sebastião José de Carvalho e Melo, que com o mesmo vigor usado para perseguir os seus inimigos procurou introduzir reformas estruturais dentro do império português.

Neste contexto de mudanças, característico de Setecentos, queremos destacar não o programa de reformas pombalino, já discutido em capítulos anteriores, mas os ofícios e avisos de Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado de D. José I e um dos principais

¹¹⁹⁸ Érika S. de Almeida Carlos DIAS, «Comunicação política entre os poderes do centro e os locais: uma análise da correspondência trocada entre o secretário da Marinha e Ultramar e o governo da capitania de Pernambuco», em Suely Cordeiro de ALMEIDA *et al.*, (orgs.), *Política e estratégias administrativas no Mundo Atlântico*, 1ª ed, vol. 1, Recife: Editora Universitária/UFPE, 2012, pp. 213-217.

¹¹⁹⁹ Na sua maioria sobre questões económicas (queixas à Companhia de comércio, envio de contas, pagamento de propinas); a conduta de agentes da Coroa (pedidos de substituição de oficiais régios ou de maior permanência, queixas quanto ao procedimento, pedido de devassas); sobre o estado da capitania (seca, alistamento, contrato da carne).

¹²⁰⁰ Este facto era extremamente incomum, uma vez que só ao rei ou a um regente caberia o acto de passar o despacho final da consulta e vem confirmar o destacado papel que a Secretaria de Estado passou a ter na solução dos conflitos e queixas dos vassallos ultramarinos desde meados do século XVIII. Aviso que resolve a consulta: AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fls. 149 v-150.

ministros do reinado de D. Maria I, contemporâneo do marquês¹²⁰¹. Os escritos dos secretários de Estado são valiosos para percebermos as reformas ocorridas na forma de governar o império, as tramas políticas, as redes, o circuito da informação e quais os temas que eram relevantes ao ponto de serem analisados e resolvidos pelas instituições da administração central.

Comunicação e escrita faziam parte da rotina de ministros com uma longa folha de serviços à Coroa. Diogo Ramada Curto defende que a existência de hábitos de comunicação implicava competência para observar e caracterizar situações, algo que estava directamente ligado à formação de hábitos de escrita, leitura e cerimoniais, com larga implicação no comportamento e tomadas de posição. A seu ver, ministros como Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, experientes diplomatas antes de serem secretários de Estado, já possuíam estes «hábitos de comunicação e escrita»¹²⁰². Isto porque a escrita de cartas e ofícios foi um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento e a coesão do império ultramarino português¹²⁰³. Por isso, queremos basear a análise feita neste capítulo, fundamentalmente nas cartas do ministro da Marinha e Ultramar para o governador José César de Meneses, no período em questão: os anos finais do consulado pombalino e o início do reinado mariano.

Sobre a função dos governadores no mundo colonial português nos séculos XVII e XVIII, levámos em particular consideração os trabalhos de Maria de Fátima S. Gouveia e os estudos de Nuno Gonçalo F. Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, que identificaram o papel instrumental dos cargos de governo ultramarino na estruturação da elite cortesã portuguesa. Ao longo do período colonial brasileiro, a Coroa pôde utilizar uma complexa política de concessão de cargos para a constituição de um grupo político-administrativo mais intimamente ligado a ela, consolidando, assim, um núcleo selecto de famílias, através da concessão de recompensas. Este grupo não dava apenas sustentação política e institucional à própria Coroa, mas era também capaz de formular práticas e soluções que

¹²⁰¹ Luís de Oliveira RAMOS, *D. Maria...*, p. 68. Luís Ramos refere que Martinho de Melo e Castro foi o principal secretário de Estado de D. Maria I.

¹²⁰² Diogo Ramada CURTO, «D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego», em *A Casa Literária...*, p. 25.

¹²⁰³ Marília Nogueira dos SANTOS, «A escrita do império: correspondência no império português...» p. 176.

viabilizassem a presença e a imposição da soberania portuguesa em territórios tão vastos e díspares do império português¹²⁰⁴.

Igualmente, por ser a partir de meados de Seiscentos que os serviços à Coroa no império passaram a ser mais bem remunerados em rendas e distinções, do que os que eram prestados no Reino. Os postos de governança no império passaram a atrair a maior parte das grandes casas aristocráticas portuguesas, mesmo que tais serviços fossem considerados um fardo para aqueles que os aceitavam¹²⁰⁵.

José César de Meneses - cujo governo será analisado -, não diferia da maioria dos governadores coloniais, no que concerne às prerrogativas para se tornar um membro desta elite governativa. Stuart B. Schwartz defende que, no período pombalino, «quase todos os governadores nomeados para o Brasil eram nobres ou militares de alta patente, acostumados à obediência e ao comando»¹²⁰⁶. Russell-Wood também analisou os agentes da governação e, em texto conhecido, indica-nos os predicativos de um governador colonial:

[...] Para além de qualidades como a coragem, uma boa capacidade de julgamento, integridade moral, experiência, lealdade à Coroa e defesa do cristianismo, pretendia-se que os nomeados fossem nobres de sangue, de idade madura e com capacidade de liderança comprovada¹²⁰⁷.

Maria de Fátima Gouveia confirma esta mesma ideia e defende que os governadores coloniais deveriam apresentar, em primeiro lugar, qualidades pessoais que os distinguíssem de forma individual e, em segundo lugar, que apresentassem credenciais, tais como pertencerem à nobreza de sangue, possuírem maturidade, experiência e capacidade de liderança comprovada, em especial no campo militar. Estas credenciais habilitavam um grupo bastante seletivo de homens às nomeações para os principais cargos ultramarinos. Nuno G. Monteiro assinala que, entre um mínimo de 64% e um máximo de aproximadamente 90%, dos que faziam parte da primeira nobreza prestou serviço no

¹²⁰⁴ Maria de Fátima Silva GOUVEIA, «Diálogos Historiográficos e cultura política na formação da América Ibérica», em *Culturas Políticas ...*, pp. 94-95.

Mafalda Soares CUNHA, Nuno G. MONTEIRO, «Governadores e capitães-mores...», em *Optima Pars...*, pp. 214-217.

¹²⁰⁵ Mafalda Soares da CUNHA, Nuno G. MONTEIRO, «Governadores e capitães-mores...», em *Optima Pars...*, pp. 232-233. Segundo os autores este foi um caso único no contexto europeu: a maior parte das grandes casas teve algum dos seus membros num governo das conquistas. Mas tal só se justificava quando necessitavam acrescentar novas doações ou renovar as vidas nos títulos; uma vez que tais serviços eram reputados como sendo um pesado sacrifício.

¹²⁰⁶ S SCHWARTZ e J. LOCKHART, *A América latina na época colonial...*, p. 444.

¹²⁰⁷ A. J. R. RUSSELL-WOOD, «Governantes e Agentes», em *História da Expansão...*, V. 3, p. 173.

exército e enviou alguns dos seus membros para o governo das conquistas no período compreendido entre meados do século XVII e as primeiras décadas do século XIX¹²⁰⁸.

O cargo de governador conferia prestígio, poder e autoridade, e, no caso dos governadores de Pernambuco, sobretudo os do final do período pombalino e os nomeados no reinado de D. Maria I, nenhum deles fugiu a esta regra¹²⁰⁹.

Quanto maior a importância do território, maior a qualidade social do escolhido e maiores os ordenados recebidos. Veja-se, por exemplo, a mudança que o secretário de Estado do Ultramar quis implementar, uniformizando os ordenados dos governadores da América portuguesa. No reinado de D. Maria I, Martinho de Melo e Castro tentou extinguir os valores que alguns governadores recebiam a partir dos contratos arrematados, denominados de «propinas», e que acresciam apenas aos ordenados dos governadores de Pernambuco, da Baía e do vice-rei do Rio de Janeiro, que eram os maiores, comparados com os ordenados que auferiam os outros governadores de capitanias. O secretário de Estado queria que os governadores das três capitanias mais importantes subsistissem unicamente com os seus salários anuais, e para tal, sugeriu à rainha que fossem aumentados¹²¹⁰. Uma mudança significativa, porque as «propinas» recebidas das ‘mãos dos contratadores’ - que na segunda metade do século XVIII eram na sua maioria oriundos das elites coloniais -, contribuía para a formação de alianças que nem sempre eram isentas de interesses, entre os representantes da Coroa e os homens de negócio locais¹²¹¹.

As trajectórias individuais são relevantes para entendermos a dinâmica política das distintas partes ultramarinas, pois a governação no império português foi resultado da

¹²⁰⁸ Maria de Fátima Silva GOUVEIA, «Poder, justiça e soberania no império colonial português», *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. S. 3, n.º 6, abril-out. Lisboa: BNL, 2000, p. 105. Mafalda CUNHA, Nuno G. MONTEIRO, «Governadores e capitães-mores...», em *Optima Pars...*, p. 233.

¹²⁰⁹ Para Raymundo Faoro, o governador era um funcionário do rei, uma entidade que funcionava como um outro «eu» do rei, sem contudo ter o poder que o soberano detinha, sendo antes uma sombra do monarca. Raymundo FAORO, *os donos do poder...*, p. 197.

¹²¹⁰ Estes três governadores, além dos seus ordenados, recebiam um percentual dos contratos arrematados. No caso de Pernambuco estes valores eram oriundos dos contratos do açúcar e do dízimo. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil-Geral. AHU_ACL_CU_003, Cx. 29, D. 2374.

¹²¹¹ Por exemplo, antes da medida do secretário de Estado, o governador de Pernambuco recebia 7 mil cruzados de ordenado e 1.500 cruzados de propinas dos contratos; o da Baía recebia cerca de 12 mil cruzados de ordenado mais 7 mil de propinas e o vice-rei do Estado do Brasil tinha de ordenado 12 mil cruzados, mais 2.250 cruzados da Relação do Rio de Janeiro e mais 2.500 cruzados «de propinas que lhes está proibido de levar», perfazendo um montante de 16.500 cruzados. A rainha, por alvará emitido pela Secretaria de Estado, aumentou todos os ordenados e proibiu que qualquer governador ou vice-rei recebesse emolumentos das propinas dos contratos. Com excepção daqueles pagos pelas Relações do Rio de Janeiro e da Baía. O maior ordenado ficaria em torno dos 24 mil cruzados. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil Geral. AHU_ACL_CU_003, Cx. 29, D. 2374.

acção de múltiplos actores em diversos territórios, cujas trajectórias pessoais, respeitando diferentes lógicas, constituíram uma parte relevante da história destes territórios e do próprio império. Seja por conta das redes criadas por estes agentes da governação - que poderiam influir no fluxo e refluxo de pessoas e de mercadorias no império -; das acções políticas que tomaram - que poderiam incitar motins ou apaziguar conflitos-; e das ligações políticas que estes representantes tinham com o centro do império. Ligações que eram relevantes para as elites locais, pois procuravam aliar-se aos governadores visando beneficiar-se desta relação directa com os poderes centrais aos quais estavam todos vinculados¹²¹².

No que respeita ao primeiro destes representantes da Coroa em Pernambuco, para o período em análise, importa salientar que José César de Meneses estava integrado numa rede clientelar inserida numa cadeia de poder com interesses comuns, relacionada por laços de parentesco. Rede essa que, instituída no Reino, se ramificava pelo império e que era uma das bases de sustentação do mesmo. Desde o século XVII que a família «César de Meneses» estava inserida num grupo seleto de famílias cujos membros a Coroa assiduamente recrutava e enviava para administrar as distantes partes ultramarinas¹²¹³.

José César de Meneses era filho natural de um prestigiado vice-rei do Estado do Brasil, o conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Meneses, e neto de outro, Luís César de Meneses. Este último foi governador do Rio de Janeiro (1690-1693), de Angola (1697-1701) e do Estado do Brasil entre 1705 e 1710¹²¹⁴. José César de Meneses, como

¹²¹² Anthony J. R. RUSSEL-WOOD, *Um mundo em movimento...* pp. 93-134.

¹²¹³ Não é interesse deste estudo fazer uma análise das redes governativas formadas através das relações estabelecidas entre oficiais da Coroa - governadores e governadores-gerais -, muitas vezes familiares, e que estiveram à frente da governação portuguesa no Brasil. Mas queremos destacar que José César de Meneses fez parte de uma rede político-familiar por ser filho e neto de quem era. Luís César de Meneses, seu avô, era cunhado de João de Lencastre que foi governador de Angola (1688-1691) e do Brasil (1694-1702), que por sua vez era primo de Câmara Coutinho, que foi governador de Pernambuco, do Estado do Brasil e vice-rei da Índia. E por último, Rodrigo César de Meneses - tio de José César de Meneses -, também foi governador de São Paulo (1721-1726) e de Angola (1732-1738). Oficiais régios, da mais alta importância, ligados por laços familiares, que se sucediam nas principais regiões do império: Estado da Índia, Estado do Brasil, Reino de Angola, capitanias de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Maria de Fátima Silva GOUVÊA, «Trajetórias administrativas e redes governativas no império português (1668-1698)» *Revista de Humanas*, Universidade Federal do Paraná: p. 402. [Consultado em 20 de maio de 2012]. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/porta/cedope/files/2011/12/Trajet%C3%B3rias-administrativas-e-redes-governativas-no-Imp%C3%A9rio-Portugu%C3%AAs-1668-1698-Maria-de-F%C3%A1tima-Silva-Gouv%C3%A4a.pdf>.

¹²¹⁴ Maria de Fátima Silva GOUVÊA, «Trajetórias administrativas e redes governativas no império português...», p. 402.

boa parte dos governadores coloniais, começou a sua carreira servindo no além-mar, no Estado da Índia, depois na Corte, serviços que duraram vinte e seis anos. Em Lisboa foi nomeado no posto de capitão de granadeiros e depois de sargento-mor, passando para o Brasil como governador, onde ficou por mais de treze anos, sendo recompensado por isso, como declara a própria rainha no registo geral de mercês¹²¹⁵. Foi nomeado como governador da capitania de Pernambuco em 27 de julho de 1774 e tomou posse a 31 de agosto. O seu governo estendeu-se até dezembro de 1787.

Examinaremos a sua administração a partir da correspondência activa deste agente da Coroa com as instituições do poder central. Assinalaremos quais as preocupações do seu governo e como cumpriu as ordens emanadas do centro político. Como analisado na segunda parte deste estudo, a Companhia Geral foi a medida político-económica com mais impacto na governação de Pernambuco na segunda metade do século XVIII. Como, nos capítulos anteriores, já esquadrimos o funcionamento da empresa comercial, os principais conflitos e o complexo processo de extinção, neste capítulo nosso objectivo será compreender quais eram as preocupações da Coroa para com a capitania, para além da companhia pombalina. Também destacaremos como José César de Meneses administrou Pernambuco durante mais de uma década.

O primeiro ponto a destacar na governação de César de Meneses foi o cuidado que demonstrou ao reconstituir os regimentos de Olinda e do Recife. Só nos anos de 1775 e de 1776 o governador escreveu vinte e dois ofícios às Secretarias de Estado (da Marinha e Ultramar e do Reino e Mercês), relatando seus esforços para compor e fardar os dois regimentos¹²¹⁶. César de Meneses informava a Martinho de Melo e Castro e ao marquês de Pombal a necessidade de «ensinar o regulamento a fim de instruírem os recrutas na arte da guerra e a necessidade de um treinamento geral entre as companhias que formam os regimentos»¹²¹⁷.

Regimentos que eram necessários na Colónia do Sacramento por conta do conflito com os espanhóis. Desde 1762 que os espanhóis procuravam apossar-se definitivamente

¹²¹⁵ ANTT/ RGM/ D. Maria I. Livro 24, fl. 14v.

¹²¹⁶ Se incluirmos os regimentos da Ilha de Fernando de Noronha e o de Henriques, este número sobe para vinte e cinco ofícios do governador aos secretários de Estado.

¹²¹⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício de 1775, abril, 4. Do governador para Martinho de Melo e Castro e para o marquês de Pombal]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9085 e D. 9086.

de Sacramento, conseguindo-o em 1777 com o ataque das tropas de D. Pedro de Cevallos¹²¹⁸.

No que respeita à organização militar, José César de Meneses criou entre 1774 e 1775 mais três regimentos de milicianos auxiliares: um de brancos, outro de pardos - ou de «quase brancos» como ele denominou -, e um outro de pretos, que designou de Terço Novo para o diferenciar do antigo Terço dos Henriques¹²¹⁹.

A preocupação com a constituição dos Regimentos e com a recruta também é revelada na correspondência do governador com os poderes locais. Entre 1783 e 1787, José César de Meneses escreveu cerca de cinquenta e cinco ofícios às autoridades coloniais, devidamente registados nos livros da correspondência do governador de Pernambuco depositados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Escreveu aos ouvidores de comarcas, capitães-mores e governadores de capitanias subordinadas para que fizessem todas as diligências cabíveis para dar continuidade ao recrutamento militar, a fim de que os regimentos permanecessem compostos e organizados como ordenava a Secretaria de Estado¹²²⁰.

Figura 8: soldados do Regimentos do Recife.



Fonte: AHU, códices. Figurinos militares de Pernambuco. Cod. 1522¹²²¹.

¹²¹⁸ Jorge Borges de MACEDO, *História Diplomática portuguesa...* p. 350.

¹²¹⁹ Guillermo PALACIOS, *Campesinato e escravidão...*, pp. 184-187.

¹²²⁰ IHGB. *Livro de registro das cartas de serviço que fez distribuir José César de Meneses, governador e capitão general de Pernambuco*. Coleção IHGB ARQ 1.4.15.01-21.

¹²²¹ AHU, Iconografia. Códice de figurinos - Pernambuco. AHU_ICONm_015_F, D. 257. Em AHU_CU, Cod. 1522, fl. 2v-3; AHU_ICONm_015_F, D. 259. Em AHU, CU, Cod. 1522, fl. 6v-7.

No início do governo de José César de Meneses grassou uma epidemia de varíola na capitania e em 1776, quando esta findava, uma grande seca provocou um período de fome. Problemas de abastecimento de géneros alimentícios, principalmente de farinha de mandioca, foram muito constantes em Pernambuco ao longo do Setecentos.

Desde o início do século XVIII que, na correspondência entre representantes dos poderes locais e órgãos da administração central, há indícios de seca e falta de alimentos. Em 1704 uma consulta do Conselho Ultramarino já avaliava a situação dos moradores por conta da escassez da farinha e em 1725 o governador escrevia ao rei para comunicar a falta do género, provocada pela grande quantidade de farinha que se embarcava para suprir as tripulações dos navios negreiros da carreira da Costa da Mina. Em 1769 a seca arruinara as plantações, ocasionando a escassez de alimentos¹²²². Mais perto do final do século, em 1785, editais da Câmara do Recife - com a anuência do governador José César de Meneses -, determinavam que nenhum lavrador que possuísse menos de seis escravos plantasse açúcar ou algodão, e, da mesma forma, que todo o senhor de engenho e lavrador fosse coagido a plantar mandioca para sustentar «suas famílias e fábricas»¹²²³.

Além da farinha de mandioca, a carne era outro problema, pois era objecto de negócios ilícitos dos «atravessadores», indivíduos abastados que compravam no interior da capitania os rebanhos disponíveis a baixos preços e os repassavam a altos preços na capital. Ao que parece, nas últimas décadas do século XVIII ocorreu uma série de problemas climáticos, pois a documentação analisada refere tanto a seca quanto as plantações que se estragaram por causa dos aguaceiros¹²²⁴. Factores que confirmam que o período (1775 a 1800) foi de escassez de alimentos.

Pereira da Costa declara que José César de Meneses foi um governador activo, zeloso da sua autoridade e conhecido por punir os delinquentes¹²²⁵. Governador que livrou a capitania de um grupo de salteadores, liderados por um criminoso conhecido como o «Cabeleira». O governador organizou diferentes diligências militares com o objectivo de

¹²²² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Consulta de 1704, agosto]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 21, D. 1978. [Carta do governador, 1725, julho]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 31, D. 2864. [Carta da Câmara, 1769, agosto, 19]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8313.

¹²²³ George Félix Cabral de SOUSA. *Os homens e os modos da governança...* p. 153.

¹²²⁴ Seca de 1770 registada no ofício de AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406; seca de 1775: AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9081, seca de 1777: AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9574; seca de 1795: AHU_ACL_CU_015, Cx. 190, D. 13117. Enchentes: AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6689. Pereira da COSTA, *Anais Pernambucanos...*, Vol. VI, p. 339.

¹²²⁵ F. A. Pereira da COSTA, «Governadores e capitães gerais de Pernambuco...», Vol. X..., p. 457.

prender o bando de criminosos, conduzindo-os vivos à cidade a fim de serem processados e castigados. Foram condenados pela Junta da Justiça, sentenciados à força e executados¹²²⁶.

A sua administração à frente da capitania durou treze anos, pois foi reconduzido no cargo por três vezes, a pedido dos vassalos com a anuência da rainha. A sua longevidade no comando da capitania explica-se, provavelmente, pela sua cooperação e acomodação a interesses colectivos e privativos típicos do governo de D. Maria I¹²²⁷. Como foi referido, o governador era bem quisto pelas elites da capitania¹²²⁸. Ao mesmo tempo que procurou cumprir as ordens de Lisboa, tentou não prejudicar as elites, organizando a cobrança das dívidas à Companhia pombalina sem fazer um confisco geral dos bens dos devedores, acalmando qualquer sentimento de sedição que pudessem estar em gestação, devido aos excessos cometidos pela Direcção local daquela instituição comercial. Contudo, a longa governação de César de Meneses demonstra que, no final de sua comissão, já havia um desgaste na relação política que mantinha com as elites.

Uma carta da Câmara do Recife confirma a existência de atritos entre governo e vassalos, pois com a chegada do sucessor de José César de Meneses, a câmara escreveu à rainha e referiu o sentimento de satisfação dos moradores com a nomeação de um novo representante da Coroa para o governo da capitania:

[...] Havia largo tempo que esta terra suspirava e gemia em silêncio, não querendo consternar as paternais entranhas de Vossa majestade mas parece que por isso mesmo V. Majestade se dignou mandar-lhe um governador consumado [D. Tomás José de Melo...]¹²²⁹.

O alargamento do recrutamento militar em Pernambuco teria sido uma das razões do desgaste ocorrido na relação política entre governador e elites e moradores. Tal facto

¹²²⁶ Contudo, as opiniões dividem-se sobre o caso. Os votos dos integrantes da Junta de Justiça não foram favoráveis à pena de morte, o que demonstra que o governador exerceu o poder de forma arbitrária. Apenas um dos membros da Junta assim votara, e baseando-se neste voto, em detrimento dos da maioria, o governador ordenou a execução. F. A. Pereira da COSTA, *Anais Pernambucanos...* Vol. VI, pp. 349-350.

¹²²⁷ Érika S. de Almeida C. DIAS, «A Câmara do Recife e a Coroa portuguesa...» em *Dinâmica imperial...* p. 133. Muitos foram os ministros que após as primeiras mudanças políticas executadas por D. Maria I continuaram a exercer os mesmos cargos.

¹²²⁸ Na comemoração do seu aniversário foi feita uma sessão literária em 19 de março de 1775 e nela tomaram parte os homens de maior reputação literária da época e foram recitadas peças de louvor ao governador, exaltando os seus méritos e as suas virtudes. F. A. Pereira da COSTA, *Anais Pernambucanos...* Vol. VI, p. 349.

¹²²⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta da Câmara do Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 164, D. 11747, fl. 1.

ocorreu com o objectivo de cumprir as ordens emitidas pela Corte e pelo marquês de Lavradio, o vice-rei do Estado do Brasil, por conta do ataque espanhol às praças portuguesas do Rio Pardo em 1773, que pôs de sobreaviso todas as fronteiras, inclusive as marítimas, do Brasil¹²³⁰.

O governador determinou uma nova e sistemática captura de soldados, com ordens de prisão contra os chefes de família que não informassem o governo onde estavam os filhos em idade de servirem nos regimentos. Os pais, ao saberem da recruta, passaram a enviar, de forma sistemática, os filhos para o interior da capitania, para casa de amigos e parentes. Sabendo disso, a portaria do governador ordenou que o chefe da família que não informasse acerca do destino dos filhos fosse encarcerado¹²³¹. Uma medida de carácter impopular, que não agradou aos moradores em geral.

É preciso destacar que não havia quase nenhum critério para o recrutamento, nem organização regular, «tudo dependia das necessidades do momento e do arbítrio das autoridades»¹²³². Conhecidas as necessidades de mais soldados para os regimentos, os agentes recrutadores saíam em busca de potenciais candidatos, sem hora nem lugar específicos, e os que fossem considerados aptos a empunhar armas eram levados aos postos de recrutamento.

Para além disso, nos sertões de Pernambuco e das capitanias subordinadas ao governo de Pernambuco - principalmente a do Ceará -, e de acordo com os regimentos militares lusitanos, válidos para a América portuguesa, os postos de comandos das tropas locais estavam reservados à gente principal da terra. No caso das capitanias do Norte, estes postos destinavam-se aos grandes senhores de terras e rebanhos, aos quais se juntaram os comerciantes relacionados com a exportação de charque, couro e algodão.

Torna-se necessário levar em conta que, no universo político do Antigo Regime, a delegação de poderes assentava na ideia de que a «autoridade natural» estaria legada aos

¹²³⁰ A assinatura do «Pacto de família» de 1761, a postura de neutralidade da Coroa portuguesa frente aos conflitos que grassavam na Europa - quase sempre contra a Grã-Bretanha -, a revolução americana em 1776, que extenuou as forças inglesas, são fatores, que conjugados, demonstram que tudo o que ocorria no território europeu tinha reflexos no Atlântico. Jorge Borges de MACEDO, *História diplomática...* pp. 348-349.

¹²³¹ Arquivo do IHGB, *Correspondência dos governadores de Pernambuco*, vol. 15, fls. 50-51.

¹²³² Caio PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil...*, p. 309.

principais da terra¹²³³. Estes, ciosos que eram de seus privilégios, tinham conhecimento que para obterem mercês e recompensas, critérios como a relevância dos serviços prestados seriam considerados atentamente. Por conseguinte, os postos de comando das tropas locais eram extremamente cobiçados, e por isso também, as ordens que efectivavam a necessidade de um recrutamento amplo no interior das capitanias do Norte foram cumpridas de forma minuciosa, e violenta, por estes «poderosos do sertão»¹²³⁴. Para além de demonstrarem lealdade para com os poderes centrais, obedecendo às ordens do representante da Coroa - José César de Meneses -, emanadas da própria Secretaria de Estado, aqueles que mandavam nos sertões fortaleciam os vínculos políticos e simbólicos entre vassalos e monarca e confirmavam seu poder de mando e superioridade hierárquica sobre os homens arregimentados nas tropas das localidades sob a jurisdição do seu comando¹²³⁵.

No período de 1770 a 1786, directivas da Coroa e conveniências de política interna desconsideraram as normas de relação entre as autoridades coloniais e os agricultores pobres e livres. Os dois factores combinados levaram o governo local a ordenar a «perseguição e a captura dos mais produtivos integrantes das comunidades camponesas, porque primeiro que tudo, estava o real serviço»¹²³⁶.

Após a crise da década de 1770 - quando a Coroa portuguesa perdeu a Colónia do Sacramento e, por curtos períodos, o Rio Grande de São Pedro e a Ilha de Santa Catarina -, houve necessidade, por parte do poder central, em manter os regimentos militares de Pernambuco organizados para a defesa e estimular o recrutamento de indivíduos para os corpos auxiliares e de ordenanças. Muitas foram as ordens de Melo e Castro para os governadores de Pernambuco nesse sentido e a correspondência entre governo e Secretaria de Estado demonstra que os oficiais régios procuraram cumpri-las.

As autoridades na capitania, após os mapas de população feitos pelos governadores Luís Diogo Lobo da Silva e José César de Meneses, a partir das listas

¹²³³ José Eudes GOMES, «As armas e o governo da *República*: tropas locais e governação no Ceará setecentista» em *Dinâmica imperial...* p. 203.

¹²³⁴ Uma consulta do Conselho Ultramarino de 1783 sobre uma carta do governador interino do Ceará, José Vitoriano Borges da Fonseca, que era também o comandante do Regimento do Recife, dá conta dos «facinorosos e vagabundos» que há naquela capitania. Vagabundos que eram os primeiros a serem recrutados para comporem os regimentos militares. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fls. 139-141.

¹²³⁵ José Eudes GOMES, «As armas e o governo da *República...*» p. 204.

¹²³⁶ Gillermo PALACIOS, *Campesinato e escravidão...*, p. 194.

nominais de baptismo, passaram a conhecer melhor um segmento social, o dos indivíduos livres, sem vínculos com as estruturas formais de organização da sociedade escravista colonial¹²³⁷. Com o temor da ‘recruta’, os moradores desertaram e abandonaram as roças de mandioca, levando à fuga dos agricultores para as fronteiras do território controlado pelos governadores de Pernambuco. O que, por sua vez, desarticulava o já irregular sistema de agricultura de subsistência.

A partir de 1775 o alistamento foi-se tornando cada vez menos selectivo, o que veio a gerar dois problemas: expandiu o processo de fuga de famílias inteiras - ampliando o quadro de fome com características epidémicas - e aumentou a escassez de alimentos para as provisões que eram enviadas para as tropas embarcadas¹²³⁸. Para além da baixa produção de géneros alimentícios, por conta do alistamento, a fome já se alastrava em Pernambuco devido à seca sistemática ao longo da década de 1770 (1770, 1775 a 1778, e 1780)¹²³⁹.

O temor das populações por causa do recrutamento era generalizado e tinha ecos em todas as regiões do Brasil, pois tudo dependia das necessidades do momento e da vontade das autoridades. Por isso, era natural que quando as autoridades, em cumprimento das ordens do principal representante da Coroa, saíssem à procura de indivíduos, estes se esquivassem das vilas e povoações e se escondessem. Os recrutadores procuravam, de preferência, homens brancos, por recomendação do governador de Pernambuco. Segundo José César de Meneses, havia muitas deserções porque os regimentos estavam cheios de «mulatos, ladrões e vadios»¹²⁴⁰. Contudo, dado o carácter da população, havia grande transigência com relação à cor aquando do recrutamento¹²⁴¹.

¹²³⁷ Em 1757 Luís Diogo Lobo da Silva já referia o grande número de homens brancos [pobres] que viviam no ócio. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador para Carvalho de Melo]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 83, D. 6914. Em 1777 J. César de Meneses enviou o mapa da «enumeração dos povos» para Melo Castro. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9665.

¹²³⁸ Guillermo PALACIOS, *Campesinato e escravidão...*, pp. 184-185.

¹²³⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [ofícios dos governadores Manuel da Cunha Meneses e José César de Meneses para Martinho de Melo e Castro entre 1770 e 1780 sobre a seca e a escassez de alimentos]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 121, D. 9246. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406. AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9574. AHU_ACL_CU_015, Cx. 131, D. 9889. AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10163.

¹²⁴⁰ Arquivo do IHGB, *Cartas de serviço de José César de Meneses*, fl. 103. [ofício ao capitão-mor de Itamaracá de 11 de junho de 1785].

¹²⁴¹ Caio PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil...*, p. 308.

Por todos estes factores - desgaste na relação política, recrutamento exacerbado das populações livres e pobres -, a historiografia regional entende que, de uma forma geral, a população não estimava José César de Meneses. As quadras populares que se cantaram na época do seu retorno a Lisboa atestavam este facto: «José César já lá se foi, já partiu a embarcação, pelo que estamos livres, deste tão grande ladrão»¹²⁴².

Convém salientar que o facto de o governador ser ou não apreciado pelos povos que governava acaba por ter pouca importância para a nossa análise. O que queremos destacar neste capítulo é a comunicação do governo para o centro político e as ordens emanadas pelo poder central para o seu principal agente na capitania. Isto porque, como já foi analisado no capítulo 2, no governo de D. José I e sob a influência do marquês de Pombal, a forma ministerial de governo viria a consolidar-se. Compreende-se, por isso, a razão pela qual Martinho de Melo e Castro passou a escrever a José César de Meneses de forma sistemática, como foi possível confirmar nos livros de registos da Secretaria.¹²⁴³ Através dos ofícios do secretário e das respostas do governador podemos compreender como a capitania foi gerida no período de transição entre os reinados josefino e mariano: 1775-1779.

10.1 As ordens das autoridades régias para Pernambuco no último quartel de Setecentos: o âmbito de acção da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar

Os livros de registo da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar contêm a correspondência que o secretário enviou aos representantes da Coroa na capitania, sendo composta na sua maioria por ofícios - cartas do secretário -, e avisos - ordens do secretário às autoridades coloniais em nome do rei¹²⁴⁴. Os ofícios remetidos pela instituição poderiam ser em resposta àqueles enviados das partes, como também, poderiam conter directrizes a serem cumpridas pelos agentes da Coroa no território.

¹²⁴² F. A. Pereira da COSTA, *Anais Pernambucanos...*, Vol. VI, p. 351.

¹²⁴³ A partir de 1751, surgem os livros de registo da Secretaria com avisos e ofícios para os governadores, e a partir da década de 60 de Setecentos a documentação para os secretários é maior que aquela escrita para o Conselho Ultramarino. Ver ponto 2.1 Conselho Ultramarino e Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Maria Fernanda BICALHO, «As tramas da política...» p. 365.

¹²⁴⁴ Definição de ofícios e avisos no capítulo 1. Analisámos os livros da Secretaria de Estado números 583 e 584.

A comunicação costumava fazer-se directamente entre a Secretaria de Estado e os agentes da governação; contudo, o ir e vir da correspondência era lento, entre 120 e 150 dias¹²⁴⁵, e, como já foi referido, a Secretaria repassava ao Conselho Ultramarino apenas aquilo que admitia ser da competência deste tribunal.

Daniel Headrick defende que a revolução cultural nos sistemas de informação das Coroas europeias ocorreu entre 1776 e o início do século XIX. As informações passaram a ser manobradas com método, pois possuir informação conferia prestígio e reforçava a autoridade do recetor¹²⁴⁶. É justamente a partir das décadas de 1760 e 70 que a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar passa a ser a principal recebedora das informações geradas nas distintas partes do império português e o volume da correspondência deste órgão do poder central triplica¹²⁴⁷.

No que respeita às redes de informação, sabe-se que a segunda metade do século XVIII coincidiu com a realização de um enorme esforço de renovação do conhecimento. Esforço esse que envolveu indivíduos e instituições e que foi promovido e suportado, em grande medida, pela Coroa. Nele estiveram empenhados os representantes da Coroa (governadores, ouvidores, juizes), os poderes locais (câmaras), bem como as casas de inspecção e juntas da Fazenda, e também os cientistas, os engenheiros e os recém-formados em Coimbra¹²⁴⁸. A Coroa participou de forma activa no processo de renovação cultural e científica, não apenas quando impulsionou a criação do colégio dos Nobres e a

¹²⁴⁵ Russell-Wood afirma que no século XVIII os navios saíam de Lisboa entre 15 e 25 de outubro e chegavam a Pernambuco perto de 15 de dezembro. Anthony J.R. RUSSEL-WOOD, *Um mundo em movimento...*, p. 55. As embarcações precisavam de pelo menos um mês para vender as mercadorias europeias às elites mercantis, receber os géneros coloniais e retornar a Lisboa. E a estada em Pernambuco poderia ir até 80 dias. José Jobson de Andrade ARRUDA, «A circulação, as finanças...», p. 170.

¹²⁴⁶ Daniel. R. HEADRICK, *When information came of age. Technologies of knowledge in the age of reason and revolution: 1700-1850* (New York: Oxford University Press, 2000), p. 8.

¹²⁴⁷ Fizemos o cálculo para a documentação que entrou no Conselho Ultramarino e Secretarias de Estado a partir de 1762 e no que respeita às capitanias de Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro as secretarias de Estado receberam duas vezes mais documentação que o tribunal. A partir de 1762 e até 1777 o mesmo ocorre com a documentação da Baía e Rio de Janeiro para as instituições centrais, 1/3 dos documentos produzidos nestas capitanias entraram pelo Conselho Ultramarino, os outros 2/3 deram entrada pelas duas Secretarias de Estado (da Marinha e Ultramar e a do Reino e Mercês).

¹²⁴⁸ Entre os cientistas, agentes e intelectuais que participaram desta elite do conhecimento incluíam-se os portugueses nascidos na América. Não interessava à Coroa a naturalidade dos homens desde que obtivessem o saber modernizado que os tornava habilitados a ingressarem nos cargos administrativos. Qualquer vassalo que concorresse com os seus préstimos para o bem do império, poderia se tornar um colaborador da Coroa. Quem primeiro soube reconhecer as qualidades desta elite nascida na colónia, letrada e com boa formação, foram os secretários de Estado. Roberta G. STUMPF, *Filhos das Minas americanas e portuguesas: identidades colectivas na capitania das Minas Gerais (1763-1792)*, São Paulo: Editora HUCITEC/FAPESP, 2010, p. 51.

reforma da Universidade de Coimbra, entre outras entidades criadas ou melhoradas na época pombalina e no reinado de D. Maria I, mas também ao determinar campos de actuação a partir da recepção e gerenciamento da informação proveniente dos pontos mais distintos do império¹²⁴⁹. A circulação do saber se efectivava por meio de cartas, ofícios, mapas e imagens remetidas ao centro político. A partir desta prática, a Secretaria de Estado teria condições para executar reformas e intervenções no ultramar¹²⁵⁰.

É justamente a informação produzida na capitania de Pernambuco, no último quartel do século XVIII, que a seguir analisaremos mais detalhadamente, a fim de perceber os esforços dos representantes da Coroa para cumprirem as ordens da Secretaria de Estado, mantendo-a também informada quanto as principais ocorrências relativas ao estado político, militar e financeiro da capitania. Bem como, a própria sistematização de informações feita na Secretaria de Estado, tão comuns no período, para compreendermos quais as matérias consideradas relevantes pelos poderes centrais (Secretaria e Conselho) e que ficaram registadas nos livros das duas entidades.

Adiantamos, desde já, três resultados que constatamos a partir da análise dos livros de correspondência. O primeiro relaciona-se com as ordens enviadas para a capitania pela Secretaria de Estado. Tais ordens demonstravam quais eram as grandes preocupações da Coroa em relação a Pernambuco e quais eram os problemas que precisavam de uma resposta rápida por parte do centro político. O segundo, que as orientações de cunho político e económico, remetidas aos representantes da Coroa na capitania, vinham da Secretaria de Estado e não do Conselho Ultramarino. E, por último, que as matérias e pedidos oriundos, sobretudo, das câmaras e dos governadores foram apreciados e levados ao rei pelo Conselho Ultramarino e por este tribunal obtiveram uma resolução.

No que respeita à correspondência da Secretaria de Estado encontramos, para o período em análise, quarenta e cinco ofícios e avisos de Martinho de Melo e Castro para José César de Meneses; também existem dezenas de escritos para outras autoridades na capitania, embora tenhamos optado por analisar neste capítulo apenas os escritos dirigidos ao governador. O nosso objectivo consistiu em compreender quais os assuntos

¹²⁴⁹ Ângela DOMINGUES, «Viagens científicas e “elite do conhecimento”: polivalência e mobilidade ao serviço do Império colonial», *Blogue de História Lusófona*, IICT, 2007. [Consultado em 17 de junho de 2012]. Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=14633>.

¹²⁵⁰ Ronald RAMINELLI, *Viagens ultramarinas...* p. 67.

prioritários na óptica das instituições centrais e, portanto, alvo de análise por parte do secretário, e quais as ordens que foram passadas do centro e cumpridas pelo governador quando administrou a capitania¹²⁵¹.

A administração de César de Meneses estava directamente relacionada, em primeiro lugar, com a dinâmica política dos acontecimentos na capitania relatados pelo próprio governador e pelas câmaras às entidades em Lisboa: queixas contra a companhia pombalina, comércio colonial, contrabando; em segundo lugar, com o que acontecia no Estado do Brasil, pois a defesa do território foi uma das preocupações constantes da Coroa durante o período da sua governação; e, em terceiro lugar, com as ordens emanadas das instituições centrais que, em teoria, deveriam ser sistematicamente cumpridas.

As ordens da Secretaria para Pernambuco podem ser catalogadas em pelo menos quatro espécies ou categorias. E, se em sociedades de Antigo Regime, as correspondências por elas produzidas conjugavam o público e o privado, o *Livro de Ofícios* da secretaria de Estado não foi uma excepção. A correspondência encontrada e analisada versava principalmente sobre:

- a questão militar, com especial incidência na defesa do Sul do Brasil;
- o envio de mapas de população (uma preocupação com a questão demográfica) e da composição dos regimentos militares;
- o envio de madeiras para a construção naval;
- questões várias relacionadas com a companhia pombalina e com o comércio colonial.

As primeiras cartas do secretário de Estado continham um conjunto de ordens para que José César de Meneses mandasse, em primeiro lugar, mapas do estado dos regimentos militares da capitania a cada seis meses; em segundo lugar, mapas da população em que categorias como a idade, o sexo, o número de nascidos e de falecidos

¹²⁵¹ Como neste período já não havia mais frotas, as cartas seguiam quando os navios da Companhia partiam para Pernambuco, embora fossem escritas com uma periodicidade relevante, quase uma por mês. Sendo que, no ano de 1775, faltam 8 cartas. No código há uma nota informando que foram retiradas para uma pasta. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 168v.

deveriam estar explícitas¹²⁵²; em terceiro lugar, instruções para que incentivasse o intendente da companhia de comércio, António José Souto, em experiências com a sinopla (tinta) e plantas que pudessem ser comercializadas no Reino. Por último, o secretário instruía o governador quanto à constante falta nos Arsenais da Marinha e Exército em Lisboa de pau-brasil e outras madeiras, apropriadas para a construção de navios e mobiliário, remetendo, por vezes, relações detalhadas daquelas que mais interessavam aos arsenais.

O processo de «quantificação do império» - recenseamento populacional, composição de regimentos militares, descrição e quantificação de plantas e minerais -, não é relativo especificamente à capitania de Pernambuco. No mesmo período, é possível encontrar ordens semelhantes enviadas para outras partes do Brasil, confirmando uma maior centralidade da Coroa portuguesa no que concerne à recolha e sistematização de informações, visando um maior controlo e um melhor aproveitamento dos domínios ultramarinos¹²⁵³.

De todos os pontos do império, indivíduos de várias procedências, com distinta formação, exercendo as mais diferentes funções, enviavam aos órgãos da administração central em Lisboa informações sobre variadas matérias, visando contribuir para o conhecimento global do território e dos vassalos no território¹²⁵⁴. Por isso era tão importante para a Secretaria de Estado do Ultramar receber dados sobre o avanço da investigação da «sinopla» e do anil em Pernambuco, o número de regimentos militares activos na capitania e suas composições, ou sobre o número de moradores da capitania, com especificações dadas pela própria Secretaria, a fim de padronizar este recenseamento e homogeneizar as informações enviadas pelo Bispo e pelo governador acerca das populações que governavam. Era relevante receber e quantificar estes dados porque

¹²⁵² E José César de Meneses cumpriu a ordem. Em 30 de setembro de 1777 o governador enviou o mapa da população com os critérios estabelecidos pelo secretário. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9666.

¹²⁵³ Pedidos feitos não apenas ao governo de Pernambuco. A partir da entrada de Melo e Castro na Secretaria de Estado muitos são os ofícios oriundos de toda a América portuguesa, dando conta de novas culturas que poderiam ser exploradas e comercializadas no Reino. Por exemplo: cochinilha no Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais; anil no Pará. AHU_ACL_CU_003, Cx. 22, D. 1938; AHU_ACL_CU_035, Cx. 12, D. 1011; AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 2022. Linho cânhamo do Rio Grande e de croá do Maranhão e da Baía, utilizados para fazer cabos e cordas para embarcações. AHU_ACL_CU_003, Cx. 27, D. 2215. Mapas de população do Rio de Janeiro: AHU_ACL_CU_017, Cx. 172, D. 12756; AHU_ACL_CU_017, Cx. 183, D. 13338; Mapas das Companhias de militares e da população de Minas Gerais: AHU_ACL_CU_011, Cx. 165, D. 12360.

¹²⁵⁴ Ângela DOMINGUES, «Viagens científicas e “elite do conhecimento” ... » em *Blogue...*

adquirir conhecimento - seja demográfico, militar, geográfico e/ou científico -, significava, neste período, sistematizar muita informação¹²⁵⁵. E quanto mais conhecimento a Coroa obtivesse, melhor seria a gestão dos territórios e dos vassalos nos vários territórios do império.

Além das informações de carácter económico, militar e geopolítico, no livro de avisos e mandados surge, pelo menos, uma carta do secretário sobre questões de foro pessoal: Martinho de Melo e Castro questionou o envio de mercadorias para Pernambuco, por parte do procurador do governador em Lisboa, indagando como se daria o pagamento das fazendas particulares por ele pedidas. Não é possível identificar se tais fazendas diziam respeito à pessoa do governador e à manutenção de seu estatuto social, enquanto pessoa pública, ou se eram fazendas para a sua casa (tecidos, decoração). Ou, ainda, se eram géneros enviados para fins comerciais ou como oferta para pessoas com as quais pudesse constituir alianças políticas e económicas.

A partir da correspondência é possível afirmar que uma das grandes preocupações da Coroa, no que respeita à capitania de Pernambuco no final do período pombalino, foi, para além da companhia pombalina, o envio de regimentos militares da capitania para o Rio de Janeiro. Encontramos na documentação analisada, as respostas do governador de Pernambuco sobre esta matéria e também as cartas do vice-rei do Estado do Brasil, o marquês de Lavradio, pedindo para serem enviados militares de Pernambuco para compor as forças no Rio de Janeiro. Só no ano de 1775 o governador José César de Meneses escreveu, em cinco ocasiões diferentes, às duas Secretarias de Estado, comunicando o cumprimento das ordens de Martinho de Melo e Castro no que concerne ao envio de tropas e mantimentos de Pernambuco para a capital do Estado do Brasil¹²⁵⁶.

É possível afirmar, também, que as ordens relacionadas com a defesa do Brasil, emanadas da Secretaria, foram de facto obedecidas pelo governador, mesmo quando o seu cumprimento gerava descontentamento na população. O recrutamento praticado de

¹²⁵⁵ Daniel. R. HEADRICK, *when information came of age...*, p. 4.

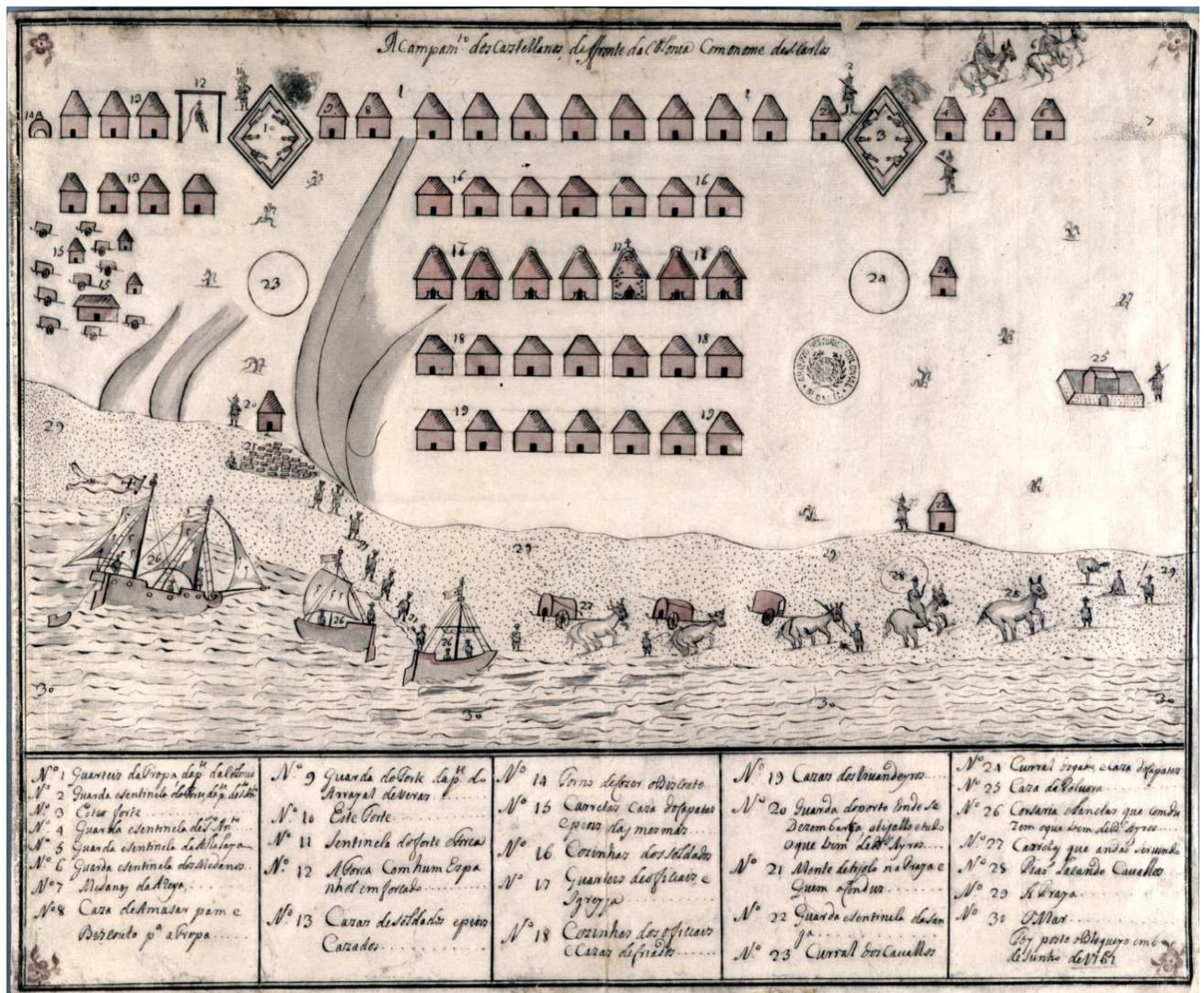
¹²⁵⁶ A investigação que procedemos também na documentação avulsa de Pernambuco demonstra a anuência do governador respeitando as ordens do Secretário. Só no ano de 1775 o governador escreveu à Secretaria da Marinha e Ultramar e à do Reino e Mercês informando do cumprimento das ordens para enviar mantimentos e tropas para o Rio de Janeiro em 5 de janeiro, 17 de fevereiro, 31 de maio, 22 de junho, 30 de julho e 10 de outubro. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9011. AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9040. AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9117. AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9135. AHU_ACL_CU_015, Cx. 120, D. 9179. AHU_ACL_CU_015, Cx. 120, D. 9200.

forma exacerbada neste período, e executado por José César de Meneses e seu sucessor demonstra que os dois representantes da Coroa procuraram acatar e obedecer às ordens dos poderes centrais, sem se preocuparem com a estima pública dos seus governos.

Como se sabe, esse foi um período de grande tensão entre portugueses e espanhóis no Sul do Brasil (1774 a 1777), devido ao incumprimento dos tratados de Madrid, de 1750, e do Prado, de 1761. O marquês de Lavradio desde 1773 alertava a Martinho de Melo e Castro a necessidade de se reformar os regimentos militares no Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina e o envio de homens para a Colônia do Sacramento¹²⁵⁷.

¹²⁵⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_017, Cx. 97, D. 8377. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Coleção Brasil. BNP: PT_BN_Col. Brasil, Cx.1, nº 7. PT_BN_Col. Brasil, Cx.1, nº 12 e 13.

Figura 9: campanha dos Castelhanos na Nova Colónia.



Fonte: AHU, Cartografia manuscrita, Sacramento¹²⁵⁸.

Em resposta a esta situação de tensão, o secretário de Estado mantinha activa correspondência com os governadores de capitanias e com o vice-rei do Estado do Brasil.

Sobre a questão militar em Pernambuco, as disposições do secretário diziam fundamentalmente respeito a três pontos: fardamento, armamento para os regimentos da capitania e o envio destes soldados para o Rio de Janeiro, a fim de aumentarem os contingentes militares tão necessários à defesa do território.

O marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil, tentou, de todas as formas, compor forças para fazer frente aos espanhóis no Sul do Brasil. As cartas que escreveu aos

¹²⁵⁸ AHU, Cartografia manuscrita, Sacramento. AHU_CARTm_012, D. 1247. Cerco à Nova Colónia pelas tropas de D. Pedro de Cevallos.

governadores de capitanias, principalmente ao morgado de Mateus, em São Paulo, e ao governador de Minas Gerais, António Carlos Furtado de Mendonça¹²⁵⁹, e os ofícios que enviou ao conde de Oeiras, provam a sua preocupação constante com a defesa daquela parte do Brasil e com a inferioridade das forças lusas¹²⁶⁰.

Martinho de Melo e Castro evidenciou, de igual modo, essa preocupação quando ordenou ao governador de Pernambuco, em repetidos ofícios, que cuidasse dos regimentos militares do Recife e de Olinda e os enviasse com toda a brevidade ao vice-rei do Estado do Brasil, no Rio de Janeiro. Mandou também que o governador atendesse a tudo o que o vice-rei pedia relacionado com o socorro do Sul do Brasil¹²⁶¹.

Sobre esta determinação, dois pontos precisam de ser destacados. O primeiro deles prende-se com a repetição da ordem acima referida, algo relevante, uma vez que, desde o regimento de Roque da Costa Barreto, a Coroa procurava subordinar o governo de Pernambuco ao governo-geral, confirmando a supremacia dos seus poderes sobre as demais capitanias¹²⁶². Algo que nas primeiras décadas do século XVIII ainda não tivera cumprimento e, que por isso, era repetido em alvarás régios sucessivos¹²⁶³.

O segundo ponto diz respeito ao circuito que a comunicação política fazia desde os primórdios da colonização, algo que continuou na segunda metade do século XVIII. Constatamos que a comunicação com o centro político prevalecia: o próprio marquês de Lavradio escreveu primeiramente ao secretário de Estado pedindo que fossem passadas ordens aos governadores de capitanias, a fim de que estes enviassem mantimentos e tropas ao Rio de Janeiro, e só posteriormente escreveu a estes mesmos governadores. O

¹²⁵⁹ Este governador escreveu à Secretaria de Estado comunicando ser necessário reforçar a defesa da Ilha de Santa Catarina e as informações trocadas com o marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil. AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_017, Cx. 97, D. 8406.

¹²⁶⁰ BNP: PT_BN_Col. Brasil, cx. 1, cx. 2. Ver também: Heloísa Liberalli BELLOTTO, *Autoridade e conflito...* pp. 291 e ss. Ver também Anthony J. R. RUSSEL-WOOD, «Governantes e Agentes», em *História da Expansão...*, p. 175.

¹²⁶¹ AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 165-168.

¹²⁶² Francisco Carlos COSENTINO, *Governadores-gerais do Estado do Brasil...* p. 257.

¹²⁶³ O incumprimento do regimento de Costa Barreto observa-se nos alvarás de D. João V, subordinando os governadores coloniais, em particular os de Pernambuco, ao vice-rei. D. João V repetiu o alvará por mais três vezes durante seu reinado. Academia das Ciências de Lisboa, nº 95, série azul, códice de Pernambuco, fls. 18, 19 e 19v.

mesmo ocorria com os governadores que primeiro escreviam para Lisboa, depois para o governo-geral do Estado do Brasil¹²⁶⁴.

O vice-rei do Brasil tinha pouco controlo sobre os governadores das outras capitanias, incentivados que eram aqueles a comunicarem directamente com Lisboa. Cada capitania continuou a ser, em muitos aspetos, uma colónia separada. Francisco Bettencourt declara que, na década de 1780, os despachos de Martinho de Melo e Castro demonstravam que a Coroa estimulava uma «vivência compartimentada» para as várias capitanias, em benefício de uma relação directa com Lisboa¹²⁶⁵.

Para combater os espanhóis no Sul do Brasil o secretário de Estado ordenou que o governador de Pernambuco organizasse os regimentos militares e os enviasse ao marquês de Lavradio ainda no ano de 1775¹²⁶⁶. José César de Meneses recebera ordens específicas para dar continuidade ao alistamento da população da capitania. No mesmo ano, o secretário de Estado escreveu-lhe informando que, em Cádiz, estava a ser preparada uma grande força para atacar a América portuguesa e que acreditava que uma parte das embarcações acabaria por aportar em Pernambuco¹²⁶⁷. De 1774 a 1775, e de acordo com a correspondência da Secretaria de Estado, no que diz respeito ao Brasil, a maior inquietação da Coroa dizia respeito às pretensões que os espanhóis tinham em relação ao Sul da América portuguesa, como ficou patente com a perda da Ilha de Santa Catarina em 1777, devolvida no mesmo ano após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso¹²⁶⁸.

Quanto ao valor militar dos pernambucanos e à sua participação na defesa do Brasil, Martinho de Melo e Castro usou um discurso que habitualmente era utilizado nas

¹²⁶⁴ Martinho de Melo e Castro, escreveu ao governador de Pernambuco em março de 1775, mandando que César de Meneses enviasse tropas para o Rio de Janeiro a pedido do vice-rei. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 168; e em abril escreveu ao vice-rei informando que já mandara os governadores das capitanias preparem os regimentos e remeterem-nos ao Rio de Janeiro. BNP, Col. Brasil, Cx. 2, nº 22. SCHWARTZ e LOCKHART, *A América...*, p. 444. SCHWARTZ cita que o «vice-rei do Brasil tinha pouco controle sobre os governadores das outras capitanias, incentivados que eram a se comunicarem diretamente com Lisboa».

¹²⁶⁵ Francisco BETHENCOURT, «A América portuguesa», vol. 3, p. 241.

¹²⁶⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 168.

¹²⁶⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 168, letra r: «sendo muito para recear que a guerra que até agora não tem passado da [região] Sul do Brasil se estenda por todo ele, e venha por fim declarar-se na Europa».

¹²⁶⁸ O marquês de Lavradio escrevia com regularidade às instituições centrais preocupado com o avanço dos espanhóis: extrato de cartas escritas entre 6 de dezembro de 1774 até 10 de maio de 1775, acerca do cumprimento das ordens recebidas e das tropas e artilharia enviadas ao Rio de Janeiro por causa da pretensão espanhola no Sul do Brasil. AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_017, Cx. 98, D. 8432.

cartas da «nobreza da terra», quando esta queria ver seus pedidos atendidos. Ele escreveu a J. César de Meneses «informando que o rei não esqueceu o heroísmo do terço dos Henriques na «Restauração Pernambucana» e que os manda empregar com suas tropas regulares na defesa dos domínios meridionais da América portuguesa, mandando-os passar ao Rio de Janeiro»¹²⁶⁹.

Figura 10: Terço dos Henriques



Fonte: AHU, Iconografia. Figurinos militares de Pernambuco¹²⁷⁰.

A inclusão de negros e mulatos livres nas tropas não era de todo surpreendente. Era antes um sinal dos limites práticos que reflectiam o funcionamento da estrutura social da colónia. Nessa segunda metade da década de 70, à medida que se intensificava o clima hostil com o império espanhol, a convocatória de regimentos de Pardos e de Henriques possuía um forte sentido de integração social, ainda que determinada por circunstâncias externas: em tempos de guerra, a necessidade revogava costumes, e se era inevitável incluí-los, então que se fizessem os esforços necessários para que a directriz principal fosse cumprida e se enviassem tropas pernambucanas para compor a força militar solicitada

¹²⁶⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 168, letra q.

¹²⁷⁰ Tambor. AHU_ICONm_015_F, D. 268. Em AHU_CU, Cod. 1524, fl. 2.

pelo vice-rei¹²⁷¹. E por isso, o aviso do secretário que relembrava as glórias do passado fazia todo o sentido.

Passadas as hostilidades com os espanhóis, já mais perto do final da década de 70, Martinho de Melo e Castro voltou a escrever a J. César de Meneses, depreciando esse heroísmo e o discurso nativista tão utilizado pela elite de Pernambuco, com que principiava quase sempre os seus pedidos: «às custas do nosso sangue, vida e fazendas...»¹²⁷². O secretário de Estado, numa memória que escreveu a César de Meneses, declarou que não era possível ficar cedendo aos pedidos dos moradores da capitania com base nos feitos do século XVII, embora anteriormente tenha utilizado o discurso do heroísmo desses mesmos feitos para convencer o terço dos Henriques a voluntariamente juntar-se aos regimentos de linha de Olinda e do Recife no Rio de Janeiro¹²⁷³.

Em 1778 iniciou-se a quinta categoria de escritos e avisos do secretário para Pernambuco. Naquele ano escreveu quatro missivas ao governador, relativas apenas à Companhia Geral de Comércio. Já referimos que, com a saída do marquês de Pombal do governo, aumentou o número de cartas das Câmaras das vilas de Pernambuco dirigidas à rainha, pedindo o fim da Companhia¹²⁷⁴. Tal como o processo de extinção da Companhia, as cartas das câmaras e os ofícios do governador acerca desta questão já foram analisados em detalhe nos capítulos passados, assinalamos apenas que a correspondência do secretário demonstrava o conhecimento que o ministro tinha das queixas dos moradores, bem como o seu esforço para que a empresa comercial não fosse encerrada¹²⁷⁵.

Em outubro de 1778 o secretário de Estado escreveu o seu ofício mais crítico e o mais representativo da sua postura em prol da companhia pombalina. Nele, Melo e Castro repreendeu o governador de Pernambuco por tomar o «partido» dos moradores que

¹²⁷¹ Guillermo PALACIOS, *Campesinato e escravidão...*, p. 187.

¹²⁷² Ofício minuta, sem data, anexado ao ofício do governador Manuel da Cunha Meneses a Martinho de Melo e Castro. Ver ofício e memória em AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8804. A minuta refere o processo de extinção da Companhia, por isso, acreditamos que deve ter sido escrita entre 1777-1779. Conforme Evaldo Cabral de Mello referências como «às custas do nosso sangue, vida e fazendas (...)» faziam parte do discurso político em Pernambuco, nos séculos XVII e XVIII. Evaldo C. de MELLO, *Rubro Veio...*, p. 92.

¹²⁷³ Ofício minuta. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8804.

¹²⁷⁴ Érika Simone de Almeida Carlos DIAS, «O fim do monopólio: a extinção da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba...», pp. 93-94.

¹²⁷⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 195-197v. 1778, Agosto, 10.

queriam a empresa comercial extinta¹²⁷⁶. Entre as explicações possíveis que justifiquem as escolhas do governador, contrárias as instruções do Secretário de Estado, é preciso levar em conta alguns factores.

Primeiramente, o de que havia uma multiplicidade de agentes que serviam a Coroa e que muitos sectores da administração pública não eram geridos pelos governadores, mas por outros funcionários - caso dos juizes, tesoureiros, vereadores -, bem como por particulares, administradores de contrato ou proprietários de ofícios de justiça e fazenda¹²⁷⁷. Esta pluralidade de agentes ao serviço da monarquia portuguesa gerava um fracionamento de poderes entre distintas forças políticas, criando um espaço para o confronto, para a oposição de interesses e para a negociação¹²⁷⁸. Cabia ao governador gerir grupos e situações como representante maior da Coroa.

Um outro factor a ser considerado é que no período colonial, de uma forma geral, a coexistência de quem estava à frente das capitanias - os governadores, ministros, militares -, «foi marcada por uma rede de oposição e conivências articuladas, situação que favorecia o aparecimento de clientelas que giravam em torno dos elementos mais poderosos»¹²⁷⁹. No cerne desta trama estava a figura do governador, que era o principal agente régio na capitania, e que por vezes precisava usar de um poder que não provinha das atribuições legais emanadas das instruções do secretário ou do regimento que trazia, a fim de gerir situações complexas. José João Teixeira Coelho nas *Instruções para o Governo da capitania de Minas Gerais (1782)* já assinalava que não era nada incomum os governadores alargarem os limites do poder que lhes cabia, pois não era raro estes agentes sobrepuem-se à jurisdição dos ministros em matérias cíveis; aumentarem o prazo de pagamento de dívidas à Fazenda Real; ou ordenarem a prisão por injúria sem julgamento e sentença¹²⁸⁰.

¹²⁷⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fl. 202.

¹²⁷⁷ No período da companhia pombalina em Pernambuco, os diretores eram na sua maioria homens de negócio que controlavam, com a anuência da Coroa, o comércio colonial. Eram particulares que na prática agiam como funcionários régios, embora a sua remuneração não saísse dos cofres da Fazenda Real.

¹²⁷⁸ Confronto, oposição de interesses e negociação política foram fatores que tiveram de ser levados em conta pelo governador José César de Meneses durante o processo de extinção da Companhia pombalina, como analisado nos capítulos 10 e 11.

¹²⁷⁹ João Paulo APARÍCIO, «Governar Minas Gerais» ... pp. 83-84.

¹²⁸⁰ No caso da governação de Pernambuco, vimos estes representantes da Coroa desobedecerem aos vice-reis (capítulo 1); revogarem cartas régias (capítulo 6); oporem-se às ordens da Secretaria de Estado

Assim, o desempenho dos governadores pautava-se pelo uso de um poder alargado e vago, que era submetido a variadas restrições pela administração central. Os alvarás régios, os avisos, os ofícios da Secretaria de Estado e o regimento pelo qual se pautavam estes agentes régios eram uma forma de definir e delimitar o poder dos governadores, mas também de melhorar os seus «modos de governar»¹²⁸¹. Poder que, em muitas situações, era utilizado para colmatar as contradições do sistema administrativo, pois, por vezes, as ordens recebidas tendiam a ser desajustadas em relação às ocorrências do quotidiano. Frequentemente os governadores, quando exerciam suas funções no comando e administração de uma capitania, percebiam que a dinâmica político-administrativa tendia a evidenciar a disparidade que existia entre a teoria e a realidade.

Também de forma constante, os governadores viam-se na contingência de resolver problemas pedindo ajuda ao centro político, mas, confrontados com a morosidade da comunicação através dos canais administrativos, optavam entre esperar as indicações de Lisboa ou seguir o seu arbítrio. O exercício do cargo exigia alguma habilidade política para gerir com sucesso situações de larga complexidade. A actuação de um governador colonial era medida com base no seu discernimento no que respeita à gestão destas situações que sucediam no governo de uma capitania, e o chamado «tempo administrativo», a demora inerente ao ir e vir das frotas, dificultava uma comunicação política veloz e eficaz.

O representante da Coroa precisava de ter em consideração pelo menos três factores quando administrava uma capitania: as contradições legais, a lentidão das comunicações e a urgência de algumas das decisões¹²⁸². No caso de José César de Meneses, a extinção da Companhia foi um destes momentos de dificuldade acentuada que poderia ocorrer quando se governa uma capitania. O representante da Coroa precisou escolher um dos «partidos» em disputa levando em conta os interesses regionais, os da Coroa, e o que considerava justo. César de Meneses optou por pautar as suas decisões no conhecimento (real) que tinha da situação, e, como já descrito em capítulos anteriores, não levou em consideração a opinião e as directrizes do secretário sobre a companhia

(capítulo 9) e reformularem o plano para pagamento de dívidas à Companhia pombalina (capítulo 10). José João Teixeira COELHO, *Instruções para o governo da Capitania de Minas Gerais* (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994), p. 88.

¹²⁸¹ Códice da Academia das Ciências de Lisboa, *Documentos e notícias referentes a Pernambuco*, pp. 6-20.

¹²⁸² João Paulo APARÍCIO, «Governar Minas Gerais» ... p. 81.

pombalina, sendo esta uma das poucas vezes que não respeitou as directrizes da Secretaria¹²⁸³.

Para dar continuidade à análise da comunicação política do centro com a capitania, procedemos à leitura e inventariação dos avisos e ofícios da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar para Pernambuco, no período posterior à extinção da companhia de comércio (1780 a 1798). Fizemo-lo por ser este um período muito pouco estudado pela historiografia luso-brasileira, por isso, importava perceber o teor das ordens emanadas do órgão da administração central para o governo de Pernambuco.

Até 1787 José César de Meneses continuou a sua comissão na capitania, e as ordens de Martinho de Melo e Castro e dos seus sucessores, na sua essência, não mudaram. Podemos mencionar as principais preocupações da Secretaria de Estado pelo teor da correspondência enviada ao governador:

- o recrutamento para os regimentos militares
- o envio de madeiras para Lisboa
- a cobrança das dívidas da Companhia pombalina
- a instituição de um recolhimento
- o envio de amostras de linho cânhamo
- e informações de requerimentos

O conjunto de matérias revelado na comunicação entre governo e Secretaria de Estado no início da década de 80 de Setecentos pouco se alterou em relação à década anterior. Sobre a tipologia dos assuntos de interesse do centro político, a matéria mais relevante diz respeito à remessa de amostras de linho cânhamo para Pernambuco, pois os diversos agentes ao serviço da monarquia actuavam para modernizar e diversificar os cultivos. O secretário informava que as amostras eram remetidas pelo intendente-geral da Polícia, Pina Manique, e ordenava que César de Meneses as entregasse a pessoas

¹²⁸³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fls. 202-203.

competentes para que fossem feitas experiências «a fim de promover e animar esta cultura, para vermos se podemos tirar dos nossos domínios um artigo tão importante»¹²⁸⁴.

Na óptica da Secretaria importava renovar a agricultura, por meio do desenvolvimento de culturas existentes ou da introdução de outras. O linho cânhamo já era produzido com sucesso no Sul do Brasil e exportado para Lisboa, convinha confirmar se a produção poderia se estender às capitanias do Norte¹²⁸⁵.

Para compreendermos a relevância da ordem do secretário de Estado ao governador é preciso relembrar que as ideias económicas da época consideravam que era na agricultura que residia a base para a prosperidade dos povos e a riqueza dos 'Estados'. No âmbito destas ideias, procurava-se privilegiar as produções agrícolas das colónias como forma de dinamizar a economia do império¹²⁸⁶. O saber científico, após o reformismo de Setecentos, tinha um carácter, sobretudo, prático¹²⁸⁷.

O discurso político do «século das reformas» imputava à ciência um papel preponderante para o bem-estar dos vassalos e da Coroa, na medida em que proporcionava um conhecimento utilitário com implicações sociais e económicas. As amostras dos produtos que provinham dos vários pontos do império destinavam-se não só à classificação das espécies ou ao reconhecimento das potencialidades naturais, mas também deviam contribuir para o desenvolvimento económico do Reino. Neste caso específico, esperava-se que o linho cânhamo produzido no Brasil servisse para os cordames dos navios fabricados em Lisboa¹²⁸⁸.

¹²⁸⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 584, fl. 41v e o 62v.

¹²⁸⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro. [1795, Novembro, 27, Rio de Janeiro, ofício do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende, D. José Luís de Castro ao secretário de estado, informando os progressos ocorridos na agricultura daquela capitania e a sua importância para o desenvolvimento do comércio, bem como a especial atenção dada à plantação do linho cânhamo, atendendo à utilidade deste produto na construção naval portuguesa; referindo as medidas tomadas para incentivar o cultivo deste e de outros produtos naquele território]. AHU_ACL_CU_017, Cx. 156, D. 11821.

¹²⁸⁶ O sucessor de Melo e Castro, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em memória conhecida sobre «o *Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América*» já referia que a Cora precisava de pessoas capazes de aplicar os novos métodos de renovação da agricultura, incentivando a produção de géneros de diferentes origens. Segundo Sousa Coutinho, era da responsabilidade dos governadores coloniais «... Animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países, deve ser outro grande projecto do legislador político...». AHU, Conselho Ultramarino, Brasil-Geral. AHU_ACL_CU_003, Cx. 41, D. 3251, fl. 2.

¹²⁸⁷ Ronald RAMINELLI, *Viagens ultramarinas...* p. 67.

¹²⁸⁸ Ângela DOMINGUES, *Monarcas, ministros e cientistas...* pp. 146-148.

Para Melo e Castro, passada a tensão militar no Sul do Brasil, continuava a ser necessário cuidar e fardar os regimentos militares e enviar periodicamente mapas com a sua constituição.

As dívidas da extinta companhia de comércio precisavam ser satisfeitas e cabia ao governador fazer com que os devedores cumprissem os pagamentos anuais a que se tinham comprometido. No entanto, ressaltamos que o secretário confirmou a decisão do governador em relação ao parcelamento das dívidas¹²⁸⁹, considerando-a benéfica para a Coroa e reconhecendo que o confisco generalizado de bens arruinaria a economia da capitania, algo que não se coadunava com as noções de progresso, bom governo e bem-estar dos povos¹²⁹⁰.

O cumprimento das ordens da Secretaria de Estado por parte do sucessor de José César de Meneses será analisado no próximo capítulo, o da governação de D. Tomás José de Mello (1787-1798).

10.2A intervenção do Conselho Ultramarino na mediação das tensões em Pernambuco do último quartel do século XVIII até à partida da Corte para o Rio de Janeiro

Como foi dito ao longo deste trabalho, eram duas as instituições que decidiam quais as directrizes do centro para o Ultramar (Conselho Ultramarino e Secretaria de Estado) e após analisarmos as ordens e mandados emanados da Secretaria de Estado, vimos ser necessário investigar também o livro de registo de Consultas do serviço real da capitania de Pernambuco, no último quartel do século XVIII, produzido pelo Conselho Ultramarino. É corrente na historiografia afirmar-se que o Conselho Ultramarino perdeu competências para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Para o caso de Pernambuco, analisámos as consultas daquele tribunal para, a partir das ordens que procediam da entidade, confirmar se tal realmente ocorreu.

Pernambuco, como parte da monarquia pluricontinental, possuía uma linha de comunicação directa com o centro. Na verdade, e como afirma Nuno Gonçalo Monteiro,

¹²⁸⁹ Como foi analisado no capítulo 10.

¹²⁹⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 584, fls. 23v-25. Ângela DOMINGUES, *Monarcas, ministros e cientistas...* p. 141.

no campo de acção da monarquia pluricontinental portuguesa a comunicação constante e a negociação com as elites da periferia do império português tiveram um papel importante, e aumentaram as diferenças entre as esferas institucionais (conselhos e secretarias), que tinham lógicas específicas e diferentes padrões no âmbito da monarquia¹²⁹¹. Como o circuito da informação nas últimas décadas do XVIII, passava primeiramente pela Secretaria de Estado e só depois seguia para o Conselho Ultramarino - após seleção da Secretaria-, podemos constatar os diferentes padrões de comunicação das duas instituições centrais e os caminhos que a informação percorria quando chegava às instituições centrais no Reino¹²⁹².

De uma forma geral, o livro de consultas fez-nos compreender que as cartas das câmaras continuaram a ser vistas e analisadas apenas pelo Conselho Ultramarino, mas davam entrada pela Secretaria de Estado¹²⁹³. Martinho de Melo Castro nos seus ofícios e avisos para Pernambuco, durante o longo período em que ficou à frente da Secretaria, respondeu apenas a três tipos de representantes da Coroa em Pernambuco: governadores, ouvidores e Bispos. Continuou a ser da competência do Conselho analisar as cartas das câmaras, dos particulares e aquelas que a Secretaria repassava ao tribunal. Para compreendermos quais os pedidos que os vassalos na capitania faziam e quais eram considerados relevantes pelos poderes centrais, a análise ao código de consultas do Conselho Ultramarino foi necessária.

Para o período em análise (1773-1807) encontrámos trinta e cinco consultas, das quais 22,8% foram feitas a partir das cartas dos ouvidores de Pernambuco (oito cartas) e de suas capitanias subordinadas (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte); 31,4% foram originadas a partir das cartas das câmaras (onze cartas), e 34,3% a partir das cartas dos governadores ou das devassas tiradas a estes agentes (doze cartas). As demais consultas

¹²⁹¹ Nuno G. MONTEIRO, Pedro CARDIM e Mafalda S. da CUNHA, «Governadores e capitães-mores...», em *Optima Pars...* p. 194.

¹²⁹² Até 1760 o Conselho Ultramarino era o grande recetor da correspondência activa dos agentes da Coroa e dos vassalos, a partir da entrada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado na Secretaria de Estado isso muda. Federica MORELLI, «La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas...». A autora menciona que para a América espanhola, na segunda metade do século XVIII, ocorreu algo semelhante, houve uma redefinição das relações entre Espanha e os territórios americanos, e não apenas de foro económico, também na comunicação entre as diferentes partes do império espanhol.

¹²⁹³ As cartas encontram-se na documentação avulsa da capitania de Pernambuco e sabemos que passava primeiramente pela Secretaria de Estado porque baixavam ao Conselho Ultramarino através de aviso do secretário. O despacho do secretário na carta informa-nos que esta baixara ao Conselho por aviso seu.

que encontramos diziam respeito a análise feita pelo Conselho às cartas de emissores diversos (almotacés, Bispo).

Estudamos o livro das consultas com o objectivo de perceber se o Conselho de facto perdeu o lugar de principal entidade mediadora de tensões e conflitos, entre as periferias (Pernambuco) e o centro (Lisboa), para a Secretaria de Estado do Ultramar no final do século XVIII. Constatamos que esta suposição é confirmada, no que se refere ao reinado efectivo de D. Maria I [1777-1792]. A questão que, nesse período, suscitava discussão entre os vassalos na capitania e a Coroa foi a do encerramento da companhia pombalina e todas as consultas do Conselho Ultramarino que subiram à presença de D. Maria I sobre tão importante assunto voltaram sem resposta da rainha.

Contudo, no que se relaciona ao período do regente D. João, já a partir de 1793, matérias de relevo voltaram a ser consultadas no âmbito do Conselho - devassas e demissão de governadores, conflitos de jurisdição de representantes da Coroa -, e, convém referir, algumas das decisões tomadas para problemas oriundos na capitania de Pernambuco transformaram-se em determinações régias para o resto do império. O que demonstra um novo vigor deliberativo do Conselho que seguiu até ao final de 1807, momento em que a Corte partiu para o Rio de Janeiro e o Conselho viu sua jurisdição alterada, perdeu as funções decisórias e ficou limitado à emissão de certificados¹²⁹⁴.

Nas linhas que se seguem descreveremos de forma sucinta o teor das consultas de Pernambuco no último quartel de Setecentos, a fim de confirmarmos qual o papel do Conselho Ultramarino na administração desta capitania, e se o Conselho era o órgão com maior poder de intervenção na resolução de tensões e conflitos e no envio de respostas para questões de jurisdição e de governação.

No período de transição de reinados, de 1775 a 1779, encontramos apenas duas consultas, originadas a partir das cartas das câmaras da capitania, ambas queixando-se da Companhia pombalina¹²⁹⁵. Realçamos aquela que é datada do período de D. Maria I e constatamos que não tinha resolução, o que era inusitado porque se tratava de um assunto de grande importância¹²⁹⁶.

¹²⁹⁴ Ana Cana Delgado MARTINS, *Governança e arquivos: D. João VI no Brasil* (Lisboa: ANTT, 2007), p. 63.

¹²⁹⁵ Como o teor das mesmas já foi tratado no capítulo 11 não nos alongaremos aqui sobre a matéria que discutiam.

¹²⁹⁶ A metodologia utilizada foi a mesma, fizemos o levantamento dos livros do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, a leitura das centenas de fólios e a inventariação de dois deles, os que mais interesse tinham para este estudo, o códice 267 e o 583. Sobre o códice de consultas ainda é possível informar que há uma interrupção nas consultas do Conselho Ultramarino, no fl. 125 a 126v há a consulta de 20 de dezembro de 1768 e no fl. 126v a 127 a consulta seguinte é de 16 de maio

Destacamos ainda que, durante o reinado efectivo de D. Maria I (1777-1792), poucas foram as consultas elaboradas pelo Conselho Ultramarino. Porém não se trata de algo inesperado, visto que na segunda metade do século XVIII, houve uma mudança na administração do império. Com o pombalismo, as Secretarias passaram a ter um maior destaque nas decisões da Coroa ofuscando os Conselhos. A principal característica da administração central, a partir do chamado período pombalino, foi a nova centralidade adquirida pelas Secretarias de Estado, que tendiam a «expropriar» os conselhos dos seus poderes ou controlá-los politicamente ao nomear indivíduos que estavam em sintonia com o gabinete pombalino¹²⁹⁷. No final do século XVIII Pombal já não estava vivo, mas as suas ideias permaneciam, e a centralidade das Secretarias de Estado foi mais uma das continuidades da sua «forma de governar» em pleno reinado mariano. Por isso, a redução do número de consultas é algo aceitável para o período em questão.

Para o período de 1780 a 1785, ainda durante a governação de José César de Meneses, encontramos nove consultas e nenhuma delas apresentava a decisão de D. Maria I. Tampouco nenhuma delas analisava questões específicas de representantes do serviço real na capitania de Pernambuco, com excepção de uma que fora elaborada a partir de uma carta da Câmara de Sirinhaém. As outras consultas foram formadas a partir das cartas de representantes das capitanias subordinadas ao governo de Pernambuco: três consultas sobre cartas do governador do Ceará, duas acerca de cartas do governador da Paraíba, outras duas sobre cartas do ouvidor do Ceará, e uma acerca de uma representação da Câmara do Ceará. Após o ano de 1785 constata-se um vazio no livro de registo, só interrompido no período da regência do príncipe D. João, em 1793¹²⁹⁸.

A nosso ver tal vazio evidencia que as matérias mais relevantes passaram a ser discutidas no âmbito da Secretaria de Estado, cabendo ao secretário resolver os problemas que surgissem, sem as encaminhar ao Conselho Ultramarino. Confirmamos esta evidência ao constatar que, no período de 1785 a 1793, existem cento e cinquenta avisos e

de 1770; na 127 até a 129v há uma de 1771, setembro, 10; no fl. 129v a 130 v há a de 1772, fevereiro, 2; e a partir da 130 v há um vazio de registo de consultas, sendo a próxima já do ano de 1778. Na documentação avulsa também não encontramos consultas do Conselho Ultramarino para Pernambuco nestes 6 anos. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267.

¹²⁹⁷ Nuno Gonçalo MONTEIRO, *D. José*, p. 193.

¹²⁹⁸ A consulta está registada no livro errado pois é sobre uma carta do capitão de São Tomé e Príncipe, acerca do contrabando de escravos. O que era raro de ocorrer, mas não impossível. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fls. 144v-146v.

mandados enviados pelo secretário de Estado, Melo e Castro, às autoridades coloniais¹²⁹⁹. A Secretaria de Estado toma o lugar que fora do Conselho Ultramarino, no que respeita a Pernambuco, de forma manifesta, pois passa a deliberar sobre praticamente todas as matérias oriundas das partes ultramarinas para o centro, discutindo principalmente os assuntos que, na época, eram relevantes para a Coroa - a defesa do território, o recrutamento militar, o desenvolvimento da agricultura e a expansão do comércio. Ressalta-se que foram quase dez anos sem elaboração de consultas por parte do tribunal sobre a capitania de Pernambuco, nenhuma questão - fosse no âmbito da política, economia, conflitos de jurisdição -, foi analisada pelo Conselho.

Consideramos ainda que é necessário esclarecer que todas as consultas que o Conselho fez durante a governação de D. Maria I, até 1792, ano em que a rainha ainda governava de forma efectiva, voltaram sem resolução¹³⁰⁰.

Porém, a partir da regência de D. João, entre 1793 e 1807, no que tange à capitania de Pernambuco, o Conselho Ultramarino passou novamente a analisar matérias com relevância política, como a devassas de governadores e conflitos de carácter económico entre Baía e Pernambuco, em virtude do pagamento de dízimos¹³⁰¹.

Escolhemos examinar as consultas até 1807 por ser o ano da partida da Corte para o Brasil, uma data relevante, porque a partir desta transferência a relação política entre centro e periferia dentro do império não mais voltaria a ser a mesma¹³⁰².

Para o período de 1793 a 1807, encontramos vinte e três consultas. Numa delas consta um aviso do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, o que demonstra a sua

¹²⁹⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 584, fls. 42v-147.

¹³⁰⁰ Só no âmbito da reforma das secretarias de Estado com D. João V que é inegável que a Secretaria, oficialmente, incorpora atribuições que eram do Conselho Ultramarino. E da década de 60 de Setecentos em diante é evidente o domínio da Secretaria sobre a comunicação entre a Coroa e os corpos políticos das capitanias (governadores, ouvidores, Bispos). Sobre o papel dos secretários no século XVII ver André da Silva COSTA «*Os secretários e o Estado do rei: luta de cortes e poder...*», p. 250.

¹³⁰¹ Também queremos destacar que os principais assuntos discutidos pelo Conselho Ultramarino a partir de 1793 são os seguintes: a falta de chuvas na região Nordeste; as devassas tiradas aos governadores de Pernambuco e do Rio Grande do Norte; as queixas contra excessos cometidos por ouvidores; as taxas sobre contratos, aplicadas na manutenção dos Regimentos de militares; as queixas de oficiais régios contra ministros de justiça em Pernambuco.

¹³⁰² A data limite do estudo é 1804 quando finda a governação da Junta interina, contudo examinamos as consultas do tribunal até o ano da partida da Corte.

interferência nos assuntos do Conselho¹³⁰³. Contudo, em todas as outras consultas da regência de D. João, antes da partida da Corte para o Brasil, encontramos do lado esquerdo do documento, a decisão do regente.

Sobre as decisões do regente D. João, destacamos o facto de cinco delas serem normativas, ou seja, o príncipe ordenou que as deliberações tomadas com base nos problemas e queixas dos moradores de Pernambuco fossem expedidas em forma de cartas circulares e provisões e aplicadas ao resto da América portuguesa e num caso, a todo o império português¹³⁰⁴.

Com exceção de uma consulta sobre a carta do capitão-mor de São Tomé e Príncipe acerca de contrabando de escravos e outra sobre os regimentos militares no Maranhão¹³⁰⁵, registadas incorretamente no código de consultas de Pernambuco, apuramos que no âmbito das vinte e três consultas, vinte e uma são sobre questões e matérias relativas à capitania de Pernambuco.

A análise do livro de consultas foi em nosso entendimento, crucial para a compreensão da dinâmica política da capitania do final do século XVIII (1793-1807), porque as decisões tomadas pela Coroa para Pernambuco basearam-se nos pareceres do Conselho, retirando, momentaneamente, alguma competência à Secretaria de Estado do Ultramar. Secretarias que, desde o pombalismo, emergiram como as principais decisoras políticas. Referimos que isso ocorreu durante um curto espaço de tempo, pois, com a transferência da Corte para o Brasil, a ordem voltou-se a inverter¹³⁰⁶.

¹³⁰³ Aviso do secretário de Estado ao presidente do Conselho Ultramarino: ilustríssimo e excelentíssimo senhor, levando a real presença de Sua Majestade a consulta de 25 de janeiro do ano próximo passado que o conselho fez subir ao seu conhecimento na dita data sobre a representação da câmara da vila de Montemor da capitania de Pernambuco em data de 26 de janeiro de 1793. A mesma senhora aprova as medidas que o conselho tomou sobre uma tão importante matéria e que a dita senhora manda participar a vossa excelência para o fazer presente no mesmo conselho. Deus Guarde a excelência. Palácio de Queluz, 2 de maio de 1795. De Luís Pinto de Sousa Coutinho ao presidente do Conselho, conde de Resende. Cumpra-se e registre-se. Lisboa 5 de maio de 1795 com seis rubricas dos ministros do conselho em que consta a do conde de Resende presidente. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fls. 149v-150.

¹³⁰⁴ Consulta de 1794, dezembro, 16. Sobre carta do ouvidor geral de Pernambuco. Resolução: «[...] que o Conselho envie para todos os domínios ultramarinos as leis e decretos que mandar publicar [...]». AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fls. 148v-149v.

¹³⁰⁵ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fls. 152v-153.

¹³⁰⁶ Ana C. D. MARTINS, *Governança e arquivos...* pp. 56-63. Uma das explicações possíveis para esta exaltação do Conselho Ultramarino é a de que a regência foi uma situação de 'debilidade da monarquia', acrescentando-se a isso o contexto político europeu conflituoso - com a situação anglo-francesa -, e a dificuldade em manter a neutralidade portuguesa. Também era certo que sendo regente e não rei, D.

No que se relaciona à administração da capitania de Pernambuco, é preciso realçar dois factores: das vinte e uma consultas originadas a partir das queixas dos vassallos em Pernambuco, relacionadas com dúvidas e assuntos administrativos dos representantes da Coroa, todas baixaram com resolução. Isto é, todas elas traziam a decisão do príncipe regente acerca das matérias que o Conselho deliberara. Diferentemente do que ocorrera no reinado mariano, em que nenhuma das consultas sobre matérias e pedidos oriundos da capitania de Pernambuco obteve decisão por parte de D. Maria I.

Em segundo lugar, e mais relevante, todas as decisões do regente foram em concordância com o parecer do tribunal. Para o período de 1793 até às invasões francesas, no final de 1807, no que se refere à administração da capitania de Pernambuco, o Conselho Ultramarino procurou retornar a alta cena política e ser um órgão com acção interventiva, algo que havia perdido nas últimas décadas. Seus pareceres foram levados em conta pelo regente e as decisões tomadas por D. João foram sempre em consonância com o tribunal. Contudo, este retorno gerou uma forte resistência da Secretaria de Estado e nem sempre os conflitos de jurisdição foram resolvidos em benefício do Conselho, como será analisado no último capítulo¹³⁰⁷.

Já no que concerne à Secretaria de Estado vimos reflectidas nas cartas do secretário as grandes preocupações da Coroa para Pernambuco no final do período pombalino: a defesa do Estado do Brasil (1773-1777), o recrutamento militar em Pernambuco (1775-1776) e os problemas entre a companhia de comércio e os vassallos pernambucanos (1777-1780). A partir da década de 80 de Setecentos, a Secretaria ocupou-se com o parcelamento e o pagamento das dívidas dos pernambucanos à Companhia - como analisado no capítulo anterior -, e com o desenvolvimento de novas culturas para Pernambuco e capitanias subordinadas ao seu governo. Com destaque para a relevância que o algodão passaria a ter no comércio colonial, a partir da extinção da Companhia de Comércio em 1780, tema que abordaremos no capítulo a seguir.

João tinha uma maior dificuldade em dirimir os conflitos e as rivalidades, «a autoridade era imperfeita». Exaltar o tribunal ultramarino era ter mais um apoio político. Jorge PEDREIRA e Fernando DORES COSTA, *D. João VI: o clemente*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 65.

¹³⁰⁷ No último capítulo demonstraremos como o Conselho conseguiu do regente uma ampliação de sua jurisdição sobre as Juntas das Fazendas de todas as «conquistas» e como a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar resistiu a este aumento de competência. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fls. 166v-169. AHU_ACL_CU_035, Cx. 14, D. 1155.

Para além da governação, no próximo capítulo, ao analisarmos a administração de D. Tomás José de Mello na capitania de Pernambuco, descreveremos a denúncia e o processo de devassa sofrido pelo governador com o consequente afastamento do governo da capitania. Conselho Ultramarino e Secretaria de Estado tomaram parte na apreciação do caso de D. Tomás J. de Mello, e o príncipe decidiu o destino do governador a partir de uma das opiniões elaboradas por estas instituições, como veremos a seguir.

Capítulo 11

A governação da capitania de Pernambuco e as actividades da Coroa: ordens e inquirições ao último governador Setecentista (1787-1798)

*Que dirá de Thomaz o grato povo? De Thomaz
que não só renova o dique, mas que todo o
Recife faz de novo¹³⁰⁸?*

Após o governo de José César de Meneses à frente da capitania de Pernambuco, seguiu-se a administração de D. Tomás José de Mello. César de Meneses concluiu sua comissão em 1787, com uma governação bem-sucedida, como reflectem as mercês que recebeu e a aprovação da Secretaria de Estado à maioria de suas acções¹³⁰⁹. Aprovação revelada na correspondência entre o governador e Martinho de Melo e Castro, e confirmada pelos monarcas D. José I e D. Maria I.

É de destacar que a remuneração dos serviços foi um dos direitos que se mantiveram até o final do Antigo Regime. Como afirma Fernanda Olival, os serviços constituíam uma forma de investimento, que poderia ser convertido em doações da Coroa, «no qual a retribuição régia tinha conotações honoríficas, além do valor económico»¹³¹⁰. É possível assinalar que J. César de Meneses recebeu, para além de uma pensão anual no cofre das comendas vagas, duas cartas de padrão de juros, um hábito de Cristo com tença, e um lugar no Conselho de Estado¹³¹¹. Todas estas foram mercês recebidas em remuneração dos serviços que César de Meneses prestou à Coroa na Índia e no Brasil.

¹³⁰⁸ José Bernardo Fernandes GAMA, *Memórias históricas da província de Pernambuco*, vol. II (Recife: Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1977), p. 365. (Arquivo Público do Estado de Pernambuco).

¹³⁰⁹ Entre as acções que mais se destacam durante a sua administração estão, em primeiro lugar, a mediação efetuada pelo governador, buscando o entendimento entre as elites e a companhia de comércio. Em segundo lugar, o cumprimento das ordens de Martinho de Melo e Castro no que respeitava à constituição e à reorganização dos Regimentos militares de Pernambuco. César de Meneses apazigou conflitos iminentes e criou um plano de parcelamento das dívidas dos moradores para com a empresa comercial. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao secretário]. 1782, janeiro, 15, Recife. AHU_ACL_CU_015, Cx. 143, D. 10498.

¹³¹⁰ Fernanda OLIVAL, *As ordens militares...* p. 24.

¹³¹¹ ANTT/RGM D. José I, liv. 15, f. 191. ANTT/RGM D. Maria I, liv. 24, f. 14v.

Seguiu-se no governo da capitania de Pernambuco um fidalgo com ampla carreira militar, confirmando o que declarou Nuno Monteiro de que para o governo da capitania de Pernambuco havia uma prevalência de fidalgos¹³¹². D. Tomás José de Mello era descendente dos marqueses de Alegrete - da primeira nobreza da Corte -, seguiu carreira militar e assentou praça de soldado com treze anos de idade, em 1755¹³¹³. Em 1761 passou ao posto de guarda-marinha, sendo o primeiro de sua classe. No mesmo ano, foi nomeado capitão-tenente, posto que exerceu por vinte anos, sete deles na Índia. Em 1780 foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra e participou no ataque a Argel, capitaneando a fragata «Golfinho». Em 1784 foi elevado ao posto de coronel-do-mar. Em 11 de agosto de 1786 foi nomeado governador e capitão-general da capitania de Pernambuco, da qual veio a tomar posse a 11 de dezembro de 1787. Dez anos depois recebeu a sua última mercê: foi agraciado com o posto de chefe-de-esquadra graduado, pelo regente D. João¹³¹⁴.

A sua trajectória na capitania foi longa, tal como a do seu antecessor, e foi o responsável pela administração da capitania de dezembro 1787 até 29 de dezembro de 1798, quando foi afastado do governo. Pereira da Costa, ao analisar os onze anos de sua administração, referiu que D. Tomás J. de Mello era «homem altivo, de grande orientação, empreendedor, enérgico e laborioso...» considerou-o como tendo sido um dos bons governadores do período colonial¹³¹⁵.

A forma como exerceu a actividade governativa e administrou a capitania de Pernambuco pode ser melhor entendida se levarmos em consideração as obras públicas executadas, as relações com as entidades locais e as elites e, por último, a comunicação com os poderes centrais.

No que respeita às reformas implementadas e à administração propriamente dita, podemos assinalar que, durante o seu governo, muitas foram as acções concretizadas. Podemos adiantar que de uma forma geral o governador levou em consideração as instruções de Martinho de Melo e Castro e procurou cumprir as ordens do centro. Foi a

¹³¹² Mafalda Soares da CUNHA, Nuno G. MONTEIRO, «Governadores e capitães-mores», em *Optima Pars...*, p. 224.

¹³¹³ F. A. Pereira da COSTA, *Anais pernambucanos...* Vol. VI, p. 467.

¹³¹⁴ Raphael LISBOA, «*Volvendo sobre vós os céus propícios, derramam por Tomás mil benefícios: O Recife sob o governo de Thomaz José de Mello (1787-1798)*» *Relatório CNPq*, Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2011, p. 12. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 205, D. 14003.

¹³¹⁵ F. A. Pereira da COSTA, *Anais pernambucanos...* Vol. VI, p. 467.

sua prática administrativa que gerou oposição de grupos que concorriam entre si e as consequências deste antagonismo serão analisados na última parte deste capítulo.

A nosso ver, a acção governativa de D. Tomás José de Mello tinha como metas prioritárias a resolução de problemas relacionados com o urbanismo, a saúde pública e o abastecimento de alimentos. No que toca à última temática, e porque o final do século XVIII foi um período de escassez de alimentos, trataremos do empenho do agente da governação para normalizar o fornecimento de géneros alimentares - principalmente a farinha -, mais adiante.

No que concerne às primeiras metas - urbanismo e saúde pública -, três iniciativas se destacam pelas consequências que tiveram na vila do Recife, capital de Pernambuco. O governador mandou executar obras no aterro de Afogados, próximo à capital, com o objectivo de evitar o alagamento do centro do Recife como sempre acontecia com a subida das marés. A fim de evitar aumentar as despesas da Fazenda Real, usou como trabalhadores os condenados por sentença a trabalhos públicos e todos os que cometessem pequenas faltas. Assim melhorava a capital nos meses de inverno sem maiores gastos dos cofres públicos.

Além desta obra, D. Tomás José de Mello, logo que chegou à capitania tratou de tomar providências para reformar o dique do Recife. Uma carta da Câmara do Recife anuncia à rainha que «o activo e zeloso governador quase que tomou a si a Direcção da obra, são poucos os dias que deixa de aparecer e de animar a ela com uma ...afabilidade a todos os trabalhadores¹³¹⁶».

É relevante notar que as ligações entre o governador e os moradores na capitania de Pernambuco foram, inicialmente, as melhores possíveis. A carta da Câmara do Recife, acima citada, confirma que, no início de seu governo, D. Tomás J. de Mello tinha uma relação cordial com as elites pernambucanas. O governador foi elogiado pela instituição de poder local num ofício dirigido à Secretaria de Estado da Marinha Ultramar, no qual a câmara solicitava a sua permanência no governo da capitania por mais anos e enaltecia as medidas tomadas pelo representante da Coroa, e aprovadas pela população, para

¹³¹⁶ A carta ainda elogia o trabalho do governador no que diz respeito ao hospital dos lázaros e às obras na Casa dos Expostos. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta da Câmara do Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 164, D. 11747, fl. 1v.

melhorar a urbe. O ofício revelava a natural aproximação das elites ao novo agente da governação¹³¹⁷.

Como analisado no capítulo anterior, quem estava à frente das capitanias tinha de saber lidar com um conjunto de factores, sendo os mais relevantes, a coexistência de grupos de oposição, conivências articuladas e clientelas que giravam em torno dos principais representantes da Coroa¹³¹⁸.

Também é do período da sua governação obras fundamentais para a saúde da população, como a reconstrução de um hospital para os leprosos¹³¹⁹. Importa destacar que o primeiro registo de um hospital para lázaros na capitania de Pernambuco remonta ao ano de 1714. Foi num terreno doado que o padre António Manuel Félix, no sítio da Soledade, construiu uma capela e uma casa para recolher os doentes. Funcionou nesse espaço até 1753. A partir desta data, o terreno foi requisitado pelo bispo de Pernambuco para a construção do convento das Ursulinas¹³²⁰. Décadas depois, durante o governo de José César de Meneses (1774-1787), pouco se fez para melhorar o cuidado aos leprosos, mas D. Tomás José de Mello investiu na construção de um hospital para os lázaros, concluído em 1791, e de um lazareto, destinado aos captivos chegados de África, que estivessem visivelmente doentes. Estes eram obrigados a ficar de quarentena, num prédio que fora edificado ainda antes do hospital dos lázaros, num ponto distante do centro do Recife¹³²¹.

O governador justificava à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar a necessidade de se edificar um hospital para os que sofriam do «mal de lázaro», a fim de evitar o contato de doentes com os membros sadios da sociedade nas ruas do Recife. Era, portanto, uma questão de saúde pública¹³²². Nesta época, salientamos que o Hospital

¹³¹⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Câmara do Recife ao secretário de Estado.] AHU_ACL_CU_015, Cx. 165, D. 11795.

¹³¹⁸ João Paulo APARÍCIO, «Governar Minas Gerais» ... pp. 83-84.

¹³¹⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício para Martinho de Melo e Castro de 1789, Maio, 11, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 169, D. 11954.

¹³²⁰ O bispo D. frei Luís de Santa Teresa iniciou as obras do convento sem esperar uma solução para acomodar os enfermos esbulhados do seu hospital. F. A. Pereira da COSTA, *Anais Pernambucanos...*, vol. VI, pp. 113-115.

¹³²¹ A documentação faz referência a uma e outra instituição em Santo Amaro das Salinas. Mas deixa claro que eram edifícios distintos. Portaria de 28 de outubro de 1789, a quarentena era paga pelos senhores dos escravos, pelo que, a determinação causou muita contestação. APEJE, livro de portarias, série: R-PRO, nº 2, fls. 47-48v.

¹³²² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício para Martinho de Melo e Castro de 1789, Maio, 11, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 169, D. 11954.

antes de ser espaço de cura, era lugar de separação, de enclausuramento de pessoas para os quais o saber médico não dispunha de resolução, a prática médica partia do princípio de que, se não havia como expurgar a doença, era preciso distanciar o doente, garantindo a não proliferação da enfermidade¹³²³.

Para conseguir verbas para o hospital dos lázaros, o governador se valeu de alguns mecanismos que reflectiam sua racionalidade administrativa, pois sabia não dispor de rendimentos suficientes para prover os custos do hospital. Primeiramente tentou criar um imposto sobre a arroba do algodão exportado, mas não foi bem-sucedido. A intervenção das elites produtoras, sobretudo as do Ceará, queixando-se de mais um imposto, fez com que a Coroa não confirmasse a cobrança da taxa.

Assim, para viabilizar a obra, o governador precisou utilizar outras fontes: o dinheiro de multas por delitos diversos, as doações de particulares, um donativo anual da Coroa, a renda da quarentena dos escravos no lazareto e a vendas de patentes militares¹³²⁴. Contribuições monetárias que, no final da comissão de D. Tomás José de Mello na capitania, geraram controvérsia e fizeram com que denúncias dessem entradas nos órgãos da administração central. Temática que mais adiante será analisada¹³²⁵.

¹³²³ Alcileide Cabral do NASCIMENTO, *A sorte dos enjeitados o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)* (São Paulo: Anablume, FINEP, 2008), pp. 90-91.

¹³²⁴ Alcileide Cabral do NASCIMENTO, *A sorte dos enjeitados...* pp. 90-91.

¹³²⁵ Tais denúncias culminaram no seu afastamento do governo de Pernambuco. Para edificar e manter o lazareto o governador foi acusado de vender patentes militares. Esta foi uma acusação entre as muitas que deram entrada na Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar no ano de 1798. Todo o processo de denúncia, acusação e devassa será examinado ainda neste capítulo. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Consulta do Conselho Ultramarino de 30 de julho de 1799]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 14187. As denúncias estão anexadas a esta consulta.

Figura 12: hospital dos Lázaros (1925).



Fonte: Raphael LISBOA, «Volvendo sobre vós...»¹³²⁶

Ao tomar posse do governo e iniciar um período de melhoramento urbano com intensas obras públicas, incluindo a construção do hospital para os leprosos e do lazareto para os captivos, D. Tomás J. de Mello soube gerir de forma satisfatória os problemas que encontrou, oriundos da administração anterior¹³²⁷. A confirmar sua boa relação com os moradores, nos primeiros anos de seu governo - 1788 a 1790 - assinalámos que foram encenadas três peças de teatro, seguidas por elogios ao governador.

Os panegíricos foram transformados em panfletos e publicados em Lisboa corroborando com a imagem de que D. Tomás J. de Mello era apreciado pelos povos que governava¹³²⁸. Embora tal facto não seja de relevada importância para a compreensão da sua administração à frente da capitania. Relevante é perceber quais os factores que

¹³²⁶ Raphael LISBOA, «Volvendo sobre vós...» p. 18.

¹³²⁷ Também é do período de D. Tomás José de Melo a edificação da Casa dos Expostos. Esta foi criada em Recife no ano de 1789. Objectivava-se desestimular as práticas infanticidas e proteger a honra de homens e mulheres de família, dando-lhes a alternativa de se livrar dos frutos proibidos ou espúrios oriundos de relações incertas ou duvidosas, ao abandonar o bebê na instituição sob o manto do anonimato. http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST24/Alcileide_Cabral_do_Nascimento_24.pdf.

¹³²⁸ Um dos panfletos, o de 21 de setembro de 1788, encontra-se na Newberry Library, em Chicago, Illinois. Cf. Raphael LISBOA, «Volvendo sobre vós os céus propícios, derramam por Tomás...» p. 16.

fizeram esta situação mudar no final da década de 1790, aquando da sua prisão e do retorno forçado a Lisboa.

11.1 As instruções de governo da Secretarias de Estado da Marinha e Ultramar, o «modo de governar» de D. Tomás José de Mello e o conceito de *polícia* no final do século XVIII

No sentido de contribuir para o esclarecimento da comunicação política entre as instituições centrais e o representante da Coroa em Pernambuco, analisámos as instruções de Martinho de Melo e Castro. Instruções que foram enviadas ao governador, através de um mandado da Secretaria de Estado, quando este tomou posse da capitania, em finais de 1787. Estas ordens confirmam o discurso político reformista que a Coroa assumiu a partir do século XVIII e que foi exacerbado durante o pombalismo.

De igual modo, a comunicação efectiva entre os órgãos da administração central e entidades políticas locais foi analisada no final do capítulo anterior, por isso, não entraremos aqui em detalhe acerca das temáticas que foram discutidas pelos poderes centrais no âmbito do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar no que respeita à capitania de Pernambuco. Analisaremos em seguida as ordens da Coroa, transmitidas pela Secretaria de Estado, que objectivavam uma administração eficiente em consonância com o contexto político, científico e económico do final de Setecentos.

Conforme Ângela Domingues, a Coroa propunha-se a promover e a controlar reformas - políticas, económicas, sociais e científicas -, no sentido de fazer progredir o império, de forma a este recuperar o poder e o prestígio que tivera em séculos passados. Assim, no mandado de D. Tomás José de Mello constavam sete directivas, que, para o secretário de Estado eram primordiais para uma boa administração da capitania de Pernambuco, visando uma governação eficiente e a prosperidade dos vassalos. O discurso

reformista, bem como as doutrinas económicas e científicas, estavam presentes nas directivas da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar¹³²⁹.

Martinho de Melo e Castro instruía o novo governador sobre aquilo que considerava prioritário, a fim de que o representante da Coroa efectuasse uma administração eficaz, promovesse uma economia sólida e um bom governo. Tendo em vista os pontos que sobressaíram nas determinações da Secretaria de Estado, as ordens reflectiam antigas e novas preocupações da Coroa em relação aos seus domínios na América: economia e comércio, política, defesa, expansão da agricultura e ciência.

Este último ponto tem particular interesse porque no século XVIII a ciência passou a ter um papel fundamental na busca do bem-estar dos indivíduos e da Coroa e teoricamente, deveria proporcionar um conhecimento com implicações sociais e económicas. A ciência deveria ter um carácter predominantemente prático e a informação gerada pelo conhecimento deveria servir para melhorar a forma de administrar o império¹³³⁰.

Importa ter em conta que economia e comércio eram factores com carácter preferencial nas instruções da Secretaria. Assim, no que se refere à governação de Pernambuco no final de Setecentos, o mandado do secretário de Estado ordenava, em primeiro lugar, que o novo governador cuidasse da exportação do açúcar e do algodão (comércio); em segundo lugar, promovesse o plantio de novas culturas (desenvolvimento agrícola e economia); em terceiro lugar, cobrasse as dívidas da extinta Companhia de comércio (economia); em quarto lugar, combatesse o contrabando (política e economia); em quinto lugar, reativasse o comércio com a Costa da Mina (comércio e economia); em sexto lugar, enviasse animais, minerais e plantas para a Corte (ciência); e por último, que o governador informasse sobre o estado das tropas militares (defesa)¹³³¹.

¹³²⁹ A prosperidade dos vassallos era relevante, pois de acordo com a doutrina política do final do século XVIII, o interesse dos vassallos ajustava-se aos da Coroa. Ângela DOMINGUES, *Monarcas, ministros e cientistas...* p. 147.

¹³³⁰ Evidentemente nem sempre tal aconteceu, nem sempre os novos conhecimentos científicos foram aplicados e muita informação, enviada pelos cientistas, naturalistas, matemáticos e representantes da Coroa (governadores, ouvidores, Bispos) ficaram perdidas nos arquivos da Secretaria de Estado, não tendo a utilidade pretendida. Ângela DOMINGUES, *Monarcas, ministros e cientistas...*, pp. 146-148.

¹³³¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 584, fl. 70v-73v.

Orientações que se complementam quando analisamos o contexto político e económico do reinado de D. Maria I e da regência de D. João, e que se coadunam com as mudanças na administração pública e nas esferas de competências relevantes para a Coroa.

No governo mariano (1777-1792), e no joanino (1792-1816) as ordens da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar estavam em conformidade com as mudanças políticas e económicas implementadas no império português nos reinados antecedentes. Estruturas administrativas e fiscais continuaram a ser reformadas e adaptadas e as medidas económicas pombalinas sofreram poucas alterações¹³³². Embora se tenham encerrado as companhias de comércio e uma parte dos contratos régios, as referências mercantilistas continuaram fortes, continuou a insistir-se no combate ao contrabando, no desenvolvimento da agricultura e do comércio colonial e na defesa do exclusivo comercial com as colónias, como veremos a seguir¹³³³.

No que se relaciona às directrizes de carácter económico, com implicações políticas e sociais, uma das mais importantes instruções da Secretaria de Estado ao novo governador referia-se, naturalmente, à cobrança das dívidas dos moradores à extinta companhia de comércio. Como esta temática já foi analisada em detalhe no capítulo nove, apenas faremos menção ao tema, a fim de compreendermos o conjunto das directivas da Secretaria de Estado para D. Tomás José de Mello.

As companhias de comércio constituíram, a nosso ver, o ponto principal do conjunto das reformas económicas implementadas no Brasil durante o consulado pombalino, em articulação com outras duas medidas fundamentais: o desenvolvimento das manufacturas no Reino e a diversificação da agricultura na colónia¹³³⁴. Não é de admirar, portanto, que as dívidas da extinta companhia pombalina representassem um

¹³³² Hespanha defende que a Coroa portuguesa, no final do Antigo Regime, apertada pelas novas necessidades financeiras, vai se esforçar por aumentar a base tributária, incentivando e organizando as actividades produtivas, criando infraestruturas materiais. António Manuel HESPANHA, «Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime», *Poder e instituições...*, p. 67.

¹³³³ AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro. [Carta régia ao vice-rei do Estado do Brasil suspendendo os contratos do sal e da baleia]. AHU_ACL_CU_017, Cx. 171, D. 12683. Andrée Mansuy-Diniz SILVA, *Portrait d'un homme d'État : D. Rodrigo de Sousa Coutinho...*, vol. II, pp. 73-79.

¹³³⁴ Esta última medida teve especial atenção do governador D. Tomás José de Mello e dos seus sucessores.

problema para a Secretaria de Estado¹³³⁵. É bastante revelador que, quase dez anos após a extinção da empresa comercial, o secretário tenha tido necessidade de incluir a companhia pombalina nos assuntos prioritários a serem tratados por D. Tomás J. de Mello. Os esforços do seu antecessor não haviam sido suficientes para que esta pendência ficasse resolvida¹³³⁶.

A Coroa no final de Setecentos propunha-se a impulsionar reformas que tinham como objectivo o progresso económico do império. Podemos assinalar que para a Secretaria de Estado, uma melhoria económica em Pernambuco significaria o pagamento das dívidas à companhia pombalina, o aumento no volume das exportações do comércio colonial e no montante dos impostos cobrados e nos lucros da Fazenda Real¹³³⁷.

A correspondência activa do governador com a Secretaria de Estado permitiu-nos comprovar que D. Tomás José de Mello cumpriu, com todo o desvelo, esta ordem da Secretaria de Estado do Ultramar. No ano em que começou a governar, uma de suas primeiras medidas foi sequestrar todos os bens do ex-juiz-de-fora da capitania de Pernambuco e antigo deputado da Companhia Geral, João Rodrigues Colaço¹³³⁸. E em 1793 o representante da Coroa enviou um livro à Secretaria de Estado com informações detalhadas acerca do estado da cobrança das dívidas, citando nominalmente os principais devedores e os montantes em dívidas já pagos e aqueles por vencer¹³³⁹.

¹³³⁵ Martinho de Melo e Castro ordenava ao governador que tomasse as providências necessárias para que dívidas antigas fossem pagas com toda a brevidade. O secretário refere «que os devedores de Pernambuco não contentes de reterem por tantos anos as somas que estão devendo se servem presentemente de toda a sorte de subterfúgio para não pagarem o que devem...». Ofício de 24 de outubro de 1787. BNRJ, reservados, correspondência oficial a diversos governadores de Pernambuco, fl. 93.

¹³³⁶ No capítulo 10 analisámos como foi lento e conflituoso o processo de cobrança das dívidas. Processo que decorreu activamente até o final do século XIX. José César de Meneses e Martinho de Melo e Castro divergiram no que respeita à companhia de comércio, nas instruções ao novo governador, o secretário demonstrava que os devedores usavam de «subterfúgios» para não pagar, acusando indirectamente César de Meneses por não ter tido uma acção mais rígida quanto às dívidas.

¹³³⁷ Ângela DOMINGUES, *Monarcas, ministros e cientistas...* pp. 147-148. Na óptica do secretário, o pagamento das dívidas à companhia indiciava uma prosperidade económica, prosperidade que daria condições dos moradores cumprirem o plano de pagamento das dívidas que fora acordado entre governo, vassalos e secretaria. O pagamento das dívidas à instituição pombalina, seguida do desenvolvimento da agricultura e da expansão do cultivo de novos géneros, eram relevantes, para o aumento da Fazenda Real, das exportações portuguesas na Europa e para a prosperidade dos vassalos.

¹³³⁸ APEJE, *livro de portarias de D. Tomás José de Mello*, fl.4.

¹³³⁹ Relatório do governador sobre os devedores à Companhia pombalina remetido ao secretário de Estado. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU, Códices: AHU_CU_Cod. 1155. Analisámos no capítulo 9 a composição do livro e das dívidas.

Levando em consideração a economia e o comércio, no final do século XVIII, a Coroa portuguesa procurou participar activamente no processo de renovação científica de seu império, impulsionando a formação de uma «elite do conhecimento» e fornecendo meios técnicos, humanos e financeiros para a realização de viagens científicas ao Brasil, Ásia e África¹³⁴⁰. A Coroa financiou publicações, panfletos e livros técnico-científicos já no final de Setecentos¹³⁴¹. Estas publicações tinham como pretensão dar aos vassallos acesso ao conhecimento aprofundado pelas elites científicas, no sentido de ensinar e incentivar estes vassallos a participar na economia do império de forma dinâmica, produtiva e racional, por meio de novos produtos e técnicas¹³⁴². Factores que combinados estimularam as áreas das ciências naturais, o crescimento agrícola e a produção de matérias-primas no Brasil¹³⁴³.

Um outro aspeto a destacar acerca desta «elite do conhecimento» é a inserção de jovens nascidos no Brasil, oriundos das elites, que no último quartel de Setecentos matricularam-se em Coimbra aspirando concorrer aos lugares públicos seja na magistratura, na Fazenda, letras ou nas ciências naturais. No que respeita à capitania de Pernambuco, após a reforma da Universidade de Coimbra, assinala-se que 96 pernambucanos estudaram na prestigiada instituição. Entre 1772 e 1807 os contingentes

¹³⁴⁰ Ângela DOMINGUES, «Viagens científicas e “elite do conhecimento”... » em *Blogue de História Lusófona*....[Consultado em 6 de junho de 2012]. Disponível em <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=14633>.

¹³⁴¹ Maria Odila Leite da Silva DIAS, *A interiorização da metrópole*... p. 64. Como exemplos ver também: AHU, Conselho Ultramarino, Reino. [1798, abril, 4 [Lisboa] OFÍCIO de frei José Mariano da Conceição Veloso, da Oficina do Arco do Cego ao oficial-maior da secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar João Filipe da Fonseca, encaminhado cento e cinquenta exemplares de “*O Fazendeiro do Brasil melhorado*”, setecentos exemplares das brochuras das tabuletas das carnes e o rol do resto do importe do que acresceu ao “*Fazendeiro do Brasil*]. AHU_CU_Reino, Cx. 23, pasta 26. AHU, Conselho Ultramarino, Reino. [1800, fevereiro, 20, Buenos Aires. Ofício do padre Francisco Agostinho Gomes ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho]. Remetendo relações das máquinas agronómicas e económicas que encomendou em Londres necessárias para o desenvolvimento da produção agrícola das capitanias do Brasil, solicitando o embarque destas a bordo do primeiro navio com destino à Baía]. AHU_CU_Reino, Cx. 23-A, pasta 13.

¹³⁴² No que concerne ao Brasil, os secretários de Estado M. de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, procuraram em primeiro lugar promover a agricultura da colónia, tendo cuidado com a produção e exportação de géneros tradicionais - como o açúcar e o fumo - e o estímulo de novas culturas, como a do arroz, do algodão e do anil. Além de outras medidas que consolidaram o desenvolvimento da colónia, como a impressão de livros técnicos, a utilização de jovens nascidos no Brasil, formados em Coimbra nas viagens científicas por todo o império. Ângela DOMINGUES, *Monarcas, ministros e cientistas*... p. 144.

¹³⁴³ A. M. Hespanha refere que a Coroa no final do Antigo Regime procurou incentivar e organizar as actividades produtivas. HESPANHA, «Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime», em *Poder e instituições*... p. 67.

fornecidos pela capitania Duartina foram no entanto menores que o de outras capitanias brasileiras, caso do Rio de Janeiro (145), Baía (131) e Minas Gerais (132).

Entre os universitários encontramos os filhos das elites da terra, oriundos das elites açucareiras e mercantis. Caso de Manuel Pires Ferreira e João de Deus Pires Ferreira, filhos do homem de negócio e deputado da companhia pombalina, Domingos Pires Ferreira; Domingos Ferreira Maciel e Patrício José de Oliveira, filhos do senhor de engenho e homem de negócio, que também foi deputado da Companhia, Patrício José de Oliveira; Afonso de Albuquerque Maranhão, filho do senhor de engenho homónimo; Joaquim Pereira Viana, filho do homem de negócio e deputado da Companhia, Luís Pereira Viana¹³⁴⁴.

A maior procura era por cursos que garantiam empregos, caso do curso de Leis e Cânones. Dentre os estudantes, uns ingressaram na magistratura, na metrópole ou na colónia, ocuparam cargos na Fazenda ou optaram pelo ensino¹³⁴⁵. Para concorrer aos chamados «lugares de letras» os formados em leis tinham de se submeter à leitura perante o Desembargo do Paço, onde era averiguada a condição de nobre dos seus pais e avós. Entre 1779 e 1807 doze pernambucanos se habilitaram para tal procedimento e foram aprovados. Caso de Joaquim José Cavalcanti Lins, formado em Cânones, cujo pai Manuel de Araújo Cavalcanti, foi advogado e procurador da Fazenda Real, e o avô capitão de Ordenança e senhor de engenhos¹³⁴⁶. Caso também de Domingos Ferreira Maciel, cujos avós eram senhores de engenho e o pai, Patrício José de Oliveira, além de ser dono de engenhos também foi homem de negócio¹³⁴⁷.

Naquilo que toca à ciência e conforme o estudo de Ronald Raminelli, a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, no reinado de D. Maria I, «exerceu o principal comando sobre as explorações científicas no império, e aos poucos se tornou a patrona do conhecimento»¹³⁴⁸. A ciência tornou-se no instrumento ideal para desenvolver a agricultura colonial e aperfeiçoar as minas. Na óptica de Martinho de Melo e Castro, e

¹³⁴⁴ Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Pernambuco e a cultura da ilustração*, (Recife: Editora universitária UFPE, 2013), pp. 44-49.

¹³⁴⁵ Procuravam emprego na máquina administrativa da Coroa: Joaquim J. Cavalcanti Lins pede nomeação para uma das secretarias do Governo da capitania de Pernambuco, Minas Gerais ou Pará, que se encontram vagas. AHU_ACL_CU_015, Cx. 140, D. 10353.

¹³⁴⁶ ANTT, Registo Geral de Mercês, registo de certidões, liv. 1, fl. 205.

¹³⁴⁷ Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Pernambuco e a cultura...*, p. 53.

¹³⁴⁸ Ronald RAMINELLI, *Viagens Ultramarinas...*, p. 62.

posteriormente de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, era necessário reunir informações, cientificamente capazes de promover reformas e introduzir técnicas que modernizassem as actividades produtivas¹³⁴⁹. Assim, os géneros coloniais como o tabaco, o açúcar, o algodão e os metais receberam atenção especial, pois a partir do aumento da reexportação destes géneros, o comércio com as nações estrangeiras e a balança comercial portuguesa tornaram-se favoráveis às contas do Erário no final de Setecentos.

O saber científico era relevante na medida em que tinha um carácter prático. Destacamos que no conjunto das exportações portuguesas para o estrangeiro, os produtos oriundos do Brasil correspondiam a 64, 4%¹³⁵⁰. As ciências se justificavam se, em vez de serem actividades especulativas, predominantemente teóricas, tivessem imediatas aplicações práticas, tanto para o aumento da riqueza da Coroa, quanto para a melhoria das condições de vida dos vassalos. Por isso, as instruções de Melo e Castro expressavam as preocupações da Secretaria de Estado no que se refere ao fomento da agricultura, à pesquisa de novos produtos e à expansão do comércio.

Ainda no que concerne ao tema da ‘ciência’ no mandado do secretário de Estado, outro ponto que passou a ser relevante foi o incentivo à descoberta de novas plantas, minerais e animais:

[...] Tudo o que é relativo à história natural como plantas, arbustos, terra, minerais e suas matrizes, pedras, cristalizações, aves e pássaros de toda a qualidade, animais quadrúpedes e de outras espécies, particularmente cobras, conchas, arbustos do mar e de rio, peixes, insetos e tudo o mais que possa servir para o real museu se deve procurar descobrir e ir remetendo para esta capital¹³⁵¹ [...]

¹³⁴⁹ Alex Gonçalves VARELA, «A Contribuição da Actividade Científica dos Naturalistas Ilustrados da Capitania de São Paulo Para o Processo de Institucionalização das Ciências Naturais na América Portuguesa (1796-1819)» *Anais da ANPUH - São Paulo*, (2006): p. 8. [Consultado em 30 de janeiro de 2013]. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ST%2019/Alex%20Gon%20alves%20Varela.pdf>.

¹³⁵⁰ Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do império...* p. 32. O vinho do Porto, o açúcar e o algodão eram os géneros mais exportados para as nações estrangeiras. Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do império...* p. 72.

¹³⁵¹ BNRJ, reservados. *Correspondência oficial para diversos governadores de Pernambuco*, fl. 93. Para além das novas plantas, e tal como fizera com o antecessor de D. Tomás José de Mello, o secretário de Estado mandava o governador ter atenção ao envio das madeiras da capitania, principalmente para a construção de navios e construção civil, tão necessárias para o provimento dos Armazéns Reais do Exército e da Marinha. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 584, fl. 87; 91; 94; 96; 98v; 101; 104.

Parte destas plantas iriam para o Jardim Botânico da Ajuda que, desde a sua criação na época pombalina, não se limitava a ser somente um lugar agradável para os monarcas e uma ‘escola científica’ para os infantes. Sob a Direcção de Domingos Vandelli, realizavam-se experiências sobre as diversas plantas que tinham interesse económico para o Reino. Uma das funções do Jardim era aclimatar espécies vindas de outros lugares do império e auxiliar no progresso da agricultura¹³⁵². Por isso, o secretário de Estado instruiu D. Tomás J. de Mello, tal como outros governadores por outras capitanias do Brasil, a incentivar o descobrimento de novas plantas e minerais.

No estudo que elaborou sobre o reinado de D. Maria I, Luís de Oliveira Ramos defende que existia certa influência da fisiocracia entre os homens de política que serviam a rainha. Tal influência estava reflectida, por exemplo, nos trabalhos produzidos pela Academia Real das Ciências, que visavam a exploração económica de novas culturas e se baseavam numa economia agrária, na qual a terra e a agricultura eram consideradas as principais fontes de riqueza¹³⁵³. As ordens de Martinho de Melo e Castro determinavam a aplicação de novos métodos de renovação da agricultura, de incentivo ao desenvolvimento das culturas já existentes e da introdução de outras de diferentes origens. Directiva confirmada também pelo sucessor de Melo e Castro mais perto do final do século XVIII. Para D. Rodrigo de Sousa Coutinho era da responsabilidade dos governadores: «Animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países, deve ser outro grande projecto do legislador político»¹³⁵⁴.

Com respeito ao desenvolvimento da agricultura e do comércio colonial, as instruções da Secretaria de Estado foram claras, o governador deveria dar prioridade à cultura e comércio do açúcar e do algodão, como assinalava a directiva de Martinho de Melo e Castro:

¹³⁵² Rómulo de CARVALHO, *A História Natural em Portugal no século XVIII* (Lisboa: Bertrand, 1987), p. 69.

¹³⁵³ Luís de Oliveira RAMOS, *D. Maria...*, pp. 89-101. Contudo é de ressaltar que mais que fisiocracia a Academia das Ciências dedicou-se ao incentivo à agricultura enfatizando o desenvolvimento agrário.

¹³⁵⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil-Geral. [Memória política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho]. AHU_ACL_CU_003, Cx. 41, D. 3251.

[...] A cultura das terras e comércio dos dois artigos capitais que vossa senhoria nunca deve perder de vista e os importantes géneros do açúcar e do algodão que fazem a primeira riqueza daquela importante domínio, se devem sempre promover e animar quanto seja possível [...] ¹³⁵⁵.

Ora, não se pode afirmar que o surto extraordinário de prosperidade agrícola do final do século XVIII em Pernambuco, que teve no algodão a principal cultura, fosse apenas fruto das reformas da segunda metade de Setecentos e do empenho de ministros como Melo e Castro e Sousa Coutinho. Muitos foram os factores que se conjugaram para isto. Embora seja inegável que as reformas executadas por Carvalho e Melo criaram na região - que atualmente se chama Nordeste -, as condições prévias para este impulso ¹³⁵⁶. Estas reformas influenciaram também as doutrinas económicas subjacentes às memórias de políticos como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que consideravam que era na agricultura que residia o fundamento da prosperidade dos povos e da riqueza do império ¹³⁵⁷.

O historiador britânico Eric Hobsbawn assinala um dos factores responsáveis pelo aumento do plantio e comercialização do «algodão americano», ao afirmar que a manufatura de algodão estava directamente relacionada com as origens da Revolução Industrial e que esta matéria-prima provinha quase exclusivamente do comércio com as colónias britânicas na América ¹³⁵⁸. Como bem se sabe, este comércio ficou comprometido durante a guerra de independência americana, entre 1776 e 1783. Esta guerra teve como uma consequência impor no mercado internacional o algodão brasileiro e os serviços de transportes portugueses, numa época em que o produto se tornava o agente impulsionador da indústria e a Grã-Bretanha se esgotava num conflito com as suas colónias americanas que exigia muito em recursos navais ¹³⁵⁹. Na década de 1780, o algodão provinha sobretudo das Índias ocidentais e do Brasil.

A partir da década de 1790, para além das regiões citadas, a actividade algodoeira ganhou uma nova fonte produtora: as plantações do sul dos Estados Unidos. O «consumo»

¹³⁵⁵ Ofício de 24 de outubro de 1787. BNRJ, reservados, correspondência oficial a diversos governadores de Pernambuco, fl. 93.

¹³⁵⁶ José NIVALDO JÚNIOR, «A economia algodoeira em Pernambuco no período colonial», (*Dissertação de Mestrado*, Recife: CFCH/UFPE, 1984), p. 96.

¹³⁵⁷ D. Rodrigo de Sousa Coutinho, considerado um pombalista, deu especial atenção ao Brasil, pois sempre esteve ciente do peso da economia brasileira e do comércio colonial na manutenção do equilíbrio económico português no seu conjunto. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil-Geral. [Memória política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho]. AHU_ACL_CU_003, Cx. 41, D. 3251.

¹³⁵⁸ Eric HOBBSBAWN, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo* (Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2011), p. 47.

¹³⁵⁹ Leonor Freire COSTA, «Relações económicas com o exterior» em *História Económica...* p. 290.

de algodão bruto na Grã-Bretanha passou de cerca de 15 milhões de libra/peso em 1781-1790 para perto de 99 milhões em 1811-1820¹³⁶⁰. Valentim Alexandre declara que pelo menos um terço do algodão produzido no Brasil no final do século XVIII - particularmente no Maranhão e em Pernambuco - era destinado à Grã-Bretanha, e que uma boa parte do açúcar também o era, embora seja sabido que a redistribuição do açúcar, em fins de Setecentos, cabia principalmente a Hamburgo e aos portos italianos¹³⁶¹.

Sobre o algodão, sabe-se que foi lenta a ascensão da sua produção em Pernambuco. Na década de 50, precisamente em 1754, os 44 navios mercantes que seguiram para Lisboa levaram açúcar, couros, peles, pau-brasil e outras madeiras, ouro em moeda e em barra. Em 1759, ano da criação da companhia pombalina, a carga dos navios constituiu-se de açúcar, atanados, couros em cabelo, meios de sola, pau-brasil e outras madeiras e mel. O algodão não constava da pauta das exportações. Somente a partir de 1777 este género passou a ser cultivado na região agreste e nos sertões de Pernambuco, antes estava circunscrito ao litoral¹³⁶².

Além da ampliação dos mercados, sobretudo o internacional, e da disponibilidade de recursos que podiam ser desviados da «indústria» açucareira, um outro factor impulsionou a cultura algodoeira: o aumento da população da Colónia que, no final do século XVIII, ultrapassava os dois milhões de pessoas¹³⁶³. O desenvolvimento demográfico aumentou e consolidou o consumo tradicional de tecidos de baixa qualidade, já que o algodão era género primordial para a vida rotineira na América portuguesa.

No início do reinado de D. Maria I, José César de Meneses, no cumprimento das ordens da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, recomendava às Câmaras de Olinda, Recife e de outros municípios que dessem particular atenção às culturas do algodão e do arroz. As câmaras obedeceram à recomendação e executaram uma campanha de informação, objectivando aumentar o plantio do algodão¹³⁶⁴:

Considerando a Câmara desta vila [do Recife] que dilatada a planta do arroz e algodão nesta capitania se formaria destes dois géneros um ramo de comércio tanto ou mais importante que o do açúcar pela manifesta experiência de sua maior produção, comodidade da colheita, e

¹³⁶⁰ Eric HOBSEWORTH, *Da Revolução Industrial Inglesa...* p. 58. José NIVALDO JÚNIOR, *A economia algodoeira em Pernambuco...* p. 96.

¹³⁶¹ Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do império...* p. 69.

¹³⁶² José NIVALDO JÚNIOR, *A economia algodoeira em Pernambuco no período colonial...* p. 104.

¹³⁶³ István JANCsó, «Independência, Independências», p. 22.

¹³⁶⁴ José NIVALDO JÚNIOR, *A economia algodoeira em Pernambuco no período colonial...* p. 105.

pronto consumo com o seu transporte para a Europa, onde pelo uso comum se tem feito o primeiro género necessário, e a indústria tem dado valor ao segundo¹³⁶⁵.

O ouvidor de Alagoas, Francisco Nunes da Costa, foi um dos agentes da Coroa que cumpriu a instrução do governador e estimulou o cultivo de algodão em diversas vilas daquela comarca (Coruripe, Iapo, Piassabuçu). Contudo, o procedimento da Direcção da companhia pombalina - que se havia comprometido a comprar a produção ao preço de quatro mil réis por arroba -, foi de não cumprir o acordo e o cultivo de algodão foi descontinuado¹³⁶⁶.

Porém, no final de Setecentos, a conjuntura mundial mudou, como aqui já assinalámos, e a produção de algodão em Pernambuco passou a concorrer com a do açúcar, a principal da capitania, e com a da mandioca. Esta foi uma das causas da escassez de farinha e do aumento da fome neste período, matéria que será discutida mais adiante.

Para além do algodão e do tradicional açúcar, o secretário de Estado também pedia o empenho do governador para que incentivasse os moradores a cultivarem outros géneros, já conhecidos, mas insignificantes na pauta das exportações - tais como o arroz e o anil -, que em Pernambuco não tinham o mesmo peso comercial que em outras capitanias. Também sugeria que géneros como o café, a cochoilha, a quina e o linho cânhamo deveriam ser promovidos, porque eram úteis para as fábricas no «Reino»¹³⁶⁷. Como se sabe, o secretário manteve intacta a mesma orientação presente nas reformas pombalinas, no que se relacionava à agricultura da colónia americana: a do estímulo a novas culturas, sobretudo aquelas que fossem necessárias às indústrias de Lisboa e do Porto, como confirmou a portaria da Câmara do Recife acima citada¹³⁶⁸.

¹³⁶⁵ George Félix Cabral de SOUSA, «Os homens e os modos...», p. 156.

¹³⁶⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício de 1778. Do governador ao secretário de Estado, sobre as amostras do algodão vindo de Alagoas]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9811.

¹³⁶⁷ Ofício de 24 de outubro de 1787. BNRJ, reservados. *Correspondência oficial a diversos governadores de Pernambuco*, fl. 93.

¹³⁶⁸ Apesar da maior parte da produção destinar-se às fábricas em Portugal, sabe-se, por exemplo, que não foram proibidas no Brasil as manufacturas grossas de algodão, destinadas ao vestuário dos escravos e ao empacotamento de produtos. O alvará de 1785 abria esta exceção, confirmando um consumo interno de um género, produzido praticamente para a exportação. Alvará da rainha D. Maria I: [Consultado em 8 de novembro de 2011]. Disponível em:

http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/~ius/verlivro.php?id_parte=109&id_obra=73&pagina=565.

Assinalamos que o tema da defesa foi retomado nas instruções ao novo governador por parte da Secretaria de Estado. No final da década de 1780, o secretário voltou a fazer recomendações sobre as tropas militares, com particular incidência em relação à tropa paga. Esta era, como já mencionámos, composta por dois regimentos (Olinda e Recife).

Como referimos no capítulo anterior, a preocupação com as tropas da capitania passou a constar das recomendações do secretário desde os conflitos com os espanhóis, no Sul do Brasil, na década de 1770. Coube a D. Tomás José de Mello continuar o processo de alistamento e reorganização das tropas iniciado na administração de seu antecessor, em cumprimento da ordem da Secretaria de Estado.

Destacamos neste capítulo, a intervenção de D. Tomás José de Mello, que ao assumir o governo, preocupou-se em remediar os danos causados pela «política do recrutamento indiscriminado» de César de Meneses. Esta «política» resultara num problema demográfico e produtivo: numa crise alimentar deflagrada pelo êxodo da comunidade de agricultores pobres e livres para os limites do território da capitania¹³⁶⁹. Em resposta ao mandado de 1787 da Secretaria de Estado, D. Tomás J. de Mello procurou mudar a forma de recrutamento, tal como fica assinalado num ofício datado de 1789 e dirigido a Martinho de Melo e Castro:

Porque assim se evita o gravíssimo prejuízo que resultaria a agricultura em geral, chamando a um lugar distante muitas léguas os lavradores, que neste caso desamparariam as suas lavouras, que viriam a perder-se; [...] e foi tão grande o terror, o susto que espalhou nestes povos desta capitania a ordem para as ditas recrutas, que por muitos dias se recolheram ao mais interior dos matos e deixaram as suas casas e famílias¹³⁷⁰.

Até finais de 1796 e devido ao cenário geral de paz entre os Estados o governador recrutou tropas apenas quando necessário, pois não havia urgência em enviar socorros para fora da capitania. Manteve o que o seu antecessor havia deixado: regimentos completos e organizados.

¹³⁶⁹ Guillermo PALACIOS, *Campesinato e escravidão...*, p. 200.

¹³⁷⁰ Ofício do governador ao secretário de Estado de 5 de fevereiro de 1789. APJE, *Correspondência com a Corte* (1788-1790), fl. 147. Até 1787 não houve grandes mudanças, com a não ratificação do armistício franco-lusitano por volta de 1797, a situação dos moradores livres ficou mais complicada. Uma carta circular de D. Tomás José de Mello libertava os filhos dos proprietários de terras - grandes e pequenos -, do alistamento. Mas apenas se estes proprietários obrigassem a algum «homem de seu serviço» - um agregado, um criado, um roceiro ou um pequeno lavrador - a apresentar-se em lugar dos seus filhos.

As ordens sobre o alistamento militar foram renovadas em 1797, já por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, porque entre 1796 e 1797 se iniciou uma nova fase do longo período de guerras entre a França e a Grã-Bretanha, fase essa que se estenderia até 1815¹³⁷¹. Para Portugal, este conflito traduzia-se no envolvimento no bloqueio continental e na Guerra Peninsular.

Encontramos na correspondência activa do governador ao novo secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o primeiro ofício com data de Março de 1797. Nele se confirmava o cumprimento das ordens da Secretaria em relação às tropas regulares e auxiliares da capitania, a sua composição, as necessidades de armamento e de fardamento para que os regimentos ficassem aptos para qualquer eventualidade¹³⁷².

Uma das acções mais relevantes da Coroa portuguesa no final do século foi não ratificar o tratado de paz com a França em agosto de 1797¹³⁷³. Tal acção foi entendida pelos franceses como uma interrupção da paz e os esforços para promover o desenvolvimento da marinha portuguesa, com vista a aumentar-lhe os meios de resistência para combater o corso francês¹³⁷⁴. Com o fracasso do tratado luso-francês, a situação dos moradores livres da capitania de Pernambuco - brancos e pardos -, ficou uma vez mais comprometida pois eram o principal alvo dos recrutamentos obrigatórios¹³⁷⁵.

É possível atestar o cumprimento das ordens da Secretaria de Estado no que se relaciona à organização dos regimentos militares da capitania, através das medidas expressas numa carta circular do governador de Pernambuco. Estas medidas causaram temor na população livre e de baixa renda. D. Tomás José de Mello desobrigava os filhos dos proprietários de terras, grandes e pequenos, de serem recrutados, apenas no caso de os proprietários obrigarem seus agregados e homens ao seu serviço a apresentar-se em

¹³⁷¹ Jorge Borges de MACEDO, *História Diplomática...* p. 372.

¹³⁷² AHU-Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 29 de março de 1797.] AHU_ACL_CU_015, Cx. 197, D. 13527 e D. 13528.

¹³⁷³ O tratado é de 10 de agosto de 1797 mas as negociações arrastaram-se até 1798. O tratado foi declarado nulo pelo governo francês pois não tinha sido confirmado pela Coroa portuguesa em tempo protocolar. A. Teodoro de MATOS, João P. de Oliveira e COSTA, R. CARNEIRO, *Cronologia da Monarquia portuguesa* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2013), p. 400.

¹³⁷⁴ D. Rodrigo de Sousa Coutinho procura ganhar tempo e a Coroa portuguesa não ratifica o tratado que incluía cláusulas como o pagamento de uma indenização à França, exclusão de apoio militar à Grã-Bretanha e reconhecimento da soberania francesa sobre os territórios ao norte do Brasil. Jorge Borges de MACEDO, *História diplomática...* pp. 379-380.

¹³⁷⁵ Guillermo PALACIOS, *Campesinato e escravidão...* pp. 201-202.

lugar dos seus filhos¹³⁷⁶. Esta medida provocou novas evasões das populações livres e pobres para os limites da capitania, dando continuidade ao problema da escassez de alimentos.

O governo de D. Tomás J. de Mello tinha como prioridade a resolução de problemas como a saúde, o urbanismo e o abastecimento. Para além da realização de obras públicas relevantes e do recrutamento militar, o governador teve uma preocupação singular com o suprimento de géneros de primeira necessidade. Procurou através de portarias legislar a venda da farinha, do arroz, do feijão, do milho e da carne, nos sítios públicos, evitando que se cobrassem preços exorbitantes nas lojas dos particulares¹³⁷⁷.

Destacamos o cuidado que o governador teve com a produção e venda da farinha de mandioca. A mandioca era a principal substituta da farinha de trigo e tinha um papel importante na alimentação da população mais carente. O abastecimento do género fora sempre feito com dificuldade, porque a agricultura colonial tinha um carácter monocultor, privilegiando a produção de uma especialidade agrícola. No caso de Pernambuco, em fins de Setecentos, eram duas as culturas que consumiam os espaços que serviriam para a plantação da mandioca, o açúcar e o algodão. O governador empenhava-se, de forma particular, em garantir a distribuição equitativa da farinha produzida na capitania ou comprada de outras capitanias. Por isso, determinou por portarias, que toda farinha adquirida fosse posta à venda em praça pública. Escritos de época confirmam que, no tempo de D. Tomás J. de Mello, quando havia farinha à venda no mercado, na praça da Polé «soltava-se um foguete do ar, que servia de anúncio de começo da sua venda, e por esse facto denominou o povo a farinha que se vendia assim anunciada, por farinha de foguete»¹³⁷⁸.

Interessado em resolver o problema da fome que se propagava na capitania devido à seca, o governador fomentou o plantio de mandioca, concedendo a isenção do alistamento militar aos filhos dos senhores de engenho que enviassem 300 alqueires de farinha para serem vendidos na praça do Recife¹³⁷⁹. Era desta forma que o governador se

¹³⁷⁶ Guillermo PALACIOS, *Campesinato e escravidão...*, p. 205.

¹³⁷⁷ APEJE, *Livro de portarias do governador D. Tomás J. de Mello*, fl. 6/v. Recife. 1788, janeiro, 3.

¹³⁷⁸ F. A. Pereira da COSTA, *Anais Pernambucanos...*, V. 6, pp. 139-140.

¹³⁷⁹ APEJE, *Livro de portarias do governador*, fl. 7v/8. Recife. 1788, janeiro, 10.

procurava demarcar da administração anterior e muitas das suas portarias evidenciavam a sua preocupação em cumprir as ordens dos secretários de Estado, ao mesmo tempo que demonstrava sua principal característica, a de organizador dos assuntos públicos. Marca natural nos agentes da governação do final do século XVIII.

* * *

Como não poderia deixar de ser, o contexto histórico e político da época de D. Maria I influenciou a actividade governativa de D. Tomás José de Mello. As instruções de Martinho de Melo e Castro demonstraram que este foi um período de consolidação de mudanças, com novas ideias sobre a ciência, a economia e a política, sobretudo no que respeita ao papel que a Coroa deveria ter no governo do império.

Por isso considerámos que a característica mais marcante do século XVIII foi o reformismo¹³⁸⁰. No reinado mariano, Portugal recebeu a influência das correntes doutrinárias que vinham a construir a moldura política jurídica da Europa moderna¹³⁸¹. As condições gerais do ambiente político, social e económico fomentaram uma necessidade de reformas, contudo, condicionaram a actuação das mesmas. As reformas empreendidas pelas principais monarquias europeias em Setecentos estavam mais ligadas à mutação política dos 'Estados' que propriamente ao movimento iluminista¹³⁸².

Os novos «modos de governar» que se vinham inserindo na cena política Setecentista, baseavam-se na reorganização política, social, cultural, económica e até religiosa, que buscava reformar a sociedade. Por muitas variações que essa ideia tenha

¹³⁸⁰ Embora iniciativas «esclarecidas» tenham surgido no círculo político dos ministros de D. Maria I. E a criação da Academia Real das Ciências tenha sido um marco de difusão da cultura da ilustração europeia. Ilustração que difundiu-se de forma limitada e pouco independente em relação aos círculos oficiais. Nuno Gonçalo MONTEIRO, «A viragem do século...» em *História de Portugal...*, p. 428.

¹³⁸¹ António Manuel HESPANHA, «Portugal e a cultura política europeia no século XVIII», *Janus*, Lisboa, (1999-2000): pp. 1-6. [Consultado em 8 de novembro de 2011], disponível em: http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_1999_2000_1_19_c.html.

¹³⁸² Temática que abordaremos com mais vagar no capítulo seguinte. Sobre o termo 'Estado' concordamos com Catarina Madeira Santos quando refere que «o conceito de Estado deve remeter-nos para um modelo individualista de organização política que só se veio concretizar a partir do final do século XVIII e que aparece alicerçada na existência de um poder político único e exclusivo, exercido sobre a sociedade civil, onde apenas se jogavam interesses e relações privados»; a autora afirma ainda que o conceito contemporâneo de Estado foi transferido para épocas anteriores e passou a classificar realidades políticas e sociais bastante diferentes. Catarina Madeira SANTOS, *Goa é a chave de toda a Índia...*, p. 31.

tido, imperava um espírito laico e antitradicionalista, uma crença no poder da razão, uma atitude política pedagógica, uma fé na capacidade da lei para reformar a sociedade¹³⁸³.

No final do século XVIII, procurava-se um processo de modernização sem rejeitar completamente a tradição, continuando a monarquia a ser um centro de recrutamento e de remuneração. É de destacar que a obra modernizadora - expandida com rigor durante o pombalismo -, foi seguida nas suas bases mais fundamentais pelos ministros de D. Maria I, acabando por ter expressão emblemática na política, no direito, na justiça e na economia¹³⁸⁴.

No campo económico, as referências mercantilistas continuaram fortes, e no aspecto político houve uma acomodação de interesses tradicionais e reformistas, visíveis na composição ministerial das Secretarias de Estado e nos principais lugares públicos¹³⁸⁵. A “viradeira” possuía «uma aparentemente paradoxal faceta», pois junto com uma reacção aristocrática, boa parte das entidades políticas, relacionadas com o pombalismo, foram mantidas¹³⁸⁶.

A rainha não abdicou da experiência administrativa de Martinho de Melo e Castro, mantendo-o na Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, e agraciou a João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, irmão do reitor e reformador da Universidade de Coimbra, com o lugar de procurador da Coroa¹³⁸⁷. Ao lado dos «grandes», como o marquês de Angeja, manteve reformistas e pombalistas. Suas escolhas reflectem os limites da imagem de «viradeira» atribuídas ao seu reinado¹³⁸⁸.

¹³⁸³ Stuart B. SCHWARTZ, *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico* (São Paulo: Companhia das Letras, Bauru: Edusc, 2009), pp. 330-334.

¹³⁸⁴ A. Manuel HESPANHA, «Portugal e a cultura política europeia no século XVIII», *Janus*, Lisboa (1999-2000): pp. 1-6. [Consultado em 8 de novembro de 2011]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_1999_2000_1_19_c.html.

¹³⁸⁵ Ao lado de um conjunto de agentes régios considerados pombalistas - caso de José de Seabra e Silva e de Luís Pinto de Sousa Coutinho -, a rainha nomeou a D. Tomás Xavier de Lima, da primeira nobreza da Corte, para uma das Secretarias de Estado, antes administrada pelo marquês de Pombal. D. Tomás foi também visconde de Vila Nova de Cerveira, posteriormente 1º marquês de Ponte de Lima. D. Tomás Xavier de Lima foi secretário de Estado do Reino e Mercês a seguir a Pombal e em 1788 ocupou o lugar de presidente do Real Erário

¹³⁸⁶ Nuno Gonçalo MONTEIRO, «A viragem do século...» em *História de Portugal...*, p. 428.

¹³⁸⁷ Mas nomeou o marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha, para ministro assistente ao Despacho, numa espécie de reparação para com a nobreza titular, praticamente ausente dos ministérios durante a administração pombalina.

¹³⁸⁸ João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, Seabra da Silva e Luís Pinto de Sousa a quem consideramos reformistas e pombalistas. Martinho de Melo e Castro era antes de tudo mercantilista. Patrícia Woolley Cardoso Lins ALVES, «D. João de Almeida Portugal e a revisão do processo dos Távoras:

Ainda sobre as mudanças ocorridas no final do século XVIII, convém ressaltar o surgimento do «Estado Moderno»¹³⁸⁹. «Estado» este que teve a sua génese no interior do Antigo Regime, impulsionado por elementos distintos que não pretendiam destruir a ordem vigente. Isso acabaria, porém, por acontecer no século XIX¹³⁹⁰.

À medida que os espaços económicos se foram expandindo, a produção e as cidades foram crescendo, os antigos poderes senhoriais não conseguiram mais controlar com eficácia todos estes aspetos. Pouco a pouco, a Coroa foi assumindo um papel de direcção. Na literatura jurídica do século XVIII o rei deixava, cada vez mais, de ser o responsável pela conservação «da paz e da justiça», para ser o administrador dos assuntos públicos. No período final da Época Moderna ocorreu um aumento das actividades da Coroa, não apenas um acréscimo no número das tarefas que os poderes centrais passaram a desempenhar, mas uma mudança no que se relaciona à qualidade das atribuições e objectivos destas tarefas¹³⁹¹.

Nascia uma nova teoria e prática de governar que encontrava a sua representação no conceito de *polícia*¹³⁹², termo que na literatura jurídica e política da época significava civilizar, administrar, fomentar¹³⁹³. E embora a actividade de *polícia* incidisse sobretudo no

conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c. 1777-1802)», (tese de doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011), p. 36.

¹³⁸⁹ O vocábulo está com aspas porque as definições contemporâneas de «Estado» ainda não são cabíveis no final do século XVIII, pois como se sabe tendências centralizadoras coexistiram com outras forças, igualmente fortes, aludindo à existência duma descentralização política e duma manutenção da pluralidade dos polos de poder. Por isso, a presença da entidade 'Estado', no sentido amplo da palavra, antes das revoluções liberais do século XIX é relativizada. Pedro CARDIM, «Centralização política e Estado...», p. 141.

¹³⁹⁰ Os dicionários históricos têm definições relevantes que reflectem a mutação que o termo sofreu durante o século XVIII. Por exemplo, no dicionário de 1712, Bluteau definiu Estado como sendo um Reino, um império, as terras do senhorio ou domínio de algum príncipe. O Estado se confundia com o território de atuação da Coroa. R. BLETEAU, *Vocabulário português e latino*, Coimbra: 1712. Já em 1789 António de Moraes Silva definia Estado como sendo as terras de algum senhor. O Estado se confundia então com o domínio de um espaço físico. António de Moraes SILVA, *Dicionário da Língua Portuguesa*, (Lisboa: Casa impressora: Typographia Lacerdina, São Paulo: Brasiliiana, USP, 1789). [Consultados em 25 de maio de 2012]. Disponíveis em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/2/estado> <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/estado>.

¹³⁹¹ António Manuel Hespanha, «Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime», em *Poder e instituições...* pp. 66-68.

¹³⁹² Guido ASTUTI, «o absolutismo esclarecido em Itália e o Estado de Polícia» em *Poder e instituições...* p. 251.

¹³⁹³ Patrícia Woolley Cardoso Lins ALVES, «D. João de Almeida Portugal Lins ALVES, «D. João de Almeida Portugal...», p. 29. Bluteau define *Polícia* como sendo «a boa ordem que se observa e as leis que a prudência estabeleceu para a sociedade humana nas cidades». Rafael BLUTEAU, *Vocabulário português...* [Consultado em 25 de maio de 2012]. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/pol%C3%ADcia>

campo económico, seu objectivo era predominantemente político. *Polícia* também correspondia à administração interna e compreendia as actividades do governo, a ponto de ser definida como a regulamentação prudente de todo o poder público do governo¹³⁹⁴.

Catarina Madeira Santos defende que a expressão *polícia* corresponde a uma complexificação de uma «tecnologia» das forças da Coroa. Acreditamos que as reformas pombalinas inscrevem-se no mesmo campo de acção para o qual remete o conceito de *polícia*: o de uma conjuntura de mudanças na administração interna da Coroa no âmbito do Antigo Regime. Já no reinado de D. Maria I, o conceito passou a ser usado no sentido mais restritivo de administração pública¹³⁹⁵.

Não era portanto de surpreender a acção reformadora de D. Tomás J. de Mello na capitania que governava. Como servidor da Coroa, inserido neste contexto reformista e de mudanças na administração pública, o governador para além de procurar cumprir as ordens da Secretaria de Estado - no que se relacionava com às mudanças de foro económico e comercial -, procurou resolver problemas relacionados com o fornecimento de géneros alimentícios, com a saúde e com a organização dos espaços públicos. Administrar a «*res pública*» era uma das principais obrigações do seu cargo¹³⁹⁶.

Contudo, nem o seu labor administrativo, nem o seu rigor no cumprimento das ordens do centro político o preservou de sofrer contestações. Passada a primeira fase da governação de D. Tomás José de Mello na capitania de Pernambuco, bastante elogiada pelas câmaras, não tardou a ter opositores, em virtude das acções político-administrativas que tomou enquanto principal representante da Coroa na capitania¹³⁹⁷.

¹³⁹⁴ Guido ASTUTI, «o absolutismo esclarecido em Itália e o Estado de Polícia» em *Poder e instituições...* p. 265.

¹³⁹⁵ Catarina Madeira SANTOS, «Um governo “polido” para Angola - reconfigurar dispositivos de domínio (1750-1800)», (tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005), p. 27. Na política aristotélica, *polícia* significava a boa ordem, assentada sobre a paz e o direito.

¹³⁹⁶ Renovou áreas centrais da capital, edifícios, sendo considerado o governador que mais melhoramento executou na capital de Pernambuco. Raphael LISBOA, «Volvendo sobre vós os céus propícios, derramam por Tomás...» pp. 18-19.

¹³⁹⁷ Marcos Sanches defende que, aquilo que as relações entre os poderes no império tinham de comum - para o período colonial brasileiro (séculos XVI ao XIX) -, foi o facto de serem marcadas por uma tensão entre o centro e os seus agentes e as resistências dos poderes locais e suas redes, incluindo-se nelas o envolvimento ou interferência dos vassallos na colónia na execução das acções administrativas. Marcos Guimarães SANCHES, «Governo do rei e bem comum dos súditos» *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH: São Paulo (julho 2011): p. 1. [Consultado em 3 de janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300662029_ARQUIVO_GVERNODOREIEBEMCO_MUMDOSSUDITOS.pdf.

11.2 O campo de acção do representante da Coroa: denúncia, devassa e práticas administrativas em julgamento no Conselho Ultramarino

Após mais de dez anos à frente do governo da capitania de Pernambuco, a administração de D. Tomás José de Mello foi questionada. Administração que chegara a ser elogiada pela Câmara do Recife, sobretudo por causa do investimento do governador em obras públicas que melhoraram a capital. No final da década de 1790 seu governo foi posto em causa por denúncias que deram entrada na Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

Destacamos aqui que a cronologia dos factos é relevante para que se possa perceber a importância que as denúncias tiveram para os dois órgãos da administração central, bem como a urgência com que se iniciou o processo de averiguação destas denúncias. Um acto administrativo deu azo a que dezenas de outras decisões fossem tomadas, gerando um processo que maculou os serviços de D. Tomás José de Mello enquanto governador. Uma administração aparentemente diligente, tal como indicia a correspondência trocada com a Secretaria de Estado, foi posta em causa.

Como veremos mais adiante, dois servidores da Coroa - o juiz ordinário e o solicitador e contador da Fazenda Real -, sentindo-se preteridos nas escolhas do governador - provavelmente por não fazerem parte das redes próximas ao agente régio -, não se inibiram em fazerem oposição à administração de D. Tomás José de Mello. As suas denúncias interferiram no governo, ao ponto de darem início ao processo que destituiu o governador do seu cargo.

Como já referido, as cartas e ofícios dirigidos directamente à Secretaria de Estado e ao Conselho Ultramarino eram a principal forma de comunicação dos vassallos das diferentes partes do Império com os poderes centrais. Os vassallos canalizavam as suas queixas ao centro político esperando serem ouvidos e terem uma resolução para os seus pedidos¹³⁹⁸. Os denunciantes fizeram valer estes direitos e informaram aos órgãos da

¹³⁹⁸ Marília Nogueira dos SANTOS, «A escrita do império...», pp. 175-176.

administração central, os actos praticados pelo governador, que para os denunciante configuravam um abuso de poder.

A génese do processo, que culminou com o afastamento do governador da capitania de Pernambuco, se deu com um aviso do secretário de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao presidente do Conselho Ultramarino, datado de 16 de março de 1798. No aviso, informava que por sua Secretaria de Estado haviam dado entrada duas denúncias contra o governador de Pernambuco¹³⁹⁹. A primeira delas, do solicitador e contador da Fazenda Real, António de Deus da Paz, dirigida à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar¹⁴⁰⁰, a segunda, do juiz do povo da Câmara do Recife, Jerónimo José Gomes, endereçada à rainha. Para que se cumprissem todos os procedimentos legais adequados, o secretário de Estado ordenava que o Conselho Ultramarino mandasse averiguar as acusações contra o governador.

Sabe-se que fazer queixa era um direito dos vassallos, e denunciar os excessos cometidos por um representante da Coroa não foi algo invulgar nas relações políticas dentro do império. Contudo, o que nos chamou à atenção nos protestos contra D. Tomás J. de Mello foi a clareza dos argumentos, nomeando integrantes de redes clientelares e negociações ilícitas mascaradas de diligências administrativas, como descreveremos a seguir.

O Conselho Ultramarino, por sua vez, e poucos dias após o aviso, em 7 de abril de 1798, expediu uma portaria para que o desembargador da Casa da Suplicação, José da Costa Dias, em segredo de justiça, investigasse tais denúncias. Os trâmites exigiam que o desembargador elaborasse um auto de inquirições às testemunhas que vivessem em Lisboa - mas que houvessem residido em Pernambuco no tempo do governo de D. Tomás José de Mello - e que fossem consideradas fidedignas, a fim de confirmar se as acusações eram ou não credíveis¹⁴⁰¹. As denúncias eram graves porque apontavam irregularidades

¹³⁹⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao presidente do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 200, D. 13732.

¹⁴⁰⁰ A denúncia é de 5 de fevereiro de 1798, o aviso ao Conselho Ultramarino foi feito pouco mais de um mês depois pelo secretário de Estado. A denúncia está anexada à consulta do Conselho Ultramarino de 30 de julho de 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Consulta do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 14187.

¹⁴⁰¹ Consulta do Conselho Ultramarino. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838, fl. 1.

administrativas e excessos cometidos pelo representante da Coroa que extrapolavam o seu poder enquanto governador¹⁴⁰².

O desembargador da Casa da Suplicação em 23 de junho de 1798 remeteu à rainha uma missiva com o resultado da inquirição de testemunhas¹⁴⁰³. Com a realização dos interrogatórios, o desembargador chegou a uma conclusão sobre as acções governativas de D. Tomás José de Mello, e a partir das respostas obtidas, sistematizou uma série de acusações ao governador de Pernambuco¹⁴⁰⁴. O conteúdo destas, apontando irregularidades administrativas, foi relevante para o entendimento da formação dos conflitos entre o governador e uma parte das elites da capitania.

A partir das acusações e do processo de devassa sofrido pelo governador de Pernambuco foi possível compreender a dinâmica política da capitania no final de Setecentos. Descreveremos as acusações mais relevantes, assinaladas pelo ministro da Casa da Suplicação, que deram origem à primeira consulta do Conselho Ultramarino¹⁴⁰⁵ datada de 13 de julho de 1798 da qual resultou um decreto do príncipe que afastava D. Tomás José de Mello do governo da capitania.

O governador era acusado de favorecimento ilícito a uma rede clientelar composta pelos seus criados e elementos oriundos das elites da terra; de contrabando; de negócios fraudulentos em nome da Fazenda Real; e por último, de vender patentes militares.

É de destacar que, para além das testemunhas inquiridas, o desembargador que antes de ser da Casa da Suplicação prestara serviço à Coroa em partes distantes do império - serviu como ouvidor em Moçambique e no Ceará -, confirmou o que foi dito pelas testemunhas ouvidas. Para o ministro, da inquirição não resultara uma prova plena dos factos relatados, mas o teor das respostas confirmava aquilo que o ministro observara

¹⁴⁰² Sabemos que a primeira denúncia chegou ao conhecimento do governador da capitania quando António de Deus da Paz solicitou a propriedade do ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Pernambuco no final do ano de 1798. Neste ofício servia Anacleto José Lopes, criado do governador, e no requerimento, António de Deus da Paz demonstrava as incorreções no provimento que D. Tomás José de Mello fizera ao seu criado. Requerimento de outubro de 1798. AHU_ACL_CU_015, Cx. 204, D. 13942. O secretário manda o Conselho consultar, mas se esta existiu, nem se encontra no código 267, das consultas de Pernambuco, nem nos avulsos.

¹⁴⁰³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao presidente do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 200, D. 13732. Portaria em anexo.

¹⁴⁰⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao presidente do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 200, D. 13732. Carta em anexo ao aviso.

¹⁴⁰⁵ Consulta do Conselho Ultramarino. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838.

quando servira no Ceará e quando fora por três vezes a Pernambuco: as acções de D. Tomás J. de Mello extrapolavam os poderes que os governadores usufruíam¹⁴⁰⁶.

No que diz respeito ao favorecimento de «amigos» e «criados» nos negócios públicos, entre as principais evidências que corroboram as acusações assinaladas pelo desembargador da Casa da Suplicação, destacamos a proteção que o governador deu aos seus empregados pessoais¹⁴⁰⁷. D. Tomás J. de Mello concedeu a serventia de ofícios da Fazenda a dois criados. A irregularidade nas concessões dos ofícios dizia respeito aos rendimentos cobrados pela Fazenda Real às duas serventias e ao facto de serem ofícios que poderiam ser postos em arrematação.

O governador concedeu por um ano a serventia do ofício de escrivão do despacho e abertura da Alfândega do Recife a Anacleto José Lopes, natural de Lisboa, e a de escrivão da descarga da Alfândega a João Carneiro da Cunha¹⁴⁰⁸. O primeiro, pouco depois desta consulta de 1798, no mês de agosto, obteve ainda a patente de capitão de Cavalaria do Terço de Auxiliares de Pernambuco, passada por D. Tomás José de Mello e confirmada pela rainha, e foi destacado para a guarda pessoal do governador¹⁴⁰⁹.

O ofício concedido em serventia a João Carneiro da Cunha, aquando do segundo provimento, em 1794, gerou dúvidas no Conselho Ultramarino. O procurador da Fazenda da repartição do Conselho estranhou que um ofício «daqueles que se arrematam» fosse posto em serventia e o tribunal pediu explicações a D. Tomás José de Mello. Este afirmou que o primeiro provimento fora legítimo, estava no âmbito do alargamento dos privilégios dos governadores de capitanias publicados na provisão de D. José I de 13 de setembro de 1753. A provisão determinava que os governadores de capitanias do Brasil poderiam prover ofícios de justiça e fazenda por um ano, e não apenas por seis meses, apenas o vice-rei e o próprio Conselho Ultramarino poderiam prover por mais tempo¹⁴¹⁰. Após a explicação, o ofício acabou por ser confirmado ao empregado do representante da Coroa.

¹⁴⁰⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Consulta do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838, fl. 4v.

¹⁴⁰⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Consulta do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838, fl. 2.

¹⁴⁰⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Consulta do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838, fl. 2.

¹⁴⁰⁹ ANTT/RGM/ D. Maria I, Livro 29, fl. 48v.

¹⁴¹⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta do governador à rainha]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 187, D. 12967.

Contudo, em março de 1798, confirmou-se que o rendimento pago por João Carneiro da Cunha estava abaixo do valor real do ofício¹⁴¹¹.

Não era invulgar que redes clientelares orbitassem à volta dos representantes da Coroa. Cabia aos agentes régios saberem lidar com tais redes, normalmente compostas por integrantes originários das elites locais, que buscavam auferir privilégios através de alianças políticas e económicas com os agentes da Coroa¹⁴¹².

Ainda no que respeita ao favorecimento ilícito de «criados» e «amigos», após analisar os processos do governador no Arquivo Histórico Militar e no Conselho Ultramarino, é possível apontar o contratador da carne - e senhor de engenho -, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, como integrante de uma rede adjacente a D. Tomás José de Mello¹⁴¹³. Francisco Xavier C. de Albuquerque não fez parte da rede próxima ao governador César de Meneses, que o mandou prender por conflitos com a Companhia, mas fazia daquela que cercava D. Tomás J. de Mello.

A aliança que existia entre Cavalcanti de Albuquerque e o governador pode ser explicada pelo contexto económico da capitania na década de 1790. O agravamento das condições climáticas propiciou uma situação de seca que se propagou em Pernambuco desde 1795 e devastou plantações e gados¹⁴¹⁴. Conforme o desembargador da Casa da Suplicação, os homens de negócio que faziam o comércio com as vilas do sertão, aproveitaram-se deste contexto de seca, fome e carestia dos géneros alimentícios para aumentar os seus lucros. Estes homens de negócio, também chamados de «atravessadores» e de «traficantes» pelo desembargador - porque atravessavam os sertões com suas sumacas para adquirir gado -, compravam as boiadas no interior do

¹⁴¹¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao presidente do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 200, D. 13732. Outros três criados são citados na denúncia: Domingos José Fidélis, José Inocêncio Poje e Atanásio José Lopes.

¹⁴¹² Indivíduos que buscavam ter relações de parentesco e amizade com os representantes da Coroa. João Paulo APARÍCIO, «Governar Minas Gerais» ... p. 84.

¹⁴¹³ Este contratador já foi citado neste estudo por ter sido um opositor conhecido e inflexível da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, sendo mencionado por José César de Meneses como um dos «conspiradores» num motim falhado contra instituição pombalina na década de 1770. O governador ordenou a prisão deste senhor de engenho, culpando-o de incitar motins na capitania. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador a Martinho de Melo e Castro]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9068. F. X. Cavalcanti de Albuquerque chegou a juntar senhores de engenho contra a Companhia e a sua prisão foi decretada pelo juiz conservador da instituição pombalina em 1773. Só não foi preso naquele ano porque fugiu. Sua influência e riqueza fê-lo membro da Mesa da Inspeção do Açúcar e do Tabaco por duas vezes (1770 e 1777), e oficial da Câmara do Recife (1787).

¹⁴¹⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Ofício do governador de 1795, setembro, 15. AHU_ACL_CU_015, Cx. 190, D. 13117.

Ceará e da Paraíba, a fim de venderem a carne já cortada, a preços exagerados, nas proximidades do Recife, contrariando o estipulado no contrato da carne:

No sertão eram atravessadas as boiadas que de longe desciam a Pernambuco pelos traficantes conhecidos agentes do governador que as comprava e faziam cortar ao povo a preço exorbitante¹⁴¹⁵.

O desembargador da Casa da Suplicação afirmava ainda que os «atravessadores» eram conhecidos sócios de D. Tomás José de Mello, e faziam parte da «sociedade do sertão», da qual era chefe o contratador da carne, chamado «Suassuna». Este era o proprietário do «engenho de açúcar Suassuna», o senhor de engenho Francisco Xavier C. de Albuquerque¹⁴¹⁶.

Uma outra ocorrência confirma que Cavalcanti de Albuquerque tinha a proteção do governador no favorecimento ilícito dos negócios públicos¹⁴¹⁷. Ainda antes das acusações da consulta do Conselho de julho de 1798, D. Tomás J. de Mello mandou prender o bacharel Pires Ferreira que, numa carta privada, assinalou a aliança que existia entre o representante da Coroa e o «Suassuna»¹⁴¹⁸.

Em carta particular de 1792 ao juiz ordinário de Sirinhaém, o homem de negócio da praça do Recife e bacharel João de Deus Pires Ferreira informava as ligações ilícitas entre o governador e a chamada «sociedade do sertão». Na correspondência, o bacharel informava que não havia falta de carne fresca em Pernambuco, na realidade, ninguém se atrevia a cortar o gado nos talhos públicos e vendê-los pelos preços predeterminados pela Junta da Fazenda Real, porque era mais vantajoso e mais seguro vendê-lo ao senhor do engenho Suassuna nas feiras¹⁴¹⁹.

¹⁴¹⁵ Consulta do Conselho Ultramarino. [1798, julho]. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838, fl. 3.

¹⁴¹⁶ Consulta do Conselho Ultramarino. [1798, julho]. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838, fl. 1 v e 4 v.

¹⁴¹⁷ E não apenas devido ao contrato da carne. Os anexos da consulta de 1799 informam que o Francisco Xavier, antes das carnes, havia sido contratador dos Dízimos, em sociedade com o governador, a quem pagou um milhão de cruzados. Domingos José Fidélis, criado de D. Tomás J. de Mello, também recebeu «uns tantos avos do contrato». Anexo nº 1 da Consulta de Julho de 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 14187.

¹⁴¹⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao secretário de Estado, 1792, setembro, 12.] AHU_ACL_CU_015, Cx. 181, D. 12641.

¹⁴¹⁹ Carta particular do bacharel de 17 de agosto de 1792 que consta no processo do governador no Arquivo militar em Lisboa. Arquivo Histórico Militar, processo de D. Tomás José de Mello, Fls. 11-12. O bacharel informava que não era apenas a vantagem que fazia com que se vendesse um boi àquela 'sociedade': «o sócio da sociedade de Suassuna aterrava a todo e qualquer que pretendesse lançar

Não sabemos como as informações contidas na carta de foro particular do bacharel chegaram ao conhecimento de D. Tomás José de Mello. Este ordenou que fosse feita uma cópia certificada da missiva e remeteu-a à secretaria do governo, sabemos isso porque uma reprodução da carta consta no processo do governador no Arquivo Histórico Militar¹⁴²⁰. D. Tomás José de Mello mandou prender o bacharel e remetê-lo a Lisboa sob as ordens do intendente - geral da Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique. A confidência de Pires Ferreira ao amigo juiz, que nunca se transformou numa denúncia, não chegou a ser investigada pelos poderes centrais, embora tenha sido remetida à Secretaria de Estado, nos anexos de um ofício, pelo próprio governador de Pernambuco¹⁴²¹.

Para além do «Suassuna», o interrogatório às testemunhas executado pelo desembargador da Casa da Suplicação apontava outros associados. Os ouvidores do Ceará e Alagoas foram considerados como integrantes da rede adjacente ao governador. Os ministros da justiça eram cúmplices do governador no desvio de géneros. O apuramento feito pelo desembargador da Casa da Suplicação assinalava que algodão, peixe seco, sal, madeiras, tudo era confiscado ilegalmente pelos dois ministros que tinham a proteção e conivência de D. Tomás José de Mello:

[...] O algodão, peixe seco, sal, madeiras, tudo era absorvido pelos ditos ministros [do Ceará e Alagoas] protegidos pelo governador com as mais severas injustiças. Sobre tudo é escandaloso e insofrível o monopólio das madeiras de cuja compra e corte é encarregado o ouvidor das Alagoas, por conta da Real Fazenda, da qual para isto recebe grossas somas de dinheiro [...]¹⁴²²

D. Tomás José de Mello foi, em segundo lugar, acusado de contrabando de mercadorias. Conforme a acusação que consta na consulta de julho de 1798, o governador disfarçava o crime em diligências de governo. Enviava uma força militar para confiscar os barcos dos particulares que iam ao sertão buscar farinha e gado - daqueles que não faziam parte da «sociedade do sertão» -, sob o pretexto de apreender, repartir a carga e vendê-la

carnes em ditos talhos». Arquivo Histórico Militar, processo de D. Tomás José de Mello, fl. 11. Além de aterrorizar os pretendentes, se houvesse alguém que quisesse fazer a experiência de matar nos currais os seus gados para os vender nos açougues públicos, o Suassuna venderia a carne do seu gado ao preço da taxa, que era de cerca de quatro mil e quinhentos réis, para que o opositor tivesse prejuízo. Era mais lucrativo vender um boi diretamente àquela sociedade, por cerca de quatro mil e oitocentos réis. Carne que nunca seria vendida aos moradores por menos de oito mil réis a arroba, auferindo a «sociedade do sertão» um lucro de mais de 80%.

¹⁴²⁰ Arquivo Histórico Militar. Processo de D. Tomás José de Mello, fls. 11-12.

¹⁴²¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador de 12 de setembro de 1792]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 181, D. 12641.

¹⁴²² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Consulta do Conselho. 1798, julho, 19]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838, fl. 3.

aos moradores. Mas, ao invés, desviava-a para a sua residência - o antigo Colégio dos Jesuítas -, e vendia os géneros por altos preços na loja, uma espécie de mercearia que tinha no andar térreo da sua moradia¹⁴²³.

Em terceiro lugar, D. Tomás J. de Mello foi acusado pelo desembargador da Casa da Suplicação, de negócios fraudulentos em nome da Fazenda Real. A averiguação feita pelo desembargador assinalava que a irregularidade estava relacionada com o corte de madeiras, especialmente o pau-brasil¹⁴²⁴.

Como analisado no capítulo anterior, o cuidado com o corte e o envio de madeiras para Lisboa constava nas instruções de Martinho de Melo e Castro ao representante da Coroa e nos avisos enviados aos seus antecessores¹⁴²⁵. Segundo as testemunhas, D. Tomás José de Mello controlava a compra das madeiras por parte da Junta da Fazenda Real, pois era o seu presidente¹⁴²⁶.

Concluindo o leque de acusações, D. Tomás J. de Mello era suspeito de vender patentes militares para «ricos paisanos» a quem cobrava um donativo de alto valor. As testemunhas afirmavam que cada um dos providos, que não eram militares - mas até mesmo os militares pagos e do terço de Auxiliares -, eram obrigados a pagar uma tarifa extra à secretaria do governo da capitania que se destinaria, segundo o governador, ao hospital dos Lázaros¹⁴²⁷.

¹⁴²³ Consulta do Conselho Ultramarino. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838, fl. 3.

¹⁴²⁴ E não só no que se refere ao pau-brasil. A carta do desembargador, que deu origem à consulta, afirma que o criado do governador, Domingos José Fidélis, ao fiscalizar a cobrança do imposto que as embarcações tinham de pagar das mercadorias que traziam do sertão, informava ao ministro que recolhia o imposto, um valor sempre inferior ao valor real de mercadorias transportadas. Mas cobrava dos donos das embarcações o valor correto. A diferença era recebida e guardada por Domingos J. Fidélis a mando do seu amo, o governador. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao presidente do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 200, D. 13732, fl. 3v da carta em anexo.

¹⁴²⁵ Ordens da Secretaria a José César de Meneses sobre o corte e o envio de madeiras: AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583, fls. 168s e 169. E para D. Tomás José de Mello: AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 584, fl. 70v.

¹⁴²⁶ A fraude dava-se da seguinte forma: primeiramente, a junta da Fazenda Real arbitrava um preço para a madeira cortada, os particulares que concordavam com o valor, mandavam proceder ao corte, e após uma considerável quantidade haver sido cortada, o governador enviava os seus agentes informando que a Junta suspendera a compra, e para não perderem o montante já cortado - pois o armazenamento de géneros por tempo indefinido era irrealizável -, os particulares vendiam-no aos mesmos agentes, mas por um preço sempre abaixo do estipulado pela junta.

¹⁴²⁷ Consulta do Conselho Ultramarino. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838, fl. 4.

A denúncia de António de Deus da Paz e a inquirição do desembargador José da Costa Dias mancharam a reputação de D. Tomás José de Mello. Até ao ano de 1798, nada indicava que o governador não tivesse cumprido com «louvor» as ordens da Secretaria de Estado, como vem referido na correspondência oficial de Martinho de Melo e Castro¹⁴²⁸.

O Conselho Ultramarino, apesar de reconhecer que da inquirição de testemunhas não resultara uma prova plena, deu o seu parecer à rainha indicando que, levada em conta «a notória ambição do governador e os excessos cometidos por seu criado Domingos José Fidélis¹⁴²⁹ e pelo contratador Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, bem como a razão e a justiça da denúncia», o representante da Coroa deveria deixar o cargo¹⁴³⁰. Para o tribunal, uma devassa dos factos precisava ser tirada por um ministro competente. E, de igual modo, era necessário que se negasse a D. Tomás J. de Mello o direito de participar em cerimónias da Corte¹⁴³¹. O parecer foi aceite pelo regente D. João que, em menos de um mês, passou um decreto mandando retirar o governador do cargo e nomeou o bacharel José de Melo Freire da Fonseca para realizar um auto de devassa¹⁴³².

As repercussões do parecer do Conselho Ultramarino e das ordens régias foram efectivadas no início de 1799. Em 9 de fevereiro, o bispo de Pernambuco, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, escreveu ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando ter cumprido a ordem para D. Tomás José de Mello deixar o Governo da capitania, dando conta que - por mandado do desembargador que procedia à devassa -, enviava o ex-governador e o seu criado Domingos Fidélis presos para a Baía¹⁴³³.

¹⁴²⁸ Com exceção da carta de A. de Deus da Paz também não encontramos cartas das entidades na capitania a queixar-se dos procedimentos de D. Tomás José de Mello, durante o período do seu governo.

¹⁴²⁹ Este aparece na documentação avulsa da capitania de Pernambuco como secretário particular do governo da capitania de Pernambuco. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 14221.

¹⁴³⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838, fls. 6-7.

¹⁴³¹ O Conselho cita a cerimónia do beija-mão. Recomenda que ao retornar da sua comissão não possa participar desta cerimónia e de outras em que a monarca esteja presente. Consulta do Conselho Ultramarino. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838, fls. 6-7.

¹⁴³² Decreto do príncipe. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838.

¹⁴³³ Ofício do Bispo. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 205, D. 14025.

Ainda antes de a devassa ser concluída na capitania de Pernambuco, e cerca de um ano após a primeira consulta do Conselho Ultramarino, o tribunal fez uma segunda consulta sobre D. Tomas José de Mello. Esta segunda consulta, de 30 de julho de 1799, foi elaborada a partir do aviso do secretário de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de dia 27 de julho. Nela se determinava que o tribunal informasse ao ex-governador quais eram as acusações que pendiam sobre D. Tomás J. de Mello, a fim de que pudesse elaborar defesa¹⁴³⁴.

O aviso da Secretaria levantou dúvidas sobre a legalidade do pedido e fez o tribunal questionar os motivos da ordem do secretário. O Conselho esclarecia que qualquer delito que se convertesse num processo de devassa - como sucedeu com D. Tomás José de Mello -, até que os interrogatórios se transformassem numa acusação que obrigasse o réu a uma defesa ou a um pedido de livramento, não era pertinente informar ao ex-governador o teor das acusações. O parecer do Conselho declarava que juridicamente, a ordem do secretário carecia de legitimidade:

Parece ao Conselho que... jamais permite o Direito que um denunciado [...] deva ou possa ser ouvido em defesa preparatória ou efectiva, sobre uns fatos ainda não inquiridos e justificados¹⁴³⁵[...]

O Conselho assegurava que a ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho era invulgar, um meio extraordinário do qual não constava exemplo naquele tribunal por ser estranho ao «direito e à práxis judicial»¹⁴³⁶. Conselho Ultramarino e Secretaria de Estado actuavam no mesmo campo político no espaço da monarquia pluricontinental. As duas instituições disputavam a precedência nas decisões das questões ultramarinas. Ao longo da chamada época pombalina, a Secretaria veio a tomar a precedência da cena política que, até então, pertencia ao Conselho. Contudo, no final do século XVIII, o Conselho voltou a ser uma instituição com prestígio no que concerne à governação do ultramar. O regente D. João

¹⁴³⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Consulta do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 14187, fl. 1. Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao presidente do Conselho Ultramarino, 27 de julho de 1799.

¹⁴³⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Consulta do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 14187, fl. 1v.

¹⁴³⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Consulta do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 14187, fl. 2.

recorreu às consultas do Conselho Ultramarino e concordou com todos os pareceres do tribunal, nas vinte e três consultas elaboradas por este, entre os anos de 1793 e 1807¹⁴³⁷.

Nesta segunda consulta, (de 1799) o tribunal finalizava o seu parecer afirmando que a ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho não deveria ser cumprida, a não ser que «Vossa Alteza real se digne permiti-la». O príncipe D. João aceitou o parecer do Conselho e no seu decreto, um dia após a consulta, deu precedência à opinião do Conselho Ultramarino, desequilibrando a disputa política entre tribunal e Secretaria de Estado para aquele caso¹⁴³⁸.

O aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho indicia que, apesar de destituído do seu posto, restava a D. Tomás José de Mello algum prestígio na Corte. Outra ocorrência que confirma que o ex-governador ainda tinha influência em Lisboa, está no segundo ofício que António de Deus da Paz escreveu à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Nesta correspondência, queixava-se dos procedimentos do desembargador que tirava a devassa dos actos administrativos do ex-governador. António de Deus da Paz afirmava que muitos - considerados como testemunhas fidedignas porque serviam a Coroa em ofícios de Justiça e Fazenda, porque eram militares ou por serem 'abastados' produtores ou homens de negócio -, se sentiam atemorizados a responder com a «verdade» às perguntas do desembargador, devido à relação de forte amizade que sabiam existir entre o ex-governador e o secretário de Estado do Reino, José de Seabra da Silva¹⁴³⁹.

O temor nada mais era do que a constatação das ligações existentes entre o ex-governador de Pernambuco e o secretário de Estado do Reino e Mercês, antecipando as consequências que poderiam advir caso testemunhassem contra o governador. E embora saibamos que, a partir de D. João V, uma nova evolução da configuração do poder central começou a surgir, bem como um novo padrão de relacionamento entre este e os poderes periféricos, não é de admirar que os valores do Antigo Regime ainda estivessem presentes e arraigados nesta sociedade colonial no fim do século XVIII. Na documentação investigada há indícios de que os laços que ligavam o ex-governador e o secretário de Estado eram fortes, embora não fossem familiares.

¹⁴³⁷ Algo relevante, visto que no período anterior, de 1777 a 1792, não haver uma única consulta que houvesse tido decisão de D. Maria I.

¹⁴³⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Consulta do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 14187, fl. 2v.

¹⁴³⁹ Ofício 1799, junho, 18, Recife. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14141, fl. 1.

No livro da Chancelaria de D. Maria I, em 1782, D. Tomás José de Mello havia sido agraciado com uma tença efectiva de 220 mil réis para «cada ano em sua vida com que foi deferido pelos seus serviços e ordenados de 220 mil réis de tenças que lhes serão assentados em um dos Almojarifados do Reino» pelos serviços prestados como capitão-de-mar-e-guerra nas armadas que iam à Índia e ao Brasil, principalmente¹⁴⁴⁰. Na mercê registada na Chancelaria, há uma nota sobre uma portaria de José de Seabra da Silva, ao lado da mercê concedida, que aprovava a renúncia do padrão de juro da Alfândega do Porto feita por D. Tomás José de Mello a uma familiar, que cremos ser a sua irmã, D. Mariana Josefa de Melo¹⁴⁴¹.

Não apenas a portaria do secretário na mercê de D. Maria I o relacionava com o ex-governador. Em 1797, por aviso de sua Secretaria, e não pela do Ultramar como seria esperado, Seabra da Silva ordenou ao presidente do Conselho Ultramarino, o conde de Resende, que mandasse consultar sem demora o requerimento de João Carneiro da Cunha, criado do governador, que era escrivão da descarga da Alfândega de Pernambuco. O requerimento fora enviado em anexo a uma carta de D. Tomás José de Mello ao secretário de estado do Reino. Por isso, o aviso para que o Conselho consultasse o pedido não partiu de D. Rodrigo de S. Coutinho mas de Seabra da Silva¹⁴⁴².

Costumes e valores do Antigo Regime, como afecto, lealdade, pacto político, estavam presentes na sociedade portuguesa, no centro da monarquia e também nas suas colónias até o final do século XVIII. Épocas houve em que a família foi considerada a matriz da sociedade, o corpo social, e em textos jurídico-políticos este corpo era retratado como uma «grande família»:

[...] O laço afectivo “cimentava” igualmente a relação entre pessoas que não possuíam qualquer vínculo familiar. E as relações afetivas dessa sociedade organicamente estruturada podiam assumir formas diversas, como o apadrinhamento, o clientelismo, o compadrio, o companheirismo militar, etc., podendo até, em alguns casos, gerar laços mais poderosos do que os laços familiares¹⁴⁴³.

¹⁴⁴⁰ ANTT/CHANC. D. Maria I, Livro 17, fl. 243.

¹⁴⁴¹ ANTT/CHANC. D. Maria I, Livro 17, fl. 243.

¹⁴⁴² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Aviso de 1797, Outubro, 7. AHU_ACL_CU_015, Cx. 198, D. 13621.

¹⁴⁴³ Pedro CARDIM, «O poder dos afectos...», p. 40.

Não é possível confirmar se foram laços afectivos ou de lealdade que levaram o desembargador sindicante - responsável pelo auto de devassa -, José de Melo Freire da Fonseca, a negar-se a anotar as queixas e depoimentos de muitos moradores contra o ex-governador. António de Deus da Paz informou tais factos a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, destacando duas das queixas que mais chocaram o desembargador da Casa da Suplicação na averiguação que fez das acções de D. Tomás de Mello ainda antes de se proceder à devassa: a venda de cartas patentes e a sociedade ilícita entre o governador e o contratador da carne:

[...] O capitão Luís da Costa Ferreira depondo que o governador fora interessado no contrato do subsídio das carnes não quis o desembargador sindicante que isto se escrevesse mostrando-se prazenteiro as testemunhas que depunham a bem do mesmo governador e austero para os que lhe diziam a verdade que o prejudicava¹⁴⁴⁴.

O desinteresse do desembargador que tirava a devassa - no que se referia às ordens do governador sobre pagamentos de taxas à Fazenda Real, à morte de testemunhas antes da chegada do desembargador e o receio que António de Deus da Paz tinha em ser perseguido -, são outros pontos assinalados na correspondência de Deus da Paz com a Secretaria de Estado. O temor era tanto, que concluiu as informações enviadas a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pedindo a protecção do secretário.

Este pedido foi atendido, encontramos um aviso do secretário de Estado ao governador D. Tomás J. de Mello, ordenando que o representante da Coroa em Pernambuco não perseguisse o autor da denúncia: «vossa senhoria deixe servir em paz o suplicante os lugares que exercita e não proceda contra ele sem os mais justos motivos e sem primeiro dar conta a Sua Majestade»¹⁴⁴⁵. Mas ao analisarmos a documentação do final da década de 1790 todos os outros pedidos elaborados por António de Deus da Paz, feitos após a denúncia, foram negados, pois, segundo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o solicitante não era considerado pessoa honesta e honrada¹⁴⁴⁶.

¹⁴⁴⁴ Ofício 1799, junho, 18, Recife. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14141, fl. 1-1v.

¹⁴⁴⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 584, fl. 220.

¹⁴⁴⁶ Pedido do ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega da capitania de Pernambuco, negado pelo secretário. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco, 1798. AHU_ACL_CU_015, Cx. 204, D. 13942. O solicitador e o filho, Francisco Ludgero da Paz, acabaram presos, por extravios à Fazenda Real, ainda antes do resultado do processo do governador D. Tomás José de Mello. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. Ofício de 1800, janeiro. AHU_ACL_CU_015, Cx. 214, D. 14522.

Para concluirmos os principais pontos sobre a governação de D. Tomás José de Mello, torna-se necessário analisarmos a consulta final que conclui o processo contra o governador. Esta confirmou, em parte, a devassa tirada pelo desembargador sindicante José de Melo Freire da Fonseca. Este desembargador, nos inquéritos a que procedeu, ilibou D. Tomás J. de Mello de todas as acusações¹⁴⁴⁷. Na sua carta dirigida à rainha D. Maria I, refutou todos os argumentos presentes na acusação encetada pelo desembargador da Casa da Suplicação. Argumentos que declaravam que o governador favorecia uma rede clientelar que lhe era próxima (criados e amigos); tinha participação no comércio ilegal; vendia patentes militares e fazia negócios ilícitos que lesavam à Fazenda Real. Acusações que resultaram do primeiro inquérito de testemunhas, feito pelo desembargador da Casa da Suplicação, José da Costa Dias, e que foram rechaçadas pelo desembargador que procedeu à devassa ao governador¹⁴⁴⁸.

A finalizar a governação de D. Tomás J. de Mello analisamos a seguir a última consulta do Conselho Ultramarino, datada de 19 de setembro de 1801, que fazia o balanço da sua administração em Pernambuco. Destacamos apenas dois pontos que parecem cruciais para se compreender o final inglório do governo de D. Tomás J. de Mello.

O Conselho Ultramarino principiou a sua análise reconhecendo no ex-governador um líder capaz, que trabalhara com muito zelo para o bem-público, realizando obras com o objectivo de melhorar a capitania.

No entanto, o tribunal também referiu que a sua acção governativa foi pautada por injustiças e irregularidades. Os actos administrativos mais censuráveis para o Conselho foram, em primeiro lugar, a nomeação dos seus criados para ofícios diversos. D. Tomás José de Mello concedeu a serventia dos ofícios de escrivão do despacho e da abertura da Alfândega do Recife, de carcereiro, de administradores das rendas reais da ilha de Fernando de Noronha, de escrivão da Mesa Grande da Alfândega, os quais não tinha competência para prover por anos seguidos. A lei determinava que as nomeações para

¹⁴⁴⁷ Vale ressaltar que o desembargador sindicante, autor da devassa do governador, ainda antes de concluí-la é agraciado por D. Maria I com uma carta de padrão, uma tença e um hábito. ANTT, RGM de D. Maria I, Livro 30, fl. 84v.

¹⁴⁴⁸ Carta informando os pontos da devassa. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. 1799, 28 de setembro. AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 210, D. 14281.

ofícios de justiça e fazenda, feitas pelos governadores, durassem apenas um ano¹⁴⁴⁹. A partir do segundo ano caberia ao Conselho Ultramarino consultar e ao monarca confirmar a serventia. Para o Conselho, o agente da Coroa ao concedê-los dispensou direitos que eram devidos à Fazenda Real, os quais não tinha jurisdição para suspender ou limitar¹⁴⁵⁰.

[...] É não menos certo que o indicado ex-governador não deverá prover este ofício [de carcereiro], por uma simples portaria, como o fez, e muito menos sem direitos [à Fazenda Real], na certeza, de que nenhuma mercê pode verificar-se, sem preceder a respetiva solução deles [...]¹⁴⁵¹

Nesse sentido, o Conselho determinou que todo o dinheiro desviado e devido à Fazenda Real fosse restituído. Porém, como o Conselho não encontrara prova que confirmasse que D. Tomás José de Mello fora, de facto, cúmplice de seus criados nos recebimentos de taxas destes ofícios, sem o devido repasse para a Fazenda Real. Tudo indicava que Domingos José Fidélis, Anacleto José Lopes, João Inácio Desbarber, João Inocência Poje, António Ferreira e Inácio Ferreira deveriam responder por danos causados à Fazenda Real. Isto é, os criados deveriam responder aos processos que o procurador da Coroa considerasse cabíveis, o ex-representante da Coroa não.

A segunda irregularidade administrativa assinalada pelo Conselho Ultramarino foi a acção de passar patentes militares em troca de doações ao hospital dos Lázarus. O governador conferiu patentes de postos de Milícias e de Ordenanças durante a sua administração, a troco de contribuições monetárias. Os ministros do Conselho referem que, em pelo menos duas cartas patentes, havia provas que o ex-agente da Coroa abusou da sua autoridade. D. Tomás José de Mello concedeu duas patentes de Milícias a indivíduos com os quais mantinha uma relação de amizade e que não eram militares. Como foram os casos do oficial maior da secretaria de Pernambuco, o padre Manuel Barbosa, e do criado do ex-governador, Domingos José Fidélis¹⁴⁵². As chefias nas Milícias e nas Ordenanças eram almejadas pelas elites coloniais, pois uma patente de oficial proporcionava uma forma dos possuidores encenarem as suas pretensões de nobreza da terra¹⁴⁵³. Para além disso, ressalta-se que o acto de «dar» se inseria numa corrente de

¹⁴⁴⁹ E apenas para os ofícios que não fossem rentáveis o suficiente para serem postos em arrematação.

¹⁴⁵⁰ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fl. 158.

¹⁴⁵¹ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fl. 158.

¹⁴⁵² F. A. Pereira da Costa refere o José Fidélis como «valido» e «secretário particular». F. A. Pereira da Costa, «Governadores e capitães gerais...» em *Revista do IAHGP*, Vol. X, p. 573.

¹⁴⁵³ Stuart SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 232.

obrigações recíprocas, que formavam um todo, e não era, de forma alguma, um acto gratuito e despojado de interesses¹⁴⁵⁴.

O Conselho demonstrava que a concessão de onerosas «mercês» e indultos «ofenderam o justo equilíbrio com que se devia regular a justiça das promoções dos postos militares»¹⁴⁵⁵. E por isso, sugeria ao príncipe que os governadores coloniais, por todo o império, só passassem promoções milicianas e de ordenanças - que até então estavam autorizados a passar -, se estas fossem reguladas por ordens régias.

O discurso político do Conselho Ultramarino enfatizava a importância que conceitos como os de «dar e receber», e do que era «justo ou injusto» ainda tinham na época. O Conselho confirmava uma das prerrogativas medievais que perdurou durante todo o Antigo Regime: o acto de dar pertencia, em primeiro lugar, ao monarca e devia obedecer a determinadas normas e preceitos. O ex-governador poderia conceder algumas benesses, porém precisava do aval do centro político, da legitimação régia.

Ao criticar D. Tomás José de Mello, o Conselho afirmava que, contrariamente o que narravam às denúncias, este não havia vendido patentes, mas que ao doá-las, mediante um donativo, o ex-governador «ignorou a contribuição de semelhantes dádivas», não sendo «justo» que Manuel Barbosa e Domingos Fidélis as recebessem. A discussão no Conselho Ultramarino acerca das acções do governador demonstrava que a definição do que era ou não justo relacionava-se com o próprio conceito de justiça. Conceito que - e conforme o que declara Fernanda Olival -, «correspondia ao princípio de dar a cada um que é seu, quer no repartir do prémio e do castigo, quer no cumprimento dos contratos»¹⁴⁵⁶.

D. Tomás José de Mello nas suas acções administrativas, não levou em conta a complexidade destes actos - dar e receber, a justiça no compensar -, e foi precisamente por isso que o Conselho reprovou seus actos. Sobre as doações cobradas pelas cartas patentes, o Conselho assinalava que o procedimento correto seria o ex-governador ter comunicado a um dos órgãos da administração central (Conselho ou Secretaria), a sua intenção em cobrar contributos, para que fossem estabelecidos valores de taxas anuais

¹⁴⁵⁴ António Manuel HESPANHA, *História das Instituições...* p. 312.

¹⁴⁵⁵ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fl. 161 v.

¹⁴⁵⁶ Fernanda OLIVAL, *As ordens militares...* p. 20.

para o sustento do hospital dos Lázaros¹⁴⁵⁷. O tribunal admitia a conveniência do tributo, desde que fosse feito um formulário que o regulasse - a fim de se evitarem descaminhos -, ficando registado na secretaria as quantias, o posto e o nome dos providos, para que o tesoureiro pudesse prestar contas à Junta da Fazenda Real e esta ao Real Erário¹⁴⁵⁸.

Para o Conselho Ultramarino, o auto da devassa não comprovava a associação ilícita do ex-governador com os seus criados, nem tão-pouco com o ex-contratador do dízimo e das carnes, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque. Também não ficava provado que tivesse recebido proventos ilegítimos a título pessoal, em nome da Fazenda Real.

A devassa provará que D. Tomás José de Mello abusara do poder «e da autoridade» que tinha como governador, mas não provará a associação ilícita com redes locais, nem a venda de patentes militares. Desde a Idade Média que os oficiais cometiam abusos, este se dava quando o funcionário da Coroa saía da sua esfera moral, num acto individual¹⁴⁵⁹. Embora o abuso também fosse entendido como uma ramificação do excesso do poder numa zona específica, a dos rendimentos pessoais, o tribunal reconhecia que o ex-governador tinha praticado factos repreensíveis, mas que não havia prova plena de ter tido alguma vantagem pecuniária a título particular, e isto o ilibava de quase todas as acusações¹⁴⁶⁰. Conforme o Conselho Ultramarino, o governador praticara actos dignos de elogio e outros dignos de condenação:

No concurso pois de tão complicados procedimentos, uns muito ajustados, e dignos de louvor e outros merecedores de punição e de castigo e levados todos à balança da justiça está esta a favor do sindicado que pôs no melhor pé e reparos, e estabelecimento desta capitania, cuja utilidade pública insta pela equidade que o mesmo sindicado merece, visto que nenhum prejuízo há de terceiros [...]¹⁴⁶¹

¹⁴⁵⁷ O ex-governador Manuel da Cunha Meneses instituiu um pagamento de mil réis em cada patente expedida na secretaria de governo aos oficiais de Milícias e de Ordenanças, a fim de angariar recursos para o hospital dos lázaros. D. Tomás José de Mello, por sua vez, além de confirmar a portaria da década de 1770, ampliou o imposto e expandiu-o para os oficiais da tropa de linha. O procurador da Fazenda da repartição do Conselho Ultramarino declarava que nenhum governador poderia tomar tal providência. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fl. 161v-162.

¹⁴⁵⁸ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fl. 161 v-162.

¹⁴⁵⁹ J. Vicens VIVES, «A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII» em *Poder e instituições...* p. 227.

¹⁴⁶⁰ O Conselho declara que a «limpeza de mãos» do ex-governador o ilibava. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fls. 162.

¹⁴⁶¹ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fls. 162-162v.

O carácter virtuoso do ex-governador, a boa administração do serviço real - sua preocupação com a economia, com a defesa e com o cumprimento das ordens da Secretaria de Estado -, bem como, o cuidado com que sempre procurou a «paz, o sossego e o crescimento da capitania» eram provas de que teria agido tendo em vista o bem-público. E, caso tivesse consultado os órgãos da administração central, procurando a aprovação da Coroa para constituir os ditos impostos e donativos, as suas acções não teriam sido alvo de críticas¹⁴⁶². Afinal, como defende A. Manuel Hespanha, a última fase da época moderna assistiu a um grande crescimento das actividades da Coroa, não apenas um aumento quantitativo, mas uma mudança qualitativa das funções do poder central. As actividades de *polícia* passaram a representar o novo desígnio ordenador do poder da Coroa. A Consulta do tribunal reflecte este novo propósito administrador, isto é, o ex-governador poderia ter tido as mesmas práticas administrativas desde que tivesse informado e esperado o consentimento da Coroa para as suas acções¹⁴⁶³.

Para o Conselho algumas das providências que D. Tomás J. de Mello tomou eram justas, outras eram merecedoras de sanção. No cômputo geral, o ex-representante da Coroa merecia ser perdoado das acusações, mas não merecia retornar ao governo da capitania¹⁴⁶⁴.

No final de Setecentos, a sociedade continuava imbuída de valores, obrigações e noções de Antigo Regime, continuava pautada pela lógica de uma economia de mercês, assunto abordado e discutido pelo Conselho Ultramarino.

D. Tomás José de Mello foi absolvido, mas sem usufruir do direito de solicitar a remuneração dos serviços prestados à Coroa. O regente, em consulta anterior, já aceitara

¹⁴⁶² Antes das denúncias, em 1797, D. Rodrigo de Sousa Coutinho explicara ao governador que D. Maria I havia mudado a forma como se passavam as patentes militares. O exemplo que dava era para os Regimentos de Infantaria e Artilharia - diferentes dos da Milícia -, porém já demonstrava que a forma de concessão de patentes estava a mudar. Se antes o provido no posto pelo governador fazia um requerimento solicitando confirmação da patente já passada pelo representante da Coroa, agora, os coronéis dos regimentos, faziam as propostas aos governadores. Estes analisavam e enviavam as suas reflexões e alterações, se houvesse, para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, para que os pedidos fossem apreciados. E no caso de concordarem com a lista dos coronéis, enviava informação à Secretaria confirmando os pretendentes. Contudo, a decisão final caberia à Secretaria. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 584, fl. 190v.

¹⁴⁶³ António Manuel Hespanha, «Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime», em *Poder e instituições...* pp. 67-69. Sobre os principais feitos de D. Tomás J. de Mello ver F. A. Pereira da COSTA, «Governadores e capitães gerais...» em *Revista do IAHGP*, Vol. X, pp. 566-573.

¹⁴⁶⁴ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fl. 162v. Apesar de tudo, face ao exposto, é justo e indispensável que o desembargador procurador da Fazenda se reserve o direito de agir civilmente contra o ex-governador para que recuperar dos danos e perdas causados àquela Fazenda.

a sugestão do Conselho: que D. Tomás José de Mello não participaria mais nas cerimónias da Corte e não teria qualquer tipo de audiências com o príncipe. Como se sabe, os serviços feitos representavam ou poderiam representar um direito dos vassallos frente ao rei; era um dos poucos direitos face ao monarca que se manteve até ao final do Antigo Regime. Nos séculos XVII e XVIII existia uma concordância no que respeita ao dever régio de remunerar os serviços. Cabia ao rei ou regente, por virtude ou contrato, saldar a dívida. Porém, as mercês remuneratórias não eram revogáveis, o rei apenas poderia anulá-las perante necessidade pública.

Na óptica do Conselho Ultramarino, as práticas administrativas do ex-governador acabaram por dispensar D. João da obrigatoriedade de retribuir os serviços prestados por D. Tomás J. de Mello. O facto de não ter continuado preso e de não ter os seus bens confiscados serviu de restituição suficiente¹⁴⁶⁵.

Contudo, esta benesse não era extensível aos outros réus, uma vez que se considerou provado que extorquiram dinheiro aos moradores e à Fazenda Real, ora cobrando ordenados de ofícios que não ocuparam, ora administrando negócios usurários e lesivos. Por este motivo, a devassa e as inquirições tiradas, bem como os restantes papéis relacionados, deveriam ser enviados a um dos juizes dos Feitos da Fazenda e Coroa da Casa da Suplicação para que, depois de pronunciados segundo o merecimento de cada um dos co - réus, se procedesse contra eles como fosse de direito¹⁴⁶⁶.

Como premiar e punir eram dois atributos essenciais do domínio, da capacidade para governar os vassallos, ao lado do poder para ordenar, proibir, autorizar e decidir, a resolução do príncipe concordava com o parecer do Conselho Ultramarino¹⁴⁶⁷. O que demonstra que no final de Setecentos, valores de Antigo Regime ainda estavam bem presentes, e para o caso de Pernambuco, o Conselho voltou a ter um papel relevante na cena política. A análise do auto de devassa foi executada no âmbito do tribunal e a resolução do regente D. João foi fundamentada nos pontos enumerados pelos conselheiros.

Foi desta forma, sem mérito, que D. Tomás José de Mello, já recolhido à Corte, viu a sua governação maculada, pois embora tenha sido absolvido, não obteve as

¹⁴⁶⁵ Fernanda OLIVAL, *As ordens militares...* pp. 26 -28.

¹⁴⁶⁶ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fl. 162v-163.

¹⁴⁶⁷ Fernanda OLIVAL, *As ordens militares...* p. 20.

remunerações de serviço que esperava. E isto, conforme a decisão do príncipe, era castigo suficiente¹⁴⁶⁸.

¹⁴⁶⁸ F. A. Pereira da COSTA, «Governadores e capitães gerais...» em *Revista do IAHGP*, Vol. X, p. 574.

Capítulo 12

A Coroa portuguesa e a capitania de Pernambuco: economia e política no final do século XVIII e início do XIX

*O algodão trouxe para o interior de Pernambuco o impulso e a movimentação. Permitiu o surgimento de cidades, feiras, actividades secundárias*¹⁴⁶⁹.

*[...] Que nenhum lavrador que tivesse menos de seis escravos plantasse canas-de-açúcar ou algodão do mesmo modo que todo o senhor do engenho lavrador declarar fosse obrigado a plantar tanto de mandioca, que com uma terça parte do seu rendimento pudessem sustentar suas famílias e fábricas*¹⁴⁷⁰ [...]

Neste capítulo final examinaremos a administração da capitania por parte dos governadores interinos que substituíram D. Tomás José de Mello. Daremos ênfase à prática administrativa dos novos representantes da Coroa, à comunicação política com as instituições do poder central e ao desenvolvimento económico ímpar ocorrido em Pernambuco no final do século XVIII e início do XIX, período no qual as Juntas interinas administraram a capitania (1799- 1804).

A governação das Juntas ocorreu praticamente no mesmo período em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho assumiu a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. O diplomata tomou posse em 1796, após a longa administração de Martinho de Melo e Castro¹⁴⁷¹. D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi chamado ao governo num período de grande instabilidade da monarquia portuguesa, relacionada com transformações de vulto no contexto europeu e com a doença da rainha. Externamente, o tratado assinado entre Espanha e França, em 1796, pressionava Portugal a sair da sua neutralidade e a apoiar a aliança franco-espanhola¹⁴⁷². Internamente, o afastamento da rainha dos negócios

¹⁴⁶⁹ José NIVALDO JÚNIOR, *A economia algodoeira em Pernambuco no período colonial...* p. 120.

¹⁴⁷⁰ IAHGP. *Livro nº 4 de vereações e acordos da Câmara do Recife*, fl. 9v.

¹⁴⁷¹ Entre um e outro secretário, Luís Pinto de Sousa Coutinho assumiu a secretaria interinamente entre 1795 e 1796.

¹⁴⁷² Estamos nos referindo ao Tratado de Santo Ildefonso, assinado em Paris, em 18 de agosto de 1796, por França e Espanha. Tratado que estabelecia os princípios de uma colaboração militar defensiva e

públicos pôs o governo do império nas mãos do príncipe D. João e dos secretários de Estado, que assumiam cada vez mais relevância nas decisões político-administrativas da Coroa¹⁴⁷³.

Assim, a entrada do diplomata na Secretaria de Estado e a oficialização do príncipe D. João como governante serão questões sucintamente examinadas, visto terem sido acontecimentos relevantes, pelas mudanças que advieram no governo do império durante as suas gestões¹⁴⁷⁴.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho assumiu a pasta da Marinha e Ultramar em setembro de 1796 e, de uma forma geral, deu continuidade às directivas de Martinho de Melo e Castro para o governo de Pernambuco¹⁴⁷⁵. As acções administrativas do novo secretário de Estado e as suas directrizes políticas, clarificadas e sistematizadas nas memórias que escreveu, foram transmitidas aos governadores de capitanias através de avisos e ofícios. Alguns dos projectos do ministro para a governação do império tiveram implicações práticas na capitania de Pernambuco, estamos nos referindo ao apoio que deu para que o Seminário de Olinda fosse criado¹⁴⁷⁶. Seminário que recebeu influência notória da Universidade de Coimbra, onde o seu fundador estudou, e foi uma das instituições mais marcantes na difusão do conhecimento científico na colónia. Por isso, analisaremos neste capítulo o pensamento político do secretário de Estado.

Ao longo do século XVIII, a Coroa portuguesa precisou ter em consideração alguns factores para assegurar a tranquilidade e a governabilidade no seu império. Os pontos estratégicos que foram levados em consideração pelo poder central no século XVIII diziam

ofensiva entre as duas potências. Em outubro do mesmo ano, Espanha e Grã-Bretanha entraram em guerra, tornando evidente que, estando os dois aliados de Portugal em guerra entre si, as pressões de ambos, em sentidos opostos, para a determinação das posições portuguesas seriam dificilmente harmonizáveis.

¹⁴⁷³ Regência informal iniciada em 1792 e contestada pela primeira nobreza da Corte, que se considerava o único grupo capaz de manter a ordem social e a Monarquia. Em 1796 D. João cede a estas pressões e nomeia vários aristocratas como conselheiros de Estado, mas ao mesmo tempo oficializa os secretários neste novo Conselho de Estado, com *status* de ministros. Jorge PEDREIRA e Fernando Dores COSTA. *D. João VI. O clemente*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, pp. 52-58.

¹⁴⁷⁴ A entrada de Rodrigo de Sousa Coutinho ocorreu ainda no governo de D. Tomás José de Mello, mas optámos por analisar aqui o impacto que o secretário causou ao assumir a Secretaria que administrava o Ultramar e o seu pensamento político, que tinha por base a ideia de um império luso-brasileiro.

¹⁴⁷⁵ Diretrizes dadas pela Secretaria de Estado ao ex-governador e que tinham a ver com o comércio, o desenvolvimento agrícola, a economia, a política, a ciência e a defesa. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_ORDENS E AVISOS PARA PERNAMBUCO, Cód. 584, fl. 70v-73v

¹⁴⁷⁶ Guilherme Pereira das NEVES, «A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?», em *Revista Portuguesa de História* tomo 33, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1999, p. 442.

respeito à defesa e preservação do Reino face ao expansionismo espanhol, particularmente perigoso devido às alianças estabelecidas pela Espanha com a França; à necessidade de proteger as rotas comerciais atlânticas - uma parte imprescindível do comércio externo português-, à instabilidade da fronteira com a Guiana francesa, e à indispensabilidade de preservar portos da costa africana, de onde procedia a mão-de-obra para a produção colonial brasileira.

Ainda durante o final deste século há que considerar a Revolução Francesa e a Guerra Peninsular, acontecimentos que marcaram o período e que foram levados em conta no jogo político-diplomático que a Coroa precisou fazer para manter o império. A neutralidade perseguida pela Coroa durante toda a década de 1790 e até à inevitável partida da Corte para o Brasil foi mais um vector neste jogo político que envolvia a manutenção do império português e da Casa de Bragança¹⁴⁷⁷.

Os tópicos centrais a serem analisados neste capítulo que conclui o nosso estudo sobre as relações políticas entre a Coroa portuguesa e a capitania de Pernambuco terão em ponderação este contexto. Enquadramento que se reflectia na forma como as Juntas Governativas administraram a capitania nos últimos anos do século XVIII e primeiros anos do XIX, como examinaremos a seguir.

Com a saída de D. Tomás José de Mello, em 29 de dezembro de 1798, um novo governo foi formado e embora a carta régia determinando o regresso do agente régio a Lisboa seja datada de 20 de agosto, a ordem só foi efectivamente cumprida no final daquele ano¹⁴⁷⁸. D. João não enviou nenhum fidalgo do Reino para Pernambuco, nem transferiu para a capitania nenhum governador colonial que estivesse cessando a sua comissão.

Constituiu-se um novo governo, uma Junta Governativa, que geriu a capitania de Pernambuco até 1804, e foi formado, a princípio, pelo Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, pelo comandante de Esquadra Pedro Sheverim, ambos nomeados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e pelo ouvidor-geral António Luís Pereira da Cunha, que já

¹⁴⁷⁷ Valentim ALEXANDRE, «As ligações perigosas: o império luso-brasileiro face às convulsões internacionais (1789-1807) em *Revista Análise social*, vol. xxiv (103-104), 1988, p. 966.

¹⁴⁷⁸ AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 585, fl. 25.

se encontrava servindo na capitania, e que foi confirmado na Junta pelo secretário de Estado¹⁴⁷⁹.

Por aqui se depreende que a ordem para formar uma Junta por ocasião do afastamento ou falecimento de um governador continuava em vigor, da forma como o marquês de Pombal havia estabelecido em dezembro de 1770, sendo esta mais uma das determinações pombalinas que foram mantidas no reinado de D. Maria I e na regência do seu filho.

Como se sabe, Pombal retirou às câmaras a prerrogativa de responderem interinamente pela administração dos negócios públicos na ausência do governador ou vice-rei. De igual modo, a composição da Junta interina também não se alteraria desde que a reforma entrou em vigor na década de 70 de Setecentos: bispo, ouvidor, oficial do exército¹⁴⁸⁰.

Assinalamos ainda que no período em que as Juntas administraram Pernambuco, o monarca nomeou quatro governadores, dos quais três não tomaram posse. Foram eles: D. Miguel António de Melo, nomeado a 21 de março de 1800; Sebastião Xavier da Veiga Cabral que faleceu em 1801 antes de tomar posse; e Joaquim de Saldanha e Albuquerque, nomeado a 17 de dezembro de 1804, nomeação que ficou sem efeito em 15 de agosto de 1805¹⁴⁸¹. É de referir ainda que desde 1804 Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que antes governara a capitania do Mato Grosso, administrava Pernambuco, tendo sido nomeado em 1802, ainda antes que Joaquim de Saldanha¹⁴⁸². Sabemos que Caetano P. de M. Montenegro levou muito tempo a tomar posse do governo de Pernambuco, mas não

¹⁴⁷⁹ Esta primeira Junta Governativa foi substituída por outra composta pelo deão de Olinda, Manuel Xavier Carneiro da Cunha, o ouvidor-geral, José Joaquim Nabuco de Araújo, e pelo brigadeiro Jorge Eugénio de Lócio e Seibnitz. José Joaquim Nabuco de Araújo é o primeiro a entrar na Junta, ainda em 1801, chegou a ser governador interino junto com Azeredo Coutinho e com Pedro Sheverim. O deão de Olinda só passou a ter assento na Junta quando o Bispo de Olinda retornou ao Reino em 1802. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 236, D. 15923.

¹⁴⁸⁰ Reforma política que perdura durante o reinado mariano. O secretário instituiu que se fosse necessário um governo temporário este teria três membros: o Bispo, o chanceler da Relação (ou o ouvidor da capitania) e o oficial de posto mais alto do exército. Andrée Mansuy-Diniz SILVA, «Portugal e o Brasil: a reorganização do império...», em *América...* vol. 1, p. 490. A carta régia de agosto de 1798 cita esta reforma pombalina publicada, em forma de alvará, por D. José I, de 12 de dezembro de 1770. AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 585, fl. 25.

¹⁴⁸¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Decreto]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 256, D. 17157.

¹⁴⁸² A nomeação de Caetano P. de M. Montenegro é de 1802, uma carta régia à Junta governativa informava a nomeação. Contudo, este governava Mato Grosso e só tomou posse de forma efectiva em maio de 1804. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta régia. 1802, agosto, 26]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 237, D. 15955. Posse do governador: AHU_ACL_CU_015, Cx. 248, D. 16649.

sabemos se foi por este motivo que Joaquim de Saldanha foi indicado como governador, pois a escolha deste último pode ser vista como uma simples substituição do governador em exercício.

O início do século XIX marcou um período de transformações para Portugal no que se refere à política, à economia, ao governo e à defesa. D. Rodrigo de Sousa Coutinho tomou posse da Secretaria de Estado do Ultramar após uma breve passagem de Luís Pinto de S. Coutinho pela mesma pasta. Tornou-se, assim, o responsável pelos assuntos coloniais e o principal articulador das medidas reformistas do regente D. João¹⁴⁸³.

Apontamos, ainda, como acontecimentos relevantes no período em estudo, a regência de D. João, assumida de forma oficial em 1799; a intranquilidade na Europa, que voltava a estar em ebulição com o fim da trégua anglo-francesa (1800), prenunciando que a guerra se instalaria de forma efectiva e se alastraria no continente europeu, como sucedeu em 1807; e o forçoso envolvimento português, apesar de todas as tentativas do regente para manter-se neutral no conflito. Contudo esta instabilidade culminaria com a ida da Corte para o Brasil.

O príncipe regente D. João deu continuidade ao modelo de governação de D. Maria I e dos seus ministros para o Brasil. Era relevante reforçar a unidade política dentro do império português, a fim de prevenir o risco de processos de independência política de suas colónias, como já havia acontecido com alguns territórios de outras potências europeias no Atlântico. Por isso, era relevante confirmar o princípio de que os domínios ultramarinos eram, na realidade, parte de um todo cujo centro era Lisboa¹⁴⁸⁴.

Segundo os autores da sua mais recente biografia, D. João não nasceu para ser rei e as circunstâncias não lhe concederam tempo para que se preparasse para essa função. Os sinais de perturbação mental de sua mãe obrigaram ao príncipe a substituí-la, em 1792. Durante sete anos despachou em nome da rainha, como se ela pudesse voltar a reinar,

¹⁴⁸³ Ana Rosa Cloquet da SILVA, «Minas no contexto da “acomodação”: as relações de poder, as práticas políticas e a tessitura das identidades» em *Revista Aulas, dossiê identidades nacionais*, nº 2, Outubro - Novembro de 2006, p. 16. Consultado em novembro de 2012. Disponível em http://www.unicamp.br/~aulas/volume02/pdfs/minas_2.pdf

¹⁴⁸⁴ Caso da independência americana em 1776 e da revolução de Santo Domingo em 1798. José Luís CARDOSO, «Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho» em *A Economia Política e os Dilemas do Império...*, p. 79.

parecendo que receava assumir a regência que efectivamente exercia. E entre os vários acontecimentos em que a sua vida foi fértil, o de maior significado foi a retirada da Corte para o Brasil em 1807¹⁴⁸⁵.

Mas D. João também pode ser compreendido como um monarca num período de transição, a actuar entre duas vertentes políticas - a do Antigo Regime e a do liberalismo - sem aderir a nenhuma. Este monarca procurou confirmar a unidade luso-brasileira, que configurava o eixo da estratégia política e económica da sua época.

Portugal confrontava-se com dois problemas: as finanças e a defesa. Neutralidade absoluta, aliança defensiva e imparcialidade negociada foram, de forma recorrente, estratégias escolhidas pela Coroa, desde a Revolução Francesa até à invasão de Junot em 1807. Do ponto de vista económico, predominava um sistema de cariz mercantilista, mobilizado para fins políticos e para aumentar o potencial militar. Começava, porém, a surgir a doutrina liberal, doutrina que corporizava uma série de reflexões críticas sobre a natureza do comércio colonial e a necessidade da sua reforma¹⁴⁸⁶.

Apesar do nosso estudo não atingir o ano de 1807, para termos uma compreensão da conjuntura política do início de século XIX, torna-se necessário referir o que significou a transferência da Corte e das instituições portuguesas para o Brasil, devido às consequências nas relações entre o centro e a periferia do império português. Algo que veio a ocasionar modificações internas profundas e uma inversão de papéis entre Portugal - invadido pelos franceses -, e o Brasil, a sua mais rica colónia, agora sede e capital do império português¹⁴⁸⁷

Historiadores brasileiros e portugueses mostraram nas suas obras sobre o período Joanino no Brasil e sobre a figura de D. João VI - muito maltratada pelos historiadores do século passado¹⁴⁸⁸ - como foi complexa e demorada a decisão de partir, tal como foi difícil

¹⁴⁸⁵ Jorge PEDREIRA e Fernando DORES COSTA. *D. João VI...*, pp. 8-9.

¹⁴⁸⁶ Mendo Castro HENRIQUES, «D. João VI, monarca de uma transição política» em José Luís CARDOSO, Nuno Gonçalo MONTEIRO, José Vicente SERRÃO (orgs.), *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, Lisboa: ICS, 2010, pp. 141-145.

¹⁴⁸⁷ Stuart B SCHWARTZ, *Da América Portuguesa...*, p. 270.

¹⁴⁸⁸ Raul Brandão e Oliveira Martins são dois dos escritores que fizeram escola ao apresentarem D. João VI como um homem fraco, comilão, tedioso, inofensivo e incapaz. No século passado alguns historiadores portugueses e brasileiros procuraram mudar esta imagem grotesca do monarca, mas poucos conseguem não considerá-lo indeciso. Norton cita que «D. João pela sua personalidade indecisa e o seu pendor para a conciliação ajudava à ineficácia e ao imobilismo do governo [...]». Marquês de ALORNA, *Memórias Políticas*, apresentação de José Norton. Lisboa: Editora Tribuna da História, 2008, p.

a viagem e as reestruturações necessárias para transformar o Rio de Janeiro em capital do império¹⁴⁸⁹. Para além de demonstrarem como a documentação oficial tramitava entre o Brasil e o Reino e como era complexo governar à distância, tendo em vista que, onde estava o rei estavam os secretários e o Conselho de Estado, e os tribunais, entre outras questões¹⁴⁹⁰.

A abertura dos portos em 1808, a elevação do Brasil a Reino Unido em 1815, a revolta de 1817 em Pernambuco¹⁴⁹¹, o levantamento de Gomes Freire em Portugal no mesmo ano, e a revolução liberal no Porto em 1820 foram alguns dos acontecimentos mais relevantes após a instalação da Corte no Brasil.

Muitas foram as vezes em que se pensou nesta retirada da Corte para o Brasil: sempre que a monarquia corria perigo, o Brasil era lembrado como refúgio ideal para o rei ou para os membros da família real¹⁴⁹². Mas tais projectos nunca se transformaram em planos concretos, com exceção do início do século XIX. Com a invasão das tropas franco-espanholas, tal retirada acabou por ser considerada como a saída mais honrosa e adequada para a situação adversa vivida por Portugal¹⁴⁹³.

25. Raul BRANDÃO, *El-Rei Junot*, Madrid: Saepa, 1997; Oliveira MARTINS, *História de Portugal*, Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1880.

¹⁴⁸⁹ Sobre o período da Corte no Brasil ver especificamente Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do império...*; Oliveira LIMA, *D. João VI no Brasil*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006; Ana Canas Delgado MARTINS, *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*, Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2007; Lília Moritz SCHWARCZ, *A longa viagem da biblioteca dos reis - do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002; Jurandir MALERBA, *A Corte portuguesa no exílio: Civilização e Poder no Brasil às Vésperas da Independência (1808 a 1821)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008 e José Luís CARDOSO, Nuno Gonçalo MONTEIRO, José Vicente SERRÃO (orgs.), *Portugal, Brasil e a Europa...*, 2010.

¹⁴⁹⁰ Érika S. de Almeida C. DIAS, «A ida da Corte para o Brasil nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino», em *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica...*, p. 555.

¹⁴⁹¹ Carlos Guilherme MOTA, «Da ordem imperial pombalina à fundação do império brasileiro» em Luís OLIVEIRA e Rubens RÍCUPERO, (orgs). *A Abertura dos Portos*, São Paulo: editora Senac, 2007, pp. 90-91 menciona que a insurreição republicana em 1817 em Pernambuco dá-se por conta do centralismo monárquico do Rio de Janeiro, e os novos tributos criados para suportar os luxos e as guerras no sul do Brasil.

¹⁴⁹² O historiador brasileiro Manuel de Oliveira Lima é um dos primeiros que procura colocar o homem no seu tempo, as acções no seu contexto, mostrando a partida não como uma debandada desorganizada e sim como uma acção política inteligente. Jorge PEDREIRA e Fernando Dores COSTA. *D. João VI*, p. 24.

¹⁴⁹³ Para alguns escritores mais antigos o que ocorreu foi uma fuga e o português Raul Brandão na sua obra «El-Rei Junot» é um daqueles que a descreve. Ver Raul BRANDÃO, *El-Rei Junot*, capítulos 1-2. Mas recentemente Schwarcs refuta a ideia tradicional de Brandão ao afirmar que «não eram indivíduos isolados que fugiam às pressas, carregando os seus objectos preciosos, as suas vaidades e os receios. Era sim a sede do Estado português que mudava de endereço, com seu aparelho administrativo e

Para o Reino invadido por Junot e suas tropas, a saída da família real foi necessária para salvaguardar a monarquia portuguesa, mas tal mudança nunca foi muito bem aceite pela nobreza que ficou em Portugal e pelo povo que passou a ter três governos: um do invasor, seguido de uma junta governativa e ainda um outro à distância, na sua rica colónia americana¹⁴⁹⁴.

A partir de 1808 era no Rio de Janeiro que estavam os secretários de Estado, os tribunais, o Conselho de Estado e o próprio regente. Foi lá que D. João foi aclamado, em cerimónia pública, faustosa e nunca vista em terras americanas, cabendo a Lisboa, antes palco de tais actos, ler os respetivos relatos na *Gazeta do Rio de Janeiro*, trazida pelos navios de comércio. Onde estava o rei, estava o poder. Do Rio de Janeiro saíam as ordens para Lisboa, Goa, Macau e Angola; do Rio de Janeiro o rei aceitava ou negava petições e acções vindas de Portugal¹⁴⁹⁵.

A retirada da família real e a transferência das instituições portuguesas transformou o Rio de Janeiro na nova capital do império¹⁴⁹⁶. Tal facto marcou profundamente a história do Brasil e de Portugal, uma vez que nunca antes um monarca europeu tinha ido visitar as suas terras no novo mundo, muito menos ficando a residir e administrar as suas possessões a partir dele, no outro lado do Atlântico¹⁴⁹⁷.

12.1 O movimento iluminista, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e sua memória «sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América»

Para muitos historiadores, o Iluminismo foi responsável pelas reformas ocorridas na Europa a partir do século XVIII. Assim, antes de referirmos a trajectória, o pensamento

burocrático, seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, seus arquivos e funcionários [...]». Lília Moritz SCHWARCZ, *A longa viagem...*, pp. 209-210.

¹⁴⁹⁴ Jorge PEDREIRA e Fernando Dores COSTA. *D. João VI*, pp. 8-9.

¹⁴⁹⁵ Érika S. de Almeida C. DIAS, «A ida da Corte para o Brasil nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino» em *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica...*, p. 555. AHU_CU_Reino, Cx. 355, pasta 28. Um aviso de um secretário no Reino, em 1818, dá conta «do auto solene de coroação [sic] do rei D. João VI no Rio de Janeiro».

¹⁴⁹⁶ Concordamos com o conceito de império, fundamental para a compreensão das relações das conquistas portuguesas - da América ao Oriente - com o centro da Monarquia em Portugal, até 1807, e, entre si, conectando-se umas às outras. Maria Fernanda BICALHO e Vera Lúcia Amaral FERLINI (orgs.), *Modos de Governar...*, p. 14.

¹⁴⁹⁷ Thomas O'NEIL, *A vinda da família real portuguesa para o Brasil*, tradução de Ruth Sylvia de Miranda Salles, 2ª Edição, Rio de Janeiro; José Olympio, Secretaria Municipal das Culturas, 2007, pp. 21-43.

e as acções políticas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, um dos principais ministros joaninos, convém referirmos, de forma breve, o que foi o «Iluminismo» e qual a sua relação com as reformas implementadas em Portugal da segunda metade do século XVIII em diante.

Tradicionalmente, nos estudos relativos ao século XVIII o «Iluminismo» surge relacionado ao uso universal da razão, à fé cega no conhecimento científico e no progresso. Ciência e progresso passaram a ser imagens do movimento iluminista¹⁴⁹⁸.

Embora não discordemos que o Iluminismo tenha influenciado muitas das mudanças implementadas por toda a Europa, particularmente no final do século XVIII e início do XIX, acreditamos que o século XVIII português foi mais reformista do que ilustrado¹⁴⁹⁹. Realçamos que o movimento não foi homogéneo¹⁵⁰⁰, nem representou a totalidade do pensamento ocidental do século XVIII¹⁵⁰¹. Também não foi um ideário coeso

¹⁴⁹⁸ K. Maxwell é um dos historiadores. Kenneth MAXWELL, *O marquês de Pombal...*, p. 15. Luís C. Villalta concorda com K. Maxwell e defende que a Ilustração influenciou as acções da Coroa portuguesa a partir da ascensão de D. José I e do seu poderoso ministro, levando à execução de uma série de reformas. E a segunda metade do século XVIII caracteriza-se por um reformismo ilustrado, que buscava conciliar a valorização da razão e das ciências à anteposição de obstáculos que poderiam ameaçar o absolutismo monárquico e a manutenção do império colonial. Luiz Carlos VILLALTA, «Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa» (tese de doutoramento, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999), p. 78 e pp. 123-125.

¹⁴⁹⁹ Nuno Gonçalo Monteiro e José Damião Rodrigues discordam da ideia de que o movimento iluminista tenha sido responsável pelas acções da Coroa durante o reinado de D. José I. Para Nuno G. Monteiro, Pombal só pode ser aceite como paradoxo do iluminismo, como defende Maxwell, se for aceite que era um político das luzes. Nuno G. MONTEIRO, *D. José...*, p. 230. José Damião, por sua vez, crê que se «justifica uma certa prudência na aplicação uniforme de uma grade de leitura iluminista às décadas do reinado josefino». José Damião RODRIGUES, «"Para o socego e tranquilidade..."», p. 157

¹⁵⁰⁰ É certo que as ideias iluministas circularam neste período - o do final do século XVIII -, e influenciaram alguns dos administradores do império, D. Rodrigo de S. Coutinho é um bom exemplo de ministro influenciado pela ilustração, mas é preciso ter em consideração a configuração e a disposição que estas ideias assumiram na sociedade portuguesa, antes de definirmos que D. João foi um «déspota esclarecido» ou que todas as «conspirações» e «inconfidências» sucedidas na América portuguesa - nos finais de Setecentos -, foram fruto do «iluminismo». Por isso, Guilherme Pereira das Neves refere o carácter peculiar das *luzes* luso-brasileiras, que, segundo o historiador, à falta de um exame mais detalhado, estas continuam a receber adjetivos diversos, tais como: «católica, mediterrâneas, mitigadas, tímidas, pálidas, oblíquas ou envergonhadas -, sem que seja possível definir o seu papel numa tradição, em Portugal e no Brasil [...]». Guilherme Pereira das NEVES, «Rebeldia, intriga e temor no Rio de Janeiro de 1794» comunicação apresentada na reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, XXIV Reunião Anual, Curitiba, 2004, p. 2. [Consultado em fevereiro de 2013]. Disponível em: http://www.historia.uff.br/artigos/neves_rebeldia.pdf

¹⁵⁰¹ Mudanças que se relacionam mais facilmente com *polícia* do que com o «iluminismo». A nosso ver as reformas setecentistas - particularmente as do reinado de D. Maria I -, inscrevem-se no âmbito para o qual remete o conceito de polícia, o de uma conjuntura de mudanças na administração interna da Coroa, ainda no âmbito do Antigo Regime. Guido ASTUTI, «O absolutismo esclarecido em Itália e o Estado de Polícia» em *Poder...* p. 265.

de ideias, ou mesmo um sistema filosófico universal desenvolvido pelos homens do século XVIII capaz de explicar, de forma única, a política, a sociedade e a religião¹⁵⁰².

O Iluminismo ou Ilustração pode ser entendido como um movimento intelectual, circunscrito primeiramente a Paris, que não tinha intenção de criar grandes sistemas filosóficos ou explicações totalizantes para a realidade, e que pretendia pôr ideias e valores em prática, sobretudo através da escrita. Os «filósofos» eram homens letrados, de origens sociais distintas e convicções conflituantes, mas que se reconheciam como herdeiros dos conceitos científicos do século XVII. Consideravam-se os sucessores de Newton e de Locke e valorizavam a experiência, a vivência e a liberdade intelectual¹⁵⁰³.

Ora, como se sabe, a Época Moderna herdou, em boa medida, a mentalidade medieval, pela qual os homens, os governos e as coisas ocupavam lugares fixos na realidade, obedecendo a uma ordem natural. Mentalidade que era disseminada em diferentes escritos políticos e jurídicos da época, da sociedade como um corpo, na qual cada grupo possuía uma função definida¹⁵⁰⁴.

Porém, ao longo dos séculos XVI a XVIII tais conceitos sofreram mudanças. As reformas religiosas, os questionamentos que o Renascimento suscitou, os descobrimentos, mostraram que a realidade não era fixa e imutável, como sugeria a teologia medieval. O desenvolvimento do individualismo e das noções contratualistas de governo, segundo as quais os súbditos delegavam poderes no soberano, reflectiam um processo gradual de secularização. Ao longo do século XVIII este quadro tendeu a se expandir ainda mais, incorporando uma nova linguagem e um novo sujeito do direito: o indivíduo¹⁵⁰⁵.

No que toca ao Ultramar, a repercussão do ideário reformista, a independência das colónias inglesas, a Revolução Francesa, a revolução dos escravos em Santo Domingo contribuíram para a assimilação destas novas retóricas. Porém, a acolhida das novas ideias

¹⁵⁰² Immanuel KANT, *Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?* (1784). Consultado em fevereiro de 2012. Disponível em: <http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/esclarecimento.pdf> (pp. 1-5)

¹⁵⁰³ Patrícia Woolley Cardoso Lins ALVES, «D. João de Almeida Portugal e a revisão do processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c. 1777-1802)», (*tese de Doutoramento*, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2011), p. 19.

¹⁵⁰⁴ António Manuel HESPANHA, *História das Instituições...*, pp. 206-215.

¹⁵⁰⁵ Alfabetização e opinião pública que no final do século XVIII ainda eram muito relativas. António Manuel HESPANHA, «Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime», *Poder e instituições...*, pp. 59-69. Na época pombalina, o marquês impediu a manifestação de uma opinião pública ampla e esclarecida. Repressão que foi maior durante os anos de suas reformas educativas. Ana Cristina ARAÚJO, «Modalidades de leituras das Luzes em Portugal no tempo de Pombal», *Revista de História*, vol. X, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, p. 125.

na América portuguesa se deu dentro de limites muito claros, procurando conciliar a preservação de estruturas sociais e políticas do Antigo Regime e um programa de reformas modernizantes inspirado no racionalismo Setecentista. Limites que passavam pela vigilância e censura sobre ideias que se chocavam com as instituições da monarquia e a proibição das tipografias nas capitanias brasileiras, a fim de delimitar a circulação da palavra impressa. A difusão de novas ideias na América portuguesa ocorria por meio de alguns impressos, manuscritos e pela comunicação oral e não sob a forma de uma disseminação de livros¹⁵⁰⁶.

Mas no final de Setecentos é certo que ocorreu um alargamento da alfabetização e uma propagação da cultura escrita que estimulou a construção da opinião pública, e juntamente com ela, a orientação de novos posicionamentos que revelavam, cada vez mais, a valorização do indivíduo, da sua capacidade intelectual e da sua igualdade em relação aos outros corpos que formavam a sociedade. Muito lentamente, as estruturas do Antigo Regime, firmadas nos privilégios, distinções pelo nascimento e honra, direito divino dos reis e na autoridade da Igreja, deixavam de fazer sentido para um público cada vez mais letrado, como o era este do final do século XVIII¹⁵⁰⁷.

Cada vez mais letrado, contudo ainda não «esclarecido». O discurso de Kant sobre o *esclarecimento* reflecte as transformações ocorridas nas últimas décadas do século XVIII. Para o filósofo alemão, o *esclarecimento*, foi ao mesmo tempo parte e reflexo do processo de secularização, configurou-se mais num conjunto de novas atitudes que divergiam da tradição do Antigo Regime, do que dum movimento filosófico homogéneo, com novos postulados científicos ou ainda, um novo ideário da «burguesia». Para o filósofo, não se vivia na Europa Setecentista uma época *esclarecida*, o uso da razão ainda era limitado em finais do século XVIII¹⁵⁰⁸.

O reformismo pelo qual passaram as monarquias europeias é usualmente descrito como consequência do movimento iluminista e não fruto de uma lenta transformação das estruturas políticas do Antigo Regime¹⁵⁰⁹. Contudo, a nosso ver, o termo, longe de

¹⁵⁰⁶ Beatriz Catão Cruz SANTOS e Bernardo FERREIRA, «Cidadão - Vizinho» em *Revista Ler História*, nº 55 (Lisboa: ISCTE, 2008), pp. 35-40.

¹⁵⁰⁷ Sobre a formação de uma opinião pública no século XVIII ver Ana Cristina ARAÚJO, «Opinião pública» em *Revista Ler História*, nº 55..., pp. 125-130.

¹⁵⁰⁸ Immanuel KANT, *Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento...*, p. 4.

¹⁵⁰⁹ Processo esse que só seria concluído com o liberalismo já próximo a 1820. Por exemplo, Gabriel Paquette é um dos autores que concorda com a influência do pensamento iluminista nas reformas

significar um movimento cultural coerente, acabou por aglutinar um multifacetado movimento de ideias que transformou os séculos XVIII e XIX¹⁵¹⁰. Conforme Catarina Madeira Santos «o termo Iluminismo, sendo operatório no discurso historiográfico, merece reservas e algumas cautelas quanto às suas implicações semânticas e aplicações históricas»¹⁵¹¹.

Assim, assinalamos que o movimento iluminista não foi homogêneo, nem representou a totalidade do pensamento ocidental do século XVIII e início do XIX. A nosso ver as reformas empreendidas pelas principais monarquias europeias estavam muito mais relacionadas com a transformação política das monarquias do que com o movimento iluminista¹⁵¹².

O ministro mais emblemático e reformista da regência de D. João VI tanto em Portugal como no Brasil foi, sem dúvida, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. O diplomata chegou ao governo e à pasta da Marinha e Ultramar devido a uma junção de factores, dentre eles destacam-se o seu trabalho e as suas ideias enquanto embaixador em Turim, os esforços de seu pai e tio, respetivamente diplomatas em Londres e Paris, na sua nomeação para a embaixada em Turim -, e a proteção de seu primo Luís Pinto de Sousa Coutinho, um «governador pombalino»¹⁵¹³. Luís Pinto de Sousa Coutinho, nomeado

implementadas por monarquias do sul da Europa ao longo do século XVIII nos seus impérios ultramarinos. Historiadores de diferentes nacionalidades procuram explicar através de conceitos como «absolutismo iluminado» e «reforma esclarecida» as mudanças executadas por Portugal e Espanha nos impérios atlânticos. E também aquelas executadas em Itália e França. Coube a Francisco Bettencourt, no capítulo 4, analisar o caso português: «Enlightened reform in *Portugal and Brazil*» e a Jorge Cañizares-Esguerra, no capítulo 2, estudar o caso espanhol: «Enlightened reform in the Spanish empire: an overview». Em Gabriel PAQUETTE, org., *Enlightened Reform in Southern Europe and Its Atlantic Colonies (ca. 1750-1830)*, (USA: Ashgate, 2009).

¹⁵¹⁰ Ana Cristina ARAÚJO, *A Cultura das Luzes em Portugal*. Temas e Problemas, Lisboa: Livros Horizonte, Temas de História de Portugal, 2003, p. 16 e ss.

¹⁵¹¹ Catarina Madeira SANTOS, «Um governo “polido”...», p. 25.

¹⁵¹² Transformação política, aumento da cultura letrada, a emergência de um espaço público, de uma opinião pública. Algo que em Portugal começa a estar presente no início do século XIX. José Damião RODRIGUES, *O Atlântico revolucionário, circulação de ideias...*, pp. 24-25. Ideia com a qual concordamos. Mas há estudos recentes que discordam. Veja-se por exemplo a obra de Maria Beatriz Nizza da Silva sobre Pernambuco e a cultura da ilustração. Conforme a autora, as reformas setecentistas, a atuação dos naturalistas, o pragmatismo científico, foram fruto da ilustração. Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Pernambuco e a cultura...*pp. 205-207.

¹⁵¹³ Andrée Mansuy DINIZ-SILVA, *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755 -1812*, 2 vols., Lisboa e Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2002 e 2006, pp. 143-145.

ministro dos Negócios Estrangeiros, apoiou amplamente os projectos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, principalmente no que se relacionava ao Brasil¹⁵¹⁴.

A ascensão de Sousa Coutinho a cargos tão elevados tem possivelmente relação com dois aspetos: o da sua formação e o da sua experiência como diplomata¹⁵¹⁵, bem como com a política remuneratória da Coroa para com as redes familiares¹⁵¹⁶ que faziam parte da elite cortesã que prestava serviços no império, relações clientelares comuns entre monarca e súbditos no Antigo Regime¹⁵¹⁷.

Quando assumiu a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho enunciou aos governadores e vice-reis, através da correspondência oficial da entidade com os representantes da Coroa espalhados pelo império, que era preciso enviar a Lisboa um exame circunstanciado com todas as matérias administrativas que mais preocupavam os governantes nas colónias. O enfoque foi posto na necessária recolha de informações estatísticas sobre o território, a população e as actividades económicas desenvolvidas em cada região¹⁵¹⁸.

¹⁵¹⁴ Kenneth Maxwell refere que Luís Pinto de Sousa Coutinho era um homem que conhecia directamente as condições do Brasil, tendo-se distinguido como governador do Mato Grosso, antes de suceder a Martinho de Melo e Castro na Corte britânica. Ao retornar a Lisboa, Luís Pinto de S. Coutinho estabeleceu contacto com intelectuais brasileiros, muitos deles alunos de Domingos Vandelli. Em Maio de 1790, o ministro enviou a Paris a Manuel Ferreira da Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, para tirar os cursos de Física e Mineralogia, respetivamente. Ambos, mais tarde, foram apadrinhados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Kenneth MAXWELL e Maria Beatriz Nizza da SILVA, «a política», em *Nova História da Expansão...*, pp. 373-374.

¹⁵¹⁵ D. Rodrigo de S. Coutinho estudou no Colégio dos Nobres e na Universidade de Coimbra, de onde saiu para assumir a casa de seu pai e aprimorar seus estudos, principalmente em línguas estrangeiras. De 1779 a 1796 D. Rodrigo exerceu um cargo diplomático em Turim e vivenciou de perto a Revolução Francesa e a contrarrevolução, e durante a sua estada na Itália completou a sua formação intelectual e de homem de Estado. Cf. D. Rodrigo de Sousa COUTINHO, *Textos políticos, económicos e financeiros 1783-1811*. Introdução e Edição Crítica de Andrée Mansuy Diniz-Silva, 2 vols. Lisboa, Banco de Portugal, 1993, Tomo I, p. XV-XX.

¹⁵¹⁶ D. Rodrigo de Sousa Coutinho descendia de uma das casas mais nobres da aristocracia portuguesa, a dos condes do Redondo. Era filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ex-governador de Angola na década de 1760, e de D. Ana Luísa Joaquina Teixeira da Silva de Andrade, sobrinho de D. Vicente de Sousa Coutinho e de D. Luís António de Sousa Botelho, o morgado de Mateus. Sua família pertencia à nobreza cortesã dos servidores da coroa, como magistrados ou como militares, e graças as ligações familiares com as Cortes de D. João V e de D. José I, D. Rodrigo acabou por ter como padrinho, o futuro marquês de Pombal. Andrée Mansuy-Diniz SILVA, «Uma figura central da Corte Portuguesa no Brasil: D. Rodrigo de Sousa Coutinho» em Ismênia MARTINS E Márcia MOTA (orgs.), *1808: a Corte no Brasil*, Niterói: Editora da UFF, 2010, p. 134.

¹⁵¹⁷ Pedro CARDIM, «O poder dos afectos...» p. 16.

¹⁵¹⁸ José Luís CARDOSO, «Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho» em *A Economia Política...* pp. 87-88.

No que respeita ao Brasil, os muitos avisos e ofícios de D. Rodrigo de Sousa Coutinho aos governadores de capitania - e também à Junta Governativa de Pernambuco - demonstravam o seu empenho particular quanto ao desenvolvimento da agricultura e comércio colonial.

Enquanto no Brasil se procedia à recolha intensiva de informações, em Portugal procurava-se divulgar, por meio de traduções e de edições tecnocientíficas, o conhecimento necessário ao desenvolvimento das actividades agrícolas, em especial através da Casa Literária do Arco do Cego, em Lisboa. A promoção e distribuição dos livros, saídos dos prelos lisboetas, por todo o Brasil, foi uma das preocupações de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao considerar que o saber adviria da leitura¹⁵¹⁹. Segundo o ministro, era necessário juntar, traduzir e enviar para o Brasil todas as memórias estrangeiras que fossem úteis e que contribuíssem para o desenvolvimento da economia rural e fabril que desta economia dependessem¹⁵²⁰.

O próprio ministro chegou a escrever algumas memórias, uma delas, que examinaremos a seguir, relacionava-se com a economia política no império português, enfatizando a importância central da América portuguesa. Referimo-nos à célebre *Memória sobre o melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América*, 1797-1798, em que o ministro deixou entrever uma cultura política que concebia os domínios portugueses na Europa, África, Ásia e em especial o Brasil, como uma unidade, um «sistema político» no qual o Reino era a capital e o centro, um entreposto para o comércio europeu, e só através da manutenção das províncias ultramarinas é que Portugal se poderia destacar no cenário político europeu¹⁵²¹.

¹⁵¹⁹ Maria Odila Leite da Silva DIAS, *A interiorização da metrópole e outros estudos*, São Paulo: Alameda, 2005, p. 64. Como exemplos ver também: 1798, abril, 4 [Lisboa] OFÍCIO de frei José Mariano [da Conceição Veloso, da Oficina do Arco do Cego] ao [oficial-maior da secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar] João Filipe da Fonseca, encaminhado cento e cinquenta exemplares de “*O Fazendeiro do Brasil melhorado*”, setecentos exemplares das brochuras das tabuletas das carnes e o rol do resto do importe do que acresceu ao “*Fazendeiro do Brasil*”. AHU_CU_Reino, Cx. 23, pasta 26. E ainda: 1800, fevereiro, 20, Buenos Aires OFÍCIO do padre Francisco Agostinho Gomes ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] remetendo relações das máquinas agronómicas e económicas que encomendou em Londres necessárias para o desenvolvimento da produção agrícola das capitanias do Brasil, e solicitando o embarque destas a bordo do primeiro navio com destino à Baía. AHU_CU_Reino, Cx. 23-A pasta 13.

¹⁵²⁰ Maria de Fátima NUNES e João Carlos BRIGOLA, «José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811)» em *A casa literária...*, p. 63.

¹⁵²¹ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil-Geral. [Memória escrita por D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Julho de 1797, quando foi secretário de estado da Marinha e Ultramar, da qual se remeteu cópia em

Na óptica de Sousa Coutinho, a unidade da Coroa, reflectia-se na formação de identidade comum entre os vassallos portugueses «nascidos nas quatro partes do mundo», não discriminando, os «coloniais» dos «metropolitanos»¹⁵²². A seu ver, existiam portugueses da América e do Reino, «reunidos num mesmo sistema administrativo, todos estabelecidos para contribuírem à mútua e recíproca defesa da monarquia, todos sujeitos aos mesmos usos e costumes». Na sua visão, estes vassallos reconheciam-se como portugueses e sentiam os efeitos benéficos da reunião de um todo composto por partes tão diferentes¹⁵²³. O secretário expôs neste texto, de forma esclarecedora, seu pensamento político sobre a monarquia portuguesa, descrevendo-a como sendo um espaço pluricontinental.

Nesta memória, D. Rodrigo de Sousa Coutinho delineava os princípios fundamentais da administração colonial, que pressupunham o aumento da agricultura, do comércio e das rendas da Fazenda Real, e defendia a utilização de uma elite luso-brasileira, formada em Coimbra, na reflexão sobre o sistema político a ser adoptado pela Coroa portuguesa a fim de conservar a colónia americana. Colónia que era considerada como a «base da grandeza da monarquia»¹⁵²⁴.

Para atingir os objectivos propostos na sua memória, D. Rodrigo de Sousa Coutinho precisaria, então, de pessoas capazes de aplicar os novos métodos de renovação da agricultura, de incentivar o desenvolvimento das culturas já existentes e de introduzir outras de diferentes origens¹⁵²⁵. Convém recordar que uma «elite do conhecimento»,

1810 ao Rio de Janeiro para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde das Galveias, D. João de Almeida, sobre a administração dos domínios ultramarinos, sugerindo meios para melhorar a administração régia; destacando a importância comercial das capitanias do Brasil para o Reino]. AHU_ACL_CU_003, Cx. 41, D. 3251.

¹⁵²² E nesse aspeto D. Rodrigo diferia do seu antecessor Martinho de Melo e Castro que, também numa memória, fazia distinção entre os do Reino e os «americanos». O uso do termo 'americano', por parte do secretário, é completamente invulgar no período (1770-1795). Em centenas de documentos desta década, referentes ao Brasil colonial, este foi o primeiro documento em que nos deparamos com o termo. O secretário usou-o para definir os vassallos portugueses nascidos ou moradores na América portuguesa, algo invulgar na época. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil-Geral. [c. 1777. Memória do secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a independência económica do Brasil em relação a Portugal...]. AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976.

¹⁵²³ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil-Geral. [Memória]. AHU_ACL_CU_003, Cx. 41, D. 3251, fl. 2.

¹⁵²⁴ Maria Odila Leite da Silva DIAS, *A interiorização...*, pp. 76-77.

¹⁵²⁵ Podemos citar como exemplos, o naturalista carioca João da Silva Feijó, secretário do governo em Cabo Verde; Lucas José de Alvarenga, nascido em São Paulo e governador de Macau; o médico José Pinto de Azeredo, nascido no Rio de Janeiro e posteriormente responsável por estudos de enfermidades em Angola; o matemático Francisco José de Lacerda e Almeida, nascido em São Paulo e posteriormente

como bem definiu Ângela Domingues, participaria intensamente de uma reforma da Coroa portuguesa e abrangeria todos os domínios ultramarinos, não apenas o Brasil, por meio de uma ‘política’ promovida com vigor por Sousa Coutinho, no período em que comandou a pasta da Marinha e Ultramar¹⁵²⁶.

No que respeita à expansão da agricultura de exportação, é possível apontar que D. Rodrigo de Sousa Coutinho ampliou as ordens dadas aos governadores, pelos seus antecessores, Luís Pinto de S. Coutinho e Martinho de Melo e Castro. Sabe-se que o secretário solicitou aos governadores das capitanias relatórios sobre os processos usados no preparo e cultivo dos géneros de exportação e enviou instruções aos agentes da governação local para explorarem as riquezas minerais e florestais, desenvolverem a agricultura com o objectivo de promoverem novas culturas¹⁵²⁷. No caso do Brasil, o secretário instruíra os governadores das capitanias sobre a relevância do desenvolvimento da agricultura, a fim de aumentar as exportações dos géneros tradicionais (algodão, açúcar, couros e tabaco) e de outros que se adaptassem ao clima e solo da América portuguesa¹⁵²⁸. Afinal era da responsabilidade dos representantes da Coroa nas capitanias expandir a agricultura, inclusive com culturas oriundas de outros países, desde que fossem rentáveis para o comércio colonial¹⁵²⁹.

Em 1799 um escrito de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao seu oficial-maior, João Filipe da Fonseca, dava conta do envio de sementes de tabaco de Maryland para serem remetidas ao governador e capitão-general da Baía, D. Fernando José de Portugal e Castro, com recomendação para que as experiências fossem feitas de acordo com as indicações impressas e traduzidas. Mandava o secretário de Estado que se escrevesse ao intendente de Pernambuco, Pedro Sheverim, para que fizesse o mesmo na capitania Duartina¹⁵³⁰.

participante em expedições de investigação entre Moçambique e a contra - costa. Carlos Guilherme MOTA, «Da ordem imperial pombalina à fundação do império brasileiro», pp. 80-81.

¹⁵²⁶ Eram uma geração de “cientistas colonos” ao serviço do Império cuja característica mais marcante era a mobilidade extrema, uma vez que as viagens científicas ocorreram para várias partes do império. Cita-se sobretudo as viagens de Manuel Galvão da Silva à Moçambique; Joaquim José da Silva e a sua actividade exploratória em Angola; Alexandre Rodrigues Ferreira e sua viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Ver Ângela DOMINGUES, «Viagens científicas e “elite do conhecimento”...» em *Blogue de História...* 2007.

¹⁵²⁷ Maria Odila Leite da Silva DIAS, *A interiorização...* pp. 56-57.

¹⁵²⁸ José Luís CARDOSO, «Nas malhas do império...», p. 81.

¹⁵²⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil-Geral. [Memória]. AHU_ACL_CU_003, Cx. 41, D. 3251

¹⁵³⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil-Geral. [1799, Julho, 12, Lisboa. ESCRITO do secretário de Estado ao oficial maior, João Filipe da Fonseca]. AHU_ACL_CU_003, Cx. 31, D. 2551.

Com efeito, nesta memória D. Rodrigo de Sousa Coutinho centrou atenção nas reformas económicas necessárias para remediar o estado das finanças no império. Com o risco de invadir um espaço reservado ao presidente do Erário Régio - o principal responsável pela administração financeira do império -, o secretário de Estado sugeriu a abolição dos contratos, dando poderes às juntas das Fazendas Reais para que cobrassem e administrassem todas as taxas directamente. Sugeriu a substituição do dízimo por um imposto sobre a terra que fosse proporcional ao seu rendimento líquido. Indicou ainda que os direitos a pagar sobre os escravos fossem abolidos, com excepção dos pagos nos portos, e mesmo estes deveriam ser reduzidos. O objectivo era aliviar a pressão fiscal, a fim de estimular a actividade económica no Brasil, algo que, consequentemente seria benéfico para Portugal, tendo em vista que qualquer aumento da produção colonial e expansão do mercado interno também aumentaria o comércio do Reino e das exportações de produtos industriais portugueses¹⁵³¹. Afinal, o Brasil era uma região integrada no espaço económico português que contribuía para a prosperidade mercantil do Reino.

Sousa Coutinho também deu especial atenção à tradução e divulgação de obras científicas estrangeiras que auxiliassem os produtores, no sentido de modernizar a agricultura com novas técnicas que fossem essenciais para o seu plano de acção, centrado na produção e difusão dos saberes dentro do império português. O Brasil foi alvo prioritário desta difusão da produção e dos saberes, o secretário de Estado estava ciente do peso da economia e do comércio da colónia na manutenção do equilíbrio económico português no seu conjunto¹⁵³².

No final do século XVIII e início do século XIX, os princípios da «unidade política» e da «especialização», da forma como estabelecia Sousa Coutinho na sua memória, estavam salvaguardados e em desenvolvimento¹⁵³³. A prosperidade comercial do império

¹⁵³¹ Andréa Mansuy-Diniz SILVA, «Portugal e o Brasil: a reorganização do império...», em *História da América Latina...* vol. 1, pp. 508-509.

¹⁵³² Tiago C. P. dos Reis MIRANDA, «Ceder Timor - composição em fuga» em *Revista da USP* nº 79, p. 82-93, São Paulo, 2008, p. 84. AHU, Conselho Ultramarino, Ultramar. AHU_ACL_CU_035, Cx. 22, D. 1823. Isso é passível de constatar pela falta de investimento do ministro em áreas periféricas do império, como Timor por exemplo. Em 1810 o conde das Galveias queixa-se da falta de empenho do conde de Linhares quando foi ministro da Marinha e Ultramar no que se refere aos negócios de Timor, sua prioridade foi evidentemente o Brasil.

¹⁵³³ «A economia política da época repensou o sistema colonial...transpondo [...] os pressupostos de uma especialização internacional» no qual o Brasil seria responsável por providenciar matérias-primas e consumir bens transformados no Reino. Leonor F. COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, «A consolidação 1703...», p. 262.

português deveu-se, em grande parte, ao papel desempenhado pelo Brasil como fornecedor de matérias-primas - caso do algodão das capitanias do Norte (Pernambuco e Maranhão, sobretudo) -, da carnaúba, dos produtos alimentares, como o arroz - de procura crescente na Europa - e das novas bebidas (cacau e café). Sendo a colónia brasileira a fonte de um intenso comércio, pois também era consumidora de produtos manufacturados, de vinho do Reino e de escravos das colónias africanas¹⁵³⁴.

Sobre o algodão salientámos que o fornecimento desta matéria-prima aos britânicos foi essencial no incentivo ao crescimento da lavoura algodoeira, principalmente de Pernambuco e Maranhão. A iniciativa de expandir a produção de algodão coube às companhias pombalinas - sobretudo no caso da companhia do Grão-Pará e Maranhão - o mesmo não ocorrendo, porém, em Pernambuco.

O algodão não tinha grande expressão na pauta das exportações de Pernambuco durante o período de vigência da Companhia, e apenas em finais de 1778 começou a ser exportado de forma mais expressiva. Mas é sem dúvida de cariz pombalino a iniciativa para se desenvolverem novas culturas no Nordeste, além do açúcar e tabaco¹⁵³⁵.

Jorge Pedreira destaca que, no final do período pombalino, a indústria doméstica de panos de linho, de seda, de lanifícios e de algodões estampados tinha no Brasil o seu maior mercado consumidor. As exportações «metropolitanas» para as suas colónias - com destaque para a América portuguesa -, junto com a substituição de importações - isto é produtos que antes eram comprados à Grã-Bretanha e à França e que passaram a ser produzidos em Portugal -, desempenharam um papel crucial no desenvolvimento industrial português no final do século XVIII e início do século XIX¹⁵³⁶.

Os estudos desenvolvidos pelo historiador Valentim Alexandre confirmam o panorama delineado por Sousa Coutinho na «Memória sobre os melhoramentos na América». Ao analisar criteriosamente as balanças comerciais entre os anos de 1796 e 1807, período que abarca o governo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a partida da Corte para o Brasil, Valentim Alexandre declara que o comércio português era «superavitário»

¹⁵³⁴ José Vicente SERRÃO, «O quadro económico» em *História de Portugal...*, p. 101.

¹⁵³⁵ Sérgio Buarque de HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira*, t. I, ..., p. 240.

¹⁵³⁶ Jorge PEDREIRA, «A indústria», em *História Económica ...*, vol. I, pp. 201-204.

em relação aos países estrangeiros, e que isto devia-se fundamentalmente à exportação de produtos coloniais brasileiros¹⁵³⁷.

No que concerne ao algodão, a Grã-Bretanha recebia de suas colónias cerca de dois terços do algodão necessário às suas fábricas, mas a partir de 1780, Maranhão e Pernambuco tornaram-se nas capitanias que mais lucraram com a conjuntura mundial, principalmente por conta do aumento da demanda inglesa pelo algodão que estas capitanias já produziam desde o final do período pombalino. Vários foram os factores que contribuíram para o rápido desenvolvimento do algodão brasileiro: a facilidade de cultivo, a probabilidade de bons lucros, o facto de ser uma cultura bem mais simples do que a cana-de-açúcar no que concerne ao plantio e à colheita, e de não ser necessário o uso de equipamentos dispendiosos. Um escravo sozinho podia produzir 20 arrobas de fibras de algodão por ano, metade da produção de um escravo que trabalhasse com o açúcar; contudo, os lucros do plantador de algodão eram mais altos¹⁵³⁸. O surto algodoeiro foi tão relevante em Pernambuco que Manuel Correia de Andrade refere que «quem estudar a economia do Nordeste, nas últimas décadas do século XVIII, verá que ela se resume numa luta entre a cana-de-açúcar e o algodão»¹⁵³⁹.

A relevância do algodão foi tanta, que o valor das exportações desta matéria-prima, através do porto do Recife, acabou por rivalizar com o do açúcar já na primeira década do século XIX. As exportações de algodão em 1796 correspondiam a 37% do total das exportações da capitania, em 1806 já eram 48% e em 1816 eram 83%. Enquanto isso, o açúcar fazia o percurso contrário: em 1796 era responsável por 54% das exportações de Pernambuco, em 1806 este valor caiu para 45% e em 1816 foi reduzido a apenas 15% do total das exportações, conforme os dados facultados pela análise de Evaldo Cabral de Mello¹⁵⁴⁰.

Em síntese, o reformismo abraçado por Sousa Coutinho, tal como foi expresso nesta sua memória do final do século XVIII, nunca pôs em causa as bases mercantilistas que, desde o século XVI, ligavam o Reino à América portuguesa. Isto é, mesmo numa conjuntura ideológica em que a doutrina mercantilista começava a ser criticada e dava

¹⁵³⁷ Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do império...*, pp. 64-69.

¹⁵³⁸ Dauril ALDEN, «O período final do Brasil colónia, 1750-1808», em *História da América Latina*, v. II..., p. 568.

¹⁵³⁹ Manuel Correia de ANDRADE, *A terra e o homem do Nordeste...*, p. 89.

¹⁵⁴⁰ Evaldo Cabral de MELLO, *A ferida de Narciso...*, p. 72.

lugar a um campo de ideias mais favoráveis à liberdade de comércio, na opinião do secretário de Estado, Portugal conservava o lugar de entreposto dos géneros coloniais e o Brasil continuava a ser o principal mercado dos produtos portugueses¹⁵⁴¹.

Só com a Corte no Brasil que o pensamento liberal de Sousa Coutinho aproxima-se de forma evidente do sistema proposto por Adam Smith. O liberalismo do futuro conde de Linhares foi posto em vigor em 1808, e a nosso ver, era mais económico do que político. Medidas como a abertura dos portos e o fim do exclusivo comercial reflectem-no¹⁵⁴².

Pernambuco também foi alvo das medidas reformadoras, de cariz académico e científico, incentivadas em grande medida pela secretaria de Estado gerida por Sousa Coutinho. No que se relaciona à capitania Duartina, torna-se necessário enfatizar o papel do Seminário de Olinda, criado pelo Bispo de Pernambuco, D. José de Azeredo Coutinho em 1800, com o apoio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para a difusão do conhecimento científico.

O Bispo participou da Junta Governativa que substituiu D. Tomás José de Mello, fazendo parte daquela «elite do conhecimento» formada em Coimbra e integrando a rede de agentes que se relacionava com o secretário de Estado. Sobre sua trajetória até o governo da capitania, podemos referir que Azeredo Coutinho nasceu em Campos de Goitacazes, na capitania do Rio de Janeiro, era filho primogénito de um senhor de engenho, e membro da «nobreza da terra». Veio para Portugal, não muito cedo, por questões familiares, onde estudou letras e filosofia e posteriormente direito canónico¹⁵⁴³.

¹⁵⁴¹ «O reformismo de Sousa Coutinho em nada afeta, portanto, as características de base do antigo regime colonial, conservando Portugal o papel de entreposto... e o Brasil o de mercado...» Cf. Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do império...*, p. 39, p. 85. As novidades do seu pensamento político e que se reflectem nas suas sugestões estavam na abolição de taxas e contratos e na sua visão acerca da unidade política do império, cuja monarquia, a seu ver, possuía uma natureza pluricontinental.

¹⁵⁴² Nuno G. MONTEIRO, «O espaço público e a opinião política na monarquia portuguesa em finais do Antigo Regime» em *O Atlântico revolucionário...* (2012), pp. 26-27.

¹⁵⁴³ Jorge Pedreira declara que a morte precoce do seu pai obrigou-o, como primogénito, a tomar conta do património da família, e por isso, só aos trinta anos se matriculou na Universidade de Coimbra. Oriundo das elites agrárias do Rio de Janeiro, por ser filho de um rico senhor de engenho, Azeredo Coutinho possuía ligações familiares nas elites portuguesas, na hierarquia eclesiástica e na magistratura. Era sobrinho do desembargador João Pereira Ramos. O seu interesse por direito canónico foi possivelmente por influência de um outro tio, o conde de Arganil e Bispo de Coimbra, então reitor da Universidade. José Joaquim da Cunha de Azeredo COUTINHO, *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias*, introdução e direcção de edição de Jorge Miguel Pedreira, Lisboa: Banco de Portugal, 1992, p. XV.

Ordenado sacerdote e depois bispo, manteve sempre um grande interesse em economia política e os seus mais importantes escritos são de natureza económica¹⁵⁴⁴.

A principal inovação promovida pelo Bispo Azeredo Coutinho na capitania de Pernambuco foi a proposta de uma reforma educacional, por intermédio do Seminário de Olinda. Pretendia que a educação dos clérigos, que até finais do século XVIII estava voltada somente para a preparação espiritual e a catequese, fosse substituída por uma formação fundamentada nos conhecimentos emanados das ciências naturais, algo que poderia auxiliar no desenvolvimento da actividade económica da capitania e, de forma geral, da colónia. O ensino de filosofia natural e de desenho, por exemplo, tencionava preparar os clérigos, dotando-os da mentalidade pragmática dos naturalistas, de modo a ampliar o desenvolvimento agrícola no Brasil¹⁵⁴⁵.

Tal como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Bispo acreditava que para a unidade do império e o seu desenvolvimento económico eram precisos novos recursos. Estes recursos estavam directamente relacionados com a expansão das manufacturas, o pleno conhecimento das riquezas naturais de todas as partes do império e a expansão da agricultura¹⁵⁴⁶. Por isso, as disciplinas que integravam o programa de formação dos párocos no Seminário de Olinda seguiam a sua orientação reformadora. Disciplinas como história natural, química, física e filosofia natural faziam parte do programa dos religiosos, tornando a instituição num seminário diferente dos outros¹⁵⁴⁷. Estes também tinham novos espaços práticos de aprendizagem, como o museu de história natural, o jardim botânico, um gabinete de física experimental e um laboratório de química.

O Seminário de Olinda, idealizado e institucionalizado pelo bispo de Pernambuco, Azeredo Coutinho, reflectia a necessidade de uma aplicação utilitária das ciências em benefício do império português, e nesse aspeto, os «párocos filósofos» olindenses tinham um objectivo comum com os «naturalistas» de Coimbra: o carácter prático e em prol do

¹⁵⁴⁴ Dentre os estudos mais conhecidos citamos os que foram publicados entre 1791 e 1804: «Ensaio económico sobre comércio de Portugal e suas colónias»; «Memória sobre o preço do açúcar»; «Ensaio económico sobre Portugal e suas colónias»; «Discurso sobre o estado atual das Minas do Brasil»; «Análise sobre a justiça do comércio do resgate de escravos da costa de África». Gilberto Luís ALVES, *O pensamento burguês no seminário de Olinda: 1800-1836*, Campo Grande: Editora UFMS, Campinas: Autores associados, 2001, p. 83.

¹⁵⁴⁵ BNRJ, Reservados, seção de manuscritos 8, 2,4.

¹⁵⁴⁶ Gilberto Luís ALVES, *O pensamento burguês no seminário de Olinda...*, p. 90.

¹⁵⁴⁷ Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Pernambuco e a cultura...*p. 73.

bem comum que o conhecimento científico deveria ter para o desenvolvimento económico do império¹⁵⁴⁸.

12.2 O governo de Pernambuco e os assuntos em discussão no Conselho Ultramarino

Antes de analisarmos a comunicação política entre a Secretaria de Estado e as Juntas Governativas, abordaremos o papel do Conselho Ultramarino na apreciação de problemas e na elaboração de pareceres sobre questões emanadas da capitania de Pernambuco. No que concerne ao Conselho Ultramarino, para o período em que as Juntas governaram (de 1799 a maio de 1804), podemos afirmar que foram elaboradas seis consultas. Sendo uma delas - a que analisava o auto de devassa de D. Tomás José de Mello - temática já examinada no capítulo anterior e que por isso não será aqui tratada.

Das cinco consultas restantes, três tiveram origem em cartas da Paraíba e do Ceará e analisavam disputas internas e acontecimentos de natureza política. A primeira delas está relacionada com o pedido da Câmara da Paraíba do Norte, solicitando a expulsão do desembargador António Filipe Soares de Andrade Brederode e o castigo dos seus aliados por fomentarem «partidos» e intrigas. A segunda consulta foi sobre um ofício do governador da Paraíba, pedindo providências a respeito das práticas do ouvidor da capitania. Uma terceira consulta em resposta à carta da Junta governativa do Ceará pretendia solucionar o problema criado pelo falecimento do governador Bernardo Manuel de Vasconcelos, até que novo governador fosse enviado à capitania.

No que respeita à capitania de Pernambuco - e para além da consulta sobre o afastamento do último governador -, apenas duas consultas estão associadas com problemas oriundos na capitania. Examinaremos estas consultas porque uma demonstra o que a Junta de Pernambuco considerava relevante para o centro político arbitrar, esperando a aprovação da Coroa; e a outra, sendo sobre o provimento de um cargo, acabou por servir os interesses políticos do Conselho Ultramarino.

A primeira consulta, datada de agosto de 1802, trata do subsídio militar adido ao contrato da carne. Na realidade, discute cartas e requerimentos que remontam aos

¹⁵⁴⁸ Argus Vasconcelos de ALMEIDA *et al*, «Pressupostos do ensino da Filosofia Natural no Seminário de Olinda (1800-1817)» em *Revista Eletrónica de Enseñanza de las Ciencias* Vol. 7 Nº2 (2008), pp. 480-483. [Consultado em fevereiro de 2013]. Disponível em: http://www.saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen7/ART12_Vol7_N2.pdf

governos de José César de Meneses, D. Tomás José de Mello e ao da Junta Governativa. O parecer do Conselho visa melhorar o abastecimento de carne na capitania e também facultar meios para que o subsídio militar sobre a carne não deixasse de ser pago.

Três pontos se destacam no parecer do Conselho. O primeiro é a indicação de que a arrematação dos talhos deveria deixar de ser da responsabilidade da Junta da Fazenda Real e passar novamente para às câmaras. O segundo é que a venda da carne fresca fora dos talhos públicos deveria ser proibida, sob pena de multas. Por último, e visando o «bem público», o Conselho recomendava a abolição da ordem que impedia os criadores venderem seus gados fora das feiras, pois seria mais benéfico para a população, determinação vigente desde o governo de José César de Meneses (1774-1787)¹⁵⁴⁹. A resolução da consulta é favorável ao parecer do Conselho Ultramarino, assim como sucedeu com todas as outras consultas sobre Pernambuco que subiram para serem decididas pelo regente, do início da regência até o final de 1807.

A segunda consulta, de Dezembro de 1803, originada a partir da correspondência com os vassalos de Pernambuco, analisava uma carta da Junta da Fazenda Real da capitania em que explicava os motivos para não cumprir a ordem régia, que mandava unir o cargo de procurador da Coroa e Fazenda ao lugar de juiz de fora. A justificativa da Junta consistia no bom serviço prestado pelo bacharel Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque que, na avaliação da Junta, não merecia perder o cargo.

O Conselho pronunciou-se, trazendo à discussão dois temas. O primeiro deles prende-se com o facto de o lugar em questão ser um cargo e não um ofício de justiça ou fazenda, e por esta razão a concessão não poderia ter sido dada por provisão do Erário Régio.

De acordo com o Conselho, o cargo de procurador dava *status* de ministro, a quem o exercitasse, bem como, um lugar de vogal na Junta de Justiça da capitania e, portanto, não poderia ter a ‘serventia’ confirmada pelo Erário. Apenas uma provisão régia poderia conceder ou confirmar um candidato no cargo. O tribunal afirmava que a Junta da Fazenda tinha conhecimento das leis acerca desta matéria e que as tinha desconsiderado. Porém, concordava com a Junta de Pernambuco no que dizia respeito à divisão do lugar de juiz de fora. Isto é, o tribunal sugeria que tal lugar tivesse duas competências, uma delas cuidaria

¹⁵⁴⁹ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fls. 165-165v.

do juízo do Cível, Crime e Auditoria dos Regimentos militares, a outra ocupar-se-ia do Juízo dos órfãos, Provedoria das capelas, resíduos, defuntos e ausentes, assistindo também como vogal na Junta de Justiça, Coroa e Fazenda¹⁵⁵⁰.

Devido às irregularidades no provimento de Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, o tribunal recomendava ainda que este fosse retirado do lugar de procurador¹⁵⁵¹. O Conselho reconhecia os bons serviços prestados no cargo e sugeria que o bacharel recebesse, na primeira oportunidade, outro cargo ou mesmo um ofício equivalentes em rendimento.

Apesar da discussão sobre a competência do Erário Régio em prover ofícios e empregos de Justiça, a temática mais relevante que a consulta apresentava dizia respeito ao papel que o próprio Conselho Ultramarino tinha no governo das conquistas. Os conselheiros esclareceram e apontaram que a carta da Junta da Fazenda de Pernambuco demonstrava que a autoridade do Conselho não fora respeitada e sua ordem não fora cumprida:

[...] Estão demonstradas provas do modo com que a junta da Fazenda de Pernambuco sem contemplação da autoridade que representa este tribunal impugnou as decisões dele, demandadas da imediata resolução de Vossa Alteza Real [...]¹⁵⁵²

Assim, o tribunal recomendava que por alvará se limitasse a competência das Juntas das Fazendas, declarando que os assuntos que dissessem respeito à contabilidade, à receita, à despesa e às execuções fiscais deveriam ser comunicados ao Erário Régio, como estava estabelecido. Enquanto os outros assuntos, de foro político administrativo, deveriam ser transmitidos ao Conselho Ultramarino. Reiterava-se que as provisões que emanassem do tribunal deviam ser cumpridas sem hesitações. Além disso, o tribunal determinava que era necessário que as Juntas informassem anualmente o Conselho do resumo das receitas efectivas e das despesas (ordinárias e extraordinárias) militar, civil e eclesiástica. E o mais importante - por não ser mais da alçada do Conselho Ultramarino desde a época pombalina -, determinava o tribunal que as Juntas deveriam prestar contas da arrematação das rendas reais e dos contratos ao Erário e ao Conselho Ultramarino.

¹⁵⁵⁰ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fl. 168.

¹⁵⁵¹ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fl. 169.

¹⁵⁵² A provisão régia para unir o emprego de procurador da Coroa e Fazenda ao lugar de juiz de Fora baixou pelo Conselho Ultramarino. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fl. 169.

Ora a intromissão do Conselho Ultramarino em assuntos que não eram da sua competência, ou que suscitavam dúvidas quanto à sua jurisdição, ocorria desde que fora criado¹⁵⁵³. No início do século XIX o Conselho perseguia uma jurisdição que havia sido sua e que perdera com a criação do Erário régio e da Secretaria da Fazenda, e que estava relacionada com a gestão financeira do império¹⁵⁵⁴.

Em síntese, o Conselho recomendava que as Juntas das Fazendas de todas as conquistas ultramarinas - e não apenas a da capitania de Pernambuco -, comunicassem tudo o que tivesse relação com as finanças e o governo civil, político e militar das colónias, a fim de que o tribunal pudesse cumprir o seu papel junto do regente: elaborar pareceres fundamentados sobre as distintas matérias políticas, militares ou económicas, e especialmente, o que tocava à jurisdição financeira do império¹⁵⁵⁵.

Importa ter em conta que o Conselho Ultramarino aproveitou a carta da Junta da Fazenda Real de Pernambuco para reforçar a sua argumentação em assuntos que cabiam na jurisdição do Erário Régio e solicitou formalmente ao príncipe D. João uma maior intervenção em competências de foro económico que não lhe pertenciam mais. Ora, a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar e o Erário Régio retiraram ao Conselho muitas das suas atribuições e, no final do século XVIII, confirma-se o lugar secundário que o Conselho passou a ocupar nas discussões sobre o governo do império.

É relevante verificar que esta consulta sobre a carta da Junta da Fazenda Real de Pernambuco obteve uma decisão favorável do regente. O príncipe D. João concordou com o parecer do Conselho Ultramarino e mandou que se elaborasse um alvará para que todas as Juntas das Fazendas das conquistas ficassem cientes das novas determinações: as informações que eram dadas ao Erário Régio sobre o estado da economia, dos contratos e das rendas reais teriam de ser repassadas também ao Conselho Ultramarino¹⁵⁵⁶. De uma

¹⁵⁵³ Pedro Cardim já discutiu o conflito sobre a competência do Conselho Ultramarino em matérias de justiça. A querela entre o tribunal ultramarino e o Desembargo do Paço só foi resolvida após a intervenção de D. João IV. Pedro CARDIM, «"Administração" e "governo": uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime», em *Modos de governar...*, pp. 45-68.

¹⁵⁵⁴ Como analisado no capítulo 2, o governo pombalino procurou acentuar a redução da administração sinodal, desprestigiando de forma lenta as funções políticas dos tribunais e conselhos, mudando-as para outros órgãos que foram criados e que dependiam dos secretários de Estado. O Erário Régio foi um destes órgãos. José Manuel SUBTIL, *O terramoto político...*, p. 94

¹⁵⁵⁵ Algo que desde 1761 pertencia exclusivamente ao Erário e após 1788 à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Miguel Dantas da CRUZ, «Estado e centralização na monarquia portuguesa...», p. 10.

¹⁵⁵⁶ AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267, fl. 166v.

forma generalizada, este destaque do Conselho Ultramarino durante a regência de D. João pode ser sintetizado na seguinte afirmação de Mendo de Castro Henriques: «com a regência, D. João inaugura a conduta de dividir os ministros para lhe manter o respetivo poder subjugado e o seu próprio exaltado»¹⁵⁵⁷.

A regência foi, sem dúvida, um período de fragilidade da monarquia. Contudo, se levarmos em conta que o regente foi um governante que operou entre duas vagas políticas - a do Antigo Regime e a do liberalismo -, torna-se possível creditar suas decisões - que confirmavam os pareceres do Conselho Ultramarino -, não apenas como um instrumento para exaltar sua própria figura, mas como uma ferramenta para reverter uma situação de instabilidade. Bem como, para ter mais uma base de apoio político na Corte, para além dos secretários de Estado, que eram contestados pela primeira nobreza¹⁵⁵⁸. Assim, reforçar o papel político do Conselho dava uma maior sustentabilidade às decisões do regente.

Evidentemente que esta alteração trouxe consequências e reações aquando da publicação do alvará. O alvará sobre as Juntas das Fazendas do Ultramar foi redigido pelo Conselho Ultramarino em 1804, mas foi enviado para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar dar sua opinião. Ao ser revisto pelo oficial maior da Secretaria, João Filipe da Fonseca, a mando do secretário, o visconde de Anadia, na apreciação que faz ao documento resume a situação do tribunal:

Este alvará parece ter principalmente por fim o aumento da jurisdição do Conselho Ultramarino, atribuindo-lhe sobre as juntas da Fazenda uma jurisdição que até agora não tinha.

¹⁵⁵⁷ Mendo Castro HENRIQUES, «D. João VI...» *Portugal, Brasil...*, pp. 146. O historiador declara que personagens atípicos, como o príncipe regente, são sempre incompreendidos e acusados de ambiguidades por seus adversários. Jorge Pedreira e Dorez Costa, por sua vez, declaram que a incapacidade do regente em tomar decisões, apontada como traço do seu carácter, se reflectia nas desavenças entre os integrantes do governo. Jorge PEDREIRA e Dorez COSTA, *D. João VI...*, p. 75.

¹⁵⁵⁸ Independentemente da personalidade de D. João, indecisa ou ambígua, todo o contexto do final do século XVIII era por si só uma situação deveras conflituosa. J. Pedreira e Dorez Costa declaram que ao assumir, oficiosamente, a regência, D. João o fez impelido pela situação da doença da sua mãe e devido ao pedido e ao apoio dos secretários de Estado, que eram os mesmos que compunham o Conselho de Estado. Algo que desagradou a primeira nobreza da Corte, como atesta a carta do conde de São Lourenço. Na carta, o conde declarava que a primeira nobreza era o único grupo capaz de defender e manter a ordem social e a monarquia. Foi nesta conjuntura que D. João assumiu a regência, sob protestos. Jorge PEDREIRA e Dorez COSTA, *D. João VI...*, pp. 50-59.

E é digno de se notar que segundo o que nele se dispõe vem o conselho a exercitar maior jurisdição que a secretaria de Estado do Ultramar...¹⁵⁵⁹

O parecer do oficial maior, confirmada pelo secretário de Estado em seu despacho, declarava que a perda de jurisdição das Secretarias (da Fazenda e do Ultramar) não poderia acontecer. O Conselho recebeu o alvará com as emendas feitas pela Secretaria para então poder ser publicado, demonstrando que, se queria voltar a ter primazia na deliberação das matérias vindas das conquistas, tal não ocorreria sem resistência das Secretarias de Estado. Apesar da resolução do regente concedendo novamente relevância ao Conselho esta durou pouco. Cerca de três anos depois da publicação do alvará a Corte partiu para o Brasil e o Conselho Ultramarino foi desactivado.

Mas ressalta-se que, entre a publicação do alvará em 1804 e a partida da Corte para o Brasil no final de 1807, um aviso da Secretaria de Estado da Fazenda confirmou o cumprimento do alvará. O tribunal recebeu relatórios das Juntas da Fazenda de capitanias brasileiras. Luís de Vasconcelos e Sousa, em 1804, remeteu para o presidente do Conselho Ultramarino, uma série de cartas das Juntas, balanços financeiros e relatórios sobre arrematações de contratos a fim de serem vistos pelo tribunal. Prerrogativa há muito perdida, desde 1761 com a criação do Erário Régio, e consolidada com a criação da nova Secretaria de Estado. Desde o pombalismo que tal função não cabia mais na competência do tribunal¹⁵⁶⁰.

12.3 A comunicação política entre a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar e o governo de Pernambuco

Para compreendermos a administração da capitania no período posterior ao afastamento do último governador enviado pelo centro, procurámos perceber a comunicação política entre os poderes centrais e entidades políticas em Pernambuco¹⁵⁶¹. Dessa forma, foi possível conhecer as preocupações da Junta com o governo da capitania, e aquilo que em Lisboa era matéria relevante para ter continuidade em Pernambuco.

¹⁵⁵⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Ultramar. [Escrito contendo parecer de João Filipe da Fonseca ao visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo]. AHU_ACL_CU_035, Cx. 14, D. 1155.

¹⁵⁶⁰ Aviso do secretário de Estado da Fazenda cumprindo o alvará régio de junho de 1804. AHU, Conselho Ultramarino, Cod. 183, fl. 87v.

¹⁵⁶¹ Para tal recorremos ao livro de ofícios, avisos e mandados da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, nº 585, ao livro de consultas do Conselho Ultramarino código 267 e à correspondência dos governadores interinos com estes dois órgãos.

Para Pernambuco, durante este período de administração político governativa das Juntas, e diferentemente do que ocorreu com D. Tomás José de Mello, não encontramos instruções específicas da Secretaria de Estado para os governadores interinos. Poucas foram as ordens emanadas da Secretaria de Estado sobre gestão e política para a Junta Governativa. Contudo, notamos que havia uma preocupação com o fomento das actividades agrícolas, com o corso e com o comércio colonial. A maior parte dos avisos da Secretaria versava sobre a preparação dos navios de comércio, os requerimentos dos vassallos e a expansão da agricultura de exportação e de géneros essenciais, assunto recorrente nos escritos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Por sua vez, a correspondência efectiva dos governadores interinos com a Secretaria de Estado incidia sobre o abastecimento de géneros de primeira necessidade (farinha e carne), o corso praticado por navios franceses, a saída dos navios para Lisboa e Porto, o estado da economia e a resolução de micro conflitos, temáticas que desenvolveremos a seguir.

Sobre a falta de géneros de primeira necessidade, é possível afirmar que o ano de 1799, o primeiro da administração da Junta Governativa, foi de crise alimentar. A expansão da produção algodoeira, as campanhas de recrutamento e os insignificantes níveis da produção de alimentos fizeram com que o século XIX começasse tal como havia terminado o XVIII: os géneros de primeira necessidade tinham preços elevados que ocasionavam a escassez de alimentos na capitania¹⁵⁶². Novas secas, novas guerras e novos picos nos volumes de exportação do algodão e do açúcar provocaram epidemias de fome e conflitos urbanos. Os preços que o algodão alcançava no mercado internacional, devido à conjuntura favorável ao algodão americano, eram atrativos para que grandes e pequenos senhores e lavradores ocupassem a totalidade das suas terras com algodão e não géneros de primeira necessidade.

Em junho do mesmo ano, o Bispo Azeredo Coutinho comunicava ao secretário de Estado que a farinha era género escasso na capitania e que os produtores de açúcar e de algodão, por «desmazelo e ambição», deixavam de plantar a mandioca e preferiam comprá-la a pequenos lavradores. Por sua vez, estes, comprometendo-se com os

¹⁵⁶² Ver *actos do governo interino de Pernambuco (1799-1801)*. Anais da BNRJ, vol. 71 (8, 2, 5). Fls. 1 - 49v.

primeiros, acabavam por não ter farinha suficiente para vender nos mercados públicos¹⁵⁶³. Evaldo Cabral de Mello declara que neste começo de século XIX, pequenos agricultores animados com o alto valor que a arroba do algodão alcançava no comércio colonial, abandonaram as roças de gêneros de primeira necessidade a fim de se dedicarem a produção de algodão, destinado sobretudo a Grã-Bretanha e a França¹⁵⁶⁴.

A falta de alimentos em Pernambuco durante o ano de 1799 só foi atenuada com a chega de farinha de mandioca oriunda de outras capitanias. Esta importação de farinha fez baixar o preço do alimento. Em novembro desse ano, o alqueire de farinha era vendido por 1.760 réis, muito diferente dos 5 mil réis pagos nos três anos anteriores. Em 1800 a situação melhorou ao ponto da Junta Governativa acreditar que poderia enviar farinha para o Reino, como havia solicitado o intendente da Polícia, Pina Manique, para suprir o abastecimento de gêneros a Lisboa¹⁵⁶⁵. Contudo, a situação rapidamente se transformaria.

Torna-se relevante referir que este período (1799-1800) foi de grande insegurança para a monarquia portuguesa, porque a diplomacia não conseguia manter Portugal fora dos conflitos europeus. Um apoio militar e financeiro da Grã-Bretanha era improvável, a aliança franco-espanhola era uma realidade na qual a Espanha surgia como uma potência subjugada. Para além das necessidades habituais com a sua população, o governo central precisava planejar o armazenamento de provimentos para suas tropas. Organizar o exército para a defesa do Reino era cada vez mais necessário porque a diplomacia não estava a ter o êxito esperado¹⁵⁶⁶.

Em 1800, o fim da trégua entre a França e a Grã-Bretanha - e consequentemente entre os seus respetivos aliados ibéricos -, para além das implicações políticas e de defesa, trouxe novamente à tona o clima de instabilidade e de carência de gêneros. De uma forma tal que D. Rodrigo de S. Coutinho, mesmo sabendo da situação da capitania de Pernambuco, no que se relacionava à falta de farinha, determinava o envio de alimentos para Lisboa.

Em novembro desse ano, o secretário de Estado avisava a Junta Governativa que, da mesma forma que os governos do Maranhão e do Pará haviam cumprido as ordens

¹⁵⁶³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do Bispo ao secretário]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14144.

¹⁵⁶⁴ Evaldo Cabral de MELLO, *A ferida de Narciso...*, p. 71.

¹⁵⁶⁵ Guillermo PALACIOS, *Campesinato e escravidão...*, pp. 280-281.

¹⁵⁶⁶ PEDREIRA e Dores COSTA, *D. João VI...*, pp. 59-60.

régias e enviado embarcações para Lisboa com farinha de mandioca, era inevitável que de Pernambuco também se remetesse este género com toda a brevidade. Segundo o secretário, era necessário promover cada vez mais a cultura da mandioca para benefício dos habitantes da capitania e dos povos do Reino. O aviso de Sousa Coutinho era bastante claro sobre o que esperava do governo de Pernambuco: [o envio de] «farinha para os portos do Reino a maior exportação [possível], não só em navios mercantes e da praça, também charruas, correios marítimos e mais embarcações de guerra» [...] ¹⁵⁶⁷.

A conjuntura intermitente de seca, que sucedeu ao longo da década de 90 de Setecentos, e início do novo século, foi um factor que contribuiu para a insuficiência de alimentos básicos na capitania. Como foi comunicado pelos governadores interinos, preocupante era o facto das elites produtoras priorizarem o plantio de géneros de exportação em detrimento de géneros de primeira necessidade.

Em dezembro de 1800, para agravar a situação, a Junta interina informava D. Rodrigo de Sousa Coutinho da impossibilidade de remeter farinha de mandioca a Lisboa, visto que males como as «bexigas» e o «escorbuto» grassavam na capitania, de tal forma que os indivíduos que, por terra, traziam farinha das capitanias vizinhas para vender na praça do Recife, se recusavam a fazer a travessia pelos caminhos do sertão, temendo o contágio. A Junta informava que, apesar do seu esforço obrigando à quarentena dos escravos africanos chegados no porto do Recife e das obrigatórias visitas da saúde, doenças como o «mal de Luanda» alastravam entre a população de Pernambuco, de forma epidémica, e contribuíam para a escassez de alimentos ¹⁵⁶⁸.

Esta situação continuou durante o início do século XIX. Assim, em dezembro de 1801, mais uma vez, os governadores interinos acharam pertinente informar ao novo secretário de Estado, o visconde de Anadia, as providências que tomaram para aliviar a falta de carne e farinha. Entre as medidas adoptadas estava o pedido para que a Secretaria de Estado confirmasse um edital da Junta que obrigava aos senhores de engenho e aos lavradores a plantarem farinha, milho, feijão e outros géneros alimentares nas suas terras,

¹⁵⁶⁷ AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 585, fl. 191.

¹⁵⁶⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Junta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 1800, dezembro, 17, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 222, D. 15004.

com o objectivo de sustentarem as suas famílias e os seus escravos, sob pena de pagarem pesadas multas¹⁵⁶⁹.

O ano de 1801 não foi um ano com falta de chuvas, mas sim de enchentes e estas devastaram as plantações de mandioca¹⁵⁷⁰. As providências que a Junta tomou para evitar que houvesse uma deficiência no abastecimento dos principais alimentos pareciam não ter resultado. No ano seguinte a situação tornou-se a agravar e os governadores interinos comunicavam ao visconde de Anadia a falta de feijão, farinha, milho e arroz, bem como a necessidade de, mais uma vez, importarem tais géneros de outras capitanias¹⁵⁷¹. Assim, no final de 1802, a Junta informava a Secretaria de Estado que fora necessário importar da capitania do Rio Grande do Sul 140.000 arrobas de carne «e outros muitos víveres das capitanias meridionais deste Estado do Brasil» por conta da situação vivida na capitania de Pernambuco¹⁵⁷².

Verificamos que esta foi uma situação que se perpetuou até o fim do governo das Juntas, e por ser recorrente, era matéria frequente na pauta de assuntos tratados com a Secretaria de Estado. Em 1803, na sequência duma carta da Câmara do Recife, o secretário de Estado ordenou ao Conselho Ultramarino que avaliasse a questão da falta de alimentos em Pernambuco, o que demonstrava que o problema era relevante e discutido nos dois órgãos da administração central¹⁵⁷³.

¹⁵⁶⁹ Uma das providências propostas relacionava-se com os gados que desciam dos sertões para serem vendidos nas feiras, principalmente na feira de Goiana. A Junta queria obrigar as câmaras que, por sua vez, impelisses os contratadores do subsídio da carne se comprometerem a pôr carne fresca nos açougues públicos das vilas menos populosas e não apenas das vilas principais. Para tal, o edital da Junta determinava que os contratadores teriam precedência no corte das carnes frescas nos talhos públicos. Isto é, quem quisesse usar os açougues de Olinda, Recife, Igarapé e Goiana precisava de ter licença do contratador. Outros privilégios também estavam previstos no edital, tais como, os contratadores terem preferência na compra de gado nas feiras, e de arrematarem os contratos trienalmente e não anualmente como vinha ocorrendo. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Junta ao visconde de Anadia, 1801, dezembro]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 230, D. 15543.

¹⁵⁷⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Junta ao visconde de Anadia, 1801, dezembro]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 230, D. 15543.

¹⁵⁷¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Junta ao visconde de Anadia, 1802, março]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 233, D. 15718. Um ano depois era a vez da Câmara do Recife repetir o mesmo pedido e informar a falta de farinha para os moradores e para pagamento da tropa. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 242, D. 16206.

¹⁵⁷² ANRJ, Série Vice-reinado, caixa 748, pacote 2A.

¹⁵⁷³ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Carta da Câmara do Recife. 1803, abril, 18, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 242, D. 16206. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1803, junho, 14, Lisboa. Aviso do secretário de Estado ao presidente do Conselho Ultramarino]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 243, D. 16278.

Para além desta temática - a da escassez de géneros alimentícios -, importa ter em conta uma outra matéria, também ela recorrente na comunicação política entre a capitania de Pernambuco e a Secretaria de Estado. Estamos nos referindo ao problema do corso, que nesta conjuntura de guerra, tomou grandes proporções. Por ser um período de indefinição nas relações diplomáticas entre Portugal e França, desde 1796 que o governo da capitania informava à Coroa que navios franceses de corso rondavam aquela costa, com prejuízo para o comércio da capitania¹⁵⁷⁴. Em 1797, com as negociações para a assinatura do tratado de paz luso-francês, a correspondência trocada com Sousa Coutinho demonstrava que o número de embarcações francesas próximo da costa de Pernambuco havia diminuído, mas que ainda existiam navios de corso no Atlântico sul¹⁵⁷⁵.

Em 1798, o governo de Pernambuco informou a D. Rodrigo de Sousa Coutinho que as embarcações de comércio saídas do porto do Recife¹⁵⁷⁶ foram tomadas por corsários franceses e que era necessário e urgente que Lisboa tomasse medidas defensivas¹⁵⁷⁷.

Entre 1799 e 1800 o fracasso do acordo de paz de 1797-1798 já era uma certeza, e perante a iminência de uma Guerra peninsular¹⁵⁷⁸, a Junta governativa de Pernambuco informava reiteradamente D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre as investidas dos corsários franceses às naus de comércio. Foram doze os ofícios remetidos pelos governadores interinos à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, comunicando as incursões que as embarcações francesas e espanholas faziam na costa da capitania e as providências que

¹⁵⁷⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao secretário de Estado. 1796, setembro, 7, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 194, D. 13377.

¹⁵⁷⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao secretário de Estado. 1797, julho 12, Recife]. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao secretário de Estado. 1797, setembro, 28, Recife.] AHU_ACL_CU_015, Cx. 197, D. 13576. O capitão da galera Caridade informa que na sua viagem para Pernambuco encontrou uma embarcação francesa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 198, D. 13615.

¹⁵⁷⁶ Pelo menos em cinco ocasiões diferentes a Junta enviou missivas à secretaria. Em 1798 a conjuntura se complexificou de tal maneira que da capitania de Pernambuco eram remetidas informações ao secretário de Estado a comunicar novo envio de ofícios para a Secretaria de Estado, tendo em vista que correios marítimos haviam sido tomados por piratas franceses na costa próxima a capitania. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao secretário de Estado. 1798, fevereiro 14, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 200, D. 13706.

¹⁵⁷⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício do governador ao secretário de Estado. 1798, dezembro, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 205, D. 13998.

¹⁵⁷⁸ J. Pedreira e Dores Costa declaram que a ameaça que começara em 1796 tomava a forma de um perigo militar real sobre Portugal em meados de 1800. E em 1801 D. João viveria, de facto, um primeiro teste de resistência da monarquia portuguesa. Jorge PEDREIRA e F. Dores COSTA, *D. João VI...*, p. 75.

tomaram - armando embarcações, comprado uma fragata para guardar a costa -, para que a travessia atlântica ficasse mais segura¹⁵⁷⁹.

Em 1800 aportaram no porto do Recife as naus «Rainha de Portugal» e «Maria I» e a fragata «São João Príncipe», a fim de receberem informações detalhadas da Junta Governativa sobre o curso na região, porque uma esquadra francesa ameaçava o litoral¹⁵⁸⁰. Ao menor sinal de embarcações estrangeiras nas redondezas, atrasava-se a saída das naus de comércio, prejudicando os negócios entre Pernambuco, Lisboa e Porto¹⁵⁸¹.

Entre 1801 e 1807, a monarquia portuguesa passaria a estar sob constante pressão da França. A Junta governativa informava o visconde de Anadia do cumprimento das ordens régias, dadas por aviso de 25 de maio de 1803, em relação às medidas defensivas que protegessem a capitania de investidas francesas e às cautelas e segurança que se deviam observar quando se expediam os navios de particulares, pois era preciso respeitar «o sistema de neutralidade e conservar a tranquilidade dos domínios portugueses»¹⁵⁸².

O último ofício da Junta governativa à Secretaria de Estado sobre o curso francês na costa de Pernambuco, com data de 1803, não esclarecia as medidas defensivas tomadas pelos governadores interinos, mas confirmava a tentativa da Coroa portuguesa de manter, enquanto fosse possível, a política de neutralidade. A diplomacia orientou-se sempre no sentido de conseguir um acordo de reconhecimento da imparcialidade lusitana, algo que proporcionaria uma conjuntura de paz com a França, sem implicar um rompimento com a Grã-Bretanha.

O decorrer dos acontecimentos - que não faz parte dos objectivos deste estudo -, comprovariam que a França não estava interessada em acordos e que a monarquia portuguesa, para sobreviver, teria de pôr em prática uma ideia antiga que sempre que a

¹⁵⁷⁹ A compra da fragata não foi efetuada apenas com o capital da Fazenda Real, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o coronel Suassuna também contribuiu monetariamente para a compra da fragata. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Junta Governativa ao secretário de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. 1800, janeiro, 18, Recife. AHU_ACL_CU_015, Cx. 214, D. 14495.

¹⁵⁸⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Junta Governativa ao secretário de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. 1800, novembro, 5, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D. 14947.

¹⁵⁸¹ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício da Junta Governativa ao secretário de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. 1800, novembro, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D. 14951.

¹⁵⁸² AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [OFÍCIO da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior. 1803, agosto, 4, Recife]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 244, D. 16336.

Casa de Bragança corria perigo era lembrada: a transferência da Corte ou de membros da família real para o Brasil¹⁵⁸³.

No que se relaciona à comunicação política entre governadores interinos e Secretaria de Estado destacamos que, dentre os problemas que subiram até o órgão da administração central para serem analisados e/ou resolvidos, também constavam os micro conflitos. Uma destas alterações ocorreu na capitania de Pernambuco durante a governação da Junta interina, e influiu na dinâmica política e governativa da capitania no início do século.

Destacamos que o movimento de 1801 - a chamada «conspiração dos Suassunas» - a nosso ver não teve um carácter anticolonial, visando a queda da monarquia portuguesa, como declararam alguns historiadores do século passado¹⁵⁸⁴. Concordamos que, por ser um período de conflitos variados na Europa e América e de disseminação de ideias relacionadas à Revolução Francesa - facilmente espalhadas pelo aumento da alfabetização e pela impressão de livros e panfletos -, havia um temor exacerbado das autoridades coloniais em relação à propagação de motins¹⁵⁸⁵.

Valentim Alexandre nota que no final do século XVIII existia no território da colónia brasileira uma corrente influenciada pelo exemplo da Revolução norte-americana e que esta corrente encontra expressão nas conspirações frustradas que ocorreram na década de 1790 até 1807. Porém, não é menos verdade que essas «inconfidências» e «conspirações» nunca puseram em causa a coesão do império¹⁵⁸⁶.

Havia consciência de um perigo real de invasão do Reino e das suas colónias devido à aliança franco espanhola que, em 1801, continuava firmemente estabelecida. Cabral de

¹⁵⁸³ Jorge PEDREIRA e Fernando Dores COSTA, *D. João VI...*, p. 24.

¹⁵⁸⁴ Guilherme Pereira das NEVES, «A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais...», pp. 467-481. O historiador neste artigo aponta os estudos dos séculos anteriores que conferiram à «intriga» um carácter libertário.

¹⁵⁸⁵ Estamos a nos referir à inconfidência mineira (1789), à revolta de escravos de Santo Domingo (1791-1804), à conjuração do Rio de Janeiro (1794), à inconfidência baiana (1798), e à conspiração dos Suassunas já no início do século XIX (1801). Motins que foram associados quase sempre à revolução francesa e, por conseguinte, anticoloniais, precursores da independência, e por isso duramente reprimidos pelas autoridades coloniais. Em Pernambuco a Junta governativa pediu a D. Rodrigo de Sousa Coutinho que enviasse o manual sobre «os horrendos e odiosos crimes praticados pela Revolução Francesa» para prevenir problemas semelhantes. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [Ofício de 1779, março, 23]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 206, D. 14085.

¹⁵⁸⁶ Valentim ALEXANDRE, «As ligações perigosas: o império luso-brasileiro...», p. 965.

Mello declara que, entre 1796 e 1800, foram apresentados ao governo francês sete projectos para atacar o Brasil com o propósito de arruinar o comércio inglês. Um dos planos, o de Willaumez (1799), tinha como objectivo invadir a capitania de Pernambuco¹⁵⁸⁷. Pelas razões apresentadas, é possível compreender como a instabilidade política na Europa se repercutia na América portuguesa e fazia com que motins e intrigas - como o micro conflito do Recife em 1801- assumissem contornos de revoltas contra a ordem estabelecida. A «conspiração de 1801» insere-se, portanto, neste contexto característico.

O movimento teve início em casa dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque, em março de 1801, e foi denunciado pelo comerciante e capitão do regimento de Milícias dos Nobres, José da Fonseca Silva e Sampaio, amigo dos acusados¹⁵⁸⁸. O comerciante delatou os irmãos Cavalcanti por «murmurarem» contra a Coroa portuguesa, em prol do estabelecimento de um «regime republicano» na capitania¹⁵⁸⁹. A denúncia do conluio foi feita em maio e em setembro a Junta comunicou ao secretário de Estado da Marinha e do Ultramar. O processo culminou com a prisão do coronel Suassuna, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, e a do seu irmão, Luís Francisco de Paula.

A Junta governativa informou à Coroa após documentar o processo, por meio de inquirições. A Junta remeteu à Secretaria de Estado o auto da devassa que mandou tirar das «ideias facciosas e revolucionárias para liberdade e mudança do governo»¹⁵⁹⁰, difundidas pelos irmãos Cavalcanti, segundo o auto. A conspiração fora denunciada a um ministro da justiça e, por isso, foi alvo de uma devassa, tirada pelo juiz de fora de Olinda,

¹⁵⁸⁷ Evaldo C. de MELLO, *A outra independência...*, p. 26.

¹⁵⁸⁸ Os irmãos faziam parte das elites produtoras de açúcar. Eram filhos de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, já citado neste estudo, por ter incitado o motim contra a Companhia pombalina na década de 1770 e pelas irregularidades que cometeu no contrato da carne na época de D. Tomás José de Mello. Este Francisco Xavier também fazia parte da Mesa da Inspeção, na mesma década de 1770, quando esta se opôs claramente à Direcção da Companhia no que dizia respeito ao aumento da arroba do açúcar.

¹⁵⁸⁹ Paulo Henrique Fontes CADENA, «Ou há-de ser Cavalcanti ou há-de ser cavalgado: trajetória política dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)», (Dissertação de Mestrado, Recife, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2011), p. 40.

¹⁵⁹⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [OFÍCIO da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao secretário de estado da Marinha e Ultramar. 1801, setembro]. AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 228, D. 15440. Auto de devassa, fl. 1.

António Manuel Galvão. O carácter oficial de «motim» foi dado pela relevância social dos envolvidos e pela importância que a Junta deu ao caso¹⁵⁹¹.

Os irmãos teriam recebido duas cartas de Lisboa, pelo correio marítimo «Santo António Olinda». As cartas foram enviadas por um outro irmão, José Francisco de Paula Cavalcanti. Nestas cartas dava a conhecer a situação que grassava na Europa, a iminência de uma invasão espanhola em Portugal e aconselhava os seus irmãos no Recife a não contribuírem para um empréstimo que a Fazenda Real havia pedido aos mais «distintos vassallos» por conta da situação de guerra na Europa¹⁵⁹². Conforme o denunciante, o coronel Suassuna teria declarado que, vindo a guerra, cessaria o governo da dinastia brigantina em Portugal, por isso, «era preciso procurar a liberdade», liberdade que poderia ter um possível apoio da França¹⁵⁹³.

As missivas trocadas entre os irmãos, anexas ao auto de devassa, foram analisadas por Pereira das Neves e, segundo o historiador, não tinham intenções sediciosas. José Francisco de Paula estava na Corte para tratar de pretensões diversas - pedido de hábitos, de foro, promoções militares -, e para isso já tinha sido recebido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e pelo ex-governador de Pernambuco, D. Tomás José de Mello. De uma forma geral, José Francisco informava a situação que se vivia em Lisboa em 1801: a falta de pão,

¹⁵⁹¹ Os irmãos Cavalcanti de Albuquerque faziam parte da loja maçónica Areópago, fundada em 1796 em Pernambuco. Usualmente os estudos do século XIX e início do XX - consideram a «conspiração» de 1801 como um movimento a favor da independência -, relacionando o facto de os irmãos pertencerem a uma loja maçónica, onde se discutiam ideias políticas, com a intriga de 1801. Também associam o irmão que estava em Lisboa, José Francisco, como agente do «movimento» na Europa, e que seria através dele que os conspiradores pediriam o apoio de Bonaparte. Pereira das Neves porém, citando José Gonsalves de Mello, desconstrói toda esta associação de factos com o incidente. Guilherme Pereira das NEVES, «A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco...», pp. 467-471.

¹⁵⁹² Mas a devassa comprovaria que o coronel Suassuna foi dos primeiros vassallos a fazer o empréstimo à Fazenda Real. Paulo Henrique Fontes CADENA, «Ou há-de ser Cavalcanti ou há-de ser cavalgado...», p. 35.

¹⁵⁹³ Curiosamente, dois meses antes da «conspiração» o coronel solicitava a Coroa o foro de fidalgo por ter-se predisposto a defender a capitania, em 1796, contra um iminente ataque francês. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [1801, janeiro. Requerimento do coronel de Milícias de Olinda, Francisco Xavier C. de Albuquerque, solicitando o foro de fidalgo]. AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 224, D. 15122. No requerimento o coronel referia que quando os franceses se aproximaram perigosamente da costa de Pernambuco, marchou com o seu regimento à espera do combate: e «teria sustentado às suas custas, o regimento, por muitos dias, sendo portanto louvado não só da parte do governador, mas também este o fez em nome de Sua Majestade».

a ida do cavaleiro Araújo - António Araújo de Azevedo - para Paris, para procurar um novo acordo diplomático, e a organização das tropas¹⁵⁹⁴.

O motivo da denúncia fora, então, pessoal, fruto do «embaralhamento de ideias» do denunciante, e não devido às relações dos irmãos com agentes franceses que pudessem vir a apoiar uma possível independência política na capitania. As cartas sugeriam uma relação política da família Albuquerque com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, com quem o irmão que estava na Corte já se encontrara, formal e particularmente, diversas vezes¹⁵⁹⁵.

Contudo, a Junta, ao ordenar a devassa, enquadrava-a num quadro político mais amplo - o que relacionava Portugal e suas colónias com o conflito anglo-francês e as ligações dos irmãos Cavalcanti à loja maçónica, acreditando que as discussões filosóficas haviam evoluído num «projecto de revolta».

O objectivo da Junta, em primeiro lugar, foi manter os órgãos da administração central informados, evitando, assim, cometer os mesmos erros do ex-governador D. Tomas José de Mello. A Junta procurava a aprovação da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar em relação a assuntos que diziam respeito à defesa e às finanças, tais como, a cobrança de multas, o confisco de bens de particulares e o armamento de navios de comércio por conta do curso na travessia atlântica. A nosso ver, o excesso de zelo da Junta acabou por dar amplitude à intriga dos Suassunas¹⁵⁹⁶.

Em segundo lugar, a Junta mandou prender os irmãos e outros familiares e confiscou os seus bens, durante a averiguação da «conspiração» e, por isso, necessitava de um pronunciamento da Coroa sobre o destino a dar aos presos. A missiva da Junta informava D. Rodrigo de Sousa Coutinho que os bens dos réus haviam sido apreendidos para serem postos em leilão, mas precisavam de uma decisão régia sobre a arrematação

¹⁵⁹⁴ Pereira das Neves declara que os Cavalcanti de Albuquerque faziam parte das redes políticas de Sousa Coutinho. Como as cartas são na primavera de 1801 tem a ver possivelmente com a «Guerra das Laranjas» que culminou com o tratado de Badajoz de junho de 1801. Tratado no qual o governo português cedia Olivença, uma parte do território amazónico à França, pagava uma indenização de guerra e se comprometia a fechar os portos aos navios britânicos. Valentim ALEXANDRE, «As ligações perigosas...» *Análise Social...*, p. 978.

¹⁵⁹⁵ Guilherme Pereira das NEVES, «A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco...» pp. 480-481.

¹⁵⁹⁶ A conspiração estava inserida no ambiente carregado de antagonismo que grassava em Pernambuco no início do século XIX. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. [OFÍCIO da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao secretário de estado da Marinha e Ultramar. 1801, setembro]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 228, D. 15440.

pública e a sentença a ser dada aos arrolados na devassa¹⁵⁹⁷. Em poucos meses as respostas às dúvidas da Junta seriam dadas por uma entidade do poder central que não a Secretaria do Ultramar.

A liberdade dos irmãos foi ordenada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que determinava que estes respondessem às acusações fora da cadeia. A ordem é de dezembro de 1801, período no qual o ministro não estava mais à frente da Secretaria de Estado do Ultramar e sim do Erário Régio¹⁵⁹⁸. O final do processo é conhecido: por falta de provas, os bens foram restituídos e os Cavalcanti de Albuquerque foram considerados inocentes do acto de conspirar contra a Coroa. Também é de realçar que após o incidente, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque foi nomeado capitão-mor de Olinda e José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque foi indicado e empossado como governador do Rio Grande do Norte (em 1806) e de Moçambique (em 1817)¹⁵⁹⁹.

12.4 O desenvolvimento económico da capitania de Pernambuco na viragem do século

Para concluir o capítulo, queremos pôr em evidência o crescimento económico da capitania de Pernambuco no final do século XVIII, crescimento que foi fruto das reformas setecentistas e ocorreu de forma generalizada dentro do império português. Após o declínio da produção aurífera, a forma tradicional da riqueza colonial consolidou-se.

De forma resumida, podemos assinalar que, do final do século XVIII até a partida da Corte para o Rio de Janeiro, continuou-se a incentivar, no Brasil, o desenvolvimento e a produção de géneros tradicionais direccionados para a exportação (açúcar e tabaco). Além da expansão destas lavouras houve um crescimento de novas culturas de exportação, caso

¹⁵⁹⁷ O produto dos bens seria para a Fazenda Real, visto serem considerados traidores, sendo que, primeiramente os credores dos sentenciados seriam pagos, o restante pertenceria a Coroa. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 228, D. 15440.

¹⁵⁹⁸ Não é portanto de admirar que mesmo não sendo mais o secretário de Estado relacionado com as conquistas ultramarinas, o ministro tenha interferido e mandado soltar os irmãos, afinal existia uma relação política entre o ministro e a família.

¹⁵⁹⁹ E. Cabral de Mello, *A outra independência...* p. 25. E, conforme A. Teodoro de Matos, José Francisco de Paula também foi governador militar da Ilha de São Miguel no período de 1811 a 1815. A. Teodoro de MATOS, «Achegas para a história económica e social da Ilha de São Miguel no ano de 1813» Arquipélago. Série Ciências Humanas". Nº. 1, Jan. 1979, p. 164. [Consultado em março de 2013]. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/554/1/ArturTeodoroMatos_p163-180.pdf

do anil, do arroz e do algodão. Houve uma consolidação das reformas anteriormente implementadas no império e uma expansão do mercado interno brasileiro¹⁶⁰⁰.

A produção colonial acabou por beneficiar também das mudanças geopolíticas: a guerra de independência das colónias norte-americanas - que obrigou a Grã-Bretanha após 1777 a buscar novas fontes de matéria-prima para sua indústria, especificamente algodão e corantes -; e revolução dos escravos em Santo Domingo, destruindo a principal indústria açucareira do mundo, concorrente directa do açúcar brasileiro¹⁶⁰¹. S. Schwartz chega a afirmar que o período de 1780 até 1830 é o de 'ressurgimento' da agricultura baiana¹⁶⁰². Os estudos de João Fragoso, Manolo Florentino e D. Alden, demonstraram que as capitanias do Rio de Janeiro e Pernambuco também foram beneficiadas por esta conjuntura internacional¹⁶⁰³.

No que respeita ao açúcar, as lutas no mar do Caribe, a partir de 1791, interromperam as exportações que a colónia francesa de São Domingos fazia para a Europa¹⁶⁰⁴. No que concerne ao algodão foi só a partir de 1788 que a capitania de Pernambuco se tornou numa grande produtora de algodão. Naquele ano remeteu para Portugal 37 mil arrobas da matéria-prima. No âmbito das exportações brasileiras, Pernambuco, ficou em posição subordinada apenas em relação à capitania do Maranhão que, por sua vez, enviou 63 510 arrobas. Pará e Paraíba surgem como terceira e quarta região de plantação da matéria-prima, com exportações acima das 5 mil arrobas em 1788.

Pernambuco só vai tomar o lugar do Maranhão como primeira região exportadora de algodão no período compreendido entre 1805 a 1807. Pouco antes da partida da Corte para o Brasil, mais de 55% do algodão brasileiro chegado a Lisboa tinha como destino final a Grã-Bretanha, e pouco mais de 31% a França¹⁶⁰⁵.

¹⁶⁰⁰ Esta expansão consolidava a hegemonia de uma nova elite económica, a mercantil. No caso do Rio de Janeiro, que já era o principal porto do Atlântico sul esta hegemonia é ainda mais visível.

¹⁶⁰¹ Durante aproximadamente uma década (1791-1804) travou-se nesta ilha uma intensa guerra civil que findou na independência do Haiti em 1804, e a produção do açúcar foi praticamente aniquilada.

¹⁶⁰² Stuart SCHWARTZ, *Segredos internos...*, p. 342-351. Sobre a produção açucareira ver João FRAGOSO e Manolo FLORENTINO, *O arcaísmo como projecto...*, p. 89.

¹⁶⁰³ Também a Revolução Francesa auxiliou no abandono das colónias europeias no Caribe. Dauril ALDEN, «O período final do Brasil Colónia...» pp. 558-559.

¹⁶⁰⁴ A chamada revolução haitiana também conhecida por «Revolta de São Domingos» levou à eliminação da escravidão da colónia francesa mas desorganizou a produção e exportação de açúcar responsável por 40% do açúcar mundial.

¹⁶⁰⁵ Dauril ALDEN, «O período final do Brasil colónia, 1750-1808» em *História da América Latina...vol. II*, pp. 566-567.

Apesar de não especificar os géneros coloniais que dos portos da América deram entrada no Reino no final do século XVIII, o «quadro económico» de J. Vicente Serrão confirma a expansão da produção colonial, pois infere que, de 1780 a 1800 as exportações brasileiras passam de 10 milhões de cruzados para perto de 30 milhões de cruzados¹⁶⁰⁶.

As produções voltadas para o mercado externo continuavam a ter precedência na economia da América portuguesa, bem como o comércio de escravos. Para além das mudanças geopolíticas, em 1791, os navios que iam do Brasil «resgatar» escravos em África, sobretudo na Costa da Mina, deixaram de pagar os 10% de tributo cobrado pelos holandeses. Isto prende-se com a decadência da Companhia holandesa das Índias ocidentais e marca a retomada do «trato negreiro» com a região da Mina¹⁶⁰⁷.

Além do açúcar, Portugal encontrou no mercado internacional, compradores para outros produtos: o fumo, o anil, a cochonilha e o cacau. O arroz e o anil foram objectos de medidas proteccionistas por Melo e Castro, entre 1777 e 1783. O café também começava a ser cultivado em larga escala, concentrando-se a sua produção no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. No final do século XVIII, as exportações para o centro do império e para os mercados internacionais tornaram-se cada vez mais expressivas¹⁶⁰⁸.

Na primeira parte desta dissertação afirmámos que a América portuguesa, no século XVIII, representava a principal colónia de Portugal¹⁶⁰⁹ e passou a ocupar o lugar mais destacado na economia metropolitana. As balanças comerciais apontavam que apenas o Brasil exportava para Portugal mais de 80% dos seus principais produtos¹⁶¹⁰ e, conforme os autores da mais nova *História Económica de Portugal*, a colónia brasileira configurou-se no principal mercado ultramarino no século XVIII. Absorveu 80% a 90% do comércio português. Graças à expansão da colónia, o surto industrial português teve no

¹⁶⁰⁶ José Vicente SERRÃO, «O quadro económico» em *História de Portugal...*, p. 97.

¹⁶⁰⁷ Manolo FLORENTINO *et al*, «Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil...», p. 91. Os números do tráfico podem ser vistos em Philip D. CURTIN, *The Atlantic Slave Trade: A Census*, (Madison: Wisconsin University Press, 1969), p. 207. O estudo de Curtin demonstra que de 1791 a 1800 o volume do tráfico está em ascensão. De 1801 a 1810 estabiliza em 50 mil 'peças' anuais (em média) para o Brasil.

¹⁶⁰⁸ Andrée Mansuy-Diniz SILVA, «Portugal e o Brasil...», em *História da América...*, pp. 503-505.

¹⁶⁰⁹ Maria Odila da Silva Dias resume, de forma relevante, esse vínculo ao afirmar que, o século XVIII português - como já havia declarado Oliveira Lima em sua obra *Dom João VI no Brasil* -, fora metade de brasileiro. Maria Odila Leite da Silva DIAS, *A interiorização da metrópole...* p. 74.

¹⁶¹⁰ Érika Simone de Almeida Carlos DIAS, «O marquês de Pombal e as Companhias de Comércio: as singularidades do caso pernambucano», em *Separata da Revista Poligrafia*, n.º 11/12 do Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, Arouca: [2005], p. 262.

Brasil um dos seus melhores mercados. O Brasil era, ao mesmo tempo, o maior consumidor e o maior fornecedor de géneros para Portugal¹⁶¹¹.

A historiografia luso-brasileira, de uma forma geral, concorda que o final do século XVIII e o início do século XIX foi um período áureo para as exportações de produtos coloniais para Lisboa e reexportações destes para o resto da Europa¹⁶¹². Nesta linha, destacamos o valor que os principais contratos alcançaram, aumentando as receitas da Fazenda Real¹⁶¹³. A ampliação das receitas demonstra que durante o período da Junta Governativa (1799-1804) a economia de Pernambuco alcançou um desenvolvimento significativo.

Confirmámos esta assertiva por meio de fontes documentais pouco citadas nos estudos clássicos sobre economia colonial, evidenciando o papel da capitania de Pernambuco neste comércio. Analisámos os balanços de receita e despesa enviados pela Fazenda Real para o Erário Régio e comparámos os valores que os principais contratos alcançaram nos anos de 1799, 1800 e 1802, através das prestações de contas fornecidas pela Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real da capitania, como veremos a seguir.

Em 1799, o rendimento do contrato dos Dízimos reais da capitania foi de mais de 12 contos de réis; em 1800 este valor subiu para cerca de 37 contos; em 1802 chegou a 47 contos de réis. Pensamos poder deduzir que, numa parte do período em que as Juntas Governativas estiveram a frente da capitania - 1799 e 1802 -, houve um aumento real neste contrato de mais de 390%¹⁶¹⁴.

¹⁶¹¹ Estudos antigos e recentes confirmam esta premissa. Ver Leonor COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, *História económica de Portugal...*, 2011, pp. 259-263 e José Jobson de ARRUDA, «A Circulação, as finanças e as flutuações...» em *Nova História...*, pp. 172-179.

¹⁶¹² Leonor F. COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, *História económica de Portugal...*, 2011, pp. 259-264. José Vicente SERRÃO, «O quadro económico...» p. 97. Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do império...* p. 33. José Jobson de A. ARRUDA, «A circulação, as finanças e as flutuações...», em *Nova História...*, pp. 168-180.

¹⁶¹³ Leonor F. COSTA, Pedro LAINS e Susana MIRANDA, *História económica de Portugal...*, 2011, p. 259 e ss. José Vicente SERRÃO, «O quadro económico...» p. 97. Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do império...* p. 33. José Jobson de A. ARRUDA, «A circulação, as finanças e as flutuações...», em *Nova História...*, pp. 168-180. Biblioteca da Ajuda. *Comércio da praça de Lisboa com Pernambuco no ano de 1802*. 46-XIII-23, fl. 18, 31, 43.

¹⁶¹⁴ Para o ano de 1799 ver AHU_ACL_CU_Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, Cod. 1997, fl. 3. Para o ano de 1800 ver o mesmo códice, fl. 9. Para o ano de 1802 ver AHU_ACL_CU_Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, Cod. 1999, fl. 14.

Comparando o contrato da Dízima da Alfândega de Pernambuco, os valores de 1799 - pouco mais de 9 contos de réis anuais pagos à Fazenda Real pelo contratador -, e os de 1802, quase 45 contos de réis¹⁶¹⁵ comprovamos igualmente que houve um aumento de cerca de 500%.

Também foi possível comparar os dados do contrato do Subsídio do Açúcar. Neste contrato podemos perceber que a oscilação em valores numéricos não foi tão substancial. Em 1800 este contrato rendeu à Fazenda Real 14 contos e meio; em 1802 acresceu pouco mais de dois contos, chegando a 16 contos e 458 mil réis¹⁶¹⁶, um aumento de cerca de 15%.

Contudo, é preciso ressaltar aquilo que a historiografia também aponta: no início do século XIX o algodão ultrapassa o açúcar como principal produto de exportação da capitania¹⁶¹⁷.

O contrato do algodão, para além de conseguir um valor muito superior ao do açúcar, acresceu percentualmente cerca de 80% entre 1800 e 1802. Em 1800, o contrato do rendimento do Subsídio Mercantil do Algodão, valia quase 16 contos de réis. Em 1802, o mesmo contrato passava dos 28 contos¹⁶¹⁸. Sabemos que o ímpeto algodoeiro rompeu trezentos anos de domínio canavieiro, criando um sector dinâmico, que respondia à demanda inglesa e francesa. Por conta deste surto algodoeiro, um conjunto de pequenos agricultores abandonou a lavoura de subsistência para ascender a uma promoção económica e social inédita na história da capitania, algo que, por outro lado, teve efeitos desastrosos no que respeita a oferta de alimentos, como já analisámos neste capítulo¹⁶¹⁹.

Confirmámos os dados do estudo clássico de Dauril Alden, que apontavam para uma excepcional remessa de algodão pernambucano para Lisboa no ano de 1802, maior

¹⁶¹⁵ Dízima da Alfândega: Para o ano de 1799 ver AHU_ACL_CU_Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, Cod. 1997, fl. 5. Para o ano de 1802 ver AHU_ACL_CU_Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, Cod. 1999, fl. 16.

¹⁶¹⁶ AHU_ACL_CU_Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, Cod. 1997, fl. 9. Para o ano de 1802 ver AHU_ACL_CU_Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, Cod. 1999, fl. 14.

¹⁶¹⁷ Evaldo Cabral de MELLO, *A outra independência...*, p. 58.

¹⁶¹⁸ Em 1800 o valor exato que este contrato rendeu foi 15 contos e 94 mil réis: AHU_ACL_CU_Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, Cod. 1997, fl. 10. Em 1802 o valor subiu para 28 contos e 41 mil réis: AHU_ACL_CU_Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, Cod. 1999, fl. 14.

¹⁶¹⁹ Evaldo Cabral de MELLO, *A ferida de Narciso...*, p. 71.

que a do Maranhão em cerca de 18 mil arrobas¹⁶²⁰. A Junta Governativa remeteu um mapa à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, evidenciando a disparidade entre os valores monetários alcançados pelas exportações de açúcar e algodão. O mapa demonstra que o açúcar enviado de Pernambuco (9944 caixas) rendeu quase 399 contos de réis; e que o algodão remetido a Lisboa rendeu 1235 contos de réis (46.907 sacas)¹⁶²¹.

Os valores do algodão e do açúcar neste período eram muito díspares, a arroba do algodão era vendida a 4500 réis no início da década de 1790 e chegou a 5900 réis no princípio do século XIX¹⁶²². Em 1798 a arroba de açúcar era comprada nos portos brasileiros a 2160 réis. Contudo, evidenciamos que a tendência nos primeiros anos do século XIX foi de redução nos preços. Em 1804 a arroba caiu para 1621 réis¹⁶²³.

A valorização do algodão nos mercados internacionais ocasionou a que este produto tivesse precedência sobre a cana-de-açúcar durante as primeiras décadas do século XIX. O volume das exportações do algodão, através do porto do Recife, excedeu as do açúcar em cerca de 40% do total - em 1796 -, e em cerca de 50% - em 1806¹⁶²⁴.

A confirmar este desenvolvimento económico, a Junta Governativa enviou à Coroa mapas demonstrativos dos rendimentos da Fazenda Real. Teria havido um aumento real das receitas obtidas com os principais contratos entre 1791 a 1800¹⁶²⁵. Estas receitas subiram de pouco mais de 258 contos (1791) para 317 contos (1800)¹⁶²⁶. Tendência que continuou, moderadamente, no início do século XIX. Nos anos de 1800 e 1802 ao

¹⁶²⁰ O ano de 1802 foi muito significativo para as exportações de algodão. Durante o governo das Juntas este foi o ano em que as exportações de algodão foram excepcionais. Pularam de 107 mil 905 arrobas em 1801 para 235 mil arrobas de algodão enviado para Lisboa. Neste ano ultrapassaram as exportações do Maranhão (216 mil 595 arrobas). Dauril ALDEN, «O período final do Brasil Colônia...» p. 567.

¹⁶²¹ ANRJ, Vice-reinado, caixas 748, pacote 2A.

¹⁶²² Dauril ALDEN, «O período final do Brasil Colônia...» p. 569.

¹⁶²³ Francisco Vidal LUNA, e Herbert S KLEIN, «Observações sobre Preços Agrícolas em São Paulo (1798/1836)», em *Boletim de História Demográfica*, ano VIII, nº. 21, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, p. 6. [Consultado em março de 2013]. Disponível em: <http://www.brnuede.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar49.pdf>

¹⁶²⁴ Evaldo Cabral de MELLO, *A ferida de Narciso...*, p. 72.

¹⁶²⁵ Sendo que, no período, no ano de 1798 as receitas alcançaram o valor mais baixo, pouco mais de 171 contos, e o ano de 1796, o seu valor mais alto 346 contos. ANRJ, Série Vice-Reinado, caixa 748, pacotes 1 e 2 A.

¹⁶²⁶ Para a década (1791-1800) o valor total das receitas foi de 2 mil 650 contos e 840 mil réis. As despesas para o mesmo período foram de 1 mil 767 contos e 888 mil réis. O saldo positivo da década ultrapassava os 882 contos de réis. ANRJ, Série Vice-Reinado, caixa 748, pacotes 1 e 2 A.

examinarmos os balanços conferimos um aumento nas receitas de cerca de 2,5%, dando continuidade à prosperidade económica que vinha desde o final do século XVIII¹⁶²⁷.

A viragem do século foi benéfica para o comércio da capitania, pondo-a em destaque na economia do império, após um longo período de oscilação dos preços nos principais géneros produzidos em Pernambuco, oscilação que perdurou por quase todo o século XVIII. Contudo, o aumento de exportações e da prosperidade económica, de forma um tanto quanto contraditória, contribuiu para um dos maiores períodos de falta de alimentos em Pernambuco.

No que respeita à capitania de Pernambuco, as reformas pombalinas contribuíram para expandir o comércio colonial - com resultados no reinado de D. Maria I -, e para diversificar a agricultura de exportação como demonstramos nos últimos capítulos. A situação mais crítica da economia pernambucana, em meados do século XVIII, ficou completamente esquecida pelo rápido crescimento das exportações de açúcar e de algodão nos primeiros anos do novo século¹⁶²⁸.

À guisa de conclusão

Ao longo desta dissertação, quisemos destacar as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa, enfatizando que o último quartel do século XVIII, apesar de isento de revoltas e grandes conflitos, foi um momento com uma dinâmica política e comercial ímpar na história da capitania, permeado por pequenos motins e muita negociação política. Pernambuco, em menos de cinquenta anos, saiu de uma situação de ‘crise’ económica para uma prosperidade só comparável à vivida no século XVII.

Neste período (1750-1800), a capitania foi alvo de uma medida pombalina com grande impacto na economia da região: a institucionalização da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Esta reforma teve consequências a vários níveis: no desenvolvimento do comércio da região - afinal, um dos argumentos principais do marquês de Pombal quando escolheu Pernambuco para fundar a companhia foi o da expansão do comércio colonial -, e no reforço da exploração comercial das capitanias do

¹⁶²⁷ Pouco mais de 338 contos em 1801: AHU_ACL_CU_Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, Cod. 1997, fl. 53. E quase 346 contos em 1802: AHU_ACL_CU_Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, Cod. 1999, fl. 28.

¹⁶²⁸ Este processo só abrandaria já no período do Brasil independente e devido à concorrência do algodão norte-americano. Dauril ALDEN, «O período final do Brasil Colónia...» p. 569.

Norte, e que num primeiro momento, beneficiaria os homens de negócio reinóis. Estes, desde o século XVII, não controlavam completamente o trato negreiro feito pela praça do Recife com a costa africana, nem tão pouco o intenso comércio de cabotagem que pelos sertões ligava Pernambuco ao norte e ao sul do Estado do Brasil.

A nosso ver, se a intenção do marquês de Pombal era beneficiar os comerciantes de Lisboa e do Porto, deixando os da praça do Recife aliados do comércio colonial, a medida não teve grande êxito. Desde cedo, os principais homens de negócio da praça do Recife aliaram-se à instituição pombalina e continuaram a controlar os preços dos produtos coloniais, as exportações e importações de géneros e os principais contratos (do açúcar, carne, tabaco, dízimos). Mas este controlo do comércio, feito de forma tão enfática pela Direcção da Companhia no Recife, que, por sua vez, era administrada por homens de negócio locais, nascidos ou radicados há décadas em Pernambuco - «os mais distintos em qualidade e negócio» como denominou o governador Luís Diogo Lobo da Silva -, não foi aceite pacificamente por uma fracção das elites da «terra», na qual predominava elementos da açucarocracia e pequenos grupos que se relacionavam com esta.

Como enfatizámos, a Direcção não respeitava as directivas emanadas do órgão da Companhia que tinha precedência sobre a própria Direcção, caso da Junta em Lisboa. Órgão que no início da década de 70 de Setecentos, quando as tensões se tornaram frequentes, defendeu os interesses dos vassalos em Pernambuco criticando as práticas comerciais dos diretores da Companhia. A Direcção também não queria negociar com outras instituições criadas pela Coroa, localizadas em Pernambuco, caso da Mesa da Inspeção. Instituição estabelecida na época pombalina, que cuidava das exportações de açúcar e tabaco, e por isso tinha uma relação com as elites produtoras. Caso também das câmaras, instituições de poder local, que em nome dos habitantes solicitavam juros mais reduzidos para as dívidas antigas e preços mais baixos pelas mercadorias importadas de Lisboa. Mercadorias que só a Companhia tinha o privilégio de comercializar em Pernambuco e nas capitanias subordinadas.

A oposição à companhia de comércio em Pernambuco não foi ténue, mas não chegou a evoluir para uma situação de revolta alargada, como ocorreu na vizinha Venezuela, por exemplo. Na América hispânica duas revoltas sacudiram a província venezuelana quando grupos das elites produtoras e mercantis, por meio das armas e de uma comunicação política com os representantes da Coroa na província e directamente

com o rei, demonstraram que o monopólio comercial precisava ser conduzido de outra forma, uma forma mais semelhante ao das companhias pombalinas, em que os homens de negócio locais tinham o direito de participar da gestão da empresa comercial e as elites agrárias poderiam enviar suas produções de forma «particular» nos navios da Real Companhia.

Em Pernambuco a revolta nunca ocorreu, sobretudo em virtude das escolhas dos governadores que, optaram por, de forma geral, apoiar os descontentes com a Companhia (em sua maioria composto por elementos oriundos das elites açucareiras, mercadores, militares, boticários), em detrimento das instruções da Junta da Companhia, em Lisboa, e das determinações da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Os representantes da Coroa procuraram negociar soluções de forma a poderem cumprir as ordens do centro político e a manter o comércio colonial em funcionamento - beneficiando a Companhia -, ao mesmo tempo que em seus relatórios às instituições centrais informavam que as queixas de determinados «partidos» das elites tinham fundamento e precisavam ser levadas em consideração a fim de apaziguar as tensões que iam se expandindo na capitania.

Uma fracção das elites - ou «partido» -, liderada por senhores de engenho e composta por militares, mercadores, boticário, lavradores de açúcar, tabaco e donos de fábricas de curtir couro - que de uma forma geral não faziam parte das redes comerciais e/ou familiares daqueles que geriam a Companhia, utilizaram os mecanismos de comunicação política, de pacto e de negociação, relembrando ao monarca a relação pactuada que existia entre o rei e os seus fiéis vassalos desde o final do período holandês. As missivas das câmaras, remetidas directamente ao rei por intermédio do Conselho Ultramarino, evocavam essa relação, relembrando à Coroa que, na época das guerras contra os flamengos, os pernambucanos tinham lutado pelo bem da monarquia brigantina. Durante o período em que as câmaras mantiveram uma comunicação sistemática e activa com o centro político identificamos vereadores em Olinda e Recife que faziam parte das redes familiares dos grupos que se opunham à empresa comercial.

Evidentemente, uma fracção elites «da terra» descontentes com a dinâmica comercial instaurada com a Companhia desejava o fim do monopólio da instituição pombalina. Estes grupos, «liderados» pelos senhores de engenho do Cabo, tinham como principal objectivo reaver os privilégios que, na época do comércio livre, tinham usufruído

no negócio do açúcar, no trato negreiro e no comércio de cabotagem. Estamos nos referindo aos senhores de engenho, homens de negócio, pequenos mercadores e militares - que paralelamente também tinham actividades mercantis -, que, neste estudo, foram identificados como «partido» de oposição à Companhia. O vocábulo partido foi utilizado pelo secretário de Estado para denominar facções dos grupos dominantes que faziam oposição à Companhia.

Para conseguirem o objectivo principal, a extinção da Companhia, e para além de evocarem esta relação política entre vassalo/monarca, o «partido» e as câmaras procuraram demonstrar por meio de razões económicas, mercantilistas, que a Companhia dava prejuízos à Fazenda Real e que, portanto, deveria ser encerrada para o bem da Coroa. Estes argumentos foram também utilizados pelo governador César de Meneses para justificar o não cumprimento das ordens da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar que mandavam que apoiasse incondicionalmente a Companhia.

A nosso ver, o fim da empresa comercial não foi somente uma reacção da rainha D. Maria I às medidas tomadas por iniciativa de Carvalho e Melo, no âmbito da «viradeira». Até porque, no que respeita à capitania de Pernambuco, apenas a Companhia foi encerrada. A Mesa da Inspecção continuou as suas actividades, bem como a Junta da Fazenda Real, instituições criadas na chamada «época pombalina». Também é preciso levar em conta que o encerramento da companhia que era desejado pelos habitantes de Pernambuco e apoiado pelo governador e pelas Câmaras, prejudicava interesses na metrópole.

A continuação do monopólio era benéfica para os interesses dos homens de negócio de Lisboa e Porto no trato negreiro - porque eram as fazendas manufacturadas portuguesas que pagavam os escravos em África a serem enviados para Pernambuco -, e a companhia foi defendida de forma vigorosa por Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado. Defendemos que, ao ponderar a extinção da Companhia, no início de 1780, a rainha levou em consideração as cartas das câmaras e os relatórios do governador da capitania que concordou com os argumentos da Câmara do Recife sobre ser mais rentável para a Fazenda Real um comércio colonial livre de companhias de monopólio. Assim fica explicado, na nossa opinião, o pronto encerramento da Companhia, praticamente vinte anos após o início das suas actividades, sem protelações, nem maiores reflexões.

A rainha, por meio dos órgãos do poder central que administravam as conquistas ultramarinas, aceitou o «plano» do governador José César de Meneses, que parcelava o pagamento das dívidas de forma a beneficiar os devedores, evitando o confisco generalizado de engenhos e fazendas. Com exceção daqueles que fizeram parte da Direcção da Companhia em Pernambuco. Por ordem do governador, os antigos directores foram executados nos seus bens com uma brevidade única. Só assim se compreende o facto de, dez anos depois, a maior parte deles não constarem nas listas de devedores.

Queremos ainda realçar que a prosperidade económica vivida na capitania de Pernambuco no final do século XVIII só foi possível porque as bases para esta viragem económica foram desenvolvidas com as reformas pombalinas. Como foi realçado na primeira parte do estudo, o incentivo à indústria, em Portugal, deu frutos ainda no final da época pombalina (1776), em virtude do desenvolvimento do mercado «brasileiro». Mercado esse que, no final de Setecentos, absorvia cerca de 80% dos géneros produzidos em Portugal. As capitanias do Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco constituíram os melhores mercados consumidores no âmbito dos territórios ultramarinos. E mais de metade das exportações portuguesas para o estrangeiro eram reexportações de produtos da colónia brasileira¹⁶²⁹.

Contudo, é preciso referir que a conjuntura internacional beneficiou os géneros coloniais. A Revolução Industrial, a Guerra de Independência das colónias inglesas e a revolta dos escravos em Santo Domingo contribuíram para que o algodão e o açúcar pernambucanos tivessem uma forte procura na Europa, tendo em vista a desestruturação das principais lavouras destes géneros nas outras partes do Novo Mundo.

Para perceber o desenvolvimento económico da capitania durante este período, é necessário ter em conta as reformas pombalinas que propiciaram a expansão da agricultura na América portuguesa, bem como, é preciso levar em consideração o discurso político setecentista, que atribuiu à ciência um papel predominante no bem-estar dos vassallos e da Coroa, na medida em que proporcionava um conhecimento utilitário com implicações sociais e económicas. Assim, a difusão do saber científico, muito incentivada pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, que apoiou uma «elite do

¹⁶²⁹ Os dados económicos presentes nos estudos recentes de Pedro Lains, Susana Miranda, Leonor F. Costa sobre a economia do império português no final de Setecentos não contradisseram os estudos clássicos. Caso das obras de Jorge Pedreira, Valentim Alexandre, Dauril Alden, J. Vicente Serrão, S. Schwartz referida ao longo desta tese e na bibliografia.

conhecimento» luso-brasileira, letrada, contribuiu, entre outras coisas, para o aumento da agricultura brasileira e para um melhor conhecimento dos territórios ultramarinos. Sistematizar a informação era imprescindível para adquirir conhecimento, quanto mais conhecimento a Coroa obtivesse, melhor seria a gestão dos territórios e dos vassalos no império.

Também é preciso destacar que, a prosperidade económica pernambucana do início do século XIX, baseada na expansão do cultivo do algodão e do açúcar - pelos motivos aqui evidenciados -, de forma relativamente paradoxal, contribuiu para que este também fosse um período de escassez de alimentos, como procurámos demonstrar nos últimos capítulos. As exportações dos géneros «da terra» cresceram de forma vertiginosa, beneficiando as elites produtoras e os rendimentos da capitania de uma forma geral - e também do império -, como demonstram os balanços enviados pela Junta Governativa à Secretaria de Estado. Porém, em igual período, a agricultura de subsistência foi seriamente prejudicada por este afã exportador, como reflectiam as ordens da Junta Governativa, procurando incentivar a produção de farinha, arroz, feijão e milho; bem como penalizar os proprietários de terras que não plantassem alimentos suficientes que suprissem as necessidades das suas propriedades, seus escravos, seus criados e suas famílias.

Creemos que assim conseguimos justificar como a capitania de Pernambuco, no período compreendido entre a época pombalina e o início do século XIX, pouco antes da instalação da Corte no Rio de Janeiro - período no qual não ocorreu nenhuma grande revolta anticolonial -, acabou por confirmar o seu lugar como parte relevante da monarquia pluricontinental portuguesa. Ainda assim, nosso trabalho não esgota a temática acerca da governação, economia e relações políticas da capitania de Pernambuco com a Coroa no final de Setecentos, pelo contrário. Apenas contribui para que outros abordem em profundidade aspetos que apenas referimos brevemente, como por exemplo a prática comercial da Companhia pombalina nos vinte anos em que vigorou ou a administração efectiva dos governos interinos entre 1799 a 1804.

No último quartel de Setecentos Pernambuco confirma mais uma vez seu lugar dentro da monarquia pluricontinental ratificando os laços que uniam vassalos e Coroa. Fê-lo por meio de uma intensa negociação política encetada por uma parte das elites, pelas câmaras e pelos representantes da Coroa que governaram a capitania, com o objectivo de reforçar os laços de pertença, e de aceder a benefícios e privilégios económicos,

confirmados com o fim da companhia pombalina, com o parcelamento das dívidas à empresa comercial e com a expansão da produção de açúcar e algodão. Para reforçar a relação política, fundamentada na ideia de pacto, as entidades radicadas na capitania e os vassallos utilizaram, mais uma vez, os canais políticos e jurídicos adequados, por meio da comunicação política com as instituições do poder central. Ao fazê-lo procuravam reafirmar a relação pactuada entre vassallos e monarca, presente desde o início da colonização, e posta em evidência nos momentos de instabilidade e de tensão.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA¹⁶³⁰

ABRANTES, Maria L. «Fontes para a história do Brasil Colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino». *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, vol. X, n.º 1 (1997): P. 1-12.

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 7ª ed., São Paulo: Editora Itatiaia, 1988.

ACIOLI, Vera Lúcia. *Jurisdição e conflitos: aspeto da Administração Colonial*. Recife: Imprensa universitária UFPE - UFAL, 1997.

ALBUQUERQUE, Débora; VERSIANI, Flávio; VERGOLINO, José Raimundo. «Financiamento e organização do tráfico de escravos para Pernambuco no século XIX». [Consultado em outubro de 2013]. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/aprovados/Escravos.pdf>

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

ALDEN, Dauril. «O período final do Brasil colônia, 1750-1808». Em *História da América Latina: A América colonial*, vol. II, org. Leslie BETHELL, pp. 526-592. São Paulo: editora da USP/ Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes - formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ALEXANDRE, Valentim «As ligações perigosas: o império luso-brasileiro face às convulsões internacionais (1789-1807). *Revista Análise social*, vol. xxiv nº 103-104, (Lisboa: ICS, 1988): pp. 965-1807.

ALMEIDA, Argus Vasconcelos, *et al.*, «Pressupostos do ensino da Filosofia Natural no Seminário de Olinda (1800-1817)». *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias* Vol. VII, n.º 2 (2008): pp. 480-505. [Consultado em 3 de fevereiro de 2013]. Disponível em: http://www.saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen7/ART12_Vol7_N2.pdf.

¹⁶³⁰ Normas de citação, [consultadas em janeiro de 2011], disponível em <https://www.imprensa.ics.ul.pt/media/normasdecitacao.pdf>

ALMEIDA, Luís Ferrand de - «O Absolutismo de D. João V», em *Páginas Dispersas*. Estudos de História Moderna de Portugal, pp. 183-207. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

1995, *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

ALORNA, marquês de. *Memórias Políticas*. Apresentação de José Norton.⁹ Lisboa: Editora Tribuna da História, 2008.

ALVES, Gilberto Luís. *O pensamento burguês no seminário de Olinda: 1800-1836*, Campo Grande: Editora UFMS, Campinas: Autores associados, 2001.

ALVES, Patrícia Alexandra Ramalho de Almeida. «Manuel António Leitão Bandeira e a Justiça no Maranhão ao tempo de D. Maria I: as relações de autoridade entre o Bispado e a Ouvidoria Geral maranhense (1785-1790)». Dissertação de mestrado em História Moderna, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006.

ALVES, Patrícia Woolley Cardoso Lins. «D. João de Almeida Portugal e a revisão do processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c. 1777-1802)». *Tese de doutoramento*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*, 8.^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentário crítico de Andrée Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ANTUNES, Luís Frederico Dias. «A influência africana e indiana no Brasil, na virada do século XVIII: escravos e têxteis». Em *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, orgs. João FRAGOSO, et al., pp. 137-164. Vitória: EDUFES / Lisboa: IICT, 2006.

APARÍCIO, João Paulo. «Governar Minas Gerais». Em *O domínio da distância*, coords. Maria Emília Madeira SANTOS e Manuel LOBATO, pp. 77-91. Lisboa: IICT, 2006.

ARAÚJO, Ana Cristina. «Modalidade de leituras das Luzes em Portugal no tempo de Pombal», *Revista de História*, vol. X, pp. 105-127. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

ARAÚJO, Ana Cristina, CARDOSO, José Luís, et al. *O terramoto de 1755: impactos históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

ARAÚJO, Ana Cristina. «Opinião pública» em *Revista Ler História*, nº 55, pp. 125-139. Lisboa: ISCTE, 2008.

ARAÚJO, Clara Maria Farias de. «A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba e a historiografia». Comunicação apresentada no 3.º Seminário de História da Historiografia: aprender com a história, Ouro Preto, Minas Gerais, 2009.

ARAÚJO, Clara Maria Farias de. «A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e o monopólio do comércio». *Revista de História e economia*, vol. VI (2010): pp. 15 - 26.

ARAÚJO, Clara Maria farias de. «Bastidores das arrematações: contratos de Pernambuco (1730-1780)». *Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História*, São Paulo, USP (2011): pp. 1-9. [Consultado em 10 de dezembro de 2011]. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300562628_ARQUIVO_ClaraFarias.pdf.

ARAÚJO, Clara Maria Farias de. «O trato dos homens de negócio de Pernambuco: metamorfoses nas hierarquias (1730-1808)». *Tese de doutoramento*, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

ARESTI, Vicente Amezaga. *Hombres de la Compañía Guipuzcoana*. Caracas: Banco Central de Venezuela, 1966.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. «A circulação, as finanças e as flutuações económicas». Em *Nova História da Expansão Portuguesa - O Império Luso-brasileiro 1750-1822*, dirs. Joel SERRÃO e Oliveira MARQUES, vol. VIII, 1.ª ed., pp. 174-175. Lisboa: editorial Estampa, 1986.

ASSIS, Virgínia Almoêdo de. «Palavra de rei». *Tese de doutoramento*, Recife, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

ASSUNÇÃO, Discilene. «A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: a introdução regular do tráfico negreiro - Séculos XVIII e XIX». *Paper*. Belém: Universidade Federal do Pará, (s/d): 5P. [Consultado em 8 de janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.amazoniagraopara.ufpa.br/publicacoes/Companhia_geral_grao_para.pdf

AYLUARDO, Clara Garcia, coord. *Las Reformas borbónicas 1750-1808*. México: CIDE, FCE, Conaculta, Fundación cultural de la ciudad de México, 2010.

AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico*. 4.ª ed., Lisboa: Clássica Editora, 1988.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. *Liberais e liberais*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz, ACIOLI, Vera Lúcia e ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo. *Fontes repatriadas: anotação de História Colonial, referências para pesquisas, índices do catálogo da Capitania de Pernambuco*. Recife: Editora universitária da UFPE, 2006.

BARRADO, J. M. Delgado. «Reformismo borbónico y compañías privilegiadas para el comercio americano (1700-1756)». Em *El Reformismo borbónico*, ed. Augustín GUIMERÁ, pp. 123-143. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

BARROS, Edval de S. *Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/ Universidade Nova de Lisboa/ Universidade dos Açores, 2008.

BASTERRA, Ramóm de. *Una empresa del siglo XVIII. Los Navíos de la Ilustración*. Caracas: Imprenta Bolívar/ Ediciones de la Presidencia de la República de Venezuela, 1925/ 1954.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. «Diplomática brasileira do século XVIII: tipologia dos documentos ascendentes e dos documentos descendentes». *Páginas a & b: arquivos e bibliotecas*, pp. 19-30. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2.ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. «Governo central e administração colonial: convergências e divergências no caso da capitania de São Paulo (1748-1775)». Comunicação apresentada no Seminário Permanente de História do Brasil, Lisboa, Centro de História de Além Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008.

BERTOLETTI, Esther, BELLOTTO, Heloísa L. e DIAS, Érika S. de Almeida C. «O Projecto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da história do Brasil existentes no exterior». *Revista Clio*, Recife, UFPE, dossiê História Colonial (2011): 26P. [Consultado em 5 de janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/161>.

BETHELL, Leslie, org. *História da América Latina: A América colonial*. vol. I, 2.ª ed. São Paulo: editora da USP/Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BETHELL, Leslie, org. *História da América Latina: A América colonial*, vol. II. São Paulo: editora da USP/ Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, orgs. *História da Expansão Portuguesa*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, orgs. *História da Expansão Portuguesa*, vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

BETHENCOURT, Francisco. «Enlightened Reform in Portugal and Brazil». Em *Enlightened Reform in Southern Europe and Its Atlantic Colonies (ca. 1750-1830)*, Gabriel PAQUETTE, org., pp. 41-44. USA: Ashgate, 2009.

BETHENCOURT, Francisco. «Configurações políticas e poderes locais». Em *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*, Francisco BETHENCOURT e Diogo Ramada CURTO, dirs., pp. 207-264, (Lisboa: Edições 70, 2010).

BICALHO Maria B. Fernanda. «As câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro». *Revista Brasileira de História*, nº 36, vol. XVIII. São Paulo. (1998): pp. 251-280

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. «Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial». *Leituras-Revista da Biblioteca Nacional. Brasil-Portugal*, n.º 6, Lisboa (2000): pp. 17-40.

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda. «Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas» *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*, orgs. MONTEIRO, Nuno, CUNHA, Mafalda Soares da e CARDIM, Pedro, pp. 73-98. Lisboa: ICS, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda B. «Pacto Colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português». Em *Culturas Políticas - ensaios de história cultural, história política e ensino de História*, orgs. Rachel SOIHET, Maria F. B. BICALHO e Maria de Fátima S. GOUVÊA, pp. 85-106. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda B. «As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos». Em *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*, orgs. João FRAGOSO e Maria de Fátima Silva GOUVÊA, pp. 343-371. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BICALHO, Maria Fernanda B. «Entre a teoria e a prática: dinâmicas político-administrativas em Portugal e na América portuguesa (séculos XVII e XVIII)», em *Revista de História* nº 67, pp. 75-98. São Paulo: USP, 2012.

- BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- BRADING, David A. «A Espanha dos Bourbons e Seu Império Americano». Em *História da América Latina: A América Latina colonial*, org. Leslie BETHEL, vol. I, 2.^a ed., pp. 391-445. São Paulo: editora da USP/Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- BRANDÃO, Raul. *El-Rei Junot*. Madrid: Saepa, 1997.
- BRANDÃO, Tanya, ed., *Revista Clio* nº 25-1. Recife: editora da UFPE, 2007.
- CAETANO, Marcello. *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.
- CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: editora 34, 1999.
- CAMARGO, Fernando. «O reformismo bourbónico no Prata 1776 - 1801» *Anais da reunião da SBPH*, Curitiba (2004): pp. 157-161. [Consultado em 10 de novembro de 2012]. Disponível em: http://www.academia.edu/1108644/O_reformismo_bourbonico_no_Prata_1776_-_1801.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes, LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes, orgs., *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) - Bicentenário: "Sem livros não há instrução"*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999.
- CARDIM, Pedro. «Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do antigo regime». *Separata da Revista Nação e Defesa*, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional (1998): pp. 129-158.
- CARDIM, Pedro. «*O poder dos Afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*». *Tese de doutoramento*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- CARDIM, Pedro. «"Administração" e "governo": uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime». Em *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português*, orgs. Maria Fernanda B. BICALHO e Vera Ferlini do AMARAL, pp. 45-68. São Paulo: Alameda, 2005.
- CARDOSO, José Luís, coord. *A Economia Política e os Dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: CNCDP, 2001.
- CARDOSO, José Luís. «Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho». Em *A Economia Política e os Dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)*, coord. José Luís, CARDOSO, pp. 65-109. Lisboa: CNCDP, 2001.

CARDOSO, José Luís. «Política Económica». Em *História Económica de Portugal (1700-200)*, vol. I. *O Século XVIII*, orgs. Pedro LAINS e Álvaro Ferreira da SILVA, pp.345-366. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

CARDOSO, José Luís MONTEIRO, Nuno Gonçalo e SERRÃO, José Vicente, orgs. *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2010.

CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

CARVALHO, Arthur de Moraes. *Companhias de Colonização*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1903.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade Rotinas e Rupturas do Escravismo - Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária - UFPE, 1998.

COELHO, José João Teixeira. *Instruções para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores-gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII) - ofícios, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: FAPEMIG, 2009.

COSTA, André da Silva. «Os secretários e o estado do rei: luta de corte e poder político sécs. XVI-XVII». Dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. «Governadores e capitães gerais de Pernambuco» em *Revista do IAHGP*, Vol. X, pp. 566-575. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1902.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. «Governadores e capitães gerais de Pernambuco» em *Revista do IAHGP*, Vol. XII, pp. 514-528. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1907.

COSTA, Leonor Freire. «Pernambuco e a Companhia Geral do Brasil» em *Penélope - Revista de História e Ciências Sociais*, n.º 23, pp. 41-65. Lisboa (2000).

COSTA, Leonor Freire. *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, vol. I. Lisboa: CNPCDP, 2002.

COSTA, Leonor Freire., LAINS, Pedro e MIRANDA, Susana. *História Económica de Portugal (1143-2010)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

COTTA, Francis Albert. «Subsídios para o entendimento do arcabouço formal da legislação portuguesa no século XVIII». *Paper* apresentado na Universidade Federal de Minas Gerais (2004): 7P. [consultado em 3 de setembro de 2011]. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/subsidiosparaentendimentodoarcaboucoformaldalegislaoportuguesa.pdf>.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias*, introdução e Direcção de edição de Jorge Miguel Pedreira, Lisboa: Banco de Portugal, 1992.

COUTINHO, Rodrigo de Sousa. *Textos políticos, económicos e financeiros 1783-1811*. Introdução e Edição Crítica de André Mansuy Diniz-Silva, 2 vols. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

CRUZ, Miguel Dantas da. «Estado e centralização na monarquia portuguesa. A administração e a defesa do Brasil entre o Erário Régio e as Juntas da Fazenda (1761-1801)». *Paper* apresentado no XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), Coimbra, 18-19 de novembro de 2011. [Consultado em 1 de março de 2012]. Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_3f/miguel_dantas_cruz_paper.pdf.

CRUZ, Miguel Dantas da. «O Conselho Ultramarino e a administração militar do Brasil (da Restauração ao Pombalismo): política, finanças e burocracia», *tese de doutoramento*. Lisboa: ISCTE, 2013.

CUNHA, D. Luís da. *Instruções políticas*. Lisboa: CNCDP, 2001.

CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison: Wisconsin University Press, 1969.

CURTO, Diogo Ramada, «D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego», em *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) - Bicentenário: "Sem livros não há instrução"*, orgs., CAMPOS, Fernanda Maria Guedes, LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes, pp. 15-49. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999

DIAS, Érika S. de Almeida Carlos. «O fim do monopólio: a extinção da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1770-1780)». Dissertação de mestrado, Recife, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

DIAS, Érika de Almeida Carlos. «Fontes para a história colonial tratadas pelo Projecto Resgate: particularidades da Baía e Pernambuco». *Scripta Philologica*, n.º 3, Baía (2007): 33P.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. «O Marquês de Pombal e as Companhias de Comércio: as singularidades do caso pernambucano». *Separata da Revista Poligrafia* do Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, n.º 11/12, Arouca (2005): pp. 261-274.

DIAS, Érika S. de Almeida Carlos. «A ida da Corte para o Brasil nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino». Em *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, orgs. José Luís CARDOSO, Nuno Gonçalo MONTEIRO e José Vicente SERRÃO, pp. 553-568. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2010.

DIAS, Érika S. de Almeida Carlos. «A Câmara do Recife e a Coroa portuguesa: negociação de conflitos e confirmação do pacto político no reinado de D. Maria I». Em *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados, séculos XVII-XIX*, org. Roberto GUEDES, pp. 127-142. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

DIAS, Érika S. de Almeida Carlos. «Comunicação política entre os poderes do centro e os locais: uma análise da correspondência trocada entre o secretário da Marinha e Ultramar e o governo da capitania de Pernambuco». Em *Política e estratégias administrativas no Mundo Atlântico*, org., Suely Cordeiro de ALMEIDA, *et al.*, 1ª ed, vol. 1, pp. 213-228. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2012.

DIAS, Érika S. de Almeida Carlos. «Informação e memória: o Projecto Resgate e a administração do Brasil colonial no século XVIII» *Revista Íris - Informação, memória e tecnologia*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Vol. 1, nº1. Open Journal Systems, pp. 43-66. Jul-dez. 2012.

DIAS, J. S. da Silva. *Pombalismo e projecto político*. Lisboa: CHC, 1984.

DIAS, Manuel Nunes. «A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: 1755-1778». *Tese de doutoramento*, Pará, Universidade Federal do Pará, 1970.

DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão - 1755-1778, vol. II*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. «As companhias privilegiadas no comércio colonial», *Revista de História*, pp. 309-337. São Paulo: Sociedade de Estudos Históricos - Universidade de São Paulo (jul.-Set., 1950).

DOMINGUES, Ângela Vieira. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNPDP, 2000.

DOMINGUES, Ângela. «Viagens científicas e “elite do conhecimento”: polivalência e mobilidade ao serviço do Império colonial». *Blogue de História Lusófona*, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2007. [Consultado em 17 de junho de 2012]. Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=14633>.

DOMINGUES, Ângela. «Dom João, príncipe esclarecido e pai dos povos, e a fundação das colónias sueca de Sorocaba e suíça de Nova Friburgo». Em *A Abertura dos Portos*, orgs. Luís OLIVEIRA e Ricúpero, RUBENS. São Paulo: editora Senac São Paulo, 2007.

DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil Colonial*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/ Universidade Nova de Lisboa, 2012.

DORÉ, Andréa, LIMA, Luís Filipe Silvério e SILVA, Luiz Geraldo, orgs. *Facetas do Império na História. Conceitos e Métodos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

DUTRA, Francis. «Matias de Albuquerque, capitão-mor de Pernambuco e governador-geral do Brasil», *Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco*, Recife, vol. 48 (1976): 116 P.

ELLIOTT, John. «A Europe of Composite Monarchies». *Journals Past and Present* n. 137, pp. 48-71. Oxford (1992).

ELLIOT, John. *Imperios del mundo Atlántico: España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Madrid: Taurus História, 2006.

FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina: política económica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FALCON, Francisco C. «Portugal e o Brasil». Em *História de Portugal*, org. José TENGARRINHA, pp. 151-168. Bauru: EDUSC/São Paulo: UNESP/Portugal: Instituto Camões, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FERLINI, Vera L. Amaral. *A civilização do açúcar: séc. XVI a XVIII*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Paulo Jorge da Silva. «Elites locais e poder municipal. Do Antigo Regime ao liberalismo» em *Análise Social* vol. XLI (178), pp. 55-73. Lisboa: ICS, 2006.

FERREIRA, Roquinaldo. «Dinâmica do comércio intracolonial: Jeribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)». Em *O antigo regime nos trópicos*, org. João FRAGOSO, Maria Fernanda BICALHO e Maria de Fátima GOUVÊA, pp.339-378. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. «Transforming Atlantic Slaving:Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800». *Tese de doutoramento*, Los Angeles, Universidade da Califórnia, 2003.

FIGUEIREDO, Dulce. *A Real Fábrica da Pólvora de Barcarena, 1725-1820: elementos para uma caracterização socioeconómica*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo, et al. «Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil séculos XVIII e XIX» em *Revista Afro-Ásia*, nº 31, pp. 83-126. Salvador: UFBA, 2004.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*, 2.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria F. B. «Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império», *Revista Penélope*, n.º 23, Lisboa, ICS (2000): P. 67-88. [Consultado em 3 de janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_23/23_07_FragosoGouveaBicalho.pdf.

FRAGOSO, João Luís e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projecto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. «Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e costa da Mina, séculos XVII e XVIII». Em *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, orgs. João FRAGOSO, et al., pp. 25-72. Vitória: EDUFES/ Lisboa: IICT, 2006.

- FRAGOSO, João, et al., orgs. *Nas rotas do império*. Vitória: EDUFES/ Lisboa: IICT, 2006.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro, ALMEIDA, Carla Maria carvalho de e SAMPAIO, António Carlos Jucá de, orgs. *História das elites no antigo regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2007.
- FRANÇA, José Augusto. «Mutações pombalinas ou o pombalismo como mutação». Em *O terramoto de 1755: impactos históricos*, orgs. Ana Cristina ARAÚJO, et al., pp. 7-18. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- FURTADO, Júnia Ferreira. «O cristão e o converso ou uma parábola genealógica no sertão de Pernambuco». Em *Leituras Críticas*, org. Lília Moritz SCHWARCS, pp. 57-85. Belo Horizonte: editora UFMG/ São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias históricas da província de Pernambuco*, vol. II. Recife: Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1977.
- GANDELMAN, Luciana. «As mercês são cadeias que não se rompem: liberalidade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime Português». Em *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História*, org. Rachel SOIHET, Maria F. B. BICALHO, Maria de Fátima S. GOUVÊA, pp. 109-126. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GARCIA, Rodolfo, «A capitania de Pernambuco no governo de José César de Meneses (1774-1787)». *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 84, pp. 533-560. Rio de Janeiro: IHGB, 1918.
- GREENE, Jack. «Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas», *Almanaque braziliense*, n.º 4, São Paulo (2006): pp. 5-21. [Consultado em 31 de Julho de 2012]. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-81392006000400001&lng=pt&nrm=iso.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar*. Lisboa: Difel, 1990.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. «Uma relação de engenhos de Pernambuco e Paraíba no século XVIII» Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, [Arquivo temático], 1971, pp. 77-87. [Consultado em 7 de agosto de 2012], disponível em: <http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=Tematico&pagfis=54467&pesq=rod>

olfo+garcia+%22jos%C3%A9+c%C3%A9sar+de+meneses%22&url=http://docvirt.com/docreade%20r.net.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. «Poder, justiça e soberania no império colonial português». *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. S. 3, n.º 6, Lisboa, BNP (abr.-out., 2000): pp. 97- 122.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. SANTOS, Marília Nogueira dos e FRAZÃO, Gabriel. «Redes de poder e conhecimento na governação do império português: 1688-1735». *Revista Topoi*, vol. V, n.º 8 (2004): pp. 96-137.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. «Trajetórias administrativas e redes governativas no império português (1668-1698)» *Revista de Humanas*, Universidade Federal do Paraná (2005): pp. 400-414. [Consultado em 20 de maio de 2012]. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/porta/cedope/files/2011/12/Trajet%C3%B3rias-administrativas-e-redes-governativas-no-Imp%C3%A9rio-Portugu%C3%AAs-1668-1698-Maria-de-F%C3%A1tima-Silva-Gouv%C3%AAs.pdf>.

GUEDES, Roberto, org. *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

HANSEN, João Adolfo, org. *Cartas do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2003.

HEADRICK, Daniel. R. *When information came of age. Technologies of knowledge in the age of reason and revolution 1700-1850*. New York: Oxford University Press, 2000.

HENRIQUES, Mendo Castro. «D. João VI, monarca de uma transição política». Em *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, orgs. José Luís CARDOSO, Nuno Gonçalo MONTEIRO e José Vicente SERRÃO, pp. 141-166. Lisboa: ICS, 2010.

HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições: Épocas Medieval e Moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.

HESPANHA, António Manuel. «Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime». Em *Poder e instituições na Europa do antigo regime: colectânea de textos*, org. António Manuel Hespanha, pp. 7-89. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan, Instituições e poder político em Portugal, século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel, coord., *História de Portugal - O antigo regime*, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

HESPANHA, António Manuel. «Portugal e a cultura política europeia no século XVIII». *Janus*, Lisboa (1999-2000): pp. 1-6. [Consultado em 8 de novembro de 2011], disponível em: http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_1999_2000_1_19_c.html.

HESPANHA, António Manuel. «A Note on Two Recent Books on the Patterns of Portuguese Politics In the 18th Century», *e-JPH*, vol. V, n.º 2 (2007): 9 P. [Consultado em 2 de janeiro 2012]. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue10/pdf/ahespanha.pdf.

HESPANHA, António Manuel. «Por que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou o revisionismo nos trópicos». Em *O Governo dos Povos*, orgs. Laura de Mello SOUZA, Júnia Ferreira FURTADO e Maria Fernanda BICALHO, P. 39-62. São Paulo: Alameda, 2009.

HESPANHA, António Manuel. «A monarquia: a legislação e os agentes». Em *História da Vida Privada em Portugal - A Idade Moderna*, MATTOSO, José, dir., pp. 12-31. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011.

HOBSBAWN, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I: a época colonial, vol. II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

IRIBARREN, Arantzazu A. «La Real Compañía Guipuzcoana de Caracas. Crónica sentimental con una visión historiográfica Los años áuricos y las rebeliones (1728-1751)». *Sancho El Sabio*, revista de Cultura e investigacion vasca, n.º 23 (2005): pp. 167-208. [Consultado em 2 de novembro de 2011]. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1367600>.

JANCSÓ, István. «Independência, Independências». Em *Independência: história e historiografia*, vol. I, org. István JANCSÓ, pp. 17-48. São Paulo: Editora Hucitec / FAPESP, 2005.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. «O traçado da vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó na capitania do Ceará». Em *Vilas, Cidades e Territórios - O Brasil do século XVIII*, orgs. Clóvis NETO e Maria Berthilde Moura FILHA, pp. 45-57. João Pessoa: UFBA/PPGAU, 2012.

KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?* 1784. Consultado em 3 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/esclarecimento.pdf>.

KENNEDY, John Norman. «Baían elites, 1750-1822». *The Hispanic American Historical Review*, vol. 53, n.º 3, Durham, Duke University (1973): pp 415-439.

KOROBTCHENKO, Júlia P. «A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: a instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756)». *Dissertação de mestrado*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da. orgs. *História Económica de Portugal (1700-200)*, vol I. O Século XVIII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *O Estado Monárquico, França, 1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Pernambuco seu desenvolvimento histórico*. 2.ª ed. Recife: governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. 9.ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LISBOA, Breno Almeida Vaz. «Uma elite em crise: a açucarocracia de Pernambuco e a câmara Municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII», dissertação de mestrado, Recife, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

LISBOA, Breno A. Vaz. «Como conservar “essa parte tão nobre do corpo da monarquia”: poderes da coroa e elites locais na capitania de perbambuco após as “alterações”», pp. 1-16, texto enviado para a publicação nos anais da ANPUH/2013. Natal, UFRN, 2013.

LISBOA, Raphael. «*Volvendo sobre vós os céus propícios, derramam por Tomás mil benefícios: O Recife sob o governo de Thomaz José de Mello (1787-1798)*» *Relatório CNPq*, Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2011.

LOPES, Gustavo Acioli. «Negócio da Costa da Mina e Comércio Atlântico - tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)». *Tese de doutoramento*, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Económica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel, OLIVAL, Fernanda, FIGUEIRÔA-REGO, João. *Honra e sociedade no mundo ibérico ultramarino, inquisição e ordens militares, séculos XVI-XIX*. Lisboa, Évora: CHAM/CIDEHUS, 2013.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. «Observações sobre Preços Agrícolas em São Paulo (1798/1836)». *Boletim de História Demográfica*, ano VIII, nº. 21, São Paulo: Universidade de São Paulo, (2001): 24P. [Consultado em março de 2013]. Disponível em: <http://www.brnuede.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar49.pdf>

LUZ, Francisco Paulo Mendes da. *O Conselho da Índia. Contributo ao Estudo da História da Administração e do Comércio do Ultramar Português nos Princípios do Século XVII*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar - Divisão de Publicações e Biblioteca, 1952.

MACEDO, Jorge Borges de. «O Marquês de Pombal (1699-1782)». Separata da *Série Pombalina*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1982.

MACEDO, Jorge Borges de. *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*, 3.^a ed. Lisboa: Gradiva, 1989.

MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática portuguesa -constantes e linhas de força*, vol. 1, Lisboa: IICT/Instituto de Defesa Nacional, 2006.

MAGALHÃES, Joaquim A. Romero de. «Um novo método de governo: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759)» *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, pp.183-207. Rio de Janeiro, vol. 165, n.º 424 (jul.-set. 2004)

MAGALHÃES, Joaquim Romero A. de. «Algumas notas sobre *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*». Em *O Brasil no Império Marítimo português*, orgs. Stuart SCHWARTZ, Erik Lars MYRUP, pp. 533-540. São Paulo: EDUSC, 2009.

MAGALHÃES, Joaquim A. Romero de. *Labirintos Brasileiros*, São Paulo: Alameda, 2011.

MAGALHÃES, Joaquim A. Romero de. *Concelhos e organização municipal na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

MALERBA, Jurandir. *A Corte Portuguesa no Exílio: Civilização e Poder no Brasil às Vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MARCOS, Rui de Figueiredo. *As companhias pombalinas: contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal*. Coimbra: Almedina, 1997.

MARQUES, Oliveira. *História de Portugal*, vol. II: *do Renascimento às Revoluções Liberais*, 13.^a ed. Lisboa: editorial Presença, 1998.

MARQUES, Teresa C. N. «As dívidas do Senhor Jácome Lumachi. Pernambuco e a Companhia Geral pombalina». *Revista Topoi*, vol. XII, n.º 22. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ (jan.-jun. 2011): pp. 63-74

MARQUES, Teresa C. N. «Tensões políticas e interesses em Pernambuco, 1817» *Mneme - Revista de Humanidades*, vol. IX, n.º 24. Rio Grande do Norte, Caicó: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (set.-out., 2008): 24p.

MARQUES, Teresa C. N. «Famílias e conspiradores em Pernambuco, 1817», *Revista do IHGB*, a. 170 (n.º. 443). Rio de Janeiro: IHGB (abr.-jun. 2009): pp. 267-286.

MARQUES, Teresa C. N. «José Vaz Salgado: a herança de um militar-mercador no Recife de meados do século XVIII» *Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*. Vol. XV, n.º 1 e n.º 2 (2007): pp. 243- 257. [Consultado em 2 de junho de 2012]. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/971/638>.

MARQUES, Teresa C. N. «O rescaldo da Cia. Pernambuco e Paraíba: crédito, endividamento e tensão social, 1808-1821». *Paper* para APHES, Universidade do Porto, (2009): 18P. [Consultado em 2 de dezembro de 2011]. Disponível em: http://web.letras.up.pt/aphes29/data/3rd/TeresaMarques_Texto.pdf.

MARTINS, Ana Cannas Delgado. *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2007.

MARTINS, Ana Cannas delgado. «Governar Portugal na guerra peninsular: um desafio atlântico». *Ler História, Dossier: A Corte Portuguesa no Brasil*, n.º 54, Lisboa: Ler História - Gráfica 2000 (2008): pp.75-93.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1880.

MATOS, A. Teodoro de. COSTA, João P. de Oliveira e. CARNEIRO, R. *Cronologia da Monarquia portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

MATOS, A. Teodoro de. «Achegas para a história económica e social da Ilha de São Miguel no ano de 1813». *ARQUIPÉLAGO. Série Ciências Humanas*, n.º 1 (Jan. 1979): pp. 163-180. [Consultado em 7 de março de 2013]. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/554/1/ArturTeodoroMatos_p163-180.pdf.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dívida*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: Inconfidência mineira, Brasil - Portugal, 1750 - 1808*. Tradução de João Maia, 3.ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MAXWELL, Kenneth. *Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAXWELL, Kenneth. *O marquês de Pombal*, Lisboa, editorial Presença, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Nome e o Sangue - Uma Fraude Genealógica no Pernambuco Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada - Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*, 2.ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste - 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbook, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso. Ensaio de história regional*. São Paulo: SENAC, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Editora 34, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Uma outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um Imenso Portugal - História e Historiografia*. 2.ª ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue - uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MELLO, José António Gonsalves de. *Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738-1802)*. Monografia n.º 3. Recife: Instituto de Ciências do Homem - imprensa universitária, 1966.

MELLO, José António Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Carioca, 1972.

MENZ, Maximiliano M. «A companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico de escravos em Angola 1759- 1775/1780» em *Revista Afro-Ásia*, nº 48, p. 45-76. Salvador: UFBA, 2013.

MEREA, Paulo. «Da minha gaveta: os secretários de Estado do Antigo Regime». Separata do *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. 40, Coimbra, 1965.

MILLER, Joseph C. «Slave prices in the Portuguese southern Atlantic, 1600-1830» Em *Africans in Bondage. Studies in Slavery and the Slave Trade*, ed. Paul E. LOVEJOY, pp. 43-77. Madison: Africans Studies Program University of Wisconsin, 1986.

MILLER, Joseph C. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Wiscosin: The University of Wiscosin Press, 1988.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. «Ervas de ruim qualidade». Dissertação de mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991.

MOITA, Susana da Nóbrega Brites. «O Conselho Ultramarino e o Brasil (1750-1777): contributo para o estudo do sistema administrativo do Brasil Colonial». Dissertação de mestrado em História e Cultura do Brasil, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

MONTEIRO, Nuno G., «O central, o local e o inexistente regional». Em *História dos Municípios e do Poder local [dos finais da idade média à união europeia]*, dir. César OLIVEIRA, pp. 79-88. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. «Os Concelhos e as comunidades». Em *História de Portugal - O antigo regime*, vol. IV, coord, António Manuel HESPAÑA, pp. 269-295. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. «O Brasil na corte portuguesa do século XVIII». Em *Brasil-Brasis: cousas notáveis e espantosas. A construção do Brasil: 1500-1825*, org. Joaquim Romero MAGALHÃES, pp. 49-59. Lisboa: CNCDP, 2000.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. «Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII». Em *Modos de Governar - Ideias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI a XIX*, orgs. Maria Fernanda BICALHO e Vera Lúcia Amaral FERLINI, pp. 93-115. São Paulo: Alameda, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José. Na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, 2.ª ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Imprensa de Ciências sociais, 2007.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. «O tempo de Pombal (1750-1777)». Em *História de Portugal*, coord. N. G. MONTEIRO, Bernardo V. e SOUSA e Rui RAMOS, pp. 357-377. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. «A viragem do século (1777-1807)». Em *História de Portugal*, coord. N. G. MONTEIRO, Bernardo V. e SOUSA e Rui RAMOS, pp. 408-435. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. «O “espaço público” e a opinião política na monarquia portuguesa em finais do Antigo Regime» em *O Atlântico revolucionário, circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*, RODRIGUES, José Damião, coord, pp. 17 -29. Ponta Delgada: CHAM, 2012.

MORELLI, Frederica. «La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, Estatutos e alvará de instituição da Companhia pombalina para Pernambuco, 2008. [Consultado em 16 de dezembro de 2011]. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/instituiadac00comp#page/30/mode/2uphttp://nuevomundo.revues.org/32942>.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. «Da ordem imperial pombalina à fundação do império brasileiro». Em *A Abertura dos Portos*, orgs. Luís OLIVEIRA e Ricupero, RUBENS, pp.60-99. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de. *De Filipeia à Paraíba: Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil: séculos XVI-XVIII*. João Pessoa: IPHAN/Superintendência da Paraíba, 2010.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

NARDI, Jean Baptiste. *Sistema Colonial e Tráfico Negreiro: novas interpretações da História brasileira*. Campinas/SP: Pontes, 2002.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte dos enjeitados o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*. São Paulo: Anablume, FINEP, 2008.

NAZARIO, Manuel Álvarez. *El habla campesina del país: orígenes y desarrollo del español en Puerto Rico*, Puerto Rico: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1990.

NEVES, Guilherme Pereira das. «Rebeldia, intriga e temor no Rio de Janeiro de 1794». Comunicação apresentada na XXIV Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Curitiba, 26 a 30 de julho de 2004. [Consultado em fevereiro de 2013]. Disponível em: http://www.historia.uff.br/artigos/neves_rebeldia.pdf.

NEVES, Guilherme Pereira das. «A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?» *Revista Portuguesa de História*, tomo 33, pp. 439-81. Coimbra, 1999.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. «Fazer-Se Nobre nas Fímbrias do Império: práticas de Nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)». Dissertação de mestrado, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2010.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e o Brasil na crise do sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

NUNES Maria de Fátima e BRIGOLA, João Carlos. «José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811)» em *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) - Bicentenário: "Sem livros não há instrução"*, orgs., CAMPOS, Fernanda Maria Guedes, LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes, pp. 51-75. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999.

OLIVAL, Fernanda. «O Brasil, as companhias pombalinas e a nobilitação no terceiro quartel de Setecentos» *Anais da Universidade de Évora*, n.º 8 e n.º 9 (1998-1999): pp. 73-97.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar editora, 2001.

OLIVEIRA, Almir Leal de. «As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII». Em *Temas Setecentistas: Governos e populações no Império Português*, (Orgs.) DORÉ, Andréa. SANTOS, Antônio César de Almeida, pp. 505-516. Curitiba: UFPR – FCHLA/Funart; Araucária, 2008.

OLIVEIRA, Carla e MEDEIROS, Ricardo P., orgs. *Novos Olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

OLIVEIRA, Carla, MENEZES, Mozart Vergetti e GONÇALVES, Regina Célia, *Ensaio sobre a América portuguesa*, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

OLIVEIRA César, dir., *História dos Municípios e do Poder local [dos finais da idade média à união europeia]*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

O'NEIL, Thomas. *A Vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil*, trad. Ruth Sylvia de Miranda Salles. 2.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio - Secretaria Municipal das Culturas, 2007.

PAGDEN, Anthony. *Lords of All the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France, c. 1500-c. 1800*. New Haven: Yale University Press, 1995.

PAGDEN, Anthony. «*The empire's new clothes. From empire to federation, yesterday and today*, Common Knowledge», 2006, pp.36-46. [Consultado em 17 de março de 2011].

Disponível em:
http://commonknowledge.dukejournals.org/cgi/pdf_extract/12/1/36?ssource=mfr&rss=1.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na capitania geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora UNB, 2004.

PAQUETTE, Gabriel, org. *Enlightened Reform in Southern Europe and Its Atlantic Colonies (ca. 1750-1830)*. USA: Ashgate, 2009.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. «Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais». *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 116-117 (Lisboa: ICS, 1992): pp. 407-440.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. «Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social». *Tese de doutoramento em Sociologia*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. «A indústria». Em *História Económica de Portugal (1700-200)*, orgs. Pedro LAINS e Álvaro Ferreira da SILVA, vol. I *O Século XVIII*, pp.177-208. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dore. *D. João VI: o clemente*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.

PEREIRA, Mirian Halpern, dir. *Ler História. Dossier: A Corte Portuguesa no Brasil*, n.º 54. Lisboa: Ler História-Gráfica 2000, 2008.

PIJINING, Ernst. «Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII». *Revista Brasileira de História*, vol. XXI, n.º 42, Associação Nacional de História, São Paulo (2001): pp. 397-414.

PIMENTA, João Paulo Garrido. «Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano» *Almanack Braziliense*, n.º 3 (2006): pp. 69-80. [Consultado em 5 de Maio de 2012], Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/alb/n3/a06n3.pdf>.

PITA, Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMOS, Luís de Oliveira. *D. Maria I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.

RAMOS, Rui. «República, republicanos». *Revista Ler História*, n.º 55. Lisboa, ISCTE (2008): pp. 155-168.

Revista Jurídica. [Consultada em 10 de março de 2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_05/evol_historica.htm

RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e Monopólio no Nordeste brasileiro: a companhia geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

RIBEIRO, Mônica da Silva. «'Se faz preciso misturar o agro com o doce': a administração de Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro e Centro-sul da América portuguesa (1748-1763)». *Tese de doutoramento*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

RÍCUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial - Brasil c. 1530-1630*. São Paulo: Alameda, (2009).

ROCHA, Maria Manuela e SOUSA, Rita Martins de. «Moeda e Crédito». Em *História Económica de Portugal (1700-200)*, orgs. Pedro LAINS e Álvaro Ferreira da SILVA, vol. I: o Século XVIII, pp. 209-236. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

RODRIGUES, José Damião. *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*. Ponta Delgada: Instituto Cultural, 1994.

RODRIGUES, José Damião. *São Miguel no Século XVIII: casa, elites e poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural, 2003.

RODRIGUES, José Damião. «'Para o sossego e tranquilidade publica das Ilhas': fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores», *Revista Tempo*, vol. XI, n.º 21, Rio de Janeiro, UFF (2006): pp. 157-185.

RODRIGUES, José Damião, coord. *O Atlântico revolucionário, circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*, Ponta Delgada: CHAM, 2012.

RODRIGUES, Miguel Jasmins. «A pequena nobreza na construção do império: territorialização, serviço régio e política de casamentos no grupo de famílias oriundo de João Gonçalves Zarco» em *Pequena nobreza de aquém e de além-mar: poderes, patrimónios e redes*, pp. 67-82. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical/Centro de História de Além-Mar/Direcção Geral de Arquivos, (2011)

RODRIGUES, Miguel Jasmins e TORRÃO, Maria Manuel, orgs. *Pequena nobreza de aquém e de além-mar: poderes, patrimónios e redes*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical/Centro de História de Além-Mar/Direcção Geral de Arquivos, 2011.

RUSSEL -WOOD, Anthony J. R. *Um mundo em movimento - os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.

RUSSEL-WOOD, Anthony J. R. «Governantes e Agentes». Em *História da Expansão Portuguesa*, orgs. BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, vol. III, pp. 169-192. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

RUSSELL-WOOD, Anthony J. R. «Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500 - 1808». *Revista Brasileira de História*, vol. XVIII, n.º 36 (1998): pp. 187-250. [Consultado em 3 de novembro de 2011]. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010.

RUSSELL-WOOD, Anthony J. R. «A Dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente». *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, PPGH/UFRJ (2001): pp. 9-40.

RUSSEL-WOOD, Anthony J. R. «Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”». *Revista de História da USP*, n.º 28 (1), P. 17-70. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, departamento de História 2009.

SALDANHA, António Vasconcelos. *As Capitanias do Brasil: Antecedentes, Desenvolvimento e Extinção de um Fenómeno Atlântico*. Lisboa: CNCDP, 2001.

SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. «Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português». Em FRAGOSO, et al. *Nas rotas do*

império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES / Lisboa: IICT, 2006: pp. 73-96.

SANCHES, Marcos Guimarães. «Governo do rei e bem comum dos súditos» *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH: São Paulo (julho, 2011): 15P. [Consultado em 3 de janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300662029_ARQUIVO_GOVERNODOREI_EBEMCOMUMDOSSUDITOS.pdf.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA Bernardo. «Cidadão - Vizinho» em *Revista Ler História*, nº 55, pp. 35-48. Lisboa: ISCTE, 2008.

SANTOS, Catarina Madeira. *Goa é a chave de toda a Índia. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: CNPDP, 1999.

SANTOS, Catarina Madeira. «Um governo “polido” para Angola - reconfigurar dispositivos de domínio (1750-1800)». *Tese de doutoramento*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

SANTOS, Marília Nogueira dos. «Do Oriente ao Atlântico: hierarquias imperiais e trajetórias administrativas: os casos de António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho e do Marquês de Angeja (1690-1718)». *Tese de doutoramento*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Marília Nogueira dos. «A escrita do império: correspondência no império português no século XVII». Em *O Governo dos Povos*, orgs. Laura de Mello SOUZA, Júnia Ferreira FURTADO, Maria Fernanda B. BICALHO, pp. 171-239. São Paulo: Alameda, 2009.

SANTIRÓ, Ernest Sánches. «Una modernización conservadora: el reformismo borbónico y su impacto sobre la economía, la fiscalidade y las instituciones». Em *Las Reformas borbónicas 1750-1808*, coord. Clara Garcia AYLUARDO, pp. 288-336. México: CIDE, FCE, Conaculta, Fundación cultural de la ciudad de México, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis - do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na Sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. «O Brasil no sistema colonial». Em *História da Expansão Portuguesa*, orgs. BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, vol. III, P. 138-155. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos, engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARTZ, Stuart B. *Da América Portuguesa ao Brasil*. Lisboa: Difel, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras, Bauru: EDUSC, 2009.

SCHWARTZ, Stuart e MYRUP, Erik Lars, orgs. *O Brasil no Império Marítimo português*. São Paulo: EDUSC, 2009.

SERRÃO, José Vicente. «O quadro económico». Em *História de Portugal - O antigo regime*, vol. IV, coord, António Manuel HESPANHA, pp. 67-112. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SERRÃO, José Vicente. «Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo». Em *Do Antigo Regime ao Liberalismo: 1750-1850*, orgs. Fernando Marques da COSTA, Francisco Contento DOMINGUES e Nuno G. MONTEIRO, pp. 11-21. Lisboa: Veja, 1989.

SILVA, Alberto da Costa e. «Do Índico ao Atlântico». Em *Nas rotas do império*, orgs. João FRAGOSO, et al., pp. 13-24. Vitória: EDUFES/ Lisboa: IICT, 2006.

SILVA, Ana Rosa Cloquet. *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2006.

SILVA, Ana Rosa Cloquet. «Minas no contexto da “acomodação”: as relações de poder, as práticas políticas e a tessitura das identidades». *Revista Aulas, dossiê identidades nacionais*, nº 2 (Out.-Nov., 2006): 31P. Consultado em novembro de 2012. Disponível em http://www.unicamp.br/~aulas/volume02/pdfs/minas_2.pdf

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. «Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1808» em *História da América Latina: A América colonial*. vol. I, 2.ª ed, org. BETHELL, Leslie, pp. 477-518. São Paulo: editora da USP/Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État : D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares 1796-1812*, vol. II. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. «Uma figura central da Corte Portuguesa no Brasil: D. Rodrigo de Sousa Coutinho» em Ismênia MARTINS E Márcia MOTA, org., *1808: a Corte no Brasil*, pp. 133-157. Niterói: Editora da UFF, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: CEPE, 2010.

SILVA, Maria B. Nizza, *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SILVA, Maria B. Nizza, coord. *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa/São Paulo: editora Verbo, 1994.

SILVA, Maria B. Nizza. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *D. João V*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

SILVA, Maria B. Nizza, *Pernambuco e a cultura da ilustração*. Recife: Editora universitária/UFPE, 2013.

SIMONSEN, Roberto. *História Económica do Brasil (1500-1820)*, 6.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, orgs. *Culturas Políticas. Ensaio de História cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOUTO MAIOR, Armando. *Quebra-quilos: lutas sociais no outono do império*. Brasília: INL/Recife: FJN, 1978.

SOUZA, George Félix Cabral de. «Os homens e os modos da governança: a Câmara Municipal do Recife do século XVIII num fragmento da história das instituições municipais do império colonial português». Dissertação de Mestrado, Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

SOUZA, George Félix Cabral de. *Os homens e os modos da Governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII*. Recife: CMR/Gráfica Flamar, 2003.

SOUZA, George Cabral de. «O rosto e a máscara: estratégias de oposição da Câmara do Recife à política pombalina». *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa, FCSH/UNL, 2-5 de novembro de 2005, 19P. [Consultado em 5 de

novembro de 2011]. Disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/george_cabral_souza.pdf.

SOUZA, George Félix Cabral de. «Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)». *Tesis Doctoral*, Salamanca, Universidade de Salamanca, 2007.

SOUZA, George F. Cabral de. «Os filhos e os netos dos que andam na governança: família e poder na Câmara Municipal do Recife colonial» em *Revista Clio* nº 25-1, pp. 31-60. Recife: editora da UFPE, 2007.

SOUZA, George F. Cabral de. «Património, territorialidade, jurisdição e conflitos na América portuguesa: Pernambuco, século XVIII em Carla M. OLIVEIRA, Mozart Vergueti de MENEZES e Regina Célia GONÇALVES, orgs., *Ensaio sobre a América portuguesa*, pp. 81-96. João Pessoa: Ed. Universitária, 2009

SOUZA, George Félix Cabral de. *Tratos & mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c.1654 - c. 1759)*. Recife: editora da UFPE, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. *Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

SOUZA, Laura de Melo e, e BICALHO, Maria Fernanda. B. *1680-1720: O império deste mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello, FURTADO, Júnia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda B., orgs. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

STABEN, Ana Emilia. *Negócio dos escravos: o comércio de captivos entre a Costa da Mina e a capitania de Pernambuco (1701-1759)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

STUMPF, Roberta Gianubillo. «Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas Minas setecentistas». *Tese de doutoramento*. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2009.

STUMPF, Roberta Gianubillo. *Filhos das Minas americanos e portugueses: identidades colectivas na capitania das Minas Gerais (1763-1792)*. São Paulo: Editora HUCITEC/FAPESP, 2010

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático português, 1500-1700 - uma história política e económica*. Lisboa: Difel, 1995.

SUBTIL, José Manuel. *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.

SUBTIL, José Manuel. «O processo político (1621-1807)». Em *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*, vol. III, dir. José Mattoso. Lisboa: editora Estampa, 1997.

SUBTIL, José Manuel. «Os poderes do Centro». Em *História de Portugal - Antigo Regime*, org. António M. HESPAÑA, vol. VII. Lisboa: Lexicultural, 2002.

SUBTIL, José Manuel. *O terramoto político (1755-1759) - Memória e poder*. Lisboa: Edual, 2007.

SUBTIL, José M. *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Edual, 2011.

SWEET, James. *Recrutar África - cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70, 2007.

TAGLE, Estebán Sánchez de. «Las reformas del siglo XVIII al gobierno; la ciudad, su hacienda, su policía, su ejército». Em *Las reformas borbónicas, 1750-1808*, coord. Clara García AYLUARDO, México: CIDE, FCE, Conaculta, Fundación cultural de la ciudad de México, 2010, pp. 164-224.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Objectiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo e MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Império de Várias Faces. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

VARELA, Alex Gonçalves. «A Contribuição da Actividade Científica dos Naturalistas Ilustrados da Capitania de São Paulo Para o Processo de Institucionalização das Ciências Naturais na América Portuguesa (1796-1819)» *Anais da ANPUH - São Paulo* (2006), 9P. [Consultado em 30 de janeiro de 2013]. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ST%2019/Alex%20Gon%20alves%20Varela.pdf>.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

VILLALTA, Luiz Carlos. «Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa». *Tese de doutoramento*, São Paulo, FFLCH da Universidade de São Paulo, 1999.

VITALE, Luís. «Contribución al bicentenario de la Revolución de la independencia de Venezuela» Paper, Universidade de Chile, janeiro, 2002, pp. 1-12. [Consultado em 10 de novembro de 2012]. Disponível em: http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/vitalel/2lvc/02lvchistsocal0028.pdf.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, vol. II. Brasília: editora da Universidade de Brasília/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEHLING, Arno. *Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 4.^a ed., 2005.

ZWEIFEL, Teresa. «De palas a minerva: panorama de la representación técnica en el río de la plata 1789-1833». Em *Imágenes y lenguajes cartográficos en las representaciones del espacio y del tiempo: I simposio iberoamericano de historia de la cartografía*, coord. Carla LOIS, 1^a ed. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2006. [Consultado em 5 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://razoncartografica.files.wordpress.com/2007/08/i-simposio-iberoamericano-de-historia-de-la-cartografc3ada-carla-lois-y-otros.pdf>.

Fontes Manuscritas

Academia das Ciências de Lisboa

Academia das Ciências de Lisboa. Série azul, código de Pernambuco n.º 95.

Academia das Ciências de Lisboa. Código: *Documentos e notícias referentes a Pernambuco*.

Arquivo Histórico Militar - Lisboa

AHM, Processo de D. Tomás José de Mello, governador de Pernambuco.

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, livros de registo:

AHU_ACL_CU_Código de Consultas mistas, Cod. 25.

AHU_ACL_CU_Registo de Provisões, Cod. 99.

AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cod. 267.

AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para São Paulo, Cod. 423.

AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 583.

AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 584.

AHU_ACL_CU_Ordens e Avisos para Pernambuco, Cod. 585

AHU_ACL_CU_Código 1155.

AHU_ACL_CU_Contratos de Pernambuco, Cod. 1278.

AHU_ACL_CU_Livros de Pernambuco, Cod. 1821.

AHU_ACL_CU_Código 1825.

AHU_ACL_CU_Contratos de Pernambuco, Cod. 1827.

AHU_ACL_CU_Contratos de Pernambuco, Cod. 1828.

AHU_ACL_CU_Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, Cod. 1997.

AHU_ACL_CU_Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, Cod. 1999.

Arquivo Histórico Ultramarino série Angola.

AHU-Angola, cx. 37, doc. 57.

AHU, CU_001, Cx. 54, doc. 22.

Arquivo Histórico Ultramarino série São Tomé

AHU, São Tomé, cx. 7, doc. 25.

AHU, São Tomé, cx. 7, doc. 25 e 51.

Arquivo Histórico Ultramarino série Brasil-Geral:

AHU_ACL_CU_003, Cx. 22, D. 1938

AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976.

AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 2022.

AHU_ACL_CU_003, Cx. 27, D. 2215.

AHU_ACL_CU_003, Cx. 29, D. 2374.

AHU_ACL_CU_003, Cx. 31, D. 2551.

AHU_ACL_CU_003, Cx. 41, D. 3251.

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, série Baía:

AHU_ACL_CU_005, Cx. 3, D. 283.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 11, D. 925

AHU_ACL_CU_005, Cx. 129, D. 10066.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 135, D. 10472.

Baía, Castro e Almeida:

AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 16, D. 2806.

AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 16, D. 2807.

Baía, Luísa da Fonseca:

AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 33, D. 4214.

AHU, Conselho Ultramarino, Ceará:

AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 40.

AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 41.

AHU, Conselho Ultramarino, Maranhão:

AHU_ACL_CU_009, Cx.51, D. 4963.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 52, D. 5017.

AHU, Conselho Ultramarino, Minas Gerais:

AHU_ACL_CU_011, Cx. 165, D. 12360.

AHU, Conselho Ultramarino, Sacramento:

AHU_ACL_CU_012, Cx. 5, D. 467.

AHU, Conselho Ultramarino, Pará:

AHU_ACL_CU_013, Cx. 36, D. 3347.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 39, D. 3674.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 77, D. 6433.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6400.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 84, D. 6905.

AHU, Conselho Ultramarino, Paraíba:

AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1882.

AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco:

AHU_ACL_CU_015, Cx. 9, D. 811.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 9, D. 825.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 21, D. 1978.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 24, D. 2209.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 25, D. 2273.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 31, D. 2854.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 31, D. 2864.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 32, D. 2896.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 32, D. 2960.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 34, D. 3137.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 39, D. 3476.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 39, D. 3509.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 39, D. 3529.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 41, D. 3691.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 42, D. 3786.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 42, D. 3791.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 44, D. 4002.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 56, D. 4818.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 61, D. 5216.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 66, D. 5601
AHU_ACL_CU_015, Cx. 66, D. 5611.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 66, D. 5632.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 67, D. 5703.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 72, D. 6047
AHU_ACL_CU_015, Cx. 72, D. 6085.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 73, D. 6109.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 73, D. 6140.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 74, D. 6195.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 75, D. 6306
AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6669.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6689.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 81, D. 6709.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 81, D. 6772.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 82, D. 6813.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 83, D. 6914.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 83, D. 6925.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6948.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6953.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6969.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6974.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 86, D. 7072.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 88, D. 7159
AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7191.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7212.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7214.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7215.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 90, D. 7230.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 91, D. 7134

AHU_ACL_CU_015, Cx. 93, D. 7416.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 93, D. 7423.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 94, D. 7481.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 95, D. 7501.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7536.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 96, D. 7566.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 97, D. 7617.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 100, D. 7812.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 100, D. 7816.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 102, D. 7945.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 103, D. 8005.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 104, D. 8099.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8108.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8120.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8151.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8179.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 106, D. 8216.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 106, D. 8225.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8276.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8284.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8292.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8301.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8313.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8364.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8371.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 8393.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8406.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8421.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8425.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8428.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8444.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8458.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8465.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8481.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8499.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 111, D. 8561.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 112, D. 8652.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 113, D. 8727
AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8801.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 115, D. 8804.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 116, D. 8895.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9007.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9011.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9040.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9068.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9081.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9085.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9086.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9102.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9117.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9135.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 120, D. 9179.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 120, D. 9200.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 121, D. 9218.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 121, D. 9246.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 122, D. 9324.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 125, D. 9490.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 125, D. 9491.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 125, D. 9503.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 110, D. 8507.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9574
AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9577.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9656.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9665.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9666.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9667.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9670.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9686.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9716.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9717.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9718
AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9736.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9737.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9807.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9811.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9823.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9832.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9833.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 130, D. 9834.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 131, D. 9872.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 131, D. 9889.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 132, D. 9924.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 132, D. 9955.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 133, D. 9975.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 133, D. 10009.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 134, D. 10045.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 135, D. 10103.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10147.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10156.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10163.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 136, D. 10177.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10200.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 137, D. 10206.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 139, D. 10316.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 143, D. 10498.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 144, D. 10572.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 144, D. 10581.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 149, D. 10849.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 154, D. 11148
AHU_ACL_CU_015, Cx. 164, D. 11747.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 165, D. 11795.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 168, D. 11914.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 169, D. 11954.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 181, D. 12641.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 183, D. 12754.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 187, D. 12967.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 190, D. 13117.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 194, D. 13377.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 197, D. 13527.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 197, D. 13528.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 197, D. 13576.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 198, D. 13615.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 198, D. 13621.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 200, D. 13706.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 200, D. 13732.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13838.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 204, D. 13942.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 205, D. 13998.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 205, D. 14003.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 205, D. 14025.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 206, D. 14085.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14141.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14144.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 14187.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 14221.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 210, D. 14281.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 214, D. 14495.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 214, D. 14522.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D. 14947.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D. 14951.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 222, D. 15004.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 224, D. 15122.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 228, D. 15440.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 230, D. 15543.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 232, D. 15671.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 233, D. 15718.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 236, D. 15923.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 237, D. 15955.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 242, D. 16206.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 243, D. 16278.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 244, D. 16336.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 248, D. 16649.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 256, D. 17157.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 278, D. 18753.

AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro:

AHU_ACL_CU_017, Cx. 44, D. 4546.
AHU_ACL_CU_017, Cx. 97, D. 8377.
AHU_ACL_CU_017, Cx. 97, D. 8401.
AHU_ACL_CU_017, Cx. 97, D. 8406.
AHU_ACL_CU_017, Cx. 98, D. 8432.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 101, D. 8648.
AHU_ACL_CU_017, Cx. 156, D. 11821.
AHU_ACL_CU_017, Cx. 171, D. 12683.
AHU_ACL_CU_017, Cx. 172, D. 12756.
AHU_ACL_CU_017, Cx. 183, D. 13338.
AHU, Conselho Ultramarino, Ultramar:
AHU_ACL_CU_035, Cx. 12, D. 1011.
AHU_ACL_CU_035, Cx. 14, D. 1155.
AHU_ACL_CU_035, Cx. 22, D. 1823.

AHU, Conselho Ultramarino, Brasil Limites:
AHU_ACL_CU_059, Cx. 1, D. 80.
AHU_ACL_CU_059, Cx. 1, D. 22 e D. 24.

AHU, Conselho Ultramarino, Secretaria do Conselho Ultramarino
AHU_ACL_CU_089, Cx. 15, D. 1425.
AHU, Conselho Ultramarino, Cabo Verde:
AHU_CU_024, cx. 4, doc. 101.

AHU, Conselho Ultramarino, Guiné:
AHU_CU_049, cx. 3, doc. 91.
AHU_CU_049, cx. 4, doc. 104.
AHU_CU_049, cx. 4, doc. 105.

AHU, Conselho Ultramarino, Reino:
AHU_CU_Reino, Cx. 23, pasta 26.
AHU_CU_Reino, Cx. 23-A, pasta 13.
AHU_CU_Reino, Cx. 27, pasta 2
AHU_CU_Reino, Cx. 287, pasta 12.
AHU_CU_Reino, Cx. 355, pasta 28.

Arquivo Histórico Ultramarino, cartografia impressa e manuscrita:
-Cartografia impressa sobre o Brasil
AHU, Cartografia impressa. *Carte du Brésil* - [1764].
-Sacramento
AHU_CARTm_012, D. 1247.
-Sobre Pernambuco:
AHU_CARTm_015, D. 0929 - Planta da vila do Recife (XVIII)

AHU_CARTm_015, D. 0943/944 - Alfândega de Pernambuco (1799).

AHU_CARTm_015, D. 0951 - Armazéns da Companhia Geral.

Arquivo Histórico Ultramarino, iconografia:

Mineração. Iconografia manuscrita: D. 12-03.

Mapa de géneros coloniais (século XIX). AHU AHU_ICONm_005_J, D. 103.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. ANTT/AHMF. Livro de patentes, n.º 404. [Consultado em 7 de junho de 2012]. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4618145>.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. ANTT/AHMF. Livro dos termos de posse, n.º 403. [Consultado 2 de junho de 2012]. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4618145>.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria. D. Maria I, Livro n.º 17.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Junta de Lisboa, livros 394, 395, 470, 471.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Junta Liquidatária dos Fundos da companhia pombalina. Livros n.º 15, n.º 16 e n.º 17.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. Decretamentos do Reino, maço 210, doc. 26.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Manuscritos do Brasil, 33 Conselho Ultramarino, Livro n.º 1 de decretos.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Pernambuco. Diretório temático - tesouros: referência PT-TT-CRT/162. Legenda: Barra de Pernambuco, em Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil. [Consultado em 4 de abril de 2012]. Disponível em: [http://ttonline.dgarq.gov.pt/Dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=dtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Images&dsqPos=9&dsqSearch=\(UserText03='Mapas'\)](http://ttonline.dgarq.gov.pt/Dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=dtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Images&dsqPos=9&dsqSearch=(UserText03='Mapas')).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício. Habilitações do Santo Ofício:

ANTT, HSO, Henrique Martins. mço. 2, doc. 36.

ANTT, HSO, Brás Ferreira Maciel, mço. 4, doc. 51.

ANTT, HSO, Agostinho F. de Castro, mço 6, doc. 92.

ANTT, HSO, Domingos R. Santos, mço, 46, doc. 761.

ANTT, HSO, José de Matos Couto, mço. 79, doc. 1175.

ANTT, HSO, Francisco Fetal, mço 65, doc. 1238.

ANTT, HSO, António, mç. 101, doc. 1814

ANTT, HSO, António Pinheiro Salgado, mço 146, doc. 2367

ANTT, HSO, Manuel Afonso Rigueira, mço. 132, doc. 2304.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês. D. José I, Livros n.º 15, n.º 21 e n.º 24.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês. D. José I, Livro nº 13, f. 75.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Regime Geral de Mercês. D. Maria I. Livros n.º 1, n.º 23, n.º 24, n.º 29 e n.º 30.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício. TT-TSO/IL/28/12954.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Intendência Geral da Polícia. [consultado em 17 de janeiro de 2012]. Disponível em: <http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais/eventos-em-documentos/intendencia-geral-da-policia/>.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro [ANRJ]. Alvará pelo qual é Vossa Majestade servido criar três secretárias de Estado, de 28 de julho de 1736. Fundos Diversos, Códices, código 796, vol. II.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro [ANRJ]. Série Vice-Reinado, caixa 748, pacotes 1 e 2-A.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Arquivo Público do Estado de Pernambuco)

APEJE. *Livro de Portarias*, série: R-PRO, n.º 2.

APEJE. *Correspondência com a Corte* (1788-1790). Ofício do governador ao secretário de Estado de 5 de fevereiro de 1789.

APEJE, Ofícios do Governo de Pernambuco (1769-1773). Carta Circular de 18 de Dezembro de 1772.

Biblioteca da Ajuda

Notícia de todos os governadores e população das províncias do Brasil. Por Francisco José da Serra Xavier. (1782). 51-IV-45, 4 de 46 fl.

Comércio da praça de Lisboa com Pernambuco no ano de 1802. 46-XIII-23, fl. 18, 31, 43.

Biblioteca Nacional de Portugal

Biblioteca Nacional de Portugal. Código 852. [Consultado em 3 de novembro de 2012]. Disponível em: http://purl.pt/15141/1/cod-852/cod-852_item1/P29.html. Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Pombalina, Código 93.

Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Brasil. BNP: PT_BN_Col. Brasil, Cx.1, n.º 7.

Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Brasil. BNP:PT_BN_Col. Brasil, Cx.1, n.º 12

Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Brasil. BNP:PT_BN_Col. Brasil, Cx.1, n.º 13.

Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Brasil. BNP:PT_BN_Col. Brasil, Cx. 2, n.º 22.

Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção “Ministério da Marinha e Ultramar”, Documentos Avulsos. PT_BNP_MMU_Cx. 3, Mç. 5 (2.ª parte), n.º 3.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, reservados, Cód. 3, 1, 38. Mapa Geral enviado pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BNRJ, Anais, vol. 71 (8, 2, 5).

BNRJ, Reservados, seção, *actos do governo interino de Pernambuco (1799-1801). Código.*

BNRJ, Reservados, *correspondência oficial a diversos governadores de Pernambuco*, fl. 93. Ofício de 24 de outubro de 1787.

BNRJ, Reservados, seção de manuscritos 8, 2,4. (Correspondência de Azeredo Coutinho com D. Rodrigo de Sousa Coutinho)

BNRJ, Reservados, *Informação Geral da capitania de Pernambuco*, 03, 05, 19.

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)

IAHGP. *Inventários do século XVIII*. 1759 - José Vaz Salgado.

IAHGP. *Livro nº 4 de vereações e acordos da Câmara do Recife*, fl. 9v.

Revistas do IAHGP, Tomo X, Recife, 1902.

Revistas do IAHGP, Tomo XI, Recife, 1904.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Livro de registro das cartas de serviço que fez distribuir José César de Meneses, governador e capitão general de Pernambuco. Coleção IHGB ARQ 1.4.15.01-21.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro. *Correspondência dos governadores de Pernambuco*, vol. 15.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Cartas de serviço de José César de Meneses*, fl. 103. [ofício ao capitão-mor de Itamaracá de 11 de junho de 1785].

Documentos manuscritos em linha:

Alvará de criação da *Junta do Comércio*. [Consultado em 5 de janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/~ius/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=541.

Base de dados da Universidade de Brasília. [Consultado em 2 de janeiro de 2012]. Disponível em: www.cmd.unb.br.

Blogue de História Lusófona - IICT, Lisboa, 2009. [Consultado em 9 de setembro de 2011]. Disponível em: http://www2.iict.pt/index.php?idc=102&idi=13546#_ftnref1.

Estatutos e alvará de instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. 32P. [Consultado em 11 de Novembro de 2011]. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/instituiadac00comp#page/30/mode/2up>.

Direção Geral dos Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas. Aviso para se extrair uma cópia autêntica do alvará que proíbe a entrada de navios estrangeiros nos diferentes portos do Brasil. [Consultado em 17 de Agosto de 2012], disponível em <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4648900>.

Alvará da rainha D. Maria I: [Consultado em 8 de novembro de 2011]. Disponível em:

http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/~ius/verlivro.php?id_parte=109&id_obra=73&pagina=565.

BLETEAU, *Vocabulário português e latino*, Coimbra: 1712. São Paulo: Brasiliana/USP. [Consultado em 25 de maio de 2012]. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1>

Gerostik Historia Museo Birtuala, 2011. [Consultado em 3 de janeiro de 2012]. Disponível em: http://muvir1.gipuzkoa.net/teselas_t.php?id_teselas=197&id_lingua=3.

SILVA, António de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Casa impressora: Typographia Lacerdina, 1789. São Paulo: Brasiliana/USP. [Consultados em 25 de maio de 2012]. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/2/estado>

Cartografia manuscrita em linha:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Pernambuco. Diretório temático - tesouros: referência PT-TT-CRT/162. Legenda: Barra de Pernambuco, in Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil, fol.69v-70. [Consultado em 4 de abril de 2012]. Disponível em: [http://ttonline.dgarq.gov.pt/Dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=dtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Images&dsqPos=9&dsqSearch=\(UserText03='Mapas'\)](http://ttonline.dgarq.gov.pt/Dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=dtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Images&dsqPos=9&dsqSearch=(UserText03='Mapas'))

Bases de dados em linha. [Consultados em outubro de 2013]. Disponível em: *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, patrocinada pela Universidade de Harvard, <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

Fontes impressas

ARRUDA, José Jobson, coord. *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo*. São Paulo: EDUSC/ FAPESP, 2000.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos Da Capitania de Pernambuco*. Vols. I, II, III e IV. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

BOSCHI, Caio C. org. *Catálogo de documentos Manuscritos avulsos da Capitania do Pará existentes no arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. Vols. I, II e III. Belém: Secult/Arquivo Público do Pará, 2002.

COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos, 1740-1794*. Vol. VI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1985.

COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos, 1795-1817*. Vol. VII. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1985.

DIAS, Érika S. de Almeida Carlos; BELLOTTO, Heloísa Liberalli, orgs. *Conselho Ultramarino Diversos - Catálogo dos Documentos manuscritos avulsos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino referentes às séries Ultramar, Serviços de Partes, Visita do Ouro, Contratos do Sal, Brasil - Geral*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2011.

FARIA, Maria Dulce de. *Coleção cartográfica e iconográfica manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

MARTINHEIRA, José Sintra. *Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino Relativos ao Brasil Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura/ Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

REIS, Gilson S. Matos, DIAS, Érika S. de Almeida C. e MELO, Josemar Henrique de. *Catálogo da Secretaria do Conselho Ultramarino*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2002.

Catálogo dos Documentos manuscritos avulsos da capitania da Baía: 1604-1828, vols. I e II. Salvador: Fundação Pedro Calmon/Arquivo Público da Baía, 2009.

O Conselho da Fazenda. Inventário e Estudo institucional, Série IDD's, Lisboa, ANTT, 1995.

Alvará do Regimento do Conselho da Índia e mais partes ultramarinas, *Collecção Chronológica da Legislação Portuguesa*, vol. I: (1603-1612), (Lisboa, 26/06/1604).

Lista de figuras

Figura 1 - Brasil colonial - século XVIII	P. 62
Figura 2 - Mapa do Porto do Recife - Século XVIII...	P. 79
Figura 3 - Localização do Aracati e do Icó no vale do rio Jaguaribe	P. 163
Figura 4 - Caminhos dos pequenos barcos dos homens de negócio que saíam de Pernambuco...	P. 164
Figura 5 - A área de influência da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba	P. 178
Figura 6 - Litoral das capitanias do Norte.	P. 208
Figura 7 - Principais regiões de comércio de escravos na África	P. 353
Figura 8: soldados do Regimentos do Recife...	P. 414
Figura 9: campanha dos Castelhanos na Nova Colónia	P. 421

Figura 10: Terço dos Henriques ...	P. 430
Figura 11: hospital dos Lázaros (1925)	P. 450

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Homens de negócio relacionados com a companhia do gado do sertão	P. 168
Tabela 2: «As pessoas de mais distinta em qualidade e negócio» e os montantes com os quais entraram na Companhia de Comércio	P. 184
Tabela 3: preços do açúcar em Pernambuco e nas praças europeias	P. 249
Tabela 4: partido dos opositores da Companhia	P. 258
Tabela 5: Componentes da Mesa da Inspeção entre 1759 até 1770	P. 262
Tabela 6: Comparação entre os «apoiantes» da Companhia (1770) e os integrantes do corpo de comércio da capitania (1772)	P. 265
Tabela 7: composição da Direcção entre 1760-1780	P. 322
Tabela 8: Escravos que entraram no porto do Recife (1742 - 1777)	P. 349
Tabela 9: contratos da capitania de Pernambuco (1760-1777) arrematados pelas redes mercantis relacionadas com a Direcção da Companhia	P. 356
Tabela 10: lista de devedores, elaborada por José César de Meneses, no ano de 1780	P. 371
Tabela 11: «Partido» composto pelos directores e accionistas da Companhia pombalina e suas dívidas no final da década de 1770	P. 373
Tabela 12 -Senhores de engenho, lavradores de açúcar, militares e servidores da Coroa que integravam o partido que se opunha à Companhia e os montantes de suas dívidas em 1780	P. 377
Tabela 13: mercadorias, embarcações e empréstimos	P. 381
Tabela 14: lista de devedores à Companhia elaborada no ano de 1782	P. 384
Tabela 15: lista de devedores à Companhia no ano de 1793	P. 385

Parte I. O Brasil pombalino:

1. Brasil colonial -século XIII - AHU



AHU, Cartografia impressa, Brasil. (Século XVIII).

2- América Latina -1775.

Reservados BNRJ. Cartografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Parte II -

Capítulo 7.

Composição da Mesa da Inspeção de açúcar e tabaco (1752 - 1782)

	Presidente	Inspetores: um senhor de engenho indicado pela Câmara e um homem de negócio indicado pela praça
1752	Ouvidor João Bernardo Gonzaga	<ul style="list-style-type: none"> • João de Oliveira Gouvim - posteriormente intendente da Companhia Geral. • José Rodrigues Colaço - parente do ouvidor da Paraíba (1759) accionista originário da Companhia Geral
1755	Ouvidor João Bernardo Gonzaga	<ul style="list-style-type: none"> • Caetano Camelo Pessoa (senhor de engenho). • Guilherme de Oliveira Silva.
1757	Ouvidor João Bernardo Gonzaga	<ul style="list-style-type: none"> • Afonso de Albuquerque e Melo (opositor da Companhia Geral e um dos «cabeças» do motim de 1773 contra a empresa comercial). • Luís Ferreira de Moura (negociante de escravos)
1759	Ouvidor Bernardo Coelho da Gama Casco	<ul style="list-style-type: none"> • André de Barros Rego (senhor de engenho) • António Pinheiro Salgado (homem de negócio, deputado da 1ª Direcção, também foi contratador dos Dízimos na década de 1750)
1761	Ouvidor Bernardo Coelho da Gama Casco	<ul style="list-style-type: none"> • Caetano Camelo Pessoa (senhor de engenho. Seu nome consta numa das petições coletivas do «partido» opositor à Companhia. • Henrique Martins (acionista originário da companhia Geral e deputado em 1770)
1763	Ouvidor Bernardo Coelho da Gama Casco	<ul style="list-style-type: none"> • José Rodrigues de Castro. Senhor de engenho. Seu irmão era um conhecido opositor da Companhia. • João Rebelo da Costa (homem de negócio que nunca foi accionista ou deputado da Companhia, pelo contrário, recusou-se a comprar ações da empresa). Relacionava-se com os opositores da Companhia.
1770	Ouvidor José António Sedron Zuzarte	<ul style="list-style-type: none"> • Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque (senhor de engenho. Conspiração de 1773). • Domingos Pires Ferreira (acionista da Companhia em 1759).
1774	Ouvidor Francisco José de Sales	<ul style="list-style-type: none"> • José de Matos Couto

		<ul style="list-style-type: none"> • José António da Silva.
1776	Ouvidor Francisco José de Sales	<ul style="list-style-type: none"> • Domingos Pires Ferreira • José António da Silva
1777	Ouvidor Francisco José de Sales	<ul style="list-style-type: none"> • Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque • João Rebelo da Costa
1782	Ouvidor António José Pereira Barroso de Miranda Leite	<ul style="list-style-type: none"> • Diogo Soares de Albuquerque Júnior • Domingos Pires Ferreira

Fontes: AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 73, D. 6109 (1752); AHU_ACL_CU_ 015, Cx. Cx. 83, D. 6925 (1757); AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 90, D. 7212 (1759); AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 96, D. 7536 (1761); AHU_ACL_CU_ 015, Cx.100, 7816 (1763); AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 109, D. 8406 (1770); AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 116, D. 8895 (1774); AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 126, D. 9574 (1777); AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 144, D. 10581 (1782).

Parte III

Fonte: AHU_CARTm_015, D. 0943/944 - [PERNAMBUCO] DESENHO da Nova Alfandega de Pernambuco.1799.

Parte III - capítulo 13. Novos produtos na pauta das exportações das capitanias do Norte no início do século XIX. Destaque para o algodão, arroz e café. Arquivo Histórico Ultramarino - Iconografia manuscrita



Joaquim Inácio RIBEIRO, Capitão da Armada

Resumo da carga. "Caixas de Açúcar = 351 / Feixes de Assucar = 30 / Sacas de Algodão = 66 / Sacas de Arroz = 669 / Sacas de Café = 42 / Couros de Cabelo = 400 / Jacarandá = 70". Cat. Exp. Baía 96, Cat. Manuscritos da Baía AHU_ACL_CU_005, D. 17952. AHU AHU_ICONm_005_J, D. 103.